

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL



DIÁRIO OFICIAL

Secção I

EXERCÍCIO DE 1939

A Diretoria da Imprensa Nacional, de acordo com a legislação em vigor, só registrará assinaturas dos órgãos oficiais, para o exercício de 1939, mediante pagamento da importância correspondente ao período de 12 meses, na Tesouraria da Imprensa Nacional, à rua 13 de Maio, ou mediante recolhimento, e respectiva comprovação, nas repartições arrecadoras federais -- Delegacias Fiscais, Alfândegas, Mesas de Renda e Coletorias.

Aos funcionários públicos federais, estaduais e municipais é facultado pagar o custo da assinatura, computado já o desconto de 20 %, a que têm direito, em duas prestações semestrais de 28\$000.

Para facilidade e pontualidade na remessa, as inscrições de assinantes só serão aceitas quando realizadas até o último dia do mês anterior àquele em que começa a assinatura, isto é, até 31 de dezembro ou até 30 de junho.

Pede-se às repartições arrecadoras que não aceitem pedidos de assinaturas, ainda dentro dessas condições, a não ser para funcionários.

Preços de assinaturas anuais do "Diário da Justiça" ou de cada uma das seções do "Diário Oficial".

Repartições públicas ou assinantes	{ No interior.....	70\$000
particulares	{ No exterior.....	110\$000
Funcionários públicos	{ No interior.....	36\$000
	{ No exterior.....	83\$000

Números avulsos do dia 400 réis, até o limite de dez cadernos com quarenta folhas e mais 100 réis pelos seguintes cadernos de quatro folhas (ol-tavo) ou fração.

Por ano decorrido, mais 300 réis sobre o preço do dia.
O preço do número de hoje está fixado na última página.

OBSERVAÇÕES

— A Redação não fornecerá gratuitamente aos assinantes números extraviados ou anteriores à data da assinatura.

— Convém, por isso, que os interessados renovem as suas assinaturas com a antecedência conveniente, a fim de não ficarem com as suas coleções desfalçadas.

— Os conhecimentos das assinaturas tomadas por intermédio das coletorias federais, mesas de rendas e alfândegas, poderão ser encaminhados diretamente à Imprensa Nacional sem interferência das delegacias fiscais.

— As assinaturas não pagas dentro dos primeiros 15 dias do novo período serão canceladas e procedida a cobrança do respectivo preço.

— Nos dias 10 e 25 de cada mês será publicada, em fascículos apensos ao "Diário da Justiça", a jurisprudência do Supremo Tribunal Militar e do Tribunal de Apelação do Distrito Federal.

N. da R. — Para boa ordem dos serviços da Redação, e no interesse do público, fica estabelecido que os pedidos para reprodução de matéria paga, verificada pelos interessados a existência de erros ou omissões, devem ser feitos das 16 às 19 horas e, no máximo, até 48 horas após a saída dos órgãos oficiais.

EXERCÍCIO DE 1940

De acordo com a legislação em vigor, a partir do próximo ano de 1940, as assinaturas dos órgãos oficiais só poderão vigorar dentro do exercício financeiro de cada ano.

Por esse motivo as inscrições novas ou as renovações de inscrições que houverem de ser feitas durante o mês de junho, só poderão abranger o 2º semestre do ano em curso.

ANO LXXVIII

SUMARIO

N. 37

ATOS DO PODER EXECUTIVO:

Decreto n. 3.637, de 21 de janeiro de 1939.

Decreto n. 3.692, de 6 de fevereiro de 1939.

Decreto n. 3.693, de 6 de fevereiro de 1939.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Decretos de 31 de janeiro findo e de 7 do corrente.

Ministério das Relações Exteriores — Decretos de 8 do corrente.

Ministério da Viação e Obras Públicas — Decretos de 4 a 7 do corrente.

Ministério da Agricultura — Decretos de 8 do corrente.

Departamento Administrativo do Serviço Público.

SECRETARIAS DE ESTADO:

Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Portarias — Expediente das Diretorias da Justiça e do Interior e de Contabilidade e da Imprensa Nacional.

Ministério da Educação e Saúde — Expediente das Divisões do Pessoal e dos Ensinos Secundário e Comercial.

Ministério das Relações Exteriores — Portarias.

Ministério da Fazenda — Expediente do Serviço do Ministério da Fazenda, da Recebeoria do Distrito Federal, do Primeiro Conselho de Contribuintes, da Diretoria do Imposto de Renda e da Alfândega do Rio de Janeiro.

Ministério da Guerra — Portarias — Despachos — Expediente do senhor ministro e das Diretorias de Intendência da Guerra, do Serviço de Remonta e Veterinária e de Engenharia.

Ministério da Viação e Obras Públicas — Portarias — Expediente do Sr. ministro, da Diretoria Geral de Contabilidade e do Serviço do Pessoal.

Ministério da Agricultura — Expediente da Divisão do Pessoal, do Serviço de Meteorologia e da Comissão de Inquérito.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Portarias — Expediente do Sr. ministro, do Departamento Nacional do Trabalho, do Serviço de Identificação Profissional, dos Departamentos Nacionais da Indústria e Comércio e da Propriedade Industrial, do Conselho Nacional do Trabalho e do Serviço de Comunicações.

Tribunal de Contas — Termos de contrato — Noticiário — Parte comercial — Rendas públicas — Editais e avisos — Sociedades anônimas — Sociedades civis — Anúncios.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N. 3.637 — DE 21 DE JANEIRO DE 1939

Autoriza a aquisição, pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, de locomotiva "Mikado".

O Presidente da República, atendendo ao que requereu a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e de acordo com as informações prestadas pela Inspetoria Federal das Estradas em ofício número 1.195-S, de 19 de dezembro do ano findo, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovados os projetos e orçamentos que com este baixam, rubricados pelo diretor de Contabilidade da Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas, relativos à compra de uma locomotiva "Mikado", com 16.600 quilos de força de tração, 3,90 de base rígida e 15 toneladas de peso por eixo motor.

Art. 2.º As despesas que forem realmente efetuadas, depois de apuradas em regular tomada de contas, até o máximo do orçamento ora aprovado na importância de 1.046:364\$900 (mil e quarenta e seis contos, trezentos e sessenta e quatro mil e novecentos réis) correrão por conta do terço da arrecadação provável da taxa de 10% no quadriênio de 1938 a 1941, destinado ao custeio das obras de caráter urgente e não relacionadas no programa aprovado pela portaria n. 210, de 23 de maio de 1938.

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1939, 118º da Independência e 51º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

(C. 1.380 — 10/2/1939 — 42\$800).

DECRETO N. 3.692 — DE 6 DE FEVEREIRO DE 1939

Aprova projeto e orçamento para construção de um triângulo de reversão em Itaú, à conta da taxa adicional de 10%, terço reservado para obras urgentes, na Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, arrecadada no quadriênio 1938-1941.

O Presidente da República, atendendo ao que requereu a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e de acordo com as informações da Inspetoria Federal das Estradas, em ofício n. 7-S, de 4 de janeiro findo, decreta:

Artigo único. Ficam aprovados o projeto e orçamento que a este acompanham, rubricados pelo diretor de Contabilidade da Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas, para construção de um triângulo de reversão em Itaú, na linha de Tuiuti a Passos e Guaxupé-Bigatunga, da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro.

Parágrafo único. As despesas que forem realmente efetuadas, até o máximo de 26:494\$600 (vinte e seis contos quatrocentos e noventa e quatro mil e seiscentos réis), e reconhecidas pela forma determinada no art. 8º das Instruções, aprovadas pela portaria n. 839 de 7 de dezembro de 1933, serão levadas à conta do produto da arrecadação da taxa adicional de 10%, terço reservado para obras urgentes, sobre as tarifas em vigor na referida Estrada, no quadriênio 1938-1941.

Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1939, 118º da Independência e 51º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

(C. 1.378 — 10/2/1939 — 42\$800)

DECRETO N. 3.693 — DE 6 DE FEVEREIRO DE 1939

Aprova o projeto e orçamento de diversos melhoramentos a serem introduzidos nas locomotivas ns. 220 e 221, pertencentes à Companhia Mogiana de Estradas de Ferro.

O Presidente da República, atendendo ao que requereu a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e de acordo com as informações da Inspetoria Federal das Estradas, constantes do ofício n. 34-S, de 10 de janeiro do corrente ano, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovados o projeto e o orçamento, que com este baixam, rubricados pelo diretor de Contabilidade da Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas, de diversos melhoramentos a serem introduzidos nas locomotivas ns. 220 e 221, pertencentes às linhas do Rio Grande, Caldas e Catalão, a cargo da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro.

Art. 2.º A despesa, até o máximo de 55:419\$518 (cinquenta e cinco contos, quatrocentos e dezenove mil, quinhentos e dezoito réis), que for realmente apurada pela forma determinada no art. 8º da portaria n. 839, de 27 de dezembro de 1933, será levada à conta do terço da arrecadação provável da taxa de 10% no quadriênio 1938 a 1941, destinado ao custeio das obras e aquisições de caráter urgente e não relacionadas no programa aprovado pela portaria número 210, de 23 de maio de 1938, do mesmo Ministério.

Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1939, 118º da Independência e 51º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

(C. 1.379 — 10/2/1939 — 42\$800).

Ministério da Justiça e Negócios Interiores

Por decreto de 31 de janeiro de 1939, foi exonerado Francisco de Oliveira Conde do cargo de 1º suplente do juiz municipal do primeiro termo da Comarca de Rio Branco, no Território do Acre (processo SA 38-2.134).

— Por outro da mesma data, foi aposentado, no interesse do serviço público e nos termos da Lei Constitucional n. 2, de 16 de maio de 1938, Otávio Raimundo de Macedo, no cargo de guarda de presidio, classe D, do Quadro I, deste Ministério (proc. SA 38-4.372).

— Por outro de 27 de janeiro de 1939, foi nomeado Luiz Dumou da Fonseca para exercer, interinamente, o cargo da classe F da carreira de Polícia Especial, do Quadro II deste Ministério, vago em virtude da aposentadoria do respectivo titular, Antônio Rebelo Júnior (proc. SA 39-885).

— Por outro de 31 de janeiro de 1939, foi aposentado Norberto Roque de Figueiredo no cargo da classe F, da carreira de Motorista, do Quadro II deste Ministério, nos termos do art. 156, letra "d", da Constituição Federal (proc. SA 39-348).

— Por outro da mesma data, foi declarado em disponibilidade o bacharel Joaquim Fonseca Santana Lobo no cargo de Juiz substituto da extinta Justiça Federal na Seção do Paraná, padrão K, do Quadro IV deste Ministério (proc. SA 38-5.010).

— Por outro da mesma data, foi nomeado o Preparador, em disponibilidade, do Colégio Pedro II, do Ministério da Educação e Saúde, Luiz de Castro, para exercer o cargo da classe E, da carreira de Escriurário, do Quadro III — Imprensa Nacional — deste Ministério, vago em virtude da promoção do respectivo titular, Antônio Gordilho Costa Alves (proc. SA 39-867).

— Por decretos de 7 do corrente mês, foram reformados na Polícia Militar do Distrito Federal:

Nos termos dos arts. 80, letra "d", parágrafo único, e 81 do regulamento aprovado pelo Decreto n. 3.273, de 16 de novembro de 1938, os cabos, tambor Abelardo Domingos da Silva, e condutor do Corpo de Serviços Auxiliares Acilino Meireles da Silva (procs. 312-39 e 138-39);

Nos termos dos arts. 80, letra "b", e 81, do regulamento aprovado pelo Decreto n. 3.273, de 16 de novembro de 1938, o anspçada graduado Osvaldo Rodrigues Mateus (proc. 594-39);

Nos termos dos arts. 80, letra "f", parágrafo único, e 81, do regulamento aprovado pelo Decreto n. 3.273, de 16 de novembro de 1938, o soldado Aristeu Cristovão Franco (proc. 499-39);

Nos termos do § 1º do art. 83 do regulamento aprovado pelo Decreto n. 3.273, de 16 de novembro de 1938, o soldado Antônio Mendes da Silva (proc. 2.509-38);

Foram reformados no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal:

Nos termos do art. 283 do regulamento aprovado pelo Decreto n. 16.274, de 20 de junho de 1923, o aspirante a oficial Carlos Adolfo Emilio Bastide (proc. 2.730-38);

Nos termos do art. 1º da Lei n. 390, de 6 de fevereiro de 1937, combinado com o art. 1º do Decreto n. 24.630, de 9 de julho de 1934, observada a restrição do art. 276 do regulamento n. 16.274, de 20 de dezembro de 1923, o 1º sargento Jaime Pereira da Silva (processo 651-39);

Nos termos do art. 1º, letra "c", do Decreto n. 21.206, de 28 de março de 1932, combinado com o Decreto n. 24.630, de 9 de julho de 1934, o 3º sargento Manuel Antônio de Andrade e Almeida (processo 88-39);

Nos termos do art. 1º, letra "a" do Decreto n. 21.206, de 28 de março de 1932, o bombeiro de 2ª classe Celestino Muniz de Aragão (proc. 409-39).

— Por decreto de 11 do corrente foi concedida licença ao distribuidor do 10º Ofício dos Feitos da Fazenda Pública, bacharel Edmundo Barreto Pinto, para desempenhar, sem ônus para o Tesouro Nacional, o cargo de Delegado do Brasil junto ao 1º Congresso Internacional de Turismo a se realizar em abril do corrente ano em São Francisco da Califórnia, Estados Unidos da América do Norte, e, por outro da mesma data, foi nomeado o eserevente juramentado Geraldo Calmon Costa para exercer, interinamente, o referido cargo de distribuidor durante o impedimento do serventuário efetivo.

Ministério das Relações Exteriores

Por decretos de 8 do corrente:

Foi removido Otávio Fialho, classe "M", da carreira de "Diplomata", do quadro único do Ministério das Relações Exteriores, da Embaixada em Bogotá para a Legação em Budapest, onde exercerá as funções de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário;

Foi removido Milton Cesar de Weguelin Vieira, classe "M", da carreira de "Diplomata", do quadro único do Ministério das Relações Exteriores, da Embaixada em Londres para o Consulado Geral em Genebra, onde exercerá as funções de Consul Geral;

Foi removido Jorge Olinto de Oliveira, classe "L", da carreira de "Diplomata", do quadro único do Ministério das Relações Exteriores, da Legação em Berna para a Legação em Budapest, onde exercerá as funções de Primeiro Secretário;

Foi concedida ao Primeiro Secretário Carlos Silveira Martins Ramos, classe "L", da carreira de "Diplomata", do quadro único do Ministério das Relações Exteriores, o título honorífico de Conselheiro de Embaixada;

Foi removido Odete de Carvalho e Sousa, classe "K", da carreira de "Diplomata", do quadro único do Ministério das Relações Exteriores, da Secretaria de Estados para a Legação em Berna, onde exercerá as funções de Segundo Secretário, ficando sem efeito o decreto que a removera para a Embaixada em Londres; e,

Foram nomeados:

O Coronel Gustavo Cordeiro de Faria, Adido à Embaixada em Berlim;

O Engenheiro Mário Leite para fazer parte da comissão encarregada do estudo dos problemas econômicos e culturais entre o Brasil e o Paraguai, instituída pelo acordo celebrado pelos dois Governos, em 16 de abril de 1937; e o

Engenheiro Mário Pope de Figueiredo para fazer parte da comissão encarregada do estudo dos problemas econômicos e culturais entre o Brasil e o Paraguai, instituída pelo acordo celebrado pelos dois Governos, em 16 de abril de 1937.

Ministério da Viação e Obras Públicas

Decretos do dia 4 de fevereiro de 1939

O Presidente da República resolve:

Aposentar, Eugênio Severo Leal, no cargo da classe "E", da carreira de "Escrutário", do Quadro II do Ministério da Viação e Obras Públicas, nos termos da legislação vigente. (Ref. Pr. 23.446-38).

Aposentar, Manuel dos Santos Correia, no cargo da classe "E", da carreira de "Escrutário", do Quadro II do Ministério da Viação e Obras Públicas, nos termos da legislação vigente. Ref. Pr. 23.446-38).

Aposentar, Oscar Santiago, no cargo de maquinista de 2ª classe, em disponibilidade, da Estrada de Ferro Central do Brasil, nos termos da legislação em vigor. (Ref. Pr. 23.446-38).

Decreto do dia 7 de fevereiro de 1939

O Presidente da República resolve nomear, de acordo com o artigo 1º do Decreto n. 20.486, de 6 de outubro de 1931, Eurico Pereira de Macedo, auxiliar, em disponibilidade, classe "G", da extinta Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná, Quadro V, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para exercer o cargo da classe "F", da carreira de "Escrutário", do Quadro XXI, do Ministério da Viação e Obras Públicas, vago conforme consta das tabelas anexas à Lei n. 284, de 28 de outubro de 1936.

Ministério da Agricultura

Por decreto de 8 do corrente, foram renovados, por conveniência do serviço, de acordo com o art. 32 da Lei n. 284, de 28 de outubro de 1936:

O desenhista, classe "H", do Quadro único do Ministério da Agricultura, Renato de Miranda Carvalho, da Divisão de Aguas do Departamento Nacional da Produção Mineral para a Divisão de Geologia e Mineralogia do mesmo Ministério.

O agrônomo Fomento Agrícola, classe "J", do Quadro único do Ministério da Agricultura, Alexandre Leite de Figueiredo, da Inspeção Agrícola, da Divisão do Fomento da Produção Vegetal no Estado de Minas Gerais, para a Estação Experimental de Fumo, da mesma Divisão, em Pomba, no referido Estado.

O servente, classe "E", do Quadro único do Ministério da Agricultura, Antônio de Oliveira, da antiga Diretoria de Estatística da Produção, onde era lotado, para a Diretoria da Divisão de Defesa Sanitária Animal.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

EXPOSIÇÕES DE MOTIVOS

DE/190 — Em 31 de janeiro de 1939 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República — O Senhor Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio submete à aprovação de Vossa Excelência, por intermédio deste Departamento, o incluso trabalho de revisão anual da tabela numérica e da relação nominal correspondente, do pessoal extranumerário-mensalista, necessário aos serviços do Departamento do Povoamento, do Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização, do Conselho Nacional do Trabalho e Departamento Nacional de Indústria e Comércio.

2. Este Departamento, examinando a proposta, julgou-a em condições de ser aprovada, de vez que atendeu às exigências do Decreto-Lei n. 240, de 4 de fevereiro de 1938.

3. As melhorias de salário constantes da relação anexa foram sugeridas de acordo com o disposto no artigo 23, do aludido decreto-lei e verificar-se-ão em vagas ocorridas durante o exercício próximo findo e em funções criadas na presente proposta.

4. Os documentos apresentados pelos candidatos propostos à admissão acham-se de acordo com o disposto no inciso I, do artigo 18, do já referido decreto-lei e as admissões novas se processarão em lugares de menor salário.

5. Cumpre-me esclarecer a Vossa Excelência que a presente tabela numérica foi fixada nos limites da dotação orçamentária própria.

6. Nestas condições, e nos termos do artigo 26, do decreto-lei precitado, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o processo incluso, opinando, favoravelmente, à aceitação da proposta formulada pelo Senhor Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — *Moacyr Briggs*, Presidente interino.

Aprovado.

Em 2-2-39. — G. VARGAS.

DE/191 — Em 31 de janeiro de 1939 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República — O Ministério da Agricultura, em ofício n. 1.546, de 31 de dezembro último, submete à aprovação de Vossa Excelência, por intermédio deste Departamento, o incluso trabalho de revisão anual da tabela numérica e da relação nominal correspondente, do pessoal extranumerário-mensalista, necessário aos trabalhos do Serviço de Defesa Sanitária Vegetal e suas dependências.

2. Este Departamento, examinando a proposta, julgou-a em condições de ser aprovada, de vez que atendeu às exigências do Decreto-Lei n. 240, de 4 de fevereiro de 1938.

3. As melhorias de salário constantes da relação anexa foram sugeridas nos termos do artigo 23, do aludido decreto-lei e verificar-se-ão em vagas ocorridas durante o ano próximo findo e em funções criadas na presente proposta.

4. Os documentos apresentados pelos candidatos propostos à admissão acham-se de acordo com o disposto no inciso I, do artigo 18, do já referido decreto-lei e as admissões novas se processarão em lugares de menor salário.

5. Cumpre-me esclarecer a Vossa Excelência que a presente tabela numérica foi fixada nos limites da dotação orçamentária própria.

6. Nestas condições, e nos termos do artigo 26, do decreto-lei precitado, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a presente relação, opinando, favoravelmente, à aceitação da proposta formulada pelo Ministério da Agricultura.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — *Moacyr Briggs*, Presidente interino.

Aprovado.

Em 6-2-39. — G. VARGAS.

DE/192 — Em 2 de fevereiro de 1939 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República — O Senhor Ministro da Educação e Saúde submete à aprovação de Vossa Excelência, por intermédio deste Departamento, o incluso trabalho de revisão anual da tabela numérica e da relação nominal correspondente, do pessoal extranumerário-mensalista, necessário ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

2. Este Departamento, examinando a proposta, julgou-a em condições de ser aprovada, de vez que atendeu às exigências do Decreto-Lei n. 240, de 4 de fevereiro de 1938.

3. As melhorias de salário constantes da relação anexa foram sugeridas de acordo com o estabelecido no artigo 23, do aludido decreto-lei e verificar-se-ão em vagas ocorridas durante o ano próximo findo e em funções criadas na presente proposta.

4. Os documentos apresentados pelos candidatos propostos à admissão acham-se de acordo com o disposto no incluso I, do artigo 19, já referido decreto-lei e as admissões novas se processarão em lugar de menor salário.

5. Cumpre-me esclarecer a Vossa Excelência que a presente tabela numérica foi fixada nos limites da dotação orçamentária própria.

6. Nestas condições, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o processo incluso, opinando favoravelmente y aceitação da proposta formulada pelo Senhor Ministro da Educação e Saúde.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — *Moacyr Briggs*, Presidente interino.

Aprovado.

Em 6-2-39. — G. VARGAS.

DE/193 — Em 2 de fevereiro de 1939 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República — Submeteu Vossa Excelência ao estudo deste Departamento o telegrama em que *Otilio Lupi e outros*, escripturários do Quadro VIII — Alfândegas — do Ministério da Fazenda, com exercício na Alfândega de Santana do Livramento, pediram o pagamento da diferença de vencimento, assegurada pelo artigo 3º, das Disposições Transitórias da Lei 284, de 28 de outubro de 1936.

2. O Serviço do Pessoal daquele Ministério, ouvido sobre o assunto, informou que foi feita a distribuição do crédito, para atender ao pagamento reclamado.

3. Nestas condições, ao restituir a Vossa Excelência o processo anexo, este Departamento tem a honra de opinar pelo seu arquivamento.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — *Moacyr Briggs*, Presidente interino.

Arquive-se:

Em 6-2-39. — G. VARGAS.

DE/194 — Em 2 de fevereiro de 1939 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República — Submeteu Vossa Excelência ao estudo deste Departamento o telegrama em que *Francisco Bessa e outros*, funcionários do Quadro VIII — Alfândegas — do Ministério da Fazenda, com exercício na Alfândega de Aracajú, pedem o pagamento da diferença de vencimento, assegurada pelo artigo 3º, das Disposições Transitórias da Lei 284, de 28 de outubro de 1936.

2. O Serviço do Pessoal daquele Ministério, ouvido sobre o assunto, informou que foi feita a distribuição do crédito, para atender ao pagamento reclamado.

3. Nestas condições, ao restituir a Vossa Excelência o processo anexo, este Departamento tem a honra de opinar pelo seu arquivamento.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — *Moacyr Briggs*, Presidente interino.

Arquive-se:

Em 6-2-39. — G. VARGAS.

DE/195 — Em 2 de fevereiro de 1939 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República — Submeteu Vossa Excelência à apreciação deste Departamento a Exposição de Motivos do Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas, sobre o pagamento da diferença de vencimento, por substituição, a funcionários que, adianta aquele titular, exerceram a chefia de seções, no impedimento legal dos respectivos chefes.

2. Declara o Senhor Ministro da Viação que, solicitado ao Ministério da Fazenda o pagamento respectivo, recusou-se esse a fazê-lo, porque, com a vigência da Lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, conforme decisão do antigo Conselho Federal do Serviço Público Civil, "não pode haver substituição, em qualquer classe, dentro das carreiras profissionais".

3. Invoca o Senhor Ministro da Viação o Decreto n. 642, de 14 de fevereiro de 1936, e o pronunciamento do Tribunal de Contas, para demonstrar a legalidade das substituições referidas e o respectivo pagamento.

4. O Decreto 642, citado, em que se amparam o ponto de vista do Senhor Ministro da Viação e o parecer do Tribunal de Contas, que o julgou vigente ao tempo das substituições, declarava no seu artigo 3º:

"Reputar-se-á unicamente substituição, para o efeito dos artigos precedentes, o exercício interino dos lugares de chefia ou direção, que invistam o substituto de funções diversas da inerentes ao seu próprio cargo, em virtude de leis e regulamentos".

5. Sucede, porém, que, depois da vigência da Lei n. 284, de 1936, a chefia ou direção de serviços ou repartições é decorrente do exercício de cargo ou função gratificada, um e outra criados por lei.

6. Desde que as substituições referidas não decorreram do afastamento ou impedimento do ocupante de um cargo ou de uma função gratificada, caso em que será exigível a expedição de ato emanado da autoridade competente para nomear ou designar, não tem amparo legal, não se justifica o pagamento da diferença de vencimento.

7. A função identifica a carreira e não os cargos que a integram, de modo que as atribuições que lhe são privativas podem ser, indistintamente, cometidas a funcionários de qualquer classe, desde que essa signifique, apenas, vencimento.

8. Nesta conformidade, a decisão do Ministério da Fazenda está fundamentada na interpretação do antigo Conselho Federal do Serviço Público Civil, de acordo com a qual devem ser processadas as substituições anteriores ao Decreto 642, citado que foi revogado, expressamente, pelo Decreto-Lei n. 648, de 1938.

9. Este Departamento, restituindo a Vossa Excelência o processo anexo, tem a honra de manifestar-se de perfeito acordo com a decisão do Ministério da Fazenda.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — *Moacyr Briggs*, Presidente interino.

Aprovado.

Em 6-2-39. — G. VARGAS.

DE/196 — Em 2 de fevereiro de 1939 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República — Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência o requerimento em que *Anísio Astério Contreiras de Carvalho*, Escriurário, classe G, do Quadro III — Imprensa Nacional — do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, pede transferência para igual classe e carreira do Quadro VIII — Alfândegas — do Ministério da Fazenda.

2. O pedido encontra apoio, por interpretação extensiva, no § 2º, do artigo 35, da Lei n. 284, de 1936, pelo que nada há a opor à transferência solicitada, desde que a mesma fique subordinada à existência de vaga a ser preenchida por merecimento e que o interessado passe a ocupar o último lugar da classe em que pretende ingressar, ficando, outrossim, entendido que não se beneficiará do regime de quotas e perceberá, apenas, o seu atual vencimento do padrão G, isto é 900\$000 mensais.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — *Moacyr Briggs*, Presidente interino.

Aprovado.

Em 6-2-39. — G. VARGAS.

DE/220 — Em 6 de fevereiro de 1939 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República — Submeteu Vossa Excelência a estudo deste

Departamento o pedido de Américo Novais, no sentido de ser efetivada sua readmissão no serviço público.

2. O solicitante era Chefe do Serviço de Cultura do Aprendizado Agrícola de Rio Branco, no Território do Acre, da Diretoria do Ensino Agrícola do Departamento Nacional de Produção Vegetal, quando, em 17 de abril de 1934, foi exonerado em virtude de abandono do cargo nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 do Decreto n. 14.663, de 1 de fevereiro de 1931, que diz:

"considera-se definitivamente abandonado o emprego, independentemente de processo administrativo, se a ausência do funcionário se prolongar por mais de trinta dias consecutivos."

3. Mas Vossa Excelência, examinando o caso, teve ocasião de desachar, em 4 de novembro de 1936:

"Poderá ser readmitido, a juízo da administração, quando houver oportunidade (fls. de proc. e DO de 14-9-1936)."

4. Está, portanto a situação resolvida, devendo ser cumprido o respeitável despacho de Vossa Excelência. Si alguma coisa há a acrescentar, esta consiste em recomendar a readmissão em cargo que não deva ser obrigatoriamente exercido por agrônomo, bem assim que, preferentemente, se aproveite o requerente em cargo inicial de carreira.

5. Prejudicado é que, em hipótese alguma, se há de considerar a respeitável decisão de Vossa Excelência. Ao invés de ocorrerem razões conducentes à reconsideração, verifica-se, pelo contrário, que a decisão de Vossa Excelência importou em reconhecer a procedência dos motivos, perfeitamente comprovados, que levaram o requerente a não seguir para o Acre: moléstia em pessoa de sua família, atraso em receber vencimentos e sobretudo impossibilidade de obter passagem em vapor que, ao tempo, se destinava ao norte do país.

6. Vê-se, portanto, que Vossa Excelência reconheceu motivo de força maior, o que fez, está implícito, com fundamento no artigo 8º do Decreto n. 19.582, de 12 de janeiro de 1931, que faculta a concessão de prazo especial, "a critério do Governo", para que funcionários removidos para o Acre entrem no exercício dos cargos. Não seria o fato da entrada em exercício aqui, como aconteceu na hipótese vertente, que alteraria o objetivo da lei e o pensamento governamental. O despacho de Vossa Excelência ampliou os prazos que, antes da exoneração, o Senhor Ministro concedera ao interessado.

7. Por outro lado, finalmente, ainda se tornou salutar a decisão de Vossa Excelência, atendendo ao seguinte aspecto novo, que o estudo de agora revela: a exoneração se baseou no artigo 14, § 2º, do Decreto n. 14.663, de 1931, transcrita. O parágrafo entretanto, só se ajusta aos casos de licença, conforme o texto do artigo 14 e sua remissão ao artigo 8º, sob essa própria modalidade revogada por lei posterior, hoje inserta como parágrafo 1º do artigo 211 da Consolidação das Leis Penais. E quando se contempla o referido parágrafo 2º como geral, autônomo ou destacado do artigo a que pertence, ainda assim, viu-se anteriormente, o artigo 8º do Decreto n. 19.582, de 1931, é o que regula a situação particular, referente ao Acre. A exoneração, portanto, não foi tão regular como supõem alguns altos funcionários que sobre ela se pronunciaram. O despacho de Vossa Excelência foi uma correção aos atos anteriores que resultaram na demissão do requerente.

8. Restituindo o processo a Vossa Excelência, este Departamento tem a honra de sugerir a readmissão do interessado em cargo equivalente ao que exercia.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — *Moacyr Briggs*, Presidente interino.

Aprovado.

Em 7-2-39. — G. VARGAS.

DF/222 — Em 7 de fevereiro de 1939 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República — Submeteu Vossa Excelência à apreciação deste Departamento o incluso trabalho de revisão anual da tabela numérica e da relação nominal correspondente, do pessoal extranumerário-mensalista, necessário aos serviços das diversas repartições subordinadas ao Ministério da Fazenda.

2. Este Departamento, examinando a proposta, julgou-a em condições de ser aprovada, de vez que atendeu às exigências do Decreto-Lei n. 240, de 1 de fevereiro de 1938.

3. As melhorias de salário constantes da relação anexa foram sugeridas, de acordo com o estabelecido no artigo 23 do aludido decreto-lei e verificaram-se em vagas ocorridas durante o ano próximo findo e em funções criadas na presente proposta.

4. Os documentos apresentados pelos candidatos propostos à admissão acham-se de acordo com o disposto no artigo 18, do decreto-lei já referido, e as admissões novas se processarão em lugares de menor salário.

5. Cumpre-me esclarecer a Vossa Excelência que a presente tabela numérica foi fixada nos limites da dotação orçamentária própria.

6. Nestas condições, tenho a honra de restituir a Vossa Excelência o processo incluso, opinando, favoravelmente, à aprovação da proposta formulada pelo Senhor Ministro da Fazenda.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — *Moacyr Briggs*, Presidente interino.

Aprovado.

Em 7-2-39. — G. VARGAS.

PORTARIA N. 102

O Presidente interino do Departamento Administrativo do Serviço Público, atendendo ao acúmulo de trabalho a cargo da Divisão de Organização e Coordenação, resolve prorrogar, por três meses, a partir desta data o expediente do Escritório Oswaldo Pinto Magalhães, classe E, do Quadro II, do Ministério da Viação e Obras Públicas, servindo no Departamento, arbitrando-lhe a gratificação mensal de 300\$00 (trezentos mil réis), na forma do disposto no artigo 399 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, correndo a despesa pela Varba 1ª — Pessoal — IV — Gratificações e auxílios — 6 — Serviços Extraordinários — 01) do Anexo 2 do Decreto-Lei n. 942, de 10 de dezembro de 1938.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1939. — *Moacyr R. Briggs*.

Divisão do Funcionário Público

Processo n. 552 — Valdemar Bezerra da Silva e outros, funcionários dos Serviços Gráficos de Superintendência do Ministério da Educação e Saúde, representam a este Departamento contra o que consideram uma violação do art. 51 da Lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, por ter sido designado, pelo Superintendente, chefe de Encadernação, um Extranumerário, diarista.

Parecer

2. Está informado e explicado, no processo, que, realmente, Leobino Vieira é extranumerário, diarista, a ele tendo sido atribuído, pelo Superintendente, o encargo de distribuir os trabalhos entre os encadernadores e o de fiscalizar a execução deles. Trata-se, explica ainda o Superintendente, de organização ou ordem interna de serviço.

3. Vê-se, portanto, que nenhum cargo foi discricionariamente criado, nem nenhum pagamento foi ilegalmente atribuído ao extranumerário referido.

4. Ocorre ainda, como friza acertadamente a Superintendência, que o Serviço Gráfico (S.G.) está em situação especialíssima, não constituindo o seu atual funcionamento, no momento, aquele "núcleo reduzido" a que se reporta o art. 51 da Lei n. 284 citada. Efetivamente se observa que, serviço auxiliar recém-criado, está ele constituído, "inicialmente, da reunião dos serviços de tipografia", dantes "existentes em várias repartições do Ministério (art. 66, c, e § 2º, da Lei n. 378, de 1937)". Impossível, pois, um "núcleo reduzido" de especialistas, até porque, hoje, não é só de serviços tipográficos que se forma o S. G. Daí decorre que a coordenação e controle da totalidade de funcionários, com aptidões variadas, só se operaria com regularidade e rendimento útil, quando confiados a um técnico, conforme se mostra ser o extranumerário em questão, não como chefe de repartição, mas como auxiliar da própria Superintendência. Seja como for, o ponto de vista da Superintendência, tal qual está posto o problema, representa o verdadeiro interesse do serviço.

5. Por fim, as penas sugeridas pelo S.P.E., com as quais está acorde a maioria da C.E.E., não podem ser impostas no presente processo; para justificá-las devem as faltas ser apuradas em processo especial, no qual sejam ouvidos os acusados, mesmo porque quaisquer penas nada têm a ver com o direito de petição, usado pelos requerentes.

6. Deve-se considerar a reclamação improcedente, não devendo aos reclamantes, porque a fizeram, ser aplicada, qualquer pena, desde que, justificadamente ou não, usaram de legítimo direito de petição.

7. Se outras faltas cometeram, si bem não se desobrigam de seus deveres, que se lhes aplique a pena regulamentar que couber.

8. Tratando-se de assunto que escapa à competência do DASP, decidir, deve o processo ser submetido à apreciação do Senhor Ministro da Educação e Saúde. — *Paulo Lira*, diretor de Divisão.

Despacho — Aprovado. Encaminho ao Sr. Ministro da Educação. — *Moacyr Briggs*.

Processo n. 608-39 — Otogamiz Valdemar de Melo Aroeira, Oficial Administrativo, da classe "J", do Quadro I, do MJNI, em requerimentos dirigidos ao Senhor Ministro da Justiça e ao antigo CFSPC, solicitou a contagem do período de interinidade, como antiguidade de classe.

Parecer

O requerente, baseando-se no artigo 36, da Lei n. 334/1936, requer que lhe seja computado, como de antiguidade de classe, no cargo para o qual foi promovido, em 6/10/37, o período de 21/10-35 até esta data, em que por decreto do Executivo, exerceu, interinamente, em substituição legal, o antigo cargo de 2º oficial da Secretaria de Estado (hoje Oficial Administrativo da classe "J").

2. A CEJ, em parecer de 31/12/38, contraria a pretensão do requerente.

3. O peticionário, em 1935, foi designado, na qualidade de 3º oficial, para exercer, em caráter interino, no impedimento do ocupante efetivo, o cargo de 2º oficial da SE.

4. Em 14/2/36, o Decreto n. 642, regulamentando a Lei número 158, de 30/9/35, abolia as substituições que não fossem em cargos de chefia.

5. Surgindo dúvidas, quanto ao pagamento dos funcionários nas condições da do suplicante, o Senhor Presidente da República exarou, na Exposição de Motivos 453, de 8/5/36, do MP, respeitável despacho, que assim concluiu:

"...devendo tornar sem efeito as nomeações dos que não quiserem continuar".

6. De acordo com esse despacho invocado pelo peticionário, só deveriam ser dispensados aqueles que não quisessem continuar, sem remuneração, ocupando, interinamente, os cargos que exerciam. O requerente, por exemplo, continuou a exercer a substituição, sem vantagem pecuniária, não tendo havido ato expresso tornando sem efeito o anterior.

7. Entretanto, convém ressaltar que o despacho presidencial a que se alude, foi proferido antes da Lei n. 284, de 28/10/36, em cuja vigência, como ficou resolvido, não pode haver substituição em qualquer classe, dentro das carreiras.

8. Assim sendo, o peticionário não foi, como alega, efetivado, por promoção, em cargo que vinha exercendo em caráter interino, sem interrupção, pois, desde a vigência da Lei do Reajustamento que havia cessado essa interinidade, por terem sido revogadas quaisquer disposições que contrariassem os seus princípios fundamentais.

9. Nestas condições, e, de acordo com o parecer da CEJ não pode ser atendido o pedido, que não tem amparo legal. — *Paulo Lyra*, diretor de Divisão.

Despacho — Indeferido, à vista do parecer. — *Moacyr Briggs*.

Processo n. 610-39 — *Eloj Peres Figueirôa e Mozart Bulcão Santiago*, Estatísticos, das classes "H" e "G", do Quadro II, Polícia Civil do Distrito Federal, do Ministério da Justiça, solicitam ao DASP que as suas promoções, quando realizadas, sejam contadas a partir de 1 de janeiro de 1937.

Parecer

A CEJ., em seu parecer n. 195, esclareceu que os requerentes pretendem gozar das mesmas vantagens com que foram beneficiados os titulares das classes "I" e "J", não só quanto à contagem de antiguidade, mas também com relação ao recebimento de diferença de vencimento.

2. Pelo Decreto n. 3.054, de 9 de setembro de 1938, que corrigiu falhas encontradas na classificação dos funcionários da carreira de Estatístico, foi criado um cargo na classe "I", para ser preenchido com o saldo da dotação indicado pela conta corrente do quadro respectivo.

3. O Decreto n. 3.393, de 2 de dezembro de 1938, que extinguiu diversos cargos do Quadro II, do Ministério da Justiça, determinou que da dotação de 273:600\$0 fosse o saldo de 15:600\$0 aplicado no preenchimento do cargo vago da classe "I", da carreira de Estatístico, do mesmo quadro.

4. Assim a antiguidade de classe do funcionário promovido, para a vaga cujo provimento se verificará no 1º quadrimestre deste ano, só se poderá contar da data do decreto n. 3.393, isto é, 2 de dezembro de 1938.

Nestas condições o pedido não merece deferimento, devendo ser arquivado. — *Paulo Lyra*, diretor de divisão.

Despacho — Arquite-se. — *Moacyr Briggs*.

Processo n. 1.825-714/39 — *Maria da Glória Whately de Assunção*, Agente, da classe "G", do Quadro IV — D.R. do Distrito Federal — do MVOP., em requerimento dirigido a este Departamento solicita retificação de classificação por ordem de antiguidade.

Parecer

Alega a requerente que a classificação publicada, firmada no parecer desta DE., não está certa por não ter a mesma se baseado na elevação de classe, das Agências, o que correspondia à promoção.

2. O DCT informa que a antiguidade da peticionária e de D. Maurília Vieira da Costa, a quem se alude, obedeceu ao disposto no artigo 424, § 2º do decreto n. 14.722, de 16-3-21 (Regulamento Postal), isto é, foi computada a partir, respectivamente, de 3-4-23 e de 27-2-20, datas da remoção de ambas para as Agências do "Largo da Lapa" e da "Avenida Gomes Freire".

3. O assunto não comporta mais debates, por ter sido minuciosamente estudado no parecer referido que foi aceito pelo Presidente deste Departamento e aprovado pelo Sr. Presidente da República.

4. Convém salientar que o citado parecer foi exarado à vista dos pareceres do DCT e da CEJ e dos regulamentos então vigentes.

5. A contagem, de acordo com a informação do DCT, está certa, como certa está a colocação que a peticionária obteve.

6. Nada havendo que deferir, por falta de amparo legal, deve o presente processo ser arquivado. — *Paulo Lyra*, diretor de divisão.

Despacho — Arquite-se, à vista do parecer. — *Moacyr Briggs*.

Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento

Despachos:

Processo n. 474 — *Antônio de Carvalho Borges*, ajudante de porteiro, padrão "H", do Quadro I, do Ministério da Educação e Saúde, pede transferência para comissário de vigilância do Juízo de Menores do Distrito Federal. Despacho: O requerente, *Antônio de Carvalho Borges*, ajudante de porteiro, padrão "H", cargo a se extinguir quando vagar, do Quadro I, do Ministério da Educação e Saúde, pede transferência para o cargo de comissário de vigilância do Juízo de Menores, mesmo padrão, do Quadro VI, do M.J.N.I. (Justiça do Distrito Federal). O S.P. do M.E.S. opina favoravelmente à transferência, pela circunstância de ocupar o interessado cargo extinto quando se vagar, e a C.E.E. concorda com o ponto de vista do referido S.P. O juiz de menores declara nada ter a opor, acrescentando que o requerente presta bons serviços como comissário voluntário. Informa que estão preenchidos os dez cargos de comissários existentes. A C.E.E. opina favoravelmente à transferência, condicionada à prestação das provas exigidas pela lei. Não consta porém, do processo, se existem ou não excedentes na classe. Encaminho o processo à C.E.E., para informar. DS. do DASP., 9-2-39. — *M. Brito*, diretor.

Processo n. 625-39 — *Ovidio Ferreira Cândido*, candidato inscrito no concurso para "Escrivário", pede reinclusão do seu nome na relação das inscrições aprovadas. Parecer: O requerente, inscrito para prestação das provas do concurso para provimento em vagas da classe inicial da carreira de "Escrivário" de qualquer Ministério, não teve sua inscrição aprovada por falta de atestado de bons antecedentes. Alegando que o mesmo não lhe fora entregue em tempo pela repartição encarregada de expedir-lo, pede agora apresentá-lo, para "reinclusão de seu nome na relação dos candidatos". Em vista do que dispõem as instruções gerais para concursos e havendo expirado em dez de janeiro último a prorrogação de prazo concedida para se completar a documentação dos inscritos condicionalmente, opino pelo indeferimento, embora tenha conhecimento de que a expedição dos atestados de bons antecedentes costuma ser realmente retardada. 7-2-39. — *M. Brito*. Despacho: Indeferido, à vista da informação. 9-2-39. — *Moacyr Briggs*.

Processo n. 713-39 — *Ari Rocha Moretz Sohn*, candidato inscrito no concurso de "Servente", solicita restituição dos documentos. Despacho: Restituam-se os documentos, mediante recibo. 9-2-39. — *M. Brito*.

Processo n. 1.086 — *Oscarina Martins da Nova*, candidata classificada em concurso, pede nomeação como estatístico-auxiliar, de preferência no Ministério da Educação e Saúde. Parecer: A requerente, classificada em concurso realizado em 1934 para auxiliar amanuense de 2ª classe da Diretoria de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura cargo que corresponde ao de estatístico-auxiliar, classe "G" (Lei n. 284, de 1936), pede sua nomeação em vaga desta carreira, em qualquer Ministério, preferindo o da Educação e Saúde, invocando para isso o Decreto-Lei n. 636-38. Terminou em 31 de dezembro último o prazo de validade do concurso prestado, na forma do decreto-lei supramencionado. Ainda que assim não fosse, a peticionária não poderia ser aproveitada, quer no Ministério da Agricultura, por falta de dotação (como se verifica do processo n. 9.566, referente a *Narciso Alves da Silva*), quer em qualquer outro Ministério, pois o concurso só lhe daria direito a nomeação para a Diretoria de Estatística da Produção daquele Ministério. Opino, pois, pelo indeferimento. 7-2-39. — *M. Brito*, diretor. Despacho: Indeferido, à vista do parecer. 9-2-39. — *Moacyr Briggs*.

Processo n. 1.814 — *Plínio César de Albuquerque*, guarda-fiscal de 5ª classe do Serviço de Plantas Têxteis do Ministério da Agricultura, pede nomeação como fiscal de plantas têxteis. Parecer: Opino pelo indeferimento, uma vez que os cargos iniciais da carreira de fiscal de plantas têxteis (Quadro Único do Ministério da Agricultura) devem ser preenchidos por concurso. 9-2-39. — *M. Brito*, diretor. Despacho: Indeferido, à vista do parecer. 9-2-39. — *Moacyr Briggs*.

Estão convidados a comparecer com urgência à Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento, para o fim de apresentar os documentos e títulos exigidos para o prosseguimento dos seus pedidos de transferência de carreira, os seguintes senhores: *Ernani de Moura Caldas*, *Davi de Aquino* e *José Custódio Guimarães*, *Luiz Gomes da Paixão*, *Oscar Campos do Amaral Góis*, *Fausto Caminha* e *Lucília Baena Machado Silva*.

Estão, igualmente, convidados a comparecer à Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento, para ciência do programa relativo aos seus pedidos de transferência, os seguintes senhores: *Serafim Soares Braga*, *José Alves Correia*, *Maria Josefa Lessa*, *Marcelino Bispo de Sousa*, *Carnot Germano Franco de Aquino*, *Eugênio dos Santos Pacobaiba Filho*, *Thompson Lemos da Silva*, *Nair de Sousa*, *Florianio Barbosa de Castro* e *Paulino de Almeida Costa*.

A Diretoria da Imprensa Nacional, de acordo com a legislação em vigor, só registrará assinaturas dos órgãos oficiais, para o exercício de 1939, mediante pagamento da importância correspondente ao período de 12 meses na Tesouraria da Imprensa Nacional, à rua 13 de Maio, ou mediante recolhimento, e respectiva comprovação, nas repartições arrecadadoras federais — Delegacias Fiscais, Alfândegas, Mesas de Rendas e Coletorias.

Aos funcionários públicos federais, estaduais e municipais é facultado pagar o custo da assinatura, computado já o desconto de 20 %, a que têm direito, em duas prestações semestrais de 28\$000.

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministério da Justiça e Negócios Interiores

Diretoria da Justiça e do Interior

Primeira Seção

Por portaria de 7 do corrente mês, foram concedidos três meses de licença, nos termos do art. 4º do Decreto n. 42, de 15 de abril de 1935, ao capitão da Polícia Militar do Distrito Federal, Manoel José Pais (Proc. 787-1939).

Requerimentos despachados pelo Sr. ministro:

Orlando Soares Rosas — Deferido (Proc. 957 de 1939).

Gustavo Adolfo de Lima Torres — Nada há que deferir. (Processo 2.685-38).

Requerimentos despachados pelo Sr. diretor:

João Pinto de Aragão — Prove que o Instituto de Identificação e Estatística não lhe fornece folha corrida ou atestado de bons antecedentes unicamente pela existência ali, das notas de sua exclusão e deserção (Proc. 893 de 1939).

Eduardo Jablonski — Sim, mediante recibo. (Proc. 981-1939).

Diretoria de Contabilidade

Expediente do dia 12 de janeiro de 1939

ACTOS DO SR. MINISTRO

Despacho em processo C-2.033/939:

Companhia Aliança da Baía — Requerimento solicitando o pagamento de aluguéis. — Indeferido, nos termos dos pareceres.

Primeira Seção

Avisos:

Ao Sr. presidente do Tribunal de Apelação:

1 — Transmitindo cópia do requerimento em que a "Casa Pratt" faz sentir as dificuldades que lhe foram opostas para a retirada do material fornecido, a título de experiência, ao extinto Tribunal Eleitoral do Distrito Federal.

Ao Sr. presidente do Conselho de Assistência e Proteção aos Menores:

1 — Comunicando, para os devidos fins, que por despacho de 7 deste mês, foi aprovada a prestação de contas relativa ao auxílio para despesas daquele Conselho, no 2º semestre do ano passado.

Ao Sr. comandante do Corpo de Bombeiros:

2 — Comunicando que, por decretos de 1 de novembro de 1938, foram reformados os oficiais — Major Emídio Dias Vieira, capitão Rafael Forni e 1º tenente Manoel Pereira Gomes, competindo-lhes, no período de 1 de novembro a 31 de dezembro de 1938, as vantagens discriminadas na demonstração anexa.

Ao Sr. Comandante da Polícia Militar:

2 — Comunicando que, por decreto de 20 de dezembro de 1938, foi reformado o soldado Manuel Henrique da Costa, competindo-lhe a importância de 42\$700, no período de 20 a 31 de dezembro de 1938, na razão mensal de 110\$320 ou na anual de 1:323\$840, correspondente a 14/20 partes do soldo anual de 1:891\$200.

4 — Comunicando que, por decreto de 20-12-38, foi reformado o soldado Angelino Alves de Freitas, competindo-lhe a importância de 20\$300, no período de 20 a 31-12-38, na razão mensal de 52\$535, ou na anual de 630\$400, correspondente àquela fração do soldo anual de 1:891\$400.

5 — Comunicando que, por decreto de 20-12-38, foi reformado o cabo maquinista Mario de Sousa, competindo-lhe a importância de

130\$100, no período de 20 a 31-12-38, na razão mensal de 336\$000 ou na anual de 4:032\$000, correspondente ao soldo de 3º sargento de 3:600\$000 e mais 12 %.

Ao Sr. Ministro da Fazenda:

189 — Solicitando seja paga, no Tesouro Nacional e não na Delegacia Fiscal no Estado da Baía, a importância de 13:902\$000, correspondente aos vencimentos anuais de disponibilidade a que tem direito no exercício de 1938, o bacharel Raul Ferreira Ribeiro.

194 — Solicitando o pagamento, no Tesouro Nacional, aos oito funcionários da Secretaria do extinto Senado Federal, mencionados em folha, da importância total de 18:200\$000, proveniente de gratificações a que se refere a lei n. 443, de 4 de junho de 1937 e a que têm direito no período de janeiro a outubro de 1937.

Segunda Seção

Ao Sr. presidente da Caixa Econômica:

1 — Solicitando providências no sentido de serem restituídas às firmas Carneiro de Rezende & Cia., Cesar Aghina e A. J. Ferreira Leal, as importâncias de 2:000\$000, a cada uma das primeiras e 2 títulos D. E. ao portador, do valor nominal de 1:000\$000 cada um, com os cupons de janeiro de 1939 e os seguintes, à terceira, tudo conforme os conhecimentos de ns. 25.072, 25.073 e 4.340, visto já estarem as mencionadas firmas liberadas dos compromissos assumidos.

Ao Sr. Ministro da Fazenda:

18 — Solicitando sejam restituídas a Alberto Haas 2 apólices ao portador, de 1:000\$000 cada uma, visto já se achar liberada do compromisso assumido.

Imprensa Nacional

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Requerimentos despachados

Dia 31 de janeiro de 1939

Sociedade Anônima Marvin (P. 60.170-39). — Oficie-se à Caixa Econômica autorizando o levantamento da caução.

Dia 2 de fevereiro de 1939

Vieira Bastos & Cia. (P. 60.212-39). — Oficie-se à Caixa Econômica autorizando o levantamento da caução.

Dia 3

Joaquina de Medeiros Teixeira (M. 70.071-39). — Caminhão-se.

Ida Burdman (M. 70.078-39). — Encaminhe-se.

Dia 8

Alfredo de Sousa Pinto (P. 60.344-39). — Certifique-se o que constar.

Dia 9

Roberto Torzilo (M. 70.098-39). — Certifique-se o que constar. Gabriel de Almeida (M. 70.097-39). — Certifique-se o que constar.

A Diretoria da Imprensa Nacional, de acordo com a legislação em vigor, só registrará assinaturas dos órgãos oficiais, para o exercício de 1939, mediante pagamento da importância correspondente ao período de 12 meses, na Tesouraria da Imprensa Nacional, à rua 13 de Maio, ou mediante recolhimento, e respectiva comprovação, nas repartições arrecadadoras federais — Delegacias Fiscais, Alfândegas, Mesas de Rendas e Coletorias.

Aos funcionários públicos federais, estaduais e municipais é facultado pagar o custo da assinatura, computado já o desconto de 20 %, a que têm direito, em duas prestações semestrais de 28\$000.

Ministério da Educação e Saúde

Departamento Nacional de Educação

Divisão de Ensino Superior

Dia 9 de fevereiro de 1939

EXPEDIENTE DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA
N. 5.629-38 — Fernando Blacher. — Arquite-se.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL

N. 13.140-38 — Raimundo Reginaldo Melo. — Submeta-se, querendo, às provas de validação de diploma, nos termos do parecer da D. E. Su.

- N. 34.803/38 — Raimundo Guimarães Passarinho. — Indeferido, à vista do parecer n. 57/38 do Conselho Nacional de Educação.
- N. 42.273/38 — Zuleica Pimentel Alves Dias. — Indeferido pelos fundamentos do parecer.
- N. 42.887-38 — Antônio Américo de Carvalho. — Indeferido. Submeta-se, querendo, às provas de validação.
- N. 45.070/38 — Luiz Américo Soares de Farias. — Em vista do parecer da D. E. Su., não é possível o registro sem que o requerente se submeta às provas de validação, nos termos do § 1º do artigo do decreto n. 23.546.
- N. 45.702/38 — Lauro Araripe Pereira. — Indeferido. Submeta-se, querendo, às provas de validação.
- N. 2.539-39 — Adolfo Marques de Oliveira. — Indeferido, por estar esgotado, desde 1937, o prazo fixado em lei.
- N. 2.918/39 — Maria Pinheiro Cavalcante. — Indeferido. Submeta-se, querendo, às provas de validação.
- N. 3.023/39 — Valter Luiz Jordão. — Aguarde-se a solução que dará o G. N. E. a caso idêntico.
- N. 3.060/39 — Laei Soares Leite. — Indeferido.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR DE DIVISÃO

- N. 4.436/38 — Engenheiros diplomados pela Escola Superior de Mecânica e Eletricidade de São Paulo. — Selem devidamente a sua petição e os documentos que juntaram.
- N. 4.459/38 — Osvaldo Veloso. — Prove o interessado a regularidade de seu curso secundário.
- N. 22.812/38 — Dante Mareucci. — Prove ter o curso secundário.
- N. 2.415/39 — João Gilberto Ferreira de Sousa. — Compareça à Divisão de Ensino Superior, afim de prestar esclarecimentos.
- N. 4.746/39 — José Marinho Pinto Ferreira. — Dirija-se à Universidade do Brasil.

Registro de diplomas:

Deferidos:

- N. 34.034/38 — Olavo Cruz Mascarenhas.
- N. 213/39 — Ruben Loureiro Farias.
- N. 595/39 — Irândi de Aguiar Pantoja.
- N. 928/39 — Carlos Alberto Pais Pinto.
- N. 4.007/39 — Osvaldo dos Santos Dias.
- N. 4.508/39 — José Mendonça Furtado Jr.
- N. 2.719/39 — Delmar de Araújo Ribeiro.
- N. 2.721/39 — Jacinto Marinho Fernandes da Rosa.
- N. 2.972/39 — Eraldo Bandeira Braga.
- N. 2.976/39 — Danilo Carneiro Ribeiro.
- N. 2.966/39 — Estevão Mussak.
- N. 2.983/39 — Fredericindo Marés de Sousa.
- N. 2.993/39 — Francisco de Paula e Silva.
- N. 2.994/39 — Ari Pizzatto Ferreira.
- N. 2.996/39 — Francisco Rocha do Amaral.
- N. 3.007/39 — Manuel Vicente de Oliveira Melo.
- N. 3.016/39 — Dario Marchesini.
- N. 3.052/39 — Werner Rodrigues Nogueira.
- N. 3.230/39 — Ari Florêncio Guimarães.
- N. 3.366/39 — Willon de Oliveira e Sousa.
- N. 3.367/39 — Pedro Pascácio de Oliveira.
- N. 3.368/39 — Otávio de Araújo de Aragão Bulcão.
- N. 3.709/39 — Jorge Espinheira da Costa Pinto.
- N. 3.740/39 — Carmen Lins Coelho.
- N. 3.954/39 — Rui João Marques.
- N. 4.920/39 — Ernesto Machado.
- N. 5.247/39 — Filinto Muller.

Divisão do Ensino Comercial

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Dia 2 de fevereiro de 1939

- S. C. 42.313-38 — Acir Pimentel de Paiva Lessa. — Indeferido.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR DA DIVISÃO DE ENSINO COMERCIAL

Dia 7 de fevereiro de 1939

Recebidos:

- D.E.C. 5.457-38 — Oscar Emerson do Rêgo Falcão — Relatório do mês de novembro de 1938 — Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia — São Salvador — Bahia.
- D.E.C. 5.396-38 — Olíndio Mariano da Fonseca — Relatório do mês de novembro de 1938 — Liceu Comercial da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro — Distrito Federal.
- D.E.C. 253-39 — Osvaldo Riffel França — Relatório do mês de dezembro de 1938 — Instituto La-Fayette — Departamento Feminino — Distrito Federal.
- D.E.C. 197-39 — Oscar Spilborghs — Relatório do mês de dezembro de 1938 — Escola de Comércio "Tiradentes" — São Paulo.
- D.E.C. 434-39 — Osvaldo Riffel França — Relatório do mês de dezembro — Instituto La-Fayette — Distrito Federal.

- D.E.C. 5.622-38 — Nelson de Barros Camargo — Relatório do mês de novembro de 1938 — Colégio Santo Antônio — Limeira — Estado de São Paulo.

- D.E.C. 371-39 — Naor Lopes Pereira — Relatório de julho de 1938 — Colégio União — Uruguaiana — Rio Grande do Sul.

- D.E.C. 370-39 — Naor Lopes Pereira — Relatório do mês de junho de 1938 — Colégio União — Uruguaiana — Rio Grande do Sul.

- D.E.C. 261-39 — Napoleão Bastos — Relatório do mês de dezembro de 1938 — Escola de Comércio Padre Champagnat — Fortaleza — Ceará.

- D.E.C. 406-39 — Aureliano Cesar do Nascimento — Relatório do mês de outubro de 1937 — Escola de Comércio de Sorocaba — Sorocaba — Estado de São Paulo.

- D.E.C. 381-39 — Aureliano Cesar do Nascimento — Relatório do mês de novembro — Escola de Comércio de Sorocaba — Estado de São Paulo.

- D.E.C. 399-39 — Edgar da Silva Melo — Relatório do mês de novembro — Escola Superior de Comércio de Vitória — Espírito Santo.

- D.E.C. 152-39 — Josué Emídio Vasco de Toledo — Relatório do mês de agosto de 1938 — Academia de Comércio do Ginásio São Paulo — Presidente Prudente — Estado de São Paulo.

- D.E.C. 379-39 — José Benedito Camargo — Relatório do mês de novembro — Escola de Comércio "Cristovam Colombo" — Piracicaba — Estado de São Paulo.

- D.E.C. 385-39 — José Rodrigues Mendes — Relatório do mês de novembro — Escola de Comércio anexa ao Ginásio São Paulo — São Paulo.

- D.E.C. 5.449-38 — Nemo Olaviano de Paula — Relatório do mês de novembro de 1938 — Instituto Comercial Immaculada Conceição — Guaporé — Rio Grande do Sul.

- D.E.C. 77-39 — Nicolau Duarte Silva — Relatório do mês de dezembro de 1938 — Colégio Stafford — São Paulo.

- D.E.C. 5.288-38 — Nordau Rothier Duarte — Relatório do mês de novembro de 1938 — Academia Paulista de Comércio — São Paulo.

- D.E.C. 5.287-38 — Nordau Rothier Duarte — Relatório do mês de novembro de 1938 — Academia Popular de Comércio — São Paulo.
- D.E.C. 402-39 — Alpinolo Lopes Casali — Relatório do mês de novembro de 1938 — Instituto Comercial Brasil São Paulo — São Paulo.

- D.E.C. 5.625-38 — Nicolau Duarte Silva. — Relatório do mês de novembro de 1938 — Academia Comercial "São Paulo" — São Paulo.

- D.E.C. 28-39 — François Nehmé — Relatório do mês de novembro de 1938 — Ginásio Municipal N. S. do Carmo — Caxias — Rio Grande do Sul.

- D.E.C. 5.407-38 — Edison dos Santos Bernardes — Relatório do mês de novembro de 1938 — Academia de Ciências Comerciais de Alagoas — Maceió — Alagoas.

- D.E.C. 5.473-38 — Nordau Rothier Duarte — Relatório do mês de novembro de 1938 — Departamento de Educação Intelectual da Associação Cristã de Moços — São Paulo.

- D.E.C. 25-39 — Maria Rita Blumer Godoi — Relatórios de setembro, outubro e novembro de 1938 — Faculdade de Comércio Dom Pedro II — Birigui — Estado de São Paulo.

- D.E.C. 20-39 — Moacir Borges de Matos — Relatório do mês de dezembro de 1938 — Cursos Comerciais Santa Catarina — Juiz de Fora — Minas.

- D.E.C. 80-39 — Marcos R. de Sales — Relatório do mês de dezembro de 1938 — Escola Secundária Técnica "Amare Cavaleanti" — Distrito Federal.

- D.E.C. 49-39 — Marcelle G. de Bastos Melo — Relatório do mês de dezembro de 1938 — Instituto Comercial Rui Barbosa — Distrito Federal.

- D.E.C. 432-39 — José Seixas de Queiroz Júnior — Relatório do mês de setembro de 1938 — Liceu N. S. Auxiliadora — Campinas — Estado de São Paulo.

- D.E.C. 418-39 — Emanuel da Cunha Viana — Relatório do mês de dezembro de 1938 — Escola Diocesana Comercial — Niterói — Estado do Rio.

- D.E.C. 419-39 — José Seixas de Queiroz Júnior — Relatório do mês de outubro de 1938 — Liceu N. S. Auxiliadora — Campinas — Estado de São Paulo.

- D.E.C. 205-39 — Maria Madalena Franco de Sales — Relatório do mês de dezembro — Colégio Sacré Coeur de Marie — Distrito Federal.

- D.E.C. 336-39 — Manuel Arnaldo Cardoso de Almeida — Relatório do mês de dezembro — Academia de Comércio de Campos — Estado do Rio.

- D.E.C. 123-39 — Mário Guimarães Faria — Relatório do mês de novembro — Academia de Comércio de Uberlândia — Minas.

- D.E.C. 468-39 — Moacir Borges de Matos — Relatório do mês de dezembro — Academia de Comércio de Juiz de Fora — Minas Gerais.

- D.E.C. 408-39 — Garcia Bueno Brandão — Relatório do mês de dezembro — Escola de Comércio de Ouro Fino — Minas Gerais.

- D.E.C. 469-39 — Cezar Pereira de Sales — Relatório do mês de dezembro — Escola Secundária Técnica "Amaro Cavaleanti" — Distrito Federal.

D.E.C. 393-39 — Edmir Pederneiras Furquim — Relatório do mês de janeiro — Colégio Emulação — Distrito Federal.

D.E.C. 61-39 — Oscar Sampaio Quental — Relatório do mês de novembro — Ginásio Batista — Distrito Federal.

D.E.C. 52-39 — Otelo S. Grechi — Relatório do mês de dezembro — Liceu Fluminense — Petrópolis — Estado do Rio.

D.E.C. 51-39 — Otelo S. Grechi — Relatório do mês de dezembro — Escola N. S. do Amparo — Petrópolis — Estado do Rio.

D.E.C. 5.206-38 — Otelo S. Grechi — Relatório do mês de novembro — Escola de Comércio N. S. do Amparo — Petrópolis — Estado do Rio.

D.E.C. 5.621-38 — Otávio de Almeida Barbosa — Relatório do mês de dezembro — Faculdade de Comércio de Minas Gerais — Belo Horizonte — Minas Gerais.

D.E.C. 4.793-38 — Otelo S. Grechi — Relatório do mês de outubro — Escola de Comércio N. S. do Amparo — Petrópolis — Estado do Rio.

D.E.C. 5.646-38 — Orlando da Cunha Carlos — Relatório do mês de novembro — Ensino Comercial "Roque Gonzalez" — Cachoeira — Rio Grande do Sul.

D.E.C. 5.264-38 — Oscar de Sampaio Quental — Relatório do mês de outubro — Ginásio Batista — Distrito Federal.

D.E.C. 5.207-38 — Otelo S. Grechi — Relatório do mês de novembro — Liceu Fluminense de Petrópolis — Estado do Rio.

Inspetoria dos Centros de Saúde

REQUERIMENTOS DESPACHADOS PELO SR. INSPETOR

Dia 30 de janeiro de 1939

Manuel Fernando da Silva Cravo. — Releve-se a multa à vista do parecer. Comunique-se e publique-se. (Req. 131).

Dia 31 de janeiro de 1939

Dr. Antônio Vieira. — Concedo os noventa dias solicitados. (Of. n. 22).

Paulina Liska Kragh. — Deferido, à vista da informação. (Req. 220).

Cidrak Ney. — À vista da informação, concedo o prazo pedido, para cumprimento integral do termo de intimação. (Req. 4.706).

Leonardo Bezerra Cavalcanti. — Concedo o prazo solicitado, para cumprimento integral do termo de intimação. (Req. 448).

Dia 1 de fevereiro de 1939

Dr. Renato Machado. — Como requer. (Req. 121).

Joaquim de Miranda Arleiro. — À vista da informação, concedo o prazo pedido. (Req. 249).

Alberto Torres Braga. — Releve-se a multa à vista do cumprimento da intimação. Comunique-se e publique-se. (Requerimento n. 4.083).

Antônio Ferreira. — À vista do parecer, concedo o prazo improrrogável de sessenta dias. (Req. 349).

Alfredo Castilho. — Concedo os noventa dias em prorrogação. (Req. 62).

João de Deus de Magalhães Barros. — Como requer

Dia 2 de fevereiro de 1939

Dr. Ademar dos Santos Pinto. — Aguarde oportunidade. (Req. 560).

Dr. Manuel Vieira. — Como requer, relativamente às de 1939. (Req. 433).

Domingos Nunes & Cia. — Prove dentro do prazo de cinco dias que o depósito foi efetuado. (Req. 501).

Maria das Dôres Migueis Picado de Matos. — Releve-se a multa, à vista de ter sido cumprida a intimação. Comunique-se e publique-se. (Req. 4.098).

Barenco Coelho & Irmão. — Indeferido, à vista da informação. (Req. 4.753).

Adelino de Almeida. — Releve-se a multa à vista da informação. Comunique-se e publique-se. (Req. 381).

Nassim André. — Concedo o prazo improrrogável de noventa dias para o cumprimento integral do termo de intimação. (Req. n. 228).

Nassim André. — Idem, idem. (Req. 229).

Nassim André. — Idem, idem. (Req. 230).

Nassim André. — Idem, idem. (Req. 231).

Nassim André. — Idem, idem. (Req. 232).

Nassim André. — Idem, idem. (Req. 233).

Dia 3

Manuel Duarte Moreira. — Como requer.

Adelino Castro. — Indeferido, à vista da informação. (Req. n. 297).

Honório Saraiva do Amaral. — Como requer.

Maria Aníbal da Conceição. — À vista da informação, concedo o prazo solicitado em prorrogação. (Req. 243).

Augusto Pinheiro. — À vista do parecer concedo o prazo solicitado em prorrogação. (Req. 23).

Júlio Dias Canito. — Releve-se a multa, à vista da informação. Comunique-se e publique-se. (Req. 57).

Maria Aníbal da Conceição. — À vista do parecer, concedo o prazo solicitado em prorrogação. (Req. 242).

Agnelo Vieira de Cerqueira. — Como requer.

Produto aprovado em análise fiscal:

Manteiga marca "Miramar", fabricada por M. Silvestrini & Irmão, em S. Lourenço, Estado de Minas Gerais — Produto de primeira qualidade, bom para o consumo.

Aprovado em análise fiscal:

Manteiga marca "Itararé II", fabricada por Irmãos Macedo, em S. Sebastião do Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro — Produto de 1ª qualidade, bom para o consumo.

Aprovado em análise prévia:

Manteiga marca "Ribeira", fabricada por Irmão & Irmão, em Campo Belo, Estado de Minas Gerais — Produto de primeira qualidade, bom para o consumo.

Condenado em análise fiscal:

Manteiga de 1ª qualidade, marca "Caraninha", fabricada por Rezende & Cia., em Carandá, Estado de Minas Gerais — Produto fraudado por ter mais de duas e meia gramas de cloreto de sódio (item 3º do art. 19 do decreto n. 24.697, de 12 de julho de 1934).

Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal

SECÇÃO DE EXPEDIENTE

EXPEDIENTE DESPACHADO PELO SR. DIRETOR

Offícios:

N. 209 — Ao Sr. diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública, remete relação de prédios a esgotar para a rede da Cia. City Improvements, na Vila da Floresta.

N. 210 — Ao Sr. diretor da Divisão do Pessoal do D. de A. do M. da E. e Saúde, sobre pessoal.

N. 211 — Ao Sr. diretor da Divisão do Pessoal do D. de A. do M. da E. e Saúde, sobre pessoal.

N. 212 — Ao Sr. diretor da Divisão do Material do D. de A. do M. da E. e Saúde, pede construção de caixa para abrigo de hidrômetro.

N. 213 — Ao Sr. diretor do Domínio da União, transcreve o ofício n. 599 de 22 de março de 1937.

N. 214 — Ao Sr. superintendente da Administração do Porto do R. de Janeiro, sobre concerto em hidrômetro instalado na balança do Cais do Porto.

EXPEDIENTE DESPACHADO PELO SR. CHEFE DA SECÇÃO

N. 130 — Ao Sr. assistente do diretor da Recebedoria do D. Federal, devolve o processo n. 49.659-38.

N. 131 — Ao Sr. presidente da Caixa de Aposentadoria e P. de S. de A. e E. do D. Federal, sobre remessa de recibos ao Banco do Brasil.

N. 132 — Ao Sr. assistente do diretor da Recebedoria do Distrito Federal, devolve o processo n. 46.911-38.

N. 133 — Ao Sr. assistente do diretor da Recebedoria do D. Federal, devolve o processo n. 47.771-38.

N. 134 — Ao Sr. assistente do diretor da Recebedoria do D. Federal, devolve o processo n. 39.723-38.

N. 135 — Ao Sr. presidente da Caixa de A. e P. do S. de A. e E. do D. Federal, sobre tempo de serviço de Antônio Fernandes Gomes 2º.

REQUERIMENTOS DESPACHADOS PELO SR. CHEFE DA 3ª DIVISÃO

N. 326-39 — Fernando Constantino Lobo. — Deferido.

N. 430-39 — Antônio Francisco Lomba. — Deferido.

N. 621-39 — Manuel Francisco da Conceição Jardim. — Deferido.

N. 730-39 — Manuel Carneiro Dias. — Compareça ao 3º distrito.

N. 762-39 — Maria Soares. — Substitua-se a pena do prédio número 96 por hidrômetro de 10 mjm.

N. 780-39 — José Domingues Antunes. — Deferido.

N. 939-39 — Ari Linhares Ramos e outros. — Deferido.

N. 946-39 — Werne Loyil. — Deferido.

N. 993-39 — Joaquim Júlio de Proença. — Deferido.

N. 994-39 — Joaquim Júlio de Proença. — Deferido.

N. 996-39 — Joaquim Júlio de Proença. — Deferido.

N. 997-39 — Joaquim Júlio de Proença. — Deferido.

N. 998-39 — Joaquim Júlio de Proença. — Deferido.

N. 1.000-39 — Joaquim Júlio de Proença. — Deferido.

N. 1.089-39 — João Tavares de Amorim. — Faça-se a transcrição da pena para a testada do imóvel ou seja para o n. 81 da rua Pereira Landim.

N. 1.111-39 — Manuel Joaquim Nunes. — Deferido.

N. 1.119-39 — Ari Machado. — Deferido.

- N. 1.120-39 — Henrique Buhler. — Deferido.
 N. 1.172-39 — Otávio da Silva Maia. — Deferido.
 N. 1.250-39 — Francisco Pargas. — Deferido.
 N. 1.307-39 — João Barilari. — Deferido.
 N. 1.313-39 — Maria Lucinda. — Deferido.
 N. 1.461-39 — Maria Crtiz. — Deferido.
 N. 1.565-39 — Sociedade Machado & Comp. Ltda. — Deferido.
 N. 1.607-39 — Cândido Leal. — Deferido.
 N. 12.380-38 — Coemago & Alonso. — Nada ha que deferir..
 N. 15.277-38 — Manuel Gomes Pinto. — Deferido.
 N. 15.356-38 — Francisco Batista de Oliveira. — Deferido.

Ministério das Relações Exteriores

Por Portaria de 1 do corrente:

Foi concedida ao Auxiliar de Consulado Armando Braga Rui Barbosa, licença de tres (3) meses, de acordo com o art. 8º, n. I, do Decreto n. 11.663, de 1 de fevereiro de 1921, para ser gozada no Brasil.

A Diretoria da Imprensa Nacional, de acordo com a legislação em vigor, só registrará assinaturas dos órgãos oficiais, para o exercício de 1939, mediante pagamento da importância correspondente ao período de 12 meses, na Tesouraria da Imprensa Nacional, à rua 13 de Maio, ou mediante recolhimento, e respectiva comprovação, nas repartições arrecadoras federais — Delegacias Fiscais, Alfândegas, Mesas de Rendas e Coletorias.

Aos funcionários públicos federais, estaduais e municipais é facultado pagar o custo da assinatura, computado já o desconto de 20 %, a que têm direito, em duas prestações semestrais de 28\$000

Ministério da Fazenda

Serviço do Pessoal

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR DO PESSOAL

DESPACHOS

Processo n. 8.913/38 — Jugurta Castelo Branco, escriturário F, da Delegacia Fiscal da Baía, solicitando passagens entre esta Capital e São Paulo. — Indeferido, de acordo com a informação e parecer. Publique-se. Arquite-se (8-2-39). Da informação e parecer consta não poder ser atendido o interessado, visto que a transferência foi a pedido, conforme consta do decreto de 19 de janeiro último, publicado no "Diário Oficial" de 24 do mesmo mês.

Processo n. 90.080/38 — Magnólia Martins Pereira, extranumerária da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos no Piauí, solicitando nomeação para o cargo inicial da carreira de Escriturário deste Ministério. — Satisfaça, querendo a exigência do parecer. Publique-se (8-2-39). A requerente, no referido parecer é convidada a satisfazer as exigências da decisão n. DF1556, de 16 de dezembro último, do DASP, para que assista à requerente a preferência de que trata a mesma decisão.

Processo n. 105.053/38 — Encaminha telegramas da Delegacia Fiscal no Estado do Ceará, consultando sobre limite de vencimentos. A consulta feita pela Delegacia Fiscal no Ceará, relativamente à legalidade do pagamento, aos funcionários do imposto de renda, da diferença de quotas apurada do fim do ano, com observância do limite fixado na Lei n. 51, de 14 de maio de 1935, e no Decreto-Lei n. 24, de 29 de novembro de 1937, responde-se: As leis citadas e, bem assim, a circular deste Serviço, n. 10, de 1938, referem-se, expressamente, ao limite mensal, e não ao limite anual de vencimentos. A circular da Secretaria da Presidência da República, n. 10137, de 8 de junho de 1937, recomenda seja observado o limite de 5:000\$000, mensais, no pagamento de vencimentos, de acordo com a Lei n. 51, supra citada, cfr. "Diário Oficial" de 13 de setembro de 1937. Não ha, pois, cogitar do limite de 60:000\$000 anual, visto que a ele não ha referência na lei e nas decisões. Assim sendo, o pagamento da diferença apurada, da remuneração variável, quotas, terá de ser feito, no último mês do exercício, de modo a que não seja excedida a importância de 5:000\$000 no pagamento dos vencimentos relativos a esse mês. Publique-se. (9-2-39).

Proc. n. 8.834-39 — O inspetor da Alfândega de Parnaíba, no Estado do Piauí, consultando sobre pagamento dos vencimentos do ajudante do tesoureiro Luiz Nelson de Carvalho. — Responda-se afirmativamente à consulta feita à fls. 2, transmitindo-se à Alfândega uma cópia da informação e parecer, com que estou de acordo. Publique-se, também o parecer. 9-2-39. — É o seguinte o parecer a que se refere o despacho supra: "Estou de acordo em que se responda o ofício a fls. 2, no sentido da informação." 6-2-39. — Paulo Cesar de Aguiar. — A informação referida acima é a seguinte: "A Alfândega oficiante parece se deverá responder que, ante os termos claros e precisos da circular deste Serviço, n. 18, de 15 de dezembro de 1938, a que alías, faz referência, não pôde subsistir mais dúvida de que aos funcionários nomeados ou transferidos depois da vigência da Lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, para cargos, cujos vencimentos se desdobrem em ordenado e quotas, como o de que se trata, compete, apenas, o vencimento-ordenado e gratificação, do padrão da classe a que pertence o cargo. Nada importa que se trate, como no caso, de funcionário que já exercia, interinamente, o antigo cargo de fiel de tesoureiro, em que veio depois, a ser investido, em caráter definitivo, com a nova denominação de ajudante de tesoureiro, na forma da lei respectiva, n. 474, de 16 de agosto de 1937, por isso que essa sua nomeação verificou-se em outubro de 1937, ou seja, precisamente, um ano após a vigência da citada Lei n. 284, de 1936. E como me parece dever solucionar o caso em objeto, salvo melhor juízo. 1-2-39 — José A. de Sousa Carvalho, Of. Adm. "K", servindo no Quadro Móvel.

Proc. n. 8.715-39 — José de Melo, solicitando sua nomeação para o cargo da carreira de "Maquinista Marítimo". — Convide-se ao requerente a revendar o selo da petição, nos termos do art. 62, a incia "b", do regulamento aprovado pelo Decreto n. 1.137, de 7-10-1936, e, bem assim, a apresentar a carta, passada pela Capitania do Porto, que o habilita ao exercício das funções pleiteadas. 8-2-1939.

Proc. n. 8.715-39 — José de Melo, solicitando sua nomeação para o cargo da carreira de "Maquinista Marítimo". — Convide-se ao requerente a revendar o selo da petição, nos termos do art. 62, a incia "b", do regulamento aprovado pelo Decreto n. 1.137, de 7-10-1936, e, bem assim, a apresentar a carta, passada pela Capitania do Porto, que o habilita ao exercício das funções pleiteadas. 8-2-1939.

Dia 3 de fevereiro de 1939

Ao Sr. delegado fiscal em Alagoas:

N. 21 — Comunicando que o Sr. diretor geral deferiu o requerimento, em que Francelino Calheiros Casado Lima, coletor federal no mesmo Estado, transferido para idêntico lugar na coletoria de Itamaracá, pede 60 dias de prorrogação para reforço de fiança.

— Ao Sr. inspetor da Alfândega de Corumbá:

N. 15 — Comunicando que o Sr. diretor geral, indeferiu o requerimento dessa Alfândega, em que o escriturário classe "F", do Quadro VIII, Cipriano Mendes da Silva, pede lhe seja abonada uma gratificação por serviços prestados na seção de encomendas portais.

— Ao Sr. delegado fiscal no Maranhão:

N. 18 — Remetendo o decreto que nomeia José Galoso dos Reis, para exercer o cargo da classe "B", da carreira de "Servente", do Quadro VIII, e ter exercício na Alfândega da mesma capital, e autorizando seja dada posse ao referido nomeado.

N. 38 — Remetendo a portaria do Sr. diretor geral, concedendo seis meses de licença-prêmio ao coletor das rendas federais em Sete Lagoas, João de Paula França.

— Ao Sr. delegado fiscal na Paraíba:

N. 14 — Comunicando que o Sr. ministro indeferiu o requerimento em que Alaide dos Santos pede seu aproveitamento em classe inicial da carreira de "Escriturário" dos Quadros da Fazenda, visto não poder a suplicante beneficiar-se com a decisão invocada, devendo assim aguardar oportunidade.

N. 15 — Remetendo a portaria do Sr. diretor geral, concedendo dois meses de licença para tratamento de saúde, em prorrogação, ao guarda-livros da classe "F", do Quadro I — José Magalhães Vieira de Melo, com exercício na Contadoria Seccional junto a essa repartição.

Ao Sr. delegado fiscal em Pernambuco:

N. 17 — Remetendo a portaria do Sr. diretor geral, concedendo seis meses de licença prêmio ao agente fiscal do imposto do consumo do interior do mesmo Estado Raimundo Machado Guimarães.

N. 18 — Comunicando que o Sr. diretor geral, deferiu o requerimento, em que Francelino Calheiros Casado Lima, coletor federal no Estado de Alagoas, transferido para idêntico lugar na coletoria de Itamaracá, pede sessenta dias de prorrogação para reforço da fiança.

Ao Sr. delegado fiscal no Paraná:

N. 21 — Remetendo o processo sob n. 55.493/38, solicitando providências no sentido de serem prestados os esclarecimentos de que se trata a informação de fls. 16, do dito processo.

Ao Sr. delegado fiscal no Rio Grande do Norte:

N. 20 — Encaminhando o requerimento em que o Sr. José Madruga pede o seu aproveitamento numa das repartições deste Ministério, solicitando esclarecimentos a respeito.

Ao Sr. delegado fiscal em São Paulo:

N. 70 — Encaminhando o requerimento em que o oficial administrativo da classe "H", do Quadro VIII, com exercício na Alfândega de Santos — Hermenegildo Pacheco, pede pagamento dos seus vencimentos, solicitando esclarecimentos.

N. 71 — Comunicando que o Sr. diretor geral deferiu o requerimento em que o coletor federal em Bragança, Mário Martins, pede pagamento de remuneração pleiteada, no período daquela exatonia, durante o impedimento do respectivo exator que esteve em gozo de férias.

N. 72 — Comunicando que os escriturários da classe "F", do Quadro VIII — René Padilha e Lauro de Matos Rondon, transferidos

para o cargo da classe "F" da carreira de escriptorário do Quadro III — tomaram posse do novo cargo, neste Serviço, em 1 do corrente, continuando a servir no Quadro Móvel do Tesouro Nacional.

N. 73 — Comunicando haver a Delegacia Fiscal do Estado do Rio de Janeiro, informado o desligamento do escriptorário da classe "F" — Maria Helena Silva, por ter sido transferida para idêntico cargo, no Quadro III, deste Ministério na mesma Recebedoria.

Ao Sr. inspetor da Alfândega de Uruguaina.

N. 60 — Comunicando que o Sr. diretor geral, aprovou o ato dessa Inspeção, designando o ajudante de tesoureiro Euclides da Silva Moraes para substituir o tesoureiro Sr. Francisco da Silva.

Recebedoria do Distrito Federal

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 10 de fevereiro de 1939

Requerimentos:

N. 6.398-939 — Manuel José de Oliveira Esteves — Imponho de acordo com o parecer a pena de revalidação correspondente ao selo devido. Publicado o despacho e decorrido o prazo legal, remeta-se o processo à Procuradoria Geral da Fazenda Pública para a inscrição da dívida.

N. 2.158-937 — Arthur Hildebrandt — Aguarde oportunidade.

N. 18.162-937 — Paulo Jorge Tomaz Pereira — Idem.

N. 25.875-937 — Osvaldo Pereira Caldas — Idem.

N. 7.787-937 — Heracito dos Santos Castro — Idem.

N. 22.387-937 — Nestor Soares Amorim da Cruz — Idem.

N. 36.974-937 — Gabriel Pinheiro Guimarães — Idem.

N. 21.130-937 — Bento Xavier Martins — Idem.

N. 49.052-938 — João Goston — Idem.

N. 39.482-937 — José Moutinho Ferreira dos Santos — Idem.

N. 2.798-939 — Salvador Guedes — Altere-se o valor locativo para 27608000 no lançamento para o futuro exercício de 1940, sem prejuízo da revisão anual.

N. 5.791-939 — Júlia Guimarães Guerra — Intime-se o interessado a satisfazer a exigência.

N. 18.357-938 — Companhia Salinas Perynas — Restitua-se a patente de registro mediante recibo.

N. 5.771-939 — Viúva Carlos Contevile — Imponho ao requerente a pena de revalidação correspondente ao selo devido.

N. 5.770-939 — Maria Nogueira Fischel — Idem.

N. 35-939 — Fernando Lopes da Costa — Proceda-se a cobrança de acordo com a informação e o parecer. Intime-se para efetuar o pagamento no prazo de oito dias, sob as penas da lei.

N. 152-939 — Ernesto da Silva Sarunaga — Proceda-se a cobrança de acordo com a informação e o parecer. Intime-se para efetuar o pagamento no prazo de oito dias, sob as penas da lei.

N. 5.320-939 — Paris Correia — De acordo com a informação e o parecer imponho ao requerente a multa de 50\$000 de conformidade com o art. 70 do regulamento em vigor. Imponho outrossim, a pena de revalidação correspondente ao selo devido.

N. 6.443-939 — Jacob Schneider & Comp. — Imponho de acordo com o parecer a pena de revalidação correspondente ao selo devido. Publicado o despacho e decorrido o prazo legal, remeta-se o processo à Procuradoria Geral da Fazenda Pública, para a inscrição da dívida.

N. 3.135-939 — Levi Almeida Ltda. — De acordo com a informação e o parecer, restitua-se a quantia de 40\$000.

Processos:

N. 1.611-39 — Consulta de Gurgel & Comp. Ltda. — Responda-se que o assunto de que trata a consulta encontra ampla solução nos dispositivos constantes do § 9º e do inciso 1º do mesmo parágrafo do artigo 72 do Decreto-Lei n. 739, de 24 de setembro de 1938, não permitindo o regulamento qualquer alteração das normas prescritas sobre amostras de produtos farmacêuticos, distribuídas gratuitamente.

Publique-se.

N. 39.843-38 — Requerimento de Ribeiro & Campos. — Tratando-se de dívida correspondente ao exercício de 1934, decorrente de auto de infração lavrado e passado em julgado em época anterior ao decreto-lei n. 5, de 13 de novembro de 1937, razão legal que impede a sua aplicação ao caso em apreço, e, além, se achar a dívida em causa entrégué ao Poder Judiciário para a respectiva cobrança, resolvo deferir o pedido de fls. para o fim de permitir o recolhimento da importância de 872\$800 acrescida da móra de 10%, de conformidade com o art. 59, do decreto n. 22.061, de 9 de novembro de 1932.

Publique-se e intime-se a firma requerente a recolher a importância referida, no prazo de 10 dias sob pena de ser novamente autuada.

N. 5.812-39. — Consulta de Valter Goldschmidt & Cia. Ltda. — Responda-se que os leques representados pela amostra que acompanha a consulta, embora destinados à distribuição gratuita, incidem no pagamento do imposto de consumo a que se refere o § 27, do art. 4º, do decreto-lei n. 739, de 24 de setembro de 1938.

N. 5.943 — Consulta da Companhia Sousa Cruz — Responda-se nos termos seguintes:

Ao quesito 1º — Afirmativamente, se a importância indicada na consulta estiver em relação com o capital da consulente, em giro no seu comércio.

Ao quesito 2º — Afirmativamente, também, uma vez que nos estabelecimentos se efetuam vendas dos produtos.

Ao quesito 3º — A loja da avenida Rio Branco efetuando vendas por atacado, isto é, recebendo e visando pedidos de revendedores, fica sujeita ao pagamento de emolumentos de registro — por grosso —, à vista do que dispõe o final do artigo 17 do regulamento baixado com o decreto-lei n. 739, de 24 de setembro de 1938.

N. 31.569-38 — Consulta do Dr. Blem & Comp. Ltda. — Responda-se que o assunto de que trata a consulta encontra ampla solução no decreto-lei n. 1.061, de 20 de janeiro do corrente ano.

Publique-se e arquivase.

Autos:

N. 322 — O diretor da Recebedoria do Distrito Federal, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo decreto n. 21.617, de 14 de julho de 1932, resolve exonerar João Goston, do lugar de despachante desta Recebedoria, conforme requereu em petição protocolada sob n. 41.806, de 1938.

N. 2.096-38 — Contra José Ramos Alcade Lourenço — Solicite-se da Diretoria Geral da Fazenda Nacional a necessária autorização para se anular o despacho de folhas, visto ter ficado provado que o autuado, em tempo hábil, apresentou o pedido de prorrogação de prazo para produzir a sua defesa no processo a que responde.

Esse pedido, embora tivesse sido apresentado ao protocolo geral, em vez de o ser, ao de autos de infração, terá de ser apreciado, e, assim, assegurado ao autuado o seu pleno direito de defesa, deixando por isto de subsistir o termo de revelia de folhas, posto que, dito termo não haja concorrido para agravar a pena imposta ao autuado.

N. 1.292-38 — Contra A Química Bayer Ltda. — Converta o julgamento em diligência para o fim de mandar intimar a autuada — Química Bayer Ltda. — a fazer prova, com documentos hábeis, do pagamento do imposto de vendas e consignações, devido pelas mercadorias transferidas pela matriz, situada no Distrito Federal, para as filiais nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, de vez que a simples alegação desacompanhada de provas, não basta para ilidir a infração decorrente do auto de folhas.

Fica marcado o prazo de 30 dias, a contar da data em que tiver ciência desta despesa, para satisfazer a exigência dele constante.

EXPEDIENTE DO SR. ASSISTENTE

Dia 9 de fevereiro de 1939

Requerimentos:

N. 15 876 — Diamantino Simões dos Reis. — Faça-se a inscrição nos termos propostos, ficando ressaltados os direitos da Fazenda Nacional caso se venha apurar futuramente ter havido sucessão. Ordene a baixa "ex-offício" no lançamento em nome de Antônio da Silva Ribas, a partir do 2º semestre do corrente exercício, ao qual imponho a multa de 125\$000, médio da lei.

N. 45.516 — Outeiro Irmão. — Imponho a firma Outeiro Irmão a multa de 30 % sobre os emolumentos de registro nos termos do artigo 219, § 2º do Decreto 739 de 24 de setembro de 1938.

N. 46.074 — Avesse Asen. — Transfira-se. Imponho a Avesse Asen a multa de 50\$000, mínimo da lei. Em seguida vá o processo à 1ª Sub-diretoria para dizer se existe dívida por parte da firma sucedida.

N. 49.021 — A. Joaquim Ferreira. — Transfira-se. Imponho a firma A. Joaquim Ferreira a multa de 50\$000, mínimo da lei e mais a de 30 % sobre os emolumentos de registro. Em seguida vá o processo à 1ª Sub-diretoria para dizer se existe dívida por parte da firma sucedida.

N. 33.440 — E. F. de Azevedo. — Transfira-se. Imponho a firma E. F. de Azevedo a multa de 50\$00, mínimo da lei. Em seguida vá o processo à 1ª Sub-diretoria para dizer se existe dívida por parte da firma sucedida.

N. 44.811 — Magalhães & Queiroz. — Idem.

N. 46.475 — Alfredo Sales. — Inscreva-se a coleta de folhas 2 em nome de Alfredo Sales a quem imponho a multa de 100\$000, mínimo da lei.

N. 46.132 — Luiz Pelegrino. — Faça-se a inscrição "ex-offício" proposta em nome de Luiz Pelegrino a quem imponho a multa de réis 100\$000, mínimo da lei.

N. 46.128 — Banho & Comp. — Averbese-se a mudança "ex-offício" proposta com o valor locativo de 10:800\$000. Imponho a Banho & Comp. a multa de 125\$000, médio da lei.

N. 46.052 — Oscar José Viana. — Inscreva-se a coleta de fls. 2, em nome de Oscar José Viana, a quem imponho a multa de 100\$000, mínimo da lei.

N. 45.798 — Justiniano Antônio de Moraes. — Idem.

N. 3.347 — Joaquim Medeiros. — Inscreva-se a coleta com a nota de "isento".

N. 3.484 — Domingos de Sousa Ferraz. — Dê-se a baixa requerida a partir do corrente exercício. Imponho a Domingos de Sousa Ferraz a multa de 50\$000, mínimo da lei.

N. 2.761 — Antônio Nunes da Silva. — Idem.

N. 2.519 — Amâncio Mota & Comp. — Idem.

N. 5.969 — Catran Irmãos. — Averbese-se. Imponho a Catran Irmãos a multa de 50\$000, mínimo da lei.

N. 5.970 — Antônio Ribeiro. — Idem.

N. 2.219 — Comp. Brasileira de Eletricidade Siemens Schekert S. A. — Dê-se a baixa requerida a partir do corrente exercício.

N. 2.152 — J. Soares Ferreira. — Idem.

N. 2.147 — Yamagata Faro & Comp. Ltd. — Idem.

N. 2.124 — Antônio Francisco de Oliveira. — Idem.

N. 2.016 — Usinas Químicas Parol S. A. — Idem.

N. 1.978 — Antônio Costa. — Idem.

N. 1.785 — Moises Benarroz. — Idem.

N. 849 — Rosauro Zambrano. — Idem.

N. 50.213 — Saul Gelerman. — Idem.

N. 50.127 — Ricardo J. Ataíde. — Idem.

N. 50.125 — Euclides Rodrigues Correia. — Idem.

N. 49.862 — Alberto Fett & Comp. Ltd. — Idem.

N. 50.118 — Habib Mattar. — Idem.

N. 48.527 — Manuel Antônio Queijo. — Idem.

N. 48.411 — Floripe Pereira. — Averbese-se a mudança. Imponho a Floripe Pereira a multa de 50\$000, mínimo da lei. Em seguida vá o processo à 1ª Sub-diretoria. Remeta-se a 3ª Sub-diretoria.

N. 50.172 — Fausto da Ressurreição e outro. — Transfira-se. Imponho a Fausto da Ressurreição e Manuel Augusto e multa de 50\$000 mínimo da lei. Em seguida vá o processo à 1ª Sub-diretoria para dizer se existe dívida por parte da firma sucedida.

N. 19.864 — Aurora Monte Agudo. — Transfira-se "ex-officio" para o nome de Ida dos Santos a quem imponho a multa de 125\$000, médio da lei. Em seguida vá o processo às 1ª e 3ª Sub-diretorias para dizerem se existe dívida por parte da firma sucedida.

N. 30.621 — Hilda Marina Costa. — Transfira-se "ex-officio" para o nome de Hilda Marina Costa a quem imponho a multa de réis 125\$000, médio da lei. Em seguida vá o processo à 1ª Sub-diretoria para dizer se existe dívida por parte da firma sucedida.

N. 14.156 — Anísio Rodrigues Moreira. — Em face da informação e parecer, reconsidero o despacho de 10-6-1938, na parte referente à baixa da firma Serafim & Sousa e consequente multa imposta à citada firma, para o fim de torná-lo de nulo efeito. Dê-se baixa a partir do 2º semestre de 1938, no lançamento em nome da firma J. Pereira, pela estrada Marechal Rangel n. 8, a cuja firma imponho a multa de 125\$000, médio da lei.

N. 18.870 — Edmundo Fonseca. — Proceda-se a inscrição a partir do mês de março de 1938, dando-se baixa em seguida a partir de junho do mesmo ano. Imponho a Edmundo Fonseca a multa de 100\$000, mínimo da lei.

N. 33.068 — Manuel de Azevedo Neves Filho. — Em face da informação e parecer, indeferido.

N. 28.653 — Gomes Stasis & Cia. — Proceda-se a inscrição pela forma proposta e dê-se baixa "ex-officio" a partir do exercício de 1938 no lançamento em nome de Antônio Batista Carneiro, a quem imponho a multa de 125\$000, médio da lei. Imponho, também, à firma Gomes Stasis & Cia. a multa de 100\$000, mínimo da lei.

N. 23.298 — Aymar Fonseca & Cia. — Proceda-se a inscrição pelo modo proposto e dê-se baixa "ex-officio" a partir do exercício de 1938 no lançamento em nome da firma Lindolfo A. dos Anjos a qual imponho a multa de 125\$000, médio da lei.

N. 11.940 — Kroegar & Cia. Ltd. — Averbese-se a mudança com o valor locativo proposto para o corrente exercício. Cumprido o despacho encaminhe-se o processo ao gabinete do Sr. diretor, afim de ser resolvido quanto à alteração de classificação.

N. 44.372 — Manuel Abrantes. — Transfira-se. Imponho a Manuel Abrantes a multa de 50\$000, mínimo da lei e mais a de 30 % sobre os emolumentos de registro. Em seguida vá o processo às 1ª e 3ª sub-diretorias para dizerem se existe dívida por parte da firma sucedida.

N. 3.899 — Alfredo Dias da Silva. — Transfira-se. Imponho a Alfredo Dias da Silva a multa de 50\$000, mínimo da lei.

N. 34.815 — A. Klier. — Proceda-se a inscrição nos termos propostos. Imponho a A. Klier a multa de 100\$000, mínimo da lei.

N. 42.837 — General Electric S. A. — Em face da informação e parecer, reconsidero o despacho de 24-10-38 na parte referente à multa imposta para o fim de torná-lo de nulo efeito.

N. 33.019 — Irmãos Arcos & Cia. — Transfira-se. Imponho à firma Irmãos Arcos & Cia. a multa de 50\$000, mínimo da lei. Em seguida vá o processo à 1ª Sub-diretoria para dizer se existe dívida por parte da firma sucedida.

N. 47.941 — Alberto P. Torres. — Idem.

N. 47.797 — L. Botino. — Proceda-se pela forma proposta na informação supra.

N. 7.844 — Chandler & Adler. — Em face da informação e do parecer, ordeno a baixa requerida a partir de 1939.

N. 2.003 — Antônio Afonso Alves. — Dê-se a baixa requerida, a partir do corrente exercício.

N. 1.807 — José Joaquim Martins. — Idem.

N. 50.337 — Joaquim Ribeiro. — Dê-se a baixa requerida, a partir do corrente exercício.

N. 782 — Dora Handelsman. — Inscreva-se a coleta com a nota de "isento".

N. 43.132 — Studebaker do Brasil S. A. — Averbese-se. Imponho a Studebaker do Brasil S. A. a multa de 50\$000, mínimo da lei.

N. 43.175 — José Xavier de Araújo. — Idem.

N. 44.588 — João Batista Quintela. — Idem.

N. 44.690 — Comercial Metropolitana S. A. — Idem.

N. 46.747 — Chandler & Adler. — Idem.

N. 46.702 — Hugo Figueiredo de Almeida. — Idem.

N. 47.654 — Sociedade Cooperativa dos Chauffeurs Proprietários do Rio de Janeiro. — Idem.

N. 45.947 — P. H. Denizot & Cia. — Idem.

N. 45.794 — Antônio Salim Halab. — Idem.

N. 2.140 — A. Peixoto & Cia. Ltda. — Dê-se a baixa requerida, a partir do corrente exercício.

N. 2.285 — Valter Winkelmann. — Idem.

N. 26.823 — Ick Bodman. — Averbese-se a transferência. Imponho a Ick Baidelman a multa de 50\$000, mínimo da lei. Em seguida, informe o Sr. lançador quanto à última parte do requerimento de fls. 5.

N. 227 — Osvaldo Mendes. — Proceda-se a inscrição nos termos propostos e dê-se baixa "ex-officio", a partir do exercício de 1938, no lançamento em nome de Antônio Abrantes, ao qual imponho a multa de 125\$000, médio da lei.

N. 38.441 — Tecelagem Guanabara Ltda. — Proceda-se pelo modo proposto na informação supra.

N. 34.580 — A. Brasil. — Em face da informação e parecer, reconsidero o despacho de 9-9-1938 para o fim de torná-lo de nulo efeito.

N. 41.474 — João Raimundo Silva. — Em face da informação e parecer, indeferido.

N. 41.020 — J. Alves Soares. — Transfira-se "ex-officio" para o nome de José Alves Soares, a quem imponho a multa de 200\$000, máximo da lei. Em seguida vá o processo às 1ª e 3ª Sub-diretorias para dizerem se existe dívida por parte da firma sucedida.

Certidões:

N. 5.856 — Ferreira Land & Cia. — Cobrem-se novos selos.

N. 5.966 — Chindler & Adler. — Certifique-se o que coustar.

N. 5.933 — Comercial Metropolitana S. A. — Idem.

N. 5.721 — Abílio de Barros. — Idem.

Notificações:

N. 33 — F. A. Merhy & Irmão, Frei Caneca n. 128. — Está provado que a firma em apreço comerciava a varejo com os produtos que deram causa a notificação, sendo interinamente destituídas de fundamento as alegações da defesa. — Mantenho, assim, o meu despacho de 21-XI-38, por seus legais fundamentos.

N. 1.978 — Avelino Alves da Silva, Frei Caneca n. 154. — As alegações da defesa não encontram justificativas em lei, de vez que a própria firma confessa que comerciava a varejo com o produto a que se refere a notificação. Mantenho, por isso, meu despacho de 21-XI-38, que está conforme a lei.

N. 1.699 — Cirilo de Santana, Avenida Rio Branco n. 91, 4º andar sala 6. — Está provado que o notificado deixou de registrar seu escritório de representações e venda de produtos sujeitos ao imposto de consumo, alegando, em sua defesa, que ignorava essa obrigação que a lei lhe impõe. Mantenho, pois, meu despacho de 31-X-38, por seus legais fundamentos.

N. 1.697 — Schneider & Cia., Avenida Rio Branco n. 9, 1.º andar — sala 101. — A guia referente ao pedido de registro da firma, como está dito na defesa, só foi apresentada a esta Recebedoria em 21 de setembro quando, neste mesmo dia, as nove horas já havia sido lavrada a notificação. Mantenho, pois, o meu despacho de 31-X-38, por seus legais fundamentos.

N. 1.789 — M. M. Alves, Catumbi n. 2. — A ação fiscal está perfeitamente justificada, sendo destituídas de fundamento as alegações da defesa. Mantenho, pois, o meu despacho de 21-XI-38, por seus fundamentos.

N. 1.905 — José Hage & Filhos — Voluntários da Pátria número 300-A. — Improcedem as alegações apresentadas na defesa as quais não podem ser tomadas em consideração por lhes faltar o apoio da lei. A prévia intimação para pagamento da diferença de registro não mais se torna necessária, a vista do que prescreve o artigo 154, letra "d" do vigente regulamento do imposto de consumo. — Mantenho, por isso meu despacho de 11-XI-38, por estar conforme a lei.

N. 1.522 — Valdemar José Dias & Cia. Avenida Suburbana número 1.813. — Multa de 50\$000, mínimo da lei a qual deverá ser recolhida aos cofres desta Recebedoria no prazo de 30 dias, salvo direito de recurso para instância superior dentro de 20 dias, observadas as normas regulamentares. — Intime-se.

N. 1.710 — Marc Ritover — Avenida Rio Branco n. 111 — 5.º andar — sala 511. — Em face da informação e parecer, mantenho o meu despacho de 31-XI-38, por seus legais fundamentos.

Dia 10 de fevereiro de 1939

Notificações:

N. 1.708 — A. Fernandes Palhas, Padre Miguelino n. 38. — Improcedem as alegações de defesa apresentadas pela firma notificada. A guia para pagamento da diferença de registro deu entrada nesta Recebedoria, como alega, em 23 de setembro, quando já no dia anterior havia sido lavrada a notificação. Mantenho, assim, meu despacho de 31-X-38, por seus fundamentos.

N. 1.979 — F. Magalhães, Frei Caneca n. 150. — A ação fiscal está plenamente justificada, não encontrando as alegações da defesa amparo em lei. Não mais se torna precisa a prévia intimação para recolhimento das diferenças verificadas no registro, em face do que preceitua o art. 154, letra "d" do vigente regulamento do imposto. Mantenho, pois o meu despacho de 21-XI-38, por seus legais fundamentos.

N. 2.247 — Maria Neri Ferreira Carollino, Avenida Atlântica n. 1.080. — Multa de 50\$000, mínimo da lei, a qual deverá ser recolhida aos cofres desta Recebedoria no prazo de 30 dias, salvo direito de recurso para a instância superior dentro de 20 dias, observadas as normas regulamentares. — Intime-se.

N. 2.330 — Andarfilo de Sousa — estrada Limites de Agua Branca n. 466 — Realengo. — Em face da informação e do parecer, mantenho o meu despacho de 31-XII-38, por seus legais fundamentos.

N. 2.268 — Valdemar Martins, Pereira Nunes n. 264. — Tendo em vista a informação do agente fiscal notificante e parecer da 3.ª sub-diretoria, mantenho o meu despacho de 3 de dezembro do ano findo, as fls. 3, pelo seus legais fundamentos. — Intime-se.

N. 2.269 — Joaquim e Costa, Pereira Nunes n. 233. — Idem.

N. 2.464 — Antônio A. de Castro, São Francisco Xavier n. 377. — Tendo em vista a informação do agente fiscal notificante e parecer da 3.ª subdiretoria reconSIDERO o meu despacho de 2 de janeiro do corrente ano, para torná-lo de nulo efeito.

N. 2.267 — José de Almeida Terceiro, Pereira Nunes n. 206. — Tendo em vista a informação do Sr. agente fiscal notificante e parecer da 3.ª subdiretoria mantenho o meu despacho de 3 de dezembro do ano próximo passado, às fls. 3 pelo seus legais fundamentos. — Intime-se.

N. 1.172 — José da Cunha, Sargento Valdemar Lima n. 74. — Deixo de apreciar o mérito do pedido de fls. 4 por se achar o mesmo perempto. Nessas condições, fica mantido o meu despacho de 16 de julho de fls. 3.

N. 1.375 — R. Veiga & Cia. Ltd., Rodrigo Silva n. 10. — Deixo de apreciar o mérito do pedido de fls. 4, por se achar o mesmo perempto. Nessas condições fica mantido o meu despacho de 28 de novembro do ano próximo passado.

N. 2.146 — Belmiro Macedo Costa, Visconde de Pirajá n. 303. — Deixo de apreciar o mérito do pedido de fls. 4, por se achar o mesmo perempto. Nessas condições fica mantido o meu despacho de 22 de novembro de fls. 3.

N. 90 — Colman Litman, Sr. dos Passos n. 264. — Multa de 260\$000, mais a importância de 260\$000 relativa a emolumentos de registro. Prazo 20 dias. Intime-se.

N. 797 — Empresa Nacional de Petróleo, Bomba de Gasolina, Conde de Bomfim n. 434. — Multa de 50\$000, mínimo da lei, a qual deverá ser recolhida aos cofres desta Recebedoria no prazo de 30 dias, salvo direito de recurso para a instância superior, dentro de 20 dias, observando as normas regulamentares. Intime-se.

N. 86 — Simões Batista & Comp., rua Senhor dos Passos, 166. — Multa de 350\$000, mais a importância de 350\$000 relativa a emolumentos de registro. Prazo 20 dias. Intime-se.

N. 1.939 — Belmiro Macedo da Costa, rua Visconde de Pirajá n. 114. — Deixo de apreciar o mérito do pedido de fls. 4, por se achar o mesmo perempto. Nessas condições, fica mantido o meu despacho de 29 de novembro de fls. 3.

N. 1.861 — Ciriaco de Oliveira Duarte, avenida João Ribeiro n. 742. — Os motivos alegados pela firma notificada e com as quais pretende justificar a sua falta, são de todo improcedentes, pois ficou provado que comerciava ela com os produtos referidos na notificação, sem possuir o necessário registro. Mantenho, assim, o meu despacho de 28 de novembro de 1938, por seus legais fundamentos.

N. 1.632 — Antônio Gomes Pinto, avenida Suburbana n. 3.076. — Não procedem as alegações da defesa pois a firma comerciava a varejo com os produtos que deram causa à notificação. Mantenho, assim, o meu despacho de 28 de outubro de 1938, pelos seus fundamentos legais.

Requerimentos:

N. 5.375 — R. Alcântara. — Proceda-se a inscrição nos termos do parecer. Imponho a R. Alcântara a multa de 100\$000, mínimo da lei.

N. 48.686 — Julião Antônio Sousa. — Proceda-se a inscrição da coleta de fls. 2 e averbe-se a mudança "ex-officio" do negócio em nome de Francisco Lourenço ao qual imponho a multa de 125\$000, médio da lei.

N. 35.722 — Julio Ferreira Fontes. — Transfira-se, "ex-officio" para o nome de Francisco Leal de Melo e em seguida para Julio Ferreira Fontes. Imponho ao primeiro a multa de 125\$000, médio da lei. Em seguida vai o processo a 1.ª Sub-diretoria para dizer se existe dívida por parte da firma sucedida.

N. 3.067 — Eduardo Simão. — Em face da informação e parecer, reconSIDERO o despacho de 10 de setembro de 1938, para o fim de torná-lo de nulo efeito. Proceda-se a inscrição da coleta de fls. 2 pelo modo proposto.

N. 26.268 — Abel Borges de Menezes. — Transfira-se, independentemente de multa, de vez que o pedido deu entrada no prazo legal.

N. 47.659 — Davi Obadia. — Em face da informação e parecer, reconSIDERO o despacho de 18 de novembro de 1938, para o fim de torná-lo de nulo efeito.

N. 49.783 — M. Brasileira de Valores Ltda. — Averbe-se a mudança requerida, de acordo com a informação e o parecer. Imponho a Sociedade Brasileira de Valores Ltda. (Socibra) a multa de 50\$000, mínimo da lei.

N. 48.849 — Xavier & Soares. — Ordeno a baixa requerida, a partir de 1939, de acordo com a informação e o parecer.

N. 49.053 — Benjamin Golberg. — Idem.

N. 49.842 — Francisco Xavier de Sousa. — Idem.

N. 49.864 — Tinturaria Salingre Ltda. — Idem.

N. 49.902 — Alfredo Antônio Precioso. — Idem.

N. 50.370 — Nogueira e Almeida. — Idem.

N. 50.395 — Julio Lopes Bartolo. — Idem.

N. 824 — Dinorá Gonçalves Vasques. — Idem.

N. 1.713 — V. Nunes & Alves. — Idem.

N. 2.116 — Manuel Barriela. — Idem.

N. 2.227 — Jaime Martins de Almeida. — Ordeno a baixa requerida, a partir de 1939, de acordo com a informação e o parecer.

N. 2.170 — Harold D. Humpton. — Idem.

N. 2.161 — Sociedade Cooperativa dos Chauffeurs Proprietários do Rio de Janeiro. — Idem.

N. 2.142 — Cesar Joaquim Vitor. — Idem.

N. 3.043 — Moisés do Nascimento. — Transfira-se. Imponho a Moisés do Nascimento a multa de 50\$000, mínimo da lei.

N. 2.964 — Herculino Caruso. — Idem.

N. 2.141 — Cesar Joaquim Vitor. — Averbe-se a mudança requerida de acordo com a informação e o parecer.

N. 861 — Domingos Rente. — Inscreva-se com a nota de "isento".

N. 2.032 — Teodoro Jorge. — Ordeno a baixa pedida. Imponho a Teodoro Jorge a multa de 50\$000, mínimo da lei.

Certidões:

N. 2.196 — Vicente Dattoly. — Certifique-se o que constar.

Ns. 1.973 e 2.182 — Companhia Cervejaria Brana. — Idem.

N. 6.065 — Dionel Vieira de Sousa. — Idem.

N. 6.076 — Germano Joaquim da Costa. — Idem.

Ns. 6.099, 6.100 e 6.101 — Olímpia Máquinas de Escrever Ltda. — Idem.

N. 6.108 — Willmann Xavier & Comp. Ltda. — Idem.

N. 4.997 — Helena Evangelista de Carvalho. — Idem.

N. 6.161 — Giovanni Vaccaro. — Idem.

N. 5.661 — Adolfo Rodrigues e outro. — Idem.

Ns. 5.665 a 5.670 — Empresa Promotora de Vendas Limitada. — Idem.

N. 26.047 — Pargut Daminik & Comp. — Idem.

N. 5.660 — Ambrósio Manuel Torres. — Declare o exercício.

(*) Folha de gratificações mandadas abonar aos funcionários abaixo relacionados da Recebedoria do Distrito Federal, de acordo com o despacho do senhor diretor geral da Fazenda Nacional, por serviços prestados durante a noite do encerramento do exercício financeiro a que se refere o art. 2.º do Decreto-Lei n. 1.045, de 12 de janeiro corrente (de 16 para 17 de janeiro, das 20 horas em diante até à última dos respectivos serviços) e que se publica em cumprimento à circular n. 7-38, da Secretaria da Presidência da República.

Seção do Expediente:

Oficial administrativo K — Eugênio Figueiredo Neiva, 300\$000.

Oficial administrativo J — Aluísio Alves Dantas de Araújo — 200\$000.

Oficial administrativo J — Ludgero da Costa Ferreira Guimarães, 200\$000.

Escrutário G — José Teixeira Martins, 200\$000.

Escrutário G — Miguel Massuci Filho, 200\$000.

Escrutário G — Célio Peixoto de Azevedo Loureiro, 200\$000.

Dactilógrafo G — Antônio Ribeiro Guimarães, 150\$000.

Contínuo D — Lourival de Oliveira Cascais Teles, 100\$000.

Servente E — Emílio Fernandes Gomes, 80\$000.

Servente E — Orlando Gonçalves, 80\$000.

Primeira Subdiretoria:

Oficial administrativo J — Eduardo Seixas Duarte, 200\$000.

Oficial administrativo K — Sérgio Ferreira da Veiga, 300\$000.

Oficial administrativo J — Vitorino da Silva, 200\$000.

Oficial administrativo J — Américo de Castro Leal, 200\$000.

Oficial administrativo J — Henrique Magioli, 200\$000.

Oficial administrativo J — Origenes Freire de Vasconcelos, 200\$000.

Oficial administrativo J — José Umbuzeiro, 200\$000.

Oficial administrativo K — Edgar Barros de Oliveira, 200\$000.

Oficial administrativo I — João Emídio Pinheiro da Câmara, 200\$000.

Oficial administrativo I — Radamés de Campos, 200\$000.

Escrutário G — Gontran Pereira Coelho, 200\$000.

Escrutário G — Rodolfo Alberto Neves Gonzaga, 200\$000.

Escrutário G — José Eneferio Queiroga, 200\$000.

Escrutário G — Perminio de Castro e Silva Junior, 200\$000.

Escrutário G — Afonso Gomes Magioli, 200\$000.

Escrutário G — Darli Sampaio Gonçalves, 200\$000.

Escrutário G — Carlos Sebastião Rodrigues, 200\$000.

Escrutário D — Rubens Veiga Duarte, 200\$000.

Servente E — Genésio Pereira Lima, 80\$000.

Servente E — Pedro Corrales Filho, 80\$000.

Contínuo D — Aristides Anacleto da Silva, 100\$000.

Tesouraria do Cofre de Depósitos Públicos:

Tesoureiro K — Serafim Dorneles, 300\$000.

(*) Reproduzidos por terem sido publicados com incorreções.

Tesouraria Geral:

Oficial administrativo J — Darcé Louzada Tupi Caldas, tesoureiro geral, interino, 300\$000.

Ajudante tesoureiro J — Artur da Silva Leitão, 200\$000.
Ajudante tesoureiro J — Afonso Vizeu Barbosa, 200\$000.
Ajudante tesoureiro J — Anibal Machado Werneck, 200\$000.
Ajudante tesoureiro J — Delmar Antunes Maciel, 200\$000.
Ajudante tesoureiro J — Antônio Maciel Ribas, 200\$000.
Ajudante tesoureiro J — Gilberto Maciel de Sá, 200\$000.
Ajudante tesoureiro J — João Leão Satamini Filho, 200\$000.
Ajudante tesoureiro J — José Vale, 200\$000.
Ajudante tesoureiro J — Pedro Espelet Filho, 200\$000.
Ajudante tesoureiro J — Plotino Rodrigues da Silva, 200\$000.
Servente E — Manuel Carvalho dos Santos, 80\$000.
Mecânico D — Renato Mansores Filho, 100\$000.

Segunda Subdiretoria:

Escrutinário G — Joaquim Coutinho Filho, 200\$000.
Escrutinário G — Dario Manuel da Fonseca Lima, 200\$000.

Terceira Subdiretoria:

Oficial administrativo L — João da Cruz Ribeiro, subdiretor, 300\$000.
Oficial administrativo J — Frederico Martins Monteiro da Franca, 200\$000.
Oficial administrativo J — Aires Tovar de Vasconcelos, 200\$000.
Oficial administrativo J — Ezequiel de Oliveira, 200\$000.
Oficial administrativo I — Sinval de Faria, 200\$000.
Oficial administrativo I — Virgílio Garcia Rosa, 200\$000.
Escrutinário G — João Montalvão de Matos, 200\$000.
Escrutinário D — Aldemira Freire Fagundes, 200\$000.
Escrutinário D — Valdo Érico de Castro, 200\$000.
Servente E — Armando de Campos, 80\$000.

Tesouraria do Solo:

Tesoureiro L — Paulo Dias, 300\$000.
Ajudante tesoureiro J — Tiago Bevilacqua, 200\$000.
Ajudante tesoureiro J — Amintas Barbosa Pereira, 200\$000.
Ajudante tesoureiro J — Antônio de Padua da Rocha Viana, 200\$000.
Ajudante tesoureiro J — Eurico Perilo, 200\$000.
Ajudante tesoureiro J — Pedro Alvaro de Bittencourt, 200\$000.
Ajudante tesoureiro J — Ibrantino Souto Maior Ramos, 200\$000.
Ajudante tesoureiro J — Augusto Pedreira Ferreira, 200\$000.
Ajudante tesoureiro J — Alfredo Vaz Pereira, 200\$000.
Ajudante tesoureiro J — Edison Gonçalves Ferreira, 200\$000.
Ajudante tesoureiro J — Adestodem Espineli, 200\$000.
Ajudante tesoureiro J — Jaci Souto Maior Lagos, 200\$000.
Ajudante tesoureiro J — Gilberto da Cruz Sobral, 200\$000.
Ajudante tesoureiro J — Luiz de Sousa Gomes, 200\$000.
Ajudante tesoureiro J — Everaldo Bandeira Villela, 200\$000.
Ajudante tesoureiro J — Armando Godoi de Medeiros, 200\$000.
Servente E — Manuel Tomaz da Silva, 80\$000.

Portaria:

Contínuo D — Benedito José Alves, 150\$000.
Servente E — Leônicio Antônio Carlos da Silva, 80\$000.
Servente E — Edgar Florêncio de Sousa, 80\$000.

Contadoria Seccional:

Contador J — Romualdo Rodrigues Fortes, 200\$000.
Guarda-livros G — Aurea Chagas Pena, 200\$000.
Guarda-livros G — Iolanda Sá Pinto Coutinho, 200\$000.
Guarda-livros G — Thompson Lemos da Silva, 200\$000.
Guarda-livros F — Carmem Tavares Jorge de Sousa, 200\$000.
Soma 15:520\$000.

Secção do Expediente da Recebedoria do Distrito Federal, 7 de fevereiro de 1939. — O escrivão, J. Teixeira Martins.

Diretoria do Imposto de Renda**EXPEDIENTE DO DIRETOR**

Dia 9 de fevereiro de 1939

Offícios expedidos:

Srs. membros do Primeiro Conselho de Contribuintes:
N. 25 — Remetendo processo recurso voluntário em que é interessado — J. Louis Wallerstein.
— Srs. membros do Primeiro Conselho de Contribuintes:
Ns. 26-27 — Remetendo processos de recurso voluntário em que são interessados — Francisco de Aguiar & Cia. e Angelo Pace.
N. 33 — Portaria 33 — Desligando a funcionária Hilda Mendes Viana desta Diretoria, para servir no Segundo Conselho de Contribuintes.
— Sr. Agente da Estrada de Ferro Central do Brasil:
N. 46 — Requisitando passagens para funcionário desta Diretoria.
— Sr. Dr. procurador geral da Fazenda Pública:
Ns. 87-89 — Respondendo ofícios em que são interessados — F. Vacciniano S/A., Antônio Coutinho e Luciano Pinto & Cia. Ltda.

— Sr. diretor do Serviço do Pessoal — Tesouro Nacional:

Ns. 90-93 — Enviando petição acompanhada dos respectivos documentos em que são interessados Newton Calhau, Amaziles Neumann da Silva, Elza Muller dos Reis Pinto e Edulg Oliveira de Almeida, todos solicitando licença para tratamento de saúde.

— Sr. diretor da Recebedoria do Distrito Federal:

Ns. 29-34 — Remetendo guias de conversão em que são interessados — firma Raul Senra & Cia., Jaime de Faria Martins, Aristeu Borges de Aguiar, Heráclito Augusto Moreira, Miguel Faustino de Monte e Metro Goldwyn Mayer do Brasil.

— Sr. diretor geral da Contabilidade do Ministério da Guerra:

N. 99 — Solicitando informações, em que é interessado — coronel Boaventura Nazaré.

— Sr. Dr. quarto procurador da República:

N. 100 — Respondendo ofício em que é interessado — Antônio Coutinho, exercício 1938.

— Sr. Dr. terceiro procurador da República:

N. 101 — Respondendo ofício em que é interessada — firma falida Eduardo de Oliveira & Companhia.

N. 102 — Respondendo ofício em que é interessada — firma A. Pistolini.

N. 103 — Restituindo processo em que é interessado — Manuel A. de Mesquita.

N. 104 — Enviando informações em que é interessada a S/A Lanifícios Minerva.

N. 105 — Transmitindo comunicação em que é interessado — Oscar Loup.

N. 106 — Transmitindo comunicação feita a esta Diretoria em que é interessado — Gilberto de Lacerda Werneck.

Ns. 107-9 — Transmitindo comunicações feitas a esta Diretoria em que são interessados — Alberto Dias dos Santos, Hélio Barboz Brandão e Joaquim Gomes.

Ns. 110-11 — Respondendo os ofícios dessa Procuradoria em que são interessados — a firma Casemiro Fontes da Silva e a firma falida Luciano Pinto & Cia. Ltda.

— Sr. Dr. segundo procurador da República:

N. 112 — Restituindo processo devidamente informado em que é interessado — Antônio Parcelos Borges.

— Sr. chefe da Secção do Imposto de Renda — Porto Alegre:

N. 349 — Reiterando o ofício 1.782, pedindo providências em que é interessado — Alcebiades do Amaral Braga, exercício de 1937.

— Sr. chefe da Secção do Imposto de Renda — Pernambuco:

N. 348 — Reiterando ofício recomendando providências em que é interessado — Adolfo C. de Lacerda Machado.

Dia 10 de fevereiro de 1939

Offícios expedidos:**Ilmo. Sr. diretor de Tribunal de Contas:**

N. 113 — Transmitindo a 2ª via dos empenhos globais n. 18, 19 e 20, feitos em favor de diversos funcionários desta Diretoria, em serviços especiais.

— Sr. encarregado da Sub-Contadoria Seccional nesta Diretoria:

N. 114 — Transmitindo a 4ª via dos empenhos globais ns. 18, 19 e 20, feitos em favor de diversos funcionários desta Diretoria, em serviços especiais.

— Sr. chefe de Secção do Imposto de Renda — São Paulo:

N. 350 — Comunicando remessa de material de expediente.

— Sr. chefe da Secção do Imposto de Renda — Vitória:

N. 351 — Idem, idem.

— Sr. chefe da Secção do Imposto de Renda — Fortaleza:

N. 352 — Idem, idem.

— Sr. chefe de Secção do Imposto de Renda em Goiás:

N. 353 — Idem, idem.

— Sr. chefe de Secção do Imposto de Renda em Cuiabá:

N. 354 — Idem, idem.

— Sr. chefe do Imposto de Renda em Maceió:

N. 355 — Idem, idem.

— Sr. chefe de Secção do Imposto de Renda em Santos:

N. 356 — Idem, idem.

— Srs. membros do Segundo Conselho de Contribuintes:

N. 28 — Apresentando a funcionária desta Diretoria, Hilda Mendes Viana.

Offícios:

N. 315 — Segunda Vara de Orfãos — Prestando informação sobre o espólio de Júlia Cabral Loureiro.

N. 316 — Primeira Vara Cível — Prestando informação sobre o espólio de Sadie Cohen.

N. 317 — Segunda Vara de Orfãos — Prestando informação sobre o espólio de Leonor de Sousa Guedes.

N. 318 — Segunda Vara de Orfãos — Prestando informação sobre o espólio de Norberto José Machado Guimarães.

N. 319 — Prov. Resíduos — Prestando informação sobre o espólio de João Batista dos Reis.

N. 320 — Quinta Vara Cível — Prestando informação sobre o espólio de Henrique Tomaz e de Brasilina Maria da Conceição.

N. 321 — Primeira Vara de Orfãos — Prestando informação sobre o espólio de Arminda Castro Pereira Leite.

- N. 322 — Primeira Vara de Orfãos — Prestando informação sobre o espólio de Manuel Correia de Matos.
- N. 323 — Segunda Vara de Orfãos — Prestando informação sobre o espólio de José Lopes Júnior.
- N. 324 — Segunda Vara de Orfãos — Prestando informação sobre o espólio de Teresa da Conceição Castro Nunes.
- N. 325 — Segunda Vara de Orfãos — Prestando informação sobre o espólio de Mercedes, Plá de Sampaio Ferraz.
- N. 326 — Terceira Vara Civil — Prestando informação sobre o espólio de Hortênsio Babach Rodrigues.
- N. 327 — Quarta Pretoria Civil — Prestando informação sobre o espólio de Francisco Antônio Dias de Abreu.
- N. 328 — Segunda Vara de Orfãos — Prestando informação sobre o espólio de Adélia Correia Tramontano.
- N. 329 — Segunda Vara de Orfãos — Prestando informação sobre o espólio de Maria Joaquina da Conceição.
- N. 330 — Terceira Vara Civil — Prestando informação sobre o espólio de João José de Carvalho Ribeiro.
- N. 331 — Quarta Vara Civil — Prestando informação sobre o espólio de Antônio Alves de Melo Cardoso.
- N. 332 — Primeira Pretoria Civil — Prestando informação sobre o espólio de Salatiel de Queiroz.
- N. 333 — Prov. Resíduos — Prestando informação sobre o espólio de Sílvia Mesquita.
- N. 334 — Prov. Resíduos — Prestando informação sobre o espólio de Manuel Jorge Forbes Costa.
- N. 335 — Primeira Vara de Orfãos — Prestando informação sobre o espólio de José Joaquim da Franca Filho.

Primeiro Conselho de Contribuintes

Pauta para a sessão ordinária a realizar-se no dia 14 de fevereiro, às 14 horas — Recursos:

(Sessão Pública)

- N. 191-R — Banco Brasileiro Alemão e Arthur Meissner — Imposto selo — (Recons. ac. n. 3.530 — rec. 3.557) — Recebedoria Federal em São Paulo — Relator, Sr. Neves da Fontoura.
- N. 517-R — João Castagnotto e Carlos Teixeira & Companhia — Imposto selo — (Recons. ac. rec. n. 5.656) — Delegacia Fiscal no Rio Grande do Sul — Relator, Sr. Martins de Almeida.
- N. 7.665 — Silva Cardoso & Ribeiro. — V. mercantis — Recebedoria do Distrito Federal — Relator, Sr. Eduardo Rodrigues.
- N. 7.784 — Banco de Bessoró — O. bancárias — Delegacia Fiscal no Rio Grande do Norte "ex-officio" — Relator, Sr. Neves da Fontoura.
- N. 7.839 — A. Bittencourt & Cia. — Imp. selo — Recebedoria Federal em S. Paulo — Relator, Sr. Eduardo Rodrigues.
- N. 7.860 — Isaías Piccoli — Imposto selo — Delegacia Fiscal no Rio Grande do Sul — Relator, Sr. Araújo Maia.
- N. 879 — Gabriel Antekj — Imposto selo (consulta) — Delegacia Fiscal em S. Paulo — "ex-officio" — Relator, Sr. Araújo Maia.

(Sessão Secreta)

- N. 197-R — Moraes & Cia. — Imposto renda — (Recons. ac. número 6.986 — rec. n. 6.740) — Sessão Imposto de Renda no Piauí — Relator, Sr. Jaime Périeles.
- N. 510-R — João Soto Martinez — Imposto renda — (Recons. ac. n. 6.461 — rec. n. 5.285) — Sessão Imposto de Renda em São Paulo — Relator Sr., Araújo Maia.
- N. 516-R — Gervásio dos Santos Seabra — Imposto renda — (Recons. ac. n. 5.820 — rec. n. 5.807) — Diretoria do Imposto de Renda — Relator Sr., Araújo Maia.
- N. 519-R — Orfilo Tavares — Imposto renda — (Recons. ac. número 7.032 — rec. n. 6.796) — Secção Imposto de Renda em Minas Gerais — Relator, Sr., Eduardo Rodrigues.
- N. 7.138 — Adélia Rebecchi Osborne — Imposto renda — Diretoria do Imposto Renda — Relator, Sr., Neves da Fontoura.
- N. 7.827 — Domingos de Figueiredo — Imposto renda — Secção Imposto de Renda em Minas Gerais — Relator, Sr., Eduardo Rodrigues.
- N. 7.841 — Antônio Augusto da Paz — Imposto renda — Secção Imposto de Renda no Estado do Rio de Janeiro "ex-officio" — Relator, Sr. Jaime Périeles.
- N. 7.872 — Gervásio dos Santos Seabra — I. Renda — Diretoria do Imposto de Renda — Relator, Sr., Araújo Maia.
- Primeiro Conselho de Contribuintes, em 10 de fevereiro de 1939. — Antonio Pereira da Costa, secretário.

AVISO

Não se tendo realizado, por ter sido feriado o dia 10 do corrente, a sessão ordinária deste Conselho, serão os processos, constantes da pauta respectiva, julgados conjuntamente com os da pauta da sessão a realizar-se no dia 14.

Primeiro Conselho de Contribuintes, em 11 de fevereiro de 1939. — Antonio Pereira da Costa, secretário.

A Diretoria da Imprensa Nacional, de acordo com a legislação em vigor, só registrará assinaturas dos órgãos oficiais, para o exercício de 1939, mediante pagamento da importância correspondente ao período de 12 meses, na Tesouraria da Imprensa Nacional, à rua 13 de Maio, ou mediante recolhimento, e respectiva comprovação, nas repartições arrecadadoras federais — Delegacias Fiscais, Alfândegas, Mesas de Rendas e Coletorias.

Aos funcionários públicos federais, estaduais e municipais é facultado pagar o custo da assinatura, computado já o desconto de 20% a que têm direito, em duas prestações semestrais de 28\$000.

Ministério da Guerra

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO DE ESTADO DA GUERRA

Avisos:

Dia 8 de fevereiro de 1939

Ao Sr. secretário geral do Ministério da Guerra, declarando:

Que, tendo em vista não prejudicar o andamento dos trabalhos nos diversos Cursos do C.P.O.R., devem ser mantidos nos referidos Centros os Sargentos que exerçam funções de monitores. (Aviso n. 57);

Que são nomeados para constituírem a Comissão Central de Estudos da Defesa de Costa, proposta pelo Estado Maior do Exército, os seguintes oficiais: Presidente, general de brigada Sebastião do Rego Barros; membros coronéis, de artilharia, Alvaro Prati de Aguiar; de aviação, Vasco Alves Seco; maiores, de artilharia, Honorato Pradell, Alexandrino Pereira da Mota, Delso Mendes da Fonseca, Rodrigo José Maurício; de engenharia, Armando Dubois Ferreira, Armando Barcelos Perestrelo, Alceu da Silva Amaral e Inácio Carneiro de Azambuja. (Aviso n. 58);

Que o capitão José Vicente Fernandes é posto à disposição do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para servir como instrutor da Polícia Militar do Distrito Federal. (Aviso n. 59).

Despachos:

Em 10 de fevereiro de 1939:

Foi designado o capitão Arnaldo Ferreira Sampaio para exercer as funções de instrutor chefe da Secção de Cavalaria do C.P.O.R. da 1ª Região Militar.

Em 11 de fevereiro:

Foi designado para exercer as funções de Sub-Diretor do Ensino da Escola Técnica do Exército, o tenente coronel José Bentes Monteiro.

Portarias:

Por portaria n. 54, de 10 de fevereiro de 1939:

O ministro de Estado da Guerra, em nome do Sr. Presidente da República, resolveu mandar servir na Comissão de Eficiência o servente da classe "D" Nicomedes Pinto de Santana, nomeado por decreto de 31 de dezembro último.

Por outra n. 55 da mesma data o ministro de Estado da Guerra, em nome do Sr. Presidente da República, resolveu, de acordo com o disposto no art. 4º do Regulamento baixado com o decreto n. 23.347, de 13 de novembro de 1933, nomear sub-tenente para servir no 1º Regimento de Cavalaria Divisionário, o 1º sargento Benedito Joaquim de Oliveira.

Requerimentos:

Augusto Pais Barreto, ex-primeiro tenente do Exército, pedindo pagamento de gratificação e abono provisório. — Indeferido, de acordo com as informações.

Belchior Costa & Cia. Ltd. pedindo autorização para importar municião, do porto de Nova York para o de Belém, em trânsito para Napurí-Acre Federal. — Indeferido. Recorra à indústria nacional.

Estrada de Ferro Sorocabana; Edmundo Orlandini e Sebastião Machado Barreto, capitães, pedindo pagamento das quantias, respectivamente, de: 119\$400; 200\$000 e 200\$000. — Reconheço a dívida.

Flávio Aquino A. Melo, reservista, pedindo retificação de nome na sua caderneta de reservista. — Cancele-se o que constar a respeito do reservista de 1ª categoria Flávio Rodrigues de Araújo.

Hector Rodrigues dos Santos, 2º tenente reformado e José Lemos, 2º sargento, pedindo pagamento das quantias, respectivamente, de: 249\$100 e 140\$000. — Reconheço a dívida. (Pagamento pela Caixa Geral de Economias da Guerra.)

Diretoria de Engenharia**Segunda Divisão****ATOS DO SR. GENERAL DIRETOR****Designação de oficial:**

Foi designado para servir como adjunto desta Diretoria o capitão Aiporé Reis, do 4º B. R. V. (Ato de 31-1-39. B. I. n. 29, de 3-2-39.)

Foi designado de acordo com o n. 3 do item II das instruções do Centro de Instruções de Motorização e Mecanização, o 1º tenente Valter Matos, para efetuar, no corrente ano, matrícula no referido Centro. (Ato de 7-2-939. B. I. n. 32, de 7-2-939.)

Transferência de oficial:

Foi transferido do Q. O. para o Q. S. o capitão Aiporé Reis, designado para adjunto da Diretoria de Engenharia. (Ato de 31-1-39. B. I. n. 29, de 3-2-39.)

Foi transferido por necessidade do serviço o 2º tenente da Reserva convocado Silviano Domingues dos Santos, do 2º Batalhão Rodoviário para encarregado do Parque do Depósito Central de Material de Engenharia. (Ato de 7-2-939. B. I. n. 32, de 7-2-939.)

Requerimentos despachados:

Caixa Econômica do Rio de Janeiro, pedindo averbação da importância de cento e sessenta mil réis para desconto nos vencimentos do aspirante a oficial Arquimedes Barbosa Jaques, a partir de 1-2-939, em favor daquela Caixa. — Averbe-se. (Ato de 1-2-939. B. I. n. 28, de 2-2-939.)

Caixa Econômica do Rio de Janeiro, pedindo certidão de averbação de consignação. — Certifique-se. (Ato de 1-2-939. B. I. n. 28, de 2-2-939.)

Minetti & Cia. Ltda. do Brasil, pedindo ensaio de material pelo Gabinete de Análises. — Deferido, pagos os emolumentos da tabela. (Ato de 3-2-939. B. I. n. 31, de 6-2-939.)

Lúcio de Moraes Caldas, 1º tenente do 2º Batalhão de Pontoneiros, pedindo permissão para gozar nas cidades de Fortaleza e Rio de Janeiro as férias a que tiver direito. — Concedo. (Ato de 6-2-939. B. I. n. 32, de 7-2-939.)

Companhia Serviços de Engenharia S. A., pedindo arrendamento de terreno na Vila Militar. — Indeferido, em face da informação. (Ato de 4-2-939. B. I. n. 32, de 7-2-939.)

Manuel João Amaral, reservista, pedindo por aluguel uma área de terreno situado na Vila Militar. — Indeferido. (Ato de 4-2-939. B. I. n. 32, de 7-2-939.)

Diretoria de Intendência da Guerra**ATOS DO SR. DIRETOR**

Por ato de 7 do corrente:

I — Transferência de oficial:

Foi transferido, de ordem do Exmo. Sr. ministro da Guerra, o 1º tenente de administração Nelson Pereira da Silva, do 10º R. G. I. para o S. F. da 8ª R. M.; e, em nome dessa mesma autoridade, por necessidade do serviço, o 1º tenente de administração Altair Toledo Cabral, do 12º R. I. para o Centro de Instrução de Transmissões.

II — Retificação de classificação:

Foi retificada, em nome do Exmo. Sr. ministro da Guerra, para o 11º R. C. I. a classificação do capitão de administração Nilson Mineiro dos Santos Silva, pelo fato de não ser o 4º Btl. Rodoviário lugar de capitão, para onde fora proposta por equívoco.

Diretoria dos Serviços de Remonta e Veterinária**ATOS DO SR. CORONEL DIRETOR**

Dia 8 de fevereiro de 1939

Transferência de oficiais veterinários:

Foram transferidos por necessidade do serviço os seguintes oficiais veterinários:

Capitão Vitor Hugo Teodoro de Jesus, do R. A. N. para a E. das Armas;

Capitão Benedito Alfeu Batista, do S. V. da 1ª R. M. para a E. E. M.;

Capitão José de Aquino Oliveira, do 5º R. A. M. para o R. A. N., e 1º tenente Florestal Ferreira Junior, da E. E. M. para o S. V. da 1ª R. M.

Transferência de praças especialistas:**Foram transferidos:**

Do 1º Btl. de Pontoneiros para o 3º B. G., afim de preencher vaga de 2º cabo, o soldado mestre ferrador Geraldo Sebastião;

Da E. M. para a E. V. E., afim de preencher vaga, o 2º cabo ferrador João Batista Nogueira Soares.

Do 1º G. Art. Au. para a Escola das Armas, também para preenchimento de vaga, o soldado mestre ferrador Fideleino Gonçalves Guimarães.

A Diretoria da Imprensa Nacional, de acordo com a legislação em de 1939, mediante pagamento da importância correspondente ao período de 12 meses, na Tesouraria da Imprensa Nacional, à rua 13 de Maio, ou mediante recolhimento, e respectiva comprovação, nas repartições arrecadadoras federais — Delegacias Fiscais, Alfândegas Mesas de Rendas e Coletorias.

Aos funcionários públicos federais, estaduais e municipais é facultado o custo da assinatura, computado já o desconto de 20 %, a que têm direito, em duas prestações semestrais de 23\$000.

Ministério da Viação e Obras Públicas

PORTARIA N. 88, DE 9 DE FEVEREIRO DE 1939

O Ministro de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, em nome do Presidente da República:

Atendendo ao que requereu a Rádio Sociedade Jaiense e tendo em vista o parecer n. 6 de 21 de janeiro último da Comissão Técnica de Rádio, resolve:

1.º Aprovar o novo local, situado à Vila Assis S. N., subúrbios da cidade de Jai, Estado de São Paulo, para instalação da estação transmissora da requerente;

2.º Autorizar a transferência de seus estúdios para a rua Major Prado n. 388, sobrado, naquela cidade, de acordo com a planta que com esta baixa, rubricada pelo diretor de Contabilidade desta Secretaria de Estado.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1939. — João de Mendonça Lima.

(C 1.458 — Em 11-2-1939 — 19\$400.

GABINETE DO MINISTRO**ATOS DO SR. MINISTRO**

Portarias do dia 6 de fevereiro de 1939

N. 80 — O ministro de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, em nome do Presidente da República:

Resolve designar o engenheiro da classe "M" do Quadro II do mesmo ministério, João Batista da Costa Pinto, para fazer parte da comissão nomeada pela portaria n. 556, de 25 de novembro de 1938, para proceder ao inventário de todas as propriedades e benfeitorias pertencentes às linhas férreas da "The Leopoldina Railway Co. Ltd.", de concessão dos Governos dos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.

N. 80-A — O ministro de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, em nome do Presidente da República:

Resolve designar o engenheiro da classe "N", do Quadro II, do mesmo ministério, Mário Castilho do Espírito Santo, para substituir o engenheiro da classe "L" (I.F.E.-D.N.E.R.), do Quadro I, Alfredo Castilho, na comissão a que se refere o item I da portaria n. 387, de 16 de agosto de 1938.

Serviço do Pessoal

Presidência da República — Departamento Administrativo do Serviço Público — DE/201 — Rio de Janeiro, D.F. — Em 2 de fevereiro de 1939.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Submeteu Vossa Excelência à apreciação deste Departamento a exposição de motivos número 17, de 13 de janeiro próximo findo, em que o Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas, atendendo ao proposto pelo Departamento de Aeronáutica Civil, indica o aviador Antônio Eugênio Basilio, para, como extranumerário-contratado,

exercer, no referido departamento, as funções de técnico especializado, mediante a remuneração mensal de 2:700\$00, pelo prazo de dois anos, a contar da data do registro do competente contrato no Tribunal de Contas.

2. Este Departamento, examinando a proposta, julgou-a em condições de ser aprovada, por isso que atendeu às exigências do decreto-lei número 240, de 4 de fevereiro de 1938, notadamente as capituladas no artigo 9º.

3. Convem acentuar que a despesa decorrente da admissão proposta correrá à conta de dotação orçamentária própria.

4. Nestas condições, ao encaminhar a Vossa Excelência o presente processo, tenho a honra de informar nada haver a opor ao atendimento da proposta formulada pelo Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas, na conformidade da minuta de contrato que acompanha a presente indicação.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — *Moacyr Briggs*, presidente interino.

Despacho do Sr. Presidente da República:

Aprovado.

Em 2-2-1939. — GETÚLIO VARGAS.

Presidência da República — Departamento Administrativo do Serviço Público — DE/167 — Rio de Janeiro, D. F., em 21 de janeiro de 1939.

Excmo. Sr. Presidente da República:

Em exposição de motivos n. 14, de 12 do corrente, o Sr. ministro da Viação e Obras Públicas submeteu à aprovação de V. Ex., por intermédio deste departamento, o incluso trabalho de revisão anual da tabela numérica e da relação nominal correspondente, do pessoal extranumerário-mensalista, necessário nos serviços da Estrada de Ferro São Luiz a Terezina.

2. Este departamento, examinando a proposta, julgou-a em condições de ser aprovada, de vez que atendeu às exigências do decreto-lei n. 240, de 4 de fevereiro de 1938.

3. As melhorias de salário, constantes da relação anexa, foram sugeridas de acordo com o estabelecido no art. 23, do aludido decreto-lei e verificar-se-ão em vagas ocorridas durante o ano próximo findo e em funções criadas na presente proposta.

4. Os documentos apresentados pelos candidatos propostos à admissão acham-se de acordo com o disposto no inciso I, do art. 18, do decreto-lei já referido, e as admissões novas se processarão em lugares de menor salário.

5. Otopre-me esclarecer a V. Ex. que a presente tabela numérica foi fixada nos limites da dotação orçamentária própria.

6. Nestas condições, e nos termos do art. 26, do decreto-lei precitado, tenho a honra de encaminhar a V. Ex. o processo incluso, opinando, favoravelmente, à aprovação da proposta formulada pelo senhor ministro da Viação e Obras Públicas.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex. os protestos do meu mais profundo respeito. — *Luiz Simões Lopes*, presidente.

Despacho do Sr. Presidente da República: Aprovado. Em 21 de janeiro de 1939. — G. VARGAS.

Estrada de Ferro São Luiz-Terezina

Tabela numérica da extranumerários-mensalistas

EXERCÍCIO DE 1939

TABELA EM VIGOR NO CORRENTE EXERCÍCIO DE 1938

Dotação orçamentária: Verba 1ª, consignação II, subconsignação 43 item mensalista 13 — 1.510:400\$000

N. de mensalistas — Função — Salário

	Mensal	Anual
1 Adjunto-almoxarife de 1ª classe.....	600\$000	7:200\$000
2 Contra-mestre de 5ª classe.....	500\$000	12:000\$000
1 Feitor de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000
9 Artífice de 4ª classe.....	450\$000	48:000\$000
1 Ajudante de motorista de 2ª.....	450\$000	5:400\$000
1 Ajudante de motorista de 3ª.....	400\$000	4:800\$000
9 Artífice de 5ª classe.....	400\$000	43:200\$000
24 Trabalhador de 1ª classe.....	350\$000	100:800\$000
29 Trabalhador de 2ª classe.....	300\$000	104:400\$000
8 Guarda de 3ª classe.....	300\$000	28:800\$000
45 Capataz de 5ª classe.....	250\$000	135:000\$000
45 Trabalhador de 3ª classe.....	250\$000	135:000\$000
268 Trabalhador de 4ª classe.....	200\$000	643:200\$000
70 Guarda de 5ª classe.....	200\$000	168:000\$000
9 Aprendiz de 1ª classe.....	200\$000	21:600\$000
9 Aprendiz de 2ª classe.....	150\$000	16:200\$000
47 Aprendiz de 3ª classe.....	100\$000	20:400\$000
2 Mensageiro ajudante de 3ª classe.....	100\$000	2:400\$000

550

1.503:000\$000

TABELA PROPOSTA PARA O EXERCÍCIO DE 1939

Dotação prevista: Verba 1ª, consignação II, subconsignação 43, item mensalista 13 — 1.580:400\$000

N. de mensalistas — Função — Salário

	Mensal	Anual
1 Guarda fiscal de 1ª classe.....	650\$000	7:800\$000
1 Adjunto de almoxarife de 4ª.....	450\$000	5:400\$000
1 Contra-mestre de 4ª.....	550\$000	6:600\$000
1 Contra-mestre de 5ª.....	500\$000	6:000\$000
1 Feitor de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000
2 Artífice de 3ª classe.....	500\$000	12:000\$000
9 Artífice de 4ª classe.....	450\$000	48:000\$000
10 Artífice de 5ª classe.....	400\$000	48:000\$000
8 Aprendiz de 1ª classe.....	200\$000	19:200\$000
9 Aprendiz de 2ª classe.....	150\$000	16:200\$000
22 Aprendiz de 3ª classe.....	100\$000	26:400\$000
45 Capataz de 5ª classe.....	250\$000	135:000\$000
24 Trabalhador de 1ª classe.....	350\$000	100:800\$000
28 Trabalhador de 2ª classe.....	300\$000	100:800\$000
41 Trabalhador de 3ª classe.....	250\$000	123:000\$000
283 Trabalhador de 4ª classe.....	200\$000	679:200\$000
6 Guarda de 3ª classe.....	300\$000	21:600\$000
16 Guarda de 4ª classe.....	250\$000	48:000\$000
56 Guarda de 5ª classe.....	200\$000	134:400\$000
1 Servente de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000
1 Auxiliar de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000
4 Ajudante de maquinista de 5ª.....	300\$000	14:400\$000
2 Mensageiro ajudante de 3ª.....	100\$000	2:400\$000
2 Ajudante de motorista de 2ª.....	450\$000	10:800\$000

574

1.579:800\$000

Relação nominal de extranumerários-mensalistas, organizada de acordo com o decreto-lei n. 240, de 4 de fevereiro de 1938

II — Proposta à melhoria de salário:

1 Guarda fiscal de 1ª classe — 650\$000

1. João da Silva Coqueiro, modificação do quadro — exercia a função de Almoxarife de 1ª classe.

II — Proposta à melhoria de salário.

1 Contra-mestre de 4ª classe — 550\$000

1. Hilário Cardoso, alteração do quadro

I — Proposta à recondução:

1 Contra-mestre de 5ª classe — 500\$000

1. Martiniano Assiz Rodrigues.

— Proposta à recondução:

1 Feitor de 5ª classe — 500\$000

1. Custódio Martins.

II — Melhoria de salário:

2 Artífices de 3ª classe — 500\$000

1. João Martins Nunes, alteração do quadro.

2. Sebastião Fernandes Lima, idem.

I — Propostas à recondução:

9 Artífices de 4ª classe — 450\$000

1. Deoclides Bezerra.

2. Demétrio Batista de Oliveira Campos.

3. Isaias Santiago.

4. João Pereira Neves.

5. Luiz Cândido dos Santos Ambrozio.

6. Mariano Franco Nunes.

II — Propostas à melhoria de salário:

7. Anísio Pacifico de Moura, melhoria de salário.

8. João Samuel Eserivener, melhoria de salário.

9. Nicolau Tolentino Rego, falecimento.

II — Proposta à melhoria de salário:

1 Adjunto de Almoxarife de 4ª classe — 450\$000

1. Antônio Ferreira, alteração do quadro.

2 Ajudantes de motorista de 2ª classe — 450\$000

I — Proposta à recondução:

1. João Leal.

II — Proposta à melhoria de salário:

2. Argemiro Lebre Santiago.

10 Artífices de 5ª classe, 400\$000

Propostas à recondução:

1. João Agripino dos Santos.

2. Praxedes Lopes.

3. Raimundo Izidro Serra.

II — Propostos á melhoria de salário:

4. Agostinho Romão Pires por aposentadoria de Francisco Miguel de Andrade.
5. Francisco Joaquim Barbosa por melhoria de salário — João Samuel Escrivencier.
6. Gregório Magno Costa Ferreira por melhoria de salário — Anízio Pacifico de Moura.
7. Júlio Gaffrée Ramos Ferrer por alteração de quadro.
8. Leopoldo Pires Carvalho por alteração de quadro — Nicolau Tolentino Rêgo.
9. Nelson do Carmo por falecimento de Raimundo Teotônio de Carvalho.
10. Sotero Caio Ferreira por melhoria de salário — Antônio Ferreira.

24 Trabalhadores de 1ª classe, 350\$000

I — Propostos á recondução:

1. Anacleto Dias de Aveiro.
2. Antônio Azevedo dos Santos.
3. Baylon José de Aguiar.
4. Flaviano Leite.
5. João Anastácio Launé.
6. José Moraes.
7. José Queiroz.
8. João Francisco de Sousa.
9. José dos Santos.
10. José Moura Santos.
11. Luiz Elesbão de Oliveira.
12. Mafalda Alexandre dos Santos.
13. Pedro Costa.
14. Raimundo Nonato da Cruz.
15. Temóteo Farias.
16. Urias Pires.

II — Propostos á melhoria de salário:

17. Antônio Rodrigues de Sousa por melhoria de salário — Francisco Joaquim Barbosa — Passa para artífice de 5ª classe.
18. Antônio Martiniano Mendes por aposentadoria de Galdino da Silva Ribeiro — Passa para artífice de 5ª classe.
19. Clodoaldo Alves de Sousa por melhoria de salário — Nelson do Carmo — Passa para artífice de 5ª classe.
20. Feliciano Cabral por melhoria de salário — Gregório Magno da Costa Ferreira — Passa para artífice de 5ª classe.
21. Luiz Faria Correia por melhoria de salário — Sotero Caio Ferreira — Passa para artífice de 5ª classe.
22. Manuel Branco por melhoria de salário — Leopoldo Pires Carvalho — Passa para artífice de 5ª classe.
23. Pedro Virgílio Rocha por melhoria de salário — Júlio Gaffrée Ramos Ferrer — Passa para artífice de 5ª classe.
24. Raimundo Francisco Torres por melhoria de salário — Agostinho Romão Pires — Passa para artífice de 5ª classe.

1 Servente de 5ª classe, 300\$000

I — Proposto á recondução:

1. Raimundo Nonato de Miranda por alteração do quadro.

4 Ajudantes de maquinista de 5ª classe, 300\$000

II — Propostos á melhoria de salário:

1. Amaro Silva por alteração do quadro.
2. Antônio Rodrigues por alteração do quadro.
3. José Pereira de Castro por alteração do quadro.
4. Luiz Ferreira Feitosa por alteração do quadro.

1 Auxiliar de 4ª classe, 300\$000

I — Proposto á recondução:

1. Luiz Gonzaga Rayma Pereira por alteração do quadro — Exercia a função de trabalhador de 2ª classe.

6 Guardas de 3ª classe, 300\$000

I — Propostos á recondução:

1. Elísio Luz.
2. Evaristo Crispim Correia.
3. João Mateus de Sousa.
4. Manuel Conceição Martins.
5. Raimundo Fagundes.
6. Tomaz Aquino.

Extinto por alteração de quadro — Raimundo Nonato de Miranda — Passa para servente de 5ª classe do S.R.P.-13.

28 Trabalhadores de 2ª classe, 300\$000

I — Propostos á recondução:

1. Antônio Lopes de Sousa.
2. Antônio Rodrigues da Luz.
3. Benedito Matos.
4. Edson Rodrigues da Silva.
5. Francisco Silva.
6. Izidoro Cassiano Teixeira.

7. José Maria Leite de Maireses.
8. Joaquim Louisa.
9. José Borges Coqueiro.
10. Joaquim Sampato.
11. João da Silva.
12. Luiz Bulho.
13. Marinho Pacifico Roesa.
14. Manuel Silva.
15. Pedro Augusto da Silva.
16. Vago.
17. Raimundo José Rabele.
18. Raimundo Brito.
19. Raimundo Linhares.

II — Propostos á melhoria de salário:

20. Cândido Euzébio da Costa por melhoria de salário — Antônio Martiniano Mendes.
21. Domingos Pereira dos Santos por melhoria de salário — Anízio Pacifico de Moura.
22. Hilário Santos por melhoria de salário — Clodoaldo Alves de Sousa.
23. João Gomes por melhoria de salário — Feliciano Cabral.
24. José Faustino Pinheiro por melhoria de salário — Pedro Virgílio Rocha.
25. José Santana por aposentadoria — Joaquim Martins.
26. Newton Valentim Moura por melhoria de salário — Manuel Branco.
27. Raimundo Nunes Barbosa por melhoria de salário — Luiz Faria Correia.

III — Proposto a admissão:

28. Vago por melhoria de salário — Nemesio Cardoso Seabra — Deixa de ser observado o artigo 23 do decreto-lei número 246 de 4 de fevereiro de 1938 por não existir na tabela nenhum mensalista com a necessária habilitação.

16 Guardas de 4ª classe 250\$000

I — Propostos á recondução:

1. Antônio dos Santos Ribeiro por alteração de quadro.
2. Manuel Silveira Santos por alteração de quadro.

II — Propostos á melhoria de salário:

3. Bento Francisco Rodrigues por alteração de quadro.
4. Eurico Rocha Oliveira por alteração de quadro.
5. Henrique Machado Filho por alteração de quadro.
6. Joaquina Pinto dos Santos por alteração de quadro.
7. João Francisco Barbosa Lima por alteração de quadro.
8. Lucas Sales por alteração de quadro.
9. Luiz Pereira por alteração de quadro.
10. Paulo José de Sousa por alteração de quadro.
11. Pedro José da Cruz por alteração de quadro.
12. Raimundo Bezerra da Silva por alteração de quadro.
13. Silvestre João da Costa por alteração de quadro.
14. Sebastião de Sousa Santos por alteração de quadro.
15. Sifronio Prata por alteração de quadro.
16. Sebastião Lopes da Silva por alteração de quadro.

45 capatazes de 5ª classe a 250\$000

I — Propostos á recondução:

1. Antônio Clemente de Almeida.
2. Antônio Araújo.
3. Benedito Pereira.
4. Bruno Ferreira.
5. Benedito Tomaz de Aquino.
6. Clemente Sereja.
7. Cícero Barbosa.
8. Delmiro Leite de Oliveira.
9. Domingos Oliveira e Silva.
10. Elpidio Xavier Lopes.
11. Firmo Oliveira da Silva.
12. Francisco Siqueira.
13. Gonçalo Silva.
14. Izídio José de Sousa.
15. Jorge Alves de Carvalho.
16. Joaquim Ferreira.
17. José Costa.
18. João da Cruz Ribeiro.
19. Joaquim Lopes.
20. João Carlos Fernandes.
21. Jerônimo Rodrigues da Silva.
22. Jaime Correia.
23. José Pereira dos Santos.
24. João Portela Bayma.
25. José Franco de Sá Coutinho.
26. João Damasceno Silva.
27. João Cardoso da Silva.
28. João Xavier de Oliveira.
29. João José Dantas.
30. José Assunção.
31. Justino Neri da Cruz.
32. Luiz Lopes.

33. Manuel Severo de Oliveira.
34. Pedro Pereira de Vasconcelos.
35. Petronílio Mendes.
36. Raimundo Silva.
37. Sálvio Pereira dos Santos.
38. Saturnino Alves Martins.
39. Sabino Gonçalves Mendes.
40. Teodoro Costa Ribeiro.
41. Vicente da Silva Fonseca.
42. Venâncio Eurico Pires.

II — Propostos à melhoria de salário:

43. Deodilo Serejo por alteração de quadro de Manuel Ferreira dos Santos.
44. Joaquim Mota de Sousa por alteração de quadro de Antônio dos Santos Ribeiro.
45. Raimundo Pereira dos Santos por aposentadoria de Severiano Quintiliano Pereira.

41 trabalhadores de 3ª classe a 250\$000

I — Propostos à recondução:

1. Antônio Mariano de Oliveira Gomes.
2. Antônio dos Santos Novais.
3. Antônio Genuino.
4. Antônio Oliveira.
5. Archelán Rodrigues.
6. Benjamin Ferreira de Sousa.
7. Bruno dos Santos.
8. Doroteu Basílio.
9. Eugênio Queiroz.
10. Euclides Pereira Paixão.
11. Fernando Fabrício de Melo.
12. Francisco José Caldas.
13. Gonzalo Amarante Ribeiro.
14. Guilherme de Jesus da Silva.
15. José Cortez.
16. José Procópio Bandeira de Melo.
17. Joaquim Rodolfo.
18. Manuel Casabond Filho.
19. Pedro Celestino de Moraes.
20. Pompílio Freitas.
21. Pedro Paulo Pereira.
22. Pedro Silva 1ª.
23. Pacifico Sousa.
24. Pedro Silva da Costa.
25. Raimundo Campos.
26. Sérgio de Jesus Reis.
27. Sinfônio Pereira da Silva.
28. Tomaz Abreu.
29. Valentim Vicente de Paulo.

II — Propostos à melhoria de salário:

30. Antônio de Melo Pires.
31. Antônio Brito.
32. Abelardo Gomes da Silva.
33. Emílio Freire de Almeida.
34. José Pires da Cruz.
35. José Patrício Pereira.
36. Mário Perí Bandeira.
37. Pedro Silva Sousa.
38. Raimundo Costa.
39. Sôbas Nava.
40. Valdemar Candido Rocha.
41. Jacinto Sousa.

56 guardas de 5ª classe, 200\$000

I — Propostos à recondução:

1. Antônio Mariano Ferreira.
2. Antônio Leite Mesquita.
3. Antônio Pereira de Araújo.
4. Abelardo Correia.
5. Antônio Raposo.
6. Benedito Santos.
7. Benedito Oliveira.
8. Benedito Neri.
9. Bernardo Alves.
10. Cirilo Soares.
11. Carmine Costa.
12. Cecílio Bezerra.
13. Domingos Elentério.
14. Epifânio Oliveira.
15. Eugênio Mendes da Silva.
16. Eduardo Sousa.
17. Francisco Lopes.
18. Gêtilio Macedo.
19. Geraldo Ferreira de Sousa.
20. Joaquim Firme da Silva.
21. José Carlos Baima.
22. João Meireles Ferro.
23. José Cãmara Franca.
24. José de Sousa.
25. João Vieira.

26. José Guilherme do Desterro.
27. Joaquim Rocha.
28. João Capitolino Privado.
29. Luiz Nascimento.
30. Luiz Ferreira da Silva.
31. Luiz Alexandre de Oliveira.
32. Manuel Basílio do Nascimento.
33. Vago.
34. Manuel Possidônio.
35. Marcelino Diógenes Nogueira.
36. Manuel Maria da Cruz.
37. Melquíades Marques.
38. Marcelo Rodrigues Aquino.
39. Manuel Casabond.
40. Manuel Felizardo da Costa, por aposentadoria de Apolônio Gouveia, ocupado o lugar de trabalhador de 4ª classe.
41. Manuel Quadros.
42. Marianc José Nunes.
43. Nelson Nascimento Ribeiro.
44. Otaviano Rosa.
45. Osmar Pinto.
46. Paulo José dos Santos.
47. Pedro Marques.
48. Raimundo Menezes.
49. Rafael Luso.
50. Raimundo Egídio de Moraes.
51. Silvino Fonseca.
52. Venceslau Nascimento.
53. Zoel Costa.

III — Propostos à admissão:

54. Vago, por aposentadoria de Elpidio Reis.
55. Vago, por aposentadoria de Otacilio Sousa.
56. Vago, por aposentadoria de Manuel Reis da Silva.

8 aprendizes de 1ª classe, 200\$000

II — Propostos à melhoria de salário:

1. Benedito Fonseca, por melhoria de salário de Antônio de Melo Pires.
2. Djalma Carvalho Doudment, por melhoria de salário de Antônio Brito.
3. Domingos José dos Santos, por melhoria de salário de Emílio Freire de Oliveira.
4. José Ribamar Ferreira, por melhoria de salário de Mário Perí Bandeira.
5. José Raimundo Macau, por aposentadoria de Godofredo Viana.
6. Pedro Siqueira, por melhoria de salário de José Pires da Cruz.
7. Paulo Santos, por melhoria de salário de Pedro Silva Sousa.
8. Raimundo João de Moraes Correia, por melhoria de salário de Raimundo Costa.

283 — Trabalhador de 4ª classe, 200\$000

I — Propostos à recondução:

1. Angelo Furtado.
2. Antônio Ferreira.
3. Arnaldo de Castro Rego.
4. Antônio Régis.
5. Adão Ferreira.
6. Antônio Guilhermino de Lima.
7. Adauto Vicente Martins.
8. Antônio Batista dos Santos.
9. Antônio Lourenço.
10. Antônio Ferreira.
11. Antônio Pedro.
12. Alvaro Nascimento.
13. Acrisio Santos.
14. Antônio Lopes.
15. Antônio Batista do Nascimento.
16. Antônio Vieira Damasceno.
17. Antônio Vaz.
18. Antônio Ramos da Silva.
19. Antônio Leite de Oliveira.
20. Alberto Dantas.
21. Anselmo Ribeiro.
22. Antônio Raimundo.
23. Antônio Berredo Sena.
24. Adelaide Carvalho.
25. Antônio Francisco Guimarães.
26. Arlindo Lima da Silva.
27. Alfredo Ribeiro.
28. Antônio Pereira da Costa.
29. Benedito Garcia.
30. Bento Gomes de Alcântara.
31. Benedito Xavier.
32. Benedito José da Cruz.
33. Benedito Santos.
34. Ceciliano Cunha.
35. Cândido Lopes.
36. Claudio Pereira de Vasconcelos.
37. Casemira Marques Pereira.
38. Cipriano Almeida.
39. Cristino Pereira de Sousa.

40. Conrado Dias.
41. Clementino Soares.
42. Clarindo José Soares.
43. Domingos Correia.
44. Delfino Lobão.
45. Doroteu Cruz.
46. Domingos Sousa.
47. Delfino Freire da Rocha.
48. Domingos Santana.
49. Demétrio Pereira.
50. Eugénio Maurício.
51. Euclides Santos.
52. Ezequiel Mendes.
53. Eugénio Lopes.
54. Elídio Moraes.
55. Eufrásio Rodrigues.
56. Eustáquio Silva.
57. Ernesto Pereira.
58. Francisco Mourão.
59. Francisco Ferreira.
60. Francisco Costa.
61. Francisco Marques.
62. Francisco Silva.
63. Francisco de Sales Irineu.
64. Fidelquino Manuel.
65. Francisco Rocha.
66. Francisco Mendes dos Santos.
67. Francisco Marques de Araujo.
68. Francisco Leite.
69. Firmino Ferreira.
70. Firmino Bonifácio de Castro.
71. Franco Lopes de Sousa.
72. Francisco Correia Sobrinho.
73. Germano Ferreira.
74. Gervásio Macário.
75. Geraldo Prego.
76. Guilherme Rodrigues Lorangeira.
77. Gongalo Moura.
78. Irineu Marques.
79. Inácio Oliveira.
80. Inácio José de Gois.
81. Izidro Azevedo.
82. João Azevedo Ramos.
83. João Romão.
84. José Prêgo.
85. Jerônimo Ferreira da Costa.
86. José Balbino.
87. José Francisco.
88. João Pereira.
89. José Cruz.
90. João Silva.
91. João Lourenço Correia.
92. José Bayma.
93. João Moura.
94. Jerônimo Lopes.
95. Jerônimo Santos.
96. João Cirilo.
97. José Ribamar Cunha.
98. João Inácio Cintra.
99. José Barbosa de Almeida.
100. José de Sousa.
101. João Francisco.
102. Jaime Francisco.
103. João Batista.
104. Joaquim Nascimento.
105. José Monteiro.
106. José dos Santos.
107. Joaquim Ribeiro.
108. José Mourão da Silva.
109. José Conceição.
110. Justino Cruz.
111. João Aristides de Castro.
112. José Galvão.
113. João Flôr.
114. João dos Santos.
115. Jefferson Porto.
116. José Domingues de Oliveira.
117. Justino Costa.
118. João Rodrigues Martins.
119. João Luiz do Nascimento.
120. José Carneiro.
121. João Ribeiro dos Santos.
122. João Matias.
123. José Carvalho.
124. João da Cruz Assunção.
125. João Evangelista de Sena.
126. Joacir Vieira Damasceno.
127. José Mourão da Costa.
128. José dos Santos Rocha.
129. José de Jesus Reis.
130. José Andrade.
131. José Raimundo Serra.
132. João Carvalho.
133. Luiz Moura.
134. Leôncio Mendonça.
135. Luiz Pereira dos Santos.
136. Luiz Gonzaga.
137. Luiz de Souza.
138. Laurentino Gomes.
139. Leonardo Cardoso.
140. Luiz Nogueira de Matos.
141. Lourenço Menezes.
142. Livino Lobão.
143. Leocádio Costa.
144. Luígero Medeiros Lima.
145. Luiz António de Oliveira.
146. Liberalo Lammé.
147. Moacir Ramos.
148. Manuel Gregório.
149. Manuel Ferreira.
150. Manuel Vicente.
151. Manuel Joaquim.
152. Manuel Maria dos Santos.
153. Manuel Estevam.
154. Manuel Felix.
155. Manuel Costa.
156. Mateus Silva.
157. Martinho Silva.
158. Marcelino Marques.
159. Marcelino Gomes.
160. Marcelino Santos.
161. Manuel Alves dos Santos.
162. Manuel dos Santos.
163. Miguel Arcanjo.
164. Manuel Gualberto.
165. Manuel Pereira.
166. Manuel Cajueiro da Silva.
167. Manuel da Conceição Farias.
168. Manuel António Machado.
169. Manuel de Sousa.
170. Manuel Costa.
171. Norberto Pereira da Linha.
172. Norberto Bandeira.
173. Oscar Claudino.
174. Osvaldino de Carvalho Muniz.
175. Oton Pereira.
176. Pedro Assunção.
177. Perminio Almeida.
178. Pedro José Frazão.
179. Patrício Santos.
180. Pedro Ferreira da Oliveira.
181. Pedro Lourenço Gomes.
182. Pedro Mariano.
183. Porfírio Gomes de Jesus.
184. Plácido Trindade dos Santos.
185. Pedro Lopes da Silva.
186. Pedro Alves da Conceição Guerra.
187. Pedro Almeida.
188. Raimundo Elias dos Santos Miranda.
189. Raimundo Monteiro.
190. Raimundo Costa.
191. Raimundo Lopes.
192. Raimundo Pereira Paixão.
193. Romão Cabral.
194. Raimundo Ferreira.
195. Raimundo André.
196. Raimundo Lima.
197. Raimundo Paixão.
198. Raimundo Silva.
199. Raimundo Sousa.
200. Raimundo Muniz.
201. Rafael Arcanjo.
202. Rodolfo Marçal Mendes.
203. Raimundo Silva.
204. Raimundo Silva.
205. Rosendo Sousa.
206. Rufino Pereira da Silva.
207. Romualdo Mota.
208. Rafael Ferreira.
209. Raimundo Vieira.
210. Raimundo Gonçalves.
211. Raimundo Nonato.
212. Severino Manuel.
213. Saturnino Rodrigues.
214. Segismundo Cardoso.
215. Silvério Berfort.
216. Sérgio Prego.
217. Sebastião Simão.
218. Sudário Alves.
219. Silvestre Sena.
220. Sebastião Raimundo da Silva.
221. Sebastião José.
222. Temateo Marcelino.

- 223. Urbano Bonifácio de Assis.
- 224. Umbelino Alves.
- 225. Vicente de Oliveira Chaves.
- 226. Vicente Nonato da Costa.
- 227. Vitalino Ferreira do Nascimento.

III — Propostos à admissão:

- 228. Vago por melhoria de salário de Deodilo Serejo.
- 229. Vago por dispensa de Felipe Neri.
- 230. Vago por melhoria de salário de Jacinto Sousa.
- 231. Vago por dispensa de Cirilo Mendes.
- 232. Vago por alteração de quadro.
- 233. Vago por alteração de quadro.
- 234. Vago por alteração de quadro.
- 235. Vago por dispensa de Joaquim Mota de Sousa.
- 236. Vago por melhoria de salário de Raimundo Pereira dos Santos.
- 237. Vago por alteração de quadro.
- 238. Vago por melhoria de salário de Sabas Nava.
- 239. Vago por falecimento de Luiz Mourão.
- 240. Vago por dispensa de Antônio Rocha.
- 241. Vago por melhoria de salário de José Patrício Pereira.
- 242. Vago por alteração de quadro.
- 243. Vago por aposentadoria de Manuel de Sousa Lima.
- 244. Vago por melhoria de salário de Valdemar Cândido da Rocha.
- 245. Vago por dispensa de João Frazão Sardinha.
- 246. Vago por alteração de quadro.
- 247. Vago por melhoria de salário de Abelardo Gomes da Silva.
- 248. Vago por aposentadoria de Pedro Lopes da Cunha.
- 249. Vago por alteração de quadro.
- 250. Vago por aposentadoria de José Germano.
- 251. Vago por transferência para guarda de 5.ª classe de Manuel Felizardo da Costa.

- 252. Vago por alteração de quadro.
- 253. Vago por falecimento de Rodrigo Teixeira Mendes.
- 254. Vago por aposentadoria de Benedito Estevam.
- 255. Vago por aposentadoria de José Maria Cardoso.
- 256. Vago por aposentadoria de Honorato Pereira da Silva.
- 257. Vago por aposentadoria de Raimundo Gomes.
- 258. Vago por dispensa de João Oliveira.
- 259. Vago por alteração de quadro.
- 260. Vago por alteração de quadro — Raimundo Pereira.
- 261. Vago por falecimento de José de Sousa Lima.
- 262. Vago por aposentadoria de Deonato Cantanhede.
- 263. Vago por aposentadoria de Rosendo Silva.
- 264. Vago por aposentadoria de Raulfo Viana.
- 265. Vago por alteração de quadro.
- 266. Vago por alteração de quadro.
- 267. Vago por falecimento de Raimundo Braz.
- 268. Vago por falecimento de Cirilo Pereira.
- 269. Vago por abandono do serviço de Vicente Lopes.
- 270. Vago por melhoria de salário de Raimundo Bezerra da Silva.
- 271. Vago por dispensa de Teófilo Vieira.
- 272. Vago por melhoria de salário de Aurelino Lima Barbosa.
- 273. Vago por dispensa de Antônio Lúcio de Amorim.
- 274. Vago por aposentadoria de José Cursino.
- 275. Vago por alteração de quadro.
- 276. Vago por alteração de quadro.
- 277. Vago por alteração de quadro.
- 278. Vago por falecimento de Benedito Almeida.
- 279. Vago por dispensa de Canuto Reis.
- 280. Vago por dispensa de Jacinto Barreiros.
- 281. Vago por aposentadoria de Naffali Rodrigues.
- 282. Vago por alteração de quadro.
- 283. Vago por aposentadoria de Severiano Matos.

II — Propostos à melhoria de salário:

9 aprendizes de 2.ª classe, 150\$000

- 1. Amadeu Ferreira da Silva, por melhoria de salário de Benedito Fonseca.
- 2. Antônio Rodrigues, por melhoria de salário de Pedro Siqueira.
- 3. Benedito Cunha Freitas, por melhoria de salário de Raimundo João de Moraes Correia.
- 4. José Mendes Rocha, por melhoria de salário de Domingos José dos Santos.
- 5. José Paulo Pereira, por melhoria de salário de José Raimundo Macau.
- 6. Jorge Fausto da Silva, por melhoria de salário de Paulo Santos.
- 7. Osvaldo de Jesus Ferreira, por melhoria de salário de José Ribamar Ferreira.
- 8. Pedro Lopes da Silva, por aposentadoria de Elpidio Reis da Hungria.
- 9. Paulo Antônio Franco, por melhoria de salário de Djalma Carvalho Doudment.

I — Propostos à recondução:

2 mensageiros ajudantes de 3.ª classe, 100\$000

- 1. Carlos Alberto Madeira.
- 2. Murilo Lima Carvalho.

I — Propostos à recondução:

22 aprendizes de 3.ª classe, 100\$000

- 1. Braz Borges da Cunha.
- 2. Eusebio Antônio Moreira.
- 3. Francisco Lopes da Cruz.
- 4. José Ribamar Sousa.
- 5. João Calixto de Sousa.
- 6. Júlio Nonato da Silva.
- 7. Marcos Oliveira.
- 8. Raimundo Nonato Pereira.

III — Propostos à admissão.

- 9. Vago, por melhoria de salário de Osvaldo de Jesus Ferreira.
- 10. Vago por melhoria de salário de José Mendes Rocha.
- 11. Vago por melhoria de salário de Benedito Cunha Freitas.
- 12. Vago por melhoria de salário de José Paulo Pereira.
- 13. Vago por melhoria de salário de Jorge Fausto da Silva.
- 14. Vago por melhoria de salário de Paulo Antônio Franco.
- 15. Vago por melhoria de salário de Amadeu Ferreira da Silva.
- 16. Vago por melhoria de salário de Antônio Rodrigues.
- 17. Vago por melhoria de salário de Pedro Lopes da Silva.
- 18. Vago por alteração de quadro.
- 19. Vago por alteração de quadro.
- 20. Vago por alteração de quadro.
- 21. Vago por alteração de quadro.
- 22. Vago por alteração de quadro.

ACTOS DO SR. MINISTRO

Expediente do dia 9 de fevereiro de 1939

Aviso:

N. 363 — Ao DASP — Comunicando que este Ministério já tomou as providências convenientes para que seja posto à disposição desse Departamento, o escriturário da classe "G", da D.R.C.T. do Distrito Federal (Quadro IV) — Galileu de Penha Franco (2.848-39).

Expediente do dia 9 de fevereiro de 1939

Avisos:

N. 383 — Ao T. de Contas — Solicitando providências no sentido de que, seja encaminhada ao T. Nacional a importância de 22:922\$500, para atender o devido pagamento, correspondente ao mês de janeiro último, dos extranumerários-mensalistas da I.F.E., cujas admissões, no corrente ano, foram aprovadas por despacho de 30 de dezembro de 1938, do Sr. Presidente da República. (3.241-39).

N. 390 — Ao mesmo — Solicitando providências no sentido de que, seja encaminhada ao Tr. Nacional a importância de 58:833\$600, para atender ao devido pagamento, correspondente ao mês de janeiro último, dos extranumerários-mensalistas da D.S.B.F., cujas admissões, no corrente ano, foram aprovadas por despacho de 29 de dezembro do ano findo, do Sr. Presidente da República. (3.243-39).

Relação nominal de pessoal extranumerário-mensalista da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, publicada no suplemento ao número 13 do "Diário Oficial" de 16 de janeiro de 1939.

RETIFICAÇÕES

Na tabela nominal:

Onde se lê:

2.150 trabalhadores de 5.ª classe a 150\$000.

Leia-se:

2.145 trabalhadores de 5.ª classe a 150\$000.

Ficam sem efeito as seguintes vagas.

- 2.146. Vaga por duplicata de Pedro Alves da Rocha.
- 2.147. Vaga por dispensa de Salomão Ribeiro.
- 2.148. Vaga por dispensa de Simplicio Clemente da Silva.
- 2.149. Vaga por dispensa de Teodomiro Pereira dos Santos.
- 2.150. Vaga por aposentadoria de Venâncio Cerqueira de Jesus.

PROTOCOLO GERAL

ACTOS DO DIRECTOR

Retificações, por terem saído com incorreções

No D.O. de 8/2/939, à página n. 3.218, na portaria n. 47, onde se lê, a São Paulo Railway, leia-se: a São Paulo Railway Company.

No mesmo D.O. à página n. 3.219, na portaria n. 73, nos Acresçimos, onde se lê, 2.873 — Terra refratária — Tabela 13, leia-se: 2.873 — B-Terra refratária — Tabela 13.

No mesmo D.O., à mesma página, no Aviso n. 316, onde se lê, s/s 13/16; leia-se: s/c 13/16;

No mesmo D.O., à mesma página, no Aviso n. 326, onde se lê, SC-47, leia-se: SCm-47.

No mesmo D.O., à página n. 3.220, no Aviso n. 343, onde se lê, 3/05. Consignação, leia-se: 5/05). Consignação.

No mesmo D.O., à página n. 3.222, os ofícios de ns. 740, 742, 743, 745, 746, 755 e 761, são do dia 6 de fevereiro de 1939.

No mesmo D.O., à mesma página, o ofício-circular n. 672, são do dia 2 de fevereiro de 1939, e os ofícios ns. 766, 767, 768, 769 e 770, são do dia 6 de fevereiro de 1939.

No D.O., de 9/2/1939, à página n. 3.289, no requerimento despachado, em que é interessado Jansênio Genserico Daemon, onde se lê, circular 9-28, leia-se: circular 9-38.

No mesmo D.O., à mesma página, na última retificação, publique-se novamente: No D.O. de 7/2/1939, à página n. 3.132, os ofícios de ns. 698, 704, 705, 706, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714 e 722, são do dia 3 de fevereiro de 1939.

No mesmo D.O., à página n. 3.288, publique-se novamente: Requerimento despachado — Fontes Garcia & Comp., solicitando devolução de importância caucionada à E. F. Noroeste do Brasil, para garantia de contrato de fornecimento de ferramentas e máquinas durante o ano de 1922. "Indeferido, em face dos pareceres." (1.524/39).

Diretoria de Contabilidade

ATOS DO SR. MINISTRO

Expediente do dia 9 de fevereiro de 1939

AVISOS:

N. 361 — Ao Ministério da Fazenda — Solicitando providências afim de que seja distribuída, de uma só vez, as Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional nos Estados abaixo indicados a importância total de 13.095:000\$, para atender à execução de obras a cargo do D.N.P.N., em face da autorização do Sr. Presidente da República, encaminhada por cópia.

No Estado do Pará:

Porto do Pará — Para limpeza e dragagem do Rio Arari, na Ilha de Marajó 200:000\$

No Estado do Maranhão:

Porto de São Luiz do Maranhão — Obras de dragagem no porto e em vários rios 400:000\$
Serviços urgentes de sondagens geológicas, a cargo da Fiscalização do Porto de São Luiz do Maranhão 90:000\$ 490:000\$

No Estado do Piauí:

A disposição da Fiscalização do Porto de São Luiz do Maranhão — Prosseguimento das obras do canal de São José 150:000\$
Fixação de dunas 125:000\$ 275:000\$

No Estado do Ceará:

Portos do Ceará — Para dragagem da barra de Camocim 200:000\$
Fixação de dunas em Camocim 125:000\$
Fixação de dunas em Aracati 60:000\$ 385:000\$

No Estado do Rio Grande do Norte:

Porto de Natal — Prosseguimento das obras de ampliação do referido porto, conforme contrato 1.400:000\$
Fixação de dunas de Macaú 100:000\$
Fixação de dunas em Cunhaú 50:000\$
Fixação de dunas em Maxaranguape ... 50:000\$ 1.600:000\$

No Estado de Pernambuco:

Porto de Recife — Prosseguimento das obras do canal de Goiana 300:000\$
Serviços a cargo da Fiscalização do Porto de Recife:
Reparação do areeiro "Espadon" 50:000\$
Estudos do canal de Piedade 20:000\$ 370:000\$

No Estado de Sergipe:

Porto de Aracajú — Prosseguimento das obras do canal de Santa Maria 400:000\$
Fixação de dunas de Aracajú 150:000\$ 550:000\$

No Estado da Bahia:

Porto da Baía — Prosseguimento das obras do Porto de Belmonte 600:000\$
Prosseguimento de obras no Rio São Francisco 500:000\$ 1.100:000\$

No Estado do Rio de Janeiro:

Comissão de Estudos e Obras do Porto de Cabo Frio — Prosseguimento das obras desse Porto — 400:000\$

No Estado do Paraná:

Comissão de Estudos e Obras do Rio Iguaçu — Prosseguimento das obras desse rio 500:000\$
Estudos para localização de armazéns para inflamáveis no Porto de Paranaguá 25:000\$ 525:000\$

No Estado de Santa Catarina:

Portos de Santa Catarina — Prosseguimento das obras dos portos de Itajaí e Laguna, conforme contratos registrados pelo Tribunal de Contas em sessões de 12 de agosto e 23 de setembro de 1938 5.000:000\$
Comissão de Obras do Rio Itajaí-Assú — Prosseguimento das obras dos rios Itajaí-Assú, Itajaí-Oeste, Cachoeiro e Tubarão 900:000\$ 5.900:000\$

No Estado do Rio Grande do Sul:

Fiscalização do Porto do Rio Grande do Sul — Prosseguimento das obras do porto de São Borja 400:000\$
Comissão de Obras na Lagoa Mirim — Prosseguimento das obras da Lagoa Mirim 900:000\$ 1.300:000\$
13.095:000\$

(Proc. 2.719/39).

N. 362 — Ao Ministério da Educação — Encaminhando o aviso n. 12, de 31 de janeiro findo, do Ministério da Guerra, visto ser o assunto da competência desse Ministério. (2.862/39).

N. 363 — A Inspeção Federal das Estradas — Declarando que aprova o contrato celebrado, de acordo com a autorização constante do aviso n. 2.512, de 29 de julho de 1935, para a transferência de cinco vagões plataformas, de 28 toneladas de ns. 4.938 a 4.942, que faz a firma Pedro N. Pizzato & Filhos à Rede de Viação Paraná-Santa Catarina. (767/39).

N. 365 — A mesma — Idem, idem, de treze vagões plataformas, de ns. 4.739, 4.744 a 4.747, 5.087 a 5.092, 4.976 e 5.053 que faz a firma Max Leoner à Rede de Viação Paraná-Santa Catarina. (765 de 1939).

N. 366 — A mesma — Declarando que aprova o contrato celebrado entre a Rede de Viação Paraná Santa Catarina e a firma Irmãos Gracia, para incorporar às linhas da mencionada Rede dezoito plataformas de 28 toneladas cada um, ns. 4.817, 4.800 a 4.802, 4.838 a 4.842 e 4.758 a 4.767, nos termos da condição 6.ª do aviso número 2.512, de 29/7/1935. (763/39).

N. 367 — A mesma — Declarando que aprova o contrato celebrado, de com a autorização constante do aviso n. 2.512, de 29 de julho de 1935, para a transferência de 4 vagões cobertos de 28 toneladas de ns. 2.258 a 2.261, que faz a firma W. Kuhn & Filho à Rede de Viação Paraná Santa Catarina. (761/39).

N. 368 — A mesma — Idem, idem, de cinco vagões plataforma de 28 toneladas de ns. 2.253 a 2.257, que faz a firma J. N. Sabbaga à Rede de Viação Paraná Santa Catarina. (751/39).

N. 369 — A mesma — Idem, idem, de cinco vagões plataforma, de longarinas de aço, de 28 toneladas de ns. 4.965 a 4.969, que fazem os Irmãos Fernandes & Comp. à Rede de Viação Paraná Santa Catarina. (749/39).

N. 370 — A interventoria federal no Estado do Espírito Santo — Encaminhando cópia da informação prestada pelo D.N.E.R., em ofício n. 37, de 30/1/39, referente a solicitação constante do ofício n. 155, de 14/1/39 dessa Interventoria, sobre melhorias para as condições técnicas da estrada que liga à rede rodoviária do Estado do Rio. (2.457/39).

N. 371 — A Interventoria Federal no Estado da Bahia — Encaminhando cópia das informações prestadas pelo D.N.P.N., em ofício n. 93, de 7/1/39, referente a solicitação constante do telegrama de 27 de dezembro passado, dessa Interventoria, sobre a substituição urgente do tubo de sucção da draga "Baía". (997/39).

N. 372 — Ao Ministério da Fazenda — Solicitando pagamento da importância de 230\$000, ao guarda extranumerário da E.F.C.B., Valdemar de Assunção, relativa a diárias a que fez jus em dezembro de 1936. (1.975/39).

N. 373 — Ao Ministério da Fazenda — Solicitando pagamento da importância de 1:178\$100, ao condutor de trem da E.F.C.B., Mário Ferreira Campelo, relativa ao abono provisório concedido pelo decreto n. 609, de 28 de janeiro de 1936 a que fez jus no período de 21 de julho a 31 de dezembro desse ano. (2.355/39).

N. 374 — Ao mesmo — Solicitando pagamento da importância de 1:071\$, ao condutor de trem da E.F.C.B., Mário Ferreira Campelo, relativa à diferença de 1/3 dos vencimentos a que fez jus no período de 21 de julho a 31 de dezembro de 1936. (2.355/39).

N. 375 — Ao mesmo — Solicitando pagamento da importância de 1:080\$, à Companhia Telefônica Brasileira, relativa a serviços prestados à Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Distrito Federal no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1937. (2.756/39).

N. 376 — Ao mesmo — Solicitando pagamento da importância de 40\$000, ao oficial de 4ª classe da E.F.C.B., Otacilio Geraldo Mendes Roqua, correspondente à diferença de vencimentos a que fez jus em novembro de 1937. (1.979/39).

N. 377 — Ao mesmo — Solicitando pagamento da importância de 60\$000, mediante distribuição de crédito à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Minas Gerais, ao official extranumerário da E.F.C.B., José Galdino de Paula, proveniente de diárias a que fez jús no mês de outubro de 1936. (1.985/39).

N. 378 — Ao mesmo — Solicitando pagamento da importância de 150\$000, ao engenheiro da classe "M" da I.F.E., João Ferreira de Sá e Benevides, proveniente das diárias a que fez jús no mês de dezembro de 1937. (2.050/39).

N. 379 — Ao mesmo — Solicitando pagamento da importância de 216\$000, ao official de cabine extranumerário, da E.F.C.B., Jaci da Rosa Garcia, proveniente de 12 dias de seus vencimentos a que fez jús no mês de dezembro de 1937. (1.983/39).

ACTOS DO SR. DIRECTOR

Apostila do dia 10 de fevereiro de 1939

Na portaria n. 73, de 3 de fevereiro de 1939, publicada no "Diário Oficial" de 8:

Apostila:

A Companhia de Estradas de Ferro a que se refere esta portaria e a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1939. — F. Brandão, diretor de Contabilidade. (Pr. 1.038/39).

Expediente do dia 8 de fevereiro de 1939

Offícios:

N. 806 — Ao Departamento dos Correios e Telégrafos — Comunicando que por aviso n. 1.795, de 9/12/38, informa o Sr. ministro da Marinha não existir nenhum inconveniente na retirada do funcionário do D.C.T., que ora guarnece o posto semafórico da Ilha de Cotinha, no Estado do Paraná. (28.387/38).

N. 807 — À Inspetoria Federal das Estradas — Comunicando que pela portaria n. 44, de 26 de janeiro último, publicada no D.O. de 31, foram designados os engenheiros Mário Gordilho, Luiz Marinho de Azevedo e Enzo Carlos Pinto, para procederem, em comissão, a revisão geral das tarifas da São Paulo Railway Company. (27.995/38).

N. 808 — À Prefeitura de Guajará-Mirim — Comunicando que segundo informa o D.A.C., o Sr. Presidente da República, já autorizou o estabelecimento da linha aérea Corumbá-Porto Velho, conforme aviso n. 8, de 19 de janeiro p. findo, enviado àquele Departamento.

N. 809 — Ao Sindicato Côndor Ltda. — Idem, idem. (2.069 de 1939).

N. 811 — Ao Sr. general Cândido Mariano da Silva Rondon — Idem, idem. (2.069/39).

N. 812 — À Prefeitura Municipal de Porto Velho — Idem, idem (2.069/39).

Estrada de Ferro de Goiás

SRP-17

Relação dos diaristas que foram dispensados por abandono de emprego, pela Diretoria da Estrada de Ferro de Goiás:

Atos do Dia 15 de dezembro de 1938:

Anael Dias da Silva, trabalhador de 3.ª classe.

Atos do dia 21 de dezembro de 1938:

João Frederico de Brito, trabalhador de 1.ª classe

Otacílio Alves Dias, trabalhador de 2.ª classe.

A Diretoria da Imprensa Nacional, de acordo com a legislação em vigor, só registrará assinaturas dos órgãos oficiais, para o exercício de 1939, mediante pagamento da importância correspondente ao período de 12 meses, na Tesouraria da Imprensa Nacional, à rua 13 de Maio, ou mediante recolhimento, e respectiva comprovação, nas repartições arrecadadoras federais — Delegacias Fiscais, Alfândegas, Mesas de Rendas e Coletorias.

Aos funcionários públicos federais, estaduais e municipais é facultado pagar o custo da assinatura, computado já o desconto de 20 %, a que têm direito, em duas prestações semestrais de 28\$000.

Ministério da Agricultura

COMISSÃO DE INQUÉRITO

Dia 9 de fevereiro de 1939

Offícios:

Ao Sr. Walter Melo:

N. 5 — Solicito vosso comparecimento no quarto andar, sala da frente, do edificio do Ministério da Agricultura, à praça Marechal Ancora, esquina da rua da Misericórdia, às 14 horas e 30 minutos de quarta-feira próxima, dia 15 do corrente mês de feverei-

ro afim de prestardes depoimento no inquérito administrativo mandado proceder pelo Sr. ministro da Agricultura, em face da denúncia apresentada pelo Sr. Manuel Flávio de Sampaio contra os serventuários deste Ministério Luiz de Moura Brasil e Félix Ferreira da Silva.

Ao Sr. administrador da Fazenda Santa Inês:

N. 6 — Solicito vosso comparecimento no quarto andar, sala da frente do edificio do Ministério da Agricultura, à praça Marechal Ancora esquina da rua da Misericórdia, às 14 horas e 30 minutos de quarta-feira próxima, dia 15 de fevereiro corrente, afim de prestardes depoimento no inquérito administrativo mandado proceder pelo Sr. ministro da Agricultura, em face da denúncia apresentada pelo Sr. Manuel Flávio de Sampaio contra os serventuários deste Ministério, Luiz de Moura Brasil e Félix Ferreira da Silva.

Ao Sr. Alvaro Gomes:

N. 7 — Em vista de não haverdes atendido à primeira solicitação que esta Comissão vos dirigiu em 1 do corrente, volto a solicitar, novamente, vosso comparecimento no quarto andar, sala da frente, do edificio do Ministério da Agricultura, à praça Marechal Ancora, esquina da rua da Misericórdia, às 12 horas e 30 minutos de quarta-feira próxima, dia 15 de fevereiro fluente, afim de prestardes depoimento no inquérito administrativo mandado proceder pelo Sr. ministro da Agricultura, em face da denúncia apresentada pelo Sr. Manuel Flávio de Sampaio contra os serventuários deste Ministério Luiz de Moura Brasil e Félix Ferreira da Silva.

Lembro-vos, outrossim, para os devidos efeitos, que esta Comissão usará de todos os meios legais para fazer depor as testemunhas que julgar interessarem ao desenvolvimemto do inquérito de que está encarregada.

Departamento de Administração

Divisão do Pessoal

EXPEDIENTE DO SR. DIRECTOR

Dia 10 de fevereiro de 1939

Tabela numérica de extranumerários mensalistas da Divisão do Pessoal, para o exercício de 1939, aprovada pelo Sr. Presidente da República em despacho exarado na exposição de motivos n. DE 200, de 2 de fevereiro de 1939.

N.º de mensa- listas	Função	Salário		
		Mensal	Anual	Total
1	Médico de 5ª classe.....	750\$000	9:000\$000	9:000\$000
4	Auxiliares de escrita de 3ª classe	600\$000	7:200\$000	28:800\$000
7	Auxiliares de escrita de 4ª classe	550\$000	6:600\$000	46:200\$000
10	Auxiliares de escrita de 5ª classe	500\$000	6:000\$000	60:000\$000
22				144:000\$000

Nota: — O Serviço do Pessoal passou a denominar-se Divisão do Pessoal, em face do decreto-lei n. 982, de 23 de dezembro de 1938.

Jacyra Mattos da Cunha Valle, daet. F. Confere. Clarimundo Bahiana, of. adm. I. Visto. — M. Poppe, chefe S. A.

Relação nominal do pessoal extranumerário mensalista da Divisão do Pessoal, admitido nos termos do item V, do art. 2º do decreto-lei n. 240, de 4-2-38, durante o período de 1-1-39 a 31 de dezembro de 1939, de acordo com o despacho do Sr. Presidente da República, exarado na exposição de motivos n. DE 200, de 2-2-39, cuja despesa correrá à conta da Verba 1, Consignação II — Pessoal extranumerário, Sub-consignação 2, do orçamento do corrente exercício.

Número de ordem	Nomes — Função	Remuneração	Número da portaria	Data da 1ª admissão
1.	Tomas Ribeiro de Cerqueira Lima, médico de 5ª classe	750\$000	489	22-10-38
2.	Dager de Sousa Serra, auxiliar de escrita de 3ª classe	600\$000	490	22-10-38
3.	Henrique Von Kruger Filho, auxiliar de escrita de 3ª classe.	600\$000	491	22-10-38
4.	Maria do Carmo Maia e Almeida, auxiliar de escrita de 3ª classe	600\$000	492	22-10-38
5.	Pedro Estácio de Queiroz Silva, auxiliar de escrita de 3ª classe	600\$000	493	22-10-38
6.	Joaquim do Amaral Lopes, auxiliar de escrita de 4ª classe.	550\$000	494	22-10-38
7.	José Mariano de Oliveira, auxiliar de escrita de 4ª classe.	550\$000	495	22-10-38
8.	Newton Ferreira Josetti, auxiliar de escrita de 4ª classe	550\$000	496	22-10-38

Número de ordem	Nomes — Função	Remuneração	Número da portaria	Data da 1ª admissão	N.º de ordem	Nomes — Função	Remuneração	N.º da portaria
9.	Ovídio Ferreira Cândido, auxiliar de escrita de 4ª classe	550\$000	497	22-10-38	16.	Arlinda Dias-Barreto, estacionário de 3ª classe	200\$000	380
10.	Washington Altino Dória, auxiliar de escrita de 4ª classe..	550\$000	498	22-10-38	17.	Arnaldo Paiva, estacionário de 3ª classe	200\$000	381
11.	Luiz Mattar Castelo Branco, auxiliar de escrita de 4ª classe..	550\$000	499	2- 2-39	18.	Geraldo Simões de Matos, estacionário de 3ª classe	200\$000	382
12.	Raul Henrique de Castro e Silva de Vicenzi, auxiliar de escrita de 4ª classe	550\$000	500	2- 2-39	19.	Honorina Menel Schunig, estacionário de 3ª classe	200\$000	383
13.	Armando de Avelar Torres, auxiliar de escrita de 5ª classe..	500\$000	501	2- 2-39	20.	Jaci Garnier de Bacelar, estacionário de 3ª classe	200\$000	384
14.	Edinah Costa, auxiliar de escrita de 5ª classe	500\$000	502	2- 2-39	21.	Jaime Lucino Gonçalves Caldeira, estacionário de 3ª classe	200\$000	385
15.	Eduardo Ernani Camyrano, auxiliar de escrita de 5ª classe..	500\$000	503	2- 2-39	22.	José Pais de Melo, estacionário de 3ª classe	200\$000	386
16.	Joaquim Cid de Moraes, auxiliar de escrita de 5ª classe	500\$000	504	1- 1-38	23.	José Pedro de Melo, estacionário de 3ª classe	200\$000	387
17.	Jorge de Lima Castagnino, auxiliar de escrita de 5ª classe..	500\$000	505	2- 2-39	24.	Laertes Guimarães, estacionário de 3ª classe	200\$000	388
18.	José Joaquim Guedes Filho, auxiliar de escrita de 5ª classe.	500\$000	506	2- 2-39	25.	Leontino Maranhão Japiassú, estacionário de 3ª classe	200\$000	389
19.	Júnia Feitosa da Paixão, auxiliar de escrita de 5ª classe	500\$000	507	2- 2-39	26.	Maria Assunção Teixeira, estacionário de 3ª classe	200\$000	390
20.	Newton Oliveira Passos, auxiliar de escrita de 5ª classe	500\$000	508	2- 2-39	27.	Maria da Conceição Dutra, estacionário de 3ª classe	200\$000	391
21.	Oswaldo Palma, auxiliar de escrita de 5ª classe	500\$000	509	2- 2-39	28.	Maria da Glória Castro, estacionário de 3ª classe	200\$000	392
22.	Wilson Poggi de Pigueiredo, auxiliar de escrita de 5ª classe.	500\$000	510	2- 2-39	29.	Maria Helena da Costa, estacionário de 3ª classe	200\$000	393

Secção Administrativa da Divisão do Pessoal, 2 de fevereiro de 1939.

Nota — O Serviço do Pessoal passou a denominar-se Divisão do Pessoal, em face do decreto-lei n. 982, de 23-12-38. — *Jacyra Mattos da Cunha Valle*, dactilógrafa "F" — Confere. — *Clarimundo Bahiana*, Of. Adm. "I". — Visto. *M. Poppe*, chefe S. A.

Tabela numérica de extranumerários mensalistas do Serviço de Meteorologia, para o exercício de 1939, aprovada pelo Presidente da República em despacho exarado na exposição de motivos n. DE 20, de 6 de janeiro de 1938.

N.º de mensalistas	Função	Salário		
		Mensal	Anual	Total
1	Artífice de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
10	Estacionários de 1ª classe	300\$000	3:600\$000	36:000\$000
112	Estacionários de 3ª classe	200\$000	2:400\$000	268:800\$000

Nota — O Serviço de Meteorologia passou do Ministério da Viação e Obras Públicas para este ministério em face do decreto-lei n. 982, de 23 de dezembro de 1938.

Divisão do Pessoal, 28 de janeiro de 1939. — *Jacyra Mattos da Cunha Valle*, dact. F. Confere. — *Clarimundo Bahiana*, of. adm. I. Visto. — *M. Poppe*, chefe S. A.

Relação nominal do pessoal extranumerário-mensalista do Serviço de Meteorologia, admitido nos termos do item V, do art. 26, do decreto-lei n. 240, de 4 de fevereiro de 1938, para o período de 1 de janeiro de 1939 a 31 de dezembro de 1939, de acordo com o despacho do Sr. Presidente da República, exarado na exposição de motivos n. DE-20, de 6 de janeiro de 1938, cuja despesa correrá à conta da Verba I, Consignação II, Pessoal extranumerário, Sub-consignação 2, do orçamento do corrente exercício.

N.º de ordem	Nomes — Função	Remuneração	N.º da portaria
1.	Anibal Ribeiro Guimarães, artífice de 3ª classe	500\$000	374
2.	Virgílio Jacinto de Sousa, estacionário de 1ª classe	300\$000	375
3.	Vago, estacionário de 1ª classe.....	300\$000	—
4.	Vago, estacionário de 1ª classe.....	300\$000	—
5.	Vago, estacionário de 1ª classe.....	300\$000	—
6.	Vago, estacionário de 1ª classe.....	300\$000	—
7.	Vago, estacionário de 1ª classe.....	300\$000	—
8.	Vago, estacionário de 1ª classe.....	300\$000	—
9.	Vago, estacionário de 1ª classe.....	300\$000	—
10.	Vago, estacionário de 1ª classe.....	300\$000	—
11.	Vago, estacionário de 1ª classe.....	300\$000	—
12.	Adelina Aires de Aguiar, estacionário de 3ª classe	200\$000	376
13.	Alfa Emilia Alcântara de Ataíde, estacionário de 3ª classe	200\$000	377
14.	Américo Lobo, estacionário de 3ª classe	200\$000	378
15.	Analdes Maranhão dos Santos, estacionário de 3ª classe	200\$000	379

N.º de ordem	Nomes — Função	Remuneração	N.º da portaria
16.	Arlinda Dias-Barreto, estacionário de 3ª classe	200\$000	380
17.	Arnaldo Paiva, estacionário de 3ª classe	200\$000	381
18.	Geraldo Simões de Matos, estacionário de 3ª classe	200\$000	382
19.	Honorina Menel Schunig, estacionário de 3ª classe	200\$000	383
20.	Jaci Garnier de Bacelar, estacionário de 3ª classe	200\$000	384
21.	Jaime Lucino Gonçalves Caldeira, estacionário de 3ª classe	200\$000	385
22.	José Pais de Melo, estacionário de 3ª classe	200\$000	386
23.	José Pedro de Melo, estacionário de 3ª classe	200\$000	387
24.	Laertes Guimarães, estacionário de 3ª classe	200\$000	388
25.	Leontino Maranhão Japiassú, estacionário de 3ª classe	200\$000	389
26.	Maria Assunção Teixeira, estacionário de 3ª classe	200\$000	390
27.	Maria da Conceição Dutra, estacionário de 3ª classe	200\$000	391
28.	Maria da Glória Castro, estacionário de 3ª classe	200\$000	392
29.	Maria Helena da Costa, estacionário de 3ª classe	200\$000	393
30.	Maria José de Almeida Ferrari, estacionário de 3ª classe	200\$000	394
31.	Maria Leticia de Arruda Furtado, estacionário de 3ª classe	200\$000	395
32.	Maria de Lourdes de Jesus, estacionário de 3ª classe	200\$000	396
33.	Maria de Lourdes Martins Santos, estacionário de 3ª classe	200\$000	397
34.	Maria de Lourdes Silveira Lopes, estacionário de 3ª classe	200\$000	398
35.	Nilza Urano de Carvalho, estacionário de 3ª classe	200\$000	399
36.	Oneide Maranhão Japiassú, estacionário de 3ª classe	200\$000	400
37.	Raimunda de Novais Lima, estacionário de 3ª classe	200\$000	401
38.	Regina do Pinheiro, estacionário de 3ª classe	200\$000	402
39.	Renato Dine de Sena, estacionário de 3ª classe	200\$000	403
40.	Rita Fernandes Borges, estacionário de 3ª classe	200\$000	404
41.	Severino Rodrigues de Moraes, estacionário de 3ª classe	200\$000	405
42.	Silvio Pourchet, estacionário de 3ª classe	200\$000	406
43.	Valdemar Alves Pimenta, estacionário de 3ª classe	200\$000	407
44.	Valfrido Guerra, estacionário de 3ª classe	200\$000	408
45.	Zeneida Correia Paiva, estacionário de 3ª classe	200\$000	409
46.	Anísia Correia de Albuquerque, estacionário de 3ª classe	200\$000	410
47.	Antônio Nunes de Abreu, estacionário de 3ª classe	200\$000	411
48.	Erico Machado da Rosa, estacionário de 3ª classe	200\$000	412
49.	Laércia Jordão Barbosa, estacionário de 3ª classe	200\$000	413
50.	Maria Albertina Wallrick, estacionário de 3ª classe	200\$000	414
51.	Maria Madalena Wessely, estacionário de 3ª classe	200\$000	415
52.	Maria Vilela de Lemos, estacionário de 2ª classe	200\$000	416
53.	Silfredio Guerra de Medeiros, estacionário de 3ª classe	200\$000	417
54.	Virgílio Vieira de Sousa Leite, estacionário de 3ª classe	200\$000	418

De 14

a 112. Vagos, estacionários de 3ª classe.... 200\$000

Nota — O Serviço de Meteorologia passou do Ministério da Viação e Obras Públicas para este Ministério, em face do decreto-lei n. 982, de 23 de dezembro de 1938.

Secção Administrativa da Divisão do Pessoal, 28 de janeiro de 1939. — *Jacyra Mattos da Cunha Valle*, dactilógrafa, classe F. Confere. — *Clarimundo Bahiana*, oficial administrativo, classe I. Visto. — *M. Poppe*, chefe S. A.

Tabela numérica de extranumerários-mensalistas do Serviço de Meteorologia (Decreto n. 982, de 23 de dezembro de 1938), para o exercício de 1939, aprovada pelo Sr. Presidente da República em

despacho exarado na exposição de motivos n. DE 20, de 6 de junho de 1939:

Núm. de mensalistas — Função	Salário		
	Mensal	Anual	Total
1 Sub-assistente técnico de segunda classe	1:300\$0	15:600\$0	15:600\$0
1 Auxiliar técnico de 1ª classe	600\$0	7:200\$0	7:200\$0
5 Auxiliares técnicos de 3ª classe ..	500\$0	6:000\$0	30:000\$0
5 Auxiliares técnicos de 4ª classe ..	450\$0	5:400\$0	27:000\$0
1 Auxiliar de 3ª classe	350\$0	4:200\$0	4:200\$0
2 Auxiliares de 4ª classe	300\$0	3:600\$0	7:200\$0
1 Trabalhador de 3ª classe	250\$0	3:000\$0	3:000\$0
16			94:200\$0

Nota — O Serviço de Meteorologia passou do Ministério da Viação e Obras Públicas para este Ministério, em face do Decreto-Lei n. 982, de 23 de dezembro de 1938.

Divisão do Pessoal, 28 de janeiro de 1939. — *Jacyra Mattos da Cunha Valle*, Dact. F. — Confere, *Clarimundo Bahiana*, of. adm. 1. Visto, *M. Poppe*, Chefe S. A.

Relação nominal do pessoal extranumerário-mensalista do Serviço de Meteorologia, admitido nos termos do item V, do art. 26, do Decreto-Lei n. 240, de 4 de fevereiro de 1938, durante o período de 1 de janeiro de 1939 a 31 de dezembro de 1939, de acordo com o despacho do Sr. Presidente da República, exarado na exposição de motivos n. 20, de 6 de janeiro de 1939, cuja despesa correrá à conta da verba 1. consignação II — Pessoal extranumerário, sub-consignação 2, do orçamento do corrente exercício:

Núm. de ordem — Nomes — Função	Remuneração		N. da Data da 1ª portaria admissão
1. Laura de Nova Friburgo, sub-assistente técnico de segunda classe	1:300\$0		358
2. Júlio dos Santos Neves, auxiliar técnico de 1ª classe ..	600\$0		359
3. Antônio Alves Braga, auxiliar técnico de 3ª classe	500\$0		360
4. Condelita Cordeiro de Miranda, auxiliar técnico de terceira classe	500\$0		361
5. Lídia Cardoso Pinto, auxiliar técnico de 3ª classe	500\$0		362
6. Nery Aciole de Lacerda, auxiliar técnico de 3ª classe ..	500\$0		363
7. Roberto de Mesquita, auxiliar técnico de 3ª classe	500\$0		364
8. Agar de Carvalho Serejo, auxiliar técnico de 4ª classe ..	450\$0		365
9. Carmen de Oliveira Cardoso, auxiliar técnico de quarta classe	450\$0		366
10. Francisco Sena Araújo, auxiliar técnico de 4ª classe ..	450\$0		367
11. Gustavo Mário Jacinto de Sousa, auxiliar técnico de 4ª classe	450\$0		368
12. Helena Calheiros Fortuna, auxiliar técnico de 4ª classe ..	450\$0		369
13. Isaura Samico Rocha, auxiliar de 3ª classe	350\$0		370
14. Eliza de Amorim Garcia, auxiliar de 4ª classe	300\$0		371
15. Otacilio Lobo Vianna, auxiliar de 4ª classe	300\$0		372
16. Antônio dos Santos Faria, trabalhador de 3ª classe ..	250\$0		373

Seção Administrativa do Serviço do Pessoal, 28 de janeiro de 1939. — *Jacyra Mattos da Cunha Valle*, Dact. F. — Confere, *Clarimundo Bahiana*, Of. adm. 1. — Visto, *M. Poppe*, Chefe S. A.

Nota — O Serviço de Meteorologia passou do Ministério da Viação e Obras Públicas para este Ministério, em face do Decreto-Lei n. 982, de 23 de dezembro de 1938.

Quadro nominal do pessoal diarista necessário à Diretoria da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal, de acordo com o Decreto-Lei n. 240, de 4 de fevereiro de 1938 — Verba 1ª — "Pessoal" — Anexo 11 — Decreto-Lei n. 942, de 10 de dezembro de 1938, consignação II, sub-consignação n. 2 — "Pessoal Extranumerário", para vigorar durante o período de 2 de janeiro a 31 de dezembro de 1939 — Dotação para 12 meses: 3:540\$000 — Na Pagadoria do Ministério da Agricultura:

N. de ordem — Nomes — Denominação	N. de diárias	Remuneração		Despesa total em 12 meses
		Diária	Mensal	
1. Almerindo Almeida Martins, trabalhador	25	11\$800	295\$000	3:540\$000

Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal, 31 de dezembro de 1938. — *Catão Nogueira Santos*, Oficial ad. — Visto, *Nilo Garcia Carneiro*, Assistente Chefe. — Aprovo, (Assinatura ilegível) Diretor.

Quadro nominal do pessoal diarista necessário aos serviços da Inspeção Regional de Inspeção de Produtos de Origem Animal em São Paulo, de acordo com o decreto-lei n. 240, de 4 de fevereiro de 1938 — Verba 1ª — "Pessoal" — Anexo 11 — Decreto-lei n. 942, de 10 de dezembro de 1938, consignação II — Sub-consignação n. 2 — "Pessoal extranumerário", para vigorar durante o período de 2 de janeiro a 31 de dezembro de 1939 — Dotação para 12 meses: 3:000\$000 — Na Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em São Paulo.

Número de ordem	Nomes—Denominação	Número de diárias	Remuneração		Despesa total em 12 meses
			Diária	Mensal	
1.	Antônio Balbino Leite, trabalhador	25	10\$000	250\$000	3:000\$000

Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal, em 31 de dezembro de 1938. — *Maria Luiza Vianna de Barros*, oficial adm. Visto. — *Nilo Garcia Carneiro*, assistente chefe. Aprovo. — *B. Artur Tavares*, diretor.

Quadro nominal do pessoal diarista necessário ao serviço da Inspeção Regional de Inspeção de Produtos de Origem Animal em Porto Alegre, de acordo com o decreto-lei n. 240, de 4 de fevereiro de 1938 — Verba 1ª — "Pessoal" — Anexo 11 — Decreto-lei n. 942, de 10 de dezembro de 1938, consignação II — Sub-consignação n. 2 — "Pessoal extranumerário", para vigorar durante o período de 2 de janeiro a 31 de dezembro de 1939 — Dotação para 12 meses: 3:000\$000 — Na Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em Porto Alegre.

Número de ordem	Nomes—Denominação	Número de diárias	Remuneração		Despesa total em 12 meses
			Diária	Mensal	
1.	Pedro Ferrari, trabalhador	25	10\$000	250\$000	3:000\$000

Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal, em 31 de dezembro de 1938. — *Gastão Nogueira Santos*, oficial admin. Visto. — *Nilo Garcia Carneiro*, assistente chefe. Aprovo. — *B. Artur Tavares*, diretor.

Quadro nominal do pessoal diarista necessário ao serviço da Inspeção Regional de Inspeção de Produtos de Origem Animal em Curitiba, de acordo com o decreto-lei n. 240, de 4 de fevereiro de 1938 — Verba 1ª — "Pessoal" — Anexo 11 — Decreto-lei n. 942, de 10 de dezembro de 1938, consignação II — Sub-consignação n. 2 — "Pessoal extranumerário", para vigorar durante o período de 2 de janeiro a 31 de dezembro de 1939 — Dotação para 12 meses: 9:000\$000 — Na Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em Curitiba.

Número de ordem	Nomes—Denominação	Número de diárias	Remuneração		Despesa total em 12 meses
			Diária	Mensal	
1.	Alberto Schwinden, trabalhador	25	10\$000	250\$000	3:000\$000
2.	Orlando Fernandes, trabalhador	25	10\$000	250\$000	3:000\$000
3.	Flávio Faria Carneiro, trabalhador	25	10\$000	250\$000	3:000\$000
Total					9:000\$000

Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal, em 31 de dezembro de 1938. — *Gastão Nogueira Santos*, oficial admin. Visto. — *Nilo Garcia Carneiro*, assistente chefe. Aprovo. — *B. Artur Tavares*, diretor.

Quadro nominal do pessoal diarista necessário ao serviço da Inspeção Regional de Inspeção de Produtos de Origem Animal em Niterói, de acordo com o decreto-lei n. 240, de 4 de fevereiro de 1938 — Verba 1ª — "Pessoal" — Anexo 11 — Decreto-lei n. 942, de 10 de dezembro de 1938, consignação II — Sub-consignação n. 2 — "Pessoal extranumerário", para vigorar durante o período de 2 de janeiro a 31 de dezembro de 1939 — Dotação para 12 meses: 3:000\$000 — Na Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em Niterói.

Número de ordem	Nomes—Denominação	Número de diárias	Remuneração		Despesa total em 12 meses
			Diária	Mensal	
1.	Antônio Crispim do Nascimento, trabalhador	25	10\$000	250\$000	3:000\$000

Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal, em 31 de dezembro de 1938. — *Maria Luiza Vianna de Barros*, oficial adm. Visto. — *Nilo Garcia Carneiro*, assistente chefe. Aprovo. — *B. Artur Tavares*, diretor.

Quadro nominal do pessoal diarista necessário ao serviço da Inspeção Regional de Inspeção de Produtos de Origem Animal em Belo Horizonte, de acordo com o decreto-lei n. 240, de 4 de fevereiro de 1938 — Verba 1ª — "Pessoal" — Anexo 11 — Decreto-lei n. 942

de 10 de dezembro de 1938, consignação II — Sub-consignação n. 2 — "Pessoal extranumerário", para vigorar durante o período de 2 de janeiro a 31 de dezembro de 1939 — Dotação para 12 meses: 6:000\$000 — Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em Belo Horizonte.

Número de ordem	Nomes—Denominação	Número de diárias	Remuneração		Despesa total em 12 meses
			Diária	Mensal	
1.	Palmios da Paixão Carneiro, trabalhador.	25	10\$000	250\$000	3:000\$000
2.	Etherlich Ferreira Soares, trabalhador ..	25	10\$000	250\$000	3:000\$000

Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal, em 31 de dezembro de 1938. — *Maria Luiza Viana de Barros*, oficial adm. Visto. — *Nilo Garcia Carneiro*, assistente chefe.
Aprova. — *B. Artur Tavares*, diretor.

SEÇÃO DE CONTROLE

CÓDIGO DOS VENCIMENTOS E OUTRAS VANTAGENS DO PESSOAL DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Interpretação

- 10.101. Remuneração do Pessoal Permanente.
- 10.202. Remuneração do Pessoal Extranumerário.
- 10.303. Remuneração do pessoal em disponibilidade.
- 10.404. Gratificação especial.
- 10.405. Gratificação de função.
- 10.406. Gratificação adicional.
- 10.407. Ajuda de custo e diária.
- 10.408. Redução e transporte.
- 10.409. Serviço extraordinário.
- 10.410. Auxílio especial.
- 10.511. Diferença de vencimento.
- 10.512. Substituições.
- 10.513. Pessoal docente e administrativo do Curso Complementar da E.N.A.
- 30.120. Curso de aperfeiçoamento e especialização (despesa com pessoal).
- 30.121. Remunerações e outras despesas com os membros e o pessoal administrativo do C.F.E.A.C.B.
- 30.122. Despesas com o pessoal do C.F.F.
- 10.120. Remuneração do pessoal em comissão.
- 10.121. Remuneração do pessoal efetivo.
- 10.122. Remuneração do pessoal extinto.
- 10.123. Remuneração do pessoal excedente.
- 10.124. Cargos vagos.
- 10.230. Remuneração do pessoal contratado.
- 10.231. Remuneração do pessoal mensalista.
- 10.232. Remuneração do pessoal diarista.
- 10.233. Remuneração do pessoal tarefeiro.
- 10.740. Ajuda de custo.
- 10.741. Diária.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1939.

Confere — *Aurea de Azeredo Soares*, D.A.P.F.

Visto — *J. Coutinho*, O.F.A.M., como chefe da S. C.

Aprovado — *Blanc de Freitas*, diretor.

CÓDIGO DOS DESCONTOS AUTORIZADOS E OBRIGATORIOS, ORGANIZADO PARA O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

- 71.050. A. Econômica S/A (Empresário).
- 71.150. Aliança dos Servidores da União.
- 71.250. Associação Auxiliadora dos Funcionários.
- 71.350. Associação de Beneficência Burocrática.
- 71.450. Associação Beneficente Brasileira.
- 71.550. Associação Beneficente Carioca.
- 71.650. Associação Beneficente Cooperativa.
- 71.750. Associação Beneficente "Crédito ao Funcionário Público".
- 71.850. Associação Beneficente Federal.
- 71.950. Associação Beneficente Fluminense.
- 72.050. Associação Central de Beneficência.
- 72.150. Associação Civil e Militar de Beneficência.
- 72.250. Associação dos Empregados Federais.
- 72.350. Associação dos Funcionários Cíveis e Militares.
- 72.450. Associação dos Funcionários Públicos Cíveis.
- 72.550. Associação Guanabara.
- 72.650. Associação dos Pagadores e Fieis.
- 72.750. Associação Protetora do Funcionalismo.
- 72.850. Associação dos Servidores do Estado.
- 72.950. Associação dos Servidores Públicos.
- 73.050. Banco Auxiliar do Trabalho.
- 73.150. Banco Central Brasileiro.
- 73.250. Banco de Crédito Auxiliar.
- 73.350. Banco de Crédito Geral.
- 73.450. Banco de Crédito Pessoal.
- 73.550. Banco dos Funcionários Públicos.

- 73.650. Banco Predial do Estado do Rio.
- 73.750. Brasil Social.
- 73.850. Caixa de Assistência Hospitalar do Brasil.
- 73.950. Caixa Auxiliadora dos Empregados da Recebedoria.
- 74.350. Caixa Econômica.
- 74.450. Caixa Beneficente Civil e Militar.
- 74.550. Caixa Central de Auxílios.
- 74.650. Caixa Econômica.
- 74.750. Caixa Econômica (Aluguel de casa).
- 74.850. Caixa Econômica (Aquisição de casa).
- 74.950. Caixa Econômica (Aquisição de terreno).
- 74.100. Caixa do Funcionário Público.
- 74.150. Caixa Mútua do Auxílios.
- 74.250. Caixa Econômica.
- 74.350. Carteira de Crédito Garantido S/A.
- 74.450. Casa Bancária Pimenta & Ferreira Ltda.
- 74.550. Casa Bancária Popular do Rio de Janeiro.
- 75.050. Casa do Funcionário Público.
- 75.150. Centro Amparo dos Funcionários Públicos Cíveis e Militares.
- 75.250. Centro dos Aposentados Federais.
- 75.350. Centro Beneficente Civil e Militar.
- 75.450. Centro Brasileiro de Beneficência.
- 75.550. Centro Civil de Beneficência.
- 75.650. Centro Federal de Auxílios.
- 75.750. Centro Funerário de Auxílios.
- 75.850. Círculo dos Funcionários.
- 75.950. Clube dos Funcionários Públicos Cíveis.
- 76.050. Conf. Leg. dos Servidores do Estado.
- 76.150. Congresso dos Servidores do Estado.
- 76.250. Cooperativa Crédito aos Funcionários Públicos.
- 76.350. Cooperativa Econômica.
- 76.450. Cooperativa Geral do Brasil.
- 76.550. Crédito Popular.
- 76.650. Crédito Social.
- 76.750. Grêmio dos Funcionários Públicos.
- 76.850. Inst. de Prev. e Assist. dos Servidores do Estado.
- 76.851. Inst. de Prev. e Assist. dos Servidores do Estado (Aluguel de casa).
- 76.852. Inst. de Prev. e Assist. dos Servidores do Estado (Aquisição de casa).
- 76.853. Inst. de Prev. e Assist. dos Servidores do Estado (Aquisição de terreno).
- 76.854. Inst. de Prev. e Assist. dos Servidores do Estado (Pecúlio facultativo).
- 76.950. Liga Beneficente Predial.
- 77.050. Montepio dos Servidores do Estado.
- 77.150. Sociedade Beneficente Auxiliar dos Funcionários.
- 77.250. Sociedade Beneficente Crédito Brasileiro.
- 77.350. Sociedade Beneficente Cruzeiro do Sul.
- 77.450. Sociedade Beneficente Dr. Pereira Junior.
- 77.550. Sociedade de Beneficência dos Funcionários Públicos.
- 77.650. Sociedade Beneficente "Independência dos Funcionários".
- 77.750. Sociedade Beneficente Lar do Funcionário Público.
- 77.850. Sociedade Cooperativa Auxiliadora.
- 77.950. Sociedade Beneficente Lar do Funcionário Público.
- 78.050. Sociedade de Educação e Beneficência dos Funcionários.
- 78.150. Sociedade Beneficente União dos Funcionários Públicos.
- 78.250. Sociedade dos Funcionários Federais.
- 78.350. Sociedade Mútua Brasileira.
- 78.450. Sociedade Popular Brasileira.
- 78.550. União Beneficente Federal.
- 78.650. União dos Funcionários Públicos.
- 78.750. União Geral dos Funcionários Cíveis do Brasil.
- 78.850. União Nacional de Auxílios.
- 78.950. União dos Servidores do Estado.
- 79.050. União Social de Beneficência.
- 86.870. Inst. de Prev. e Assist. dos Servidores do Estado (Pecúlio obrigatório).
- 86.871. Inst. de Prev. e Assist. dos Servidores do Estado (Contribuição para montepio).
- 86.872. Inst. de Prev. e Assist. dos Servidores do Estado (Contribuição para pensão).
- 86.873. Inst. de Prev. e Assist. dos Servidores do Estado (Contribuição para aposentadoria).
- 89.580. Fazenda Nacional (Imposto sobre a renda).
- 89.581. Fazenda Nacional (selo).
- 89.582. Fazenda Nacional (Taxa da Lei 183 de 1936).
- 89.583. Fazenda Nacional (Indenização).
- 89.584. Fazenda Nacional (Multa art. 298 do R.G.C.P.).

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1939.

Confere — *E. de Queiroz Silva*, M. A.X.E.

Visto — *J. Coutinho*, O.F.A.H.J., na função de chefe da Seção de Controle.

Aprovado *Blanc de Freitas*, diretor.

Diretoria de Contabilidade

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 27 de janeiro de 1939

Offícios:

Ao Sr. diretor do Lloyd Brasileiro:

N. 291 — Comunica que o Sr. Presidente da República, por despacho de 17 do corrente mês, na exposição G.M. 39, em que este Ministério pedia a autorização para pagar a essa Empresa a importância de 250:000\$000 (duzentos e cinquenta contos e réis), correspondente à segunda prestação da venda do prédio da lavanderia, exarçou o seguinte despacho: "Faça primeiro a prova da propriedade do imóvel."

Dia 2 de fevereiro de 1939

Ao Sr. administrador do Campo de Sementes de Fumo, em Traqualema, Estado do Pará:

N. 397 — Tendo presente o ofício n. 669, de 9 de dezembro findo, comunica que poderá esse Campo organizar um Único inventário, compreendendo o período de 1936 a 1938, tendo, porém, em vista as instruções necessárias:

Conselho de Pesca

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE PESCA, REALIZADA EM 17 DE JANEIRO DE 1939

Aos dezessete dias do mês de janeiro de mil novecentos e trinta e nove, às quatorze horas, na sede da Divisão de Caça e Pesca, à rua Mata Machado sem número, reuniram-se os conselheiros Ascânio Faria, Cândido Firmino de Melo Leitão, Carlos Neto, Francisco Xavier da Costa, Henrique Lage, Joaquim Rodrigues Neves e Paulo de Sá Castro Menezes. Aberta a sessão pelo Sr. presidente, o secretário leu a ata da reunião ordinária anterior que foi aprovada. Em seguida, o senhor presidente declarou que a presente reunião fora convocada para estudo das ponderações sobre o Código de Pesca, feitas pela Confederação Geral dos Pescadores do Brasil. Dada a palavra ao relator, conselheiro Ascânio Faria, este declarou que cumpria-lhe, preliminarmente, informar que o S.C.P., trabalhou na reforma do Código de Caça e Pesca com a maior isenção de ânimos, em prol da pesca e do pescador. Em seguida, leu seu parecer sobre o processo, comentando suas afirmações com documentos que colocou à disposição dos senhores conselheiros. Submetido o parecer à discussão, usou da palavra o representante dos pescadores, conselheiro Xavier da Costa que defendeu o ponto de vista da C.G.P.B. em seu memorial ao Sr. Ministro da Agricultura. Nessa sua defesa o comandante Xavier da Costa declarou que seria incapaz de recomendar às federações de pescadores estaduais que en-

viassem telegramas ao Sr. Ministro, sobre o assunto da representação da C.G.P.B., com o fito de impressionar sua excelência, como deixou entrever o relator do processo; que atribuía a origem desses telegramas ao fato da representação da Confederação ter sido discutida em assembleia onde estão representadas as federações de pescadores por intermédio de delegados que, naturalmente, levam ao conhecimento das federações as matérias ali discutidas. Tendo se exgotado o tempo regulamentar com a leitura do parecer e sua discussão, o Sr. presidente levantou a sessão, na forma do que dispõe o Regimento Interno, marcando uma sessão extraordinária para 27 do corrente mês, afim de continuar o estudo do processo em discussão. Levantada a sessão foi lavrada a presente ata por mim, Anibal Jerônimo Vieira, oficial administrativo do Quadro Único do Ministério da Agricultura e secretário do Conselho, que, aprovada pelo Conselho de Pesca vai por mim e pelo Sr. presidente assinada. Sala das sessões, em 17 de janeiro de 1939. — Aprovada em 19-1-39. — *Mello Leitão*, presidente. — *Annibal J. Vieira*, secretário.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE PESCA, REALIZADA EM 19 DE JANEIRO DE 1939

Aos dezenove dias do mês de janeiro de mil novecentos e trinta e nove, às quatorze horas, na sede da Divisão de Caça e Pesca, à rua Mata Machado sem número, reuniram-se os conselheiros Cândido Firmino de Melo Leitão, Carlos Neto, Francisco Xavier da Costa, Joaquim Rodrigues Neves e Paulo de Sá Castro Menezes. Justificaram a ausência os conselheiros Henrique Lage e Ascânio Faria. Aberta a sessão pelo Sr. presidente, o secretário leu a ata da última sessão extraordinária, que foi aprovada com a seguinte retificação: — onde se diz: "que a presente reunião fora convocada para estudo das ponderações sobre o Código de Pesca, feitas pela Confederação Geral dos Pescadores do Brasil e dos telegramas sobre o mesmo assunto, das Federações das Colônias de Pescadores do Estado do Ceará, do Estado de Alagoas, do Estado do Rio Grande do Norte, do Estado do Maranhão e do Estado do Pará, anexados ao processo S. C. P. 1/39-C. P. A. 7.421/38. Não havendo expediente e a ordem do dia constando de processo entregue ao conselheiro Ascânio Faria que se encontra ausente do Rio, o Sr. presidente distribuiu o ofício em que o diretor da D. C. P. solicita que o Conselho estude a reforma da Lei das Peixarias sob o aspecto técnico e constitucional, aos conselheiros Xavier da Costa, Rodrigues Neves e Ascânio Faria para darem parecer em separado, afim de serem, posteriormente discutidos em conjunto. Quanto ao ofício em que o diretor da D. C. P. solicita parecer do Conselho a respeito de tres projetos de instruções a serem baixadas pela diretoria, o Sr. presidente ficou com os referentes aos ranários e piscicultores e distribuiu o referente a concessão de licenças aos amadores de pesca ao conselheiro Xavier da Costa. Nada mais havendo a tratar, marcou a próxima reunião ordinária para quinta-feira 26 do corrente, e encerrou a sessão, da qual, eu, Anibal Jerônimo Vieira, oficial administrativo do quadro único do Ministério da Agricultura e secretário do Conselho, lavei a presente ata que, aprovada pelo Conselho de Pesca, vai por mim, e pelo Sr. presidente, assinada. Sala das Sessões, 19 de janeiro de 1939. Aprovada em 26 de janeiro de 1939. — *Mello Leitão*, presidente. — *Annibal J. Vieira*, secretário.

Diretoria de Estatística da Produção

TERCEIRA SECCÃO

Relação nominal dos lavradores e criadores registrados durante o mes de dezembro de 1939

N.	Registro	Nome do lavrador	Estado	Município	Denominação da propriedade
1	7.235	Aguiar, Heleodoro Cardozo	Rio Grande do Sul.	Arróio Grande	Glória.
2	7.218	Aguiar, Joaquim Antônio	Baia	Livramento	Estacada.
3	7.236	Albuquerque, Lauro Medeiros.	Rio Grande do Sul.	Herval	Santo Antônio.
4	7.414	Albuquerque, Sancho Leite.	Paraíba	Teixeira	Soares.
5	7.237	Amado, Serafim Moura	Rio Grande do Sul.	Paimora	Bom Retiro
6	7.335	Amorim, José Augusto	Paraíba	Santa Luzia	Santana.
7	7.333	Andrade, Gasparino Vieira.	Santa Catarina	Lages	Cerro Dalva.
8	7.276	Araújo, Antônio Ferreira.	Baia	Campo Formoso	Baixa Tapuia.
9	7.277	Araújo, Antônio Ferreira.	Idem.	Idem.	Mandacaru.
10	7.218	Araújo, Antônio Ferreira.	Idem.	Idem.	Freixo.
11	7.214	Araújo, Antônio Prates.	Rio Grande do Sul.	Rosário.	Paraíso.
12	7.331	Araújo, Clara Ina.	D. Federal.	—	Souza.
13	7.357	Araújo, Severiano Dias.	Parai a	C. Grande.	São Vicente.
14	7.334	Araújo, Severino Moraes	Idem.	Pombal	Bela Vista.
15	7.330	Ascendino Bandolim & Irmãos.	Paraná	Sertãoopolis	Pinhelro.
16	7.335	Babot, Paulo A.	Rio Grande do Sul.	Bage	Rodado.
17	7.293	Baltar, Mirabeau P.	Idem.	Arróio Grande	Lote 13J.
18	7.306	Batista, Joaquim.	Distrito Federal.	—	Saigado.
19	7.233	Barbosa, Antônio Alves	Paraíba	Umbuzeiro.	Cerro.
20	7.238	Barbosa, Menello Fernandes.	Rio Grande do Sul.	Livramento	Alto Alegre.
21	7.314	Barros, Alfredo.	Maranhão	Barra do Corda	Lote 104.
22	7.307	Barros, Antônio Nunes.	Distrito Federal.	Idem.	Barreiro.
23	7.321	Barros, Constandio	Idem.	Idem.	Mangueira
24	7.223	Barros, Joaquim Oliveira	Idem.	Idem.	Santa Rita.
25	7.320	Barros, Rufino O.	Idem.	Idem.	Pinhal.
26	7.217	Barros, Tome Oliveira	Idem.	Idem.	Camalau Velho.
27	7.375	Becker, Samuel	Idem.	Idem.	To. Jos. os Santos.
28	7.337	Bezerra Filho, Pedro.	Idem.	Idem.	Doa Ana
29	7.375	Bitencourt, Raimundo Rodrigues.	Idem.	Idem.	Diva.
30	7.412	Bleitch, Emilio	Idem.	Idem.	Borga.
31	7.205	Bonneau, Mario Guilherme	Idem.	Idem.	Olho Dagua.
32	7.262	Borges, Sebastião Heredia.	Idem.	Idem.	Riacho Escuro.
33	7.287	Braga, Manoel Silva	Idem.	Idem.	Serrinha.
34	7.411	Brasil, Nilo Torres	Idem.	Idem.	Santa Fé.
35	7.372	Brum, Genil Silveira	Idem.	Idem.	Jacupé Velho.
36	7.219	Brum, Otacilio	Idem.	Idem.	Pasto Branco.
37	7.333	Cabral, Felipe Neri	Idem.	Idem.	Imbeiro.
38	7.403	Cabral, Joaquim Soeiro	Idem.	Idem.	Selado.
39	7.235	Caetano, Antônio Lisboa.	Idem.	Idem.	Cajuziro.
40	7.219	Cambui, Manoel	Idem.	Idem.	Sul.
41	7.371	Carvalho, José Genérico.	Idem.	Idem.	Invejada.
42	7.271	Carvalho, Miguel Maia	Idem.	Idem.	Vista Alegre.
43	7.298	Carvalho, Samuel Pereira.	Idem.	Idem.	Independência.
44	7.239	Carvalho, Samuel Pereira.	Idem.	Idem.	Rodicio.
45	7.222	Casagrande Pascoal.	Idem.	Idem.	Faixa Trussu.
46	7.341	Castro, José Ceazario.	Idem.	Idem.	Figueira.
47	7.285	Castro, José Ceazario.	Idem.	Idem.	Prata.
48	7.335	Cavalcanti, José Adeodato	Idem.	Idem.	Eucaliptus.
49	7.243	Cuelho, Joaquim Marques.	Idem.	Idem.	Sina-Sina.
50	7.350	Cola, Nicolau	Idem.	Idem.	Igarapé S. Co.
51	7.293	Companhia Granja dos Eucaliptus	Idem.	Idem.	Bôa Vista Irapuá.
52	7.332	Conceição, Pedro Azevedo	Idem.	Idem.	
53	7.334	Correa, Joaquim Rosa	Idem.	Idem.	
54	7.233	Correa, José Antônio	Idem.	Idem.	

Número	Registro	Nome do lavrador	Estado	Município	Denominação da propriedade
55	7.322	Correia, Simão Brito	Maranhão	Pedreiras	São Simão.
56	7.350	Costa, Ciriaco	Rio Grande do Sul	Uruguiana	Hela Vista.
57	7.256	Costa, Pedro Souza	Idem	Arco Grande	Figueira.
58	7.231	Crespo, Dirceu Cemenio	Idem	São João B. Camaquã	Palmira.
59	7.350	Cruz, Hermani Gomes Vieira	Rio de Janeiro	Paqueta de Sul	Mato Alegre.
60	7.212	Cunha, Maria Angélica Leitão	Idem	São Francisco de Paula	Santana Macabú.
61	7.233	De Lorenzi & Barão	Rio Grande do Sul	Divinópolis	Lagôa.
62	7.221	Dias, José	Paraná	Santa Leopoldina	Santo Antonio.
63	7.221	Ditrich, Gustavo	Idem	Palmas	Capivara.
64	7.249	Domingos Colavolpe & Irmãos	Baía	Imbuic	Campo Formoso.
65	7.407	Duarte, Aurino José	Pernambuco	Artífios	Canian.
66	7.215	Duarte, Carlos	Rio Grande do Sul	Uruguiana	Bela Vista.
67	7.338	Eichstädt, Berthold	Santa Catarina	Laçoga	Bela Vista.
68	7.413	Esteves, Mario	Rio de Janeiro	Vassouras	Santana.
69	7.245	Esteves, Otávio Adalberto	Rio Grande do Sul	Arlório Grande	Parteiras.
70	7.329	Fagundes Neto, Ernesto	Minas Gerais	Barbacena	M. u Repouso.
71	7.295	Faria, João Baptista Nogueira	Para	Belem	Barreira.
72	7.317	Fazenda Barreira S/A	Paraná	Cambará	Santa Agueda.
73	7.42	Fernandes, João Plínio	São Paulo	Espirito Santo do Pinhal	Salgadinho.
74	7.283	Fernandes, José Joaquim	Rio Grande do Norte	Serra Negra	São João.
75	7.310	Fernando, Valter João	Santa Catarina	Lages	São João.
76	7.219	Ferrado, Eugênio	Distrito Federal	—	Mojo Alto.
77	7.223	Filoco, Antônio	Paraná	Sertãoópolis	Bom tiro.
78	7.231	Fonseca, Manoel Inácio	Minas Gerais	Lambari	Parari.
79	7.417	Fontes, Francisco Dantas	Baía	Rio Real	Puraque.
80	7.381	França, Agostinho Vieira	Maranhão	São Pedro	São Francisco.
81	7.431	Franco, Antônio Candido Simões	Rio Grande do Sul	Bagé	Lot 131 e 132.
82	7.305	Franqueira, Flora Fervenza	Distrito Federal	—	Barra.
83	7.423	Frias, José Coelho	São Paulo	P. Sapucaí	Modêlo.
84	7.337	Galer, Simon	Rio de Janeiro	Guassú	Melado.
85	7.251	Gambara, José	Paraíba	Santa Luzia	Urugas.
86	7.333	Gayoso, Rimidia	Idem	Paços	Urubutinga.
87	7.424	Gil, Isidoro	São Paulo	Chavantes	Passa Quatro.
88	7.352	Godoi, Oscar	Idem	Cruzeiro	B. tania.
89	7.333	Gomes, acinio Dantas	Paraíba	Alagôa do Monteiro	ussaralinho.
90	7.377	Gonçalves, Eliezer	Maranhão	São Pedro	Joça Velha.
91	7.245	Gonçalves, José Garcia	Paraná	Ponta Grossa	Marjo Alto.
92	7.231	Gonçalves, Maria Zilzina	Rio Grande do Sul	Arlório Grande	Corantaf.
93	7.340	Granja Comandati Ltd.	Idem	Santo Agelo	Angical.
94	7.207	Gudolle, Djalma	Idem	Itajubá	Canadá.
95	7.416	Guerra, Otávio Gonçalves	Pernambuco	Floresta dos Leões	Quiguaí.
96	7.374	Guimarães, Clovis Batista	Paraná	Palmas	Dona Ida.
97	7.410	Hass, Germano	Santa Catarina	Araruá	Piche.
98	7.343	Hilgao, Ezequiel	Rio Grande do Sul	Itajubá	Florista.
99	7.401	Hjpiner, Carlos	Santa Catarina	Itajubá	São Pedro.
100	7.296	Jansen, Harri	Idem	Itajubá	Chua
101	7.359	J. Coimbra & Comp.	Para	Belem	Estiva.
102	7.359	J. Fagundes & R. Valls	Rio Grande do Sul	Uruguiana	Santo Antônio.
103	7.404	J. Renner & Cia. Ltd	Idem	Monten gro	Robas
104	7.359	Junqueira, Antônio Gabriel	Minas Gerais	Lambari	Aninha.
105	7.404	Junqueira, Magno Diniz	São Paulo	São Joaquim	João C. elho.
106	7.306	Kalitzak, João	Paraná	Joazeiro	João União.
107	7.313	Klavin, Augusto	São Paulo	Vila Americana	Santo Antônio.
108	7.339	Kudlavis, José	Paraná	Aracária	João Jardim.
109	7.41	Leite, Antônio Augusto Souza	Rio de Janeiro	Parabá do Sul	Chacriha.
110	7.337	Leite, José	Maranhão	Barra do Corda	anco Vieira.
111	7.351	Lessa, Otávio	Alagôas	Corrine	—
112	7.338	Lima, João Batista	Rio de Janeiro	Guassú	—
113	7.273	Lima, Joaquim Souza	Baía	Campo Formoso	—
114	7.263	Lima, Rosalino Silveira	Rio Grande do Sul	São Jerônimo	—
115	7.310	Lima, & Cia.	Rio de Janeiro	Guassú	—
116	7.213	Lins, Luiz Dias	Pernambuco	Escada	Sapucagi.

Registro	Nome do lavrador	Estado	Município	Denominação da propriedade
117	1.254	Rio Grande do Sul	Arroio Grande	Lapera.
118	232	Idem	Idem	Palmeira.
119	345	Paraná	Palmas	Rosal Cruziro.
120	7.270	S. Paulo	Nova Granada	S. Maria.
121	7.245	Rio Grande do Sul	Arroio Grande	Carolina.
122	7.252	Idem	Idem	Paraisos.
123	7.294	Baía	Idem	om Gosto.
124	7.250	Rio Grande do Sul	Arroio Grande	S. Teresina.
125	7.241	Idem	Idem	B. Vista.
126	7.224	Paraná	Idem	Nova Vista.
127	7.274	Idem	Idem	Itirana.
128	7.275	Idem	Idem	varzea Formosa.
129	7.314	Maranhão	Idem	Barro Branco.
130	7.384	Paraná	Idem	Imuap. Iro.
131	7.422	Idem	Idem	Pontezinha.
132	7.391	Idem	Idem	V. Iho.
133	7.290	Idem	Idem	Cachosiinha.
134	7.235	Idem	Idem	Volta Furma.
135	7.419	Idem	Idem	Idem
136	7.202	Idem	Idem	Idem
137	7.342	Idem	Idem	Idem
138	7.224	Idem	Idem	Idem
139	7.258	Idem	Idem	Idem
140	7.250	Idem	Idem	Idem
141	7.452	Idem	Idem	Idem
142	7.387	Idem	Idem	Idem
143	7.394	Idem	Idem	Idem
144	7.223	Idem	Idem	Idem
145	7.378	Idem	Idem	Idem
146	7.379	Idem	Idem	Idem
147	7.238	Idem	Idem	Idem
148	7.257	Idem	Idem	Idem
149	7.247	Idem	Idem	Idem
150	7.415	Idem	Idem	Idem
151	7.376	Idem	Idem	Idem
152	6.289	Idem	Idem	Idem
153	7.324	Idem	Idem	Idem
154	7.352	Idem	Idem	Idem
155	7.434	Idem	Idem	Idem
156	7.325	Idem	Idem	Idem
157	7.418	Idem	Idem	Idem
158	7.233	Idem	Idem	Idem
159	7.353	Idem	Idem	Idem
160	7.224	Idem	Idem	Idem
161	7.244	Idem	Idem	Idem
162	7.354	Idem	Idem	Idem
163	7.430	Idem	Idem	Idem
164	7.399	Idem	Idem	Idem
165	7.234	Idem	Idem	Idem
166	7.303	Idem	Idem	Idem
167	7.203	Idem	Idem	Idem
168	7.216	Idem	Idem	Idem
169	7.230	Idem	Idem	Idem
170	7.421	Idem	Idem	Idem
171	7.421	Idem	Idem	Idem
172	7.420	Idem	Idem	Idem
173	7.312	Idem	Idem	Idem
174	7.412	Idem	Idem	Idem
175	7.400	Idem	Idem	Idem
176	7.338	Idem	Idem	Idem
177	7.351	Idem	Idem	Idem
178	7.350	Idem	Idem	Idem

N.	Registro	Nome do lavrador	Estado	Município	Denominação da propriedade
179	7.331	Rego, Ernesto Heráclio.	Paraná	Cabaceiras	Mirador.
180	7.332	Rêgo, Ernesto Heráclio.	Pernambuco	Limoeiro	Rioirão Fundo.
181	7.227	Requão, Altamirando	Baía	Maragogipe	Iriquitã.
182	7.203	Rodrigues, Heitor Mendes	R. G. do Sul	Itaquil	Recrêio.
183	7.310	Rodrigues, Antônio	Maranhão	Barra do Corda	Bom Vista.
184	7.315	Rodrigues, Arlindo	Rio de Janeiro	Magé	Reuniões Bandeirantes.
185	7.304	Romano, Vicente	Idem	Iruassu	Sítio
186	7.331	Romero & Bertrand Ltd.	R. G. do Sul	Bage	S. Martin.
187	7.317	Rosa, Virgílio Cesar Oliveira.	Santa Catarina	Lages	Marcondes.
188	7.373	Rost, Guilherme	São Paulo	Santa Branca	Barretos.
189	7.212	Salazar, Osvaldino Paula	Alagoas	Manhuasú	Felical.
190	7.332	Santos, Carmen Figueira	Minas Gerais	São Sebastião	Iacupine.
191	7.23	Schettuno, Leopoldo, José	Minas Gerais	Além Paraíba	S. Manoel.
192	7.242	Serpa, Honório Linhares	Paraíba	Palmas	Gloria
193	7.421	Sertório, Joaquim Inácio	São Paulo	E. Santo do Pinhal	Santa Cruz.
194	7.335	Sete, Francisco Fábio	Rio de Janeiro	Itanema	Lagoa.
195	7.334	Seura, Wilson	Idem	Magé	Cecília.
196	7.242	Silva, Eleuterio Fagundes	R. G. do Sul	Arróio Grande	S. Gonçalo.
197	7.355	Silva, José Macário	Minas Gerais	Pirapora	Lagoa Chica.
198	7.326	Silva, José Pinheiro	Maranhão	Barra do Corda	S. José.
199	7.302	Silva, Luiz	Pará	Santa Isabel	Maravilha.
200	7.272	Silva, Martinho Barbosa	Baía	Camco Formoso	Buriti.
201	7.335	Silva, Manoel Rocha	Maranhão	S. Pedro	Roncador.
202	7.311	Silva, Miguel Alves	Paraná	Pombal	Santo Antônio.
203	7.211	Silva, Olacilio Alonso	R. G. do Sul	Arróio Grande	Broto Silveira.
204	7.333	Silva, Olacilio Jose	Idem	Alcântara	Adelalfe.
205	7.204	Silva, Prudente Ferrer	Idem	Arróio Grande	Lagoa União.
206	7.315	Silva, Rufino F.	Maranhão	Ita	Vassoural.
207	7.425	Silva, Servulo Pacheco	São Paulo	Livramento	Santa Julia.
208	7.343	Silva, Simão Amália	R. G. do Sul	Arróio Grande	Santa Alda.
209	7.233	Silvetra Neto, Flavio	Idem	Serra Grande	Iardim.
210	7.291	Sobral, Manoel Paulino	R. G. Norte	Campo	Coella.
211	7.405	Societe de Sucreries Presiliennes S. Paraiso	Rio de Janeiro	Bom Nova	Oceania.
212	7.225	Souza, Antonio Almeida	Baía	Casemiro Abreu	S. P. do Alcanjara.
213	7.347	Souza, Frederico Carlos Abreu	Pio de Janeiro	Traiano Marais	Ponte Macabu.
214	7.330	Souza, João Gomes	Idem	Patos	Aperado.
215	7.353	Souza, Laudelino Alves	Paraná	Canavieiras	Bom Vida
216	7.325	Souza, Luiz Vitor	Maranhão	Idem	Floresta.
217	7.264	Souza, Pedro Antônio	Baía	Idem	Pedras.
218	7.255	Souza, Pedro Antônio	Idem	Idem	Serra Paraiso.
219	7.266	Souza, Pedro Antônio	Idem	Dourados	Herold.
220	7.279	Souza, Valdemiro	Mato Grosso	Quaral	Empresa Agrícola Parton
221	7.210	Spencer, Ademar	R. G. do Sul	Uruguaiana	Iriquitã.
222	7.261	Farragó, Jaime	Idem	S. Sebastião do Alto	S. Manoel.
223	7.345	Favares, Osario Alves	Rio de Janeiro	S. Sebastião	Esperança.
224	7.221	Tetard, Angelo	Paraná	Idem	Floresta
225	7.353	Leixeira, Marcolino Mayer	Idem	Lambari	Santa Teresinha.
226	7.282	Tucci, Vitor	Minas Gerais	Soure	Viana.
227	7.291	Viana, Francisco Macedo	Pará	Coita	Bom Vi ta.
228	7.423	Viana, Niso	São Paulo	S. Joaquim	Desengano.
229	7.211	Vieira, Hamilton	Santa Catarina	Castelo	Cristal
230	7.258	Vieira, Joze Vivacqua	F. Santo	S. Roque	Moinho Vermelho.
231	7.311	Vieira, Paulo Duara	São Paulo	Lambari	Bom socêgo
232	7.370	Vilela, Francisco Balthor	Minas Gerais	Mar de Espanha	Rincão Contrato.
233	7.340	Villa, Gabriel Reis	Idem	Idem	
234	7.133	Virialo Perez & Cia	R. G. Sul	Idem	

A Diretoria da Imprensa Nacional, de acordo com a legislação em vigor, só registrará assinaturas dos órgãos oficiais, para o exercício de 1939, mediante pagamento da importância correspondente ao período de 12 meses, na Tesouraria da Imprensa Nacional, à rua 13 de Maio, ou mediante recolhimento, e respectiva comprovação, nas repartições arrecadoras federais — Delegacias Fiscais, Alfândegas, Mesas de Rendas e Coletorias.

Aos funcionários públicos federais, estaduais e municipais é facultado pagar o custo da assinatura, computado já o desconto de 20 %, a que têm direito, em duas prestações semestrais de 28\$000.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

Serviço de Contabilidade

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 9 de fevereiro de 1939

Requerimentos despachados

José Gomara, inspetor de Previdência, solicitando reconsideração do despacho que indeferiu o pedido de pagamento de diárias, referentes ao exercício de 1932. O Sr. ministro exarou o seguinte despacho: Como parece ao S. Ct. Archive-se, mantido o despacho anterior, advertindo-se a funcionária Ilná Carvalho Corner, sobre a maneira inconveniente como após o seu "Ciente" com relação a um despacho ministerial, tal qual se vê a fls. 137". Referência: 304-J-32.

The Leopoldina Railway Co. Ltd. pedindo pagamento, por exercícios findos, de contas na importância de 48\$600, por serviços prestados em 1936. O Sr. ministro exarou o seguinte despacho: "Dirija-se ao Ministério da Fazenda". Referência: 6.068-37.

Estrada de Ferro Sorocabana, pedindo pagamento, por exercícios findos na importância de 9\$900, por serviços prestados em 1932. O Sr. ministro exarou o seguinte despacho: "Reconheço a dívida na importância de 9\$900". Referência: 16.841-34.

Rede Mineira de Viação, pedindo pagamento, por exercícios findos, da importância de 246\$500. O Sr. ministro exarou o seguinte despacho: "Reconheço a dívida na importância de 246\$500". Referência: 5.337-38.

Serviço de Comunicações

Primeira Seção

PORTARIA N. SCM. 24, DE 9 DE FEVEREIRO DE 1939

O ministro de Estado, atendendo ao que solicitou o Sindicato dos Enfermeiros Terrestres, com sede no Distrito Federal, e, bem assim, a que o parágrafo único do art. 13 do decreto n. 21.186, de 22 de março de 1932, regulando o horário para o trabalho no comércio, excetuou, entre outros estabelecimentos, as casas de saúde ou sanatórios, dispondo que as respectivas condições de trabalho seriam determinadas em regulamentos especiais, expedidos pelo ministro de Estado, resolve instituir uma Comissão Especial, composta do inspetor Dr. Zey Bueno, do Departamento Nacional do Trabalho, como presidente; do Dr. Roberval Cordeiro de Farias, como representante do Ministério da Educação e Saúde; de Ildefonso Caminha dos Santos, como representante do supracitado sindicato, tendo por suplente Benedito Alves Batista, e do Dr. João Emílio Berla de Niemeyer, como representante do Sindicato Patronal dos Hospitais Privados do Rio de Janeiro, tendo como suplente o Dr. Martim Francisco Bueno de Andrada, para o fim de elaborar o anteprojeto de regulamento do exercício da profissão de enfermeiro.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1939. — Waldemar Falcão.

PROCESSO DESPACHADO PELO SR. MINISTRO

Dia 10 de fevereiro de 1939

S. A. Fábrica de Produtos Alimentícios "Vigor", consultando acerca da interpretação que, à vista da nova redação introduzida pelo decreto-lei n. 1.067, de 21 de janeiro de 1939, deve ser dada ao art. 11 do decreto-lei n. 627, de 18 de agosto de 1938 (2.958-939). — Ao Serviço de Comunicações, para fazer o necessário expediente. (O expediente a que alude o despacho está subordinado ao parecer do teor seguinte: "O decreto-lei n. 627 foi elaborado de acordo com a orientação do ministro do Trabalho (portaria de 9 de fevereiro de 1938), contrária à inscrição do mesmo empregador em mais de um Instituto de Aposentadoria e Pensões. Eis porque o art. 11 encerra,

como regra geral, a filiação dos empregados do mesmo empregador a um só Instituto; e, como exceção, o desdobramento dos empregados do mesmo empregador por mais de um Instituto. Mas, a adotar-se a interpretação defendida nos anexos, ter-se-ia a inversão da regra geral, que passaria a exceção.

Ora, essa regra geral está perfeitamente firmada no contexto do próprio art. 11. Diz ele que, se o mesmo empregador exercita atividades compreendidas em mais de um Instituto de Aposentadoria e Pensões, a filiação dos respectivos empregados far-se-á a um só deles, aquele que corresponder à atividade preponderante do referido empregador. E define: atividade preponderante será aquela para a qual concorram *mediata, acessória ou complementar* as demais atividades exercitadas pelo empregador. Havendo *concurso* entre as diversas atividades, prevalece, pois, a regra da filiação de todos os empregados a um só Instituto. A natureza desse concurso acha-se determinada pelas expressões — *mediata, acessória, complementarmente*. Não se trata de concurso econômico ou administrativo, mas *concurso de execução de umas atividades em relação a outra*, como os seguintes exemplos ilustram:

a) *concurso mediato* — aquele que serve de meio para a execução da atividade principal. Ex.: a fabricação de doces pela confeitaria, para o consumo da própria freguezia; a fabricação de caixas de papelão, para acondicionamento, pela própria loja de calçados; a oficina manfida pela agência de compra e venda de automóveis. Em todos os casos acima há duas atividades típicas: industrial e comercial; a primeira, porém, apenas serve de meio à execução da principal, que é comercial;

b) *concurso acessório* — aquele que se destina a melhorar ou facilitar a execução da atividade principal, como as seções de venda a varejo dos estabelecimentos industriais, seções estas que, existam ou não, não tiram ao estabelecimento o seu caráter intrínseco de industrial;

c) *concurso complementar* — aquele que se adita à atividade principal do empregador, completando-a, como acontece tipicamente com as seções de transporte dos estabelecimentos comerciais e industriais, simples complemento das atividades específicas dos mesmos.

Em todos esses casos, pouco importa que as diferentes atividades exercitadas estejam separadas, administrativamente, em departamentos ou seções. Existe, sempre, uma atividade principal, *realizada* com o concurso das demais, atividade essa que determina a filiação dos empregados em geral ao Instituto que a ela corresponder.

Mas, na aplicação do art. 11, casos surgiram em que se notou desde logo a ausência daquele *concurso de execução* entre as diversas atividades. Essas eram, não administrativamente, mas *executivamente autônomas ou distintas*. Por exemplo: na Sociedade Anônima Martinelli, verificou-se existirem: *seção bancária; seção de navegação; fábrica de tijolos; seção de comissões e consignações*, etc., cada qual com o seu objeto próprio, independentemente das demais. Nenhum concurso havia entre essas diferentes atividades; cada uma delas subsistia autonomamente, não havendo preponderância no sentido legal. Para essa situação peculiar, não oferecia a rigidez do primitivo art. 11 qualquer critério que orientasse a filiação dos empregados aos Institutos de Aposentadoria e Pensões. Esse critério, coube ao decreto-lei n. 1.067 fornecer-lo, através do parágrafo único do art. 11, estabelecendo, *como execução à regra da filiação a um só Instituto* que, na hipótese, a filiação se fizesse aos Institutos correspondentes a cada atividade autônoma ou distinta. E para esse fim, traçou o parágrafo dois critérios: quando, *al sim*, os empregados estiverem administrativamente separados em departamentos ou seções, cada seção será filiada ao Instituto da respectiva atividade (alínea a); quando não estiverem os empregados separados em seções ou departamentos distintos, quando eles trabalharem indiferentemente nas diversas atividades, serão eles filiados ao Instituto que corresponder à *atividade genérica* do empregador (alínea b). Nesse último caso, aliás raro, como não seria possível destinar a cada Instituto *um pedaço de cada um dos empregados*, restaurou a lei o critério da *unifiliação*, embora autônomas ou distintas as atividades.

Isto posto, é fácil traçar obiectivamente o método de aplicação do art. 11 do decreto-lei n. 627, da sua nova redação: 1) Si o empregador exerce apenas uma atividade, a instituição competente para a filiação de seus empregados será aquela que estiver mencionada num dos arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 6º, 7º, 8º, e 9º, do decreto-lei; 2) Si o empregador exerce duas ou mais atividades, e estas estiverem classificadas em mais de um Instituto, cabe-lhe verificar qual a sua atividade preponderante em função do concurso mediato, acessório ou complementar prestado pelas demais atividades. Para esse fim, há uma regra prática que pode servir à maioria dos casos. Pondo de lado o aspecto econômico da matéria, basta que o empregador verifique entre as diferentes atividades qual aquela que poderá substituir, com o desaparecimento das demais. Por exemplo: subsiste a confeitaria, embora não fabrique os próprios confeitos; subsiste um estabelecimento industrial, mesmo que seja extinta a sua seção de transporte; subsiste a agência de automóveis, mesmo que desapareça a sua oficina. A "contrário sensu", desaparecendo a confeitaria, o estabelecimento industrial, a agência, jamais terão razão de existir as demais atividades subsidiárias. Nesse caso, pois, o empregador filiara todos os seus empregados ao Instituto que corresponder à atividade que se verificou ser preponderante. 3) Si, entretanto, as atividades forem autônomas ou distintas, isto é, si não se manifestar entre elas aquele referido concurso subsidiário, abre-se a exceção: os empregados não serão mais filiados a um só Instituto e, sim, aos que corresponderem às suas diferentes atividades. Nesse caso, então, é preciso que os empregados estejam administrativamente diferenciados segundo as di-

versas atividades, isto é, distribuídos em departamentos ou seções (pouco importa, aliás, a denominação), para se operar a filiação de acordo com a alínea a. Porque, si não o estiverem, isto é, 4) Si se verificar que os empregados, em geral, prestam serviços às diversas espécies de atividades, ora a uma, ora a outra, sem separação nítida, então caberá ao empregador filiá-los ao Instituto que corresponder ao seu gênero de atividade, o qual, praticamente, poderá ser aferido pelo registro da firma, quando industrial, ou pelo contrato social.

Como se vê, é clara a orientação metodológica da lei. Em primeiro lugar, o que se deve verificar é si as atividades, pela presença ou pela ausência do concurso de execução entre elas, são dependentes ou autônomas. Somente depois de feita essa verificação, si se apurar que as atividades são autônomas, é que entra em função o critério da sua diferenciação administrativa, afim de serem aplicados os critérios das alíneas a e b do parágrafo único do art. 11.

Donde a nossa afirmação de que não pôde ser aceita a interpretação reivindicada na carta e na circular anexas, de vez que consideram, como elemento definidor da autonomia ou distinção das atividades, a sua diferenciação administrativa. A vingar esse critério, acabaria, como dissemos, prevalecendo sobre a regra geral do art. 11 a exceção contida no seu parágrafo, porque na maioria dos casos, as atividades de um mesmo empregador, embora entrelaçadas, sempre poderão ser distinguidas administrativamente, por departamentos ou seções.

Isto posto, deve a consulente remeter uma exposição das suas diferentes atividades, si é que as tem, afim de se poder esclarecê-la acerca do Instituto a que compete a inscrição de seus empregados."

Serviço do Pessoal

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Processos despachados

Dia 7 de fevereiro de 1939

Secretaria de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo, por seu procurador, pedindo pagamento, por exercícios findos, da importância de 42\$000, proveniente de transportes efetuados pela Estrada de Ferro Sorocabana, durante o mês de novembro de 1932 e em favor da 14ª Inspetoria Regional, no Estado de São Paulo, então Delegacia do Serviço de Povoamento (Processo n. 14.342-34). — Reconheço a dívida na importância de quarenta e dois mil réis (42\$000).

Dia 10

José Fernandes Monteiro, pedindo pagamento da importância de 228\$000 por serviços prestados fora da sede da sua repartição, no período de 18 de novembro de 1937 a 7 de dezembro do mesmo ano (Processo n. 19.809-38). — Reconheço a dívida na importância de duzentos e vinte e oito mil réis (228\$000).

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Relação do pessoal que compõe as 1ª, 2ª e 3ª Juntas de Conciliação e Julgamento do Distrito Federal:

Primeira Junta

Presidente: Bacharel Newton da Silva Lima, nomeado em portaria de 23 de agosto de 1934 (publicada no *Diário Oficial* de 27 de agosto de 1934, pág. 17.713).

Vogal dos Empregadores: Antônio Monteiro Garcia, nomeado em portaria de 27 de fevereiro de 1936 (publicada no *Diário Oficial* de 29 de fevereiro de 1936, pág. 4.470).

Suplente de vogal dos Empregadores: José Gonçalves Nunes, nomeado em portaria de 27 de fevereiro de 1936 (publicada no *Diário Oficial* de 29 de fevereiro de 1936, pág. 4.470).

Vogal dos Empregados: Cori Peixoto, nomeado em portaria de 27 de fevereiro de 1936 (publicada no *Diário Oficial* de 29 de fevereiro de 1936, pág. 4.470).

Suplente de vogal dos Empregados: Valentim Francisco Negrellos, nomeado em portaria de 27 de fevereiro de 1936 com o nome de Valentim Francisco Negreiros (publicada no *Diário Oficial* de 29 de fevereiro de 1936, pág. 4.470). Retificado o nome para Valentim Francisco Negrellos em apostila de 5 de março de 1936 (publicada no *Diário Oficial* de 11 de março de 1936, pág. 5.190).

Segunda Junta

Presidente: Bacharel Enéas Galvão Filho, nomeado em portaria de 23 de agosto de 1934 (publicada no *Diário Oficial* de 27 de agosto de 1934, pág. 17.714).

Vogal dos Empregadores: Valdemiro Pita, nomeado em portaria de 10 de fevereiro de 1938 (publicada no *Diário Oficial* de 11 de fevereiro de 1938, pág. 2.805).

Suplente de vogal dos Empregadores: Carlos de Figueiredo, nomeado em portaria de 1 de fevereiro de 1938 (publicada no *Diário Oficial* de 3 de fevereiro de 1938, pág. 2.184).

Vogal dos empregados: Domingos dos Santos, nomeado em portaria de 27 de fevereiro de 1936 (publicada no *Diário Oficial* de 29 de fevereiro de 1936, pág. 4.471).

Suplente de vogal dos empregados: Aldemar Beltrão, nomeado em portaria de 27 de fevereiro de 1936 (publicada no *Diário Oficial* de 29 de fevereiro de 1936, pág. 4.470).

Terceira Junta

Presidente: bacharel Jarbas de Arruda Peixoto, nomeado com o nome de Jarbas Peixoto em portaria de 4 de junho de 1938 (publicada no *Diário Oficial* de 7 de junho de 1938, pág. 11.301 — retificado o nome para Jarbas de Arruda Peixoto em apostila de 4 de novembro de 1938 — publicada no *Diário Oficial* de 9 de novembro de 1938, pág. 22.454).

Suplente de presidente: Hugo Manuel de Abreu Leão, nomeado em portaria de 4 de junho de 1938 (publicada no *Diário Oficial* de 7 de junho de 1938, pág. 11.301).

Vogal dos empregadores: Eugênio Fiorêncio — nomeado em portaria de 15 de junho de 1938 (publicada no *Diário Oficial* de 17 de junho de 1938, pág. 12.113).

Suplente de vogal dos empregadores: Arlindo Otero Sanchez, nomeado em portaria de 15 de junho de 1938 (publicada no *Diário Oficial* de 17 de junho de 1938, pág. 12.113).

Suplente de vogal dos empregados: Moisés Gomes da Silva, nomeado em portaria de 15 de junho de 1938 (publicada no *Diário Oficial* de 17 de junho de 1938, pág. 12.113).

Dia 8 de fevereiro de 1939

Offícios:

Ao agente da Estação Alfredo Maia:

N. 1-SP-257 — Solicitando providência no sentido de ser fornecido transporte de bagagem do inspetor regional, Artur Deodato Bandeira, mandado servir na 19ª Inspetoria Regional, entre esta capital e a de S. Paulo.

— Ao agente da Estrada de Ferro Mogiana — S. Paulo:

N. 1-SP-258 — Solicitando providência no sentido de ser fornecido transporte da bagagem do inspetor regional, Artur Deodato Bandeira, mandado servir na 19ª Inspetoria Regional, entre esta cidade e a de Araguari.

— Ao agente da Estrada de Ferro Goiaz:

N. 1-SP-259 — Solicitando providências no sentido de ser fornecido transporte de bagagem do inspetor regional, Artur Deodato Bandeira, mandado servir na 19ª Inspetoria Regional, entre a cidade de Araguari e a de Anápolis.

— Ao diretor da Despesa Pública do Tesouro Nacional:

N. 1-SP-260 — Remetendo o processo, protocolado neste Ministério sob o n. 266-39, relativo ao requerimento em que Alfredo Hervey Costa, como tutor de seus irmãos menores Maria Antonieta, Augusto Geraldo e Ana, solicita certidão dos títulos de pensionistas dos menores acima referidos, bem como de sua mãe, já falecida, Benedita Hervey Costa.

— Ao agente da Estação D. Pedro II — Estrada de Ferro Central do Brasil:

N. 1-SP-261 — Solicitando providência no sentido de ser fornecida uma passagem, em 1ª classe de ida e volta, entre esta capital e a Estação de Cruzeiro, Estado de São Paulo, ao Dr. Adolfo Moraes de los Rios, presidente do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura.

Dia 9

Ao diretor do Departamento Nacional do Povoamento:

N. 2-SP-262 — Remetendo o processo n. 11.122-38, referente ao pagamento, por exercícios findos, de serviços extraordinários prestados em 1934, pelo inspetor Germano Luiz Cantuária Guimarães, solicitando providências no sentido de ser este Serviço informado sobre o que se oferecer a respeito.

— Ao secretário da Presidência da República:

N. 1-SP-263 — Remetendo, afim de ser submetido à elevada consideração do Sr. Presidente da República, o processo n. MTIC-26.235-38, em que o escriptorário "G", do Quadro Único deste Ministério, Zélia Vieira Machado, requer seja concedida aposentadoria nos termos da Lei Constitucional n. 2, de 16 de maio de 1938.

Processos despachados

Dia 8 de fevereiro de 1939

Hugo de Araujo Faria, escriptorário "E", com exercício neste Serviço, pedindo para gozar as férias regulamentares a que tem direito interpoladamente, uma vez que foi indeferido a solicitação que fez a 14 de janeiro último para gozá-las seguidamente, a partir de 25 do mesmo mês (processo 2.682-39). — Defiro.

Alamiro Quinlão, pedindo reintegração neste Ministério (processo 883-39). — Selo o documento.

Departamento Nacional do Trabalho

Primeira Seção

DESPACHOS DO SR. MINISTRO

Dia 30 de janeiro de 1939

D. N. T. 1.055-39 — Sindicato dos Industriais em Madeira do Rio Grande do Sul — Solicitando reconhecimento — Indeferido, à vista das informações.

Dia 2 de fevereiro de 1939

N. 17.663-38 — União dos Trabalhadores Metalúrgicos, em favor de vários associados — Reclamando o não cumprimento do laudo do Sr. ministro, e salários atrasados contra a Fábrica de Tecidos

Carioca — Diga o D. N. T. em face da informação de fls. 52, si a reclamada e os reclamantes são, atualmente, associados dos sindicatos profissionais de empregadores e empregados aludidos.

N. 20.072-38 — Sindicato dos Operários Ladrilheiros de São Paulo — Fazendo uma consulta se os Sindicatos dos Operários Eletricista; Operários Marmoristas e Graniteiros; Operários Ceramistas e Operários Ladrilheiros podem fundir-se com o Sindicato dos Operários em Construção Civil de São Paulo — Aguardem os interessados a solução do Ante-projecto de reforma da Lei de Sindicalização, ainda em estudos neste Ministério.

N. 1.354-39 — Sindicato dos Concertadores de Carga e Descarga do Porto de Santos — Solicitando reconhecimento — Deferido.

Cartas assinadas pelo Sr. ministro

Dia 31 de janeiro de 1939

N. 463-39 — Sindicato dos Despachantes Aduaneiros do Maranhão — Sede em São Luiz — Maranhão.

N. 2.286-39 — Sindicato dos Trabalhadores em Fiação, Tecelagem e Anexos — Sede em Vila Americana — São Paulo.

N. 20.592-37 — Sindicato dos Comerciantes de Garanhuns — Sede em Garanhuns — Pernambuco.

N. 25.206-37 — Sindicato dos Operários na Indústria de Cerâmica e Semilares do Recife — Sede em Recife — Pernambuco.

N. 27.831-37 — Sindicato dos Agricultores de Ipojuca — Sede em Engenho de Pindoba — Pernambuco.

N. 13.184-38 — Sindicato dos Empregados da Companhia Docas de Imbituba — Sede em Imbituba — Santa Catarina

Dia 2 de fevereiro de 1939

N. 14.144-38 — Sindicato dos Empregados no Comércio — Sede em Limeira — São Paulo.

N. 19.497-38 — Sindicato dos Vendedores Ambulantes de São Paulo — Sede em São Paulo — São Paulo.

N. 38.341-37 — Sindicato Agrícola de Aliança — Sede na cidade de Aliança — Pernambuco.

N. 30.311-37 — Sindicato dos Comerciantes Retalhistas de Jaboatão — Sede na cidade de Jaboatão — Pernambuco.

N. 9.920-38 — Sindicato dos Bancários de Nova Hamburgo — Sede em Nova Hamburgo — Rio Grande do Sul.

N. 14.375-38 — Sindicato dos Técnicos de Cinema — Sede no Distrito Federal.

N. 18.485-38 — Sindicato dos Operários Ferroviários da Douradense — Sede em Trajibú — Estado de São Paulo.

N. 19.763-38 — Sindicato dos Comerciantes de Artigos Dentários do Rio de Janeiro — Sede no Distrito Federal.

Dia 6

D. N. T. 27.566/36 — Sindicato dos Operários em Pedreiras — Solicitando aprovação da eleição da diretoria. — Em face da informação e parecer supra, aprovo a eleição dos Srs. Cândido José Diniz, Amâncio Herculano da Silva, Dionísio Vieira, Paulino Messiano de Oliveira e Alexandre Bragança para os cargos vagos na Comissão Executiva do "Sindicato dos Operários em Pedreiras", com sede no Distrito Federal, cujos mandatos terminarão com o da Comissão, isto é, em 8 de agosto de 1939, e determino o arquivamento do processo.

D. N. T. 4.531/35 — Inácio Pinheiro — Pedindo certidão. — Arquite-se na 1ª Seção, até haver resposta ao officio expedido à Recebedoria do Distrito Federal em 31 de outubro de 1938 (fls. 18).

D. N. T. 7.631/38 — Sindicato dos Distribuidores e Vendedores de Jornais e Revistas — Apresentando relatório. — Em face da informação e parecer do Serviço Técnico Atuarial, aprovo o presente relatório e determino o arquivamento do processo.

DESPACHOS DO SR. DIRETOR

Dia 1 de fevereiro de 1939

D. N. T. 1.644/38 — Sindicato Patronal dos Industriais de Cerveja — Solicitando aprovação da diretoria. — Em face do parecer supra, aprovo a diretoria eleita para o biênio de 1936 a 1938, devendo o "Sindicato Patronal dos Industriais de Cerveja do Distrito Federal" proceder, com urgência, a novas eleições, caso já não as tenha realizado, na forma do art. 8º dos Estatutos em vigor e determino o arquivamento do processo.

D. N. T. 1.323/35 — Raimundo Nonato da Costa Rocha — Pedindo certidão do teor do relatório sobre sindicância procedida no Sindicato dos Empregados em Câmara, Culinários e Panificadores Marítimos. — Arquite-se na 1ª Seção até o requerente pagar o selo devido, afim de receber a certidão pedida.

D. N. T. 13.086/37 — Miguel Anísio de Araujo — Solicitando certidão. — Arquite-se na 1ª Seção até o requerente pagar o selo devido, afim de receber a certidão pedida.

D. N. T. 175/39 — Sindicato dos Estabelecimentos Bancários de Minas Gerais — Solicitando informações. — Responda-se nos termos do parecer da Procuradoria por intermédio da I. R. Publique-se. O parecer a que se refere o Sr. diretor é do seguinte teor: "O Decreto n. 23.322, de 3 de novembro de 1933, não determina se devem ou não constar de quadros especiais os nomes dos empregados que exercem em Bancos ou Casas Bancárias as funções de gerência, direção, fiscalização, etc., e que, por esse motivo, não se acham sujeitos às disposições do referido decreto. Desta forma, e como não é lícito distinguir onde a lei não distingue, penso que os nomes de

ditos empregados que trabalham nas agências de Bancos com funções especiais de direção, gerência, etc., devem ser incluídos, com a indicação dessa qualidade e da sua exclusão do regime de duração do trabalho, no quadro dos demais que exercem a sua atividade nessas mesmas agências, afim de que com essa medida se possa fazer a verificação daqueles que devem ou não, de acordo com as suas funções, se submeter à duração normal de trabalho estabelecido no art. 1º do citado Decreto n. 23.322, de 1939".

Dia 3

D. N. T. 4.733/36 — Sindicato Patronal dos Industriais em Madeira do Estado de São Paulo — Solicita informações sobre o reconhecimento. — Arquite-se até haver resposta ao officio de folhas 8 e 9.

D. N. T. 3.605/35 — Leandro Gonçalves — Pedindo certidão. — Guarde-se na 1ª Seção até que seja feita a prova de pagamento de selo.

Dia 6

D. N. T. 19.746/38 — Federação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos do Brasil — Consultando sobre a constituição de uma Confederação. — Responda-se negativamente à consulta de fls. 2, nos termos do parecer da Procuradoria (fls. 4 a 6), com urgência. Publique-se e em seguida arquite-se. O parecer a que se refere o Sr. diretor é do seguinte teor: "1 — A Federação Nacional dos Metalúrgicos consulta sobre a legalidade da transformação dessa entidade sindical em Federação Nacional dos Trabalhadores Industriários do Brasil. 2 — O Decreto n. 24.694, de 12 de julho de 1934, que faculta a fundação das federações, assim está redigido:

Art. 25. É facultado aos sindicatos, quando em número não inferior a tres e pertencentes ao mesmo grupo profissional, formar federações, independentes entre si.

Parágrafo único. As federações a que se refere este artigo serão estaduais e, na impossibilidade, poderão ser regionais ou nacionais."

Profissão, na técnica do citado decreto (art. 26), é o exercício lícito, com fins econômicos, de toda função ou mister.

Grupo profissional, segundo ainda ressalta do texto do mesmo decreto (art. 26, §§ 1º e 2º), é o conjunto de profissões, suscetível de formação federativa, para que esta, por sua vez, constitua a confederação nacional de empregadores ou empregados na "agricultura e pecuária", a da "indústria", a do "comércio", a dos "transportes e comunicações" ou a das "profissões liberais". A Federação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos do Brasil não é uma entidade representativa de grupo profissional, mas de uma profissão, a dos trabalhadores em metalurgia. Si fosse permitido que ela se transformasse em Federação Nacional dos Trabalhadores Industriários do Brasil, teríamos que os metalúrgicos passariam a representar os trabalhadores da indústria textil, da indústria da construção civil, ou seja, de todas as indústrias. E é o que visa a consulente, segundo os termos do documento de fls. 2. Ou isto, ou a consulta não teria sido formulada com a necessária clareza, pretendendo, assim, a consulente saber si poderia, juntamente com os operários das demais indústrias, fundar a Federação dos Trabalhadores Industriários. Mas, ainda nessa hipótese, a iniciativa, na conformidade da lei em vigor, deveria caber a três sindicatos, um dos quais poderia ser o dos metalúrgicos, com sede nesta Capital, e não à entidade federativa da qual faz parte essa associação profissional. Isto pela razão muito simples de que as entidades individuais de grau inferior formam as de grau médio e estas as de grau superior. Em outros termos: os sindicatos formam as Unões ou a Federação e as Federações as Confederações.

3 — Isto posto, somos de parecer que se responda negativamente à consulta de fls. 2."

D. N. T. 17.311-37 — Sindicato dos Empregados em Câmara, Culinários e Panificadores Marítimos, solicitando aprovação do relatório. — Em face da informação e parecer do Serviço Técnico Atuarial (fls. 70 verso), aprovo o presente relatório e determino o arquivamento do processo.

PROCURADORIA

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Processos despachados

Dia 13 de janeiro de 1939

D. G. E. 12.896-P. 1.043-38 — Alvaro Ribeiro Bastos reque-rendo guia para o levantamento da importância depositada na "Caixa Econômica pelo Departamento Nacional do Café". — Preliminarmente carece de fundamento o pedido, razão porque *ex-vi legis* deixo de tomar conhecimento.

Dia 17

D. G. E. 19.330-38 P. 13.208-38 — O Sindicato dos Operários em Construção Civil (Porto Alegre) pedindo avocação do processo em que são partes seu associado Euclides R. D'Ávila e a Empresa Mostardeiro. — Preliminarmente: deixo de tomar conhecimento por interposto fora do prazo legal.

D. G. E. 19.844-38 P. 13.440-38 — Sindicato dos Empregados em Serrarias de Manaus pedindo avocação do processo em que são

partes seu associado Barbosa Maia e a firma Pereira, Irmãos. — Anulo a decisão da Junta *a quo*, para que seja a hipótese novamente submetida a julgamento, obedecidas as formalidades legais

Dia 23

D. G. E. 6.529-38 P. 4.690-38 — Antônio Caetano Ferreira pedindo avocação do processo em que são partes o requerente e Luiz Caetano Macuso (Sindicato dos Auxiliares do Comércio de Porto Alegre). — Preliminarmente: deixo de tomar conhecimento por falta de fundamento legal.

Dia 27

D. G. E. 20.890-38 P. 112-39 — A Companhia União Mercantil pedindo avocação do processo em que são partes a requerente e Julieta Maria Pereira. — Preliminarmente: anulo a decisão em apelo, para que a Junta *a quo* aprecie novamente a hipótese vertente, em harmonia com os preceitos legais vigentes.

DESPACHO DO SR. DIRETOR

Dia 23 de janeiro de 1939

D. N. T. 50-39 P. 6.662-38 — A Lavanderia Cooperativa de Responsabilidade Limitada pedindo uma certidão. — Não ha como deferir a petição de fls. 9, visto não ter motivado o despacho de fls. 5 nenhum parecer emitido nos autos. Arquive-se.

SERVIÇO TÉCNICO ATUARIAL

Dia 10 de fevereiro de 1939

Processo S. T. A. — 50-39 — "Lojas Americanas S. A.", com sede nesta Capital à Praça Mauá n. 7, 15º andar, requer aprovação de modelos de fichas para registro de seus empregados e registro de horas extraordinárias.

Aprovações os modelos 1 e 3.

Departamento Nacional do Povoamento

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL

Requerimentos despachados

Dia 17 de janeiro de 1939 (aditamento)

Roberto Collmann (DNP. 21-39). — O Departamento só pode certificar o que consta de seu arquivo. Não havendo documento algum aqui arquivado que demonstre a naturalidade do requerente, não pode o Departamento certificar coisa alguma a respeito, cabendo ao interessado promover a competente justificação em Juízo como prevê a lei n. 389, de 1939. Comunique-se.

Dia 1 de fevereiro de 1939

Bokor Jeno (DNP. 899-39), Carlos Pereira (DNP. 900-39), Cassimira Rodrigues Correia (DNP. 901-39), Fonad Geammal (DNP. 902-39), Jan Lutfallah Jammal (DNP. 903-39), Margarida Munk (DNP. 904-39), Manuel Inácio (DNP. 905-39), Manuel José da Costa Ferreira (DNP. 906-39), Paulo Ferdinando Clemente Thiry (DNP. 907-39), Siegfried Munk (DNP. 908-39), Alberto Kohb (DNP. 936-39), Manuel Dias dos Reis (DNP. 932-39), Josef Szafranski (DNP. 897-39). — Certifique-se.

Dia 2

José Aukohovics (DNP. 941-39), Manuel Pereira dos Santos (DNP. 942-39) e Neme Kazau (DNP. 943-39). — Certifique-se.
Orestes Guimarães Leite (DNP. 868-39). — De acordo com a informação, indefiro o pedido de folhas, visto como a procuração faz parte integrante do processo.

Dia 3

Alberto Kruckenfeller (DNP. 959-39). — Certifique-se.

Dia 4

Asdrubal Laia Franco (DNP. 6.699-38), Manuel João Gonçalves (DNP. 6.720-38), Rafael de Rosa (DNP. 6.749-38), Carlos Arruda (DNP. 7.096-38), Esmeralda Luiz (DNP. 7.197-38), Felipe Rodrigues dos Santos (DNP. 7.960-38), William Woodcock Aitken (DNP. 7.997, de 1938), Hugo Erich Seeling (DNP. 8.156-38), Gradler Wilhelm (DNP. 8.395-38), João Plaza Gonzalez (DNP. 8.406-38), e José da Silva Florindo (DNP. 8.512-38). — Convide-se o interessado a comparecer para melhores esclarecimentos.

Antônia Calataynd Comas (DNP. 979-39), Angeles Bardia Laribal (DNP. 980-39), Américo Correia Marques (DNP. 981-39), Bruno Fernando Carlos Menzel (DNP. 984-39), José Lopes (DNP. 985-39), Maria Escudero Calvo (DNP. 986-39), Manuel Gomes de Sousa (DNP. 987, de 1939), Narcisa Beratarrechea Apecechea (DNP. 988-39), Rita Santamaria Zapatero (DNP. 989-39) e Vicente Cesário (DNP. 990-39). — Certifique-se.

Departamento Nacional da Indústria e Comércio

DIRETORIA DA SEÇÃO DO COMÉRCIO

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Requerimentos despachados

Dia 1 de fevereiro de 1939

Da Sociedade Anônima Nacional de Transportes Aéreos, Companhia Mineração e Agrícola, para o arquivamento de suas atas. — Deferidos.

Da Ala Littoria S. A., para o arquivamento da alteração de estatutos. — Deferido.

De Tinturaria Globo Limitada, Nicolau & Joseph, Rosa & Guimarães, J. Peres & Vasconcelos, Olinto & Guarino, Lie Farmacêutica do Brasil Limitada, Mouta & Lopes, para o arquivamento de seus contratos. — Deferidos.

De Imper Limitada, C. Flach & Comp., A. Dias Ferreira & Comp. Limitada, A. Esteves & Irmãos, Sociedade Industrial e Comercial Sic Limitada para o arquivamento de suas alterações de contratos. — Deferidos.

De Levi & Sampaio, para o arquivamento de seu distrato. — Deferido.

De Carlos Pacheco de Sá Júnior, Jorge Theopilo Abdalla, F. Braga, Irmão Limitada, José Gomes Vieira, Jean Funke, Antônio Teixeira Quinto, Antonio Augusto Serrão, Alfredo Stilpen, Atlas Administradora Limitada, Aldemar Henrique Cabral, C. Biekarek & Comp., Francisco Nunes Segundo, Felismino Marques, G. de Seabra, Impermeabilizantes Retracua Limitada, José de Almeida Silva Segundo, José Fernandes Soares, José Pinho Valente & Filho, Joaquim Duarte Segundo, José de Carvalho Del Vecchio, J. Batista de Oliveira, Laboratório Brina Limitada, L. Silveira & Companhia, Limitada, Segundo, Martins, Castro & Saraiva, Otávio Nunes dos Santos, Pereira & Araújo, Produtos Veterinários Manguinhos Limitada, Paschoal Barbute, R. Bastos & Comp., Rodofo Carvalho, Zacharias Rogério Batista, Urânia Dias Fonseca, Joaquim Feliciano de Carvalho, para os registros de suas firmas. — Deferidos.

De Daubigny Coelho, Davi Tomaz, pedindo registro de seus diplomas. — Deferidos.

Da Companhia de Armazens Gerais Trapiche Ipiranga, para o arquivamento de seu balanço. — Deferido.

De Gillette Safety Razor Co. Of Brasil, Caixas Registradoras National S. A., Costa, Sousa & Comp., pedindo anotação em seus documentos. — Deferidos.

De Marques, Irmão & Comp., Limitada, pedindo retirada de seu contrato. — Deferido.

De Antonette Timberg, pedindo nomeação de tradutor "ad hoc". — Deferido.

De Financiadora S. A., para o arquivamento da ata de assembleia geral extraordinária. — Satisfaca a exigência.

De L. Ferreira & Marques, J. Miranda & Irmão, Empresa de Propaganda Letreiros Metro Limitada, Gomes & Gossler, Borges & Comp., F. Pereira de Almeida & Comp., J. Moreira & Gomes, Caldas & Neves, Jaime Fonseca & Comp., Bianco & Primo, Sociedade Comercial de Representações Limitada, Lixa Reclames Limitada, A. Stefanini & Ciribelli Limitada, para o arquivamento de seus contratos. — Satisfacam as exigências.

De A. Stefanini & Ciribelli Limitada, Alvarez & Alvarez, Sociedade Territorial Guanabara Limitada, Irmãos Soares & Comp., Limitada, Aguardente Foguinho Limitada, Sociedade de Fábrica de Gravatas Odeon Limitada, (4), Sociedade Lojas de Fazendas Cearense Limitada, Frutuoso & Saraiva, F. Tedesco & Comp., Nosso Hotel Limitada, para o arquivamento de suas alterações de contratos. — Satisfacam as exigências.

De Irmãos Balocco Limitada, Neves & Irmão, Franchi & Maier, Taveira & Carmo, Marmorite Patente Limitada, para o arquivamento de seus distratos. — Satisfacam as exigências.

De Elizabeth Ebergenti, Nobre Sampaio, Joaquim Moreira Mota, Viúva A. L. Esteves, G. Barbosa & Rajão, Cunha & Brites, Eduardo Leandro da Silva, A. Ribeiro Júnior, Porfírio Machado Pavão, Loisel Chaves de Cerqueira, Luiza Antônia Gonçalves Veras, Adelmo Ramponi, Genaro Cianavarrá, Joaquim Mendes do Vale Quaresma, para o registro de suas firmas. — Satisfacam as exigências.

De Moisés Zeitune, Manuel F. & Comp., Limitada, pedindo anotação em seus documentos. — Satisfacam as exigências.

De Jacinto Simões de Albuquerque, Judia Rodrigues Cavalcante, Francisco Marques Ribeiro, pedindo registro de autorização. — Satisfacam as exigências.

Relação dos contratos, alterações de contratos, distratos e firmas individuais, despachados em 1 de fevereiro de 1939.

Contratos:

De Tinturaria Globo Limitada, firma composta dos sócios quotistas, José Alves Ferreira, Armênio Martins Canelha e Pascoal Cinelli, para o comércio de tinturaria, com capital de 30.000\$000, prazo indeterminado.

De Nicolau & Joseph, firma composta dos sócios solidários, Nicolau Romanos e Joseph Derwiche Antônio, para o comércio de restaurante, á rua Senhor dos Passos n. 260, com capital de 5.000\$000, prazo indeterminado.

De Rosa & Guimarães, firma composta dos sócios solidários, Maria do Carmo Rosa e Luiza Santin Guimarães, para o comércio de per-

fumarias, á rua Uruguaiana n. 144, sobrado, com capital de réis 4:000\$000, prazo indeterminado.

De J. Peres & Vasconcelos, firma composta dos sócios solidários, José Peres da Silva e Floriano de Vasconcelos Alvarenga, para o comércio de farmácia, á rua de Copacabana n. 269, com capital de 25:000\$000, prazo indeterminado.

De Olinto & Guarino, firma composta dos sócios solidários, Olinto Nicolino e Guarino Nicolino, para o comércio de líquidos etc., á rua Santa Cecília n. 60, com capital de 10:000\$000, prazo indeterminado.

De Lic Farmacêutica do Brasil Limitada, firma composta dos sócios quotistas, João Damasceno e Nair Nruer Rosas, para o comércio de laboratório farmacêutico, á rua Machado Coelho n. 89, com capital de 30:000\$000, prazo indeterminado.

De Mouta & Lopes, firma composta dos sócios solidários, Crisóstomo José de Mouta e Antônio Lopes, para o comércio de flores, Mercado Municipal de Flores, na praça Olavo Bilac, com capital de 2:000\$000, prazo indeterminado.

Alterações de contratos:

De Imper Limitada, Antônio Simões da Costa, cede e transfere ao Dr. Teopompe Astrogildo Duarte Nunes, 5 quotas pela importância de 5:000\$000.

De C. Flach & Comp., o capital social fica elevado á 60:000\$000.

De A. Dias Ferreira & Comp., Limitada, retira-se o sócio, Armando Chaves Martins, recebendo a importância de 88:768\$000.

De A. Esteves & Irmão, o capital social fica elevado á réis 100:000\$000, a firma fica modificada para A. Esteves, Irmão & Companhia Limitada.

Distrattos:

De Levi & Sampaio, retira-se o sócio, Francisco da Costa Sampaio, recebendo a importância de 2:500\$000, ficando com o ativo e passivo o sócio, José Rogério Levi.

Firmas individuais:

De Carlos Pacheco de Sá, para o comércio de secos e molhados finos, Largo José Clemente n. 13, com capital de 35:000\$000.

De Jorge T. Abdala, para o comércio de rádios, refrigeradores etc., á rua Miguel Couto n. 69, com capital de 100:000\$000.

De José Gomes Vieira, para o comércio de botequim, á rua 7 de Setembro n. 36, com capital de 5:000\$000.

De Jean Funke, para o comércio de escritório de representação, á rua São Pedro n. 189, com capital de 2:000\$000.

De Antônio Teixeira "Ferro Velho", para o comércio de ferro velho, á rua Pedro Alves n. 216, com capital de 5:000\$000.

De Antônio Augusto Serrão, para o comércio de depósito de pão e balas, á rua Teodoro da Silva n. 852, com capital de 3:000\$000.

De Alfredo Stippen, para o comércio de oficina de bombeiro hidráulico, á rua Teodoro da Silva n. 852, com capital de 5:000\$000.

De Aldemar Henrique Cabral, para o comércio de oficina de alfaiate, á rua Visconde do Rio Branco n. 59, sobrado, com capital de 3:000\$000.

De Francisco Nunes Segundo, para o comércio de quitanda, á rua Nicaragua n. 66 e filial á rua São Cristóvão n. 618-A, com capital de 6:000\$000.

De Felismino Marques, para o comércio de oficina de borracheiro e acessórios para automóveis, á rua São Luiz Gonzaga n. 67, com capital de 50:000\$000.

De G. de Seabra, que aumentou o capital de 50:000\$000 para 100:000\$000.

De José de Almeida Silva Segunda, para o comércio de quitanda, á rua Adelaide n. 4, com capital de 2:000\$000.

De José Fernandes Soares, para o comércio de líquidos e comestíveis, á rua São Francisco Xavier n. 172, com capital de 5:000\$000.

De Joaquim Duarte Segundo, para o comércio e indústria de maccenaria, á rua Alaulfo de Paiva n. 240-A, com capital de réis 5:000\$000.

De J. C. Del Vecchio, para o comércio de fabrico e venda de especialidades farmacêuticas, á rua Rodrigo de Brito n. 8-B, com capital de 5:000\$000.

De J. Batista de Oliveira, para o comércio de quitanda, á rua Panamá n. 93-A, com capital de 1:000\$000.

De Otávio Nunes dos Santos, para o comércio de líquidos e comestíveis, á rua Siriel n. 31, com capital de 6:000\$000.

De Paschoal Barbu'e, para o comércio de líquidos e comestíveis, á rua José dos Reis n. 180, com capital de 5:000\$000.

De Rodolfo Carvalho, para o comércio de publicação do diário "O Radical", á rua da Assembléia n. 33, 1.º andar, com capital de 600:000\$000.

De Zacarias Rogério Batista, para o comércio de quitanda, á rua Correia Seára n. 2, com capital de 2:500\$000.

De Urânias Dias Fonseca para o comércio de pensão, á rua Taylor n. 5, com capital de 5:000\$000.

De Joaquim Feliciano de Carvalho, para o comércio de armário, á rua Guilhermina n. 43, 1.ª pora, com capital de 2:000\$000.

Dia 3

Requerimentos despachados:

Da Etam S. A., para o arquivamento de seus estatutos. — Deferido.

Da Companhia Estrada de Ferro Norte do Paraná, Rádio Distribuidora S. A., para o arquivamento de suas atas. — Deferidos.

De Silva, Chavantes & Comp., Limitada, Cardoso & Barreira, J. Ranziero & Comp. Limitada, A. Couto & Comp., Tuoy Films Brasileiros Limitada, Lemos & Nascente, Lopez & Lopez, Moura Soares & Comp., Limitada, J. Pereira & Costa, para o arquivamento de seus contratos. — Deferidos.

De João Issa Costa & Comp., Cervejaria Maurim Limitada, Binynton & Comp., Francisco de Aguiar & Comp., Antônio Pinto & Comp., Limitada, Nóbrega Santos & Comp., para o arquivamento de suas alterações de contratos. — Deferidos.

De Ottolini, Andrade & Comp., Artur & Irmão, L. Ferreira & Marques, Joaquim G. Oliveira & Comp., Perilman & Gurvitz, M. G. Ribeiro & Comp., Alves Mateus & Morgado, Irmãos Baloco Limitada, para o arquivamento de seus distrattos. — Deferidos.

De Luiz Maria Laranjeira, P. Melman, Manuel de Oliveira Terceiro, J. Lage Filho, J. Alves de Azevedo, Jurandir de Freitas, Antônio Martins da Fonseca, Antônio P. das Neves, Armando Eduardo Reto, A. Seixas Brites, A. Ribeiro & Moraes, Esveraldo P. Coelho, Floriano Sampaio Guimarães, Heráclito Leal de Sousa, José E. Vaz Guimarães, José Custódio Marques, José Palatnik, Regal de Castro, João Barata, J. Cerqueira & Comp., Jamil Abad, J. B. Assunção & Comp., Luiz Gurvitz, Manuel de Sousa Botequim, Mirabeau Basílio do Nascimento, Martiniano Rodrigues Fontoura, Pedro Macedo, Albino Silveira, Teodomiro Alexandre de Oliveira, Tiago Rodrigues, Alvaro Alves de Sousa, Antônio Lopes Armazem, Antônio Duarte Pereira Araújo Lage & Comp., Augusto da Silva Segundo, Abel Jacinto, Tinturaria Globo Limitada, Brito Jorge & Comp., Counago & Alonso, Cesar A. Matos, Eugénia Lissvsky, José Diniz de Oliveira, José Diniz de Oliveira, José Marques & Ferreira, João Nogueira Terceiro, João Antunes Peixoto & Comp., Joaquim Carvalho Barboza, Joaquim de Oliveira & Barata Limitada, J. Miguez & Comp., Limitada, Laboratórios Internacionais Limitada, Luiz Alves & Comp., Manuel P. de Azevedo, Mário Chagas Dória, Nelson Costa, Ortenblad, Loyke & Comp., Limitada, Paula Brusky, Pinto & Chaves, Sociedade Fornecedor da Indústria e Navegação Portela Limitada, W. Keller & Comp., para os registros de suas firmas. — Deferidos.

De Lanman & Kemp Barclay Co. of Brasil, pedindo registro de 1 documento. — Deferido.

De The Rio de Janeiro City Improvements Company Limited (22, Kurt Werner Willi Hartmann, pedindo registro de procurações. — Deferidos.

De Mário Medina Malafaia, Manuel Ferreira Neto, Jaime de Castro Barboza, Paulo Ribeiro, Elza Almada, José Antônio Garrido, pedindo registro de diplomas. — Deferidos.

De Maria dos Anos Pereira Melman, José Gonçalves Ranziero, pedindo registro de autorizações. — Deferidos.

De M. Fernandes & Sobrinho Limitada, Companhia Brasileira de Petróleo do Nordeste, pedindo retirada de documentos. — Deferidos.

Da Companhia Espírito Santo e Minas do Amazonas Gerais, pedindo nomeação de fiel. — Deferido.

Da Companhia Nacional de Armazéns Gerais, para o arquivamento de seu balancete. — Deferido.

De Fernando Ferreira Mendes, pedindo baixa de interesse. — Deferido.

De Batista, Soares & Comp., J. Santos & Comp., Limitada, Luiz Bonstein, A. R. Sousa, pedindo anotação em seus documentos. — Deferidos.

De Francisco Vicente da Mata, Augusto Caldas, Francisco Domingues de Sousa, para os cancelamentos de suas firmas. — Deferidos.

De Irmãos Galdeano, Carlos Zeiss Sociedade Optica Limitada, pedindo juntada de documentos. — Deferido.

Do Banco de Crédito Comercial e Construtor S. A., The Southern Brasil Electric Company Limited, para arquivamento de suas atas. — Satisfacem as exigências.

De Roza & Gamallo, Steuer & Companhia Limitada, E. Pinheiro & Gonçalves, para o arquivamento de seus contratos. — Satisfacem as exigências.

De Silva Melo & Companhia Limitada, Willmann, Xavier & Companhia Limitada J. A. Oliveira & Irmão, Nosso Hotel Limitada, Oliveira Júnior & Comp. Limitada, Arruda Filhos & Comp., Ramos Sobrinho & Comp., para o arquivamento de suas alterações de contrato. — Satisfacem as exigências.

De Pereira, Afonso & Companhia Limitada, para o arquivamento de seu contrato. — Satisfacem a exigência.

De O. A. Monteiro Onofre Lauriano Tibúrcio, Egidio Rigueira de Andrade, Aracena Gonçalves Mendes, Simão Antônio de Araújo, José Augusto Pedro, J. M. Porto, Benjamim Bergan, para os registros de suas firmas. — Satisfacem as exigências.

De Diniz Rodrigues de Silva Chaves, Enor de Sousa, Orozimbo Correia Pinto, José Manuel de Sá Borges, pedindo registro de seus diplomas. — Satisfacem as exigências.

De Odilon de Sales Pupo, pedindo registro de autorização. — Satisfaz a exigência.

De J. Gomes & Sousa, pedindo transferência de livro. — Satisfaz a exigência.

Da Sociedade Industrial de Ladrilhos S. A., para o arquivamento da ata de assembleia geral ordinária. — Indeferido, em face das contra-fé anexas ao processo.

De J. F. Vieira & Companhia, Fogel & Grinber, para o arquivamento de seus contratos. — Satisfazem as exigências.

De Lemos, Garcia & Comp., Limitada, Lino Pimentel & Comp., Limitada (3), Nacional Elevador Limitada, Brabão, Rocha & Comp., para o arquivamento de suas alterações de contratos. — Satisfazem as exigências.

De Domingos Barbosa & Comp., para o arquivamento de seu distrato. — Satisfazem a exigência.

De Armando Soares, para o registro de sua firma. — Satisfazem a exigência.

De Karl E. Reininger, Edmundo Martins Moreira, pedindo registro de seus diplomas. — Satisfazem as exigências.

De Salim Demétrio Habib, R. H. Schoeter, pedindo anotação em seus documentos. — Satisfazem as exigências.

Relação dos contratos, alterações de contratos, distratos e firmas individuais, despachados em 5 de fevereiro de 1939.

Contratos:

De Silva, Chavantes & Comp., Limitada, firma composta dos sócios quotistas, Dr. Raul D'Utra e Silva, Maria Elisa Ortega Barbosa e Paulo Chavantes Carneiro, para o comércio de drogas, etc., à rua Miguel Couto n. 7, com capital de 500:000\$, prazo indeterminado.

De Cardoso & Barreira, firma composta dos sócios solidários, Otávio Correia Cardoso e Manoel Joaquim Barreira, para o comércio de roupas brancas, etc., à rua Gonçalves Dias n. 74, 4º andar, com capital de 30:000\$, prazo indeterminado.

De Moimho Paraense Limitada, firma composta dos sócios quotistas, Moimho Paulista Limitada, Gerald Mac Tier Sheppard, William Gregory, Gerald Austin Dowdell, Joseph Sinclair Carolin, Agostinho Ermelino de Leão Junior, Ivo Abreu de Leão, Charles Stanley Albert Toolal, José de Miranda Jordão, para o comércio de moimhos de trigo, etc., com capital de 3.000:000\$000, prazo indeterminado.

De J. Ranzeiro & Comp., Limitada, firma composta dos sócios quotistas, Fernando Vaz Dias, Eraldo Santiago Bergallo, Dário Moacir, José Gonçalves Ranzeiro, Eulina dos Santos Ranzeiro, José Gonçalves Ranzeiro, Aníbal Pereira dos Santos, João Batista Pereira dos Santos, para o comércio de tintas, etc., com capital de 100:000\$, prazo indeterminado.

De A. Couto & Comp., firma composta dos sócios solidários, Augusto Pinho Couto e Aníbal Pena, para o comércio de ferragens, etc., à rua Buenos Aires n. 77, 1º andar, com capital de 5:000\$, prazo indeterminado.

De Tupi Filmes Brasileiros Limitada, firma composta dos sócios quotistas, Aníbal de Carvalho, Mesquita e Renato Soares Monteiro, para o comércio de filmes cinematográficos, à rua Vista Alegre n. 42, com capital de 20:000\$, prazo indeterminado.

De Lemos & Nascente, firma composta dos sócios solidários, Armando Titan de Lemos e Alvaro Nascente da Silva, para o comércio de drogarias, etc., à avenida Aatullo de Paiva n. 102-A, com capital de 20:000\$, prazo de 10 anos.

De Lopez & Lopez, firma composta dos sócios solidários, Manuel Lopez Alonso e Laureano Lopez Alonso, para o comércio de botiquim, etc., à rua 24 de Maio n. 604, com capital de 10:000\$, prazo indeterminado.

Contratos:

De Moura Soares & Comp., Limitada, firma composta dos sócios quotistas Manuel José de Moura Bastos e Antônio Tavares, para o comércio de depósito de cerveja, etc., com o capital de 50:000\$, prazo indeterminado.

De J. Pereira & Costa, firma composta dos sócios solidários José Augusto Pereira Tomaz e Luiz Ferreira da Costa, para o comércio de papelaria, à rua da Conceição n. 58, com o capital de 100:000\$, prazo indeterminado.

Alterações de contratos:

De João Issa & Comp., retira-se o sócio Jacob João Issa, recebendo a importância de 200:000\$000.

De Marques, Porto & Comp., Limitada, o capital social fica elevado à 250:000\$000.

De Aires & Silva, é admitido como sócio José Nunes Beirão, retira-se o sócio Aires dos Santos de Oliveira, recebendo a importância de 51:662\$100, a firma fica modificada para Marques & Beirão.

De Carlos Costa & Comp., retira-se o sócio José Lopes da Costa, recebendo a importância de 165:143\$860.

De Cervejaria Maurin Limitada, o capital fica elevado à réis 90:000\$000.

De Byington & Comp., alterado algumas cláusulas do seu contrato.

De Francisco de Aguiar & Comp., retira-se o sócio Elias de Aguiar, recebendo a importância de 13:600\$800.

De Antônio Pinto & Comp., Limitada, o capital fica elevado à 500:000\$000.

De Nobrega Santos & Comp., alterando algumas cláusulas do seu contrato.

Distratos:

De Otolini, Andrade & Comp., retiram-se os sócios Domingos Otolini, recebendo a importância de 1:992\$500 e Azamos Guimarães, recebendo a importância de 991\$700.

De Artur & Irmão, retira-se o sócio Artur dos Santos Silva, recebendo a importância de 20:000\$, ficando com o ativo e passivo o sócio Horácio dos Santos Silva.

De Joaquim S. Oliveira & Comp., retira-se o sócio Joaquim da Silva Oliveira, recebendo a importância de 16:232\$550, ficando com o ativo e passivo o sócio Amadeu Coelho.

De Perilman & Gurivitz, pelo falecimento do sócio Nann Perilman, ficando com o ativo e passivo o sócio Luiz Gurivitz.

Distratos:

De M. C. Ribeiro & Comp., retira-se os sócios Antônio de Sousa Pereira e Amadeu José Carneiro, recebendo o primeiro a importância de 9:071\$900 e o segundo a importância de 27:215\$800.

De Alves Mateus & Morgado, retira-se o sócio Antônio Augusto Alves Mateus, recebendo a importância de 30:000\$, ficando com o ativo e passivo o sócio Augusto Ferreira Morgado.

De Irmãos Ballocco Limitada, retiram-se os sócios Silvio Ballocco, recebendo a importância de 5:722\$568 e Silvio José Ballocco, recebendo a importância de 4:700\$000.

De Luiz Maria Laranjeira, para o comércio de carvoaria, à avenida João Ribeiro n. 748, com capital de 2:000\$000.

De P. Aelmann, para o comércio de modas e chapéus a varejo, à rua Marquês de Abrantes n. 164, 4º andar, com capital de 20:000\$.

De Mangel de Oliveira Arnazem, para o comércio de líquidos e comestíveis, à rua Senador Euzébio n. 532 com capital de 20:000\$.

De J. Lage Filho, para o comércio de edições de propaganda e representação, à rua México n. 164, 5º andar, sala 52 com capital de 10:000\$000.

De J. Alves de Azevedo, para o comércio de transporte, à rua Lopes Quintas n. 38, casa 12, com capital de 10:000\$000.

De Jurandir de Fecilas, para o comércio de açougue, à rua Vaz de Toledo n. 138, 2ª loja com capital de 8:000\$000.

De Antônio Martins da FONSECA, para o comércio de escritório de construções de prédios, a rua de Carmo n. 71, 1º andar, sala 4, com capital de 5:000\$000.

De Antônio P. da Nover, para comércio de bar, à avenida Rio Branco n. 185, com capital de 2:000\$000.

De Armando Eduardo Rêto, para o comércio de padaria, à rua Lobo Júnior n. 85, com capital de 50:000\$000.

De A. Seixas Brites, para o comércio de padaria e confeitaria, à rua Bulhões de Carvalho n. 83, com capital de 50:000\$000.

De Esverardo P. Coelho para o comércio de ferro e serra-lheira, à avenida 28 de Setembro n. 269, com capital de 4:500\$000.

De Florian Sampaio Guimarães, para o comércio de aves e quitanda, à rua do Matoso n. 43-A, com capital de 1:900\$000.

De Heracito Leal de Sousa, para o comércio de quitanda, à rua Visconde de Santa Isabel n. 303, com capital de 2:000\$000.

De José E. Vaz Guimarães, para o comércio de fazendas e armazém, à rua Copacabana n. 589, com capital de 15:000\$000.

De José Custódio Marques, para o comércio de líquidos e comestíveis, à rua Desembargador Isidro n. 49, com capital de 20:000\$.

De José Palatnik para o comércio de armazém, à rua Carvalho de Sousa n. 313-B, com capital de 25:000\$000.

De Regal de Castro, para o comércio de bazar ferragens, etc., à rua dos Romeiros n. 4-C, com capital de 20:000\$000.

De João Barata, para o comércio de alfaiataria, à avenida Lauro Muller n. 40, loja 5, com capital de 5:000\$000.

De Jamil Abud para o comércio de quitanda, à rua da Lapa número 38, com capital de 1:000\$000.

De Luiz Gurivitz, para o comércio de móveis à rua Senador Euzébio n. 44, com capital de 25:000\$000.

De Manuel de Sousa Boequim, para o comércio de botiquim, à rua Moncorvo Filho n. 40, com capital de 10:000\$000.

De Mirabeau B. do Nascimento, para o comércio de venda de aparelhos elétricos, à rua Padre da Mesquita n. 1.027-B, com capital de 5:000\$000.

De Martiniano Rodrigues Fontoura, para o comércio de carvão e lenha, à rua Francisca Vidal n. 106, com capital de 5:000\$000.

De Pedro Macedo, para o comércio de secos e molhados, à rua Catumbi n. 83, com capital de 6:500\$000.

De Teodomiro Alexandre da Oliveira, para o comércio de oficina de concerto de calçado à Estrada do Retiro n. 21, com capital de 4:000\$000.

De T. Rodrigues, para o comércio de oficina de marceneiro, à rua Gonzaga Bastos n. 294, com capital de 10:000\$000.

De Alvaro Alves de Sousa, para o comércio de depósito de sabão, tamancos etc., à avenida Suburbana n. 2.379, com capital de réis 1:000\$000.

De Antônio Lopes Armazem, para o comércio de líquidos e comestíveis, à rua Leandro Martins n. 31, com capital de 32:000\$000.

De Antônio Duarte Pereira, para o comércio de carpintaria e marcenaria, à rua Paulo Barreto n. 39, com capital de 10:000\$000.

De Albino Silveiras, para o comércio de varejo de laticínios, chá e café, à rua Siqueira Campos n. 23-B, com capital de 15:000\$000.

De Augusto da Silva Segundo, para o comércio de leiteira e bofequim, à rua General Caldwell n. 250-A, com capital de 10:000\$000.
De Abel Jacinto, para o comércio de bar e comestíveis, à avenida João Ribeiro n. 480, com capital de 7:000\$000.

De Cesar A. Matos, para o comércio de líquidos e comestíveis, à rua Pesqueira n. 115, com capital de 5:000\$000.

De Eugênia Lisovsky, para o comércio de oficina de estofador, à rua Haddock Lobo n. 178, com capital de 3:000\$000.

De José Diniz de Oliveira, para o comércio de fazendas e armazém, à avenida Antenor Navarro n. 150-A, com capital de réis 10:000\$000.

De João Nogueira Terezeiro, para o comércio de oficina de funileiro, à rua Paula Matos n. 19, com capital de 5:000\$000.

De Joaquim Carval, o Barbosa para o comércio de secos e molhados, à rua Ana Leocádia n. 210, com capital de 7:000\$000.

De Manuel P. de Azevedo, para o comércio de bolequim, à rua Conde de Belfm n. 116-B, com capital de 10:000\$000.

De Manuel Chagas Dora, que aumentou o capital de 25:000\$000 para 200:000\$000 e bem assim mudou-se para a rua Teófilo Ottoni n. 70, 4º andar.

De Nelson Costa, para o comércio de escritório de construções, engenharia e arquitetura, à rua da Assembléia n. 98, 4º andar, sala 46, com capital de 100:000\$000.

De Paulina Brusky, para o comércio de confecções e chapéus para senhoras, à rua Uruguai n. 11, 1º andar, com capital de 1:000\$000.

Departamento Nacional do Trabalho

CONSELHO PLENO

Processo n. 49-37 — Vistos e relatados os autos do presente processo referente à incorporação dos empregados da S. A. Força e Luz Vera Cruz, com sede em Pati do Alferes, segundo distrito do Município de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro, à Caixa de Aposentadoria e Pensões de Serviços Urbanos por Concessão, em Niterói, consoante determinou o acórdão de fls. 10, proferido em sessão plena de 30 de dezembro de 1937;

Considerando que, tendo dado cumprimento a essa deliberação, remeteu a Caixa cópia, devidamente autenticada, da ata da sessão em que foi procedida a incorporação em apreço;

Resolve o Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, homologar a incorporação dos empregados da S. A. Força e Luz Vera Cruz à Caixa de Aposentadoria e Pensões de Serviços Urbanos por Concessão, em Niterói.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Eduardo V. Pederneiras*, relator.

Fui presente, *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Processo n. 293-39 — Vistos e relatados os autos do processo em que o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas submete à apreciação deste Conselho a proposta de modificações no quadro do seu pessoal e reajustamento de vencimentos, tendo em vista o decreto n. 651, de 26 de agosto de 1938;

Resolve o Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, deferir, a título precário, a proposta em apreço.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1939. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Eduardo V. Pederneiras*, relator.

Fui presente, *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Processo n. 1305-38 — Vistos e relatados os autos da declaração de opção de Hildo Kopf, ex-contador da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Rio Grande do Sul, pelo cargo de professor da Escola Superior de Comércio da Universidade de Porto Alegre;

Considerando que o Governo ao expedir o decreto-lei n. 24, de 29 de novembro de 1937, não se ateve à simples consideração de que não é possível apenas acumular vencimentos, mas, também, muito considerou a acumulação de cargos com sacrifício do serviço e dos demais cidadãos que precisassem de ocupação e de vencimentos;

Considerando que, nesse sentido é eloquente a circular que o Exmo. Sr. Presidente da República fez expedir, como a melhor interpretação daquele decreto-lei;

Considerando que a 1ª Câmara deste Conselho, por acórdão de 29 de agosto de 1938, julgou improcedente o recurso do interessado para que a Caixa considerasse licenciado, determinando a desapensação do presente processo para a devida apreciação por este Conselho Pleno, ao qual compete, encaminhá-lo ao Sr. ministro do Trabalho, Indústria e Comércio;

Resolve o Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, mandar encaminhar o processo a S. E. x

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Alvaro Corrêa da Silva*, relator.

Fui presente, *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. 5.973-36 — Vistos e relatados os autos do presente processo em que são partes: Alfredo Bernardo, como reclamante, e a St. John d'El Rey Mining Company, como reclamada;

Considerando que as decisões proferidas por este conselho, respectivamente em 21 de setembro de 1936 — Primeira Câmara —

e 15 de julho de 1937 — Conselho Pleno — já foram cumpridas, com a reintegração do reclamante e o ressarcimento dos danos causados;

Resolve o Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, determinar o arquivamento do processo.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1936. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Oscar Saraiva*, relator.

Fui presente — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. 6.473-33 — Vistos e relatados os autos do presente processo em que são partes Bernardo Valadares, como reclamante, e a Companhia Canaã e Viagem Fluminense, como reclamada;

Considerando que, segundo os termos da petição de fls. 106, do interessado nestes autos, a Companhia já promoveu a reintegração do reclamante em seu serviço, achando-se este "plenamente satisfeito em todos os seus direitos";

Resolve o Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, determinar o arquivamento do processo.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1936. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Alvaro Corrêa da Silva*, relator.

Proc. 6.997-38 — Vistos e relatados os autos da decisão do Conselho Administrativo do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes sobre uma representação do Cassino Balneário Atlântico S. A., considerando a empresa que utiliza os músicos única responsável legal pelas obrigações decorrentes do contrato dos serviços dos mesmos músicos, bem assim com o ônus das contribuições respectivas desde outubro de 1937;

Considerando que os estabelecimentos do gênero daquele cassino se enquadraram nos arts. 6 e 7 do regulamento aprovado pelo decreto n. 13, de 26 de dezembro de 1934, e que, portanto, todos os seus empregados são associados obrigatórios do Instituto;

Considerando que seria impossível, dadas as peculiaridades do exercício da profissão de músico, levantar os débitos dos mesmos e das empresas desde 1 de janeiro de 1935, pois os diretores do orquestra nenhum assentamento possuem e a dúvida sobre a expedição das carteiras profissionais para os músicos só recentemente foi solucionada;

Resolve o Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, opinar pela aprovação do ato do Conselho Administrativo do Instituto, fazendo sulir o processo à apreciação de S. Ex. o Sr. ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Oscar Saraiva*, relator.

Fui presente — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. 6.880-38 — Vistos e relatados os autos do processo em que a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Central do Brasil consulta a este Conselho sobre a possibilidade de facultar a seus associados a aquisição de terrenos, ficando os mesmos incumbidos da edificação das próprias moradias;

Considerando que este Conselho já negou autorização para a compra de um terreno, cujo pedido foi formulado por um associado que desejava adquirir e pagar em prestações, para só depois de integralizado o pagamento, praticar a construção;

Considerando, porém, que este Conselho firmou jurisprudência no sentido de se admitir que as instituições de previdência social adquiram terrenos, como aplicação de capital, porque assim os mesmos se valorizam e, comprando, portanto, áreas de terrenos, embora não tenham pretendentes para construção imediata, todavia, praticam elas atos de boa aplicação de capital, eis que adquirem os terrenos por preços favoráveis;

Considerando que, assim, não há motivo de se recusar *in limine* o pedido da Caixa;

Resolve o Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, declarar à Caixa que, em princípio, o ato de que faz objeto a consulta é praticável, mas a compra dependerá de cada caso concreto.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Alvaro Corrêa da Silva*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. 8.522-38 — Vistos e relatados os autos da consulta da Sociedade Ericsson do Brasil Limitada perguntando si lhe cumpre efetuar o desconto das contribuições dos seus empregados, nos termos do decreto n. 20.465, de 1 de outubro de 1931;

Considerando que a consulente ainda não está explorando o serviço telefônico de Manaus;

Considerando que os empregados da empresa, quando a mesma estiver explorando o serviço, por concessão do Governo Estadual, passarão a fazer parte da Caixa de Aposentadoria e Pensões de Serviços Urbanos por Concessão, daquela Capital;

Resolve o Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, mandar responder que a consulente nada tem ainda que descontar dos vencimentos dos seus empregados provisórios.

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Alvaro Corrêa da Silva*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. 9.003-38 — Vistos e relatados os autos da representação do Dr. Continentino Maciel para lhe ser assegurada, preferência no preenchimento da primeira vaga que venha a se verificar no corpo clínico da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Central do Brasil;

Considerando que o direito de preferência que o requerente pretende criar para si, denominando-o direito adquirido, não tem fun-

damento, pois não existe dispositivo de lei algum que lhe assegure tal prerrogativa.

Resolve o Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, julgar improcedente o objeto do pedido.

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Trineu Malagueta*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.
Processo nº 9.706-38 — Vistos e relatados os autos do processo em que a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Noroeste do Brasil traz ao conhecimento deste Conselho os atos que praticou tendo em vista adaptar os dispositivos constantes dos decretos-leis ns. 312 e 391, de 1938, à legislação vigente, relativo às Cartelas de Empréstimos das Instituições de Previdência Social;

Resolve o Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, adotar o parecer emitido pelo Serviço Técnico Atuarial, do qual se dará conhecimento à Caixa.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Eduardo V. Pederneiras*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.
Parecer

1. Neste processo o presidente da Junta Administrativa da C. A. P. dos Ferroviários da Noroeste do Brasil vem expor a este Conselho as medidas que a mesma Caixa tomou para dar cabal cumprimento ao disposto nos decretos-leis ns. 312 e 391, referentes às consignações para empréstimos.

2. Como se pode verificar a Caixa andou acertadamente, tendo executado à risca o disposto nos decretos-leis citados e isso no tempo prescrito no artigo 2º, do decreto n. 391, por tal forma que lhe foi possível reiniciar suas operações de empréstimos, efetuados nas novas bases, a partir de maio do corrente ano.

3. Em face, porém, das instruções deste Conselho baixadas com o acórdão de 10 do mês findo, que determinou a devolução das consignações cujo mês de competência seja posterior a fevereiro até junho, inclusive, deseja a Caixa saber se está obrigada às determinações do mesmo acórdão, tendo em vista as considerações acima feitas.

4. Parece-me que não, pois as instruções deste Conselho não podem evidentemente criar embaraços a uma Caixa que, mesmo sem essas instruções, procedeu corretamente e no tempo próprio. As instruções do Egrégio Conselho tiveram por fim esclarecer as Caixas e Institutos de Aposentadorias e Pensões, sobre a forma prática de dar cumprimento àquelas disposições legais, que muitas estavam embaraçadas de executar. Tal não se deu, porém, com a Caixa em apreço, que antes mesmo da expedição das ditas instruções, aplicou acertadamente aos seus empréstimos as disposições constantes dos decretos mencionados, premida pela administração da Noroeste, estrada federal.

5. Como acima disse, a Caixa procedeu exatamente nos termos das instruções deste Conselho quanto à parte de cálculo, como se pode ver pela cópia das instruções especiais elaboradas pelo seu chefe da Secretaria, com quem tive entendimento verbal a respeito e que me forneceu cópia das instruções referidas, que a este anexo.

6. Em vista disso, opino que o Egrégio Conselho dispense a Caixa em apreço da obrigação de devolver as consignações arreca-dadas de vez que elas o foram nos termos expressos dos decretos-leis mencionados e dentro do prazo legal estatuído pelo artigo 2º, do decreto n. 391, autorizando-a, outrossim, a continuar normalmente as suas operações.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 1938. — *Gastão Quartim Pinto de Moura*, atuário assistente, no impedimento do atuário chefe.

Processo n. 9.695-36 — Vistos e relatados os autos do presente processo em que são partes: José Nepomuceno de Sousa, como embargante, e o Banco do Brasil, como embargado;

Considerando que a decisão da Primeira Câmara, de 21 de dezembro de 1936, que autorizou a demissão do bancário José Nepomuceno de Sousa, do serviço do Banco do Brasil, por infração do artigo 16, letra e, do decreto n. 54, de 1934, oferece o mesmo bancário embargos para este Conselho Pleno;

Considerando, preliminarmente, que ditos embargos foram apresentados fora do prazo legal, "ex-vi" do disposto no § 9º, do artigo 4º, do regulamento anexo ao decreto n. 24.784, de 1934, por isso que, publicada a referida decisão no "Diário Oficial" de 26 de fevereiro de 1937, somente em 21 de janeiro do corrente ano é que deram entrada na Secretaria os embargos (fls. 69);

Considerando que o embargante não justificou plenamente o motivo determinante do excesso do prazo estabelecido em lei;

Resolve o Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, não conhecer dos embargos.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Edgard de Oliveira Lima*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. 11.108-37 — Vistos e relatados os autos do processo em que a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Portuários de Santos, submete à apreciação deste Conselho a proposta de permuta de uma área de terreno pertencente a José da Silva Ribeiro por uma faixa de terreno de sua propriedade;

Resolve o Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, autorizar a permuta proposta, observado, porém, o parecer do Serviço de Engenharia.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Eduardo V. Pederneiras*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. 11.430/38. DV/ZM — Vistos e relatados os autos da consulta da Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões de Serviços Urbanos por Concessão, em Natal, sobre as medidas que lhe cumpre adotar contra um ex-funcionário.

Considerando que a Caixa não possui advogado;

Considerando, entretanto, que o caso de que dá notícia o processo deve ser objeto de queixa crime que pode ser dada por qualquer cidadão, no caso, pelo presidente da Caixa, seu representante legal;

Resolve o Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, ordenar que seja dada queixa crime contra o responsável pelo desvio apontado, caso o mesmo não reponha imediatamente a importância em débito.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Oscar Saraiva*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. 12.784/34 — Vistos e relatados os autos da consulta do presidente da Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Madeira-Mamoré, sobre as providências adequadas a compeli- Francisco Guedes de Lira Fonseca a cumprir o acórdão deste Conselho, de 6 de agosto de 1936, que confirmou o da 2ª Câmara, de 15 de outubro de 1935, determinando a restituição de importâncias indevidamente recebidas;

Considerando que o associado, alegando que recebeu devidamente a importância reclamada, insiste em pedir que se torne sem efeito a dívida, toda vez que o pagamento respectivo lhe é reclamado pela Caixa;

Considerando que é pouco aconselhável constituir advogado para propôr em juízo a ação correspondente, nos termos do art. 80, do decreto n. 20.465, de 4 de outubro de 1931 dada a modicidade do débito do associado, sendo mais acertado debitá-lo e oportunamente descontar da aposentadoria que vier a solicitar;

Resolve o Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, determinar que a Caixa notifique o associado a pagar a dívida em prestações módicas e, em caso de nova recusa, que o débite por essa importância, constituindo-o em mora e descontando o débito, oportunamente, dos benefícios que porventura lhe venham a ser concedidos.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Oscar Saraiva*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. 15.934/37 — Vistos e relatados os autos do processo em que a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Rede de Viação Cearense, solicita a este Conselho a concessão dos reforços de 10:000\$, (dez contos de réis), para "Aposentadorias ordinárias"; 15:000\$, (quinze contos de réis), para "Aposentadorias por invalidez"; 20:000\$ (vinte contos de réis) para "Pensões"; 3:500\$ (três contos e quinhentos mil réis), para "Serviços Médicos-Material"; 5:000\$ (cinco contos de réis), para "Internações hospitalares"; 1:000\$ (um conto de réis), para "Material permanente"; 1:000\$ (um conto de réis), para "Material de consumo"; 1:000\$ (um conto de réis), para "Diversas despesas"; e 36:000\$ (trinta e seis contos de réis), para "Serviços médicos-pessoal", de seu orçamento para o exercício de 1938;

Considerando que, em face da justificação apresentada, não há o que opôr ao deferimento do pedido;

Resolve o Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, deferir o pedido da Caixa.

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1939. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Eduardo V. Pederneiras*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. 15.462-38 — Vistos e relatados os autos do processo em que a Empresa Industrial Ipanema S. A., concessionária dos serviços de fôra e luz elétricas do Município de Ipanema, Estado de Minas Gerais, solicita a este Conselho a incorporação dos seus empregados à Caixa de Aposentadoria e Pensões de Serviços Urbanos por Concessão, em Juiz de Fora;

Resolve o Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, de acordo com os pareceres da Procuradoria Geral e Serviço de Inspeção, autorizar a incorporação em apreço.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Humberto Smith de Vasconcellos*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. 16.338/38 — Vistos e relatados os autos do processo em que a Caixa de Aposentadoria e Pensões de Serviços Telefônicos do Distrito Federal submete à homologação deste Conselho o ato da respectiva Junta Administrativa, que resolveu dispensar o pagamento dos juros de que trata o art. 21, do decreto n. 21.763, de 24 de agosto de 1932, e que lhe são devidos pela Carteira de Empréstimos, no período de março a junho do corrente ano;

Considerando que os juros a que se refere o art. 21, citado são devidos, pela Carteira de Empréstimos à Caixa, pela simples transferência do capital autorizado, sem dependência das transações que a Carteira venha ou não a efetuar;

Resolve o Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, indeferir o pedido formulado.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *José L. Salgado Scarpa*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. 16.240/38 — Vistos e relatados os autos do presente processo, em que a Empresa Fôrça e Luz de Itali, Ltd., Paraná, pede es-

clarecimentos à este Conselho sobre a Caixa de Aposentadoria e Pensões da qual deverá fazer parte;

Resolve o Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, determinar que a referida empresa seja filiada à Caixa de Aposentadoria e Pensões de Serviços Urbanos por Concessão, em Curitiba.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *José L. Salgado Scarpa*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Processo n. 16.632-38 — Vistos e relatados os autos do processo em que o inspetor chefe deste Conselho, Henrique Eboli, consultou si, para efeito de classificação dos grupos constantes do acórdão proferido em 15 de setembro do ano passado (proc. n. 11.147, de 1938), relativamente à gratificação aos membros da Junta Administrativa das Caixas de Aposentadoria e Pensões, devem ser considerados somente os associados ativos ou também os aposentados;

Considerando que o vocábulo *associado* se refere, no sentido a que o acórdão se prendeu, ao contribuinte da Caixa, ao empregado ativo, justamente porque o aposentado deixa de ser associado para ser um beneficiado;

Considerando, mais, que tanto é assim que o regulamento aprovado pelo decreto n. 22.016, de 26 de outubro de 1932, relativo aos Serviços Médicos e Hospitalares, só concede essa assistência pelas caixas aos associados ativos e, não, aos aposentados e pensionistas;

Resolve o Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, respondendo a consulta formulada, declarar que, no caso, para efeito da classificação dos grupos constantes do referido acórdão só deverão ser considerados os associados ativos.

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1939. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Alvaro Corrêa da Silva*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Processo 16.704-37 — Vistos e relatados os autos do pedido de reconsideração formulado pelo Dr. Augusto Paranhos Fontenelle da decisão deste Conselho, por acórdão de 17 de março de 1938, que autorizou a restituição das suas contribuições como associado da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Este Brasileiro, somente a partir da data de seu requerimento de opção pelo Instituto Nacional de Previdência;

Considerando que a jurisprudência deste Conselho através de decisões em inúmeros processos e confirmada por despacho do Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio determina a restituição das contribuições não somente a partir da data do requerimento de opção;

Resolve o Conselho Nacional do Trabalho reunido em sessão plena indeferir o pedido de reconsideração.

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Humberto Smith Vasconcellos*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Processo n. 18.666-37 — Vistos e relatados os autos do presente processo, referente à constituição da Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões de Serviços Públicos Urbanos, em São Luiz, na parte relativa à gratificação a ser concedida ao escrivão da classe F, Paulo Gomes de Oliveira, em exercício na 3ª Inspetoria Regional do Trabalho, o qual serviu como interventor na referida Caixa, nos termos da portaria de fls. 18;

Considerando que, de acordo com a norma geral, o Sr. Presidente deste Conselho arbitrou em um conto de réis (1:000\$000) a gratificação em apreço;

Resolve o Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, homologar o ato do Sr. Presidente, correndo a despesa pelos cofres da Caixa.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1939. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Humberto Smith de Vasconcellos*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Recurso obrigatório n. 504-36 — Vistos e relatados os autos dos embargos opostos pelo Conselho Administrativo do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, à decisão da 3ª Câmara deste Conselho que determinou ao mesmo que reorganizasse o processo relativo à aposentadoria por invalidez de Augusto Leal Teixeira e a concedesse nos termos do artigo 49 do decreto n. 22.872 de 29 de julho de 1933;

Considerando que as razões do recurso de embargos não logram abalar os sólidos fundamentos e a fundamental conclusão do parecer da Procuradoria adolado pela 3ª Câmara como razão de decidir;

Considerando que é inadmissível a aspeceza com que o embargante se refere à 3ª Câmara quando afirma "que a decisão é contrária à lei e que a interpretação errônea se patenteia pelo simples confronto de dispositivos legais";

Resolve o Conselho Nacional do Trabalho em sessão plena, desprezar os embargos para confirmar o acórdão da 3ª Câmara.

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Paula Lopes*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Rec. ob. 666-36 — Vistos e relatados os autos dos embargos opostos pela Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários d. Central do Brasil à decisão da 3ª Câ-

mara deste Conselho que confirmou a aposentadoria ordinária de João Leite, mandando, porém, observar o cálculo do Serviço Técnico Atuarial;

Considerando que no cálculo deste foi levado em conta apenas o tempo até a data do requerimento, por ser essa a jurisprudência deste Conselho, e computadas 1.095 diárias porque do certificado da empresa se depreende que o associado trabalhou 365 dias por ano, não cabendo, pois, ser retificado o cálculo anterior;

Resolve o Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, desprezar os embargos para confirmar a decisão embargada.

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Americo Ludolf*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Rec. Ob. 1.199,37 — Vistos e relatados os autos dos embargos opostos pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos à decisão da Primeira Câmara deste conselho que determinou a revisão do processo relativo à aposentadoria concedida a Frederico Carl. Ferreira, para mandar enquadrá-la no art. 49 do decreto n. 22.872 de 29 de junho de 1933;

Considerando que a matéria sobre que versa o recurso de embargos é exclusivamente de direito e já foi perfeitamente decidido no processo n. 362-33, cuja decisão firmou jurisprudência;

Considerando que com essa decisão foi corrigido um engano que feria de frente princípios legais e criava uma obrigação injustificável à empresa, além de atacar a doutrina e os princípios básicos que nortearam a elaboração do decreto n. 22.872, de 29 de junho de 1933;

Considerando que do processo não consta que o interessado figurasse na relação a que se refere o § 1º do art. 10 do decreto número 24.222, de 10 de maio de 1934, não sendo possível, portanto, compeli-la a empresa a uma obrigação que só seria exigível se ela expressa e espontaneamente se responsabilizasse a cumpri-la;

Considerando que no caso em exame foi o próprio beneficiário que requereu sua aposentadoria, quando não podia fazer tal pedido uma vez que a aposentadoria do art. 10, citado, só cabe à empresa; promover, cumprindo ao associado requerer a classificada no art. 4º do decreto n. 22.872, de 29 de junho de 1933;

Resolve o Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, desprezar os embargos para confirmar a decisão da Primeira Câmara.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Edgard de Oliveira Lima*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Rec. 2.258/37 — Vistos e relatados os autos do recurso interposto pelos empregados da Sociedade Cooperativa União de Socorro e de Consumo dos Ferroviários da decisão da junta administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Paraná-Santa Catarina que os excluiu do quadro de associados;

Considerando que o decreto-lei n. 627, de 18 de agosto de 1938 na alínea d do seu art. 1º incluiu os recorrentes entre os associados obrigatórios das caixas de aposentadoria e pensões;

Resolve o Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, considerar prejudicado o recurso.

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Edgard de Oliveira Lima*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Rec. 2.293, de 1937 — Vistos e relatados os autos do recurso interposto por José Libório Bulcão da decisão do conselho administrativo do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos indeferindo o pedido de pagamento, em dinheiro, das férias a que se julga com direito no período de março de 1935 a abril de 1936;

Considerando que, ao contrário do que alega o instituto, o recorrente não esteve em gozo de licença e não interrompeu o exercício porque a licença lhe foi imposta e não gozada porque o Sr. ministro do Trabalho, Indústria e Comércio mandou que o recorrente ficasse à disposição deste conselho com os vencimentos pagos pelo instituto;

Considerando que o instituto não mais querendo se firmar no fundamento da decisão denegatória alega que o recorrente não foi atendido porque o regimento interno não permite indenizar férias, não gozadas, e vai de encontro à jurisprudência firmada por este conselho ao decidir reclamações análogas de funcionários da Caixa de Aposentadoria e Pensões da Imprensa Nacional que haviam optado pelo cargo dessa repartição;

Resolve o Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, dar provimento ao recurso para mandar pagar a importância relativa ao período de férias reclamado.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Americo Ludolf*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Rec. 2.404, de 1937 — Vistos e relatados os autos da reclamação de Antônio Camilo Vieira contra a junta administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Aeroviários por não concordar com os termos do recibo que a mesma lhe exigiu para cumprimento do acórdão da Terceira Câmara deste conselho que mandou pagar ao reclamante as despesas com o tratamento médico a que foi submetido;

Considerando que a recusa do reclamante, cujo recurso foi provido, não tem nenhum fundamento;

Considerando que os termos do recibo estão em perfeita conformidade com os termos do acórdão da Terceira Câmara;

Considerando que esse acórdão só se referiu, e nem podia ser de outro modo, à responsabilidade da caixa pelas despesas com o trata-

ento de saúde do reclamante, uma vez que reconheceu lhe assistir direito ao seu reembolso pelo valor integral;

Considerando que a medida da caixa depositando a importância ecusada sem motivo é justa e legal;

Resolve o Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, determinar que a junta administrativa da caixa reclamada abra uma conta corrente em favor do associado, ocorrendo a prescrição caso o mesmo não reclame a respectiva liquidação, e que na hipótese de reclamação em juízo a caixa compareça e efetue o pagamento ou faça o necessário depósito.

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Americo Ludolf*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Processo n. 10.317, de 1937 — Vistos e relatados os autos do presente processo, referente à incorporação dos empregados da The Amazon Telegraph Co., Ltd., à Caixa de Aposentadoria e Pensões de Serviços de Telegrafia e Rádio-Comunicação;

Considerando que, segundo informação do inspetor de previdência da respectiva zona, já foi procedida a incorporação em apreço, em observância das obrigações legais;

Considerando que, apesar de não ter chegado a instalar a respectiva caixa, a The Amazon Telegraph Co. Ltd. cobrou a "quota de previdência" durante o período de 1932 a 1937, num total de \$8.273.900 (cincoenta e oito contos duzentos e setenta e três mil e novecentos réis);

Resolve o Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, homologar a incorporação dos empregados da The Amazon Telegraph Co. Ltd. à Caixa de Aposentadoria e Pensões de Serviços de Telegrafia e Rádio-Comunicação e determinar que aquela companhia recolha a citada importância ao Banco do Brasil à conta do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Alvaro Corrêa da Silva*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

PRIMEIRA CÂMARA

Rec. 3.084-38 — Vistos e relatados os autos do recurso interposto por Leandro de Matos da decisão da Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Leste Brasileiro que recusou calcular, nos termos do regulamento aprovado pelo decreto n. 17.941, de 11 de outubro de 1927, o "quantum" da aposentadoria que lhe foi concedida;

Considerando que o recorrente que requereu aposentadoria ordinária a 1 de janeiro de 1938 apresenta, como fundamento de sua pretensão, um pretensão acordo firmado com a empresa;

Considerando que este Conselho, na conformidade da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, tem entendido que a lei aplicável à concessão da aposentadoria é a vigente na data em que é requerida;

Considerando, não obstante, que o benefício está erradamente calculado pela caixa;

Resolve a Primeira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho dar provimento, em parte, ao recurso para ser observado o cálculo do Serviço Técnico Atuarial.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Alvaro Corrêa da Silva*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Rec. 3.207-38 — Vistos e relatados os autos do recurso interposto por Edmond Plard da decisão da Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Portuários da Cidade o Salvador que negou a restituição das suas contribuições;

Considerando que este Conselho tem jurisprudência firmada a respeito da matéria, interpretando de acordo com a boa exegese o § 5º do art. 25 do decreto n. 20.465, de 1 de outubro de 1931, que não autoriza o pretendido pelo recorrente;

Resolve a Primeira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao recurso para confirmar a decisão recorrida.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Eduardo V. Pederneiras*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. 1.731-38 — Vistos e relatados os autos deste processo em que Mário Ferreira da Silva e outros reclamam contra demissão da Estrada de Ferro Sorocabana;

Considerando que os ferroviários Mário Ferreira da Silva, Joaquim M. Borrás, Messias Alves, Frederico Arruda, José Nascimento, Benedito de Lemos Santos, Batista de Moura e Otávio Marques alegam terem sido demitidos sem justa causa, após mais de 10 anos de serviços prestados à Estrada de Ferro Sorocabana;

Considerando que esta última contesta o direito invocado pelos suplicantes, esclarecendo que, com exceção de Frederico Arruda, os demais não contavam uns, ainda o decênio garantidor da estabilidade funcional, e, outros, não figuram no registro dos empregados da Estrada;

Considerando que a reclamada esclarece mais que a demissão de Frederico Arruda ocorreu em novembro de 1927, quando contava ele cerca de 13 anos de serviço;

Considerando que reclamantes não fizeram prova de seu tempo de serviço, prevalecendo assim as declarações e documentos apresentados pela Estrada;

Considerando que em relação ao ferroviário Frederico Arruda, tendo reclamado somente em janeiro do corrente ano, está o seu di-

reito prescrito, *ex-vi* do disposto no art. 178, § 10º, n. VI, do Código Civil;

Considerando que a presente reclamação foi dirigida ao Exmo. Sr. ministro do Trabalho e por ordem de S. Exa. baixada a este Conselho para a necessária apreciação;

Resolve a Primeira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho mandar restituir o processo ao Sr. ministro, opinando, em face do exposto, pela improcedência da reclamação de fls. 2.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Eduardo V. Pederneiras*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. 3.512-38 — Vistos e relatados os autos do recurso interposto pelo inspetor de Previdência Evandro Lobão dos Santos da decisão da Junta Administrativa do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários concedendo aposentadoria por invalidez a Jaime Rienzo;

Considerando que o "quantum" do benefício foi arbitrado em importância superior ao que estabelece o § 2º do art. 69 do regulamento anexo ao decreto n. 54, de 12 de setembro de 1934;

Resolve a Primeira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho dar provimento, em parte, ao recurso para ser observado o cálculo do Serviço Técnico Atuarial.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Alvaro Corrêa da Silva*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. 15.666-38 — Vistos e relatados os autos do presente processo em que consta o inquérito administrativo instaurado pelo Banco do Rio Grande do Norte contra o empregado Salomão Lima de Vasconcelos, acusado de falta grave capitulada na letra a do artigo 93 do decreto n. 54, de 12 de setembro de 1934;

Considerando que o referido bancário é acusado de haver, em data de 2 de maio do corrente ano, sem autorização legal, em procuração, na qualidade de chefe, em comissão, da Carteira de Cobrança, recebido, e passado o competente recibo a importância de 1:014\$000, de um cliente do Banco, de um título cedido ao mesmo estabelecimento pelo Banco Germânico da América do Sul, apropriando-se da referida importância;

Considerando que o inquérito, quanto à forma processual, quanto não tenha respeitado fielmente às normas traçadas nas "Instruções" deste Conselho, todavia não apresenta falhas que autorizem a nulidade, cabendo ressaltar que o acusado se defendeu — fls. 24 *usque* fls. 27;

Considerando que este, em suas razões, confessa que realmente recebeu do cliente do Banco a importância de que da notícia o processo, alegando tê-la perdido, o que não o exime da responsabilidade, pois, si de fato tal ocorreu, o que não ficou provado, lhe cumpria comunicar incontinenti à administração do estabelecimento; pelo contrário silenciou sobre o fato, até reclamação do interessado;

Considerando, assim, que o bancário em questão praticou uma falta que o tornou incompatível com o serviço do Banco, tanto mais quanto não tinha poderes bastantes do mesmo estabelecimento para passar recibos em seu nome; isto posto;

Resolve a Primeira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho, julgar procedente o inquérito constante dos autos e autorizar a demissão do acusado.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Alvaro Corrêa da Silva*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Processo 4.917-38 — Vistos e relatados os autos deste processo em que consta o inquérito administrativo instaurado pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro contra o empregado Noel de Sousa, acusado de faltas graves capituladas nas alíneas "d", "f" e "g" do art. 54 do decreto 20.465, de 1931;

Considerando que as faltas graves imputadas ao referido ferroviário são as seguintes: ter se ausentado do serviço sem licença; ter se embriagado e tentado agredir um companheiro de trabalho, no recinto da Estrada;

Considerando que o acusado desinteressou-se por completo em se defender, apesar de reiteradamente ter sido para tanto notificado;

Considerando que em suas declarações constantes do processo, o ferroviário em questão reconhece as faltas que lhe foram atribuídas, nenhuma justificativa tendo apresentado que o inocentasse;

Considerando assim que estão positivadas as acusações feitas pela Empresa;

Resolve a Primeira Câmara do Conselho Nacional do Tribunal aprovar o inquérito e autorizar a demissão do ferroviário Noel de Sousa.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Alvaro Corrêa da Silva*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Processo 12.436-38 — Vistos e relatados os autos do presente processo em que The Leopoldina Railway Company submetta ao julgamento deste Conselho o inquérito administrativo instaurado contra o empregado Juvenal Ferreira da Silva, acusado de falta grave prevista na alínea "f" do art. 54 do decreto 20.465, de 1931;

Considerando que a falta imputada ao referido acusado é a de haver abandonado o serviço por período superior a três meses, sem que fosse a sua ausência devidamente justificada;

Considerando que, segundo está esclarecido nos autos, o acusado em 29 de dezembro de 1937 se ausentou do serviço sob alegação de doença, tendo sido nessa ocasião observado pelo seu chefe da necessidade de apresentar o atestado médico respectivo, o que não foi

atendido, conforme o próprio acusado declara, só tornando ao serviço passados três meses; acrescenta mais o acusado que sabia ser obrigatória a apresentação do atestado, fornecido por um médico da Caixa de Pensões, e, como não conseguiu atender tal exigência, passou a executar alguns "biscates" em outra empresa;

Considerando que no inquérito foi oferecida prova testemunhal, que confirma unanimemente a acusação levantada pela Empresa;

Considerando que o processo observou as "Instruções" baixadas por este Conselho;

Considerando que, como salienta a Comissão de inquérito em seu relatório de fls. 60-65, a falta de que trata a letra "f" do artigo 54 do decreto 20.465, está caracterizada e provada suficientemente;

Resolve a Primeira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho aprovar o inquérito e autorizar a demissão do acusado Juvenal Ferreira da Silva.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Alvaro Corrêa da Silva*, relator.

Fui presente. — *Salvador Tedesco Junior*, procurador geral no impedimento deste.

TERCEIRA CÂMARA

Vistos e relatados os autos do recurso "ex-officio" interposto pela Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços de Tração, Luz, Força e Gás do Rio de Janeiro, por força do parágrafo único do art. 114 do regulamento deste Conselho, de sua decisão que concedeu aposentadoria por invalidez a Rui Macedo;

Considerando que em cumprimento da diligência determinada na sessão de 12 de maio de 1938 foi o associado submetido a nova inspeção de saúde, concluindo o respectivo laudo médico que desapareceram as causas que o incapacitaram para todo o qualquer serviço, e que, em consequência, a empresa o readmitiu em suas funções;

Resolve a Terceira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho mandar arquivar o processo.

Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1938. — *Americo Ludolf*, presidente. — *Paula Lopes*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Rec. OB. 1.372-37 — Vistos e relatados os autos do recurso "ex-officio" interposto pela Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços de Tração, Luz, Força e Gás de São Paulo, nos termos do artigo 114, parágrafo único, do regulamento anexo ao decreto n. 24.784, de 14 de julho de 1934, de sua decisão que concedeu aposentadoria por invalidez a Pasquale Bamonte;

Considerando que, atendendo à diligência determinada na sessão de 13 de setembro de 1938, a empresa informou que o interessado voltou a exercer o cargo que anteriormente ocupava na mesma;

Resolve a 3ª Câmara do Conselho Nacional do Trabalho mandar arquivar o processo.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1938. — *Americo Ludolf*, presidente. — *Arthur Bastos*, relator.

Fui presente. — *Tedesco Junior*, adjunto do procurador geral, no impedimento deste.

Rec. 2.697-37 — Vistos e relatados os autos do recurso interposto por Jaime Vidal da decisão da Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários do Rio Grande do Sul que recusou classificá-lo em primeiro lugar para promoção ao cargo imediato ao que exerce;

Considerando que a diligência determinada na sessão de 26 de abril de 1938, ficou prejudicada com o falecimento do recorrente que ora é comunicado pela Caixa;

Resolve a 3ª Câmara do Conselho Nacional do Trabalho mandar arquivar o processo.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1938. — *Americo Ludolf*, presidente. — *Paula Lopes*, relator.

Fui presente. — *Tedesco Junior*, adjunto do procurador geral, no impedimento deste.

Rec. n. 2.724-38 — Vistos e relatados os autos do recurso "ex-officio" interposto pelo presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários da decisão da respectiva Junta Administrativa que concedeu aposentadoria por invalidez a Antônio Alves da Cruz;

Considerando que em face dos esclarecimentos prestados pelo médico-chefe ficou perfeitamente firmado o diagnóstico de invalidez do interessado;

Resolve a 3ª Câmara do Conselho Nacional do Trabalho, negar provimento ao recurso para confirmar a decisão recorrida.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1938. — *Americo Ludolf*, presidente. — *Paula Lopes*, relator.

Fui presente. — *Tedesco Junior*, adjunto do procurador geral, no impedimento deste.

Rec. n. 2.940-38 — Vistos e relatados os autos do recurso interposto por Amália Gomes Porto da decisão da Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Great Western que suspendeu o pagamento de sua pensão;

Considerando que não ficou bem demonstrado o motivo que levou a Junta Administrativa a suspender o pagamento da pensão, porque do estudo dos autos se verifica que essa decisão não tem porcedência;

Considerando, que a mera enumeração das pretensas irregularidades em virtude das quais julgou a Caixa acertado suspender o benefício evidencia a sua improcedência;

Considerando, entretanto, que o cálculo do benefício efetuado pela Caixa e que não chegou a ser revisto por sete Conselho, dado

que houve recurso obrigatório, está errado para menos, existindo uma diferença que favorece à interessada;

Resolve a 3ª Câmara do Conselho Nacional do Trabalho dar provimento ao recurso para mandar pagar a pensão à recorrente, desde a data da suspensão, acrescida da diferença apurada nos cálculos do Serviço Técnico Atuarial, a qual deverá ser paga de uma só vez, a contar da data do falecimento do associado de que decorre o benefício.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1938. — *Americo Ludolf*, presidente. — *Oscar Saraiva*, relator.

Fui presente. — *Tedesco Junior*, adjunto do procurador geral, no impedimento deste.

Recurso n. 1.237/38 — Vistos e relatados os autos do recurso, interposto por Isaac Melul da decisão do Conselho Administrativo do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes que recusou conceder a pensão que requerem, como viúva e beneficiária de Leão Pinhas Melul;

Considerando que o "de cujus", dentro do prazo fixado pela lei n. 2.159, de 30 de dezembro de 1935, requereu o cancelamento de sua inscrição como associado, dada a sua qualidade de empregador;

Considerando que esse pedido de cancelamento foi deferido e por esse motivo não mais contribuiu para o Instituto até a data do seu óbito, nem a Região respectiva o intimou a pagar contribuições;

Considerando que a intimação a que alude o recorrente prendia-se apenas a formalidades burocráticas que de forma alguma poderiam alterar a letra expressa da lei;

Considerando que a notificação por esse escrito exigida por aquela lei, foi feita pelo "de cujus", e tanto o Departamento não lhe atribuiu nenhuma carência de forma legal, que cancelou a inscrição do associado e este deixou de recolher contribuições do Instituto;

Resolve a 3ª Câmara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao recurso, para confirmar a decisão recorrida.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1938. — *Americo Ludolf*, presidente. — *Oscar Saraiva*, relator.

Fui presente. — *Tedesco Junior*, adjunto do procurador geral, no impedimento deste.

Recurso n. 2.728/38 — Vistos e relatados os autos do recurso, "ex-officio", interposto pela Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Noroeste do Brasil, de sua decisão dos mesmos ferroviários, como contribuintes da mesma Caixa: cissão, que considerou irregular a inscrição dos funcionários do Sindicato;

Considerando que, em face do acórdão deste Conselho, de 12 de março de 1936, no processo n. 4.188/35, e do despacho do Sr. ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, de 8 de novembro de 1937, no processo n. 1.741/36, o assunto já não oferecia grande margem para controvérsia;

Considerando que, atualmente, muito menos carece de importância, uma vez que o decreto-lei n. 627, de 18 de agosto de 1938, no seu art. 1º, alínea c, dissipou todas as dúvidas possíveis, incluindo os interessados como associados obrigatórios das Caixas de Aposentadoria e Pensões;

Resolve a 3ª Câmara do Conselho Nacional do Trabalho dar provimento ao recurso, para, reformada a decisão recorrida, considerar válidas as inscrições na Caixa dos Empregados do Sindicato dos Ferroviários da Noroeste do Brasil.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1938. — *Americo Ludolf*, presidente. — *Humberto Smith de Vasconcellos*, relator.

Fui presente. — *Tedesco Junior*, adjunto do procurador geral, no impedimento deste.

Recurso n. 2.660/37 — Vistos e relatados os autos do recurso, interposto por Joaquim Colares da Rocha da decisão do Conselho Administrativo da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, que retificou o cálculo do "quantum" mensal de sua aposentadoria;

Considerando que a aposentadoria, como a pensão, se regem, em sua concessão, pela lei vigente ao tempo do pedido;

Considerando que essa norma é princípio pacificamente aplicado pelos nossos tribunais, seguindo a regra fixada pelo Supremo Tribunal Federal, e este Conselho o tem invariavelmente acolhido em jurisprudência constante;

Considerando que, na espécie, dando aplicação da regra, não se pode taxar de retroativa a aplicação do regulamento n. 890, de 9 de junho de 1936, ao pedido do recorrente, datado de 23 de fevereiro de 1937;

Resolve a 3ª Câmara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao recurso, para confirmar a decisão recorrida, observado o cálculo do Serviço Técnico Atuarial.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1938. — *Americo Ludolf*, presidente. — *Americo Ludolf*, relator.

Fui presente. — *Tedesco Junior*, adjunto do procurador geral, no impedimento deste.

Recurso n. 2.675/37 — Vistos e relatados os autos do recurso, interposto por Amália de Castro Mendes da decisão da Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços Urbanos por concessão, em Porto Alegre, que recusou a pensão que solicitou, como viúva de João Francisco Mendes;

Considerando que este Conselho, por acórdão de 24 de abril de 1934, no processo n. 2-11.224/33, resolveu que os empregados aposentados pelas empresas são associados obrigatórios das Caixas respectivas e que os seus beneficiários têm direito à pensão;

Considerando que a dúvida, quanto à devolução das contribuições à empresa, não pode servir de obstáculo à conversão de um direito que decorre, antes de tudo, da lei, e já agora reafirmado pela interpretação valiosa do Sr. ministro do Trabalho, Indústria e Co-

mércio, que, em despacho publicado no *Diário Oficial* de 10 de janeiro de 1938, expôs o princípio de que o direito à aposentadoria e o direito à pensão são direitos distintos;

Considerando que pouco importa a data do desligamento do "de cujus" do serviço da empresa, *ex-vi* do art. 36 do decreto n. 20.465, de 1 de novembro de 1931, uma vez que esse desligamento não se operou completa e definitivamente por continuar o associado a fazer parte do respectivo quadro de empregados da empresa, que — pouco importa a que título — lhe pagava mensalmente uma determinada quantia;

Considerando que o "de cujus", inscrevendo-se na Caixa e nela inscrevendo também sua mulher, ora recorrente, teve por intuito garantir-se contra os revêis imprevistos do destino e furlar à dura necessidade e os infortúnios da vida a sua companheira;

Resolve a 3ª Câmara do Conselho Nacional do Trabalho dar provimento ao recurso, para mandar conceder à recorrente a pensão que lhe cabe, nos termos dos arts. 31 e 32 do decreto n. 20.465, citado, a partir do data do falecimento do seu esposo; bem assim determinar que no caso das contribuições terem sido entregues à recorrente, deverá esta entrar com as mesmas e a joia, no total com que contribuiu o associado falecido, ou si o respectivo montante estiver depositado em algum banco, à ordem da Caixa, deverá esta promover o levantamento das importâncias relativas tão somente ao presente caso, uma vez que as demais serão levantadas, quando este Conselho apreciar "in concreto", cada caso de "per si", cumprindo, assim, à Caixa, promover a reinscrição da recorrente, exigindo-lhe todos os documentos que ainda faltam e elaborando os cálculos do benefício, tendo em vista o tempo de serviço do "de cujus", e conceder à recorrente o benefício a que fizer jus.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1938. — *Americo Ludolf*, presidente. — *Arthur Bustos*, relator.

Fui presente. — *Tedesco Junior*, ajudante do procurador geral, no impedimento deste.

Rec. 2.965-38 — Vistos e relatados os autos do recurso interposto pelo Dr. Jair de Sousa Carmo da decisão da Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Vitória a Minas que indeferiu o pedido de pagamento de 2/3 dos seus vencimentos relativos ao período em que esteve licenciado;

Considerando que o regimento padrão foi posto em vigor posteriormente ao primeiro pedido do recorrente, ao qual foi explicitamente comunicado que a licença era concedida sem vencimentos, nada tendo este reclamado, senão muitos meses depois, já quando reassumira o exercício das suas funções;

Resolve a Terceira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao recurso para confirmar a decisão recorrida.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1938. — *Americo Ludolf*, presidente. — *Arthur Bustos*, relator.

Fui presente. — *Tedesco Junior*, adjunto do procurador geral, no impedimento deste.

Rec. 8.040-38 — Vistos e relatados os autos da representação do interventor na Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Sorocabana sobre a recusa da empresa respectiva de admitir ao seu serviço o aposentado Juvenal Genezi, o qual está em condições de desempenhar os encargos que lhe eram confiados anteriormente, conforme laudo médico da inspeção de saúde a que se submeteu um ano depois da concessão do benefício;

Considerando que da decisão da Junta Administrativa concedendo a aposentadoria ao interessado não houve o recurso obrigatório determinado expressamente pelo parágrafo único do art. 114 do regulamento anexo ao decreto n. 24.784, de 14 de julho de 1934;

Considerando que si o recurso tivesse sido interposto no momento oportuno este Conselho, por certo, cassaria a aposentadoria concedida, porque de laudo de inspeção médica claramente se depreende que o estado de saúde do associado não apresentava motivos suficientes para invalidá-lo permanentemente e definitivamente para o serviço;

Considerando que tal conclusão é corroborada pelo fato de não ter a empresa desligado imediatamente o funcionário do seu serviço, conservando-o em atividade durante mais dois meses, depois de receber da Caixa a comunicação de que o mesmo fora aposentado, quando a lei estabelece que o desligamento se fará nos trinta dias seguintes;

Considerando que o interessado exercendo, como exercia, o cargo de artefice do departamento de mecânica não estaria, por certo, sujeito a prestação de contas para que o prazo fosse dilatado para noventa dias;

Considerando que o próprio laudo de inspeção determinava novo exame dentro de seis meses, evidenciando a pouca convicção no diagnóstico da incapacidade permanente do associado, o que corrobora a convicção de que o mesmo de fato não estava inválido permanentemente, o que foi constatado sem a menor dúvida pela nova inspeção, tendo sido, portanto, irregularmente concedida a aposentadoria;

Considerando, porém, que a admitir-se que este Conselho não possa determinar a anulação de aposentadoria irregularmente concedida e, consequentemente, a reintegração do empregado, seria consagrar-se a inocuidade de preceitos legais sem força coercitiva, quais os dos arts. 26, § 4º, do decreto n. 20.465, de 1 de outubro de 1931, e 114, parágrafo único, do regulamento baixado com o decreto número 24.784, de 14 de julho de 1934, o que ninguém contestará;

Considerando que si a lei, efetivamente, não estabeleceu como obrigação expressa que a empresa reintegre o empregado, no caso de anulação de aposentadoria em virtude da cessação da invalidez,

tal obrigação está implícita e este Conselho sendo o órgão competente para interpretar e aplicar a lei, pode e deve determinar a reintegração;

Considerando que si a empresa não cumprir o julgado a lei prevê expressamente a hipótese, cabendo a aplicação de multas sucessivas até que a mesma cumpra a decisão proferida, nos termos do art. 58 e seus parágrafos do decreto n. 20.465, de 1 de outubro de 1931, e do art. 32 do regulamento aprovado pelo decreto número 24.784, de 14 de julho de 1934, os quais armam este Conselho da força coercitiva que obrigará a empresa a cumprir os seus julgados, em conjugação com o disposto no art. 26, § 4º, do decreto n. 20.465, referido;

Considerando, finalmente, que há a considerar a hipótese de estar o cargo preenchido, não podendo a empresa dele dispor, mas anulada que seja uma aposentadoria e determinada a volta do aposentado à atividade, segue-se consequentemente a exoneração do que estiver ocupando o cargo, pois o ocupante eventual, por certo, não estará garantido pela estabilidade funcional, nada podendo reclamar;

Considerando que si é inútil essa dispensa, mais inútil será manter na inatividade um indivíduo válido, percebendo salário inferior ao que lhe deveria caber, ao mesmo tempo que onerando as Caixas, que foram criadas para conceder aposentadoria a quem realmente faz jus ao benefício e não para sustentar ociosidade remunerada de indivíduos sãos;

Resolve a Terceira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho determinar a reintegração do empregado na empresa, sob as penas legais, suspendendo-se, após, a aposentadoria.

Rio de Janeiro 1 de novembro de 1938. — *Americo Ludolf*, presidente. — *Paula Lopes*, relator.

Fui presente. — *Tedesco Junior*, adjunto do procurador geral, no impedimento deste.

Processo n. 4.400-37 — Vistos e relatados os autos deste processo em que consta o inquérito administrativo instaurado pela Estrada de Ferro Sorocabana contra o empregado Belmiro de Oliveira, acusado de faltas graves capituladas nas letras b e f do art. 54 do decreto número 90.465, de 1931;

Considerando que, conforme está esclarecido nos autos, pela Caixa de Pensões da referida Estrada, o acusado, posteriormente à abertura do inquérito, foi aposentado a partir de 24 de dezembro de 1936, perdendo assim oportunidade o julgamento do inquérito;

Resolve a 3ª Câmara do Conselho Nacional do Trabalho determinar o arquivamento do processo.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1938. — *Americo Ludolf*, presidente. — *Humberto Smith Vasconcellos*, relator.

Fui presente. — *Salvador Tedesco Junior*, adjunto do procurador geral, no impedimento deste.

Processo n. 5.460-37 — Vistos e relatados os autos do presente processo em que The Great Western of Brasil Railway Company Ltd., submete ao julgamento deste Conselho o inquérito administrativo instaurado contra o empregado Júlio Alves Pereira, acusado de falta grave capitulada na letra f do art. 54 do decreto n. 20.465, de 1931;

Considerando que o citado ferroviário, com mais de 20 anos de serviço, é acusado de haver abandonado o cargo que ocupava na Great Western sem causa justificada o que constitui falta grave passível de punição;

Considerando que do exame do processo resulta provado não estar caracterizado o abandono de serviço, sem causa justificada, pois Júlio Alves Pereira havia solicitado à administração da empresa uma licença sem vencimentos para tratamento de saúde, tendo a qual não se apresentou imediatamente para reiniciar suas funções;

Considerando assim que não está positivado o ânimo do abandono de serviço, cabendo outrossim invocar-se a fé de ofício do empregado que consigna diversas licenças desde 1935 para tratamento de saúde;

Considerando ademais que dentro dos princípios sociais não é justo se castigue um trabalhador que após 20 anos se veja acometido de moléstia prolongada acarretando por isso sua ausência do serviço;

Considerando o mais que dos autos consta:

Resolve a Terceira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho julgar improcedente o inquérito para mandar reintegrar o empregado acusado, facultando à empresa, caso queira e si for cabível, promover a aposentadoria do mesmo empregado.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1938. — *Americo Ludolf*, presidente. — *Humberto Smith Vasconcellos*, relator.

Fui presente. — *Salvador Tedesco Junior*, adjunto do procurador geral, no impedimento deste.

Processo n. 16.975-36 — Vistos e relatados os autos do presente processo em que consta o inquérito administrativo instaurado pela Rede Mineira de Viação contra o empregado Alcides Barbosa;

Considerando que o ferroviário Alcides Barbosa, conferente de 1ª classe, da Estrada de Ferro Oeste de Minas — hoje Rede Mineira de Viação — tendo sido demitido do serviço, após mais de 10 anos de atividade, com precedência de competente inquérito administrativo, reclamou perante este Conselho a reparação do ato da administração daquela Estrada, visto não ter havido justa causa para a demissão;

Considerando que esta Câmara, pelos fundamentos constantes do acordão de 24 de março de 1936 (*in Diário Oficial* de 30 de abril do mesmo ano — Processo n. 11.285-35, em apenso), condenou a Estrada reclamada a proceder, dentro do prazo de 90 dias, o respectivo inquérito administrativo, para o fim de apurar a falta atribuída ao reclamante, sob pena de, não o fazendo, reintegrar o empregado em suas funções;

Considerando que em cumprimento a essa decisão a Rede Mineira de Viação, em dezembro de 1936 submeteu a este Conselho o original do inquérito que fez proceder contra o empregado, acusando de inepto para o exercício das funções de conferente e, bem assim, de haver abandonado o serviço (fls. 4);

Considerando preliminarmente que o inquérito em questão quando foi presente a este Conselho já havia sido ultrapassado o prazo estipulado no acordão desta Câmara — 90 dias — pois a entrada na Secretaria se deu em 18 de dezembro de 1936, quando a portaria que determinou a instauração do mesmo processo data de 13 de maio do mesmo ano;

Considerando que a Diretoria da Rede procura justificar a dilatação do prazo invocando um extravio dos autos do inquérito, justificativa não aceitável, como bem observa o parecer da Procuradoria Geral, a fls. 89 verso.

Considerando assim que, consoante a parte final do acordão de 24 de março de 1936, citado, cabe a reintegração do empregado, ora acusado;

Resolve a Terceira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho julgar nulo o inquérito constante do processo e condenar a Rede Mineira de Viação a efetivar a reintegração do ferroviário Alcides Barbosa.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1938. — *Americo Ludolf*, presidente. — *Oscar Saraiva*, relator.

Fui presente: *Salvador Tedesco Junior*, adjunto do procurador geral no impedimento deste.

Proc. 2.911/36 — Vistos e relatados os autos do presente processo, em que Leônidas de Oliveira Franco reclama contra a redução de vencimentos que sofreu na Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, no período de abril de 1932 a outubro de 1934:

Considerando que estavam sendo procedidas diversas diligências para perfeito esclarecimento do assunto, quando a Estrada comunicou a este Conselho haver promovido a indenização pleiteada pelo suplicante, o que por este foi confirmado;

Considerando assim que perdeu oportunidade a reclamação:

Resolve a Terceira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho determinar o arquivamento do processo.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1938. — *Americo Ludolf*, presidente. — *Oscar Saraiva*, relator.

Fui presente: *Salvador Tedesco Junior*, adjunto do procurador geral, no impedimento deste.

Proc. 14.479/37 — Vistos e relatados os autos deste processo, em que a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro (The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power) submete ao julgamento deste Conselho o inquérito administrativo instaurado contra o empregado Osvaldo Pereira Matos Garcia, acusado de falta grave capitulada na letra f do art. 54 do decreto n. 20.565, de 1931:

Considerando que o inquérito instaurado em 3 de agosto de 1937 acusa o referido empregado de haver abandonado o serviço, sem causa justificada, desde 4 de junho do mesmo ano;

Considerando que o inquérito está regular, tendo observado as normas traçadas nas "instruções" deste Conselho, e o acusado, embora devidamente notificado diversas vezes, deixou de apresentar sua defesa;

Considerando que nos autos foi oferecida prova testemunhal, que é unânime em afirmar a acusação;

Considerando que o acusado, desde 5 de junho de 1937, deixou de comparecer ao serviço, sem qualquer justificativa;

Considerando que em suas declarações o acusado limita-se a dizer que não compareceu ao serviço em virtude de ter estado doente, entretanto nenhuma prova apresentou quanto à sua alegada enfermidade;

Considerando que o acusado, embora negue tenha trabalhado em outra firma, ficou apurado, todavia, que desde 24 de maio de 1937, é funcionário da "S. A. Line Material do Brasil" (doc. de fls. 29);

Considerando assim que, estando caracterizado o abandono, é procedente a demissão do empregado;

Resolve a Terceira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho aprovar o inquérito e autorizar a demissão do acusado.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1938. — *Americo Ludolf*, presidente. — *Luiz de Paula Lopes*, relator.

Fui presente: *Salvador Tedesco Junior*, adjunto do procurador geral, no impedimento deste.

Proc. 3.777/38 — Vistos e relatados os autos do presente processo, em que Manuel Leandro dos Santos reclama contra redução de vencimentos que sofreu no Lloyd Brasileiro:

Considerando que o reclamante fez prova de que o seu tempo de serviço é superior a 30 anos;

Considerando, porém, que a redução de vencimentos ora reclamada ocorreu em 1932, data em que ainda os marítimos não gozavam do direito de estabilidade funcional, sendo pois facultado às empresas reduzir os vencimentos de seus empregados;

Considerando, por outro lado, que a redução sofrida pelo reclamante já foi reparada, em outubro de 1934:

Resolve a Terceira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho julgar improcedente a reclamação, por falta de amparo legal.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1938. — *Americo Ludolf*, presidente. — *Oscar Saraiva*, relator.

Fui presente: *Salvador Tedesco Junior*, adjunto do procurador geral, no impedimento deste.

Proc. 8.370, de 1938 — Vistos e relatados os autos do presente processo em que a Junta de Conciliação e Julgamento do município de Ilhéus, Baía, encaminha a apreciação deste Conselho a reclamação oferecida por Alfredo José de Almeida contra a Companhia Industrial de Ilhéus, em virtude de demissão de serviço:

Considerando que, segundo consta dos autos, o reclamante em 22 de maio de 1936, foi intimado a comparecer à Delegacia Especial de Itabuna, para apuração de suas atividades no movimento subversivo de novembro de 1935, ali ficando detido até 6 de junho, quando foi posto em liberdade; apresentando-se à administração da Empresa, negou-se esta a readmitir o reclamante, sob alegação de que só o faria mediante prova de não ter estado o mesmo empregado envolvido no movimento subversivo;

Considerando que o reclamante não conseguindo fazer tal prova, ficou afastado do serviço, pelo que apresentou a queixa ora submetida ao julgamento deste Conselho; isto posto e

Considerando que das diversas diligências procedidas ficou apurado que o suplicante contava mais de 10 anos de serviço;

Considerando que nenhuma prova existe de ter sido o reclamante condenado por extremista, como atesta a certidão de fls. 34;

Considerando, outrossim, que o Sr. ministro do Trabalho não autorizou a demissão do suplicante, *ex-vo* da lei n. 136;

Resolve a Terceira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho julgar procedente a reclamação, para condenar a Companhia Industrial de Ilhéus a reintegrar o empregado Alfredo José de Almeida, com as vantagens legais.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1939. — *Americo Ludolf*, presidente. — *Humberto Smith Vasconcellos*, relator.

Fui presente: *Salvador Tedesco Junior*, adjunto do procurador geral, no impedimento deste.

Proc. 8.936, de 1938 — Vistos e relatados os autos da reclamação de Sebastião Noner contra a Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Estrada Teresa Cristina para o fim de obter melhoria no quantum de sua aposentadoria ordinária:

Considerando que sobre o assunto nada há a decidir, razão por que caberia o arquivamento do processo por falta de objeto;

Considerando, no entanto, que a este Conselho cabe apreciar todos os processos de concessão ou revisão, de aposentadoria e pensão, por força do parágrafo único do art. 114 do regulamento anexo ao decreto n. 24.784, de 14 de julho de 1934;

Considerando, assim, que a renúncia do processo pela Caixa deve ser aceita como recurso obrigatório e que do exame do mesmo se constata não estar exato o cálculo do quantum do benefício;

Considerando que é de notar que a justificação judicial do tempo de serviço, do reclamante foi produzida sem assistência da Caixa, a qual não foi intimada na forma da lei, art. 28 do decreto n. 20.465, de 1 de outubro de 1931;

Considerando que o período do tempo de serviço em apreço está também provado por documento idôneo, ficando pois suprida a falta que invalidaria a referida justificação;

Resolve a Terceira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho confirmar o benefício e mandar que a Caixa observe o cálculo do Serviço Técnico Atuarial.

Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1938. — *Americo Ludolf*, presidente. — *Humberto Smith de Vasconcellos*, relator.

Fui presente: *Salvador Tedesco Junior*, adjunto do procurador geral, no impedimento deste.

Proc. 16.078, de 1936 — Vistos e relatados os autos dos encargos de declaração opostos pela Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Rede Mineira de Viação à decisão desta Câmara que por acordão de 23 de novembro de 1937 concedeu e manteve a aposentadoria por invalidez em cujo gozo se achava Arlindo de Castro;

Considerando que tendo sido mantida a aposentadoria por invalidez do interessado, os efeitos da decisão devem retroagir até à data da concessão pela Junta Administrativa;

Considerando que os termos do acordão embargado dão lugar à dúvida que a embargante formulou;

Considerando que à vista dos termos claros do § 7º do art. 18 do regulamento aprovado pelo decreto n. 17.941, de 11 de outubro de 1927, o interessado tem direito a aposentadoria com os vencimentos integrais, sujeita ao desconto fixado, posteriormente, pelo decreto n. 20.465, de 1 de outubro de 1931;

Considerando que, se não for aplicada a lei n. 5.109, de 20 de dezembro de 1926, a aposentadoria reger-se-á pelo decreto n. 20.465,

de 1 de outubro de 1931, com as modificações que lhe trouxe o decreto n. 21.081, de 24 de fevereiro de 1932, fixando o máximo de tempo a ser considerado em 30 atos;

Resolve a Terceira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho mandar retificar o referido acórdão, suprimindo as palavras "concedida e" do final do mesmo, e determinar que os proventos da aposentadoria por invalidez sejam pagos a partir da data de sua concessão pela embargante, devendo ser observado o cálculo do Serviço Técnico Atuarial.

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1938 — *Américo Ludolf*, presidente. — *Oscar Saraiva*, relator.

Fui presente, *Tedesco Junior*, adjunto do procurador geral, no impedimento d'este.

TRIBUNAL DE CONTAS

SECRETARIA

Acórdãos lavrados nos processos de tomada de contas abaixo indicados:

N. 32.813, de Manuel Américo Pedreira: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas em que é responsável Manuel Américo Pedreira, 3.º oficial da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Estado do Paraná, servindo como tesoureiro em comissão da mesma diretoria, no período de 1 de janeiro a 11 de agosto de 1935;

Considerando que a espécie em debate se refere à parte de responsabilidade (fls. 7), em motivo de desfalque cuja existência se estabeleceu pela simples diminuição de rendas e como bem diz o diretor de Tomada de Contas, em seu parecer, "com os fundamentos da sentença absolviória a existência do desvio das rendas também foi posta em dúvida, porque a simples diminuição de rendas não constitui prova plena do delito" (fls. 45); ainda,

Considerando que no processo apenso, n. 32.814, onde é responsável o tesoureiro efetivo Ricardo Borges Ferreira e Silva, e em que a Fazenda Pública promoveu a indenização da outra parte (fls. 7 cit.) da quantia que se disse desviada, o Tribunal, sendo relator o auditor Bueno Brandão, já decidiu, em sessão de 26 de julho findo, sobre o mérito da questão, para excluir aquele tesoureiro efetivo de qualquer responsabilidade pelo mesmo fato que se discute nestes autos;

Considerando que há, porém para o responsável um débito de 456\$729 de selo de nomeação não pago (fls. 21);

Acordam, em Tribunal, de acordo com a Diretoria de Tomada de Contas e Ministério Público, e mais razões de decidir no processo apenso n. 32.814, isentar o responsável de responsabilidade pelo desvio de rendas que se apurou nestes autos e de realidade afinal não provada, e julgá-lo em débito para com a Fazenda Nacional pela quantia de 456\$729 (quatrocentos e cinquenta e seis mil setecentos e vinte e nove réis) de selo de nomeação não pago, condenando-o ao pagamento desta importância no prazo de trinta dias, na forma e sob as penas d'alei. Registre-se e publique-se.

Sala das Sessões, 11 de outubro de 1938. — *Tavares de Lira*. — *O. Tarquínio*. — *Ruben Rosa*. — *José Américo*. — *Bernardino de Souza*. — *Eduardo Lopes*. — *Ernesto Claudino*, relator.

Fui presente. — *L. Cunha Mello*.

N. 37.707, Manuel Teixeira Campos Júnior: Vistos, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas de Manuel Teixeira Campos Júnior, coletor das rendas federais de Pirai, no Estado do Rio de Janeiro, no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1936, com o qual serviu de escrivão Jacinto de Araújo Aiantes;

Considerando que, do processo regularmente organizado, se apurou a favor do referido coletor o saldo de 196\$200, demonstrado às fls. 10; Considerando que o escrivão mencionado tem a seu favor, e crédito de 130\$600 conforme consta de fls. 10;

Acordam, em Tribunal, julgar o aludido coletor em crédito, pela quantia de cento e noventa e seis mil e duzentos réis e mandar se lhe expeça a necessária provisão, procedendo-se quanto ao escrivão, na forma regulamentar.

Sala das Sessões, 4 de outubro de 1938. — *Tavares de Lira*. — *Ruben Rosa*. — *José Américo*. — *Bernardino de Souza*. — *Eduardo Lopes*. — *Mavignier*. — *Bueno Brandão*, relator.

Fui presente. — *Leopoldo Cunha Mello*.

Secretaria do Tribunal de Contas, 9 de fevereiro de 1939.

ATA N. 14 — SESSÃO ORDINÁRIA, EM 24 DE JANEIRO DE 1939

Presidência do Sr. ministro Tavares de Lira — Procurador, Dr. Leopoldo Cunha Melo — Secretário, bacharel Djalma Monteiro

Presentes os Srs. ministros Olávio Tarquínio de Souza, Ruben Rosa, José Américo, Bernardino de Souza, Eduardo Lopes e José de Castro Nunes, foi aberta a sessão.

Compareceram os Srs. auditores Bueno Brandão, Rogerio de Freitas e Ernesto Claudino.

Relatados pelo Sr. auditor Bueno Brandão:

Processos:

De comprovação de adiantamentos:

Recebidos no Tesouro Nacional:

De 6:000\$000 pelo almoxarife classe I, do Ministério da Educação e Saúde, José Viana Macedo, em 22 de junho de 1938;

De 750\$000 pelo contador seccional, Agualdo Régulo Valdstaro, em 21 de setembro idem;

De 1:400\$000 pelo chefe da portaria do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, classe D, Leopoldo Veiga Romero, em 18 de agosto idem;

De 46:000\$000 pelo engenheiro, classe I, do Ministério da Educação e Saúde, Paulo Fialho de Castro Silva, em 5 de agosto idem;

De 3:750\$000 pelo atendente, classe K, do Ministério da Educação e Saúde, João André Luiz Ganzarolli, em 22 de agosto idem;

De 47:000\$000 pelo oficial administrativo, do Ministério da Educação e Saúde, Alberto Gusmão Lobo, em 30 de abril de 1937;

De 5:000\$000 pelo cônsul Edson Ramos Nogueira, em 9 de setembro de 1938;

De 500\$000 pelo contínuo da Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, Oto França, em 29 de março de 1935;

De 5:000\$000 pelo almoxarife da Diretoria do Domínio da União, Odorico Correia de Faria, em 14 de novembro de 1938. — O Tribunal julgou comprovada a aplicação dada aos adiantamentos citados.

De 1.500:000\$000 pelo tenente-coronel Manuel Macia de Castro Neves, em 12 de novembro de 1936;

De 3:000\$000 pelo agrônomo fruticultor, classe K, Alberto Goulart Wucherer, em 15 de maio de 1938;

De 261:200\$000 pelo tesoureiro do Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal, José Matoso de Castro Silva, em outubro de 1938;

De 50:000\$000 pelo tesoureiro da Comissão Organizadora da Primeira Exposição Filatélica Internacional, capitão Mirabeau Pontes, em 28 de setembro de 1938;

De 2:500\$000 pelo oficial administrativo, classe K, do Departamento de Aeronáutica Civil, Celina Campbell de Barros, em 10 de março idem;

De 51:000\$000 pelo governador federal do Acre, Epaminonda Martins, em 21 de fevereiro idem;

De 100:000\$000 pelo diretor geral do Museu Histórico Nacional, Gustavo Barroso, em 4 de novembro de 1935. — O Tribunal converteu o julgamento dos citados processos, em diligência, para os fins indicados nos pareceres.

Recebidos nas Delegacias Fiscais:

De 1:950\$000 pelo escriturário do Serviço Técnico do Café, no Estado de Pernambuco, Alcindo Maia Amorim da Silva, em 29 de setembro de 1938;

De 1:380\$000 pelo escriturário, classe G, da Oitava Inspetoria Regional do Ministério do Trabalho, Gildo Furtado Soares Meireles, em 15 de setembro de 1938;

De 300\$000 pelo agrônomo classificador de algodão, classe I, no Estado de Pernambuco, Elder Coelho, em 21 de novembro idem;

De 2:500\$000 pelo ajudante de inspetor-chefe de coletorias, no Estado do Rio Grande do Sul, Atilio Silva Fonseca, em 15 de fevereiro de 1936. — O Tribunal converteu o julgamento dos citados processos, em diligência, para os fins indicados nos pareceres.

De 1:800\$000 pela escriturária, classe F, da Inspetoria do Imposto de Renda, no Estado de Pernambuco, Maria Judite Travassos, em 5 de setembro de 1938;

De 700\$000, pelo funcionário da Inspetoria de Imposto de Renda, no Estado do Paraná, Emilio Ferreira Gonçalves, em 25 de abril idem;

De 6:750\$000, pelo escrevente dactilógrafo do Horto Florestal de Ubajara, Estado do Ceará, Jurandir de Oliveira Nunes, em 8 de abril de 1935;

De 200\$000, pelo guarda-livros, classe F, da Contadoria Seccional no Estado de Sergipe, José da Costa Pinto, em 4 de outubro de 1938;

De 1:500\$000, pelo inspetor de Coletorias da Terceira Zona do Estado de São Paulo, Anibal Gomes, em 23 de março idem;

De 2:500\$000, pelo fiscal do Imposto de Consumo, no Estado de Santa Catarina, Ari de Alencastro Guimarães, em 18 de abril idem;

De 3:600\$000, pelo ajudante de tesoureiro da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, Vitor Fróis, em 18 de outubro idem;

De 900\$000, pelo chefe de Portaria da Delegacia Fiscal no Estado do Rio Grande do Sul, Luiz Menezes Godinho, em 12 de julho de 1938;

De 570\$000, pelo arquivista, classe E, da Delegacia Fiscal em Santa Catarina, Rodolfo Manuel Vieira, em 26 de outubro idem;

De 780\$000, pelo servente, classe D, da Delegacia Fiscal no Estado do Amazonas, Joaquim Holanda Cavalcanti, em 14 de julho idem;

De 185:000\$000, pelo médico sanitário, classe I, no Estado da Bahia, Adolfo Botelho de Seixas, em 30 de junho idem.

O Tribunal julgou comprovada a aplicação dada aos adiantamentos citados.

Recebidos no Ministério da Guerra:

De 2:000\$000, pelo capitão médico Pedro Ferreira de Aguiar, em de abril de 1925. — O Tribunal converteu o julgamento em diligência para o fim a que alude o parecer.

De 40:000\$000, pelo tenente coronel Francisco Ferreira Neves, em virtude do aviso n. 24, de 13 de janeiro de 1925;

De 10:000\$000, pelo major Otacílio Fernandes, em virtude do ofício n. 315, de 20 de abril de 1926, do general comandante das Forças em Operações no norte do País;

De 5:000\$000, pelo coronel Manuel Correia do Lago, em virtude do aviso n. 529, de 16 de outubro de 1930.

O Tribunal julgou comprovada a aplicação dada aos referidos adiantamentos.

De 20:000\$000, pelo coronel Pericles de Albuquerque, em virtude do ofício n. 9, de 5 de janeiro de 1925, do general comandante da então Circunscrição Militar no Estado de Mato Grosso. — O Tribunal julgou comprovada a aplicação dada ao citado adiantamento.

De Tomada de Contas:

N. 36.241, de João Ferraz Júnior, coletor interino da Segunda Coletoria Federal de Jacarepá, Estado de São Paulo, no período de 4 de setembro de 1931 a 28 de fevereiro de 1933;

N. 31.397, de Fidelis de Paula Xavier, coletor federal em Rio Negro, Estado do Paraná, no período de 18 de janeiro de 1919 a 31 de março de 1931, servindo como escrivão no mesmo período, Evaristo Martins.

O Tribunal mandou lavar acordãos considerando os citados responsáveis em crédito, respectivamente, pelas importâncias de 3:121\$386, 1:606\$429 e de 912\$877.

N. 26.719, de Euclides Dourado, coletor federal em Garanhuns, no Estado de Pernambuco, no período de 17 de março de 1930 a 30 de abril de 1931, servindo como escrivão no mesmo período, Arlindo Alves Barreto. — O Tribunal mandou lavar acordão considerando os responsáveis em crédito pelas importâncias de 188\$581 e 713\$491, respectivamente.

N. 38.765, de Jesualdo da Silva Brasileiro, coletor federal em Olinda, Estado de Pernambuco, no período de 7 de novembro de 1929 a 31 de dezembro de 1936, servindo como escrivão no mesmo período, Reginaldo Dias Toledo. — O Tribunal mandou lavar acordão considerando o coletor em crédito pela importância de réis 2:465\$614 e o escrivão em débito pela de 59\$042.

N. 35.885, de Frontino Coelho Pires, coletor federal em São José, Estado de Santa Catarina, no período de 1 de janeiro de 1921 a 13 de agosto de 1931, servindo como escrivão, Aureo Ferreira de Melo. — O Tribunal mandou lavar acordão considerando os responsáveis em crédito pelas importâncias de 42:950\$894 e 8:079\$902, respectivamente.

N. 14.441, de Delfina Onorata de Oliveira, agente postal em Burí, Estado de São Paulo, no período de 24 de fevereiro de 1911 a 3 de novembro de 1920. — O Tribunal resolveu mandar reiterar o ofício a que alude os pareceres.

N. 33.446, de Carlos da Silva de Oliveira, coletor federal em São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro, no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1935, servindo como escrivão, no mesmo período, Júlio de Sousa Vale Júnior. — O Tribunal resolveu dar provimento ao recurso interposto pelos responsáveis, afim de serem os débitos dos mesmos, reduzidos às importâncias de 357\$700 e 253\$000, respectivamente.

N. 14.661, de Ana Pires da Silva, agente do Correio de Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro, nos períodos de 20 de fevereiro de 1893 a 11 de julho de 1900 e de 17 de setembro de 1902 a 31 de dezembro de 1922. — O Tribunal resolveu dar provimento ao recurso interposto pelo Sr. procurador, para o fim de ser retificado o período da gestão do responsável.

N. 31.380, de Artur Oliveira Machado, tesoureiro da Agência do Correio de Belo Horizonte, no período de 11 de novembro de 1901 a 14 de novembro de 1906. — O Tribunal resolveu dar provimento ao recurso interposto pelo Sr. procurador para o fim de reformar o acordão de 15 de fevereiro de 1938, corrigindo a importância do débito, em face do recolhimento feito pelo responsável, como faz certo a certidão apresentada.

Ofícios:

N. 453, de 20 de agosto do ano findo, da Delegação deste Tribunal, junto ao Departamento dos Correios e Telégrafos, sobre a comprovação da aplicação dada ao adiantamento de 67:453\$000, recebido pelo inspetor de linhas telegráficas da classe J, Henrique Fedim Costa, em 17 de junho de 1937. — O Tribunal resolveu que se proceda nos termos do parecer do Sr. procurador.

N. 17, de 7 de janeiro de 1927, do 2º procurador da República, remetendo os autos de cobrança executiva do alcance de 20:000\$000, apurado no processo de tomada de contas n. 13.086, de Erwin Rapsold, responsável pelo adiantamento de igual quantia, recebido no Tesouro Nacional, em virtude do aviso do Ministério da Viação, número 1.564, de 31 de julho de 1911, e pedindo esclarecimentos em face da reclamação do responsável. — O Tribunal resolveu reiterar a diligência por intermédio do Ministério da Fazenda

Relatados pelo Sr. auditor Rogério de Freitas:

Processos:

De comprovação de adiantamentos:

Recebidos no Tesouro Nacional:

De 2.887:500\$000, pelo escriturário do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Paulo Goulart, em 7 de agosto de 1938;

De 35:000\$000, pelo engenheiro da Diretoria do Domínio da União, Aristides F. Figueiredo, em 30 de setembro idem;

De 7:250\$000, pelo conservador classe II, do Ministério da Educação e Saúde, Tomas Glicério Alves da Silva, em 2 de agosto idem;

De 8:400\$000, pelo escriturário classe D, do mesmo ministério, Nair Batista, em 26 de agosto idem;

De 225:000\$000, pelo contabilista, com exercício no Instituto Osvaldo Cruz, Tiers Godoi, em 8 de setembro idem;

De 23:000\$000, pelo escriturário classe D, do Ministério da Educação e Saúde, Graci Santiago, em 20 de junho idem;

De 7:000\$000, pelo contínuo do Tesouro Nacional, Sertório Casiano de Oliveira, em 5 de agosto idem;

De 1.500:000\$, pelo escriturário do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Osvaldo Barbosa Correia, em 28 de setembro idem;

De 4:250\$000 pelo almoxarife classe J, do Ministério da Educação e Saúde, Teófilo Otoni Maurício de Abreu, em 21 de setembro idem;

De 1:500\$000 pelo chefe do Serviço de Comunicações do mesmo ministério, Ubirajara Agostinho Pereira, em 2 de agosto idem;

De 7:250\$000 pelo diretor do Instituto Nacional de Cinema Educativo, Edgar Roquete Pinto, em 29 de setembro idem;

De 6:000\$000 pelo porteiro zelador classe F, do Ministério da Educação e Saúde, João Cândido Soares de Assunção, em 19 de abril idem;

De 35:000\$000 pelo escriturário classe G, do mesmo ministério, Otília Rosa Vieira, em 31 de agosto idem;

De 2:000\$000 pelo almoxarife do Serviço Gráfico do mesmo ministério, José de Moraes Silva, em 20 de maio idem;

De 1:500\$000 pela enfermeira classe H, do mesmo ministério, Carri Ilazen Reno, em 25 de julho idem;

De 1:500\$000 pelo médico veterinário do Serviço de Saúde Pública do Distrito Federal, Otávio de Carvalho e Silva, em 19 de abril idem;

De 9:600\$000 pelo oficial administrativo classe K, do mesmo ministério, Múcio Jansen Vaz, em 24 de agosto idem;

De 20:000\$000 pela bibliotecária classe L, do mesmo ministério, Júlia Cabral Barreira Cravo, em 24 de agosto idem.

O Tribunal julgou comprovada a aplicação dada aos adiantamentos citados.

De 20:000\$, pelo escriturário da classe E, do mesmo Ministério, José Delfino, em 8 de agosto de 1938. O Tribunal converteu o julgamento, em diligência, para ser junto ao processo, cópia do ato que autorizou a entrega do adiantamento.

De 9:000\$, pelo oficial administrativo classe I, do Instituto Osvaldo Cruz, Mário Pereira de Araujo, em 30 de junho de 1938. O Tribunal resolveu baixar o processo à Diretoria, para que esta informe de *meritis*.

De 20:000\$, pelo escriturário da classe G, do Ministério da Educação e Saúde, João Teodoro Gomes, em 23 de maio de 1938. O Tribunal resolveu baixar o processo em diligência para que o Corpo Instrutivo informe de *meritis*.

Recebidos no Ministério da Marinha:

De 474:022\$400, pelo capitão de fragata, intendente naval, Carlos Sanderson de Queiroz, em 4 de janeiro de 1935. O Tribunal julgou boa e legal a aplicação dada ao adiantamento.

De 68:586\$700, pelo 1º tenente intendente naval, Mário Candido Coutinho Navares, em 9 de setembro de 1935. O Tribunal mandou reiterar sua diligência anterior.

De 1:502\$500, pelo secretário da Delegacia da Capitania dos Portos em São João da Barra, em 4 de outubro de 1935. O Tribunal mandou dar vista do processo ao Sr. procurador.

Recebidos nas Delegacias Fiscais:

De 100:000\$, pelo major intendente de guerra, em serviço no Estado do Pará, Raimundo Mendes Burlamaqui, em virtude de ordem telegráfica n. 464, de 9 de novembro de 1926;

De 900:996\$ pelo tenente coronel do Exército em serviço no Estado de São Paulo, Luiz Mariano Pereira de Andrade, em virtude de aviso n. 1.299, de 12 de novembro de 1926;

De 9:000\$, pelo professor da Escola de Aprendizes Artífices, de São Paulo, Luiz Daffre, em 6 de setembro de 1938;

De 5:213\$, pelo escriturário classe G, da mesma Escola, no Estado de Alagoas, Manuel Pinheiro Goulart, em 11 de maio, idem;

De 4:476\$, pelo almoxarife da mesma Escola, no Estado do Ceará, Mário Carlos da Silva, em 22 de abril, idem;

De 223\$, pelo chefe da portaria, interino, da Delegacia Fiscal no Estado do Pará, Irvál Lima Macedo, em 20 de agosto, idem;

De 100:000\$ pelo chefe dos Serviços Auxiliares do Departamento Administrativo do Serviço Público, Paulo Vidal, em 5 de outubro, idem;

De 300\$, pelo 1º químico do Laboratório de Análises da Alfândega de Belém, Aristides Calmon de Andrade, em 29 de abril, idem;

De 240\$, pelo escriturário do Posto Fiscal de Alegrete, Marcos Lares, em 28 de outubro de 1937;

De 100:000\$, pelo médico classe L, do Ministério da Educação e Saúde, Lafaete Cavalcanti de Freitas, em 19 de maio de 1938, na Tesouraria Geral do Tesouro Nacional.

O Tribunal julgou boa e legal a aplicação dada aos adiantamentos citados.

De 300\$, pelo conservador datilógrafo do Laboratório de Análises da Alfândega de Belém, Maria Calmon de Andrade, em 6 de maio de 1935. O Tribunal resolveu reiterar sua anterior diligência, de acordo com o parecer.

De 1:600\$, pelo agente fiscal do imposto de consumo, no Estado de Pernambuco, Raimundo Machado Guimarães, em 27 de outubro de 1938. O Tribunal converteu o julgamento em diligência para que as despesas com o transporte do responsável, sejam certificadas na forma do art. 22, § 12, das Instruções de 7 de outubro de 1938.

De 650\$, pelo inspetor de Coletorias Federais, no Estado do Ceará, Jorge Cavalcanti Cerqueira, em 3 de março de 1936. O Tribunal resolveu reiterar sua diligência anteriormente ordenada.

De 1:850\$, pelo chefe da portaria da Delegacia Fiscal em Mato Grosso, Mancio Pedrosa de Jesus, em 20 de maio de 1938. O Tribunal converteu o julgamento em diligência para que a Secretaria informe por que do processo não consta a instrução e a decisão de 11 de outubro do ano passado.

De 450\$, pelo agente fiscal do Imposto de Consumo, no Estado do Piauí, Tadeu Vilar de Lemos, em 30 de junho de 1938. O Tribunal converteu o julgamento em diligência, para que seja certificado o transporte de acordo com o § 12, do art. 22, das Instruções de 7 de outubro do ano findo.

De 400\$, pelo agente fiscal do Imposto de Consumo, no Estado do Pará, Osvaldo Nunes Direito, em 9 de abril do ano findo. — O Tribunal resolveu converter o julgamento em diligência, para que seja anexada ao processo, cópia do ato que concedeu o adiamento.

De 150:000\$, pelo contabilista da 4ª Região da Saúde Pública, Claudemiro Alves Dias Gomes, em 27 de agosto de 1937. — O Tribunal converteu o julgamento em diligência, de acordo com os pareceres.

De 25:000\$, pelo 4º oficial, da Diretoria do Saneamento da Baixada Fluminense em 19 de novembro de 1936, no Tesouro Nacional. — O Tribunal mandou dar vista do processo ao Sr. procurador geral.

De Tomada de Contas: Jardim, do Serviço do Ministério da Marinha, no período de 10 de dezembro de 1908 a 31 de outubro de 1912;

N. 11.127, de Oscar Francisco Côrtes, contra-mestre do hiate "Silva Jardim", da Armada Nacional, no período de 17 de novembro de 1911 a 12 de janeiro de 1915;

N. 11.120, de José Gomes da Silva, contra mestre do hiate "Silva Jardim", no período de 26 de novembro de 1902 a 30 de abril de 1903;

N. 11.126, de João de Sousa Ramos, ex-agente do Correio de Piranhas, Estado de Alagoas, no período de 9 de dezembro de 1912 a 5 de novembro de 1913;

N. 13.905, de Juvenal de Oliveira Chagas, ex-coletor das rendas Federais, em Aracajuana, Estado de São Paulo, no período de 1 de junho de 1915 a 14 de fevereiro de 1924;

N. 12.327, de Edgar Soares Judice, 2º tenente comissário, quando serviu na Flotilha do Amazonas, no período de 22 de maio de 1919 a 5 de julho de 1920.

O Tribunal resolveu que se proceda de acordo com os pareceres.

Ns. 36.905 e 36.906, do coleor federal em São Pedro, no Estado do Rio Grande do Sul, no período de 3 de dezembro de 1928 a 31 de março de 1931. — O Tribunal resolveu baixar o processo em diligência para que o Corpo Instrutivo informe de *meritis*.

N. 10.571, de Antônio To lentino Destefano, coleor federal em São João do Tremo, Estado do Paraná, no período de 3 de outubro de 1915 a 31 de dezembro de 1917, servindo como escrivão, no mesmo período, Loelides de Gracia Viana. — O Tribunal resolveu reiterar o ofício a que alude os pareceres.

N. 11.570, de Francisco de Paula Duarte, escrivão, servindo de coleor, em São José D'Alem Paraíba, Estado de Minas Gerais, no período de 21 de abril a 19 de outubro de 1905. — O Tribunal resolveu reiterar o ofício a que alude os pareceres, por intermédio do Ministério da Fazenda.

N. 11.571, de Augusto Pereira da Costa Júnior, agente postal de Vargem das Palmas, Estado de Minas Gerais, no período de 1 de fevereiro de 1917 a 15 do mesmo mês, de 1922. — O Tribunal resolveu baixar o processo em diligência para que o Corpo Instrutivo sobre o que ocorreu em relação ao processo 14371, bem como sobre a decisão proferida pelo mesmo Tribunal e sobre qualquer recurso porventura interposto.

N. 13.508, de Alexandrina de Freitas, agente postal de Monte Alegre, Estado de Minas Gerais, no período de 21 de junho de 1918 a 31 de janeiro de 1920. — O Tribunal converteu o julgamento em diligência afim de ser requisitado o conhecimento a que alude os pareceres.

N. 14.032, de Mamede Evangelista de Andrade, agente do Correio em Bom Jesus de Gurgueia, no Estado do Piauí, no período de 1 de maio de 1902 a 14 de agosto de 1908. — O Tribunal resolveu reiterar a diligência, já agora, por intermédio do ministro da Fazenda.

N. 32.091, de Raimundo da Costa Pinto, auxiliar da Inspetoria Regional do Ministério do Trabalho, no Estado do Maranhão, responsável pelo adiamento de 2:000\$, recebido em 12 de novembro de 1935. — O Tribunal reconsiderou sua anterior decisão, para o fim de julgar boa e legal a aplicação dada ao adiamento.

N. 13.119, de José Américo dos Santos, responsável pelo adiamento que recebeu em virtude do aviso n. 1.01, de 2 de dezembro de 1908, do Ministério da Viação e Obras Públicas. — O Tribunal mandou dar vista novamente, do processo, ao Sr. procurador, para dizer tendo em consideração o tempo decorrido e a proposta de arquivamento feita pelo relator.

— Relatados pelo Sr. auditor Ernesto Claudino:

Processos:

Recebidos no Tesouro Nacional:

De 250\$, pelo servente da classe "C", do Ministério da Educação e Saúde, Luiz Cantelmo, em 1 9de setembro de 1938;

De 7:500\$, pelo contabilista do Hospital Psiquiátrico, Alcides Brown, em 29 de junho, idem;

De 2:500\$, pela dactilógrafa classe D, do Ministério da Educação e Saúde, Regina Carneiro Rodrigues, em 29 de agosto, idem;

De 7:000\$, pelo chefe de portaria do mesmo ministério, José Calheiro da Silva, em 27 de junho, idem;

De 5:000\$, pelo guarda classe E, do Hospital Estácio de Sá, Francisco Valadares Porto, em 8 de novembro, idem;

De 25:000\$, pelo oficial administrativo da classe K, do Ministério da Educação e Saúde, Alberto Cândido de Freitas, em 26 de julho, idem;

De 8:100\$, pelo zelador classe G, do mesmo ministério, Antônio Joaquim da Costa, em 7 de julho, idem;

De 5:000\$, pelo oficial administrativo classe J, do mesmo ministério, Múcio Jansen Vaz, em 18 de outubro, idem;

De 227:626\$, pelo intendente dos Palácios Presidenciais, Lourival Teles de Menezes, em 6 de setembro, idem;

De 3:000\$, pelo almoxarife classe I, do Ministério da Educação e Saúde, Alfredo Hermogenes de Moraes, em 14 de setembro, idem;

De 750\$, pelo medico veterinário do Ministério da Educação e Saúde, Paulo Alfredo Gissen, em 19 de julho, idem;

De 6:000\$, pelo correio do mesmo ministério, Felipe Benício da Costa, em 22 de novembro de 1935;

De 2:000\$, pelo chefe de portaria da Diretoria Geral de Estatística, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Pedro Ramos Farias, em 20 de julho, idem;

De 1:500\$, pelo contínuo letra G, do Tribunal de Apelação do Distrito Federal, Frederico Alves, em 18 de maio, idem;

De 3:500\$, pelo encarregado da portaria do Conselho Nacional do Trabalho, Antônio Pereira Lima, em 24 de agosto, idem;

De 5:600\$, pelo engenheiro do Departamento Nacional de Portos e Navegação, Luiz Paulo do Amaral Pinto, em 29 de agosto, idem;

De 6:000\$, pelo enfermeiro do Hospital Colônia de Curupaiti, Roberto Pires de Lima, em 3 de agosto, idem;

De 31:249\$500, pelo chefe de portaria do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, José Nunes Ramalho, em 20 de julho, idem;

De 2:200\$, pelo escriturário da classe D, do Ministério da Educação e Saúde, Osman de Carvalho Castro, em 8 de novembro, idem;

De 2:000\$, pelo estatístico do Ministério da Educação e Saúde, Oscar Oliveira Pereira de Melo, em 12 de setembro, idem;

De 18:000\$, pelo lequigrato da classe I, do Ministério da Educação e Saúde, Altier Fernandes Machado, em 5 de agosto, idem;

De 5:000\$, pelo chefe de portaria, interino, da Recebedoria do Distrito Federal, Benedito José Alves, em 26 de julho, idem;

De 375\$, pelo oficial do Tesouro Nacional, Frederico Diniz Martins, em 15 de julho, idem.

O Tribunal julgou comprovada a aplicação dada aos citados adiamentos.

De 1:250\$, pelo oficial administrativo classe I, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Luiz José Pereira das Neves, em 21 de outubro de 1938;

De 25:000\$, pelo médico sanitarista classe K, do Ministério da Educação e Saúde, Mário Magalhães, em 23 de junho, idem;

O Tribunal converteu o julgamento em diligência para os fins a que aludem os pareceres.

De 30:000\$, pelo contabilista classe I, do Ministério da Educação e Saúde, Tiers Godoy, em 20 de junho de 1938. — O Tribunal resolveu reiterar a diligência ordenada em sessão de 16 de novembro do ano passado.

Recebidos nas Delegacias Fiscais:

De 8:100\$, pelo almoxarife da Escola de Aprendizes Artífices do Amazonas, Raimundo Cabral, em 13 de abril de 1938;

De 200\$ pelo escriturário da Inspetoria de Saúde, dos Portos do Amazonas, Raimundo Neri Pucu, em 18 de agosto, idem;

De 5:110\$, pelo chefe da portaria da Faculdade de Direito do Ceará, João Pedro da Silva, em 20 de abril, idem;

De 94:190\$, pelo escriturário da Rede Viação Cearense, José Araújo Tavares, em 29 de agosto, idem;

De 4:000\$, pelo inspetor fiscal do consumo, no Est. do Amazonas, Francisco Rocha Lima, em 25 de agosto, idem;

De 8:200\$000, pelo funcionário da Delegacia Fiscal de Saúde, no Rio Grande do Sul, Euclides Pinto Araújo, em 26 de outubro, idem;

De 1:000\$000, pelo Inspetor de Coletorias da 4ª Zona do Estado de São Paulo, Lucílio da Costa Lima, em 28 de outubro, idem;

De 1:000\$000, pelo Inspetor de Coletorias Federais em São Paulo, Bilton Fonteneli, em 4 de julho, idem;

De 182:499\$900, pelo médico sanitarista classe "I", da Delegacia de Saúde em Pernambuco, José Rodrigues Mauricio, em 27 de março, idem;

De 132:000\$000, pelo Delegado Federal de Saúde, no Estado da Bahia, Adalberto da Silva Visco, em 19 de agosto de 1937;

De 1:000\$000, pelo Inspetor Fiscal do Imposto de Consumo no Estado de Alagoas, Virgílio Jorge Sales, em 27 de julho de 1938;

De 2:400\$000, pelo Agente Fiscal do Imposto de Consumo, no Estado de Pernambuco, João Santa Cruz, em 28 de outubro, idem;

De 300\$000, pelo chefe da Portaria da Alfândega da Alagôas, Antônio Marinho Falcão, em 5 de agosto, idem;

De 150\$000, pelo prático rural do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal, no Estado do Rio Grande do Sul, Sabino Silva, em 22 de agosto, idem;

De 120\$000, pelo escriptorário do Posto Fiscal de Cachoeira, Estado do Rio Grande do Sul, Francisco Petrucci, em 16 de junho de 1937;

De 2:100\$000, pelo chefe da Portaria da Delegacia Fiscal no Estado do Rio de Janeiro, Carlos Ferreira Serpa, em 2 de agosto de 1938;

De 600\$000, pelo oficial administrativo da Delegacia Fiscal no Estado do Rio de Janeiro, Emanuel Pereira de Melo, em 3 de novembro, idem;

O Tribunal julgou legal a aplicação dada aos adiantamentos citados.

De 17:700\$000, pelo prático rural da Inspeção Regional do Serviço de Fomento da Produção Animal, em Tigipi, Estado de Pernambuco, Antimio Acioli Belo, em 19 de outubro de 1938;

De 250\$000, pelo escriptorário do Posto Fiscal de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul, Heitor Alves de Oliveira, em 31 de maio, idem;

De 10:000\$000, pelo agrônomo do Departamento Nacional da Produção Vegetal, servindo na estação experimental de Viticultura e Enologia, em Pelotas, Edgard Fernandes Teixeira, em 29 de julho, idem;

De 12:500\$000, pela enfermeira classe "1", da Delegacia Federal, de Saúde, no Estado do Rio Grande do Sul, Isaura Barbosa Lima, em 28 de novembro, idem;

De 500\$000, pelo porteiro do Tribunal de Apelação do Território do Acre, Raimundo Nonato da Cunha, em 25 de setembro, idem.

O Tribunal converteu o julgamento dos citados processos, em diligência para os fins indicados nos pareceres.

Recebidos no Ministério da Guerra:

De 15:000\$000, pelo 1º tenente Tibúrcio de Freitas Almeida, em virtude do ofício n. 570, de 9 de março de 1925, do comandante das Forças em Operações nos Estados do Paraná e Santa Catarina;

De 1:500\$000, pelo major Raul Correia Bandeira de Melo, em virtude do ofício n. 115, de 27 de fevereiro de 1926, do comandante das Forças em Operações no Estado de Mato Grosso.

O Tribunal julgou comprovada a aplicação dada aos adiantamentos citados.

De Tomada de Contas:

N. 10.214, de João de Lima Pires, agente do Correio de Fortaleza de Salinas, Estado de Minas Gerais, no período de 1 de setembro de 1907 a 9 de agosto de 1915. O Tribunal resolveu reiterar sua anterior diligência, por intermédio do Ministro da Fazenda.

N. 11.424, de Porciana Gomes de Sá, agente do Correio de Alagôas do Monteiro, Estado da Paraíba, no período de 1 de dezembro de 1902 a 24 de abril de 1940;

N. 4.187, de Hedefonso Eufrosínio de Almeida, ex-coletor de Afuá, Estado do Pará, no período de 16 de março de 1904 a 4 de julho de 1905;

N. 7.643, de Antônio Pedro, agente do Correio de Campos Sales, Estado de São Paulo, no período de 1 de novembro de 1899, a 15 de junho de 1912.

O Tribunal determinou que se reiterasse as diligências anteriores, de acordo com os pareceres.

N. 37.212, de João da Cruz Pereira, agente do correio de Ilumirim, Estado de Minas Gerais, no período de 7 de março de 1919, a 31 de dezembro de 1935. O Tribunal resolveu dar provimento ao recurso interposto pelo Sr. Procurador, apenas para ser feita a reitificação do acórdão quanto ao nome do responsável.

N. 10.481, de Gabriel de Alencar Azambuja, engenheiro encarregado dos estudos da Estrada de Rodagem de Malhada a Caetité, responsável pela comprovação dos adiantamentos de 15:000\$000 e 5:000\$000, recebidos pelos avisos do Ministério da Viação e Obras Públicas, ns. 2.732 e 3.637, de 24 de julho e 17 de outubro de 1916;

N. 9.704, de José Ferreira de Oliveira, coletor federal de São Vicente, Estado do Rio Grande do Sul, no período de 25 de junho a 31 de dezembro de 1914.

O Tribunal determinou que se faça a intimação dos responsáveis por edital.

N. 7.331, de Manuel Romão de Jesus, coletor federal de Piranga, Estado de Minas Gerais, no período de 10 de dezembro de 1892 a 30 de junho de 1907. — O Tribunal converteu o julgamento em diligência para o fim a que alude o parecer do senhor procurador.

N. 910-38, de Elesbão Marcolino, ex-agente com funções de tesoureiro, da Agência do Correio de Urussanga, Estado de Santa Catarina, no período de 8 de agosto de 1936 a 27 de outubro de 1937;

N. 2.417-38, de Franklin Barbosa, agente do Correio de Crisólia, Estado de Minas Gerais, no período de 15 de maio de 1931 a 31 de dezembro de 1936;

N. 2.525-38, de Leonina Bressani, agente do Correio de Paragassu, Estado de São Paulo, no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1937;

N. 26.926, de Antônio Pinho Saramago Sobrinho, escrivão da Segunda Coletoria Federal de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro, no período de 3 de julho de 1930 a 30 de abril de 1931.

O Tribunal mandou lavrar acórdãos considerando os responsáveis citados em créditos, respectivamente, pelas importâncias de 11\$200, 25\$200, 90\$000 e de 5\$900.

N. 37.612, de Carlos da Silva Oliveira, coletor federal em São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro, no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1936, servindo como escrivão, no mesmo período. Júlio de Sousa Vale. — O Tribunal mandou lavrar acórdão considerando o coletor em crédito pela importância de \$900 e quite a escrivão.

N. 591-38, de José de Amorim Pais Barreto, agente do Correio de "Propriedade de Una", no Estado de Pernambuco, no período de 20 de novembro de 1914 a 14 de abril de 1924. — O Tribunal mandou lavrar acórdão considerando o responsável quite em relação ao período de 1 de janeiro de 1916 a 14 de abril de 1924, e declarando prescritas as contas do período de 20 de novembro de 1914 a 31 de dezembro de 1915.

N. 40-38, de Joana Moura, agente interina do Correio de Fardilândia, Estado do Pará, no período de 1 de abril a 31 de dezembro de 1937;

N. 41-38, de Amélia Gusmão, agente do Correio em Posto do Sal, idem, idem, no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1937;

N. 45-38, de Mevandolina Idalina Monteiro Bafa, agente do Correio de Reduto, idem, idem, no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1937;

N. 336-38, de Malaquias Floriano de Alcântara, agente do Correio de São Caetano de Odívelas, idem, idem, no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1937;

N. 2.448-38, de Augusta Florishela Fonseca, agente do Correio de Quirino, no Estado do Rio de Janeiro, no período de 1 de janeiro de 1923 a 31 de dezembro de 1937;

N. 2.454-38, de Nelson Alves Vidigal, agente interino, do Correio de Passa Cinco, Estado de Minas Gerais, no período de 22 de maio de 1933 a 30 de setembro de 1934;

N. 2.457-38, de Inácia Amélia Batista, agente do Correio de Alagôas do Monteiro, no Estado da Paraíba do Norte, no período de 1 de janeiro de 1924 a 31 de dezembro de 1934;

N. 2.518-38, de Mafalda Batista Rangel, agente do Correio com funções de tesoureira, da Sucursal Postal-Telegráfica de Engenho de Dentro, no Distrito Federal, no período de 1 a 20 de janeiro de 1939;

N. 2.519-38, de Severina Barbosa Moraes, idem, idem da Sucursal da Penha, no Distrito Federal, no período de 1 de janeiro a 22 de fevereiro de 1938;

N. 2.521-38, de Moisés Francisco da Mota, tesoureiro da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos, no Estado do Rio de Janeiro, no período de 1 de janeiro de 1932 a 14 de dezembro de 1937;

N. 2.557-38, de Elisa Salet, agente do Correio de terceira classe de Guarani, Estado do Rio Grande do Sul, no período de 1 de janeiro de 1922 a 20 de fevereiro de 1931;

N. 2.558-38, de Crescêncio Ferraz, agente do Correio de terceira classe de Júlio de Castilhos, idem, idem, no período de 1 de agosto de 1923 de 1925;

N. 38.040, de Maria José da Costa, agente do Correio de Acipibú, Estado de Pernambuco, no período de 1º de janeiro de 1931 a 31 de dezembro de 1934.

O Tribunal mandou lavrar acórdãos considerando quites os responsáveis citados.

Ofícios:

N. 5.464, de 10 de dezembro último, da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Campanha, Estado de Minas Gerais, encaminhando o processo ali fichado sob o n. 5.900-38, relativo a restituição da importância de 394\$000, pleiteada pelo ex-agente postal de Jacutinga, hoje ajudante da Agência Postal Telegráfica de São Lourenço, no mesmo Estado, Francisco Guinés. O Tribunal resolveu que se faça a devolução proposta nos pareceres.

N. 812, de 22 de setembro de 1934, da Delegacia Fiscal em Minas Gerais, sobre a baixa da fiança prestada por Francisco de Paula Fernandes Monteiro, ex-escrivão da coletoria federal de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais. O Tribunal resolveu reiterar a diligência de acordo com os pareceres.

Foi, finalmente, aprovada a redação dos acordãos lavrados nos processos julgados nas sessões indicadas e apresentados pelos seguintes relatores:

Sr. auditor Oliveira Lima:

Ns. 37.734, de João Americano Ferreira, agente postal telegráfico de Raul Soares, Estado de Minas Gerais; 32-38 de Guilherme Alves de Carvalho, veterinário sanitaria classe K, do Serviço de Defesa Sanitária Animal, da Inspeção Regional em Recife, pelo adiantamento de 500\$000; 558-38, de Luís Eliezer Bezerra, ex-agente postal em Brejão, Estado de Pernambuco; 711-38 de Francisca Maria de Oliveira e Silva, agente postal em Coronel Macedo, Estado de S. Paulo; 712-38 de Maria Teodora Pena e Silva, agente postal em Caramuru, idem; 713-38 de Eugênia Gianasi, agente postal em Conceição do Monte Alegre, idem; 716-38 de Augusto Teixeira Botelho, agente postal em Macaia, Estado de Minas Gerais; 727-38 de Maria José Madeira, agente postal em Marilândia, idem; 850-38 de Joana Pereira Lage, agente postal-telegráfica em Itaunas, Estado do Espírito Santo; 940-38 de Maria do Carmo de Andrade Galvão, auxiliar de 2ª. classe, servindo de tesoureira, interina, da agência postal-telegráfica de Campanha Grande, Estado da Paraíba; 941-38 de Francisca de Luna Freire, agente postal de Araça, idem; 953-38 de Boaventura Ramos Falcão, tesoureiro da agência postal-telegráfica de Brejo, Estado de Pernambuco; 954-38 de Nicolau José de Lima, telegrafista adjunto de 3ª.

classe, servindo de agente postal-telegráfico de Brejo, idem; 996-38 de João Martins Vieira, capitão do Corpo de Bombeiros, pagador da mesma corporação; 1.055-38 do 1º tenente João Duarte, encarregado da incumbência de escanfandria e torpedos no cruzador Rio Grande do Sul; 1.088-38 de Angelina Carstens, agente postal de Retorcida, Estado de Santa Catarina; 1.104-38 de Benedita Pereira Leite, agente do correio de Bariri, Estado de São Paulo; 1.105-38 de Benedita Bueno Asseli, agente postal-telegráfico de São Sebastião, idem; 1.126-38 de Carmelina da Luz Barreto, agente postal em Pari, idem; 1.137-38 de Ana Tecla Pereira de Oliveira, agente postal de Madalena, Estado de Pernambuco; 1.139-38 de Estr. Mendes de Macedo, agente postal de Pontezinha, idem; 1.140 de Maria das Dores Lima, agente postal de Moxolô, idem; 1.306 do capitão tenente, engenheiro maquinista Olímpio Augusto Monteiro, em serviço no C. T. "Piauí" (incumbência de eletricidade); 1.307-38 de José Garnier Simões, primeiro-tenente, em serviço no C. T. "Alagoas" (incumbência de Armamento); 1.308-38 de Cristiano Gomes da Silva, segundo-tenente, maquinista, em serviço no C. T. "Alagoas" idem; 1.309-38 de Anibal da Silva Lima Jorge, 1º tenente-médico, em serviço no Aviso-Fiscal de pesca "Aspirante Nascimento", como encarregado do material médico-cirúrgico; 1.310-38 de Talma Freire de Carvalho, capitão-tenente, em serviço no encouraçado "Minas Gerais" (incumbência de Torpedos e Escanfandria); 1.324-38 de Antônio Dourado Neto, faroleiro de 1ª classe, em serviço de balizamento do porto de Natal, Estado do Rio Grande do Norte; 1.325-38 de Cristovão Luís de Barros Falcão, 1º tenente, em serviço de incumbência de navegação e radiotelegrafia no C. T. "Alagoas"; 1.326-38 de João Batista de Mendeiros Guimarães Roxo, 1º tenente, em serviço de incumbência de artilharia no C. T. Mato Grosso; considerando-os quites e mandando expedir-lhes as necessárias provisões.

Sessão de 16 de novembro de 1938:

Ns. 38.397 de Miguel Teles, almoxarifado, interino da Estrada de Ferro Petrolina-Terezina; 38.450 de Francisco Câmara Caldas, administrador da mesa de rendas federais em Alto Juruá, Cruzeiro do Sul, Território do Acre e respectivo escrivão, Arnóbio de Barros Monteiro; 741-38 de Maria Antônia de Sá Chaves, agente postal de Jaguaribe, Estado da Paraíba; 1.018-38 de Mário Afonso Monteiro, capitão tenente, como encarregado de comunicações nos cruzados "Rio Grande do Sul"; 1.147/38, de Ricardo Normandia Paiva, agente postal de Caconde, Estado de S. Paulo, com funções de tesoureiro; 1.212/38, de Paulo de Araújo Bastos, tenente-coronel, pelo adiutamentamento de 50:000\$000, recebido, em virtude do ofício do Comando das Forças em Operações nos Estados do Paraná e Santa Catarina, em 1924; 1.232/38, de Mário Pereira da Silva Torres, com a incumbência de escanfandria e torpedos no cruzador "Rio Grande do Sul"; 1.236, de 1938, de Artur Murtinho, capitão-tenente, com a incumbência de navegação no encouraçado "Deodoro"; 1.304/38, de Tales Cesar Martins, 1º tenente-médico, pelo adiutamentamento de 2:000\$000, recebido, em 10 de setembro de 1924; 1.335/38, de Leônidas Teles Ribeiro, 2º tenente, fuzileiro naval, comandante da Companhia de Bombeiros, no Corpo de Fuzileiros Navais; 1.352/38, de Paulo Justino Strauss, 1º tenente, em serviço no contra-torpedeiro "Alagoas"; 1.353/38, de Raul Valença Câmara, capitão-tenente, idem no encouraçado "São Paulo"; 1.354/38, de Luiz Penido Burnier, idem no contra-torpedeiro "Alagoas"; 1.355/38, de Armando Saint Brisen Pereira, 2º tenente, idem no contra-torpedeiro "Alagoas"; 1.356/38, de Hélio Ramos de Azevedo Leite, 1º tenente, idem no tender "Belmonte"; 1.371/38, de Murilo Vasco do Vale Silva, capitão-tenente, idem no contra-torpedeiro "Santa Catarina"; 1.379/38, de Francisco Lucas Gomes Paulino, primeiro-tenente engenheiro maquinista, idem no cruzador "Rio Grande do Sul"; 1.383/38, de Joaquim Magalhães Barreto, 1º tenente Q. M., idem, idem; 1.420/38, de Mário Pereira da Silva Torres, capitão-tenente, idem, idem; n. 1.434/38, de José Coutinho Pereira, idem no contra torpedeiro "Paraná"; 1.455/38, de Fernando Almeida da Silva, 2º tenente, idem no contra torpedeiro "Sergipe"; 1.436/38, de Manuel Pinheiro do Vale, 1º tenente, idem no contra torpedeiro "Paraná"; 1.485/38, de Alfredo Ferreira Nunes, agente postal de Guaratam, Estado de S. Paulo; 1.486/38, de Marieta de Matos Diniz, idem de General Glicério, idem; 1.488/38, de Lucila Pinho Pereira, tesoureira da agência postal-telegráfica de Vizen, Estado do Paraná; 1.489, de 1938, de Júlia da Cunha Mella, agente postal de São Pedro das Lagoas, Estado de Pernambuco; 1.491/38, de Antônio de Pádua Cavalcanti, ex-agente postal de Anglica, idem; 1.517/38, de Deoclécio Antero Pinto, tesoureiro da agência postal-telegráfica de Maracaná, Estado do Pará; 1.518/38, de Abel Guimarães, telegrafista de 3ª classe, contratado, agente-tesoureiro da agência postal-telegráfica de Marabá, idem; 1.526/38, de Antônio Jacó do Rosário, tesoureiro da agência postal-telegráfica de Marapanim, idem; 1.510/38, de Benvida da Silva Paulini, idem, idem de São Miguel do Guamá, idem; 1.553/38, de Maria Josefina Caiado Ferreira, agente postal de Sabino Pessoa, Estado do Espírito Santo; 1.557/38, de Sevilha Tavares, idem de São João do Jaboti, idem; 1.564/38, de Menara Alves Pinheiro, agente do correio de Soturno, idem; 1.587-38, de Rita Labanca, idem de Campanhã, Estado de Minas Gerais; 1.604-38, de Hércules Moreira Maia, idem de Cristais, idem; 1.641-38 de Abílio Ramos Barbosa, tesoureiro da Sucursal n. 3, de São Paulo, Estado de São Paulo; 1.651-38, de Laura de Melo Ribeiro, agente postal de Ribeirão, Estado do Rio de Janeiro, 1.652-38 de Lúcia Balesdent Barroso Nunes idem de Saco, idem; 1.670-38, de Amaro José Rodrigues, agente do correio em Rio dos Índios, idem; 1.687-38, de Maria Luiz Tavares de Azevedo, agente postal de Paciência, idem; 1.690-38 de Isabel Frazão dos Santos, idem do Rio Dourado, idem; 1.735-38 de Erotides Novais, agente do Correio em Ladainha, Estado de Minas

Gerais; considerando-os quites e mandando expedir-lhes as necessárias provisões.

N. 1.150-38 de Hilário Santos, coltor federal de Gaspaz, Estado de Santa Catarina e do respectivo escrivão, João Alfredo Rabelo, considerando-os em crédito pelas quantias de 69\$900 e 63\$000 e mandando expedir-lhes as necessárias provisões.

N. 29.386, de Armando Barbosa Xavier, escrivão da 3ª Coletoria Federal da Capital de São Paulo, em que foi interposto recurso de revisão do acordo de 2 de outubro de 1935, dando provimento ao recurso para reformar o dito acordo, considerando-o responsável em crédito pela quantia de 239\$777.

Sr. auditor: Ernesto Claudino:

Sessão de 29 de novembro de 1938:

N. 4.832 -- de Baldino Sainduavo de Miranda, encarregado da arrecadação das rendas federais, em Bocaina, Estado de São Paulo; considerando prescritas as contas e mandando expedir-lhe a necessária provisão.

N. 1.618-38 de Manuela Augusta do Rego Barros Pessoa, agente postal em Madalena, Estado de Pernambuco, considerando prescritas as contas do período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1915 e quite o de 1 de janeiro de 1916 a 1º de outubro de 1920, mandando expedir-lhe a necessária provisão de quitação.

Ns. 33.160, de Ralph Quadros de Sá, almoxarife da Estrada de Ferro Rio D'Ouro; 34.994, de Leovigildo Pedrosa da Silveira, coletor federal de Catelus, Estado do Ceará, e do respectivo escrivão, Luiz Gonzaga de Araújo Chaves; 595-38, de Raul Elísio Daltro, capitão de corveta no encouraçado "Deodoro" — 751-38, de Cacilda Augusto da Silva, agente do correio de Dores de Macaú, Estado do Rio de Janeiro, 753-38, de Arlete de Moraes Soares Costa, idem de Belfort Roxo, idem; 755-38, de Silvio Quenbim, idem de Orlandia, Estado de São Paulo; 759/38, de Leôncio Ribeiro Porto, idem de Viradouro, idem; 782/38, de Alfredo Seltes de Mendonça, faroleiro de 1ª classe, servindo como encarregado do farol da Ponta do Mel, Estado do Rio Grande do Norte; 787/38, de Fernando Almeida da Silva, 2º tenente, em serviço no encouraçado "Deodoro"; 794/38, de Otacílio Brandão, S. O. M. S., em serviço no navio-escola "Almirante Saldanha"; 796/38, de Eduardo Henrique Sisson; 1º tenente, em serviço no encouraçado "Floriano"; 813/38, de Pedro Vieira, contra-mestre do cruzador "Rio Grande do Sul"; 816/38, de Antônio da Costa Carvalho, agente dos correios de Francisco Sá, Estado de Minas Gerais; 818/38, de Geraldo Esteves Lima, idem de Frei Serafim, idem; 829/39, de Carmem Tavares do Carvalho, idem de Praia Comprida, Estado do Espírito Santo; 832/38, de Teodomira Pires Martins, tesoureira do correio de Piuma, idem; 834/38, de Gentila Broto Costa, agente do correio de Páu Gigante, idem; 1.157/38, de João Cândido Leôncio, agente postal de Barra do Juá, Estado da Paraíba; 1.171/38, de Vitor Fridjof Johanson, capitão-tenente, em serviço no cruzador "Rio Grande do Sul"; 1.172/38, de José d'Alibert Siqueira Thedim, 1º tenente, idem no C. T. Paraná; 1.188/33, de Nelson Portilho, 1º tenente, idem, idem; 1.191/38, de Angelo Teixeira de Freitas, 3º faroleiro, em serviço no farol de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte; 1.194/38, de José do Amaral Castelo Branco, capitão-tenente, em serviço no encouraçado "Floriano"; 1.198/38, de Amaro dos Santos, sub-oficial mestre, em serviço no tender "Belmonte"; 1.199/38, de Américo Leal, 1º tenente, idem no C. T. Piauí; 1.200/38, de Osvaldo Pederneiras, 2º tenente, idem no C. T. Piauí; 1.201/38, de Aroldo Cardoso de Carvalho Rocha, capitão-tenente engenheiro maquinista, idem no C. T. Piauí; 1.202/38, de Caio Gaspar Martins Leão, 1º tenente, em serviço no C. T. Piauí; 1.203/38, de Hugo Bossmeyer Caminha, 1º tenente, idem no encouraçado "Floriano"; 1.207/38, de Euclides Veiga de Moraes, capitão-tenente cirurgião-dentista, idem no tender "Belmonte"; 1.208/38, de Jaime de Azevedo Pondé, 1º tenente, idem no N. H. José Bonifácio; 1.213/38, de Alarico de Andrade Faceiro, 2º tenente, idem no C. T. Sergipe; 1.244/38, de Joaquim Novais Castelo Branco, 2º tenente, idem no C. T. Sergipe; 1.246/38, de João Rodrigues de Albuquerque, contra-mestre, idem do cruzador "Rio Grande do Sul"; 1.248/38, de Trajano Alves dos Santos, 2º tenente, idem no cruzador "Barroso"; 1.250/38, de José d'Alibert de Siqueira Thedim, 2º tenente, idem no C. T. Mato Grosso; 1.253/38, de Ariur Lopes do Rego, capitão-tenente, idem no encouraçado "Minas Gerais"; 1.257/38, de Manuel Alves de Moura, capitão-tenente, idem no cruzador "Rio Grande do Sul"; 1.258/38, de Augusto da Costa Ramos, 1º tenente engenheiro maquinista, idem no C. T. Piauí; 1.264/38, de José d'Alibert de Siqueira Thedim, 1º tenente, idem no C. T. Mato Grosso; 1.269/38, de Luiz Rabelo Braga, capitão-tenente engenheiro maquinista, idem no cruzador "Rio Grande do Sul"; 1.289/38, de José Viana Barbosa, faroleiro de 3ª classe, encarregado do balizamento do porto de Natal, Estado do Rio Grande do Norte; 1.292/38, de Raimundo Coelho, faroleiro de 2ª classe, em serviço nos portos iluminativos dos faróis Rio do Fogo e Pipitinga; 1.293/38, de Henrique de Sousa Cunha, capitão-tenente engenheiro maquinista, em serviço no C. T. Piauí; 1.294/38, de Antônio Diniz Pereira, sub-oficial contra-mestre, idem no C. T. Alagoas; 1.297/38, de Jaime de Magalhães Barreto, 2º tenente engenheiro maquinista, idem no C. T. Piauí; 1.342/38, de Roberto do Sousa Imens, capitão-tenente, idem no encouraçado "Deodoro"; 1.348/38, de Augusto Costa Ramos, 1º tenente engenheiro maquinista, idem no C. T. Piauí; 1.359/38, de Flávio Santos, 2º tenente, idem no C. T. Paraíba; 1.361/38, de Matias Bittencourt Carvalho, capitão-tenente Q. M., idem no cruzador "Rio Grande do Sul"; 1.362/38, de Ubaldo Xavier da Silveira, capitão de corveta, idem, idem; 1.401/38, de Alfredo Maria do Amaral Neves, 2º tenente, idem no C. T. Paraná; 1.403/38, de Raul Reis

Gonçalves de Sousa, 2º tenente, idem no C. T. Sergipe; 1.404/38, de Antônio Guimarães, capitão-tenente, idem no C. T. Paraná; 1.407 de 1938, de Osvaldo Osiris Storino, 2º tenente, idem, idem; 1.410 de 1938, de José Luiz de Araújo Goiano, capitão-tenente, idem no C. T. Alagoas; 1.411/38, de Mário de Azeredo Continho, 1º tenente, idem no encouraçado "Minas Gerais"; 1.414/38, de Carlos Alberto da Saldanha da Gama, 2º tenente, idem, no C. T. Paraná; 1.428/38, de Luiz Filipe Cavalcanti, 1º tenente, idem no C. T. Alagoas; 1.429/38, de Acir Dias de Carvalho Rocha, 1º tenente, idem no C. T. Paraná; 1.430/38, de Gustavo Goulart, capitão-tenente, idem no cruzador "Rio Grando do Sul"; 1.431/38, de Paulo Justino Strauss, 2º tenente, idem no C. T. Alagoas; 1.437/38, de Manuel João de Araújo Neto, 1º tenente, idem no N. Ph., tenente Mário Alves; 1.438/38, de Casimiro Clemente de Carvalho, capitão-tenente do Q. M., idem no C. T. Alagoas; 1.443/38, de Orlando de Sousa Martins Ferreira, 1º tenente do Q. M., idem no C. T. Rio Grande do Norte; 1.445/38, de Romualdo do Amaral Vasconcelos, 1º tenente Q. M., idem idem; 1.455/38, de Américo Vespúcio de Santana, 1º tenente engenheiro maquinista, idem no C. T. Paraíba; 1.462/38, de Deoclécio Ribeiro, S. O. M. S., idem no N. H. Jaceguai; 1.466/38, de Justino Nogueira Gomes, capitão-tenente médico, idem no N. H. José Bonifácio; 1.468/38, de Edmo Ferreira Gandaro, 1º tenente, idem no encouraçado Floriano; 1.472/38, de Waldir Caldas Pires, capitão-tenente médico, idem no Posto Médico da Ilha do Boqueirão; 1.473/38, de Alfredo Alves Teixeira, capitão-tenente engenheiro-maquinista, idem C. T. Rio Grande do Norte; 1.521/38, de Raimundo Lins Wanderley, telegrafista adjunto de 3ª classe, contratado, servindo de agente tesoureiro dos correios e telégrafos de Salinas, Estado do Pará; 1.567, de 1938, de Teresa Barroso da Fonseca Machado, tesoureira do correio de São José do Calçado, Estado do Espírito Santo; 1.568/38, de Dolores Nunes Pimentel, agente do correio de Vinte e Cinco de Julho, idem; 1.571/38, de Antônio Queiroz da Silva, telegrafista adjunto de 4ª classe, contratado, encarregado da estação de rádio São Miguel dos Macacos, Estado do Pará; 1.612/38, de Elvira Teresa Giroto, agente postal de José Teodoro, Estado de São Paulo; 1.615/38, de Crispim Crispiniano Costa, idem de Itatinga, idem; 1.623/38, de Delmira Afra de Miranda, idem de Vicência, Estado de Pernambuco; 1.658/38, de Cândida Tavares da Silva, idem de Cachoeira de Macaé, Estado do Rio de Janeiro; 1.664/38, de Maria da Silveira Pena, idem de Colônia, idem; 1.675/38, de Joaquim do Couto Penalva, telegrafista adjunto de 3ª classe, contratado, agente postal-telegráfico de Veiga Cabral, Estado do Pará; 1.682/38, de Gumercino Freire, idem idem, de Vigia, idem; 1.678/38, de Leônidas Lima de Figueiredo, idem idem, da Estação de Rádio de Latidade, idem; 1.692/38, de José Alves Soares da Silva, agente postal de Desembargador Ottoni, Estado de Minas Gerais; 1.693/38, de Maria de Abreu, idem de Datas, idem; 1.705/38, de Francisco Agenor do Nascimento, telegrafista adjunto, contratado, encarregado da estação de rádio de Tocantina, Estado do Pará; 1.707/38, de Joaquim da Costa Campos, idem idem, de Porto Nacional, idem; 1.728/38, de Laura Gomes de Oliveira, agente postal em Itaipé, Estado de Minas Gerais; 1.781/38, de Maria Donata Simis Maia, idem de Lussanvira, Estado de São Paulo; 1.793/38, de Paulo Araújo Rodrigues dos Passos, idem da Lagoa do Carro, Estado de Pernambuco; 1.792/38, de Francisco de Matos Grangeiro, agente postal embarcado n. 19, da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Amazonas e Acre; 1.799/38, de João Joaquim de Melo Neto, idem n. 18, idem idem; 1.800/38, de Júlio Antônio da Silva, idem n. 13, idem idem; 1.805/38, de Telêmaco da Silva Simas, ajudante, servindo de tesoureiro da sucursal do Botafogo, Distrito Federal; 1.807/38, de Ester Altias Correia, agente do correio da rua da Alfândega, Distrito Federal; 1.809/38, de Noêmia de Assiz Barreto, idem de Madureira, idem; 1.813/38, de Ambrosina de Oliveira Dias, idem de Montes Claros, Estado de Minas Gerais; 1.814/38, de Corinta Augusta da Silva, idem, de Nossa Senhora Mãe dos Homens do Turvo, Estado de Minas Gerais; 1.822/38, de Antônio Lara, idem de Mambucaba, Estado do Rio de Janeiro; 1.839, de Juvêncio Alves de Oliveira, coletor, interino, da coletoria federal de Quixadá, Estado do Ceará; considerando-os quilos e mandando expedir-lhes as necessárias provisões.

Sr. auditor Bueno Brandão:

Sessão de 28 de dezembro de 1938:

N. 37.485/38, de Temístocles Leal, coletor federal de Tiama, Estado de Pernambuco e dos respectivos escrivães, Osvaldo Cavalcanti da Veiga Pessoa e Artur Cavalcanti de Medeiros, considerando o coletor, em débito pela quantia de 7:700\$364, a cujo pagamento o condena, assinando-lhe o prazo de 30 dias para o seu recolhimento, em crédito o 1º escrivão pela quantia de 962\$904 e em débito o último, pela de 4:037\$970, procedendo-se, quanto a estes, na forma regulamentar. (Publicar o acórdão.)

N. 11.867, de Pedro Salustiano dos Santos, 2º tenente picador, intendente do Grupo de Obuzes, do Segundo Regimento de Artilharia Montada, pelo adiantamento de 19:516\$200, considerando-o em débito pela quantia de 19:516\$200 e assinando-lhe o prazo de 30 dias para o recolhimento dessa quantia.

Ns. 30.877, de Dioguina de Oliveira Campos, ex-agente postal-telegráfica em Cercado, Estado de Minas Gerais; 35.067, de Maria de Melo, ex-agente postal de Pequi, idem; 2.023/38, de Francisco Gonçalves, tesoureiro da agência postal telegráfica de Ubá, idem; 2.377/38, de Dulcinéa Silva, agente do correio de Careassú, idem; 2.379/38, de Maria Maria Machado, idem de Elói Mendes, idem; 2.381/38, de Manuel Nardelis, idem de Carlos Euler, idem; considerando-os em crédito

pelas importâncias, respectivamente, de 42\$, 1\$050, 41\$109, 368, 32\$ e 21\$600 e mandando expedir-lhes as necessárias provisões.

Ns. 11.487, de Hermenegildo Martins, ex-agente do correio de Joaquim Egídio, Estado de São Paulo; 23.956, de Máximo Garrido da Costa Braga, idem de Saboeiro, Estado do Ceará; 38.493, de Francisco de Paula Fonseca Leão, coletor federal em Timbauba, Estado de Pernambuco e do respectivo escrivão, João Bernardino de Sena; 637/38, de Iderlinda Botelho do Amaral, telegrafista adjunto, servindo de agente postal telegráfica, em Buique, Estado de Pernambuco; 830/38, de Núbia Alcântara, agente do correio de Porto de Mascarenhas, Estado do Espírito Santo; 933/38, de Onni Camarg da Silva, escrivão, servindo como coletor federal de Curitiba, no Estado de Santa Catarina; 1.480/38, de Olímpia Filomena Duarte, agente postal de Espírito Santo do Tuvo, Estado de São Paulo; 1.481/38, de Iná Moreira Rocha, idem de Farura, idem; 1.663/38, de Carlos Maximiano da Cunha, almoxarife do Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal; 1.795-38 de Gertrudes Bittencourt Ribeiro, ex-agente do correio de Descalvado, Estado de S. Paulo; 1.878-38 de Acioli de Vasconcelos, capitão tenente, em serviço na Escola Naval; 1.879-38, de José Antônio Melo, sub-oficial-contramestre, idem no rebocador "Anibal de Mendonça"; 1.880-38 de Adriano Inácio Sanches, operário da classe "G", idem no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro; 1.881-38 de Dorval Reis, capitão de corveta, engenheiro naval, idem, idem; 1.906-38, de Pedro Dias Freire, escriturário da Delegacia da Capitania dos Portos do Estado do Rio Grande do Norte, em Areia Branca (agente); 1.912-38 de Alfredo José Rodrigues, sub-oficial, mestre, em serviço na Escola Naval; 1.919 de 1938 de Loís Gutierrez Simas, capitão tenente, Q. M., idem, idem; 1.920-38 de Iomar Neves Marques, capitão tenente, idem, idem; 1.921-38 de Rufino Puaas da Silva, capitão de corveta, idem, idem; 1.926-38 de Antônio de Rezende Furtado, 1º tenente, aviator naval, em serviço no Centro de Aviação Naval de Santa Catarina; 1.927-38, de Wigand Joppert, 2º tenente, em serviço no C. T. "Paraná"; 1.963-38 de Heitor Cesar Martins, idem na Escola Naval; 1.937-38 de Eduardo Torres Gomes, capitão tenente, idem, idem; 1.938-38 de Joaquim Caldas Xexéo, sub-oficial, mestre, idem, idem; 1.939-38 de Joaquim Teodoro Sacramento, capitão de corveta, idem no encouraçado "Teodoro"; 1.940-38 de Wandick Lourival de Almeida Querido, idem na Escola Naval; 1.941-38 de Carlos Albernaz de Oliveira, operário idem no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro; 1.943-38 de José Machado Pavão, capitão tenente, idem na Capitania dos Portos do Estado do Paraná, como delegado na Fós do Iguaçu; 1.945 de Luiz Costa Furtado de Mendonça, capitão tenente, médico, idem na Diretoria do Armamento; 1.948-38 de Raimundo Coelho, faroleiro de 2ª classe, idem na Capitania dos Portos do Estado do Rio Grande do Norte; 1.950 de Jaime Machado, 2º tenente, intendente naval, idem da Escola de Aprendizes Marinheiros do Rio Grande do Norte; 1.952-38 de Carlos de Abreu Lima, capitão tenente, intendente naval, idem no tender "Ceará"; 1.954-38 do Dr. Hermenegildo Soares de Sousa, 1º tenente, médico, em serviço no Sanatório Naval de Nova Friburgo; 1.967-38 de Alexandrino Ramos de Alencar, 1º tenente, idem no C. T. "Alagoas"; 1.968-38 de Roberto Menezes de Oliveira, 1º tenente, médico, idem na Base de Aviação Naval de Santos; 1.970-38 de Oscar Aires de Sousa, 2º tenente I. N., no C. T. "Maranhão"; 1.973-38 de Angelo Couto, idem intendente naval, servindo na Base de Aviação Naval de Santa Catarina; 1.969-38, de Pedro Aguiar, escriturário da classe G, da Capitania dos Portos do Ceará; servindo como agente; 1.974-38 de Eugênio Ponto de Magalhães, 1º tenente patrão-mór da Capitania dos Portos do Estado do Rio Grande do Norte; 1.972-38, de Leovigildo do Amaral Alves, 1º tenente patrão-mór da Capitania dos Portos do Estado de São Paulo; 1.933-38 de José Pedro Ferreira da Costa, oficial administrativo classe K, do Ministério da Educação e Saúde; 1.948-38, de Manuela Martins Rodrigues, agente postal em Sodreia, Estado de São Paulo; 1.985-38, de D. Esmenia dos Santos Malva, agente postal de São Benedito da Cordeira, idem; 1.986-38, de Ana Luzia Villas-Boas, agente do correio de São Bartolomeu, idem; 1.987-38, de Lázaro de Barros, agente do correio de Santa Cruz da Boa Vista, idem; 1.989-38, de Maria Vitória de Siqueira, agente do correio de Santa Bárbara do Rio Pardo, idem; 199-38, de Maria de Carvalho Campos, idem em São João de Campos, Estado de Pernambuco; 2.006-38, de José Antônio Beire, idem em Guarani, Estado de Minas Gerais; 2.008-38, de Gumercindo Silva, idem em Bicas, idem; 2.009-38, de Agenor de Freitas Lima, idem de Patrocínio do Muriaé, idem; 2.010-38, de Filomena de Decco Ceribelli, idem em Boa Família, idem; 2.011-38, de Hermínia de Carvalho, idem em Prados, idem; 2.015-36, de Maria dos Santos Portugal, tesoureira da Agência Postal Telegráfica em Muriaé, idem; 2.019-38, de Maria da Conceição Aquino Pifano, agente postal de São José das Três Ilhas, idem; 2.020-38, de Maria Laudelina de Carvalho, idem de São Joaquim, idem; 2.021-38, de Maria Cristina, idem de São Francisco Xavier, idem; 2.022-38, de Irene Pavanelli, tesoureira da agência postal telegráfica de São João Nepomuceno, idem; 2.025-38, de Francisco Sarmento Marques, auxiliar de mestre, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro; 2.026-38, de Alberto Leoncio Martins, capitão de fragata, na Escola Naval; 20.027-38, de José Rodrigues Dutra, operário da classe II, quando em serviço no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro; 2.028-38, de Clidenor de Borborema, capitão de corveta, quando em serviço no tender "Belmonte"; 2.029-38, de Manuel Florencio de Aguiar, S. O. C. M., quando em serviço no rebocador "Anibal de Mendonça"; 2.040-38, de Hélio da Rocha Lopes Sampaio, 1º tenente, ser-

vindo no encouraçado "São Paulo"; 2.064-38, de Dalila Pinheiro Monteiro, oureira da agência postal telegráfica de Alegre, Estado do Espírito Santo; 2.067-38, de Romeu Peixoto Bolelho, auxiliar de 3ª classe, tesoureiro interino da agência postal telegráfica de Barra do Rio Doce, idem; 2.068-38, de Honorato Costa, telegrafista de 3ª classe, tesoureiro interino da agência postal telegráfica de Barra do Rio Doce, idem; 2.069-38, de Joaquina Matos de Sousa, tesoureira da agência postal-telefônica de Barra de Itapemirim, idem; 2.075-38, de Rita Augusta de Moraes, tesoureira da agência postal-telegráfica de Rio Pardo, idem; 2.080-38, de Maria Brigida Barroso, tesoureiro da agência postal-telegráfica de Siqueira Campos, idem; 2.081-38, de Artur Dias Pimenta, escriturário, classe D, tesoureiro, em comissão, da agência postal-telegráfica de Cachoeiro de Itapemirim, idem; 2.082-38, de Mário de Araujo Espindula, telegrafista da classe F, tesoureiro interino da agência postal telegráfica de Guarapari, idem; 2.083-38, de Eulália Wolkart, agente postal de Itá, idem; 2.084-38, de Florisbela Hantequetti, tesoureira da agência postal-telegráfica de Itapemirim, idem; número 2.085-38, de Almeida Moraes, agente postal de José Carlos, idem; 2.086-38, de Adelcina Carvalho e Silva, agente postal interina de Fundão, idem; 2.086-38, de Osvaldo Rodrigues dos Santos, ex-agente do correio de Rodrigues Alves, Estado de São Paulo; 2.097-38, de Otília da Silva Rodrigues, agente postal da agência de Taquari, idem; 2.098-38, de Maria Luiz Mares, agente postal de Timbucú, idem; 2.100-38, de Antônia de Castro Simões, idem de Valparaíso, idem; 2.102-38, de Isaura Jacó, idem, de Vitória, idem; 2.104-38, de Alzira Paiva, idem de Vila Falcão, idem; 2.107-38, de Ida Ricorn de Araujo, ex-agente postal de Rancharia, idem; 2.123-38, de Paula Freitas Serpa, encarregado de incumbência de comunicações, sinais e rádio do C. T., Estado de Santa Catarina; 2.134-38, de Nestor Ferreira Cabral, capitão de corveta, intendente naval na Diretoria do Armamento da Marinha; 2.135-38, de José Pereira do Monte, patrão classe, quando em serviço da Capitania dos Portos do Estado do Pará; 2.136-38, de Arnaldo Hasselman Fairbairn, 1º tenente intendente naval, servindo no Instituto Naval de Biologia; 2.137-38, de Tefelino Cactano de Almeida Junior, escriturário da classe C, servindo de agente da capitania dos P. P. da Baía, em Nazaré; 2.142, de 1938, de Gumerindo Silva, agente do correio de Bicas, Estado de Minas Gerais; 2.143-38, de Altamira de Macedo Henriques, agente postal, interina, de Caeté de Juiz de Fora, idem; 2.144-38, de José Antônio Beire, agente postal de Guarani, idem; 2.146-38, de José Gumerindo Cruz, agente do correio de Carlos Peixoto Filho, idem; 2.147-38, de Herminia de Carvalho, idem de Prados, idem; 2.155-38, de 1938, de José Rodrigues de Sousa, idem de Santa Maria Estado da Paraíba do Norte; 2.157-38, de Otacílio Cunha, capitão tenente Q. M., quando em serviço na Escola Naval; 2.158-38, de Léo Gutierrez, capitão de fragata, idem; 2.159-38, de Luiz Santos de Azevedo, capitão tenente, idem; 2.160-38, de Mário de Oliveira Guimarães, capitão de corveta, idem; 2.161-38, de Benjamin Gonçalves da Costa, capitão tenente, idem; 2.169-38, de Alberto Leite, idem, idem; 2.170-38, de Luiz Felipe Caldas Lage Brandão, 1º tenente, incumbido de navegação e comunicações do C. T. Piauí; 2.171-38, de Dário Camilo Monteiro, capitão tenente, servindo no rebocador "Anibal de Mendonça"; 2.172-38, de Belmiro da Costa, sub-oficial contra-mestre, quando serviu na Escola Naval; 2.173-38, de Benjamin Gonçalves da Costa, capitão tenente, idem; 2.174-38, de Jaime Carneiro de Campos Esposel, 2º tenente, quando serviu no C. T. Paraíba; 2.175-38, de Alfredo Bento de Molo e Alvim, 1º tenente, quando serviu no C. T. Mato Grosso; 2.176-38, de Carlos Roberto Perez, Paquet, 1º tenente, quando serviu no rebocador Sales de Carvalho; 2.177-38, de Angelo Nolasco de Almeida, capitão tenente, quando serviu no C. T. Piauí; 2.186-38, de César Feliciano Xavier, 1º tenente, servindo no contra-torpedeiro Mato Grosso; 2.191-38, de Mário de Oliveira Guimarães, capitão de corveta, quando em serviço na Escola Naval; 2.192-38, de Antônio Rogério Coimbra, 1º tenente da Armada, quando em serviço no C. T. Mato Grosso; 2.196-38, de 1938, de Fernando Carlos de Mulos, capitão tenente, quando em serviço na Escola Naval; 2.197-38, de Eduardo Torres Gomes, idem, idem; 2.199-38, de Henrique Coutinho Marques, capitão de corveta, quando em serviço na Escola Naval; 2.200-38, de Henrique Coutinho Marques, idem, idem; 2.201-38, de Harold Rosière, idem, idem; 2.204-38, de José Alvaro Rodrigues, 1º tenente da Armada, servindo no C. T. Piauí; 2.214-38, de Camilo Elis da Silva, SO-CM, servindo no contra torpedeiro Santa Catarina; 2.221-38, de Severina Isabel de Holanda, agente do correio de Barreiras, Estado da Paraíba; 2.222-38, de Belisio Ferreira de Melo Ramos, agente postal-telefônico, com funções de tesoureiro na agência do Cuité, Estado da Paraíba do Norte; 2.227-38, de Alzira de Sousa Duarte, agente do correio em Alenquer, Estado do Pará; 2.268-38, de Joaquim d'Abadia Caxito, idem de São Romão, Estado de Minas Gerais; 2.269-38, de Hortência Pires de Souza, idem de Tapera, idem; 2.340-38, de Alice Batista Coelho, idem, com funções de tesoureiro da sucursal de Riachuelo, no Distrito Federal; 2.342-38, de Margareta Mavignier, idem de Del Castilho, no Distrito Federal; 2.373 de 1938, de Adolfo Janvrot Junior, almoxarife do padrão G, do Serviço da Inspetoria de Aguas e Esgotos; 2.382-38, de José Salustiano Barbosa, agente do correio de Engenheiro Trompowsky, Estado de Minas Gerais; 2.385-38, de Julia Mericofer, idem de erqueira César, Estado de São Paulo; 2.386-38, de Hipólito de Freitas Moura, tesoureiro do padrão G, da agência dos Correios e Telégrafos de Barretos, Estado de Minas Gerais; 2.400-38, de Maria Madureira de Avila, agente postal em Vieira de Andrade, idem;

3.999-38, de Gustavo Ferreira de Macedo, juib de paz, em exercício, da agente do correio, em Veredina de Minas Novas, idem. Sr. auditor Rogério de Freitas.

Sessão de 28 de dezembro de 1938:

Ns. 2.237-38, de José Severiano de Sousa, agente postal de Santana dos Garrotes, Estado da Paraíba; 2.236-38, de Justiniano Bezerra de Sousa, idem de Camaláu, idem; 2.317-38, de Maria do Carmo Pastore Pereira, idem de São Francisco Xavier, Distrito Federal; 2.375-38, de Antônio José de Avelar, idem de Urucu-Diamantina, Estado de Minas Gerais; 2.380-38, de Otávio de Oliveira, agente postal-telegráfico, com funções de tesoureiro no correio de Cássia, idem; 2.398-38, de Cândido José de Sousa Sobrinho, ex-agente postal em Vargem das Palmas, idem; 2.316-38, de Maria da Glória Ferreira, agente postal de Vigário Geral, no Distrito Federal; 2.315-38, de Francisca Correia dos Santos, agente postal-telegráfica de Catumbi, idem; 2.314-38, de Laura Nogueira da Gama e Silva, idem de Jacaré, idem; 2.293-38, de José Arantes Cardoso, idem de Piranguinho, Estado de Minas Gerais; 1.823-38, de Adautina Modesto Arrais, idem de São Gonçalo, Estado de Pernambuco; 2.270-38, de Maria Ilda Vieira, idem de Taiobas, Estado de Minas Gerais; 2.245-38, de Feliciano Francisco de Melo, idem, de Alvaro Machado, Estado da Paraíba do Norte; 2.242, de 1938, de Maria Amélia de Moura, agente postal, com função de tesoureira, em Alagoinha, idem; 2.076-38, de Antonieta Albuquerque de Oliveira, idem de Santa Angélica, Estado do Espírito Santo; 2.074, de 1938, de Castorina Gomes Alves, idem de Rio Novo, idem; 2.072, de 1938, de João de Almeida Machado Filho, idem de Fundão, idem; 2.105-38, de Ana Rosa de Lima, idem, de Ribeiro-Polis, Estado de São Paulo; 2.102-38, de Vera Pompeu do Amaral, idem, telefonista de Vila dos Lavradores, idem; 2.089-38, de Maria Nunes Bastos, idem de Toledo Piziza, idem; 2.105-38, de Mariana Luiz Rosa Petrellinni, agente, interino, do correio de Regente Feijó, idem; 2.226-38, de Isabel Gonçalves da Fonseca, agente do correio de Gramma de Macabú, Estado do Rio; 2.378-38, de Josina de Lourdes, idem de Guardinha, Estado de Minas Gerais; 2.280-38, de Josefa Julieta da Silva, ex-agente do correio de Lagôa do Ouro, Estado de Pernambuco; 27.880, de 1938, de Francisca Ornelas Sobral, idem de Santa Clara do Carangola, Estado de Minas Gerais; 2.012-38, de Carmem Ferreira Monteiro de Resende, agente do corrente de Banco Verde, idem; 2.005, de 1938, de José Gumerindo Cruz, idem, de Carlos Peixoto Filho, idem; 2.004-38, de Maria das Dores Almeida, agente do correio de Saldanha, idem; 2.155-38, de Eústa Pereira de Carvalho, idem telegráfica de São João do Cariri, Estado da Paraíba do Norte.

Observação:

O senhor auditor Bueno Brandão, após relatar os processos que lhe foram distribuídos, foi convocado pelo Sr. ministro-presidente para substituir o Sr. ministro Castro Nunes que se retirou antes de encerrados os trabalhos.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. ministro-presidente designou o dia 31 do corrente, às 14 horas, para a seguinte sessão ordinária de julgamento de processos da mesma natureza, declarando encerrados os trabalhos.

E, para constar, passou-se esta ata que, depois de lida e aprovada vai subscrita e assinada.

ATA N. 15 — SESSÃO ORDINÁRIA EM 27 DE JANEIRO DE 1939.

Presidência do Sr. ministro Tavares de Lira — Procurador, doutor Leopoldo Cunha Melo — Secretário, bacharel Djalma Monteiro

Presentes os Srs. ministros Olávio Tarquínio de Sousa, Ruben Rosa, José Américo, Bernardino de Sousa, Eduardo Lopes e José Castro Nunes, foi aberta a sessão.

Relatados pelo Sr. ministro Otávio Tarquínio:

Ministério da Educação e Saúde:

Ofício n. 518, de 19 do corrente, da Divisão de Contabilidade, pedindo a distribuição do crédito de 41:536\$000 ao Tesouro Nacional à conta do Decreto-Lei n. 1.017, de 31 de dezembro de 1938, para ocorrer ao pagamento da diferença de vencimentos aos funcionários cuja classificação foi retificada pelo dito decreto-lei, correspondente ao período de janeiro de 1937 a dezembro de 1938 (PG 161/39). — Ordenou-se o registro da despesa, como distribuição de crédito.

Ministério da Fazenda:

Ofício n. 50, de 13 do corrente, da Diretoria do Domínio da União, com o processo fichado sob o n. 91.678/38, com o contrato celebrado no dia 16 de novembro último, com o Sr. Amado Caelano de Andrade, relativo ao aforamento do lote n. 25-A, situado no interior da Fazenda Nacional Córrego d'Antas, 1º Distrito do Município de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro (PG. 37.702). — O Tribunal recusou registro ao contrato, por se verificar infração do art. 25, § 3º do Decreto-Lei n. 426, de 12 de maio de 1938, quanto à publicação no "Diário Oficial".

Processos:

De concessão de aposentadoria a José da Costa Filho, guarda civil da classe E, do quadro II do Ministério da Justiça; a Manuel Rodrigues Barrocas, idem, idem; e a Vilor Manuel Nunes, diretor classe N, do Quadro I, do mesmo Ministério (PG. 35.937, 33.480 e 35.937). — O Tribunal recusou registro as aludidas concessões, por

dever o abono partir da data da publicação dos decretos de aposentadoria no "Diário Oficial", tendo recusado registro às despesas classificadas por o terem sido no exercício de 1938 já encerrado.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

Ofício n. 51, de 13 do corrente, do Departamento de Estatística e Publicidade, pagamento de 251\$600 a Viagem Aérea São Paulo S. A. "Vasp", de transportes (PG. 713/39). — O Tribunal recusou registro a despesa porque a ordem de pagamento foi expedida em 1939, quanto é certo que a despesa em questão se acha classificada no exercício de 1938, já encerrado.

Relatados pelo Sr. ministro Ruben Rosa:

Ministério da Fazenda:

Processos de concessão de aposentadoria:

A José Gregório da Costa, guarda sanitário classe D, do Quadro I do Ministério da Educação; a Tomaz José de Gusmão Júnior, oficial administrativo classe K, do Quadro III, do Ministério da Viação; a Paulino Alves da Trindade, carteiro classe G, do Quadro IV, idem, idem; e a Sebastião Vasconcelos de Azevedo Filho, poiteiro da classe F, do Quadro II, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (PG. 33.471, 39.557, 33.489 e 33.469). — O Tribunal recusou registro às aludidas concessões por dever o abono dos vencimentos de inatividade partir da data da publicação dos respectivos decretos de aposentadoria, recusando, ainda, registro às despesas classificadas, por o terem sido no exercício de 1938, já encerrado.

A Candelário Homs, operário de arsenal, classe E, do Quadro IV do Ministério da Marinha (PG. 28.882). — O Tribunal converteu em diligência o julgamento para o fim a que aludem os pareceres.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Aviso n. 18, de 17 do corrente, com a cópia do Decreto-Lei número 1.046, do dia 12 anterior, que altera, sem aumento de despesa, a verba 1 — Pessoal, dos orçamentos dos Ministérios da Justiça e Negócios Interiores e das Relações Exteriores, para o exercício de 1939 (PG. 37/39). — O Tribunal autorizou o registro das anotações, de acordo com os pareceres.

Ministério da Marinha:

Ofício n. 173, de 3 de novembro último, da Delegação deste Tribunal no Ministério da Marinha, com o requerimento em que o capitão de fragata Cristiano Maria de Figueiredo Aranha, recorre do ato da mesma Delegação que lhe impôs a multa de 1 % ao mês, por haver apresentado, fora do prazo legal a comprovação da aplicação dada ao adiantamento de 2:000\$000 que recebeu em 1937, para atender às despesas com reparos na estação de rádio da Capitania dos Portos do Estado de Santa Catarina (PG. 23.382). — O Tribunal resolveu relevar a multa, de acordo com o voto proferido pelo Sr. ministro relator, nos seguintes termos:

Preliminarmente:

O pedido de relevação da multa não está fora do prazo.

Com efeito, imposta a multa, dentro do prazo legal, o interessado solicitou reconsideração (fls. 7). O Sr. delegado, porém, entendeu que, somente o Tribunal poderia apreciar as "razões de força maior" apresentadas, tendo em vista o art. 298, *in fine*, do Regulamento de Contabilidade Pública (fls. 7 e 13). Outrossim, determinou que o responsável formulasse "novo recurso" para ser encaminhado por intermédio da Delegação ao Tribunal (fls. 9).

No regime da lei 156, de 24 de dezembro de 1935, de fato, compete ao Tribunal e às Delegações impor multas (art. 23 § 2 número 2). Aos mesmos órgãos assistia, destarte, a faculdade de relevá-las (art. 27 § 4). Através de diversos artigos doutra parte, constata-se que de toda decisão cabe um pedido de re-exame, *cfr.* 848, de 23-12-31.

A atual lei orgânica, de modo expresso, consagra o pedido de reconsideração de qualquer ato definitivo (decreto-lei 426, de 12-5-38), art. 42).

Como na anterior legislação, a Delegação foi atribuída a faculdade de "impor as multas cominadas em lei e relevá-las" (art. 24 n. III e § 4; 42).

Nem outra coisa, as "Instruções para a organização e serviços das Delegações" consolidaram (art. 5 n. XI; 19).

Alás, o próprio responsável frisou essa circunstância (fls. 14). Se a Delegação entendeu que a decisão era "definitiva" (apesar de caber reconsideração da decisão), cumpria-lhe encaminhar, devidamente informado, o processo à instância superior. Mandar que a parte oferecesse um "novo recurso" é ato *sem* assento em lei. Desde que o responsável custodiou o seu direito, em tempo hábil, a errônea denominação — na espécie, não houve — dado ao documento o ferecido, não pode prejudicá-lo. Muito menos, agora, a Delegação alegar que está fora do prazo, um recurso que determinou fosse interposto!!!

De *meritis*. A relevação da multa impõe-se. A documentação oferecida é cabal (fls. 18 a 22), e dá notícia do extravio do processo (fls. 20 e 21). Mais: para acautelar o erário público, a Diretoria de Fazenda de modo louvável, recomendou que fosse organizada, como a máxima urgência, uma nova comprovação (fls. 22).

Provado como está que, dentro do prazo, deu entrada na repartição em Florianópolis, a comprovação encaminhada, depois, "via aérea civil", pela Capitania dos Portos (fls. 21), — voto pela relevação da multa.

Remeta-se, em seguida, o processo à Delegação para os devidos fins, quanto a nova comprovação.

Relatados pelo Sr. ministro José Américo:

Ministério da Educação e Saúde:

Ofícios ns. (231 e 235), do Serviço de Radiodifusão Educativa, de 29 de dezembro e 13 de janeiro corrente, sobre o pagamento do

9:600\$0 ao técnico especializado João Labre Junior, de diferença de vencimentos, do 1938. (PG. 35.239). — O Tribunal recusou registro a despesa por estar encerrado o exercício a que a mesma pertence.

Ministério da Fazenda:

Processos:

De pagamentos de 75% ao servente Rodolfo Correição Duarte, por serviços extraordinários em outubro último (GP. 26.284). — O Tribunal recusou registro a despesa por se achar classificada no exercício de 1938, já encerrado.

De concessão de aposentadoria a Aristoteles Pereira engenheiro classe N, do Quadro I, do Ministério da Viação e Obras Públicas; a Ernesto Romero telegrafista classe J, do Quadro III, idem, idem; a Artur Gordilho da Cunha idem, idem e a João de Sousa Peixoto, guarda civil da classe E, do Quadro II, do Ministério da Justiça (PG. 35.945, 35.952, 35.053 e 33.488). — O Tribunal recusou registro às aludidas concessões por dever o abono dos vencimentos de inatividade partir da data da publicação do decreto de aposentadoria no "Diário Oficial", recusando, outrossim registro a despesa por ter sido classificada no exercício de 1938, já encerrado.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Aviso n. 137, s/d., anexado ao de n. 959, de 30 de dezembro último, do Ministério da Fazenda, sobre as tabelas gerais de crédito do Ministério da Viação e Obras Públicas para o exercício de 1939 (PG. 22.895). — O Tribunal ordenou o registro das tabelas, de acordo e com as restrições constantes do voto do Sr. ministro relator, proferido nos seguintes termos:

Voto pelo registro das tabelas, de acordo com a informação e o parecer, fazendo-se a distribuição dos créditos na forma solicitada pelo Ministério, salvo nos seguintes pontos:

a) estando subordinada a prévia autorização do Presidente da República, nos termos do decreto-lei n. 167, de 24 de dezembro de 1938, a subconsignação n. 10 da verba 5ª, consignação VII (Obras contra as Secas — Obras e serviços de prosseguimento), deve, em harmonia com a sugestão feita pelo Corpo Instrutivo, ficar *em ser* no Tribunal;

b) devem ser distribuídas, de acordo com as decisões anteriores, as subconsignações 19-01) (aos membros da Comissão de Eficiência), 50 (gratificações adicionais) e 55 (auxílio para fundamentos) da consignação IV da verba Pessoal; e

c) devem ficar *em ser* as consignações da verba II (Material permanente) destinados à Estrada de Ferro Central do Brasil, até que seja satisfeita a seguinte diligência:

Deve ser convertido em diligência para que o Ministério informe em que subconsignação está incluída a despesa correspondente a contrato autorizado pelo decreto-lei n. 881, de 24 de novembro de 1938.

Deve ainda ser convertido em diligência para que seja destacada da subconsignação 51, verba I, consignação IV, a primeira parte, que deverá ser distribuída, por não estar sujeita a registro prévio.

Esclareça-se ao Ministério que as despesas imputadas aos créditos de material distribuídas às Delegações Fiscais, onde já estão organizadas delegações deste Tribunal, estão sujeitas a registro prévio.

Relatado pelo Sr. ministro Bernardino de Sousa:

Ministério da Fazenda:

De concessão de aposentadoria ao chefe de seção em disponibilidade da Inspetoria Federal de Obras contra as Secas, Abelardo de Melo (PG 34.038). — O Tribunal manteve sua anterior decisão de recusa de registro a aludida concessão.

Relatados pelo Sr. ministro Eduardo Lopes:

Ministério da Educação e Saúde:

Ofícios:

N. 362, de 13 do corrente, da Divisão de Contabilidade, com cópia do decreto-lei n. 1.007, de 30 de dezembro último, que abre crédito especial de 5.000:000\$000, para atender ao combate da malária no nordeste (PG 37.711). — O Tribunal ordenou o registro do aludido crédito.

S/n., de janeiro, da Divisão de Contabilidade, sobre o pagamento de 2:806\$800, ao auxiliar de escrita de 1ª classe, Vitor Pomme, outros, do Serviço de Águas e Esgotos, de salários em 1938 (PG. 206-39). — O Tribunal recusou registro a despesa, preliminarmente, por estar classificada no exercício de 1938, já encerrado.

Ministério das Relações Exteriores:

Aviso n. DA-7-303, de 16 de janeiro corrente, com a cópia do decreto n. 1.046, do dia 11 anterior, que faz alterações no orçamento da Despesa para o corrente exercício (PG 3.673). — O Tribunal ordenou o registro das alterações a que alude o mesmo decreto.

N. M-21-321, de 13 do corrente, solicitando que sejam postas à disposição da Comissão Central de Compras, as importâncias de 40:000\$, 20:000\$, 30:000\$ e 40:000\$ à conta dos itens 01) da verba 2ª — Material, I—Material permanente, subconsignação n. 1 e 01) da mesma verba II—Material de consumo, subconsignações ns. 6 e 7 (PG 3.719-37). — O Tribunal ordenou que se proceda de acordo com os pareceres, dando-se ciência ao Ministério do Exterior.

Ministério da Fazenda:

Processos:

Sobre os adiantamentos de 2:000\$ e 5:000\$ registrados em nome de Juvenal de Queiroz Vieira, Síndico da Câmara Sindical dos Corretores de Fundos Públicos, para despesas a cargo do mesmo, no 4º trimestre do corrente ano (PG 25.091). — O Tribunal autorizou a baixa da responsabilidade de acordo com os pareceres.

De concessão:

De melhoria de pensão, nos termos do decreto-lei n. 196, de 22 de janeiro de 1938, a Ernestina Schimmelpfeng de Seixas e outras, filhas do tenente-coronel do Exército, Hermenegildo Augusto de Seixas (PG 13.022). — O Tribunal deixou de tomar conhecimento do pedido de reconsideração formulado pelo Sr. ministro da Fazenda, por ter sido interposto fora do prazo legal.

De aposentadoria:

A João Eugênio Fernandes, patrão classe F, do quadro IV, do Ministério da Marinha (PG 29.883). — O Tribunal converteu o julgamento em diligência para os fins a que aludem os pareceres.

A Alexandre Espindola Abrantes, guarda civil classe E, do Quadro II, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; a Vilor José da Silva, idem, idem e a Antônio Manuel Ferreira, foguista classe F, do Quadro VIII, do Ministério da Fazenda. (PG. 35.949, 35.950 e 35.948). — O Tribunal recusou registro às aludidas concessões, por dever o abono dos vencimentos de inatividade partir da data da publicação do decreto de aposentadoria, no "Diário Oficial", recusando, ainda, registro às despesas classificadas por o terem sido no exercício de 1938, já encerrado.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

Aviso n. 27, de 17 de janeiro corrente, sobre o pagamento de réis 500\$000 ao Centro de Comércio de Café do Rio de Janeiro, proveniente do aluguel de parte do edifício onde funciona a Junta dos Corretores de Mercadorias do Distrito Federal, em dezembro findo. (PG. 198-39). — O Tribunal recusou registro a despesa, preliminarmente, por estar classificada no exercício de 1938, já encerrado.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Ofício n. 14, da delegação na Estrada de Ferro Central do Brasil, de 25 do corrente, consultando como deverá proceder, relativamente à aplicação do saldo de 360:000\$, no exercício atual, do crédito especial aberto pelo Decreto-Lei n. 529, de 1 de julho de 1938, quando forem presentes a essa Delegação, em virtude do despacho do Sr. Presidente da República, exarado na exposição de motivos do Sr. Ministro da Fazenda, que autorizou o pagamento, à conta do dito saldo, das despesas oriundas de alugueis de máquinas especializadas, instalação de aparelhamentos complementares dos serviços mecânicos e de controle dos trabalhos de racionalização da Estrada de Ferro Central do Brasil, realizadas em 1938, às quais essa Delegação recusada registro, em cumprimento à deliberação do Tribunal proferida em sessão de 31 de outubro último. (PG. 3.805-39). — O Tribunal resolveu que se respondia a consulta que, uma vez recebidas as ordens de pagamento, deve ser feita a classificação da despesa, antes do encaminhamento dos processos ao mesmo Tribunal para o registro, *sob reserva*, nos termos do art. 41, do Decreto-Lei n. 426 de 12 de maio de 1938.

Relatados pelo Sr. Ministro José de Castro Nunes:

Ministério da Fazenda:

Processos de concessão de aposentadoria a Olegário Lorato Baia, impressor classe G, do Quadro III, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; a Agostinho da Silveira Mendonça, compositor classe F, idem, idem; a Serafim Pinto de Oliveira, guarda civil da classe E, do Quadro II, idem; a Felix Possolo de Matos, almoxarife classe H, do Quadro I, do Ministério da Agricultura e a Francisco Aristeu da Silva e Sousa, carteiro da classe G, do Quadro IV do Ministério da Viação e Obras Públicas. (PG. 35.934, 33.973, 35.943, 35.851 e 35.958). — O Tribunal recusou registro às aludidas concessões, por dever o abono dos vencimentos de inatividade partir da data da publicação do Decreto de aposentadoria no "Diário Oficial", recusando, ainda, registro às despesas classificadas por o terem sido no exercício de 1938, já encerrado.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

Ofícios ns. 53 e 60, de 14 e 16 do corrente, do Departamento de Estatística e Publicidade, sobre o pagamento das importâncias de réis 568\$000 a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro e de 1:020\$ ao Sindicato Condor Ltda., de transportes. (PG. 3.717 e 3.727). — O Tribunal recusou registro às aludidas despesas, por terem sido realizadas a conta de empenho extraído para a realização de serviços no exercício de 1938, já encerrado.

Observação — No julgamento do processo, originado pelo ofício n. 14, de 25 do corrente, da Delegação deste Tribunal na Estrada de Ferro Central do Brasil, relativamente à consulta sobre a aplicação do saldo de 360:000\$000, no exercício atual, do crédito especial aberto pelo Decreto-Lei n. 529, de 1 de julho de 1938, assumiu a Presidência do Tribunal o Sr. Ministro Ruben Rosa, vice-presidente, por se haver declarado impedido o Sr. Ministro presidente.

Nada mais havendo a tratar o Sr. Ministro presidente designou para a 31 do corrente mês para a seguinte sessão ordinária, declarando encerrados os trabalhos.

E, para constar lavrou-se a presente ata que vai subscrita e assinada.

ATA N. 16 — SESSÃO ORDINÁRIA EM 31 DE JANEIRO DE 1939

Presidência do Sr. ministro Tavares de Lira — Procurador, Dr. Leopoldo Cunha Melo — Secretário, bacharel Djalma Monteiro

Presentes os Srs. ministros Otávio Tarquínio de Sousa, Ruben Rosa, José Américo, Bernardino de Sousa, Eduardo Lopes e José de Castro Nunes, foi aberta a sessão.

Relatados pelo Sr. ministro Otávio Tarquínio de Sousa:

Ministério da Fazenda:

Processos:

De concessão de aposentadoria:

A Alcides de Oliveira Alves, encadernador da classe I, do Quadro III, do Ministério da Justiça; a Hercília Batista, idem, idem; a José Joaquim Pereira, impressor classe F, idem; e a Alvaro Nobre da Silva, guarda civil classe E, do Quadro II, idem (PG. 36.004, 35.999, 35.900 e 33.482). — O Tribunal recusou registro às aludidas concessões, porque o abono dos vencimentos de inatividade deve partir da data da publicação do decreto de aposentadoria, recusando igual expediente às despesas por terem sido classificadas no exercício de 1938, já encerrado.

A Carlos Lucchini, operário de 1ª classe da Fábrica de Pólvora Sem Fumaça do Ministério da Guerra (PG. 33.502). — O Tribunal ordenou o registro da aludida concessão.

Ofícios ns. 15.491, 2.249, 2.274, 2.279 e 2.285, de 15 de dezembro, 25 e 26 de janeiro findos, da Comissão Central de Compras, sobre a restituição das cauções depositadas como garantia da execução dos contratos ns. 134, 171, 130, 269 e 300, de 1938 (PG. 32.306, 264, 571, 318 e 3.901). — O Tribunal autorizou a restituição das aludidas cauções.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Avisos:

N. 22, de 9 deste mês, sobre a restituição da caução de 1:000\$, depositada pela Casa Sousa Batista Ltda., como garantia de execução de contrato (PG. 153). — O Tribunal autorizou a restituição da aludida caução.

N. 13, de 23 deste mês, com a cópia do decreto-lei n. 992, do dia 29 de dezembro do ano findo, que abre o crédito especial de 2:460\$ para pagamento de diferença de vencimentos ao bacharel Bento Ribeiro, no período de 1 de janeiro de 1937 a 9 de janeiro de 1938, como escrivão classe G, do Quadro II, do mesmo ministério (PG. 296). — O Tribunal ordenou o registro do aludido crédito.

N. 51, de 9 deste mês, pagamento de 367\$ à Companhia Telefônica Brasileira, por serviços prestados à Procuradoria Geral do Distrito Federal em 1938 (PG. 41.512). — O Tribunal recusou registro à despesa, preliminarmente, por estar classificada no exercício financeiro de 1938, já encerrado.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

Ofício n. 17, de 6 deste mês, da Comissão Construtora do Edifício, sobre a restituição da caução de 1:000\$ depositada por Amorim & Teixeira, como garantia da execução do contrato (PG. 326). — O Tribunal autorizou o levantamento da aludida caução.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Ofício n. 4-T-39, de 21 do mês findo, do tesoureiro da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, comunicando que recolheu da renda da mesma Estrada ao Banco do Brasil a importância de 660:000\$, destinada ao pagamento à Estrada de Ferro Sorocabana, pela montagem de vagões, nos termos da autorização ministerial contida no aviso n. 91, de 11 de outubro de 1938 (PG. 343). — O Tribunal resolveu converter o julgamento em diligência para que seja junto o processo de igual natureza relatado em sessão de 24 deste mês, pelo Sr. ministro Bernardino de Sousa.

Relatados pelo Sr. ministro José Américo:

Ministério da Educação e Saúde:

Ofício n. 416, de 17 deste mês, da Divisão de Contabilidade, com a cópia dos decretos-lei ns. 3.587 e 3.588, do dia 10 anterior, que concede auxílios a instituições de caráter privado, nas importâncias de 40:000\$ e 860:000\$, respectivamente (PG. 298). — O Tribunal ordenou o registro.

Ministério da Fazenda:

Processos de concessão:

De aposentadoria:

A Laudelina da Silva, encadernadora da classe E, do Quadro III, do Ministério da Justiça e a José Magarinos de Sousa Leão, oficial administrativo classe J, do Quadro Único, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (PG. 36.007 e 39.573). — O Tribunal recusou registro das aludidas concessões por dever o abono dos vencimentos de inatividade partir da data da publicação do decreto de aposentadoria, e as despesas, por estarem classificadas no exercício de 1938, já encerrado.

A Eugênio Mazziero, operário de material bélico classe G, do Quadro III, do Ministério da Guerra (PG. 102). — O Tribunal converteu o julgamento em diligência, para o fim a que aludem os pareceres.

Ofícios ns. 2.120, 2.243, 2.244, 2.247, 2.270, e 2.281, deste mês, da Comissão Central de Compras, sobre a restituição das cau-

ções depositadas por V. Lambert & Comp., Sthalunion Limitada, Luik & Kleiner Ltda., Sthalunion Limitada, Willmann, Xavier & Comp. e Hime & Comp., como garantia da execução dos contratos ns. 101, 145, 131, 235, 133 e 346, de 1938. (PG. 278, 274, 276, 272, 373 e 3.907) — O Tribunal autorizou a restituição das aludidas cauções.

Relatados pelo Sr. ministro Ruben Rosa:

Ministério da Fazenda:

Ofício n. 79, de 24 deste mês, da Diretoria do Domínio da União, com o processo fichado sob o n. 91.085-38, relativo ao contrato celebrado com José Carlos Barbosa, relativo ao aforamento do lote, n. 229, da Quadra 10, de acrescidos de marinha, à rua Cândido Gaffree, na 2ª Seção da Urca, nesta cidade. (PG. 174) — O Tribunal ordenou o registro.

Aviso n. 64, de 23 deste mês, com a cópia do Decreto-Lei número 1.059, do dia 19 anterior, que orça a receita destinada ao "Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional", no exercício de 1939 e abre o crédito especial de réis, 600.000.000\$000 (art. 3º) destinado a ocorrer as despesas com a execução do aludido plano no exercício de 1939 (PG. 188) — O Tribunal converteu o julgamento em diligência afim de que sejam feitas as retificações constantes do "Diário Oficial" de 25 de janeiro corrente.

Ofícios:

N. 2.246, de 25 deste mês, da Comissão Central de Compras, sobre a restituição da caução depositada por Gonçalves Tann & Companhia Ltda., como garantia de execução do contrato n. 238 de 1938 (PG. 270) — O Tribunal resolveu que nada há a deliberar, de acordo com os pareceres.

Ns. 2.245, 2.255, 2.272, 2.273, 2.280, 2.286 e 15.095, de janeiro corrente e dezembro último, da mesma Comissão, sobre as restituições das cauções depositadas por Wilh Eickhoff, Fonseca, Almeida & Comp., The English Electricidade Comp. Ltda., Manfredo Costa & Comp., Willmann, Xavier & Comp. (2) e Dias Garcia & Comp. Ltda., como garantia da execução dos contratos números 321, 284, 121, 177, 85, 334 e 194, de 1938 (PG. 268, 262, 308, 310, 320 377 e 32.037) — O Tribunal autorizou a restituição das aludidas cauções.

Processos de concessão:

De montepio a Maria Izabel Coelho Machado viúva de Euclides Machado escrevente de 3ª classe do Exército (PG. 148) — O Tribunal ordenou o registro da aludida concessão.

Idem, idem a Maria Carlinda de Melo, viúva de Hedefonso Francisco de Melo, 2º tenente reformado do Exército (PG. 158) — O Tribunal converteu o julgamento em diligência afim de serem selados os documentos a que alude a informação.

De aposentadoria a Avelino Braz de Toledo Black, operário de material bélico, classe E, do Quadro I, do Ministério da Guerra (PG. 142) — O Tribunal converteu o julgamento em diligência, para os fins a que aludem os pareceres.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Avisos:

N. 23, de 9 deste mês, restituição da caução de 6.370\$000 depositada por Santos Gonçalves & Comp. Ltda., como garantia de execução do contrato. (PG. 155) — O Tribunal autorizou o levantamento da aludida caução.

N. 228, de 25 de janeiro corrente, adiantamento de 660.000\$000 a Antônio Nicolau Gemal, contabilista do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (PG. 3.967) — O Tribunal converteu o julgamento em diligência, para que o Ministério informe se o responsável observou o prazo fixado no art. 71 parágrafo único do Código de Contabilidade, quanto à comprovação do adiantamento recebido à conta do exercício de 1938, e que não consta tenha sido apresentada a este Instituto.

N. 198, de 16 de janeiro corrente, sobre a distribuição, como adiantamento ao diretor da Colônia Fernando Namor, Nestor Verissimo da Fonseca, à Delegacia Fiscal no Estado de Pernambuco do crédito de 117.500\$000 por conta das sub-consignações 13, 03), 14, 03), 16, 04) e 17, 03) — II Material de Consumo da verba 2ª — Material. (PG. 3.725) — O Tribunal resolveu oficiar ao Ministério da Justiça comunicando que o crédito já foi distribuído à Delegacia Fiscal em Pernambuco e que, assim, o adiantamento deve ser solicitado à Delegação deste Instituto, naquele Estado.

Avisos G-29 e LC-1ª S-34, de 20 e 25 deste mês, transmitindo as tabelas organizadas pela Polícia Militar e pelo Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, referentes aos oficiais e praças reformados das mesmas corporações, nas importâncias de 5.960:970\$990 e 1.855:728\$600, dos créditos das sub-consignações ns. 33 e 34 consignação VII — Inativos, da verba 1 — Pessoal do orçamento daquele Ministério para o exercício de 1939 (PG. 260-39). — O Tribunal ordenou o registro das tabelas, de acordo com o voto proferido pelo senhor ministro relator, nos seguintes termos:

Em parte foi atendida a diligência ordenada pela decisão proferida pelo Tribunal, na sessão de 11 deste mês.

Isto posto, registre-se a tabela explicativa de distribuição referente à Polícia Militar (Verba 1ª, VII n. 33), nos termos dos Avisos e quatro enviado.

Quanto ao Corpo de Bombeiros, verifica-se, pelo quadro de distribuição, que a dotação orçamentária é insuficiente, já apresentando um déficit de 255:728\$600.

Assim, proponho o registro da distribuição, não somente dentro das forças da verba orçamentária, devendo, ainda, a Delegação observar o disposto nos artigos 10 e 13, *in fine*, do decreto-lei n. 867, de 17 de novembro de 1938.

N. 209, de 19 deste mês, distribuição do crédito de 26:118\$000 a diversas Delegacias Fiscais por conta da sub-consignação 33 — VII — Inativos da verba 1ª Pessoal (PG. 340). — O Tribunal ordenou o registro da aludida despesa.

— Relatados pelo senhor ministro Bernardino de Sousa:

Ministério da Educação e Saúde:

Ofício n. 495, de 19 deste mês, do Departamento de Administração Geral, distribuição do crédito de 112.000\$000 ao Tesouro Nacional, para pagamento de subvenções, à conta do decreto-lei número 952, de 14 de dezembro último (PG. 3.851). — O Tribunal ordenou o registro.

Ministério da Fazenda:

Processos de concessão:

De aposentadoria a Virgílio Braz de Toledo Black, operário de material bélico, classe E, do Quadro I do Ministério da Guerra (PG. 106). — O Tribunal converteu o julgamento em diligência, para os fins a que aludem os pareceres.

Idem, idem a Manuel Carlos Teixeira, carteiro classe G, do Quadro IV, do Ministério da Viação e Obras Públicas e a Benedito José de Aguiar Marins, guarda-civil da classe E, do Quadro II, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (PG. 35.939 e 35.956). — O Tribunal recusou registro às aludidas concessões por dever o abor dos vencimentos de inatividade partir da data do decreto de aposentadoria, e à despesa por estar classificada no exercício de 1938, já encerrado.

De montepio a Amélia da Costa Machado, irmã de José Nadi Machado, 2º tenente comissionado do Exército e de montepio e meio soldo a Rafaela de Sena Braga, viúva do general de brigada, reformado, Odorico Gomes de Sena Braga (PG. 154 e 142). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões.

Ofícios ns. 16.010, 2.248, 2.251, 2.256, 2.257, 2.287 e 2.288 de dezembro último e janeiro corrente, sobre a restituição das cauções depositadas por C. Fuerst & Comp. Ltda., Fonseca, Almeida & Companhia Ltda., Oscar Taves & Comp., Fábrica de Aço Paulista, S. A., Fonseca, Almeida & Comp. Ltda., Angelo de Luca e Willmann Xavier & Comp., como garantia da execução dos contratos ns. 30, 93, 32, 106, 278, 40 e 138, de 1938. (PG. 32.641, 3.863, 298, 325, 3.861, 377 e 381). — O Tribunal autorizou a restituição das aludidas cauções.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Aviso n. 199, de 16 do corrente, distribuição do crédito de réis 481:200\$000, à Delegacia Fiscal em Pernambuco, por conta da sub-consignação n. 11, — Admissão de extranumerários, II — Pessoal extranumerário, da verba 1 — Pessoal (PG. 3.723). — O Tribunal ordenou o registro da aludida despesa.

Ministério da Marinha:

Aviso n. 97, de 19 deste mês, distribuição de créditos no total de 3.350:000\$000 à Delegacia do Tesouro em Londres, à conta de várias sub-consignações das verbas 2ª e 3ª (PG. 3.711). — Foi ordenado o registro.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Avisos ns. 4.415 e 217, de dezembro último e janeiro corrente, com a cópia do contrato celebrado entre a Inspeção Federal das Estradas e Imobiliária Comercial S. A., para arrendamento de dependências do edifício Comercial Rio, à Avenida Graça Aranha ns. 6: 62-A, e 62-B (PG. 305). — O Tribunal resolveu que continue o julgamento em diligência para os fins a que aludem os pareceres.

— Relatados pelo senhor ministro Eduardo Lopes:

Ministério da Fazenda:

Ofícios ns. 2.251, 2.253, 2.252, 2.277, 2.278 e 2.282, deste mês, da Comissão Central de Compras, sobre a restituição das cauções depositadas por Fonseca & Cia., Ltda., Fonseca, Almeida & Cia. Ltda. Companhia, Lanston do Brasil S. A., W. Mitchell, Nieling & Cia., Companhia Marconi Brasileira, como garantia da execução dos contratos ns. 343 — 292 — 315 — 219 — 239 — 332 — de 1938. (PG. 36 — 3.857 — 3.859 — 314 — 316 e 3.909). — O Tribunal autorizou a restituição das aludidas cauções.

Processos:

De concessão:

De montepio militar a Eulália Rodrigues de Oliveira, irmã de Amaro Leite de Oliveira, 1º sargento do Exército (PG. 3.605).

De montepio e meio soldo a Maria José Abott, viúva de Eliezer Abott coronel do Exército e a Maria Antônia de Andrade Contreiras, viúva de Américo Vespúcio de Abreu Contreiras, 2º tenente reformado do Exército (PG. 164 e 170). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões.

De aposentadoria a José Vicente dos Santos, guarda civil, classe E do Quadro II, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (PG. 3.957). — O Tribunal recusou registro à concessão porque o abono os vencimentos de inatividade deve partir da data da publicação do decreto de aposentadoria e a despesa por estar classificada no exercício de 1938, já encerrado.

Idem, idem, a Genésio Alves de Macedo, operário de material bélico, classe G, do Quadro I, do Ministério da Guerra (PG. 108). — O Tribunal converteu o julgamento em diligência para os fins a que se referem os pareceres.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Aviso n. 38, de 26 de janeiro corrente, com a cópia do Decreto-lei n. 1.073, do dia 27 anterior, que transfere para o Ministério da Justiça o crédito especial de 1.400.000\$000 aberto pelo Decreto-Lei número 1.023, de 31 de dezembro de 1938 (PG. 397). — Foi ordenado registro.

Ministério das Relações Exteriores:

Aviso n. 960, de 30 de dezembro último, do Ministério da Fazenda, em as tabelas gerais de créditos para o exercício de 1939, daquele Ministério (PG. 36.823). — O Tribunal resolveu reiterar a diligência anterior, de acordo com o parecer.

Nada mais havendo a tratar o senhor ministro presidente designou dia 3 do mês de fevereiro p. futuro, para a seguinte sessão ordinária, declarando encerrados os trabalhos.

E, para constar, lavrou-se a presente ata que vai subscrita e assinada.

ATA N. 17 — SESSÃO ORDINÁRIA EM 31 DE JANEIRO DE 1939

Presidência do senhor ministro Tavares de Lira; procurador, doutor Leopoldo Cunha Melo; secretário, Bacharel Dejalma Monteiro.

Presentes os senhores ministros Otávio Tarquínio de Sousa, Ruben de Alencar, José Américo, Bernardino de Sousa Lopes e José de Castro Nunes e aberta a sessão.

Compareceram os senhores auditores Bueno Brandão, Rogério de Freitas e Ernesto Claudino.

Relatados pelo senhor Auditor Bueno Brandão:

Processos:

De comprovação de adiantamentos:

Recebidos nas Delegacias Fiscais:

De 712\$500 pela ratilografia classe D, da Delegacia Federal de Saúde, 2ª Zona, Odete de Lima França, em 22 de setembro de 1938;

De 300\$000 pelo arquivista classe I, da Delegacia Fiscal em Serrope, Aureo Freire, em 27 de outubro idem;

De 1:000\$000 pelo inspetor de Coletoria da 1ª Zona, no Estado do Rio Grande do Sul, Artur Moreira de Carvalho, em 19 de outubro, idem;

De 50\$000 pelo arquivista da classe E, da Delegacia Fiscal no Rio Grande do Norte, José Oto Carneiro e Frota, em 6 de dezembro idem;

De 150\$000 pelo escriturário classe E, da sessão do Posto de Renda no Estado do Paraná, Ceci Castelo Branco e Silva, em 6 de outubro idem;

De 510\$000 pelo guarda livros da Contadoria Seccional no mesmo Estado, Armando Dela Bianca, em 24 de dezembro idem;

De 500\$000 pelo inspetor de Coletorias Federais no mesmo Estado, Romeu Pires Ferreira, em 17 de outubro idem;

De 6:300\$000 pelo professor classe G, da Escola de Aprendizes Artífices no Estado de São Paulo, Luiz Dafre, em 28 de novembro idem;

De 1:000\$000 pelo sub-ajudante da inspetoria do Serviço de Fomento da Produção Vegetal, no Estado do Paraná, Hermes Machado Cardoso, em 16 de setembro idem;

De 700\$000 do funcionário da Seção do Imposto de Renda no mesmo Estado, Emilio Ferreira Gonçalves, em 11 de outubro idem;

De 7:000\$000 pelo agrônomo classe J, do Serviço de Cultura do Trigo, no mesmo Estado, Caio Graccho Pereira, em 23 de Agosto, idem;

No Tesouro Nacional:

De 30:000\$000 pelo superintendente do Serviço Geográfico, Manuel Alves de Sousa, em 6 de dezembro de 1938;

De 15:000\$000 pelo almoxarife classe H, chefe do Serviço do Material do Departamento Administrativo do Serviço Público, Tito Roberto de Matos Vanique, em 12 de outubro idem;

De 28:000\$000 pelo oficial administrativo classe J, do Tesouro Nacional, Aluísio Alves Dantas de Araújo, em 15 de setembro idem;

De 1:250\$000 pelo chefe do Serviço de Almoxarifado, da Diretoria do Domínio da União, Odorico Correia de Faria, em 5 de dezembro idem;

De 17:535\$000 pela escriturária da Saúde Pública, Elza Soares Duque Estrada, em 13 de julho idem;

De 25:000\$000 pelo chefe do Serviço Auxiliar do Departamento Administrativo do Serviço Público, Paulo Vidal, em 26 de novembro, idem;

475\$000 pelo chefe da Contadoria Seccional na Recebedoria do Distrito Federal Romualdo Rodrigues Fortes, em 29 de dezembro, idem;

O Tribunal julgou legal a aplicação dada aos adiantamentos citados.

De 8:200\$000 pelo oficial administrativo do Hospital Estácio de Sá, José Mendes Guimarães, em 9 de novembro de 1937. — O Tribunal manteve sua anterior recisão.

Recebidos no Ministério da Guerra:

De 13:000\$000 pelo 2º tenente comissionado Hermes Fontoura, em virtude do ofício n. 246, de 25 de março de 1926 do general comandante das Forças em Operações no Norte da República;

De 2:000\$000 pelo capitão Jacob Manuel Gaioso e Almendra, em virtude do ofício n. 246, de 25 de março de 1926 do general comandante das Forças em Operações no Norte da República;

De 1:520\$000, pelo 1º tenente Paulo de Albuquerque Lacerda em virtude do aviso n. 371, de 4 de outubro de 1929. — O Tribunal julgou comprovada a aplicação dada aos citados adiantamentos.

Processos de tomada de contas:

N. 21.379, de Martinho Xavier Seefelder, coletor federal da Pirajui, no Estado de São Paulo, no período de 1 de fevereiro de 1926 a 31-8 de 1928. — O Tribunal deixou de tomar conhecimento do pedido formulado às folhas 59 do processo, por não se ajustar o mesmo a qualquer das hipóteses previstas no artigo 174, do decreto n. 15.770, de 4 de novembro de 1922, de acordo com os pareceres.

N. 1.302-38, de Luiz Felipe Saldanha da Gama, ex-pagador da Comissão de Estradas de Rodagem Federais, responsáveis pela comprovação da aplicação dada ao adiantamento de 1.261:000\$000, recebido para despesas a seu cargo no período de agosto a dezembro de 1933. — O Tribunal resolveu reiterar o ofício a que se referem os pareceres.

Relatados pelo Sr. auditor Rogério de Freitas:

Processos:

De comprovação de adiantamentos:

Recebidos nas Delegacias Fiscais:

De 1:471\$200 pelo arquivista classe E, da Delegacia Fiscal no no Estado do Piauí, Marco Alves de Sousa, em 2 de agosto de 1938;

De 8:400\$000 pelo professor da Escola de Aprendizes Artífices, no Estado do Amazonas, Rodolfo Martinho de Castro Leite, em 23 de setembro, idem;

De 3:500\$000 pelo almoxarife classe G, do Aprendizado Agrícola de Alagoas, Antônio Domingos de Aguiar em 30 de novembro idem;

De 7:000\$000 pelo funcionário do Horto Florestal de Lorena, Estado de São Paulo, Epitácio Santiago, em 3 de junho, idem;

De 75\$000 pelo encarregado do Serviço Regional do Domínio da União, no Estado da Paraíba, Sabino de Campos, em 28 de outubro, idem;

De 856:352\$000 pelo contabilista classe J, da Estrada de Ferro de Goiaz, Hermínio de Sousa Pinto, em 18 de julho idem;

O Tribunal julgou legal a comprovação da aplicação dada aos citados adiantamentos.

De 500\$000 pelo escriturário da Escola de Aprendizes Artífices no Estado de Amazonas, Carlos Garrido Teixeira, em 23 de setembro de 1938. — O Tribunal converteu o julgamento em diligência, de acordo com os pareceres.

Recebidos no Tesouro Nacional:

De 41:200\$000 pelo engenheiro de Minas, classe K, do Departamento Nacional da Produção Mineral, Alberto Hedefonso Erichsen, em 28 de abril de 1938;

De 30:000\$000 pelo engenheiro de Minas classe K, do mesmo Departamento, José Lino de Melo Júnior, em 9 de setembro, idem;

De 5:000\$000 pelo assistente técnico do Serviço de Fiscalização de Farinhas, do Ministério do Trabalho, Júlio Cesar Covelto, em 23 de agosto, idem;

De 5:000\$000 pelo consul Edson Ramos Nogueira, em 31 de outubro, idem;

De 4:700\$000 pelo auxiliar de gabinete do ministro do Trabalho, Edmundo Bragante em 12 de abril, idem;

De 6:000\$000 pelo guarda classe G, do Ministério da Educação, José Fidalgo Torneiros, em 30 de novembro, idem;

De 1:500\$000 pelo chefe de portaria do Domínio da União, Antônio de Figueiredo Reis em 12 de dezembro, idem;

De 10:000\$000 pelo arquivista classe H, do Ministério da Educação, Laura de Lima Pacheco, em 15 de julho, idem;

De 3:000\$000 pelo chefe da portaria do Tribunal de Contas, Antônio Lopes Júnior, em 11 de outubro, idem;

De 1:500\$000 pelo engenheiro classe H, do Ministério da Educação, Maria de Oliveira Regis, em 18 de outubro, idem;

De 2:000\$000 pelo servente classe E, do Laboratório Bromatológico, Zorastiro Aniques Loreira, em 28 de julho, idem;

De 1:500\$000 pelo oficial administrativo classe J, do Tribunal de Contas, Epitácio Monteiro Pessoa, em 2 de dezembro, idem;

De 1:340\$000 pelo chefe de portaria do Laboratório Bromatológico, Hermenegildo Caldeira de Sousa, em 24 de dezembro, idem;

De 475\$000, pelo chefe da Contadoria Seccional na Alfândega do Rio de Janeiro Afif Ferreira Horta, em 29 de novembro, idem;

De 3:000\$000 pelo escriturário classe F, do Departamento Nacional, de Indústria e Comércio, Pedro Paulino da Fonseca, em 26 de setembro, idem;

De 10:000\$000 pelo oficial administrativo da Diretoria do Imposto de Renda, Joaquim Teixeira Mendes, em 5 de dezembro, idem;

De 50:000\$000 pelo oficial administrativo classe J, do Ministério da Educação, Angelo Noreña Batista, em 16 de setembro, idem;

De 500\$000 pelo tesoureiro geral do Tesouro Nacional, Alfeu Palma Garcia, em 3 de agosto, idem;

O Tribunal julgou boa e legal a aplicação dada aos mencionados adiantamentos.

De 4:500\$000 pelo oficial administrativo classe I, do Ministério da Educação, Mário Pereira de Araujo, em 19 de setembro de 1938. — O Tribunal converteu o julgamento em diligência, afim de que seja observado o § 12, do art. 22 das "Instruções" de 7 de outubro de 1938.

De 8:500\$000 pelo almoxarife classe G, do Instituto Osvaldo Cruz, Antônio Borrielo Júnior, em 14 de junho de 1938. — O Tribunal resolveu que se faça a devolução do processo ao Tesouro Nacional, de acordo com os pareceres.

Processo de tomada de contas:

N. 35.208, de Francisco José de Paulo, almoxarife da 3.^a Divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, no período de 20 de outubro de 1907 e 8 de abril de 1932. — O Tribunal resolveu ordenar o encaminhamento das contas.

Relatados pelo Sr. auditor Aernesto Cláudio:

Processos de comprovação de adiantamentos:

Recebidos no Ministério da Guerra:

De 200:000\$000 pelo Dr. Francisco Joaquim da Rocha, em virtude de ordem do Sr. ministro da Guerra, para aquisição de animais para Batalhões Patrióticos, no Estado da Bahia, em 1926;

De 100:000\$000, pelo tenente coronel Paulo de Araujo Bastos, em virtude do ofício n. 672, de 28 de março de 1925, do general comandante das Forças em Operações nos Estados do Paraná e Santa Catarina;

De 30:000\$000 pelo coronel Pedro Crisol Fernandes Brasil, em virtude do ofício n. 207, de 15 de abril de 1925 do comandante das Forças em Operações nos mesmos Estados;

De 5:000\$000 pelo coronel Frutuoso Mendes, em virtude do ofício n. 112, de 26 de fevereiro de 1926, do general comandante das Forças em Operações no Estado de Mato Grosso;

De 1:000\$000 pelo Dr. Ariberto Batista Gonçalves, secretário da Procuradoria Geral da Justiça Militar, em 9 de maio de 1930 — O Tribunal julgou comprovada a aplicação dada aos citados adiantamentos.

Recebidos nas Delegacias Fiscais:

De 15:000\$000 pelo guarda sanitário da Delegacia de Saude, no Estado de São Paulo, Rafael Paino, em 17 de setembro de 1938. — O Tribunal converteu o julgamento em diligência para o fim a que alude o parecer.

De 24:930\$600 pelo tesoureiro da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, Celso Amâncio Ramalho, em 25 de novembro de 1936;

De 2:750\$000 pelo agrônomo fitosanitarista do Departamento Nacional da Produção Vegetal, no Estado de São Paulo, Raul Gomes Pinheiro Machado, em 15 de junho de 1937;

De 840\$000 pelo arquivista classe E, da Delegacia Fiscal na Paraíba, João Batista Madruga, em 8 de outubro de 1938;

De 750\$000 pelo inspetor de coletorias federais no Estado do Paraná, Luiz de Araujo Roslindo, em 12 de julho idem;

De 300\$000 pelo arquivista classe D, da Alfândega de Natal, Luiz Seabra de Melo, em 3 de setembro idem;

De 1:500\$000 pelo classificador de café, no Estado do Espírito Santo, Luiz M. Carneiro de Mendonça, em 21 de março, idem;

De 8:000\$000 pelo inspetor regional de Sericicultura de Barbacena, Antônio Calixto de Campos, em 2 de setembro, idem;

De 8:400\$000 ao datilógrafo classe F, do Serviço de Fruticultura do Departamento Nacional da Produção Vegetal no Estado de São Paulo, Antônio Silva Ferrão, em 24 de dezembro de 1927;

De 2:000\$000 pelo datilógrafo classe F, da Inspetoria Regional do Serviço de Defesa Sanitária Animal, no Estado de São Paulo, João Evangelista Tavares Júnior, em 30 de novembro de 1938;

De 22:000\$000 pelo datilógrafo classe E, do Serviço de Fruticultura, em Pernambuco, Raimundo de Aleântara Cerveira, em 16 de setembro, idem;

De 5:000\$000 pelo oficial da Estrada de Ferro Central do Piauí, Belisário José Nunes Bona, em 14 de setembro de 1936. — O Tribunal julgou legal a aplicação dada aos citados adiantamentos.

Recebidos no Tesouro Nacional:

De 1:000\$000 pelo secretário da Comissão Disciplinar da Justiça do Distrito Federal, Renato Guedes de Campos, em 29 de dezembro de 1935. — O Tribunal converteu o julgamento em diligência, para o fim a que alude o parecer.

De 20:000\$000 pelo economista do Internato do Colégio Pedro II, José Presa, em 19 de agosto de 1935;

De 4:500\$000 pelo almoxarife classe I, do Ministério da Educação, José Viana de Macedo, em 9 de agosto de 1938;

De 40:000\$000 pelo engenheiro Luiz Guedes de Carvalho, da Diretoria do Domínio da União, em 5 de dezembro, idem;

De 4:300\$000 pelo escriturário do Departamento de Aeronáutica Civil, Dermot Alves Feijó, em 19 de agosto, idem;

De 1:300\$000 pelo diretor do Instituto Nacional do Livro, Augusto Meier, em 6 de outubro idem;

De 240:000\$ pelo membro da Comissão de Organização da Representação do Brasil na Feira Mundial de Nova York, Lourival Fontes, em 23 de agosto, idem. — O Tribunal julgou legal a aplicação dada aos citados adiantamentos.

De 16:500\$ recebido na Agência do Banco do Brasil, no Estado do Pará, pelo 2.^o tenente comissário da Armada, Cindo de Sana San-

tos, para despesas de mantimentos, em 1932, com a guarnição do encouraçado "Floriano". — O Tribunal determinou que se proceda de acordo com os pareceres.

Processos de tomada de contas:

N. 8.655, de José Inácio da Glória, escrivão servindo de coletor na Coletoria Federal de São Vicente, Estado de São Paulo, no período de 22 de maio a 5 de junho de 1914. — O Tribunal deu provimento ao recurso interposto, para o fim de reformar o acórdão de 6 de novembro de 1935, corrigindo o período da gestão do responsável de quem se trata.

N. 32.116, de Hamilton Pereira Duarte, agente, interino, do correio de Cortume Maguari, Estado do Pará, no período de 1 de janeiro de 1935 a 15 de janeiro de 1936. — O Tribunal deu provimento ao recurso interposto, pelo Sr. procurador, para o fim de reformar o acórdão de 30 de março de 1937, corrigindo-se o nome do responsável.

N. 11.375, de Maria d'Almeida, ex-agente do correio da praça do Palácio, na capital do Estado da Bahia, no período de 23 de abril de 1912 a 9 de fevereiro de 1916. — O Tribunal resolveu que se oficie ao Ministério da Fazenda, de acordo com o parecer do Sr. procurador.

N. 36.677, de Edgar Kuntz, coletor da 1.^a Colatoria Federal em Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1935, servindo como escrivão, Fernando da Rocha Miranda no período de 1 de janeiro a 23 de maio do mesmo ano, e Manuel Bragança dos Santos, de 21 de junho a 31 de dezembro ainda do mesmo ano. — O Tribunal resolveu que se proceda de acordo com os pareceres.

N. 10.646, de José Correia de Sousa Lima, ex-encarregado da Arrecadação das Rendas Federais em Vila Nepomuceno, Estado de Minas Gerais, no período de 15 de maio de 1913 a 1 de março de 1917. — O Tribunal resolveu que se reitere o ofício a que se refere o senhor procurador.

N. 10.084, de José Antônio Cidade, ex-coletor federal de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, no período de 1 de janeiro de 1915 a 20 de novembro de 1926. — O Tribunal resolveu que se proceda de acordo com os pareceres.

N. 1.543, de Eduardo Duarte de Sousa Aguiar, superintendente da Diretoria de Obras e Transportes, do Ministério da Educação e Saúde, responsável pelo adiantamento de 1.200:000\$ recebido para construções de Pavilhões na Colônia de Psicopatas (Homens) em Jacarépaguá. — O Tribunal resolveu a diligência a que aludem os pareceres.

Ns. 37.147, de Olívia Lopes Camargo, agente postal de Registro, no Estado de São Paulo, no período de 1 de abril de 1927 a 17 de maio de 1929. — O Tribunal resolveu admitir o recurso interposto pelo responsável, a fls. 27 do processo.

N. 18.721, de Derossi Santiago da Nóbrega, ex-agente do correio de Brasília, no Território do Acre, nos períodos de 26 de abril de 1913 a 20 de maio de 1921; 16 de dezembro de 1921 a 30 de novembro de 1922 e de 14 de outubro de 1923 a 8 de outubro de 1927. — O Tribunal resolveu ordenar a alienação administrativa da caução do responsável.

N. 38.962, de Cristovão Barbosa Giesta Júnior, coletor federal de Valença, no Estado do Rio de Janeiro, no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1936, sendo interino, no período de 1 de janeiro a 14 de junho, servindo como escrivão no período de 22 de junho a 31 de dezembro de 1936, Francisco Garcia Goulart. — O Tribunal mandou lavrar acórdão, considerando o escrivão em crédito pela importância de 23\$400 e quite o coletor.

N. 1.998-38, de Francisca Quilice de Andrade, agente do correio de Conceição do Rio Verde, no Estado de Minas Gerais, no período de 25 de junho de 1927 a 31 de dezembro de 1936.

N. 2.297, de Balbina Bueno, agente postal de São Tomaz de Aquino, no mesmo Estado, no período de 1 de julho de 1932 a 31 de dezembro de 1936;

N. 2.412-38 de Ernestina Belisanda Vilas Boas, agente do correio de Ijaci, no mesmo Estado, no período de 5 de setembro de 1929 a 30 de junho de 1932;

N. 2.430-38, de Honorina Gusman Pedrosa, agente do correio de Pirapama, no mesmo Estado, no período de 1 de julho de 1932 a 31 de dezembro de 1935;

N. 2.543-38, de Hildebrando Jouri Ribeiro, agente do correio de Santo Antônio do Itambé, no mesmo Estado, no período de 16 de dezembro de 1932 a 31 de dezembro de 1936;

N. 2.546-38, de Alice de Assis Penha Brasil, agente postal telegráfica de Piedade no Distrito Federal, no período de 1 de janeiro a 3 de março de 1938.

O Tribunal mandou lavrar acordãos considerando os citados responsáveis em crédito pelas importâncias de 14\$400, 42\$000, 28\$800, 10\$000, 59\$200 e de 92\$000, respectivamente.

N. 33.637, de Severina Savina da Silva, agente do correio de Tacina, Estado da Paraíba do Norte, no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1935;

N. 897-38, de Cristovão de Albuquerque Alencar, ex-agente interino, do correio de "Codojós", no Estado do Amazonas, no período de 17 de setembro a 17 de dezembro de 1921 e de 13 de março a 31 do mesmo mês de 1923;

N. 2.267-38, de Aureluce de Figueiredo, agente do correio de Silva Jardim, no Estado de Minas Gerais, no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1937;

N. 2.318-38, de Stela Ramalho de Magalhães, agente postal telegráfica de Praia Vermelha, Distrito Federal, no período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 1937;

N. 2.325-38, de João Batista Alves, agente postal, como tesoureiro de Santa Cruz, idem, idem, no período de 1 de janeiro a 15 de novembro de 1937;

N. 2.326-38, de Maria do Carmo Pastori Pereira, agente postal telegráfica de São Francisco Xavier, idem, idem, de 29 de outubro a 6 de dezembro de 1936;

N. 2.327-38, de Leopoldina da Costa Perrota, agente postal de Grola Funda, idem, idem, de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1937;

N. 2.418-38, de Ana Fausta do Couto, agente do correio de Jacuf, Estado de Minas Gerais, no período de 1 de julho de 1932 a 31 de dezembro de 1936;

N. 2.419-38, de Laura Pereira, agente do correio de Dourado, idem, idem, de 26 de fevereiro de 1932 a 31 de dezembro de 1936;

N. 2.422, de Higino José Ferreira, agente do correio de São Sebastião das Torres, idem, idem, de 1 de julho de 1932 a 31 de dezembro de 1935;

N. 2.428, de Carminda Mendonça La Cava, agente do correio de Roca Grande, idem, idem, de 1 de julho de 1932 a 31 de dezembro de 1935;

N. 2.429-38, de José Leonardo D'Angelo, agente interino dos correios de Rio das Mortes, idem, idem, de 1 de dezembro a 31 do mesmo mês de 1935;

N. 2.432-38, de Allina de Moraes Sarmiento, agente do correio de Tupi, idem, idem, de 1 de junho de 1932 a 31 de dezembro de 1935;

N. 2.434-38, de Nair Costa, agente do correio de Tocantins, idem, idem, de 1 de julho de 1932 a 31 de dezembro de 1935;

N. 2.469-38, de Ordalia Lima de Faria, agente do correio de Serra do Salitre, idem, idem, de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1937;

N. 2.470-38, de Zanir da Costa Ribeiro, agente do correio de Agua Suja, idem, idem, de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1937;

N. 2.471-38, de Jovelina Marra, agente postal telefônica de Abadia dos Dourados idem, idem, de 1 de janeiro de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1937;

N. 2.472-38, de Aurora Nogueira Rosa, agente do correio de Salitre, idem, idem, de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1937;

N. 2.474-38, de Rita de Cassia Novais, agente do correio de Chumbo, idem, idem, de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1937;

N. 2.544-38, de Delzuita Simeão de Oliveira, agente do correio de Santo Antônio do Madeira, Estado do Amazonas, no período de 1 de janeiro de 1931 a 31 de dezembro de 1934;

N. 2.547-38, de Maria Celeste Mendes de Carvalho, agente postal com funções de tesoureira da Sucursal da Lapa, Distrito Federal, no período de 1 de janeiro a 8 de março de 1938;

N. 2.548-38, de Severina Barbosa Moraes, agente postal telegráfica da rua São Luiz Gonzaga, idem, idem, no período de 3 a 31 de março de 1938;

N. 2.574-38, de Rhêa Sílvia Müller Biasi, agente do correio de Ernesto Alves, Estado do Rio Grande do Sul, no período de 1 de janeiro de 1922 a 31 de dezembro de 1937;

N. 2.578-38, de Loralina Pereira da Luz, agente do correio de Jirua, idem, idem, de 1 de outubro de 1935 a 31 de dezembro de 1937;

N. 2.581-38, de Leontina von Mühlen Erig, agente do correio de 15 de novembro, idem, idem, de 1 de novembro de 1935 a 31 de dezembro do mesmo ano;

N. 2.615-38, de Manuel Dionísio de Castro, auxiliar de 3ª classe com funções de agente postal telefônico de Comarcão, Estado de Minas Gerais, no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1937;

N. 2.668-38, de Antônio Rodrigues Chaves, agente do correio do Rio Paranaíba, idem, idem, de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1937.

O Tribunal mandou lavrar acordãos considerando quites os responsáveis de que se traça.

De baixa de fiança:

De 3:000\$000 do ex-coletor das rendas federais da Januária, Estado de Minas Gerais, Bertoldo de Sousa Leão;

De 1:080\$000 do ex-agente do correio de S. José dos Campos, no Estado de S. Paulo, Antônio Eugénia de Castro Toledo.

O Tribunal autorizou a baixa das referidas fianças.

Foi finalmente aprovada a redação dos acordãos lavrados nos processos julgados nas sessões indicadas e apresentados pelos seguintes relatores:

Sr. auditor Bueno Brandão:

N. 37.409, de Gustavo Luiz Buchele e Valdemiro de Carvalho, condenando-os ao pagamento das importâncias de 720\$657 e 463\$678, respectivamente.

N. 2.095-38, de Custódio Leite de Araujo, e Alexandre Alves Martins; 37.782, de Alvaro Ataíde, João Rodrigues Leal e Oscar Artur de Sousa. — O Tribunal mandou lavrar acordãos, considerando os responsáveis de que se trata em crédito pelas importâncias de 2:793\$752, 1:369\$416 e 1:964\$437, 1:267\$400 e 1:070\$100, respectivamente.

Ns. 1.961-38, de Hércules P. Ferreira, 2.300-38 de Aristóteles de Sousa Imenes, 2.278-38, de Carlos Oscar Guimarães, 2.279-38, de Honestaldo Pinto Monteiro, 2.219-38, de Moisés Cândido Dias, 2.216-38, de José da Costa A. Melo, 2.217-38, de Artur Alves Portilho Bastos, 2.215-38, de João da Costa Marques, 2.213-38, de Osvaldo Pederneiras, 2.212\$38, de João dos Santos, 2.211-38, de Atila Franco Aché, 2.198-38, de Noémio da Silva Loureiro, 1966-38, de Luiz Henrique Marques da Costa, 1.965-38, de Raul Pinto de Miranda, 1.964-38, de Lauro Frota, 2.619-38, de Antônio Augusto de Sousa Pinto, 2.620-38, de Maria da Conceição Reis, 2.622-38, de Júlia Moreira de Sousa, 2.624-38, de Floripes Moreira de Carvalho, 2.625-38, de Francisco Luiz Lima, 2.577138, de Irma Sallet, 2.626-38, de Zilda da Silveira Coutinho, 2.579-38, de Maria de Lourdes Ferraz, 2.585-38, de Argemiro Rocha, 2.595-38, de Maria Cavalcanti de Paiva, 2.617-38, de Joaquim José Benjamin, 2.575-38, de Ernesto Petry, 2.576-38, de Bauduino Henrique Kochenberg, 2.573-38, de Francisco Stawinski, 2.572-38, de Leopoldina Bram, 1.962-38, de Flávio de Oliveira Machado, 1.963-38, de Rafael Lucas Neto, 1.911-38, de João Laurindo da Silva, 1.914-38, de Walfredo Caldas, 1.915-38, de Alfredo José Rodrigues, 1.910 de Manoel Mateus Rhambusia, 1.909-38, de Walfredo Caldas, 2.312-38, de Américo Diniz Carneiro, 1.862-38, de Raul Tavares de Gama, 1.873-38, de Mário de Oliveira Guimarães, 1.875-38, de Alberto Ribeiro da Cruz, 1.874-38, de Paulo Bosísio, 1.876-38, de Luiz Santos Azevedo, 1.877-38, de José Moreira Maia, 1.899-38, de Fernando dos Santos, 1.913-38, de José d'Alibert de Siqueira Tedim, 1.982-38, de Maria Fialho Valadares, 1.859-38, de Cesar Afonso do Nascimento Pinheiro e 576-38, de Cesário Vieira Dantas, considerando-os quites para com a Fazenda Nacional e mandando que sejam expedidas a favor dos mesmos as competentes provisões.

Auditor Rogério de Freitas:

Sessão de 28 de dezembro:

Ns 2.286-38, de Manuel Batista Bittencourt, 2.283-38, de Manuel Ricardo dos Santos, 2.282-38, de José Macedo, 2.156-38, de Canuta de Farias Viana, 2.078-38, de Evangelina Banelo, 2.077-38, de Aldeamar de Queiroz Ferreira, 2.061, de Jocarby Miranda Costa, 2.062-38 de Lúcia Franzotti Pires Martins, 2.070-38, de Maria Carias, 2.071-38, de Maria Serra de Santana, 2.063-38, de João Pinto da Vitória, 2.073-38, de Maria Silva, 2.239-38, de João Bento, 1.975-38, de Manuel Ferreira Mendes, 1.929-38, de Ubaldino da Cruz Pereira, 2.205-38, de Hélio Ramos de Azevedo Leite, 2.184-38, de Milton Mendes Continho Marques, 2.234-38, de Antônio Monteiro de Barros, 2.166-38, de Alexandrino de Paulas Freitas Serpa, 2.165-38, de Nilo 2.233-38, de José Chaves, 2.374-38, de Adolfo Janyrot Júnior, Cesar, 2.164-38, de Zeolar Pedro Nolasco, 2.163-38 de João Luiz Gomes, 2.180-138, de Manuel Pinto Bittencourt, 2.179, 38, de Afonso Luiz Lemos, 2.178-38, de Carlos Chagas Diniz, 2.167-38, de Pio Clínico de Carvalho, 2.168-38, de Custódio Macedo da Costa, 2.220-38, de Carlos Pereira da Silva, 2.207-38, de Benjamin Constant de Magalhães Serejo, 2.206-38, de Haroldo Rosiere, 1.899-38, de Heitor Cesar Martins, 1.896-38, de Cícero Holanda Cavalcanti, 1.958-38, de Caetano Lopes Gama, 1.978-38, de Carlos Frederico de Noronha Neto, 2.111-38, do mesmo, 1.977-38, de José Leonor Ribeiro, 1.976-38, de Alfredo Batista Vargas, 2.115-38, de Sílio Azambuja Maurício de Abreu, 2.114-38, de Amaro Leandro da Costa, 2.113-38, de Zeferino de Carvalho, 2.112-38, de Manuel Hermínio do Nascimento, 2.139-38, de Oscar de Barros Leite, 2.138-38, de Olímpio Fernandes de Aguiar, 2.124-38, de Hermeogenildo da Fonseca, 2.117-38, de Joaquim Rodrigues Nunes, 2.116-38, de Raimundo da Cunha, 1.922-38, de Américo Vespúcio de Santana, 1.905-38, de Alino Ludgero de Aguiar, 1.904-38, de Andreilino Charreo Correia, 1.903-38, de Hércules Perí Ferreira, 1.902-38, de Teodoro José dos Santos, 1.951-38, de José de Araujo Filho, 1.947-38, de Ermano Soares de Sousa, 1.949-38, de Godofredo Campista, 1.946-38, de José Joaquim Gomes Júnior, 1.935-38, de Paulo Fernandes Machado, 1.934-38, de Edgard Santos Rosa, 1.933-38, de Walfredo Caldas, 1.932-38, de José d'Alibert de Sequeira Thadim, 1.931-38, de Otacílio Cunha, 1.974-38, de José Elias de Moraes da Fonseca Portela, 1.960-38, de Mário Geraldo Ferreira Braga, 1.959-38, de Almeirinda Aureliano da Silva, 1.923-38 de Carlos Almeida da Silva, 1.924-38, de Leocádio Joaquim da Costa, 1.925-38, de Benjamin Gonçalves da Costa, 1.338-38, de Carlos Oscar de Andrade, 1.265-38, de Gastão Monteiro Moutinho, 1.893-38, de Manuel Soares de Oliveira, 1.894-38, de Luciana Alves de Azevedo, 1.901-38, de Mário Joaquim de Santana, de 1.900-38, de Enéas Archelles de Miranda Correia, considerando-os quites e mandando que a favor dos mesmos sejam expedidas a competentes provisões.

Nada mais havendo a tratar o Sr. ministro presidente designou o dia 7 do mês de fevereiro, para a seguinte sessão ordinária de julgamento de processos da mesma natureza, declarando encerrados os trabalhos.

E, para constar, lavrou-se a presente ata que vai subscrita e assinada.

ATA N. 1

DEBATES DO SR. MINISTRO SEMANÁRIO, DR. JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA
— SECRETÁRIO, BACHARTEL RAIMUNDO AMORA MACIEL

Dia 2 de janeiro de 1939

Departamento Administrativo do Serviço Público:

Ofícios:

Ns. 1.033, 1.034 e 1.036, de 30 de novembro último, pagamentos de 600\$000 a José Abílio Abólio e outros, serventes do Departamento, de gratificações por serviços extranumerários em dezembro (32.916), de 93\$000 a Benjamin Ravizzini, guarda encarregado dos serviços de correio, de diárias relativas ao mês próximo findo (32.915) e de 4:000\$000 a Ari de Castro Fernandes e E. L. Berlinek, funcionários classificados no concurso de monografias, a título de prêmios (38.914). — Mandou-se registrar as despesas.

Ministério da Agricultura:

Ofícios:

Ns. 4.035 e 5.109, de 4 e 11 de novembro, solicitando as distribuições do crédito de 10:100\$000 à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional na Paraíba, para pagamento a Renato Gonçalves Martins, agrônomo designado para ter exercício na Estação Experimental de Plantas Têxteis, em Alagoinha, no aludido Estado, de vencimentos no período de 8 de junho a 31 de dezembro de 1938 (31.117), e de réis 2:554\$900 à mesma delegacia, referente aos vencimentos de Antônio Rodrigues Mourão Vieira, agrônomo, interino, do Departamento Nacional de Produção Vegetal, com exercício no Aprendizado Agrícola n. 3, no referido Estado, para atender ao pagamento correspondente ao período de 6 de outubro a 31 de dezembro do ano findo (30.059). — Ordenou-se o registro das despesas.

Ministério da Educação e Saúde:

Ofícios:

Ns. 503, 544, 542, 928, 3.663 e 319-P, de 12, 20, 21, 27 e 28 de dezembro, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Laboratório de Saúde Pública (2), Instituto Oswaldo Cruz, Serviço de Saúde do Distrito Federal e Hospital Psiquiátrico, pagamentos de réis 525\$000 à Companhia Imobiliária do Castelo, S. A. (31.050), de aluguel de casa em novembro, de 637\$600 à Companhia Telefônica Brasileira (38.883), de serviços telefônicos no 2º semestre de 1938, de 572\$800, à Companhia de Carris Luz e Força do Rio de Janeiro (38.884), de energia elétrica fornecida no aludido mês, de 7:175\$200 a diversos funcionários, de gratificação por serviços fora das horas regulamentares no mês próximo findo (36.808), de 7:430\$000 aos leprologos do Hospital Colônia de Curupaiti (36.827) e de 83\$300 a Davi Lima Cortes, guarda do Hospital Psiquiátrico (38.845), de remuneração referente a agosto. — Foi mandado dar registro às despesas.

Ns. 6.692, 6.827, 6.828, 6.834, 6.930, 7.215 e 7.238, de 15, 19, 21, 29 e 30 de dezembro, do Serviço de Contabilidade, pagamentos de 527\$900, à Companhia Telefônica Brasileira (31.064), de assinatura de aparelho, no 2º semestre, de 14:850\$000 a J. Lopes & Carneiro (38.887), de serviços prestados ao Colégio Pedro II — Externato — nas comemorações do 1º centenário da fundação do estabelecimento, de 6:600\$000 a J. M. Gonçalves Torres (38.886), idem, idem, de 2:500\$000 à Fundação Indígena (38.885), idem, idem, de 3:000\$000 ao Dr. Onestaldo Penafort (38.869), pela tradução de uma obra para teatro, de 1:600\$000 a D. Heloisa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional (35.197), como auxílio para pesquisas e 3:000\$000 ao pessoal extranumerário da Divisão de Educação Física (36.844), de remuneração relativa a dezembro último:

Ns. 14.528, 14.530, 15.228, 15.230, 15.234, 15.235, 15.231, 15.532, 15.533, 15.534, 15.535, 15.536, 15.538, 15.540 a 15.542, 15.544 a 15.551, 15.554, 15.558, 15.618 a 15.634, 15.669 a 15.671, 15.823, 15.824 a 15.827, de 28 de novembro, 12, 16, 17, 19 e 21 de dezembro, da Comissão Central de Compras, pagamentos de 763\$000 a Homero & Comp., Ltda. e outro (31.274), 942\$100 a Moreno Borlido & Comp. e outro (24.273), de 43\$700 a Luik & Kleiner Ltd. (32.336), de 100\$000 a R. Veiga & Comp. Ltda. (32.338), de 1:059\$700 a Heitor, Ribeiro & Comp. e outro (32.342), de 1:083\$000 a Sobral, Souza & Comp. (32.343), de 60\$000 a Heitor, Ribeiro & Comp. (30.900), de 96\$800 a M. Ventura & Comp. e outro (30.901), de 120\$800 a Abílio F. Magalhães & Comp. (30.902), de 186\$000 a Alexandre Ribeiro & Comp. Ltda. (30.903), de 308\$000 a Magalhães Sucupira & Comp. e outro (30.904), de 351\$500 a A. Barros & Comp. Ltda. (30.905), de 462\$000 a Alexandre Ribeiro & Comp. Ltda. (30.907), de 672\$000 a Anglo-Mexican Petroleum Co. Ltd. (30.309), de 679\$000 a A. Ramada & Comp. Ltda. (30.910), de 701\$100 a The Texas Co. (South America) Ltd. e outro (30.911), de 764\$000 a Pereira Passarelo & Comp. Ltda. (30.913), de 770\$600 a M. Soares de Amorim & Comp. Ltda. (30.914), de 990\$000 a Antônio Barroso Monteiro (30.915), de 1:020\$000 a Alexandre Ribeiro & Cia. Ltda. (30.916), de 1:269\$800 a Alberto de Araujo & Cia. (30.917), de 1:364\$000 a Anglo-Mexican Petroleum Co. Ltd. (30.918), de 1:440\$000 a Albino, Castro & Cia. (30.919), de 1:450\$000 a Jorge Pereira & Cia. Ltd. e outros (30.920), de 1:995\$000 a João Carvalho & Cia. (30.923), de 4:125\$000 a The Caloric Co. (30.927), de 42\$000 a J. G. Pereira & Cia. (36.541), de 88\$000 a Cardinale & Cia. (37.542), de 99\$000 a M. Ventura & Cia. (36.543), de 200\$900 a Fábio Bastos & Cia. (36.544), de 483\$600 a Heitor Ribeiro & Cia. e outro (26.545), de 657\$000 a J. G. Pereira & Cia. (36.546), de 889\$500 a Erich Eichner & Cia. Ltd. (37.547), de 929\$700 a Moreira Barbosa & Cia. Ltd. e outros (36.548), de

960\$000 a Erich Eichner & Cia. Ltd. (36.549), de 1:024\$800 à Empresa Progresso Ltd. (36.550), de 1:403\$000 a Moreno Borlido & Cia. e outro (36.551), de 1:405\$000 a S. A. Casa Pratt e outra (36.552), de 1:657\$900, idem, idem (36.553), de 1:755\$200 a Moreno Borlido & Cia. e outro (36.554), de 1:810\$600 a M. Ventura & Cia. e outro (36.555), de 2:734\$500 a Cesar El-Yachar & Cia. e outro (36.556), de 84:825\$000 a Automóveis Santa Luzia Ltda. (36.557), de 280\$000 à Casa Veiga Ltda. (36.604), de 303\$600 a J. G. Pereira & Cia. (36.605), de 469\$900 a Mário Amado & Cia. (36.606), de 15\$400 a Martins Gomes & Cia. (36.634), de 56\$500 a J. G. Pereira & Cia. (36.632), de 12:358\$600 a Lutz, Ferrando & Cia. Ltd. e outros (36.635), de fornecimentos a diversas repartições do Ministério;

Ns. 15.537, de 16 de dezembro último, da Comissão Central de Compras, pagamento de 372\$000 a Anglo-Mexican Petroleum Co. Ltd. (30.906), de fornecimentos;

Ns. 15.825 e 15.826, de 21 de dezembro p. passado, pagamentos de 377\$600 a Martins Gomes & Cia. e outros (36.633) e de 548\$600 a D. F. Moutinho & Cia. e outro (36.634), de fornecimentos no citado mês;

N. 767, de 30 do referido mês, do Serviço de Obras, pagamento de 25:000\$000 a Santos Gonçalves Ltd. (32.974), de serviços de reparos urgentes no edifício onde funciona a Escola Nacional de Química;

Ns. 1.928, 1.942, 1.958, 1.978, 1.990, 1.976, 2.000 e 2.082, de 13, 14, 16, 21, 22 e 30 de dezembro, do Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal, pagamentos de 15:041\$400 à Companhia Telefônica Brasileira (31.048), de 2:400\$000 a H. Louis Normand Simesson (31.060), de 5:918\$600 a S. A. du Gaz de Rio de Janeiro (31.074), de 36\$000 ao Dr. Eduardo Ferreira Flores (35.067), de 320\$000 à Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico (35.070), de 89:952\$600 à Companhia de Carris Luz e Força do Rio de Janeiro (35.066), de 1:900\$200, idem, idem, (38.880) e de 9:860\$000 a diversos funcionários, respectivamente, de assinatura de telefones etc. no 2º semestre último, de alugueis de casa, idem, idem, na Ilha de Paqueta, do consumo de luz, no período de agosto a outubro, de trabalhos executados, pela aludida Companhia ferrocarril, de agosto a novembro, de energia elétrica, em novembro, e de diárias, em dezembro;

Ns. 474, 939-C-209, 502, 38-7.014-C-2.719, 2.355, 2.353, 2.358, 1.071, 395, 745, 760, 7.687-C-2.752, 1.114, 1.420, 672, 7.135-C-2.779, 518, 249, 990-D, 220, 521, 7.210-C-2.815, 1.004-D e 312-P, de 5, 12, 14, 15, 16, 17, 19, 20 e 28 de dezembro, da Colônia Gustavo Riedel, Faculdade Nacional de Direito, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, (2), Reitoria da Universidade do Brasil, Inspeção dos Centros de Saúde, Hospital Estácio de Sá, Preventório Paula Cândido, Serviço de Puericultura do Distrito Federal (2), Laboratório Bromatológico, Colônia Juliano Moreira, Museu Nacional, Serviço Gráfico, Escola Nacional de Engenharia, Serviço de Radiodifusão Educativa e Hospital Psiquiátrico, pagamentos de 650\$000 a Alcides Pereira Peixoto (38.863), de sessões cinematográficas realizadas, em setembro, na Colônia, de 700\$000 a Lux-Jornal (31.047), pela assinatura de recortes de jornais no período de junho a dezembro, de 825\$000 à Companhia Imobiliária do Castelo S. A. (31.049), de aluguel em novembro, de 1:000\$000 a Lux-Jornal (31.046), de assinatura de recortes durante o ano de 1938, de 925\$000 a João Lúcio Marins (31.053), de aluguel de casa, em novembro, de 300\$000 a d. Cândida Ermelinda Lobo (31.052), idem, idem, de 1:000\$000 a Antônio Manuel Lopes (31.055), idem, idem, de 2:997\$800 à Companhia Telefônica Brasileira (31.051), de serviços no 2º semestre, de 390\$200, idem, idem (31.058), de 864\$300, idem, idem, (31.057), de 700\$000 à Corporação dos Trabalhadores Católicos de Vila Isabel (31.066), de aluguel de casa nos meses de outubro e novembro, de 281\$000 à S. A. du Gaz de Rio de Janeiro (31.067), de gás fornecido, em outubro, à Escola Nacional de Química, de 810\$500 à S. A. du Gaz de Rio de Janeiro (35.073), de luz e gás e força consumidos em outubro, pelo aludido Laboratório, de 2:551\$700, idem, em novembro, à citada Colônia (31.073), de 533\$300 ao Lloyd Brasileiro (38.881), de transportes em proveito do Museu, de 652\$300 à Companhia Telefônica Brasileira (31.075), de assinaturas no 2º semestre, de 46\$100 a The Leopoldina Co. Ltd. (31.071), de passagens, de réis 1:318\$500 à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro (31.068), de consumo de força, em novembro, de 61\$200 à Companhia Telefônica Brasileira (35.072), de assinatura de aparelhos no segundo semestre, de 843\$800 à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro (35.074), proveniente de consumo de energia no citado mês, de 66\$400 a Dias Garcia & Comp. (35.075), de fornecimentos, de 332\$100 à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro (38.888), de energia consumida, em outubro, de 7:000\$000 a diversos professores da Escola Nacional de Engenharia (38.882), a título de ajuda de custo para excursões, em dezembro, e de 123\$700 a Davi Lima Cortes, guarda do Hospital Psiquiátrico, de remuneração referente ao mês de dezembro (32.807). — Ordenou-se o registro das despesas.

Ministério da Fazenda:

Processos:

De pagamento:

De 16:563\$000 a diversos funcionários do Protocolo Geral do Tesouro Nacional (35.202), de gratificações por serviços extraordinários no período de 30 de novembro a 31 de dezembro;

De 300\$000 a Juvenal José de Araujo, escriturário do Tribunal de Contas, servindo no Protocolo respectivo, de gratificações extra-

ordinárias referentes a dezembro (Of. 814 de 29 de dezembro de 1938 do T. de Contas) (32.801);

De 720\$000 a S. A. Casa Pratt (31.884), de fornecimentos, em 1930, à Estrada de Ferro Oeste de Minas, de 722\$000 a Celestino de Moraes Filho, de serviços em proveito do "Destacamento Mariante" em 1927, no Estado de Goiás (32.729), como dívidas relacionais de 3:103\$000 a Irineu Alves dos Santos (38.772), de 3:187\$500 a José Passuino (38.773), de 13:990\$000 a Caelano Antunes de Oliveira (38.774), de 2:575\$000 a Balduino Jacobs (38.788), de 1:100\$000 a Evaristo Goelner (38.789), de 1:120\$000 a Luiz Paulino Leite (38.787), de 1:300\$000 a Marcos Alves Barroso de Azambuja (38.711), de 690\$200 a Ulisses Fernandes (32.727), de 852\$900 à Viação Férrea do Rio Grande do Sul (32.724), de 7:300\$000 a João Canaparro (38.770), de indenizações de acordo com o Tratado de Pedras-Altas. — Mandou-se registrar as despesas.

Ofícios:

Ns. 14.549, 14.869, 14.870 a 14.872, 15.241, 15.243, 15.251 e 15.378, de 28 de novembro, 5, 12 e 14 de dezembro da Comissão Central de Compras, pagamentos de 1:573\$500 a J. G. Pereira & Comp. e outros (34.247), de 1:147\$200 a Alexandre Ribeiro & Comp. Ltd. e outros (34.013), de 1:632\$000 a L. Fernandes & Irmão e outro (34.014), de 6:685\$100 a Lutz, Ferrando & Comp. Ltd. e outro (34.015), de 22:375\$000 a Alnorma Soc. Máquinas Ltd. e outro (24.016), de 155\$000 a Jorge Pereira & Comp. Ltd. (32.349), de 280\$000 a S. A. Casa Pratt (32.351), de 6:560\$000 a Bernardino Gomes & Comp. (32.359), e de 8:117\$600 a Franz Gohnitz (31.531) de fornecimentos a diversas repartições do Ministério.

— Foi mandado dar registro às despesas.

Pagamentos:

De 800\$00 a D. Maria Cândida Espinola (32.728), de fornecimentos, em 1927, em Goiás, ao "Destacamento Mariante", como dívida de exercício findo. — Converteu-se o julgamento em diligência, de acordo com o parecer.

De 3:519\$000 a Emílio Nunes, engenheiro da Administração do Domínio da União, em Niterói (30.978), de diárias, em 1936, como dívidas de exercício findo. — Mandou-se registrar.

Distribuição do crédito de 111\$100 ao Tesouro Nacional e anulação na Delegacia Fiscal no mesmo Tesouro em São Paulo (34.925), para pagamento a D. Maria Henedina de Menezes Prata, pensionista do montepio civil da Viação, de pensões relativas ao período de setembro a dezembro de 1938. — Ordenou-se o registro.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Avisos:

Ns. 1.730, 1.768 e 1.769, de 20 e 22 de dezembro último, pagamentos de 346\$800 à Rede de Viação (32.783), de 320\$700 à Estrada de Ferro Sorocabana (32.777) e de 183\$100 à citada Rede (32.788), de transportes efetuados:

Ns. D.C./1/S/ 1.678, 1.679 e 1.703, de 30 de novembro e 13 de dezembro, solicitando as distribuições de 3:971\$300 à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em Minas Gerais, para pagamento dos vencimentos, correspondentes ao ano de 1938, a Agapito José Saldanha, servente em disponibilidade da Secretaria do extinto Tribunal Regional Eleitoral, no aludido Estado (31.976), de 1:021\$000 à Delegacia Fiscal no Rio Grande do Sul, idem idem, idem de Homero Heredia, porteiro da Secretaria do extinto Tribunal Regional Eleitoral no referido Estado (30.593) e de 6:533\$300 à Delegacia Fiscal no Maranhão, idem, idem de Francisco Odorico Sales, contínuo-porteiro do extinto Tribunal Regional Eleitoral no mesmo Estado (26.516):

N. 1.727, de 20 de dezembro, pagamento de 1:518\$000 ao Lloyd Brasileiro (32.784), de passagens fornecidas a Alfredo de Castro Silveira, funcionário em disponibilidade do extinto Tribunal Regional Eleitoral do Pará, que viajou em objeto de serviço.

Ns. 1.731, 1.733 e 1.734, de 20 de dezembro, pagamentos de 4:962\$800 ao Lloyd Brasileiro, de transportes em proveito da Polícia Civil do Distrito Federal (32.782), de 1:216\$900 à Companhia Cantareira e Viação Fluminense (32.781), idem, idem, e de réis 3:788\$900 a The Leopoldina Railway Co Ltd. (32.780), idem, idem. — Ordenou-se o registro.

Ofícios:

Ns. 14.551 e 14.552, de 28 de novembro, da Comissão Central de Compras, pagamentos de 652\$800 a Alexandre Ribeiro & Cia. Ltda. e outro (34.257), de 1:619\$900 a Alberto D'Almeida & Cia. e outros (34.256), e de 79:830\$ a Fred. Figner (Casa Edison), de fornecimentos neste ano (34.535).

Ns. 15.640 e 15.643, de 17 de dezembro, da mesma Comissão, pagamentos de 346\$ a Alexandre Ribeiro & Cia. Ltda. e outro (36.563), e de 6:903\$400 a Alberto D'Almeida & Cia. e outros (36.566), de fornecimentos no referido mês.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

Ofícios:

Ns. 1.389, 1.390 e 1.392, de 29 e 30 de dezembro, do Serviço do Pessoal, pagamentos de 4:223\$200 a diversos tarefeiros do Serviço de Identificação Profissional do Departamento Nacional do Trabalho (35.432), de gratificações no referido mês, de 6:599\$500, idem, idem, a serviço no Departamento de Estatística e Publicidade, também em dezembro (35.173), e 406\$500 a Maria José Aguiar, extranumerário do Ministério, de salários referentes a outubro e novembro (38.905).

N. 848, de 22 de dezembro, do Instituto Nacional de Tecnologia, pagamento de 360\$ a Etelvina Ferreira de Oliveira (36.786), de

lavagens de toalhas, etc., em novembro e dezembro, em proveito da repartição.

Mandou-se registrar as despesas.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Avisos:

Ns. 4.227 e 4.683, de 1 e 28 de dezembro, pagamentos de réis 35:550\$ à Companhia Imobiliária do Castelo, S. A. (35.023), de alugueis no período de julho a dezembro à Inspetoria Geral de Iluminação, e de 30:154\$ à S. A. do Gás de Janeiro (32.907), de serviços para a iluminação pública, em dezembro.

N. 4.628, de 23 do citado mês, pagamentos de 25:859\$ à Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá, arrendatária da Estrada de Ferro D. Tereza Cristina (35.203), referente à folha de medição das desapropriações realizadas em dezembro último. — Foi ordenado o registro.

Ofícios:

Ns. 15.689 e 15.692, de 19 de dezembro, da Comissão Central de Compras, pagamentos de 63:651\$800 a Aços Phenix Limitada e outros (36.624), e de 88:744\$700 a Companhia Cerâmica Brasileira e outros (36.627), de fornecimentos.

Ns. 5.365 e 5.493, de 15 e 21 de dezembro, do Departamento de Aeronáutica Civil, pagamentos de 61:515\$ ao Sindicato Condor Ltd. (32.612), de subvenção relativa ao mês de novembro, pelas viagens efetuadas na linha aérea São Paulo-Cuiabá, de 11:000\$000 à Escola Mecânica de Aviação de Niterói, idem, idem, de acordo com o decreto-lei n. 678, de 12 de setembro de 1938 (art. 6º) (32.769).

N. 4.590, de 22 de dezembro, da Diretoria de Contabilidade, pagamento de 597\$100 à S. A. do Gás de Rio de Janeiro (35.178), de luz elétrica fornecida, em outubro, ao Departamento Nacional de Portos e Navegação.

N. 4.231, de 26 do aludido mês, do Departamento Nacional de Portos e Navegação, pagamento de 1:390\$ ao pessoal que serve no gabinete do respectivo diretor, de gratificação correspondente ao citado mês. (38.834).

Ns. 5.468 e 5.486, de 21 de dezembro, do Departamento de Aeronáutica Civil, pagamentos de 36\$100 a The Leopoldina Railway Co Ltd. (35.180), e de 83\$900 à Estrada de Ferro Sorocabana (35.179), de transportes.

Ns. 4.568, 4.572, 4.591 e 4.592, de 21 e 22 de dezembro, da Diretoria de Contabilidade, pagamentos de 26\$ a The Leopoldina R. Co Ltd. (35.181), de transportes, em novembro, em proveito da Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense, de 960\$ a João Carvalho (35.193), de aluguel de casa, no período de outubro a dezembro, para o funcionamento de dependência da aludida Diretoria, de 469\$900 à S. A. do Gás de Rio de Janeiro (35.175), de luz consumida, em outubro pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação, e de 1:328\$300 a The Leopoldina Railway Co Ltd. (35.177), de transportes, em outubro, para a mencionada Diretoria de Saneamento. — Foi mandado dar registro às despesas.

Dia 3 de janeiro de 1939

Departamento Administrativo do Serviço Público:

Ofícios:

N. 1.035, de 30 de dezembro, do Departamento, pagamento de 3:850\$000 a Silvio Cristofaro e outros, funcionários do Departamento, de gratificações por serviços extraordinários, em dezembro (38.913);

N. 16.220, de 27 do citado mês, da Comissão Central de Compras, pagamento de 1:917\$900 a Fonseca, Almeida & Cia. e outro (35.136), de fornecimentos. Ordenou-se o registro das despesas.

Ministério da Agricultura:

Ofícios:

N. 4.934, de 4 de novembro, da Diretoria do Expediente e Contabilidade, solicitando a anulação do crédito de 1:816\$700 no Tesouro Nacional e distribuição respectiva à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Espírito Santo, para pagamento, no período de 12 de setembro a 31-12-938, dos vencimentos do servente Perly Vasconcelos Melo, designado para ter exercício na Seção do Serviço Técnico do Café no referido Estado (29.937);

N. 5.327, de 29 do mencionado mês, idem, idem, de réis 1:974\$000 e distribuição à Delegacia Fiscal de São Paulo, para atender ao pagamento dos vencimentos do agrônomo Romão Luiz Sol, no período de 26 de outubro a 31 de dezembro (30.585). — Mandou-se registrar, fazendo-se as anulações e distribuições solicitadas.

Ministério da Educação e Saúde:

Ofícios:

N. 43, de 3 do corrente, pagamento de 975\$000 a D. Gisélia Jezler Favila Marques, extranumerária do Departamento Nacional de Educação (39.070), de remuneração correspondente ao período de outubro a dezembro;

Ns. 14.095, 14.525, 14.527, 14.531, 15.229, 15.231, 15.233, 15.362, 15.453, 15.539, 15.555, 15.560, 15.677, 16.016 a 16.019, de 22, 28 de novembro e 12, 14, 15, 16, 19 e 22 de dezembro, da Comissão Central de Compras, pagamentos de 589\$900 a Casa Veiga Ltd. e outros (31.243), de 475\$500 a A. Barros & Cia. Ltd. e outro (34.276), de 680\$000 ao Instituto Vital Brasil e outros (34.275), de 960\$700 a Magalhães Cunha & Cia. Ltd. e outros (34.275), de 75\$300 a Martins Gomes & Cia. (32.337), de 252\$600 a Erich Eich-

ner & Cia. Ltd. (32.339), de 1:008\$000 à Companhia Fornecedora de Materiais e outros (32.341), de 624\$400 a Fernandes, Moreira & Cia. e outros (34.538), de 295\$800, idem, idem, (35.531), de 513\$100 a Luiz Pestana & Cia. e outros (30.908), de 2:580\$000 a João Martins & Cia. (30.924), de 21:460\$000 a Ferreira, Filho & Cia. e outro (30.929), de 2:610\$000 à S. A. Casa Pratt (36.612), de 1:774\$000 a Antonini, Rubino Ltd. (32.642), de 31\$000 a Souza Torres & Cia. (32.643), de 961\$800 a M. Ventura & Cia. e outro (32.645) e de 435\$000 a Irmãos Andrade Ltd. (32.646), de fornecimentos no ano próximo passado;

Ns. 863 a 865, de 19 de dezembro, do Serviço de Transportes, pagamentos de 483\$900 à S. A. do Gaz de Rio de Janeiro (35.079), de luz consumida em outubro e novembro, de 1:501\$000, idem, idem, de 17 de julho a 31 de outubro de 1938 (35.080), de 101\$500, idem, idem, em novembro (35.081) e de 438\$200, idem, idem (35.078);

Ns. 1.099, 1.109 e 1.113, de 22, 24 e 27 de dezembro, do Hospital Estácio de Sá, pagamentos de 120\$000 ao Estabelecimento Industrial de Alberto Russo (38.868), de concertos urgentes, de réis 2:500\$ a Hortêncio Gonçalves (32.968), idem, idem, e de 1:701\$300 à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro (32.962), de consumo de força em novembro;

Ns. 2.487 e 2.489, de 23 de dezembro, da Inspetoria dos Centros de Saúde, pagamentos de 364\$500 à S. A. do Gaz de Rio de Janeiro (32.965), de gás, consumido em novembro, pelos diversos Centros, e de 820\$300 à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro (32.964), de energia elétrica no citado mês;

Ns. 1.984 e 1.988, de 21 de dezembro, do Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal, pagamentos de 209\$100 à S. A. do Gaz do Rio de Janeiro (35.068), de gás consumido, em novembro, e de 3:601\$600, idem, idem, idem, (35.069);

Ns. 684, 697 e 700, de 16 e 22 de dezembro, do Hospital São Sebastião, pagamentos de 51\$200 a The Rio de Janeiro City Improvements Co. Ltd. (35.083), de serviços de ligações, em novembro, de 1:288\$800 à S. A. do Gaz de Rio de Janeiro (32.970), de luz consumida no aludido mês e de 1:770\$600, de gás, idem, idem (32.969);

N. 6.984, de 23 de dezembro, do Serviço de Contabilidade, pagamento de 20:000\$000, a título de auxílio, a D. Ana Amélia Queiroz Carneiro de Mendonça, presidente da Casa do Estudante do Brasil (35.207), para os trabalhos do 2º Congresso de Estudantes;

N. 592, de 30 de novembro, da Colônia Gustavo Riedel, pagamento de 1:600\$000 a Viana, Nunes & Cia. Ltd. (31.022), de fornecimentos;

N. 15.240, de 12 do referido mês, da Comissão Central de Compras, pagamento de 21:904\$900 a Lutz, Ferrando & Comp. Ltd. e outros (32.348);

Ns. 6.887, 6.951, 6.967 e 7.031, de 20, 21, 22 e 24 de dezembro, do Serviço de Contabilidade, pagamentos de 1:500\$000 a Luz-Jornal (38.389), de recortes de jornais no 2º semestre, em proveito do Departamento Nacional de Saúde, de 4:400\$000 a Paschoal Carlos Magno, diretor do Teatro do Estudante do Brasil (38.816), de resto do auxílio para a montagem da peça "Romeu e Julieta", de 467\$000 a The Leopoldina Railway Co. Ltd. (38.872), de transportes em proveito da Divisão do Ensino Industrial, no período de junho a dezembro de 1938, e 868\$800 à Companhia Industrial Minas Gerais (32.963), de energia elétrica consumida no período de 24 de novembro a 15 de dezembro pelas dependências dos edifícios "Rex" e "Regina", ocupadas pelo Ministério;

Ns. 912, 866, 297, 298, 982-C-236, 333 e 636, de 17, 19, 20, 21, 23 e 27 de dezembro, do Instituto Osvaldo Cruz, Serviço de Transportes, Instituto de Puericultura, Faculdade Nacional de Direito, Museu Nacional e Colégio Pedro 2º (Externato), pagamentos de 1:200\$000 a Miguel da Costa Bastos Filho (35.082), de aluguel de casa em novembro e dezembro, de 495\$000 à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro (38.894), de 280\$500 à Companhia Telefônica Brasileira (38.867), de 23\$300 à S. A. do Gaz de Rio de Janeiro (38.371), de gás consumido, em novembro, de 5:000\$000 de ajuda de custo e diárias aos examinadores do concurso da Faculdade Nacional de Direito e que são estranhos ao Corpo Docente do estabelecimento (36.817) de 10:000\$000 ao Serviço Gráfico, pela confecção de albums para o Museu Nacional de Belas Artes (35.270), de 1:021\$100, de gratificação, em dezembro, aos examinadores do curso seriado do Colégio Pedro 2º (Externato) (32.917);

Ns. 989-D, 646, 38-7.347-C-2.876, 7.070, 277 e 7.187, de 17, 21, 24, 26, 27 e 28 de dezembro, da Escola de Engenharia, Colônia Gustavo Riedel, Reitoria da Universidade do Brasil, Instituto Benjamin Constant, Serviço de Propaganda e Educação Sanitária e Serviço de Contabilidade, pagamentos de 1:004\$700 à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro (35.071), de energia elétrica consumida em novembro, de 650\$000 a Alcides Pereira Peixoto (38.870), pela realização de sessões cinematográficas, em dezembro, na Colônia citada, de 1:925\$000 a José Lino Martins & Comp. (32.966), de serviço de encadernação em proveito da Faculdade Nacional de Medicina, de réis 251\$100, à S. A. do Gaz de Rio de Janeiro (32.960), de gás e luz fornecidos ao referido Instituto, em novembro, de 363\$100 à Companhia Telefônica Brasileira (32.961), de serviços telefônicos no período de julho a dezembro de 1938, e de 10:000\$000 à Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência (32.909), de serviços prestados ao aludido Hospital no quarto trimestre do ano próximo passado;

Ns. 610 e 630, de 7 e 15 de dezembro, da Colônia Gustavo Riedel, pagamentos de 650\$000 a Alcides Pereira Peixoto (35.091), de sessões cinematográficas, em novembro e de 83\$300 a Aristides Pereira da Costa (32.514), referentes à folha de auxílio pelos serviços do correio, em dezembro. — Mandou-se registrar as despesas.

Ministério da Fazenda:

Processos:

De pagamento:

De 2:182\$500 a Severino Firmo Junior, de fornecimentos a Estrada de Ferro Oeste de Minas, em 1930, como dívida relacionada (32.725);

De 2:700\$00 a Pedro Ribeiro de Campos, observador da Estação Meteorológica de Manaus (32.973), de vencimentos no período de 1 de abril a 31 de dezembro de 1934, como dívida de exercício findo;

De 206\$ a D. Maria de Lourdes de Oliveira Ramos, pensionista do montepio militar, de pensões no período de 1 de novembro a 31 de dezembro de 1938 (36.855);

De 1:296\$800 à mesma pensionista, de montepio referente aos períodos de 2 de dezembro de 1935 a 31 de dezembro de 1936, como dívida de exercício findo (36.855);

De distribuição do crédito de 108\$000 e 324\$000 ao Tesouro Nacional e anulação na Delegacia Fiscal no mesmo Tesouro no Rio Grande do Norte, para pagamento das pensões do montepio de fazenda, em 1938, a DD. Maria e Hilda Coelho (25.590);

Idem, idem de 1:376\$100 para pagamento às mesmas pensionistas, no período de 2 de outubro de 1933 a 31 de dezembro de 1937, como exercício findo (25.590);

De 600\$000 a Cesar Regulo Valdetaro, oficial administrativo do Tribunal de Contas (35.284), de gratificação pela assistência como representante do mesmo Tribunal na tomada de contas da E. P. Central de Maricá e Prolongamento da Barão de Araruama em 1938 (ofício 756, de 19 de dezembro último, do Tribunal de Contas);

De 550\$ a Dymir Arnos, artífice extranumerário da Caixa de Amortização (36.818), de vencimentos em dezembro (of. 336, de 15 de dezembro da aludida Caixa);

De 150\$ a João Lustosa de Barros, servente do Tesouro Nacional (36.830), de gratificações por serviços extraordinários, em dezembro (aviso 132, de 26 de dezembro, do Ministério da Fazenda);

De 850\$ ao Dr. Galdino Ramos, diretor do Laboratório Nacional de Análises, de diárias referentes a dezembro último (36.864) (of. 513, de 15 de dezembro, da D. Geral da Fazenda Nacional).

— Ordenou-se o registro.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Avisos:

Ns. 1.630, 1.721, 1.728, 1.737, 1.745 a 1.748, 1.754, 1.755 e 1.774, de 30 de novembro e 14, 20 e 22 de dezembro, pagamentos de 470\$ a Júlia Ramos Barroso e outra (36.902), de aluguel de casa, em setembro, à Delegacia do 1º Distrito Policial, de 1:061\$900 à Cia. Brasileira Telefônica (32.522), de assinatura de aparelhos, no período de janeiro a março, pelo Pretório, dependência do edifício onde funciona o Tribunal de Apelação, de 43\$100 ao Lloyd Brasileiro (35.195), de transportes de publicações da Imprensa Nacional, de 2:193\$100 à Cia. de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro (36.900), de consumo de energia, em setembro, pela Polícia Civil do Distrito Federal, de 1:373\$800 à Liga de Proteção aos Cegos do Brasil (35.183), de fornecimentos, idem, idem, idem, de 353\$300 à Cia. de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro (35.184), de energia elétrica consumida no período de maio a setembro, pelo Instituto 7 de Setembro, de 2:482\$ à S. A. do Gás de Rio de Janeiro (35.185), de luz e gás no citado período, de 1:392\$100 à Cia. de Navegação Costeira (35.186), de transportes da família do funcionário da Secretaria do S. Tribunal Federal, Otacilio Pinheiro, de 2:392\$100 a S. A. do Gás do Rio de Janeiro (35.187), de luz consumida no período de julho a setembro pela Escola João Luiz Alves; de réis 1:050\$600 a Cia. de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro (35.188), de energia fornecida, de agosto a setembro, do mesmo estabelecimento, e de 1:379\$400, idem, idem, à Casa de Detenção do Distrito Federal (35.191). — Foi mandado dar registro.

Ofícios:

N. 15.569, de 16 de dezembro, da Comissão Central de Compras, pagamento de 30:372\$300 a Valdemar Marques & Cia. (30.938), de fornecimentos.

Ns. 15.564, 15.570, 15.830 a 15.835, 15.837, 15.839 e 15.840, de 16 e 21 de dezembro, da aludida Comissão, pagamento de réis 1:720\$900 a A. Barros & Cia. Ltda. e outros (30.933), de 44:080\$ ao Estabelecimento Mestre & Blatgé (30.939), de 177\$300 a Luis Hermann Filho & Cia. e outros (36.638), de 322\$800 a M. H. Rezende & Cia. (36.639), de 409\$100 a Moreno Borlido & Companhia (36.640), de 1:350\$ a Luz-Jornal A36.641), de 1:352\$200 a M. Ventura & Cia. (Casa Saldanha) (36.642), de 1:515\$500 a Byington & Cia. e outros (36.643), de 2:431\$400 a S. A. Ateliers de C. Electriques de Charleroi (36.645), de 3:450\$ a Irmãos Lamas & Cia. (36.647) e de 4:476\$ a A. Júlio Alves (36.648), de fornecimentos a diversas repartições. — Foram proferidos despachos mandando dar registro às despesas.

Ministério das Relações Exteriores:

Avisos:

Ns. DA-799/316.1 e M/804-321.5, de 21 e 22 de dezembro, pagamento de 2:000\$ ao pessoal tarefeiro, a serviço do aludido mês (36.862), e de 4:265\$700 a S. A. do Gás de Rio de Janeiro (39.030) de gás e luz, em novembro. — Mandou-se registrar.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

Ofícios:

N. 1.396, de 30 de dezembro, do Departamento Nacional do Trabalho, pagamento de 1:192\$200 a Felix Fausto de Mendonça e outros, extranumerários, de salários no período de setembro a novembro (36.831).

N. 1.213, de 16 de dezembro, do Serviço do Pessoal, pagamento de 1:162\$900 a Antônio Bento de Araujo Lima, intendente do Serviço de Identificação Profissional do Departamento Nacional do Trabalho (36.866), de gratificações em outubro e novembro.

Ns. 1.189, 1.293, 1.295, 1.325, 1.353 e 1.358, de 14, 23, 24 e 27 de dezembro, do mesmo Serviço, pagamentos de 489\$600 à Viação Aérea S. Paulo, S. A. "Vasp" (36.686), 3:177\$ a Euclides Gaudie Ley, oficial administrativo e outros funcionários, de gratificações por tarefa, em novembro (36.845), de 800\$ a Osvaldo Gomes da Costa Miranda, estatístico da classe "L", por substituições, em dezembro, do diretor do Departamento de E. e Publicidade, de acordo com autorização do Sr. Presidente da República (36.846), de réis 1:621\$200 a Antônio Cornélio Leimgruber e outros, oficiais do Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização, de gratificações por serviços extraordinários, em novembro (36.836), de 2:078\$700, idem, idem (32.913), em dezembro, e de 400\$000 a Carlos Correia Rodrigues, oficial administrativo da classe "K", de diferença de vencimentos, em janeiro de 1938, por ter exercido, interinamente, o lugar de chefe de seção (35.238). — Foi ordenado o registro das despesas.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Avisos:

N. 4.660, de 27 de dezembro, pagamento de 27:453\$300 à S. A. du Gaz de Rio de Janeiro (38.910), de iluminação de novas áreas, no período de 1 a 22 de dezembro de 1938. — Ordenou-se o registro.

Ofícios:

De 4.267, de 26 de dezembro, do Departamento Nacional de Portos e Navegação, pagamento de 1:824\$000 aos diaristas nos estudos e Obras da Fiscalização do Porto do Rio de Janeiro (32.930), no referido mês;

N. 4.253, de 26 de dezembro, idem, pagamento de 16:676\$000, idem, idem, idem, (32.927);

N. 5.513, de 23 de dezembro, do Departamento de Aeronáutica Civil, pagamento de 5:400\$000 à Escola de Aviação Hugo Cantergiani (36.883), de subvenção autorizada pelo decreto-lei n. 678, de 12 de setembro último, pela instrução de alunos nos quatro últimos meses de 1938;

Ns. 15.942 a 15.944 e 15.947, de 22 de dezembro, da Comissão Central de Compras, pagamentos de 2:068\$000 a A. Barros & Cia. Ltd. e outros (34.979), de 4:137\$500 a A. Coelho Branco Filho e outro (34.980), de 53:066\$000 a Dias Amerim & Comp. Ltda. e outro (34.981) e de 67:310\$000 à Cia. Marconi Brasileira (34.984), de fornecimentos;

N. 5.481, de 21 de dezembro, do Departamento de Aeronáutica Civil, pagamento de 20:511\$000 ao Sindicato Condor, da subvenção pelas viagens aéreas realizadas, em novembro, na linha Paraíba-Florianópolis, no Piauí, (35.175);

Ns. 15.948, 15.949 e 15.950, de 16 e 22 de dezembro, da Comissão Central de Compras, pagamento de 70:281\$300 a Corção, Cardim S. A. e outros (34.985), de 76:500\$ à Soc. Motores Deutz Oto Leg Ltd. (34.986) e de 97:200\$ a Nieling & Cia. (34.987), de fornecimentos. — Mandou-se registrar às despesas.

Departamento Administrativo do Serviço Público:

Ofícios:

N. 16.219, de 27 de dezembro, da Comissão Central de Compras, pagamento de 889\$100 a B. Herzog e outros (35.135), de fornecimentos de materiais necessários ao serviço, nos últimos meses do ano findo;

N. 1.043, de 31 do citado mês, do aludido Departamento, pagamento de 10:041\$500 a Francisco Mendes e outros funcionários. (38.920), de gratificações, em dezembro, pela prorrogação do expediente. — Ordenou-se o registro.

Ministério da Agricultura:

Ofícios:

N. 5.329, de 29 de novembro, da Diretoria do Expediente e Contabilidade, solicitando a anulação no Tesouro Nacional e consequente distribuição à Delegacia Fiscal no mesmo Tesouro no Paraná (34.122), para pagamento dos vencimentos de Francisco Lopes Correia, prático rural, no período de 26 de outubro a 31 de dezembro de 1938;

N. 5.598, de 7 de dezembro, idem, idem, distribuição à Delegacia Fiscal no Rio Grande do Sul (30.823), para pagamento dos vencimentos do agrônomo Vicente Major da Maia, no período de 3 de novembro a 31 de dezembro último;

Ns. 4.859, 5.441 5.599 e 6.014, de 31 de outubro a 1, 7 e 29 de dezembro, da mencionada Diretoria, solicitando a anulação dos créditos de 9:337\$400 na D. Fiscal do Tesouro Nacional em São Paulo e distribuição respectiva à Delegacia do mesmo Tesouro no Estado do Paraná, para pagamento dos vencimentos do agrônomo colônizador, Nerico da Silva (36.874), no período de 3 de agosto a 31 de dezembro do ano de 1938, idem de 4:441\$900 no Tesouro Nacional e distribuição à Delegacia Fiscal na Bala (34.119), para pagamento dos vencimentos do classificador do café, na interinidade, Antônio Rego Gonçalves da Silva, no período de 3 de agosto a 31 de dezembro último, idem de 866\$700 no mesmo Tesouro e distribuição à Delegacia em Minas Gerais, para pagamento dos vencimentos do prático rural, Abelardo de Andrade Barroso, no período de 3 de novembro a 31 de dezembro último (30.822) e, finalmente, distribuição de 2:262\$900 ao referido Tesouro, para pagamento dos vencimentos no período de 9 de fevereiro a 31 de dezembro, ao auxiliar, em disponibilidade, do extinto Serviço de Indústria Pastoral, Alvaro Aze-

vedo Coutinho (35.290). — Mondou-se registrar, feitas as anulações e distribuições pedidas.

Ministério da Educação e Saúde:

Ofícios:

N. 191-P, de 30 de setembro último, do Hospital Psiquiátrico, solicitando o adiantamento de 6:668\$ a Elizeu Linhares de Sousa, administrador geral do estabelecimento (29.304), para atender às despesas a seu cargo, com asseio, etc., no quarto trimestre de 1938. — A Plenário.

Ns. 15.915 a 15.919 e 15.921 a 15.927, de 22 de dezembro, da Comissão Central de Compras, pagamentos de 16\$ a J. A. Sardinha Sucr. (34.952), de 241\$600 a Magalhães Cunha & Cia. (34.953), de 757\$100 a J. G. Pereira & Cia. (34.954), de 2:100\$ a A. Coelho Branco Filho (34.955), de 3:849\$600 a Erich Eichner & Cia. Ltda. (34.956), de 5:190\$800 a Byington & Cia. e outros (34.958), de réis 5:766\$400 a Luik & Eleiner Ltd. (34.959), de 5:902\$500 a J. C. M. donça (34.960), de 8:514\$ a Abílio F. Magalhães & Cia. e outros (34.961), de 8:963\$ a Lutz, Ferrando & Cia. Ltda. e outros (34.962), de 12:531\$400 à Casa Lohner S. A. e outro (34.963) e de 17:463\$800 a Lutz, Ferrando & Cia. Ltda. e outro (34.964), de fornecimentos a diversas repartições do Ministério;

Ns. 394, 892, 1.793, 703 e 7.200, de 9, 16, 20, 22 e 29 de dezembro último, do Observatório Nacional, Instituto Oswaldo Cruz, Faculdade Nacional de Medicina, Hospital São Sebastião e Serviço de Contabilidade, pagamentos de 942\$ à Companhia Telefônica Brasileira (35.063), de assinaturas de aparelhos no 2º semestre do ano financeiro, de 2:020\$100, idem, idem, idem (31.070), de 9:840\$200 aos professores e assistentes da Escola de Farmácia, anexa à Faculdade Nacional de Medicina, em dezembro, de gratificações pela regência de cadeiras (36.809), de 618\$700 à S. A. du Gaz de Rio de Janeiro (32.967), de luz consumida, em novembro, pelo aludido hospital, de 186\$700 a Thiers Martins Monteiro e outro, funcionários da Secretaria de Estado (35.293), de gratificações extraordinárias no mencionado mês (35.293);

Ns. 16.038 e 16.044, de 24 de dezembro, da Comissão Central de Compras, pagamentos de 1:900\$ a Ugo Bernardini (38.793), e de réis 16:060\$300 à Casa Berta Ltda. e outros (38.799), de fornecimentos;

Ns. 680, 617, 765, 766, 777 e 953, de 12, 13, 19, 23 e 29 de dezembro, do Serviço de Obras, Colégio Pedro II (Externato), Serviço de Puericultura do Distrito Federal (3) e Instituto Oswaldo Cruz, pagamentos de 169\$300 à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro (34.777), de energia elétrica fornecida em outubro, de 355\$600, idem, idem (35.084), de setembro e outubro, de 1:000\$000 à Casa da Criança (35.085), de aluguel de casa em novembro, de 600\$ ao Dr. José Luiz Vizeu Barbosa e outro (35.086), idem, idem, em outubro e novembro, de 10:770\$ a Francisco Valverde de Miranda Brandão e outro (35.251), idem, idem, em dezembro, e de 27:006\$400 ao Dr. Antônio Augusto Xavier, técnico especializado contratado, de vencimentos no período de 3 de janeiro a 25 de dezembro de 1938 (36.910);

Ns. 6.796, 6.797, 6.802, 6.825 e 7.255, de 19 e 31 de dezembro, do Serviço de Contabilidade, pagamentos de 526\$300 à Companhia Telefônica Brasileira (35.087), de assinaturas no 2º semestre, pelo Instituto Benjamin Constant (35.088), de 2:498\$ a J. G. Pereira & Cia., de fornecimentos ao Colégio Pedro II (Externato) nas comemorações de 1º centenário da sua fundação, de 400\$ a Aguiar, Esmeriz & Cia. (35.089), idem, idem, de 6:150\$ à Casa Sousa Batista Ltda. (35.108), idem, idem, e de 5:069\$100 aos funcionários da Secretaria de Estado (35.301), de gratificações por serviços extraordinários em dezembro;

N. 298-P, de 16 de dezembro, do Hospital Psiquiátrico, pagamento de 600\$ a diversos alunos da Escola Profissional de Enfermeiras, de prêmios escolares (32.913);

N. 7.026, de 24 de dezembro, do Serviço de Contabilidade, pagamento de 3:500\$ aos membros do Conselho Nacional de Serviço Social (36.929), de diárias no citado mês;

N. 405, de 28 de dezembro, da Biblioteca Nacional, pagamento de 180\$ a João Gomes Brasil, chefe da Portaria (36.930), de auxílio para aluguel de casa, no referido mês.

— Ordenou-se o registro.

Ministério da Fazenda:

Processos:

De pagamento:

De 300\$ a Antônio Ribeiro dos Santos, oficial administrativo da classe I do Tribunal de Contas (35.272), de gratificação pela assistência da tomada de contas, do 1º semestre de 1938, da Estrada de Ferro Carangola e Ramais (ofício 743, de 19 de dezembro, do Tribunal de Contas);

De 203\$100 à Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina (26.239), de 1:786\$200 a Antônio Moura (38.950), de 1:450\$ a D. Consuelo Romano Pedrosa (38.944), como dívidas de exercícios findos;

De 964\$800 a Joaquim Coelho da Silva (36.852), e de 499\$700 a Luiz Rech (38.912), como dívidas relacionadas.

Ofícios:

Ns. 16.195, 16.196 e 16.528, de 26 e 30 de dezembro, da Comissão Central de Compras, pagamentos de 1:800\$000 a Antônio Pereira Chic & Moutinho (35.118), de 1:997\$600 à Companhia Telefônica Brasileira (35.119), de 23:908\$500 a Minnich & Comp. Ltda. (35.035), de fornecimentos.

Processos:

De distribuição do crédito de 1:013\$600 à Delegacia Fiscal da Bala (35.215), para pagamento dos vencimentos de Afonso José da

Silva, servente da Seção do Imposto de Renda, em 1938 (Of. 172, de 25 de novembro, do Serviço do Pessoal);

De pagamento de 100\$000 ao Dr. Sílvio Curvo (36.865), de gratificação pela inspeção médica, em 23 de março de 1938, de um funcionário da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos, em Cuiabá (Mate Grosso) (36.865), com distribuição do crédito à Delegacia Fiscal no aludido Estado. — Mandou-se registrar.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Avisos:

N. 1.767, de 22 de dezembro, pagamento de 26:033\$500 à Empresa de Navegação Sul Fluminense (35.192), de transportes para a Penitenciária Agrícola do Distrito Federal;

N. D. C. 1.784, de 27 do aludido mês, idem, de 8:666\$700 ao bacharel Pedro Elói Cordeiro, censor do quadro II do Ministério, de vencimentos no período de 11 de junho a 31 de dezembro último (36.812);

Ns. 1.751, 1.757, 1.801, 1.804, 1.805 e 1.833, de 22, 27 e 28 do mencionado mês, solicitando a distribuição de 21:077\$000 à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Amazonas (36.848), para atender à diferença de vencimentos em 1938, dos juizes e membros do Ministério Público do Território do Acre, de acordo com os artigos 3º e 6º das Disposições Transitórias da lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, e os pagamentos de 3:014\$500 a R. Veiga & Comp. Ltda. (35.190), de fornecimentos à Escola João Luiz Alves, de 426\$000 à Companhia Tijuca S. A., de aluguel de casa, no período de agosto a outubro, em proveito do 7º Posto do 17º Distrito Policial (32.977), de 1:800\$000 a Artur Cordeiro Frazão (32.978), de aluguel de casa, em outubro, ao 5º Distrito Policial, de 1:100\$000 a Amador Pinheiro (32.979), idem, no citado mês, ao 6º Distrito Policial, e distribuição de 1:800\$000 ao Tesouro Nacional, para pagamento, em 1938, da diferença de vencimentos ao bacharel Fernando Antunes, consultor jurídico, de acordo com os artigos 3º e 6º das Disposições Transitórias da lei n. 284, referida (36.832). — Mandou-se registrar.

Offícios:

Ns. 15.829, 15.844 e 15.845, de 21 do citado mês, da Comissão Central de Compras, pagamentos de 113\$400 a Francisco Leal & Companhia e outros (36.637), de 10:700\$500 a Magalhães Sucupira & Comp. e outro (36.652) e de 12:800\$000 a Martins Junior & Companhia (36.653), de fornecimentos a diversas repartições;

Ns. 15.678, 15.679, 15.836, 15.838, 15.841, 15.843, 15.846, 16.066 a 16.088, de 19, 21 e 24 de dezembro, da referida Comissão, pagamentos de 260\$000 a The Texas Co. e outros (36.613), de réis 313\$300 a J. G. Pereira & Comp. (36.614), de 2:071\$200 a Fonseca, Almeida & Comp. Ltda. e outros (36.644), de 2:695\$900 a Química Ltda. e outros (36.646), de 7:021\$000 a A. Rodrigues Costa (36.649), de 8:788\$500 a Santos Martins & Comp. e outro (36.651), de réis 14:500\$000 a Wilson King & Comp. Ltda. (36.654), de 880\$000 a Fonseca, Almeida & Comp. Ltda. (38.821), de 1:000\$000 a Luiz de Queiroz Matoso (38.822) e 1:317\$500 à Química Bayer Ltda. e outro (38.823), de fornecimentos a diversos Departamentos do Serviço Público, pertencentes ao Ministério de que se trata.

Foi mandado dar registro às despesas.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

Offícios:

Ns. 1.294, 1.329, 1.331, 1.367, 1.373, 1.382, 1.393 e 1.400, de 4, 25, 28, 30 e 31 de dezembro e 2 do corrente do Serviço do Pessoal, pagamentos de 1:836\$000 a Panair do Brasil S. A. (32.999), de passagens ao auxiliar do Serviço de Identificação Profissional do nome Alfredo Lima Gomes, que viajou em objeto de serviço, de réis 228\$800 à Rede Mineira de Viação (32.997), de transportes, de réis 733\$400 a Antônio Vieira Nóbrega, inspetor fiscal e outros (38.913), de gratificações extraordinárias em novembro, de 1:200\$000 a José de Oliveira e Silva, escriturário da Inspetoria Regional de Seguros no Maranhão, de ajuda de custo por ter sido transferido para idêntica repartição no Pará (39.031), de 2:200\$000 ao oficial administrativo Alôcio Tovar, de ajuda de custo por ter sido transferido da Inspetoria Regional do Rio de Janeiro para a de São Paulo (39.092), de 900\$000 a Frederico de Castro Menezes, inspetor de Previdência do Conselho Nacional do Trabalho (39.035), de diárias, em outubro e novembro, por serviço fora da sede (39.035), de 540\$000 a Trajano Brandão Filho, oficial administrativo e outros (36.933), de serviços extraordinários em dezembro, de 2:642\$600 a Pedro Barreira Novos e outros funcionários (36.934), idem, idem, de 3:114\$000 a Euclides Gaudin Ley, oficial administrativo com exercício no Departamento Nacional de Comércio (36.961), de gratificações por tarefas, no aludido mês;

Ns. 766-A e 767-C, de 23 e 28 de dezembro último, da Comissão Construtora do Edifício, pagamentos de 2:500\$000 a Pellegrino & Fernandes (3.998), de serviços realizados no Palácio do Trabalho e de 31:530\$000 a Enrico Guarnieri & Cia. (33.001), idem, idem, idem;

Ns. 1.093 e 1.330, de 5 e 28 de dezembro, do Serviço do Pessoal, pagamentos de 800\$000 ao estatístico Osvaldo Gomes da Costa Miranda (35.282), por ter substituído, em novembro, de acordo com a lei, o diretor do Departamento Nacional de Estatística e Publicidade, e de 1:540\$700 a Oscar de Azevedo Brandão, inspetor de previdência do Conselho Nacional do Trabalho, (39.034), de diárias no período de julho a setembro, por inspeções, em diversos Estados, de Caixas de Aposentadorias e Pensões.

Foi mandado dar registro.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Avisos:

Ns. 4.366, de 2 de dezembro último, pagamento de 2:400\$000 a Lux Jornal (36.881), de assinatura de recortes de jornais no 2º semestre;

N. 4.327, de 3 do aludido mês, pagamentos de 50:000\$000 ao Automovel Club do Brasil (36.983), de auxílio para a organização do Congresso Nacional de Estradas de Rodagem;

Ns. 4.598 a 4.605, 4.684 e 4.707, de 22, 28 e 9 de dezembro, pagamentos de 15 867\$300 a Alfredo Aires Fernandes (36.892), de fornecimentos à Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense, de acordo com o artigo 51 letra "a" do Código de Contabilidade, e de 10:363\$500 a João Frederico Ferre (36.891), idem, idem, idem, de 23:323\$000 a Anelo Alves Barceiros (36.890), idem, idem, idem, de 2:3:0\$000 à Companhia Serviços de Engenharia (36.889), idem, idem, idem, de 5:351\$000 a Miranda (36.888), idem, idem, idem, de 28:000\$000 a Vidal & Alcofrado (36.887), idem, idem, idem, de 24:951\$200 a Crisanto Henrique de Sousa (36.886), de 8:403\$400 a José Francisco Pinto (36.885), idem, idem, idem, de 5:522\$900 à Companhia Brasileira (33.005), de serviços telefônicos em proveito da Secretaria de Estado, no 2º semestre, e distribuição do crédito de 4:800\$000 à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional na Bahia (35.291), para atender às despesas com alugueis de casa do 2º Distrito da Inspetoria Federal das Estradas;

Offícios:

Ns. 4.229, 4.230, 4.252 a 4.256 e 4.266, de 26 de dezembro, do Departamento Nacional de Portos e Navegação, pagamentos de 880\$000 a Ananias Fernandes de Carvalho, prático de engenharia da Fiscalização dos Portos do Ceará, de diárias por serviços fora da sua sede, em Fortaleza, nos meses de outubro e novembro (32.920), de 250\$600 a Gastão de Carvalho, oficial administrativo, de gratificação por serviço extraordinário em dezembro (32.922), de 60\$000 a Pedro Paralelo dos Santos, servente do Departamento, de gratificação extraordinária no aludido mês, (32.923), de 60\$000 ao servente Felipe Marcos da Silva, idem, idem, idem, (32.924), de 250\$ a Antônio de Góes Cavalcanti, engenheiro do Departamento, idem, idem, idem, (32.925), de 3:960\$000 a José Euclides Carraças e outros, funcionários da Fiscalização dos Portos do Ceará (32.926), de diárias em outubro e novembro, e de 1:400\$000 a José Rafael de Azevedo, engenheiro do Departamento, de diárias em novembro e dezembro (32.923);

N. 627-Z, de 20 de dezembro, da Inspetoria Federal das Estradas, pagamento de 57\$500 Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (36.881), de transportes de materiais em setembro último;

Ns. 15.645, 15.946, 16.189 e 16.518, de 17, 22, 24 e 30 do referido mês, da Comissão central de compras, pagamentos de 47:975\$700 à Companhia Minas do Rio Carvão (36.563), de 56:135\$000 à Empresa Comercial Importadora Nadi Figueiredo Ltda. e outro (34.983), de 85:185\$000 a M. H. Rezende & Cia. (32.893), e de 77:659\$000 a Araujo Pons & Cia. Ltda (36.096), de fornecimentos;

N. 16.012, de 23 do aludido mês, da mencionada Comissão, pagamento de 63.389\$000 à Companhia Expresso Federal (38.749), idem, idem;

N. 628-Z, de 20 do citado mês, da Companhia Telefônica Brasileira (36.880), de serviços telefônicos no 2º semestre de 1938;

N. 4.254, de 26 do mês próximo findo, do Departamento Nacional de Navegação, pagamento de 1:200\$000 aos mensalistas da Fiscalização do Porto do Rio de Janeiro (32.928), de vencimentos em dezembro;

N. 4.577, de 21 de dezembro, da Diretoria de Contabilidade, pagamento de 1:000\$000 à Companhia Industrial Santo Amaro (36.895), de aluguel de casa à Diretoria do Saneamento da Baixada Fluminense, no período de agosto a dezembro

N. 4.635, de 23 de dezembro, da Diretoria de Contabilidade, pagamento de 1:038\$500 à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro (36.879), de energia elétrica fornecida, em outubro, ao Departamento Nacional de Portos e Navegação;

Ns. 5.470, 5.471, 5.479, 5.515 e 5.562, de 21, 23 e 28 de dezembro último, da Diretoria de Aeronáutica Civil, pagamentos de 637\$200 a André Fernandes da Silva Jacome e outros, mensalistas da repartição, de gratificação extraordinária, em novembro (32.932), de 639\$800 a Rubem Cordovil, meteorologista e outros (32.953), de gratificação no aludido mês, de 1:400\$ a Adalberto Barranjar Serra e outros (32.934), idem, idem, de 99\$200 a S. A. du Gaz de Rio de Janeiro (36.882), de luz elétrica consumida, no referido mês, nas obras do Aeroporto Santos Dumont, e de 43:112\$ a Roberto Lázaro da Costa Pimentel, engenheiro do Departamento, e outros (32.931), de diárias em novembro e dezembro;

Ns. 5.376, 5.380, 5.404, 5.455 e 5.458, de 15 e 20 de dezembro, idem, idem, idem, pagamentos de 644\$600 ao Lloyd Brasileiro (33.009), de 135\$600 à Companhia Paulista de Estradas de Ferro (36.905), de 156\$200 à Rede de Viação Paraná-Santa Catarina (36.904), de 272\$400 à São Paulo Railway Co. (33.012), e de 112\$300 à Estrada de Ferro Sorocabana (33.011), de transportes.

Foi mandado dar registro às despesas.

Em 5 de janeiro de 1939

Ministério da Agricultura:

Offício:

N. 5.913, de 27 de dezembro, da Diretoria de Expediente e Contabilidade, pagamento de 100:000\$ a Geohydro Ltd. (33.070), de

construção de acordo com concorrência administrativa autorizada pelo Sr. Presidente da República. — Foi mandado dar registro à despesa.

Ministério da Educação e Saúde:

Offícios:

Ns. 6.838, 6.839, 6.954, 7.110, 7.156, 7.167 e 7.219, de 19, 22, 27, 28 e 30 de dezembro último, do Serviço de Contabilidade, pagamentos de 7:100\$ a Cúrsio Zani (35.110) e de 9:034\$ a Lauro de Azevedo (35.109), de fornecimentos ao Colégio Pedro 2º (Externato), durante as comemorações do 1º centenário da sua fundação, de 1:200\$, como distribuição de crédito à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional do Espírito Santo (36.815), para pagamento da diferença de vencimentos, em 1938, ao marinheiro da classe "D" Nair de Oliveira Castro, em exercício no Serviço de Saúde do Porto de Vitória, de 1:059\$, em, idem, à Delegacia Fiscal da Baía, de gratificação adicional referente a 1937, a que fez jus o assistente da Faculdade de Medicina do Aludido Estado, Dr. Alvaro Ribeiro dos Santos, por conta do crédito especial aberto pelo decreto-lei n. 163, de 4 de janeiro de 1938 (39.019), pagamentos de 59:150\$ à Companhia Industrial Minas Gerais (39.142), pelos alugueis, em novembro e dezembro, de comutamentos dos Edifícios "Rex" e "Teatro Regina", de 3:000\$ a Lux-Jornal (35.381), de assinaturas de recortes de jornais, de julho a dezembro, pelo Departamento Nacional de Educação, e de 2:543\$ ao Lloyd Brasileiro (35.382), de transportes em proveito da Divisão de Ensino Industrial;

Ns. 535 e 563, de 14 e 30 do citado mês, do Hospital-Colônia de Jurupaiti, pagamentos de 219\$ à S. A. do Gaz de Rio de Janeiro (34.059) e de 615\$100 à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro (35.5373) de luz e força nos meses de novembro e dezembro;

Ns. 2.010, 2.012, 2.014 e 2.070, de 22 e 29 de dezembro, do Serviço de Águas e Esgotos, pagamentos de 2:000\$ a José Pinto Duarte (35.256), de alugueis em novembro e dezembro, de 6:991\$300 à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro (35.257), de energia elétrica fornecida no período de setembro a novembro, de 99\$500 à Companhia Telefônica Brasileira (25.255), de serviço industrial urbano, durante o 1º semestre de 1938, e de 1:868\$300 à S. A. do Gaz de Rio de Janeiro (35.380), de consertos em novembro e dezembro;

Ns. 691 e 693, de 22 e 23 de dezembro, do Museu Nacional, pagamentos de 477\$400 ao auxiliar Dalibor Mãos, de diárias, no período de setembro a novembro, por ter estado em excursão, a serviço, no Estado de Santa Catarina (35.208), e de 400\$ a D. Berta Maria Júlia Lutz, naturalista, idem, idem, nos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, em novembro (35.209);

Ns. 784 e 785, de 26 do aludido mês, do Serviço de Puericultura do Distrito Federal, pagamentos de 259\$800 à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro (39.117), de consumo de energia elétrica em novembro, e de 800\$ a Bernardino Lopes Viana e outro (39.115), de aluguel de prédio para consultório do Serviço, em dezembro;

Ns. 1.481, 1.483 e 1.486, de 30 de dezembro, da Colônia Juliano Moreira, pagamentos de 1:283\$600 à S. A. do Gaz de Rio de Janeiro (35.374) de consumo de luz e no citado mês, de 269\$800 à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro (35.375), de energia fornecida também em dezembro, e de 1:122\$400 à Companhia Telefônica Brasileira (35.376), de serviço telefônico no período de julho a novembro;

Ns. 713, 967-C, 229, 690, 406, 38/7.211-C-2.816, 3.609, 414, 713, 450, 783, 944, 553, 554, 7.258 e 1, de 12, 14, 19, 20, 21, 26, 27 e 31 de dezembro e de 2 de janeiro corrente, do Serviço de Obras, Faculdade Nacional de Direito, Hospital Pedro II (2) Escola Nacional de Belas Artes, da Reitoria da Universidade do Brasil, do Serviço de Saúde Pública do Distrito Federal, do Observatório Nacional, do Serviço de Fiscalização do Leite, do Serviço de Puericultura, do Instituto Valdo Cruz, do Laboratório de Saúde Pública, (2), do Serviço de Contabilidade e do Serviço Gráfico, pagamento de 145\$200 à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Ltd. (31.056), de energia elétrica fornecida em setembro de 1:340\$000 ao pessoal administrativo da aludida Faculdade (34.651), de gratificações por serviços extraordinários do Curso Noturno, de 775\$000 de diárias de noite a diversos médicos do citado Hospital (32.486), em dezembro, de 782\$300 à Companhia de Carris, Luz e Força, de energia elétrica em setembro e outubro (35.076), de 1:524\$900 à S. A. do Gaz de Rio de Janeiro (35.111), de consumo de luz, em outubro, pela Escola Nacional de Música, de 360\$000 S. A. do Gaz de Rio de Janeiro (35.112), idem, em novembro, de 281\$200 à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro (35.253), idem, idem, de 706\$200 S. A. do Gaz de Rio de Janeiro (35.114), idem, idem, de 47\$600, em, idem, idem, (38.875), de 16\$100, idem, idem (39.116), de 3:804\$300, idem, idem, idem (39.121), de 608\$400 à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, de energia elétrica em julho (39.118), de 377\$100, à S. A. do Gaz de Rio de Janeiro (39.119), de consumo de gás no aludido mês, de 300\$00 a Léia Gerebne, diarista do Instituto Nacional do Livro (35.276), de remuneração em dezembro, e de 3:301\$100 ao pessoal tarefeiro do Serviço Gráfico, idem, idem, idem (39.063).

Ministério da Educação e Saúde:

Offícios:

Ns. 42, de 3 do corrente, do Serviço de Contabilidade, pagamento de 11:325\$400 aos funcionários do mesmo Serviço e da Diretoria de Estatística, de gratificações extraordinárias em dezembro (35.395);

N. 15.237, de 12 de dezembro, da Comissão Central de Compras, pagamento de 3:623\$200 a William, Xavier & Comp. Ltda. (32315), de fornecimento;

Ns. 16.020, 16.039 a 16.043 e 16.145, de 21 e 24 do citado mês, da aludida Comissão Central de Compras, pagamentos de 6:137\$200 a Antonini, Rubino Ltd., e outros (32.644), de 2:655\$000 à S. A. Casa Pratt (38.794), de 3:608\$200 a Alves, Mendes & Comp. (38.795), de 5:672\$400 a A. Fortuna & Comp. e outros (38.796), de 11:631\$000 ao Dr. Blom & Comp. Ltda. (32.850), de 7:417\$500 a Renato Alves de Sá (38.798), de 19:620\$600 a G. Pereira de Carvalho & Comp. e outros (32.853), idem, idem;

Ns. 15.723, 15.730, 15.761, 15.872, 16.089, 16.105, 16.106, 16.108, 16.109, 16.111 a 16.117, 16.143, 16.221 a 16.228, 16.230, s/n, 16.313 a 16.317, 16.413, 16.414, 16.416, 16.417, 16.419, 16.423, 16.449 e 16.451, de 12, 14, 16, 19, 20, 24, 27, 28 e 29 de dezembro, da mencionada Comissão, pagamentos de 13:200\$000 a Lutz, Ferrando & Comp. Ltda. (34.528), de 8:496\$200 a B. Herzog e outros (36.492), de 2:859\$300 à Companhia Fazendas Reunidas Normandia S. A. e outros (36.488), de 4:762\$600 a Ferreira Agostinho & Comp. e outros (34.615), de 1:158\$000 a Alves, Mendes & Comp. (34.661), de 703\$200 a Antonini, Rubino Ltda e outros (32.680), de 259\$900 a Freitas Couto & Comp. Ltda. (32.813), de 307\$600 a J. G. Pereira & Comp. e outro (32.814), de 395\$800, idem, idem, (32.816), de 424\$500 a Ferreira, Agostinho & Comp. e outros (32.817), de 510\$500 a Alexandre Ribeiro & Comp. Ltda. e outro (32.819), de 567\$100 a J. G. Pereira e outro (32.820), de 578\$000 à Casa Sousa Batista Ltda. e outro (32.821), de 810\$300 a Moreno Borlido & Comp. e outro (32.822), de 853\$00, idem, idem, (32.823), de 899\$500 a Alexandre Ribeiro & Comp. Ltda. e outro (32.824), de 916\$200 a Freitas Couto & Comp. Ltda. e outros (32.825), de 17:875\$600, idem, idem, (32.851), de 269\$800 a Heitor, Ribeiro & Comp. e outros (35.137), de 288\$600 a A. Lima Ribeiro & Comp. Ltda. e outro (35.138), de 360\$000 à S. A. Casa Pratt, (35.139), de 467\$400 a Alexandre Ribeiro & Comp. Ltda. e outros (35.140), de 506\$100, idem, idem, (35.141), de 535\$900 à S. A. Casa Pratt (35.142), de 828\$100 a V. Saraiva & Comp. e outro (35.143), de 917\$300 a Lutz, Ferrando & Comp. Ltda. (35.144), de 1:116\$000 a J. G. Pereira & Comp. (35.146), de 1:082\$400 a Santos Martins & Comp. (32.799), de 79\$700 a Moreno Borlido & Comp. e outro (32.952), de 322\$500 a Lutz, Ferrando & Comp. Ltda. e outros (38.953), de 315\$200 à S. A. Casa Pratt (38.954), de 585\$200 a J. G. Pereira & Comp. e outro (38.955), de 749\$000 a D. F. Moutinho & Comp. e outro (38.956), de 901\$200 a Alexandre Ribeiro & Comp. Ltda. e outro (38.925), de 1:089\$800 a Castro, Gomes & Comp. e outro (38.926), de 1:172\$400 a M. Ventura & Comp. e outro (38.928), de 1:339\$000, idem, idem, (38.929), de 2:327\$500 a B. Herzog e outros (38.931), de 5:033\$100 a Valdemar Marques & Comp. (35.122), de fornecimentos a diversas repartições.

Ordenou-se o registro das despesas.

Ns. 15.238 e 16.042, de 12 e 24 de dezembro, da referida Comissão, pagamentos de 5:184\$ a Carl Zeiss (32.346) e de 6:531\$700 a M. H. Resende & Comp. (38.797), de fornecimentos, respectivamente, ao Serviço de Saúde Pública do Distrito Federal e Serviço de Assistência Hospitalar. — Convertem-se o julgamento em diligência, nos termos dos pareceres.

Ministério da Fazenda:

Processos:

De distribuição do crédito de 161\$100 ao Tesouro Nacional, depois de feita a anulação na Delegacia Fiscal do mesmo Tesouro, em Minas Gerais, para pagamento das pensões de Eunice, Edith e Iara, filhas do Joaquim Bonifácio de Siqueira (36.905);

De pagamento:

De 57:500\$ a Serviços Hollerith S. A., de serviços executados, em novembro, nas Alfândegas (35.262), de 51:000\$, idem, idem, (35.261), de 105\$700 à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Ltd. (35.263), de luz fornecida, em julho, a um posto fiscal da Recebedoria do Distrito Federal, de 61\$200 à S. A. do Gaz de Rio de Janeiro (35.266), de luz elétrica, em agosto, idem, idem, de 913\$100 à S. A. do Gaz de Rio de Janeiro (35.267), idem, idem, em setembro, e de 15:583\$900 à Companhia Telefônica Brasileira (35.258), de assinatura de aparelhos pelas diversas dependências do Ministério, no 2º semestre de 1938, de 31:385\$700 a Serviços Hollerith S. A. (35.263) de serviços, em novembro, à Recebedoria do Distrito Federal, e de 923\$100 à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Ltd. (35.269), de energia elétrica fornecida, em novembro, ao Tesouro Nacional e outras dependências. — Mandou-se registrar as despesas.

Ministério da Fazenda:

Processos:

De pagamento:

De 1:113\$700 a Alves Neto & Comp. (34.681), de 525\$ a Eurico Teixeira (36.851), de 10:893\$800 a Antônio Teorga, credor cessionário de José da Costa Gomes (38.895), de 4:542\$600 a Nicolau Borges Lutz (38.852), de indenização, de acordo com o Tratado de Pedras-Altas, pelos prejuízos sofridos, em 1923, durante a revolução do Rio Grande do Sul;

De 2:918\$ a Fontes, Garcia & Comp. (35.271), de fornecimentos feitos à Casa da Moeda (Of. 906, de 17 de dezembro, da citada Repartição);

De 527\$900 à Companhia Telefônica Brasileira (35.259), de assinatura de aparelhos telefônicos pela Diretoria de Estatística Econômica e Financeira, no 2º semestre (Of. 250-A, de 12 de dezembro último, da citada Diretoria);

De 702\$ a diversos contadores da Contadoria Seccional junto à Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos (35.212), (Of. 230, de 12 do referido mês, da aludida Contadoria);

De 300\$ a Zeferino França, trabalhador de 2ª classe da Diretoria do Domínio da União (39.018), de remuneração em dezembro (Of. 829, de 24 do mês citado, da Diretoria indicada).

De 142\$600 a A. Joffe Botelho (35.269), de fornecimentos à Casa da Moeda em 1938 (Of. 900, de 16 de dezembro, da aludida Repartição);

De 399\$500 a S. A. du Gaz de Rio de Janeiro (35.260), de luz elétrica fornecida, em agosto, à Diretoria do Imposto de Renda (Ofício 609, de 10 de dezembro, da citada Diretoria);

De 94\$900 a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro (35.264), de luz fornecida a um posto fiscal da Recebedoria do Distrito Federal (Of. 4.822, de 10 de dezembro findo, da mencionada Repartição);

De 345\$ a José de Almeida Rios (36.850), de dívida relacionada;

De 160\$ a Generoso Gonçalves Portela (33.018), de dívida de exercício findo;

Anulação do crédito de 1:669\$ ao Tesouro Nacional e distribuição à Delegacia Fiscal do mesmo Tesouro em São Paulo, para pagamento das pensões a que têm direito D. Maria Inácia Cardoso das Chagas, no período de 28 de janeiro a 31 de dezembro de 1938 (23.066);

Idem, idem, de 1:821\$400 no mesmo Tesouro e distribuição à Delegacia Fiscal no Rio Grande do Sul, para pagamento das pensões no referido período, a favor de D. Anina Chagasteles Pessoa (25.244);

De 1:173\$ a Jorge de Alencar Araripe e outro, funcionários do Controle do Serviço de Pessoal do Ministério da Fazenda, de gratificações em dezembro último (35.213);

De 1:860\$ a Manuel Isidoro de Miranda e Renato Lindenberg Amorá, respectivamente contador e guarda-livros do Quatro I do referido Ministério, de gratificações, em dezembro, por serviços fora da sede (37.004). — Ordenou-se o registro das despesas.

De 8:787\$ a Agninaldo Régulo Valdelaro e outros, funcionários da Contadoria Seccional junto ao mencionado Ministério (39.147), de gratificações por serviços extraordinários no período de dezembro de 1938 a 2 de janeiro de 1939, à conta do crédito orçamentário para o exercício de 1938. — A plenário.

De 1:235\$ a Oscar Ferreira da Silva (36.853), de fornecimentos feitos, em 1930, à Estrada de Ferro Oeste de Minas.

— Mandou-se o processo a Plenário.

De 5:256\$ a Urius Cordeiro e outros, de diárias por serviço externo em dezembro (33.108) (of. n. 4, de 3 de janeiro corrente, da Diretoria do Domínio da União).

De 144\$ a Temístocles Barroso de Carvalho, escriturário do aludido Ministério de gratificações por serviços extraordinários, em dezembro (33.109) (of. 8, de 4 do corrente, da mencionada Diretoria do Domínio da União). — Ordenou-se o registro.

Ofícios:

N. 16.529, de 30 de dezembro último, da Comissão Central de Compras, pagamento de 67:997\$300 a Emílio Polto (33.031).

Ns. 15.930 a 15.938, de 22 de dezembro, da citada Comissão, pagamentos de 24\$ a Alves Mendes & Cia. (34.967), de 372\$500 a Roberto Torz & Cia. e outro (34.968), de 548\$500 a William, Xavier & Cia. Ltd. e outros (34.969), de 744\$ a Alexandre Ribeiro & Cia. Ltd. e outros (34.970), de 919\$ a A. Lima Ribeiro & Cia. Ltda. e outro (34.971), de 3:430\$ a Curt Stida e outro (34.972), de 788\$ a AEG Companhia Sul Americana de Eletricidade e outro (34.973), de 22:463\$ a Companhia Anil e Produtos Químicos do Brasil (número 34.974), de 34:652\$500 a C. Fuerst & Cia. Ltd. e outros (34.975), de fornecimentos a diversas repartições do Ministério.

— Mandou-se registrar as despesas.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Avisos:

Ns. 1.738, 1.780, 1.782, 1.788, 1.789, 1.799, 1.806, 1.808, 1.809, 1.814, 1.816, 1.817, 1.819, 1.821 e 1.824, de 20, 23 e 27, de dezembro último, pagamentos de 1:224\$900 à Companhia Telefônica Brasileira (36.899), de assinaturas de aparelhos em setembro, pela Polícia Civil do Distrito Federal, de 470\$ a Castro Sobral & Cia. (36.878), de despesas de armazenagens pagas em proveito da Imprensa Nacional, em agosto do ano findo, de 4:161\$600 a Soares Lavrador & Cia. (36.898), de fornecimentos à Escola 15 de Novembro, de 3:120\$ a Virgílio Guimarães & Cia. (32.994), de fornecimentos e execução de obras em proveito do Serviço do Pessoal, de 27:450\$, idem, idem, (32.995), de execução de obras de acordo com autorização do Sr. Presidente da República, nas salas ocupadas da Procuradoria da República, de 300\$ a Nelson Dias da Rocha Pinto e outro (32.976), de aluguel de prédio, em outubro, ao Comissário do 26º Distrito Policial, de 2:530\$ a Amadeu Augusto Teixeira (32.980), de aluguel, no citado mês, do prédio ocupado pelo Sétimo Distrito Policial, de 1:000\$ a D. Jurêma Rocha de Sousa Mendes (32.981), idem, idem, pelo 11º Distrito Policial, de 1:000\$ à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária (32.982), idem, idem, pelo 12º Distrito Policial, de 800\$ a Alfredo Tavares Ferreira (32.983), idem, idem, pelo 17º Distrito Policial, de 680\$ a Carlos Luiz de Vargas Dantas, idem, idem, pelo 19º Distrito Policial, (32.984), de 700\$ a Rosa Tavares, idem, idem, pelo 20º Distrito Policial (39.086), de 540\$ a José Irênio dos Anjos, idem, idem, do 23º Distrito Policial (32.985), de 80\$ à Companhia Progresso Industrial do Brasil (32.986) idem idem, pelo 27º Distrito Policial e de 120\$ a Joaquim Tavares Guerra Filho (32.993), idem, idem, pelo Posto Policial da Pavuna.

Ns. 1.786, 1.793, 1.796, 1.825, 1.826 e 1.828, de 27 de dezembro, pagamentos de 2:026\$100 à Companhia Telefônica Brasileira (32.987), de assinatura no período de julho a dezembro, pela Procuradoria da República, no Distrito Federal, de 4:552\$900, idem, idem (32.989), idem, de outubro a dezembro, pela Secretaria de Estado, de 5:748\$800 à Companhia de Carris Luz e Força do Rio de Janeiro Ltda., de consumo de energia elétrica, de julho a outubro, pelo Tribunal de Apelação do Distrito Federal (32.980), e 280\$000 a João Peixoto de Oliveira (32.992), de aluguel do prédio ocupado, em outubro, pelo 14º Distrito Policial, de 600\$ a Jerônimo Ferreira (32.991), idem, idem, pelo Posto de Assistência Policial da rua Marquez de Sapucaí n. 143, e de 800\$ a Olímpio Borges (32.990), idem, idem, pelo 30º Distrito Policial. — Foi mandado dar registro às despesas.

Ofícios:

Ns. 15.680, 15.725, 15.940, 16.132, 16.159, 16.160, 16.166, 16.367 e 16.452, de 19, 22, 24, e 26 de dezembro último, da Comissão Central de Compras, pagamentos de 7:274\$800 à Companhia Fazendas Reunidas Normandia S. A. e outros (36.615), de 5:235\$600 à Companhia Usinas de Serapi e outros (36.494), de 9:875\$100 a J. G. Pereira & Cia. (34.977), de 129\$600 a Fonseca Almeida & Cia. Ltda. (32.875), de 127\$500 a J. G. Pereira & Cia. (32.864), de 412\$800 a Fonseca Almeida & Cia. e outro (32.865), de 3:883\$800 a Jorge Pereira & Cia. Ltda. e outros (32.871), de 7:717\$300 à Companhia Fazendas Reunidas Normandia S. A. (38.857), e de 6:035\$400, idem, idem (35.123), de fornecimentos a diversas repartições.

N. 16.157, de 24 do citado mês, da aludida Comissão, pagamento de 362\$900 a J. G. Pereira & Cia. e outro (32.862), de fornecimentos.

Mandou-se registrar as despesas.

Ministério das Relações Exteriores:

Avisos:

Ns. M-808-321, 5 e 811-303, 97, de 23 e 26 de dezembro, pagamentos de 1:485\$700 à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro (33.073), de energia elétrica em novembro, e de 2:500\$000 a R. do Gato Almeida, de encomendas de flores, em dezembro (33.072). Ordenou-se o registro.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

Avisos:

Ns. 559 e 562, de 27 e 28 de dezembro, pagamentos de 103\$000 à Companhia Radiotelegráfica Brasileira, de serviços (39.098) e de 38:080\$000 a J. Palermo & Cia. (32.000), de móveis fornecidos de acordo com a concorrência administrativa autorizada pelo Sr. Presidente da República. Mandou-se registrar.

Ofícios:

Ns. 638, de 24 de outubro, 1.374 e 1.385, de 28 e 30 de dezembro, do Serviço do Pessoal, pagamentos de 1:032\$300 ao estatístico Osvaldo Gomes da Costa Miranda, que substituiu, conforme decreto do Sr. Presidente da República, o diretor de Departamento de Estatística e Publicidade, nos meses de agosto e setembro (33.107), de 309\$600 ao contínuo Hermenegildo Santos do Amarel, de gratificação por serviços extraordinários em dezembro (39.033), de 6:560\$100 a Cesar Orsco e outros funcionários do Conselho Nacional do Trabalho (35.295), de gratificações por serviços extraordinários no período de outubro a dezembro;

Ns. 2.162 e 2.691, de 27 e 28 de dezembro, dos Departamentos Nacional de Povoamento e Indústria e Comércio, pagamentos de 5:726\$100 ao Lloyd Brasileiro (39.101), e 105\$000, idem, idem, (39.099), de passagens fornecidas.

Ordenou-se o registro.

Ministério do Trabalho Indústria e Comércio:

Ofícios:

N. 15.941, de 22 de dezembro, da Comissão Central de Compras pagamento de 12:620\$000 ao Instituto do Açúcar e do Alcool e outro (34.978), de fornecimentos. Mandou-se registrar a despesa.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Avisos:

Ns. 4.723, 4, 5, de 31 de dezembro e 3 do corrente, pagamentos de 27:500\$000 ao Estado de Santa Catarina (36.950), de folha de medição de materiais para Estrada de Ferro do mesmo Estado, em dezembro, de 33:115\$200 idem, idem do trecho Rio do Sul à Barra do Trombudo, na aludida Estrada (36.933), de 10:071\$300, idem, idem, de despesas complementares (36.954). Mandou-se registrar as despesas.

Ns. 4.657, 4.669, 4.761 e 4.711, de 27, 29, e 31 de dezembro, pagamentos de 39:452\$600 a The Great Western of Brazil Railway Co. Ltda. (35.190), de medições, realizadas em setembro, no prolongamento Palmeira dos Índios a Colégio, de 285\$500 a S. A. du Gaz de Rio de Janeiro (39.105), de consumo de luz elétrica, em dezembro findo, pela Diretoria do Sancamentada Baixada Fluminense, de 15:152\$800 a The Great Western of Brazil R. Co. (33.077), de medições na estação de Palmeira dos Índios, de 80:000\$000 à Companhia Nacional de Navegação Costeira (39.075), de subvenção pelas restantes viagens contínuas realizadas, em outubro, na Linha Sul-Norte (Porto Alegre-Cabedelo). Ordenou-se o registro.

Ofícios:

Ns. 5.384, 5.386, 5.490, 5.542, 5.544, 5.546, 5.569, 5.571, 5.573, 5.581, 5.583 e 5.589, 15, 21, 26 e 28 de dezembro, do Departamento de Aeronáutica Civil, pagamentos de 138\$200 à Viação Férrea Federal Leste Brasileiro (33.010), de 181\$600 à Rede Mineira de Viação (36.896), de 86\$200 ao Lloyd Brasileiro (36.894), de 113\$800, idem idem, (39.103), de 864\$200 à Companhia de Car-

ris, Luz e Força do Rio de Janeiro Ltda. (33.002), de 1:921\$400 ao Lloyd Brasileiro (39.102), de 1:391\$700 à S. A. do Gaz do Rio de Janeiro (39.108), de 592\$700 à Viação Férrea Federal Leste Brasileiro (39.107), de 123\$300 à Estrada de Ferro Sorocabana (39.106), de 40\$000 à Companhia de Navegação Baiana (39.111), de 377\$900 à Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (39.110) e de 156\$700 à Navegação Mineira de São Francisco (39.109), de transportes no ano findo. Mandou-se registrar.

Offícios:

Ns. 4.348 e 4.352 de 12 e 13 de dezembro, da Diretoria de Contabilidade, pagamentos de 386\$600 a Aderbal Silva (32.618), de serviços prestados, em dezembro, à Diretoria do Saneamento da Baixada Fluminense, e de 1:051\$800 a Wilson King & Comp. Ltda. idem, idem, (32.613);

Ns. 532-Z e 627-Z, de 4 de novembro e 20 de dezembro, da Inspeção Federal das Estradas, pagamentos de 400\$000 a Francisco Cornélio da Fonseca Lima Júnior, engenheiro da classe M. por ter substituído, em julho de 1938, um funcionário em cargo de direção (35.020), e de 57\$500 à Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (36.881), de transportes de materiais (36.881);

N. 4.257, de 26 de dezembro, do Departamento Nacional de Portos e Navegação, pagamento de 1:500\$000 ao assistente técnico Jorge Maach (36.835) de diárias no aludido mês. Mandou-se registrar as despesas.

N. 16.188, de 28 de dezembro, da Comissão Central de Compras, pagamento de 81:400\$000 a Pinheiro Guimarães & Companhia (31.892), de 82:000\$000 à Empresa Importadora Nadir Figueiredo Ltd. (38.994), de fornecimentos;

Ns. 16.519, 16.544, 16.546 e 16.547, de 30 de dezembro, da Comissão Central de Compras, pagamentos de 79:800\$000 a William Xavier & Comp. Ltd. (36.927), de 57:980\$000, idem, idem, (33.047), de 60:811\$000, idem, idem (33.049) e de 82:240\$000, idem, idem, (33.050), de fornecimentos. — Foi ordenado o registro.

Dia 6 de janeiro de 1939

Departamento Administrativo do Serviço Público:

Offício:

N. 1.025, de 29 de dezembro, solicitando o pagamento de réis, 4.993\$000 a R. M. Perdigão e outros (36.931), de fornecimentos feitos, em dezembro, ao aludido Departamento — Ordenou-se o registro.

Ministério da Agricultura:

Offícios:

Ns. 5.332, 5.336, 5.565 e 5.580, de 29 de novembro e 7 de dezembro, da Diretoria de Expediente e Contabilidade, solicitando as distribuições dos créditos de 5:000\$000, 1:974\$200, 13:050\$000 e de 1:740\$000, respectivamente, às Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional em Alagoas, Paraná, Goiás e de São Paulo, para pagamentos dos vencimentos de setembro a dezembro de 1938, do agrônomo Silvío de Sousa Campos, do veterinário George Edouard Lotar Druet, do agrônomo Benedito de Oliveira e do veterinário José Dias Aires (34.123, 30.587, 30.821 e 30.831), que passaram a ter exercício em repartições situadas nos referidos Estados — Mandou-se registrar.

Ministério da Educação e Saúde:

Offícios:

Ns. 448 e 449, de 16 de dezembro, do Instituto Nacional de Surdos Mudos, pagamentos de 298\$500 à S. A. do Gaz do Rio de Janeiro (35.425), de luz elétrica consumida em novembro, e de réis, 215\$900, de gás, idem, idem, (35.426);

Ns. 1.980, 1.982, 1.986, 2.002, 2.066 e 2.068, de 21, 22 e 29 de dezembro, do Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal, pagamentos de 800\$000 a Antônio Simão, (39.890), de 1:200\$000 a Agostinho dos Santos (8.891), de 70\$000 à Imprensa Nacional (38.892), de 1:190\$600 à S. A. do Gaz do Rio de Janeiro (38.879), de 116\$200 à S. A. do Gaz do Rio de Janeiro (35.378) e de 401\$000, idem, idem (35.379), de aluguel de casa em dezembro, em todo o ano de 1938, de assinatura do "Diário Oficial", de consumo de luz elétrica em novembro, idem, de luz e gás em dezembro;

Ns. 7.221, 7.241 e 7.242, de 30 de dezembro, e 87, de 4 do corrente, do Serviço de Contabilidade, pagamentos de 838\$700 à S. A. do Gaz do Rio de Janeiro (35.384) de gás fornecido, em novembro, ao Departamento Nacional de Saúde, de 1:170\$000 ao contínuo da Secretaria de Estado, Felipe Benício da Costa e outros (35.308), de diárias em dezembro, de 20:000\$600 ao Instituto de Proteção e Assistência à Infância, de Belém (Pará), de subvenção referente a 1938 (35.125), de 2:900\$000 a Joaquim Fontainha e outros, funcionários da Secretaria de Estado (39.178), de gratificações em dezembro;

Ns. 882, 1.025-D e 7.467-D 2.925, de 28 de dezembro, do Serviço de Transporte, Escola Nacional de Engenharia e Reitoria da Universidade do Brasil, pagamentos de 444\$600 à S. A. do Gaz do Rio de Janeiro (39.130), de luz fornecida no aludido mês, de réis, 943\$000, idem, idem, (39\$120), de luz e gás de setembro a dezembro, e de 803\$000 a The Leopoldina Railway Co. Ltd. (35.377), de transportes de professores e alunos da Escola Nacional de Química em excursão regulamentar;

Ns. 711, 720, 723, 726 e 1.121, de 27 e 29 de dezembro, dos Hospitais São Sebastião (3) e Estácio de Sá, pagamentos de réis

2:163\$800 à Companhia Telefônica Brasileira (35.387), de assinatura de telefones no 2º semestre, de 1:376\$000 à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Ltda. (39.133), de energia elétrica consumida em dezembro, de 1:395\$100 à S. A. do Gaz do Rio de Janeiro, de gás fornecido, no aludido mês (39.132), de 641\$300, de luz, idem, idem, (39.131) e de 1:025\$100, idem, idem, de gás, e 3 dezembro, pelo Hospital Estácio de Sá (39.134);

Ns. 789, 790, 797 e 798, de 28 e 30 de dezembro, do Serviço de Puericultura do Distrito Federal, pagamentos de 300\$000 à Sociedade Marítima de Beneficência (39.122), de aluguel de consultório no aludido mês, de 273\$900 à S. A. do Gaz do Rio de Janeiro (35.390), de gás consumido de 2 de março a 20 de abril último, de 929\$000, idem, idem, de gás e luz na 1ª quinzena de dezembro (35.391), e de 211\$800 à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Ltd. (35.392), de energia elétrica na mencionada quinzena;

Ns. 293 e 312, de 20 e 29 de dezembro, do Instituto Nacional de Puericultura, pagamentos de 2:000\$000 à Companhia Industrial de Minas Gerais (35.413), de aluguel em dezembro, e de 16\$100 à S. A. do Gaz do Rio de Janeiro, de gás consumido no referido mês (35.394);

Ns. 756 a 758 e 938 a 940, de 24, 27 e 28 de dezembro do Serviço de Obras (3) e do Instituto Oswaldo Cruz, pagamentos de réis 19:500\$000 a Virgílio Guimarães & Cia. (39.127), de obras urgentes autorizadas, pelo Sr. Presidente da República, no Instituto Anatómico da Faculdade Nacional de Medicina, de 23:500\$000 a Sebastião Oliveira e Silva (39.126), de obras, idem, idem, nos Centros de Saúde, de 17:150\$000 à Construtora Brandão — Sociedade Anônima (39.128), idem, idem, na Colônia Juliano Moreira, de 4:000\$000 de ajuda de custo ao Dr. Antônio Cardoso Fontes, diretor do Instituto citado, para atender às despesas com excursões (32.916), de réis 2:300\$000 ao Dr. Evandro Serafim Lobo Chagas, biólogo do referido Instituto (32.914), idem, idem, e de 2:000\$000 ao Dr. Walter Oswaldo Cruz, técnico especializado, contratado do mesmo Instituto (32.915), idem, idem;

Ns. 439, 440 e 441, de 20 do citado mês, do Colégio Pedro 2º (Internato), pagamentos de 748\$500 à S. A. do Gaz do Rio de Janeiro (38.878), de consumo de luz em novembro, de 122\$700 à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Ltda. (38.877), de energia fornecida no citado mês, de 1:110\$800 à Companhia Telefônica Brasileira (38.876), de assinatura de telefones no 2º semestre;

Ns. 552, 881, 714 e 715, de 27, 28 e 29 de dezembro, do Laboratório de Saúde Pública, Serviço de Transportes, e Hospital Pedro 2º, pagamentos de 603\$700 à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Ltda. (35.402), de energia elétrica consumida em junho, de 451\$700, idem, idem, em dezembro (39.129), de 377\$300 à S. A. do Gaz do Rio de Janeiro Ltda. (35.388), de luz elétrica fornecida de 30 de novembro a 15 de dezembro ao mencionado hospital, e de 144\$400 à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Ltda. (39.123), de força motriz, idem, idem, idem;

Ns. 546 e 2.524, de 19 e 28 de dezembro, do Hospital-Colônia de Curupaiti e da Inspeção dos Centros de Saúde, pagamentos de réis 1:244\$300 à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro (35.254) e de 10:263\$600 à Companhia Telefônica Brasileira (39.123), de assinatura e serviços interurbanos, no 2º semestre.

— Mandou-se registrar as despesas.

N. 13, de 4 do corrente, do Serviço de Obras, pagamento de 25:000\$000 a Santos & Gonçalves (35.445), de obras no edifício do Serviço de Saúde dos Portos, mediante prévia autorização do Presidente da República. — Mandou-se registrar.

N. 983, s/data, da Faculdade Nacional de Direito, pagamento de 10:550\$000 de gratificações aos funcionários administrativos e aos examinadores de concurso para catedráticos e docentes livres, em dezembro (35.310). — A plenário.

Ns. 15.929, 16.051, 16.103, 16.104, 16.107, 16.110, 16.118 a 16.126, 16.127 a 16.129, 16.131, 16.132, 16.135, 16.136, 16.138, 16.139, 16.232 a 16.242, 16.319 a 16.326, 16.415, 16.418, 16.421, 16.422, 16.424, 16.500 a 16.505, 16.525 a 16.529, de 22, 24, 27, 28, 29 e 30 de dezembro, da Comissão Central de Compras, pagamentos de 198\$000 a Pereira Júnior & Cia. e outro (34.966), de 458\$300 a Homero & Cia. Ltd. e outros (38.806), de 109\$500 a Alexandre Ribeiro & Cia. Ltd. e outros (32.811), de 127\$500 a Casa Lohner S. A. e outros (32.812), de 347\$500 a J. Sardinha Sues. e outros (32.815), de 451\$800 a J. G. Pereira & Cia. e outros (32.818), de 957\$700 a M. Ventura & Cia. e outros (32.826), de 1:179\$700 a Moreno Borlido & Cia. e outros (32.827), de 1:291\$300 a V. Lambert & Cia. e outros (32.828), de 1:638\$000 a Heitor Ribeiro & Cia. e outros (32.829), de 2:355\$000 a R. Veiga & Cia. Ltd. e outros (32.830), de 2:615\$900 a Casa Lohner S. A. e outro (32.831), de 3:094\$100 a Fonseca, Almeida & Cia. Ltd. e outro (32.832), de 3:718\$000 a Ferreira Agostinho & Cia. e outros (32.833), de 4:038\$200 a Fonseca Almeida & Cia. Ltd. e outro (32.834), de 4:203\$600 a João Martins & Cia. e outro (32.835), de 4:332\$200 a Moreno Borlido & Companhia e outro (32.836), de 4:419\$900, idem, idem, (32.837), de 4:632\$100 a Luik & Kleiner Ltd. e outros (32.839), de 4:870\$800 a Alexandre Ribeiro & Cia. Ltd. e outros (32.840), de 7:773\$200 a Homero & Cia. Ltd. e outros (32.843), de 7:955\$600 a M. Ventura & Cia. e outros (32.844), de 9:322\$000 a Renato Alves de Sá e outro (32.846), de 10:365\$200 a David Land & Cia. e outro (32.847), de 1:402\$700 a Alexandre Ribeiro & Cia. Ltd. e outros (35.148), de 1:494\$000 a Heitor Ribeiro & Cia. e outro (35.149), de 1:822\$600 a

J. G. Pereira & Cia. (35.150), de 2:450\$000 à S. A. Casa Pratt (35.151), de 3:380\$000 a Pedro de Menezes (35.152), de 6:320\$000 a Idílio Albrizzi e outro (35.153), de 6:580\$000 a Cesar El-Yachar & Companhia e outro (35.154), de 8:306\$000 a Casa Sousa Batista Limitada (35.155), de 8:750\$000 a Equipamento Wayne do Brasil Limitada e outro (35.156), de 42:000\$000 a Casa Lohner S. A. (35.157), de 46:000\$000, idem, idem, (35.158), de 1:200\$000 K S. A. Casa Pratt (38.958), de 1:812\$600 a Heitor Ribeiro & Cia. e outro (38.959), de 2:071\$300 a Casa Lohner S. A. e outros (38.960), de 3:077\$500 a Mário Amado & Cia. (38.961), de 9:292\$000 a B. Saráiva & Companhia e outros (38.962), de 9:760\$000 a Lutz, Ferrando & Cia Limitada e outro (38.963), de 17:418\$000 a Fred. Figner e outro (38.964), de 17:436\$500 a Dias Garcia Limitada e outro (38.965), de 1:147\$300 a Fernandes Moreira & Cia. e outro (38.927), de 1:522\$700 a Antonini, Rubino Limitada e outro (38.930), de 2:766\$700 a Fonseca Almeida & Cia Limitada e outro (38.933), de 4:782\$200 a Lutz Ferrando & Cia. Limitada e outro (38.934), de 7:955\$000 e Fred Figner e outro (38.936), de 8:662\$000 a Martins Júnior & Cia. e outro (36.908), de 12:313\$600 a Fonseca Almeida & Cia. Limitada e outro (36.909), de 16:660\$500 a A. Rodrigues Costa (36.910), de 27:658\$200 a A. Barros & Cia Limitada e outro (36.911), de 42:390\$000 a Sociedade Importadora Suíça Limitada e outros (36.912), de réis 47:889\$000 a Moreno Borlido & Cia. e outro (36.913), de 4:011\$000 a Companhia Usinas de Sergipe e outro (33.026) de 6:134\$000 a Morenc Borlido & Cia. e outro (33.027), de 7:492\$400 a M. Ventura & Cia. e outro (33.028) e de 10:818\$300 a Antônio Barroso Monteiro e outro (33.029) e 80:992\$800 a Lutz, Ferrando & Cia Ltd. (33.030), de fornecimentos feitos a diversas repartições.

Mandou-se registrar as despesas.

Ministério da Fazenda:

Processos:

De pagamento:

De 3:078\$700 aos herdeiros de Ovidio Guerra (33.015), de dívida relacionada, relativa a fornecimentos feitos, em 1930, à Estrada de Ferro Oeste de Minas, quando administrada pelo Governo Federal;

De 2:400\$000 João Batista Fagundes (33.014), de aluguel de animais, em 1927, no Estado de Goiás, às forças do "Destacamento Mariante";

De 893\$600 a Manuel Atanázio Leite (33.016), guarda fiés da parte sul da Comissão de Linhas Telefônicas Estratégicas de Mato-Grosso, referente à gratificação estatuida pela lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922 (33.016);

De 500\$000 a Oscar Loureiro e outro, agente fiscal do imposto de consumo no Distrito Federal (11.787), de liquidação do depósito decorrente da multa imposta, em 1931, a Indalécio Vergara. Converteu-se o julgamento dos processos em diligência, para os fins constantes dos pareceres da Diretoria.

De 97\$500 a Teodorico Antônio de Miranda, jornalista da Estrada de Ferro Oeste de Minas, sob a administração federal, de diárias, em setembro de 1930 (33.017), de 3:604\$000 a Virgolino Henrique da Costa (35.299), de 1:700\$000 a Hipólito Teixeira de Albuquerque (35.298), de 9:930\$000 a Leocádio Ribeiro Lemos (34.830), de réis 8:600\$000 a Constância do Nascimento e Silva (34.831), de 17:325\$000 a Antônio Carneiro Pinto (34.828) e 13:560\$000 a Alfredo Soares Batista (34.829), de indenizações, recorrentes do Tratado de Pedras Altas, pelos prejuízos sofridos na revolução de 1923. Ordenou-se o registro das despesas.

De 26:865\$000 (35.439), de 65:500\$000 (35.441) e 10:980\$000 (35.440), aos Serviços Hollerith S. A., pela execução de serviços, em novembro último, em proveito da Recebedoria Federal em São Paulo, da Diretoria das Rendas Internas e da Delegacia Fiscal em Minas Gerais;

De 4:456\$200 (35.437), 53\$400 (35.434), 5:543\$900 (35.432), de 324\$100 (35.386) e de 534\$800 (35.428), à S. A. du Gaz de Rio de Janeiro, de gás e luz elétrica fornecidos a diversas repartições de Fazenda, nesta capital, de setembro a dezembro de 1938;

De 280\$000 a A. Rodrigues Costa (35.430), de fornecimentos ao Gabinete do ministro da Fazenda, em dezembro, de 200\$000 ao doutor Alberto Gentile contador, (37.010), de gratificação referente ao citado mês, por ter representado a Fazenda Nacional nas Juntas de Inspeções de Saúde, de 150\$000 ao senhor Rodolfo Conceição Duarte, servente do Tesouro Nacional (36.963) de gratificação por extraordinários no referido mês;

De 600\$000 a Companhia de Carris Luz e Força do Rio de Janeiro Ltd. (35.431) de aluguel de transformadores, em novembro, à Casa da Moeda, de 12:025\$500, idem, (35.433), de consumo de energia elétrica, no referido mês, pela aludida repartição, de 450\$ a Lux-Jornal (35.436), de assinatura de recortes de jornais, de outubro a dezembro, ao Tribunal de Contas, de 40\$100 ao Lloyd Brasileiro (35.429), de transportes, em dezembro, em proveito da Diretoria do Domínio da União;

Distribuição dos créditos de 1:280\$ e 2:671\$ ao Tesouro Nacional, feitas as anulações respectivas na Delegacia Fiscal do mesmo Tesouro na Baía (39.167), para pagamento das pensões a favor de D. Zulmira de Barros Valadão, em 1938;

De 69\$600 a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro (35.435), de fornecimento de luz elétrica, em setembro, a um posto fiscal da Recebedoria do Distrito Federal, de 1:684\$ à Companhia Telefônica Brasileira (35.438), de assinatura de telefones no 2º semestre, pela Alfândega do Rio de Janeiro, de 500\$ a Alice Altenburg, ex-agente postal em São Pedro Apóstolo Gaspar (Estado de Santa Catarina), de restituição de caução (17.048), de 200\$ a Costa Pe-

reira & Comp. (12.892), de restituição de depósito para caução feito na Alfândega do Rio de Janeiro, em 1925, de 107\$600 a D. Maria Marciana do Amor Divino, de vencimentos que deixou de perceber o seu falecido marido Joaquim Coelho da Silva, em outubro de 1931, na qualidade de padreiro da Inspetoria dos Serviços (9.107), de 200\$ a João Dionísio Viana (20.990), de depósito feito na Alfândega do Rio de Janeiro, em 1923 e 1926, para exercer emprego de carregador de bagagens, de restituição de 2:925\$600 a Acumuladores Varia do Brasil Ltd., sucessores de D. H. Berude (5.981), de direitos pagos a mais, em 1932, à aludida Alfândega, de 297\$500 a José Alceste Pontes (13.170), de diferença de juros recebidos a menos, em 1937, e de setembro de 1931 a setembro de 1936, provenientes de depósito que fez para garantia da sua gestão como coletor federal de São Fidélis, no Estado do Rio de Janeiro, de 200\$ a Antônio F. Arbex, de restituição de parte da multa imposta, pela Recebedoria do Distrito Federal, em 1931, e relevada pelo Conselho de Contribuintes, em 30 de novembro de 1932 (21.531), de 2:089\$600 a Jorge Pereira & Comp. Ltd. (39.042), de fornecimentos feitos, em 1938, à Caixa de Amortização, mediante concorrência administrativa (39.102).

Foi mandado dar registro às despesas.

De 420\$ a Alberto Martins Ferreira de Oliveira (36.959), protocolista do Tesouro Nacional, de gratificação extraordinária no período de 30 de novembro a 31 de dezembro de 1938;

De 1:500\$ a Segismundo Soares Batista, oficial administrativo do Tribunal de Contas e outros, de gratificação referente a serviços extraordinários no 2º semestre do citado ano (39.169);

De 500\$ ao bacharel Flávio Carvalho de Moraes Bastos, oficial administrativo do mesmo Tribunal (39.170), idem, idem no período de 22 de julho a 31 de agosto do último ano;

De 6:500\$ a Alvares & Comp. e outros (24.632), de restituição de depósitos antigos,

De 42:340\$100 a Fiat Brasileira S. A. (9.152), idem, de direitos pagos a maior à Alfândega de Santos, em 1928.

Ordenou-se o registro.

Offícios:

Ns. 16.049, 16.050, 16.052, 16.053, 16.055, 16.056 e 16.310, de 24 e 28 de dezembro, da Comissão Central de Compras, pagamentos de 171\$ a Fábio Bastos & Comp. (38.804), de 196\$100 a Fonseca Almeida & Comp. Ltd. e outros (35.803), de 518\$ a A. Barros & Comp. Ltd. e outros (38.807), de 660\$ a Lutz, Ferrando & Comp. Ltd. (38.808), de 987\$500 a Jorge Pereira & Comp. Ltd. e outro (38.810), de 1:050\$ a Martins Júnior & Comp. (38.811), de réis 7:427\$200 à Sociedade Anônima Brasileira Estabelecimentos Mestre e Blatgé (38.979), de fornecimentos a diversas repartições. — Mandou-se registrar as despesas.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Avisos:

Ns. 1.756 e 1.787, de 22 e 27 de dezembro, pagamentos de 5:881\$700 a Vírio Luppi & Comp. Ltd. (35.189), de fornecimentos à Escola João Luiz Alves, e de 918\$900 à Companhia Brasileira de Navegação do Rio Amazonas (39.094), de passagens fornecidas. — Ordenou-se o registro.

N. 30, de 4 do corrente, pagamento de 18:298\$800 a Frederico Müller e outros, suplentes de prelores (39.171), de substituições em dezembro;

N. 382, de 31 de dezembro, pagamento de 2:516\$400 aos extranumerários da Escola 15 de Novembro, no citado mês (33.104). — Foi ordenado o registro.

Offícios:

Ns. 15.566, 15.568, 15.644, 15.681, 16.150, 16.151, 16.153, 16.154, 16.155, 16.156, 16.158, 16.161, 16.162, 16.163, 16.164, 16.165, 16.248, 16.250 a 16.253, 16.343, 16.507 a 16.511, 16.532 a 16.536, 234 e 235, de 16, 17, 19, 24, 27, 28, 30 de dezembro e 3 do corrente, da Comissão Central de Compras, pagamentos de 1:376\$060 a Antonini, Rubino Ltd. e outros (30.935), de 1:466\$000, idem, idem, (30.937), de 2:958\$500 à Companhia de Usinas de Sergipe e outros (36.567), de 10:474\$000 a The Caloric Co. e outros (36.616), de 47\$400 a J. G. de Matos e outro (32.855), de 89\$700 a J. G. Pereira & Cia. (32.856), de 225\$000 a Granado & Cia. e outros (32.853), de 258\$500 a A. Barros & Cia. Ltd. e outros (32.859), de 263\$100 a Alexandre Ribeiro & Cia. Ltd. e outros (32.860), de 331\$200 a Martins Gomes & Cia. e outro (32.861), de 369\$500 a J. C. de Matos & Cia. e outro (32.863), de 804\$000 a Abílio F. Magalhães & Cia. (32.866), de 860\$400 a The Texas Co. (South America) (32.867), de 890\$000 a F. Soria-Livraria Odeon (32.869), de 1:517\$600 a Fábio Bastos & Cia. (32.870), de 4:168\$600 a The Caloric Co. e outros (35.164), de 8:450\$700 a J. R. Pires & Cia. e outros (35.166), de 9:084\$200 à Sociedade Com. Alimentação Ltd. e outros (35.167), de 16:803\$400 a Atlantic Refining Co. of Brasil (35.168), de 24:350\$ ao Instituto do Açúcar e do Alcool (35.169), de 1:982\$500 a Alexandre Ribeiro & Cia. e outro (38.981), de 717\$900 à Empresa Progresso Ltd. e outro (36.315), de 355\$800 a M. Soares de Amorim & Cia. Ltd. e outro (36.916), de 3:135\$000 ao Instituto do Açúcar e do Alcool (36.917), de 3:557\$700 a J. G. Pereira & Cia. e outros (36.918), de 3:960\$900 a G. Pereira de Carvalho & Cia. (36.919), de 5:638\$200 a Fonseca Almeida & Cia. e outro (33.034), de 6:840\$700 a Alexandre & Cia. e outro (33.036), de 9:133\$600 a Lutz, Ferrando & Cia. Ltd. e outro (33.037), de 19:554\$000 ao Instituto do Açúcar e do Alcool e outro (30.038), de 24:821\$400 a Byington & Cia. e outro (33.039), de 44:200\$000 a J. G. Pereira & Cia. (35.412), e de 48:262\$000 a J. G. Pereira & Cia. (35.443), de fornecimentos a diversas repartições do Ministério.

Foi ordenado o registro das despesas.

Ministério das Relações Exteriores:

Offícios:

Ns. 16.045 a 16.047, de 24 de dezembro, da Comissão Central de Compras, pagamentos de 3:808\$800 a Alexandre Ribeiro & Cia. Ltd. e outros (38.800), de 9:516\$700 a Alberto Martins & Cia. e outro (38.801), de 24:688\$800 a Anglo-Mexican Petroleum Co. Ltd. (38.802), de fornecimentos feitos. — Mandou-se registrar as despesas.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

Avisos:

Ns. 563, 564, 569 a 572, de 29 e 31 de dezembro, pagamentos de 13:770\$000 a Companhia Telefônica Brasileira (36.998), de instalações etc. no novo edifício do Ministério, de 3:326\$400 a Ali America Cables (36.997), de serviços telegráficos em 1938, de 16:518\$100 a Companhia Telefônica Brasileira (36.993), de assinaturas etc. de julho a novembro, de 22:231\$700, idem, idem. (36.992), idem, idem, de 26 de novembro a 31 de dezembro, e 5:704\$500 a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Ltda. (36.991), de energia elétrica, em novembro, e de 13:405\$000 a S. A. du Gaz de Rio de Janeiro (36.990), de consumo de gás no aludido mês. — Mandou-se registrar.

Offícios:

N. 352-CC, da Comissão Construtora do Edifício, pagamento de 46:810\$000 a J. Araujo & Cia. (39.100) de fornecimentos feitos, mediante contrato. — Ordenou-se o registro.

N. 1.631, de 30 de dezembro, do Departamento de Estatística e Publicidade, pagamento de 5:166\$300 a Panair do Brasil S. A. (36.985), de fornecimentos de passagens a diversos funcionários encarregados da execução dos serviços de Salário Mínimo, cujo Regulamento permite meios de transportes rápidos. — Convertêtu-se o julgamento em diligência, para o fim de ser cumprido, na requisição de pagamento, o disposto no art. 32, n. VI do Decreto-lei n. 426, de 12 de maio de 1938.

Ns. 1.381, 1.394 e 38, de 28 e 30 de dezembro, e 4 do corrente, do Serviço do Pessoal, pagamentos de 630\$000 a Vicente de Oliveira Moliterno, Inspetor de Previdência, de diárias por serviços fora da sede, em outubro e novembro, do ano próximo passado (37.007), de 1:280\$300 a Panair do Brasil S. A. (36.988), de passagens a um funcionário que viajou em objeto de serviço, e de 1:877\$300 a Mario Soares Pinto e outros funcionários do Departamento Nacional de Indústria e Comércio (39.174), de gratificações por serviços extraordinários em novembro e dezembro. — Ordenou-se o registro das despesas.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Avisos:

N. 4.704, de 29 de dezembro, pagamento de 5:925\$000 a Companhia Imobiliária do Castelo S. A. (36.982), de aluguel de salas no Edifício Raldia, para a Inspeção Geral de Iluminação, em dezembro; N. 15, de 4 do corrente, pagamento de 10:970\$000 ao engenheiro Hildebrando de Araujo Góes e outros funcionários da Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense (37.005).

Ordenou-se o registro.

Offícios:

N. 4.695, de 28 de dezembro, da Diretoria de Contabilidade, pagamento de 179\$000 a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Ltda. (36.981), de energia elétrica fornecida, no citado mês, à Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense;

Ns. 5.585, 5.587, 5.631, 5.633, 5.635, 5.641, 5.647 e 5.649, de 28 e 30 do referido mês, do Departamento de Aeronáutica Civil, pagamentos etc. 345\$200 a S. A. du Gaz de Rio de Janeiro (36.956), de mudança determinial etc. em agosto, de 33\$100 a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná (36.983), de transportes em setembro, de 2:638\$700 a Companhia Telefônica Brasileira (36.975), de serviços no 2º semestre, de 272\$000 ao Lloyd Brasileiro (36.976), de transportes, de 20\$000 a Companhia de Navegação Baiana (36.977), idem, idem, de 522\$500 a Migueis & Comp. (36.980), idem, idem, de 20:301\$000 a Viação Aérea São Paulo S. A. "VASP" (36.981), de subvenção pelas viagens realizadas em outubro, e de 73\$500 a Companhia Mogiana de Estrada de Ferro (36.974), de transportes. — Foi mandado dar registro às despesas.

Ns. 16.357, 431 e 436, de 28 de dezembro e 4 do corrente, da Comissão Central de Compras, pagamento de 89:162\$700 a Companhia Cerâmica Brasileira e outro (38.995), de 19:185\$500 a Roberto Kronig (33.134) e de 37:285\$000, idem, idem (33.135), de fornecimentos;

Ns. 16.256, 16.345, 16.346, 16.348, 16.349, 16.351, 16.353 a 16.355, 16.315, 16.316, 16.348, 16.349, 16.351, 16.353 a 16.355, 16.515, 16.349 e 255, de 27, 28, 30 e 31 de dezembro e 3 do corrente, da Comissão aludida, pagamentos de 40:700\$000 a Pinheiro Guimarães & Comp., (35.172, de 1:771\$400 a B. Saraiva & Comp. e outro (38.983), de 5:282\$000 a A. Ramada & Comp. Ltd. (Casa Tubarão) e outros (38.984), de 7:767\$000 a Casa Lohner S. A. e outro (38.986), de 7:972\$000 a R. Cardoso, Soares & Companhia e outro (38.987), de 17:440\$000 a Wilson King & Com-

panhia Ltd. (38.989), de 41:932\$100 a Fonseca Almeida & Companhia Ltd. (38.991), de 43:434\$100 a Com. SKF do Brasil e outros (38.992) de 25:578\$700 a Araujo, Pons & Comp. Ltd. (38.993), de 58:000\$000 a Oscar Taves & Comp. (33.048), de 93:005\$000 a Jagersoll, Rand do Brasil S. A. (33.052) e de 39:500\$000 a Lemos Monteiro. (35.441); de fornecimentos a diversas repartições. Foram proferidos despachos mandando dar registro às despesas.

Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, da semana, sendo lavrada a presente ata, que vai assinada pelo senhor ministro semanal, Dr. José Américo de Almeida, e pelo secretário que a fez, bacharel Raimundo Amora Maciel. — Raimundo Amora Maciel.

ATA N. 6

DECISÕES DO SR. MINISTRO SEMANÁRIO JOSÉ DE CASTRO NUNES — SECRETÁRIO, SEGISMUNDO SOARES BATISTA

Dia 30 de janeiro de 1939

Ministério da Educação e Saúde:

Offícios da Divisão de Contabilidade, do Departamento de Administração:

Ns. 628 e 629, de 24 de janeiro atual, pedindo a entrega dos adiantamentos de 20:000\$ e 36:750\$ aos médicos sanitaristas da classe K, Dr. Pedro Carneiro e Dr. Mário Magalhães, o primeiro para despesas com aquisição de material neste mês de janeiro (403) e o segundo para despesas de aquisição de material e pagamento de pessoal, nos meses de janeiro a março deste ano (405), com o serviço de combate à peste bubônica no Distrito Federal. — Foi ordenado o registro das despesas com os dois mencionados adiantamentos.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

Ofício n. 1.259, de 10 de janeiro atual, do comissário geral do Brasil na Feira Mundial de Nova York em 1939, pedindo a entrega de 42:000\$ ao oficial administrativo Eurico Oliveira de Campos, contador do Comissariado, como adiantamento, para despesas com a organização da representação do Brasil inclusive aquisição de mostruários e maquetes (3.729). — Ordenou-se o registro da despesa.

Dia 31 de janeiro de 1939

Presidência da República:

Offícios ns. 117 e 118, de 27 de janeiro atual, do Departamento Administrativo do Serviço Público, pagamentos de 24:061\$600 ao assistente técnico João Pereira de Lemos Neto e outros extranumerários mensais (3.925) e 700\$ a José Cardoso de Paiva e outro trabalhador diarista (3.927), da remuneração relativa ao dito mês de janeiro. — Foi determinado o registro das despesas.

Ministério da Fazenda:

Processos de pagamento:

De 19:610\$ ao oficial administrativo João José Gianerini e outros (3.971) e 2:610\$ ao contador Alceu Fayão de Abreu Gomes e outros (3.973), de gratificação por serviços extraordinários prestados no encerramento do exercício de 1938. — Foram mandados a plenário.

Dia 3 de fevereiro de 1939

Presidência da República:

Departamento Administrativo do Serviço Público:

Ofício SE-141, de 30 de janeiro p. findo, pagamento de réis 6:804\$ a Dila de Almeida Amado e outros tarefeiros extranumerários, relativo à folha das tarefas de janeiro referido (3.977). — Deu-se registro à despesa.

Ministério da Fazenda:

Processos de pagamento:

De 7:930\$ ao contador Alceu Fayão de Abreu Gomes e outros funcionários com exercício na Diretoria Geral da Fazenda Nacional, de gratificação por serviços extraordinários prestados em janeiro p. findo, fora das horas do expediente. (398).

De 1:460\$ ao oficial administrativo Olavo Dantas de Araujo e outros, da Secretaria do Serviço do Pessoal (476) e 780\$ ao escrivão Murilo Cordeiro Autran e outros, da Seção Financeira (480), de gratificação por serviços extraordinários prestados em 16 de janeiro p. findo, no encerramento do exercício de 1938.

De 6:170\$ ao chefe do protocolo geral Alvaro Borges e outros funcionários com exercício no mesmo Protocolo Geral (400) e réis 1:080\$ ao contador César Machado da Silva e outros, da Contadoria Central da República (394), de gratificação por serviços extraordinários prestados em 16 de janeiro p. findo, por ocasião do encerramento do exercício de 1938.

— Foi determinado o registro das despesas.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:
Aviso n. S. P. 264, de 31 de janeiro p. findo, pedindo o pagamento de 8:600\$ a Maria Luiza Muri Medeiros e 58 outros funcionários, de gratificação por serviços extraordinários prestados em janeiro referido na Secretaria de Estado, fora das horas do expediente. (3.993). — Deu-se registro à despesa.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Aviso n. 174, de 18 de janeiro p. findo, pedindo, à conta do crédito especial aberto pelo decreto-lei n. 656, de 1 de setembro de 1938, o pagamento de 55:384\$ à Empresa Força e Luz Santa Tereza, de indenização, em virtude da rescisão do ajuste celebrado

entre a Empresa e a Estrada de Ferro Central do Brasil em 16 de setembro de 1926, para fornecimento de energia elétrica a ser utilizada na exploração da pedreira de propriedade da referida Estrada, situada na estação de Taboas (402). — Foi ordenado o registro da despesa.

Nada mais havendo que deliberar foram encerrados os trabalhos da semana e levada a presente ata aos três dias de fevereiro de 1939, a qual é assinada pelo secretário e rubricada pelo Senhor ministro semanário, Dr. José de Castro Nunes. — *Segismundo Soares Baptista*, secretário. — *José de Castro Nunes*.

TERMOS DE CONTRATO

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Serviço do Pessoal

Termo de contrato celebrado na Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas, entre o Governo Federal e o aviador Antônio Eugênio Basílio, para servir na qualidade de técnico dos serviços aeronáuticos do Departamento de Aeronáutica Civil.

Aos nove dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e trinta e nove, perante o respectivo titular, general João de Mendonça Lima, por parte do Governo Federal, compareceu o aviador Antônio Eugênio Basílio, representado por seu bastante procurador Henrique Bueno Basílio, e, tendo em vista a minuta de contrato previamente aprovada, acordaram o seguinte:

Cláusula primeira — O ministro de Estado da Viação e Obras Públicas, devidamente autorizado pelo Senhor Presidente da República, em despacho exarado na exposição de motivos do Departamento Administrativo do Serviço Público número DE/vinte, de dois de fevereiro de mil novecentos e trinta e nove, e na forma do que prescreve o artigo treze, letra a, do decreto-lei número duzentos e quarenta, de quatro de fevereiro de mil novecentos e trinta e oito, contrata o aviador Antônio Eugênio Basílio para servir na qualidade de técnico dos serviços aeronáuticos do Departamento de Aeronáutica Civil.

Cláusula segunda — O referido aviador que, de ora em diante, será denominado apenas "contratado", terá sede e domicílio legal nesta Capital e ficará sujeito a todas as disposições regulamentares em vigor ou que vierem a vigorar no referido Departamento.

Cláusula terceira — O contratado se obriga a executar todos os trabalhos de que for incumbido e que se relacionem com a sua especialização; proceder a estudos de natureza técnica pertinentes às aeronaves, seus motores, aparelhos e acessórios; fiscalizar e inspecionar os trabalhos de construção e montagem e reparação de aeronaves, seus motores e acessórios e proceder a vistorias e perícias de caráter técnico; emitir pareceres e apresentar relatórios sobre os trabalhos da mesma natureza, que lhe forem confiados pelo diretor do Departamento; inspecionar as linhas aéreas e o material de voo empregado nas mesmas, bem como as escolas ou cursos de aviação; realizar vôos de experiência para verificação das condições de segurança das aeronaves, bem como vôos de estudos para o estabelecimento de novas rotas e localização de novos campos; e pilotar aviões do Departamento quando designado para realizar os serviços ou vôos acima mencionados.

Cláusula quarta — O contratado ficará responsável, na forma da legislação em vigor, pela guarda, conservação e perfeito funcionamento de todos os aparelhos, instrumentos e quaisquer bens ou valores que lhe forem confiados, indenizando o Estado pelo que se inutilizar ou extraviar por culpa sua, durante a vigência deste contrato.

Cláusula quinta — O presente contrato terá duração de dois anos, a partir da data do seu registro pelo Tribunal de Contas, podendo ser prorrogado ou renovado, no fim desse prazo, se assim convier às partes contratantes; não caberá ao contratado direito a qualquer indenização ou reclamação judicial ou extra-judicial, no caso daquele Instituto denegar o registro.

Cláusula sexta — Como remuneração dos seus serviços, o contratado perceberá mensalmente o salário de dois contos e setecentos mil réis (2:700\$000), cujo pagamento, no corrente exercício, será atendido pela sub-consignação quarenta e três, inciso número cinco, consignação segunda — Pessoal Extranumerário, da verba primeira "Pessoal", do anexo número oito da lei orçamentária vigente (decreto-lei número novecentos e quarenta e dois, de dez de dezembro de mil novecentos e trinta e oito), e, nos exercícios subsequentes, pela verba orçamentária própria. A despesa relativa ao corrente exercício foi devidamente empenhada.

Cláusula sétima — Durante a vigência deste contrato, não poderá o contratado exercer outra função pública, ressalvadas as exceções previstas em lei, nem empregar a sua atividade em serviços estranhos ao Departamento de Aeronáutica Civil, sob pena de ser o contrato imediatamente rescindido.

Cláusula oitava — O presente contrato poderá ser rescindido, em qualquer tempo, por iniciativa do Governo, não cabendo ao contratado direito a qualquer indenização ou reclamação judicial ou extra-judicial; e por iniciativa do contratado, se assim lhe convier, desde que seja o Departamento de Aeronáutica Civil notificado com a antecedência mínima de trinta dias.

Cláusula nona — O presente termo está isento do pagamento do selo proporcional, cobrando-se apenas a taxa de duzentos réis por linha, de acordo com a legislação em vigor.

E, para firmeza e validade do que acima fica estimulado, foi no livro número um de contratos, lavrado, nesta Secretaria de Estado, o presente termo que, lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes já mencionadas, pelas testemunhas José de Nazaré Teixeira Dias e Mário Mexias, e por mim, Antônio Luiz Baronto, oficial administrativo da classe "J" do Quadro um deste Ministério, que o escrevi. Rio de Janeiro, em 9 de fevereiro de 1939. — *João de Mendonça Lima*. — *Henrique Bueno Basílio* p. p. de Antônio Eugênio Basílio. — *Antonio Luis Baronto*. — *José de Nazaré Teixeira Dias*. — *Mário Mexias*. Estavam devidamente inutilizadas estampilhas federais no valor total de vinte e sete mil e quatrocentos réis, além do selo de Educação e Saúde, no valor de duzentos réis.

PARTE COMERCIAL

Câmara Sindical dos Corretores da Bolsa de Fundos Públicos do Rio de Janeiro — Curso de Câmbio e Moeda Metálica

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1939

Praças	A vista
Londres.	83\$175
Paris.	\$482
Itália.	\$911
Alemanha:	
Reichsmark.	7\$140
Reisemark.	3\$645
Verrechnungsmark.	6\$000
Unterstützungsmark.	3\$562
Portugal.	\$808
Bélgica:	
Papel.	\$000
Belgas.	2\$098
Espanha.	—
Suécia.	4\$031
Noruega.	—
Dinamarca.	3\$850
Tcheco-Slováquia.	\$820
Nova-York.	17\$718
Montevideo.	6\$730
Buenos Aires (pêso-papel).	4\$364
Holanda.	9\$584
Japão.	4\$214
R. mânia.	—
Canadá.	—
Austria.	—
Chile.	—
Polónia.	3\$500
Moedas	
Libra.	92\$091
Dollar.	19\$553
Franco.	6\$10
Franco-suíço.	4\$158
Franco-belga.	\$675
Escudo.	\$898
Pêso-argentino.	4\$591
Pêso-uruguayo.	7\$523
Lira.	\$250
Florim.	9\$946
Yen.	13\$00

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1939. — *Alexandre Dyle*, indico adjunto.

Cotações oficiais de títulos

Apólices da União:	
Uniformizadas de 1:000\$, 5%.	797\$000
Empréstimo nacional de 1903, port.	778\$000
Diversas emissões de 1:000\$, 5 %, nom.	776\$000
Diversas emissões de 1:000\$, 5 %, port.	800\$000
Reajustamento econômico de 1:000\$, 5 %, port.	783\$000
Obrigações da União:	
Tesouro Nacional de 1:000\$, 7 % (1930).	1:035\$000
Apólices municipais:	
Empréstimo de 1906, port.	157\$000
Empréstimo de 7 %, port. (decreto 2 097).	178\$000
Empréstimo de 1931, port.	176\$500
Apólices municipais dos Estados:	
Pref. de Belo Horizonte de 1:000\$, 7 %, port.	792\$000
Apólices estaduais:	
Minas Gerais de 1:000\$, 7 %, port. (10 246).	787\$000
Minas Gerais de 200\$, 5 %, port. (1934).	141\$500
Minas Gerais de 200\$, 9 %, port. (1934) 2ª série.	183\$000
Minas Gerais de 200\$, 7 %, port. (1934) 3ª série.	178\$000
Pernambuco de 100\$, 5 %, port.	85\$000

São Paulo de 200\$, 5 %, port.	192\$000
Uniformizadas de São Paulo de 1:000\$. 8 %, port.	1:000\$000
Ações de bancos:	
Funcionários Públicos.	40\$000
Comércio.	233\$000
Brasil.	405\$000
Ações de companhias:	
Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo.	118\$500
Docas de Santos, port.	250\$000
Siderúrgica Belgo Mineira.	420\$000
Debentures:	
Companhia Manufatora Fluminense.	196\$000
Companhia Antártica Paulista.	200\$000
B. H. "Lar Brasileiro" S. A. de Crédito Real	204\$000
Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1939. — Alexandre Dade, flin-	
cico adjunto.	

UNTA DOS CORRETORES

N. 31

MERCADO DISPONÍVEL

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1939

Movimento do dia 7

Café

Entradas — Não houve.	
Saídas.	9.214
Consumo local.	500
Café retirado do mercado pelo Departamento Nacional do Café.	—
Café doado.	10
Existência.	696.566
Preços por 10 quilos:	
Tipo 3.	—
Tipo 4.	—
Tipo 5.	—
Tipo 6.	—
Tipo 7.	—
Tipo 8.	—

Açúcar

Entradas.	Sacas	2.224
Saídas.		666
Existência.		55.755
Mercado sustentado.		
Preços por sacos com 60 quilos:		
Branco cristal.	57\$000 a 59\$000	
C. amarelo.	52\$000 a 53\$000	
Mascavinho.	Não há	
Mascavo.	38\$000 a 39\$000	

Algodão

Entradas — não houve.	
Saídas.	255
Existência.	14.365
Mercado estável.	
Disponível.	
Preços por 10 quilos c/ mercado:	
Fibra longa:	
Tipo Seridó:	
Tipo 3.	43\$000 a 44\$000
Tipo 4.	41\$500 a 42\$000
Fibra média:	
Seridões:	
Tipo 3.	40\$000 a 41\$000
Tipo 5.	37\$000 a 38\$000
Fibra curta:	
Paulista:	
Tipo 5.	34\$500 a 35\$500
Bento Dias Pereira, síndico.	

N. 32

MERCADO DISPONÍVEL

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1939

Movimento do dia 8

Café

Entradas.	Sacas	9.356
Saídas.		14.130
Consumo local.		500
Café retirado do mercado pelo Departamento Nacional do Café.		—
Café de bonificação.		—
Existência.		685.292
Preços por 10 quilos:		
Tipo 3.	—	
Tipo 4.	—	
Tipo 5.	—	

Tipo 6.	—
Tipo 7.	—
Tipo 8.	—

Açúcar

Entradas.	Sacas	10.266
Saídas.		25.384
Existência.		40.687
Mercado sustentado.		
Preço por sacos com 60 quilos:		
Branco cristal.	57\$000 a 59\$000	
C. amarelo.	52\$000 a 53\$000	
Mascavinho.	Não há	
Mascavo.	38\$000 a 39\$000	

Algodão

Entradas.	Fardos	431
Saídas.		369
Existência.		11.367
Mercado estável.		
Preços por 10 quilos c/ mercado disponível:		
Fibra longa:		
Tipo Seridó:		
Tipo 3.	43\$000 a 44\$000	
Tipo 4.	41\$500 a 42\$000	
Fibra média:		
Seridões:		
Tipo 3.	40\$000 a 41\$000	
Tipo 5.	37\$000 a 38\$000	
Fibra curta:		
Paulista:		
Tipo 5.	34\$500 a 35\$500	

O síndico, Bento Dias Pereira.

MERCADO DISPONÍVEL

N. 33

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1939

Movimento do dia 9

Café

Entradas.	Sacas	9.253
Saídas.		2.275
Consumo local.		500
Café retirado do mercado pelo Departamento Nacional do Café.		—
Café de bonificação.		—
Existência.		691.770

Preços por 10 quilos:

Tipo 3.	—
Tipo 4.	—
Tipo 5.	—
Tipo 6.	—
Tipo 7.	—
Tipo 8.	—

Açúcar

Entradas.	Sacas	66.363
Saídas.		14.534
Existência.		92.316
Mercado sustentado.		
Preços por sacos com 60 quilos:		
Branco cristal.	57\$000 a 59\$000	
C. amarelo.	52\$000 a 53\$000	
Mascavinho.	Não há	
Mascavo.	38\$000 a 39\$000	

Algodão

Entradas.	Fardos	449
Saídas.		400
Existência.		14.416

Mercado estável.

Disponível:

Preços por 10 quilos c/ mercado:		
Fibra longa:		
Tipo Seridó:		
Tipo 3.	43\$000 a 44\$000	
Tipo 4.	41\$500 a 42\$000	
Fibra média:		
Seridões:		
Tipo 3.	40\$000 a 41\$000	
Tipo 5.	37\$000 a 38\$000	
Fibra curta:		
Paulista:		
Tipo 5.	34\$500 a 35\$500	
O síndico, Bento Dias Pereira.		

N. 34

MERCADO DISPONÍVEL

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1939

Movimento do dia 10

Café

	Sacos
Entradas.	9.795
Saídas.	410
Consumo local.	500
Café retirado do mercado pelo Departamento Nacional do Café.	—
Café doado.	150
Existência.	700.785
Preços por 10 quilos:	
Tipo 3.	—
Tipo 4.	—
Tipo 5.	—
Tipo 6.	—
Tipo 7.	—
Tipo 8.	—

Açúcar

	Sacos
Entradas.	1.800
Saídas.	10.026
Existência.	84.299

Mercado sustentado.

Preços por sacos com 60 quilos:

Branco cristal.	57\$000 a 59\$200
C. amarelo.	57\$000 a 58\$000
Mascavinho.	Não há
Mascavo.	38\$000 a 39\$000

Algodão

	Fardos
Saídas.	959
Existência.	13.157

Mercado estável.

Preços por 10 quilos mercado:

Fibra longa:

Tipo Serido.

Tipo 3.	43\$000 a 44\$000
Tipo 4.	41\$500 a 42\$000

Fibra média:

Sertões:

Tipo 3.	40\$000 a 41\$000
Tipo 5.	37\$000 a 38\$000

Fibra curta:

Paulista:

Tipo 5.	34\$500 a 35\$500
-----------------	-------------------

O síndico, Bento Dias Pereira.

RENDAS PUBLICAS**Recebedoria do Distrito Federal**

	Comparação da renda Geral	Exclusiva depósitos
Arrecadada de 1 a 10 de fevereiro de 1939.....	15.750:542\$500	15.639:329\$700
Em 11 de fevereiro de 1939....	1.535:941\$200	1.532:955\$890
Total.....	17.286:483\$700	17.172:285\$500
Em igual período de 1938.....	14.910:508\$800	14.738:404\$400
Diferença para mais em 1939....	2.375:974\$900	2.433:881\$100
Arrecadada de 2 de janeiro a 11 de fevereiro de 1939.....	58.410:370\$200	57.399:102\$600
Em igual período de 1938.....	49.888:303\$800	48.779:383\$600
Diferença para mais em 1939..	8.522:066\$400	8.619:719\$000

Alfândega do Rio de Janeiro

RECEITA ARRECADADA

Datas	Importâncias
Receita do dia	
10 de fevereiro de 1939.....	789:619\$900
10 de fevereiro de 1938.....	1.422:730\$100
Receita global:	
De 2 de janeiro a 10 de fevereiro de 1939.....	47.476:005\$100
De 2 de janeiro a 10 de fevereiro de 1938.....	60.603:634\$800
Diferença da receita arrecadada para menos em 1939.....	13.127:629\$700

Alfândega de Porto Alegre

RECEITA ARRECADADA

Datas	Importâncias
Receita do dia:	
1 de fevereiro de 1939.....	225:720\$200
1 de fevereiro de 1938.....	748:579\$600
Receita mensal:	
De 1 de fevereiro de 1939.....	225:720\$200
De 1 de fevereiro de 1938.....	748:579\$600
Diferença da receita arrecadada para mais em 1938.....	622:859\$400
Receita global:	
De 2 de janeiro a 1 de fevereiro de 1939.....	7.047:551\$900
De 2 de janeiro a 1 de fevereiro de 1938.....	7.276:987\$000
Diferença da receita arrecadada para mais em 1939.....	570:564\$100

Alfândega de Porto Alegre

RECEITA ARRECADADA

Datas	Importâncias
2 de fevereiro de 1939.....	48:921\$800
2 de fevereiro de 1938.....	9:768\$500
Receita mensal:	
De 1 de fevereiro a 2 de fevereiro de 1939.....	274:642\$000
De 1 de fevereiro a 2 de fevereiro de 1938.....	758:348\$100
Diferença da receita arrecadada para mais em 1938.....	483:706\$100
Receita global:	
De 3 de janeiro a 2 de fevereiro de 1939.....	7.896:473\$700
De 3 de janeiro a 2 de fevereiro de 1938.....	7.286:755\$500
Diferença da receita arrecadada para mais em 1939.....	609:718\$200

EDITAIS E AVISOS**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO****Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento**

Faço público, para conhecimento dos interessados, que a documentação apresentada para os concursos de Médico-Sanitarista, Técnico de Educação, Dactilógrafo e Cônsul poderá ser retirada, diariamente, das 11 às 17 horas, pelos próprios ou seus procuradores bastantes, nesta divisão, no andar térreo do Palácio Tiradentes.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1939. — Mário de Brito, diretor.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO**Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento**

CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE ESCRITURÁRIO DE QUALQUER MINISTÉRIO

É chamado a comparecer, com urgência, no Serviço de Bionetria Médica do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1º andar do edifício da Imprensa Nacional, praça Marechal Azevedo, o candidato mencionado abaixo:

432. Dayllon Alvaro Vale dos Santos.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1939. — Arminio Peixoto de Lima, secretário do concurso.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES**Polícia do Distrito Federal****INSPETORIA DO TRÁFEGO****EXAME DE MOTORISTAS**

Resultado dos exames efetuados no dia 11 do corrente:

Aprovados:

Maria Madalena Batista, Heinoch Orestain, Alcides Boyd, Salvador Alves, Geraldo de Paula Dias, Raimundo Angelo Vieira, João de Lira Tavares Filho, Hans Roloff, João Lucchesi, Gaglianone Carmine, Ciro Alves da Cunha.

Reprovados: 13.

Inspetoria do Tráfego, em 11 de fevereiro de 1939. — O inspetor geral de Polícia, major Riograndino Krueh.

Polícia Civil do Distrito Federal

INSPETORIA DO TRAFEGO DO DISTRITO FEDERAL

Pelo presente edital ficam notificados a comparecer nesta Inspetoria dentro do prazo de 48 horas para responder por infrações do Regulamento do Tráfego, os proprietários ou condutores de veículos abaixo mencionados:

Matrícula indistinta do art. 366.

Ônibus:

- Mário Bianchi, ns. 506, 525 e 559 — Infrações dos artigos 248 L, 81 e 141.
 Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, ns. 58, 107 e 335 — Infrações dos artigos 248 L, 83 e 81.
 José Correia Lopes & Comp., ns. 283 e 389 — Infração do artigo 248 L.
 João Ferreira & Martins, ns. 495 e 833 — Infração do artigo 248 L.
 M. P. Salgado ns. 605 e 623 —, Infrações dos artigos 248 L e 102.
 Viagem Continental Limitada, n. 194 — Infração do artigo 81.
 Sociedade Cooperativa dos Chauffeurs, n. 376 — Infração do artigo 81.
 Empresa de Ônibus de Luxo Limitada, n. 397 — Infração do art. 248 L.
 Limousine Federal Limitada, n. 633 — Infração do art. 248 L.
 Viagem Central Limitada, n. 677 — Infração do artigo 151.
 Roberto J. Schmidt, n. 717 — Infração do artigo 248 L.
 Independência Auto Ônibus Limitada, n. 897 — Infração do artigo 248 L.

Carga:

- Adelino dos Santos, n. 2.615 — Art. 83.
 Alfredo Pinto da Costa, n. 2.657 — Art. 83.
 Paulo Gomes de Sousa, n. 2.702 — Art. 144.
 José Marques das Neves Júnior, n. 2.754 — Art. 83.
 Amadeu Marinho de Sousa, n. 6.312 — Art. 248 L.
 Manuel da Silva Marques, n. 8.089 — Art. 248 L.
 José Simões, n. 8.788 — Art. 248 L.
 Mariano Orlando Arteaheri, n. 11.552 — Art. 82.

Passeio:

- Martins Maranhão Galdino, n. 326 — Art. 102.
 Luiz Paranhos Pederneiras, n. 1.101 — Art. 102.
 Braz De Biasi, n. 1.229 — Art. 102.
 Mário Reni Costa, n. 1.691 — Art. 248 L.
 José Lopes, n. 1.792 — Art. 102.
 Carlos Pereira Almeida Raposo, n. 2.225 — Art. 248 L.
 Milton Augusto Amaral, n. 2.268 — Art. 248 L.
 Manuel Ferreira Amorim, n. 2.713 — Art. 102.
 José Penalva Santos, n. 3.414 — Art. 83.
 Francisco Castro Araújo, n. 6.010 — Art. 102.
 Aní Moraes Valentim, n. 6.022 — Art. 248 L.
 Hildebrando Bayard Melo, n. 6.586 — Art. 248 L.
 Angelo Santucci, n. 7.514 — Art. 102.
 José Mari, n. 7.747 — Art. 248 L.
 Antônio Lopes da Costa, n. 7.704 — Art. 248 L.
 Albano Lourenço Ferreira, n. 8.504 — Art. 102.
 Galdino Augusto Lima Silva, n. 8.857 — Art. 102.
 Dioclécio Dantas Araújo, n. 9.018 — Art. 248 L.
 Álvaro Cordovil da Silveira, n. 9.702 — Art. 102.
 Alberto Correia dos Santos, n. 10.084 — Art. 85.
 Alberto Ferreira dos Santos, n. 10.949 — Art. 102.
 José Cândido, n. 11.051 — Arts. 81 e 82.
 Domingos Silveira Afonso, n. 21.195 — Art. 248 L.
 José da Costa Câmara Júnior, n. 11.021 — Art. 102.
 Guilherme Soares Bomfim, n. 14.468 — Art. 102.
 Antônio Pires, n. 16.792 — Artigo 248 L.
 Araci José de Lima, n. 17.983 — Art. 102.
 Martiniano Solé Mata, n. 18.279 — Art. 102.
 Carlos Sansoldo, n. 18.290 — Art. 248 L.
 Nelson E. Donato, n. 18.577 — Art. 248 L.
 Serafim de Pinho Ferreira, n. 18.853 — Art. 102.
 Avelino Teixeira de Matos, n. 19.028 — Art. 248 L.
 Milton Salgado de Sousa, n. 19.418 — Art. 102.
 Hélio Lopes de Oliveira Lira, n. 19.847 — Art. 248 L.
 Salvador Barroca, n. 21.199 — Art. 81.
 José Geraldo da Frota Matos, n. 21.262 — Art. 81.
 Edgar de Castro Brito, n. 21.752 — Art. 102.
 Serafim do Couto Pereira, n. 21.822 — Art. 82.
 Francisco Nogueira, n. 22.723 — Art. 248 L.
 Homero Landim do Nascimento, n. 22.930 — Art. 248 L.
 Adolfo Paulo Leite Pinto, n. 23.765 — Art. 102.
 Manuel Alves Teixeira, n. 23.984 — Art. 248 L.
 Joaquim Fernandes Silvestre, n. 24.138 — Art. 248 L.
 Heitor Ferrão Muniz Aragão, n. 24.493 — Art. 102.
 Osvaldo Pereira de Oliveira, n. 24.840 — Art. 102.
 Manuel Nunes Soares Filho, n. 24.840 — Art. 102.
 Jordão Teixeira de Freitas, n. 25.654 — Art. 248 L.
 Milton Paranhos Fontenele, n. 26.409 — Art. 248 L.
 Paulo Ferreira do Serrado, n. 26.414 — Art. 102.
 José Marques, n. 26.618 — Art. 102.

Francisco de Lima e Silva, n. 26.660 — Art. 102.

Waldeck Pinto, n. 26.720 — Art. 102.

Mário José Vieira Bastos, n. 26.846 — Art. 81.

Olavo Pereira de Castro, n. 26.861 — Art. 85.

Nota — A falta de pagamento das multas, importa na apreensão dos documentos do veículo, ou de seu condutor, de acordo com o previsto no artigo 382, do regulamento em vigor.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1939. — O Inspetor.

Patronato "Vencesláu Braz"

CAXAMBÚ — MINAS

CONCORRÊNCIA ADMINISTRATIVA PERMANENTE PARA OS FORNECIMENTOS DO PRIMEIRO QUADRIMESTRE

Faço público, para conhecimento dos interessados, que de acordo com o art. 52 do Código de Contabilidade Pública da União, e segundo as normas estabelecidas nos arts. 757, 762 e seus parágrafos, do respectivo regulamento, se acha aberta nesta repartição, até às 12 horas do dia 25 do corrente, a inscrição dos negociantes, que, mediante as condições abaixo estipuladas, desejarem concorrer durante o primeiro quadrimestre do vigente exercício, ao fornecimento ordinário do material dos grupos em seguida arrolados.

I — A inscrição deverá ser pedida mediante requerimento dirigido a esta diretoria, devidamente selado, nele declarando o interessado a nacionalidade da firma e a sede do seu estabelecimento, fazendo acompanhar o aludido requerimento de todos os documentos que possam constituir prova de idoneidade, contrato social em original ou pública forma, quitação dos impostos federais, estaduais e municipais, inclusive o do último imposto sobre a renda. Nesse requerimento fará constar a declaração de completa submissão às condições deste edital e que se sujeita à pena prevista no art. 762 do citado Regulamento, sendo que o fornecedor só poderá concorrer para os artigos de seu comércio.

II — Verificada a idoneidade do concorrente, será, por despacho do Sr. diretor, ordenada a inscrição do interessado, sendo, então, restituídos os documentos apresentados.

III — Os interessados apresentarão até às 13 horas do dia 27 do corrente, data da realização da concorrência, em envelope fechado e lacrado, com a indicação exterior do conteúdo, as suas propostas, em quatro vias, datadas e assinadas, bem como rubricadas em todas as páginas, sendo as primeiras vias seladas na forma da lei, mencionando, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, os artigos que desejarem fornecer, pela ordem em que se acham arrolados, com os preços por extenso e em algarismos e os números constantes da relação. As propostas deverão ser totalmente manuscritas à tinta ou dactilografadas.

IV — O fornecimento de cada artigo caberá ao proponente que houver oferecido preço mais barato, não podendo, em caso algum, o negociante preferido, recusar-se a satisfazer à encomenda, sob pena de ser excluído o seu nome ou firma nas futuras concorrências.

V — Os preços oferecidos não poderão ser alterados e vigorarão durante todo o período que aproveitar a concorrência.

VI — Todos os artigos serão de boa qualidade, sendo rejeitados os que não estiverem em condições.

VII — As propostas para o fornecimento de gêneros alimentícios, fazendas e calçados, serão acompanhadas de amostras, que darão preferência na adjudicação.

VIII — Os fornecimentos serão pedidos por esta repartição e entregue no Almoxarifado do Patronato, correndo por conta do fornecedor as despesas de embalagem, carretos e transportes de estrada de ferro até a estação de Caxambú. Os encaixotamentos e embalagens deverão ser feitos de maneira que os artigos cheguem ao seu destino em perfeito estado, não sendo aceitos os que apresentarem avarias devido ao acondicionamento.

IX — Os empates de preços serão resolvidos por sorte no ato da concorrência.

X — As contas serão apresentadas em quatro (4) vias, logo após o fornecimento, à vista do recibo passado na 1ª via do empenho.

XI — A abertura das propostas das firmas inscritas se verificará no dia 27 de fevereiro corrente, às 13 horas.

XII — Esta diretoria reserva-se o direito de anular a presente concorrência e só adquirir os materiais relacionados quando julgar convenientes e na proporção de que venha a necessitar.

Secretaria do Patronato Vencesláu Braz, Caxambú, 9 de fevereiro de 1939. — Carlos Cardoso de Oliveira, pelo escriturário. — Visto. — A. M. Pimenta, diretor.

Grupo I — Material permanente:

1. Armário de madeira de lei com portas de vidro corrediças, quatro prateleiras, de 1,80 de largura, 1,50 de altura e 0,35 de fundo, um.
2. Aritmética Primária por Hiperides Zanelo, uma.
3. Aparelho completo para soldar oxigênio com os respectivos acessórios, um.
4. Apito niquelado para instrutor, um.
5. Apito niquelado para juiz, um.
6. Aparelhos de Faucher para lavagem do estômago, um.
7. Alteres de ferro de meio quilo para ginástica, par.
8. Alteres de madeira de meio quilo para ginástica, par.

9. Aparelho de bola ao cesto, um.
 10. Alicate Hootchiss n. 53, um.
 11. Arquivo de aço com 4 gavetas, tamanho officio, um.
 12. Arado reversivo B 1, um.
 13. Ancinho para horta, um.
 14. Balde de ferro zincado de 0,30 de boca, um.
 15. Berbequim de alta velocidade, um.
 16. Bomba para Flit, uma.
 17. Bebedouro higiênico de pressão, resistente, um.
 18. Banheira de ferro esmaltado com 2 torneiras, "Seleta", de 5 pés de comprimento, uma.
 19. Bisturi reto, fixo, um.
 20. Balança de precisão para pesagem de adultos, "Filizola", uma.
 21. Bombardino de metal amarelo, um.
 22. Baixo de metal amarelo, um.
 23. Bico para arado B 1, um.
 24. Cadeado Iale, diversos tamanhos, um.
 25. Carimbo mecânico para datar, um.
 26. Chuveiro de cobre de 0,22, sem registro, um.
 27. Coleção de formões para torno, completa, uma.
 28. Carroça de agulha para animal, uma.
 29. Cavadeira mecânica tipo americano, uma.
 30. Corneta Guarani de metal amarelo, uma.
 31. Chave de fenda de 7", uma.
 32. Coleção de ferros vasadores de aço, uma.
 33. Carteira escolar "Brasileira" n. 10, individual, uma.
 34. Clarineta de ébano, uma.
 35. Compasso de aço de 7", um.
 36. Compasso de espessura, um.
 37. Carimbo de borracha com os dizeres "Visão, diretor", "Registro", "Expresso", um.
 38. Cavalo de pau para exercício, um.
 39. Chave de fenda com caçaca, de 15", uma.
 40. Caldeira de ferro com torneira e tampa, para 40 litros, uma.
 41. Capacho de ferro de 0,60 x 0,35, um.
 42. Colchão de capim mumbeca de 1,80 x 0,65, com friso, bem cheio, um.
 43. Colher de metal para arroz, uma.
 44. Caldeirão de alumínio reforçado de 0,45 de boca, com 2 alças, um.
 45. Chicara de louça nacional para café, dúzia.
 46. Chicara de louça nacional para chá, dúzia.
 47. Copos de vidro para água, n. 11, dúzia.
 48. Depósito de ferro com torneira e tampa, para 40 litros, um.
 49. Diamante inglês n. 1 para cortar vidro, um.
 50. Dicionário Caldas Aulete, reviso e ampliado, um.
 51. Desempenadeira Raimann mod. AK, de 350 mm, de largura e 1,50 de comprimento, uma.
 52. Escarradeira Higéa completa, uma.
 53. Esmadeira de ferro estanhado n. 10, uma.
 54. Estelizador elétrico de tamanho médio, 220 volts, um.
 55. Estetoscópio de Giraud, um.
 56. Enxadas Jacaré legítimas, de 2 libras, uma.
 57. Eixo de ferro de 1,60 x 0,55, com 2 buchas, de ferro fundido, para carroça, um.
 58. Escrevil Niagara, um.
 59. Estilete, um.
 60. Fogão "Ultra", a carvão, mod. C, com 2 furos, e serpentina, um.
 61. Fogão "Wallig" n. 2, envernizado, de 0,90 x 0,63, com forno e serpentina, um.
 62. Filtro "Fiel" de grande capacidade, um.
 63. Faca estreita Blanchard, uma.
 64. Formões de 1/2 a 2", um.
 65. Ferros de pua de 1/4 a 3/4", um.
 66. Fichário de aço com duas fileiras verticais de gavetas, um.
 67. Faca de metal para mesa, dúzia.
 68. Garfo de metal para mesa, dúzia.
 69. Grosa para sapateiro, uma.
 70. Gadanho para horta, um.
 71. Garlopa de 24", com cepo de madeira, ferro "Stanley" duplo, uma.
 72. Livro "Jogos de ginástica", por Lange e Camargo, um.
 73. Livro "Guia prático", de Georges Heiberl, um.
 74. Livro "Guia do escoteiro", de Velho Lobo, um.
 75. Livro "Geografia Atlas", por F. T. D., curso elementar, um.
 76. Livro "Elementos de geometria e desenho linear", por H. Zanelo, um.
 77. Livros de Lourenço Filho, coleção.
 78. Livro "Três amigos", por Célia Barreto, um.
 79. Livro "Educação física", por Mário Ramos, um.
 80. Livro "Ciências físicas e naturais", curso primário, H. Zanelo, um.
 81. Livro "Regulamento n. 7, de educação física", um.
 82. Lanterna Dietz, uma.
 83. Lâmina para serra com dentes pequenos, uma.
 84. Lavabulo de ferro esmaltado com torneira de metal, um.
 85. Lavabulo de louça com torneira de metal, um.
 86. Lanceta para vacinar, uma.
 87. Machadinha para escoteiro, uma.
 88. Machado Collins, grande, um.
 89. Machadinha Collins, de unha, uma.
 90. Martelo leve para sapateiro, um.
 91. Martelo pesado para sapateiro, um.
 92. Máquina para mudança, completa, para ilhoses, uma.
 93. Máquina para pregar pressão, uma.
 94. Máquina esquerda Singer, para apontar, 18-2, uma.
 95. Máquina para escrever, "Remington", n. 16, uma.
 96. Máquina para somar, "Triunf", uma.
 97. Pulverizador Vermorel completo, para 10 litros, um.
 98. Piston de metal amarelo, um.
 99. Pá de bico para terra, uma.
 100. "Pontos de geografia e história do Brasil", por Gaspar Freilao, um exemplar.
 101. Plaina de madeira "Stanley", uma.
 102. Plaina de 0,20, cepo de madeira, cabo feito de chifre, uma.
 103. Pedra turca para afiar ferro de plaina, uma.
 104. Pia de ferro esmaltado, com uma torneira uma.
 105. Pinga porta-agrafe, uma.
 106. Passadeira Congoleum de 0,60, metro.
 107. Rede para voleibol, uma.
 108. Rede para ping-pong, uma.
 109. Raspadeira Rodgers, uma.
 110. Regua de ebonite, uma.
 111. Regua de madeira com friso de metal de 0,50, uma.
 112. Rodas de madeira para carroça, de 1,20, uma.
 113. Rebote de 16", cepo de madeira, ferro dobrado "Stanley", um.
 114. Speculum nasal de Texier, um.
 115. Speculum de Politzer, para ouvido, um.
 116. Saxofone contralto em mi bemol, de metal amarelo, um.
 117. Serra circular de 400mm x 2,5, uma.
 118. Serra circular de 300mm x 2, uma.
 119. Serra de volta para armação, de 1 1/4 a 3/8", uma.
 120. Tentacânula para cirurgia, uma.
 121. Tesoura reta para cirurgia, uma.
 122. Trocart para toracotomia, um.
 123. Torquês martelo n. 2, uma.
 124. Tesoura Solinger n. 7, uma.
 125. Trombope de metal amarelo, um.
 126. Tarracha palmaria com 8 ferros e chave, sem cabo, uma.
 127. Travadeira de pressão, para serrote, uma.
 128. Tesourinha reta para unhas, Vitry, uma.
 129. Vidro para lanterna Dietz, um.
 130. Vasadores de aço, de 6 bicos, para couro, coleção.
 131. Vocabulário ortográfico oficial da lingua portuguesa, exemplar.
 132. Vaso sanitário nacional, de louça, com tampa dupla oleada, veda-gases, um.
 133. Método para clarineta de Beurre e Lefrenve, um.
 134. Método para divisão, por P. Bona, um.
 135. Método para piston, um.
- Grupo II — Alimentação, dietas e munições de boca; fumo e artigos para fumantes.**
1. Arroz beneficiado, de 1°, quilo.
 2. Alhos nacionais, de 1°, quilo.
 3. Açúcar Campeão, de 1°, quilo.
 4. Azeite português, de 1°, litro.
 5. Azeite doce Saúde, lata.
 6. Aveia Quaker, lata.
 7. Bananas prata de vês, cento.
 8. Bananas prata, maduras, cento.
 9. Bacalheu, de 1°, quilo.
 10. Batatas nacionais, de 1°, quilo.
 11. Batata doce, quilo.
 12. Banha de porco, refinada, quilo.
 13. Carne de porco, quilo.
 14. Carne de vaca, de 1° sem osso, quilo.
 15. Chispe de porco, sortido, quilo.
 16. Carne seca, Rio Grande, quilo.
 17. Cebolas nacionais, de 1°, quilo.
 18. Extrato de tomates, de 1°, quilo.
 19. Feijão preto, de 1°, quilo.
 20. Feijão mulatinho, novo, de 1°, quilo.
 21. Fubá de milho, fino, quilo.
 22. Frango, bom, um.
 23. Frango, pequeno, um.
 24. Farinha de mandioca, torrada, quilo.
 25. Goiabada Primor ou Pesqueira, quilo.
 26. Leite de vaca fresco, litro.
 27. Marmelada Colombo, quilo.
 28. Mate Ildefonso, pacote de 500 gramas.
 29. Maizena Duriéa, pacote grande.
 30. Macarrão Aimoré, quilo.
 31. Manteiga fresca, de 1°, quilo.
 32. Pescado nacional, de 1°, quilo.
 33. Pão de farinha de trigo, tipo italiano, em pãezinhos de 80 gramas, quilo.
 34. Queijo de Minas, quilo.
 35. Queijo Parmezon, quilo.
 36. Sal fino, quilo.
 37. Vinagre nacional, litro.
- Grupo III — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação, artigos escolares, livros e fichas de escrituração, impressos e material para classificação.**
1. Alfinetes ingleses, sortidos, caixa.
 2. Bola para futebol, Gregório, ns. 3 e 4, uma.

3. Bola para voleibol, uma.
4. Bola para basket-ball, uma.
5. Bola para medicine-ball, uma.
6. Bola para ping-pong, uma.
7. Bola de borracha, tamanho médio, uma.
8. Barbante branco de algodão, novelo de 500 gramas.
9. Barbante de linho, novelo de 100 gramas.
10. Barbante de linho fino, novelo de 100 gramas.
11. Bloco de papel de linho superior, de 33 x 22, com 100 folhas, um.
12. Borracha Ruby, 212, uma.
13. Borracha para desenho, uma.
14. Borracha escolar, uma.
15. Câmara de ar, Galo, ns. 3 e 4, uma.
16. Corda tipo francês, para barraca, metro.
17. Cordel fino, tipo francês, metro.
18. Corda comum para saltar, metro.
19. Corda grossa com nós, de quatro metros, para exercício de trepar, uma.
20. Corda lisa de quatro metros, para exercício de trepar, uma.
21. Corda com argolas, para exercício, de quatro metros, uma.
22. Canetas escolares, boas, dúzia.
23. Caderneta para ponto diário, uma.
24. Caderneta para notas de classe, uma.
25. Capa de cartolino vermelha, para processos, com dizeres, conforme modelo, uma.
26. Cartolina em cores, folha.
27. Carteira de saúde, com esquema dentário, duplo, de papel de linho superior, pautado e riscado, cento.
28. Cadernos escolares, ns. 2 e 3, um.
29. Cadernos para desenho, "Rafael", um.
30. Cartões pautados brancos ou rosa, de 15 x 12, cento.
31. Envelopes timbrados para officio, 15 x 24, cento.
32. Envelopes timbrados para officio, 18 x 24, cento.
33. Envelopes timbrados para officio, 40 x 24, cento.
34. Envelopes timbrados para carta, 15 x 11, cento.
35. Fita para máquina Remington, preta, uma.
36. Grampos Universal, diversos tamanhos, caixa.
37. Grampos Self n. 50, caixa.
38. Grampos para alicate Hootchiss, n. 53, caixa com 1.000 grampos.
39. Giz branco para quadro negro, superior, caixa.
40. Giz em cores, para quadro negro, superior, caixa.
41. Impressos mod. 82 — Boletim de vigilância, cento.
42. Impressos mod. 80 — Boletim de aula, cento.
43. Impressos mod. 78 — Ordem de trabalho, cento.
44. Impressos mod. 97 — Relação de gêneros, cento.
45. Impressos para Movimento do Almoxarifado, cento.
46. Livro em branco, pautado, com 100 folhas, um.
47. Livro em branco, pautado, com 50 folhas, um.
48. Livro mod. III com 100 folhas, um.
49. Livro protocolo de entrada de papéis, conforme modelo, 35 x 40, 200 folhas.
50. Lapis Faber n. 2, dúzia.
51. Lapis Castell 9.100, dúzia.
52. Lapis Faber, bicolor, dúzia.
53. Livro índice de 0,11 x 0,33, com 20 folhas, um.
54. Livro mod. XI, com 200 folhas, de papel de linho de 5 quilos, um.
55. Livro mod. VII, de 0,38 x 0,28, com 100 folhas, um.
56. Livro conta corrente, com capa de pano, 100 folhas, de 0,24 x 0,33, um.
57. Livro de papel linho de 5 quilos, pautado e riscado, conforme modelo, de 0,22 x 0,33, um.
58. Livro protocolo Correio, com 200 folhas, conforme modelo, um.
59. Mata borrão em tiras de 0,8 x 0,28, cento.
60. Mata borrão, folha grande.
61. Oleado preto, superior, metro.
62. Pele para farol, uma.
63. Pele para tambor, uma.
64. Pena Malat n. 12, legítimas, caixa.
65. Penas Leonard 516, douradas, caixa.
66. Papel pardo, manilha, resistente, folha.
67. Papel em cores, manilha, resistente, folha.
68. Papel liso em folhas inteiras, resma.
69. Papel fino para cópia, resma.
70. Papel timbrado para carta, conforme modelo, cento.
71. Papel timbrado para officio, conforme modelo, resma.
72. Papel carbono Pelikan, preto, 0,33 x 0,44, caixa.
73. Papel para música, folha.
74. Papel celofone, em cores, folha.
75. Papel em branco para minutas, resma.
76. Papel almasso, pautado, resma.
77. Papel almasso de linho de 5 quilos, resma.
78. Tinta preta, Sardinha, litro.
79. Tinta encarnada, Sardinha, litro.
80. Tinta Parker para caneta tinteiro, litro.
81. Tinta azul preta Kemper, envelope para 1 litro.
82. Talão mod. VII, com 100 folhas, um.

83. Talão mod. XX-C em 4 vias, com 100 folhas, um.
84. Talão mod. XXXXII com 100 folhas, um.
85. Tinteiro de vidro para carteira escolar, um.

Grupo IV — Materias primas, produtos manufaturados ou semi-manufaturados, para oficinas, laboratórios, gabinetes técnicos ou científicos e para outros usos.

1. Azul R. U., pacote de meio quilo.
2. Amarelo, pacote de meio quilo.
3. Atacadores pretos e marrons de 90 cms., grossa.
4. Atacadores brancos para chuteiras, dúzia.
5. Atanado branco, pé.
6. Atanado Dedier, pé.
7. Atanado Rio Grande em flor, pé.
8. Atanado Rio Grande desflorado, pé.
9. Agulha Agulha, curta, ns. 5, 6, 7, dúzia.
10. Agulhas para máquina Singer, 18-2, dúzia.
11. Agulha Singer Simanco, dúzia.
12. Agulha para seleiro, dúzia.
13. Algodão em pasta, quilo.
14. Arestas amarelas para sapateiro, ns. 10, 12 e 14, pacote com 900 gramas.
15. Arestas de ferro para sapateiro, pacote com 900 gramas.
16. Arrebites de ferro de 3/16 e 1/4", quilo.
17. Arrebites de ferro de 3/16 e 1/4, Carasca, chato e redondo ou escareado, quilo.
18. Arrebites de alumínio, chato ou escareado, quilo.
19. Agua-rás Pratt, quilo.
20. Anilina para água em cores, quilo.
21. Anilina para álcool em cores, quilo.
22. Armação de aço para montaria mexicana, uma.
23. Armação para estribo mexicano, uma.
24. Aço redondo de 1/2", quilo.
25. Aço redondo de 3/4", quilo.
26. Aço oitavado de 1/2", quilo.
27. Aço oitavado de 3/8", quilo.
28. Aço oitavado de 1", quilo.
29. Areia de rio, metro cúbico.
30. Arame de ferro zincado, quilo.
31. Arame para soldar ferro, quilo.
32. Azulejos brancos, metro quadrado.
33. Arestas para vidro, quilo.
34. Alvaide de zinco, quilo.
35. Arame farpado, farpas curtas e juntas, rolo de 12 onças.
36. Argolas serrilhadas de 1,5", uma.
37. Arame de aço de diversas grossuras, quilo.
38. Arame de ferro zincado ns. 16, 18 e 20, quilo.
39. Brocha de pita para caiação, uma.
40. Boia de cobre completa para caixa d'água, de 1/2", uma.
41. Boia de cobre completa para caixa de descarga, de 1/2", uma.
42. Botões rápidos, caixa.
43. Botão de pressão, de metal, caixa.
44. Brocha francesa para tinta a óleo, n. 45, uma.
45. Chifão assentinado, metro.
46. Cola da Bafa, quilo.
47. Cera Brasil ou Similar, preta, para sola, pastilha de 7 gramas.
48. Cal virgem, quilo.
49. Cimento Mauá, saco.
50. Chapa de ferro galvanizado ns. 18 e 20, quilo.
51. Cano de ferro galvanizado de 1/2", quilo.
52. Cano de ferro galvanizado de 3/4", quilo.
53. Cano de ferro galvanizado de 1", quilo.
54. Cano de ferro galvanizado de 1 1/2", quilo.
55. Curva de ferro galvanizado de 1/2", uma.
56. Curva de ferro galvanizado de 3/4", uma.
57. Curva de ferro galvanizado de 1", uma.
58. Curva de ferro galvanizado de 1 1/2", uma.
59. Curva de ferro galvanizado de 4", uma.
60. Curva de ferro galvanizado de 6", uma.
61. Curva de ferro galvanizado de 10", uma.
62. Cremone de ferro para janela, um.
63. Cremone de ferro para porta, um.
64. Cano de chumbo de 1/2", quilo.
65. Cano de chumbo de 2", quilo.
66. Cera moldada para colméia, quilo.
67. Cerdas para sapateiro, macinho.
68. Cola cimento Nuline, quilo.
69. Caibros de peroba ou guarabú, de 4x0, 8x0,06, metro.
70. Caibros de pinho do Paraná, de 4x0, 8x0,05, metro.
71. Carneira em cores, pé.
72. Courinho de porco em cores, pé.
73. Couro lona oleado para seleiro, metro.
74. Cimento branco, quilo.
75. Dobradiça de metal de 1", par.
76. Dobradiça de metal de 2", par.
77. Dobradiça de metal de 2 1/2", par.
78. Dobradiça de metal de 3", par.
79. Dobradiça de metal de 3 1/2", par.
80. Dobradiça de ferro polido de 1 1/2", par.
81. Dobradiça de ferro polido de 2", par.
82. Dobradiça de ferro polido de 2 1/2", par.
83. Dobradiça de ferro polido de 3", par.
84. Dobradiça de ferro polido de 3 1/2", par.

85. Estanho Carneiro em barra, quilo.
86. Elástico Triângulo preto e marrom, peça.
87. Escova de aço, de 0,35, com cabo de madeira, 76 furos, uma.
88. Frisos de pinho para assoalho de 4,50 x 0,10 x 0,025, um.
89. Fio branco Patente HB, novelo.
90. Ferro em cantoneira de 1", quilo.
91. Folha para calha, quilo.
92. Fio Barau em cores, novelo.
93. Fivela niquelada sem travessão, dúzia.
94. Fivelas para escoteiro, dúzia.
95. Fivelas niqueladas de 1", dúzia.
96. Feltro para seleiro, metro.
97. Fechadura com maçaneta de metal em alavanca, uma.
98. Fechadura de salto de 1, 2, 3", uma.
99. Fechadura Gorges com trinco, para porta, uma.
100. Ferro redondo de 5/16, 3/8, 3/4, 1 1/4", quilo.
101. Ferri chato de 1 1/4, 1 3/4, 1 1/2, 1 1/8, 2 1/2, quilô.
102. Gorgurão estampado para estofar, metro.
103. Gomalaca, quilo.
104. Gesso crê cavalo marinho, quilo.
105. Ilhoses pequenos em cores, caixa.
106. Ilhoses grandes de metal, caixa.
107. Joelhos de ferro galvanizado de 1/2", um.
108. Joelho de ferro galvanizado de 3/4", um.
109. Joelho de ferro galvanizado de 1", um.
110. Joelho de ferro galvanizado de 1 1/2", um.
111. Luva de união de ferro galvanizado de 1", uma.
112. Luva de união de ferro galvanizado de 2", uma.
113. Luva de união de ferro galvanizado de 2 1/2", uma.
114. Luva de ferro galvanizado de 3", uma.
115. Luva de união de ferro galvanizado de 3 1/2", uma.
116. Linha Clark em cores, dúzia.
117. Lixa para madeira n. 00 a 1 1/2, folha.
118. Lixa para esmeril n. 1 a 1 1/2, folha.
119. Linha Corrente, carretel com 500 jardas.
120. Lona para forro de calçado, metro.
121. Manilha de barro vidrado de 4", uma.
122. Manilha de barro vidrado de 6", uma.
123. Manilha de barro vidrado de 10", uma.
124. Mangueira de borracha protegida de arame, de 1/2", uma.
125. Mosquetão para cinto de escoteiro, um.
126. Moirões de candeia de 2,0 x 0,15, um.
127. Moirões de candeia de 3,0 x 0,30, um.
128. Oca lavada, quilo.
129. Oleo de linhaça puro, Tigre, litro.
130. Parafuso de fenda com cabeça de 3/4 x 5, um.
131. Parafuso de fenda com cabeça de 3/4 x 6, um.
132. Parafuso de fenda com cabeça de 3/4 x 7, um.
133. Parafuso de fenda com cabeça de 3/4 x 8, um.
134. Parafuso de fenda com cabeça de 5/8 x 5, um.
135. Parafuso de fenda com cabeça de 5/8 x 6, um.
136. Parafuso de fenda com cabeça de 5/8 x 7, um.
137. Parafuso de fenda com cabeça de 5/8 x 8, um.
138. Parafuso de fenda com cabeça de 1/2 x 5, um.
139. Parafuso de fenda com cabeça de 1/2 x 6, um.
140. Parafuso de fenda com cabeça de 1/2 x 7, um.
141. Parafuso de fenda com cabeça de 1/2 x 8, um.
142. Parafuso de fenda com cabeça de 7/8 x 6, um.
143. Parafuso de fenda com cabeça de 7/8 x 7, um.
144. Parafuso de fenda com cabeça de 7/8 x 8, um.
145. Parafuso de fenda com cabeça de 1 x 7, um.
146. Parafuso de fenda com cabeça de 1 x 8, um.
147. Parafuso de fenda com cabeça de 1 x 10, um.
148. Poste de madeira de lei de 4 x 0,20, um.
149. Poste de madeira de lei de 3 x 0,20, um.
150. Poste de madeira de lei de 3 x 0,15, um.
151. Pomada preta Dragão para calçado, lata grande.
152. Ponta aris 6 x 6 e 8 x 8, quilo.
153. Pregos de 8 x 8, quilo.
154. Pregos de 10 x 10, quilo.
155. Pregos de 12 x 12, quilo.
156. Pregos de 14 x 15, quilo.
157. Pregos de 16 x 18, quilo.
158. Pregos de 18 x 30, quilo.
159. Pregos de 17 x 21, quilo.
160. Pregos de 19 x 36, quilo.
161. Pranchões de jacarandá ou peroba de 4 x 0,50 x 0,06, um.
162. Pranchões de cedro de 4 x 0,50 x 0,06, um.
163. Palha para cadeira "Teure", maço.
164. Papelão grosso de 0,50 x 1, folha.
165. Pranchões de peroba de 3 x 0,42 x 0,07, um.
166. Pranchões de peroba de 3 x 0,40 x 0,10, um.
167. Presilhas para calçado, peça.
168. Pincel grande para tinta, um.
169. Pincel médio para tinta, um.
170. Pincel redondo para tinta, um.
171. Palmela de 2 1/2" para janela, uma.
172. Palmela de 3 1/2", para porta, uma.
173. Pedra, metro cúbico.
174. Redução de ferro galvanizado de 3/4" para 1/2", uma.
175. Redução de ferro galvanizado de 1 para 1/2", uma.
176. Redução de ferro galvanizado de 1 para 3/4", uma.
177. Ripas de pinho, metro.

178. Registro de ferro galvanizado de 3/4" e 1/2", um.
179. Rodinhas de cera em cores, dúzia.
180. Roxo-rei, quilo.
181. Suvelas tortas e retas para sapateiro, dúzia.
182. Suvelas retas para seleiro, dúzia.
183. Sola engraxada Krambeck A e B para seleiro, quilo.
184. Sola engraxada Krambeck A e B para sapateiro, quilo.
185. Sola engraxada de 1" para sapateiro, quilo.
186. Tê de ferro de 1", um.
187. Tijolo queimado, milheiro.
188. Torneira de passagem de latão de 1/2", uma.
190. Tinta marrom para sapateiro, Universal, litro.
191. Tinta Astra preta para sapateiro, lata.
192. Taxa de chular ns. 00, 0, 1, 1 1/2, 2, 2 1/2, uma.
193. Taxa de metal de 1, 1 1/2 e 2, maço.
194. Telha tipo francês para cumieira, cento.
195. Telha tipo francês superior, milheiro.
196. Trincheta de cabelo, francesa, n. 10, 6 e 8, uma.
197. Targete de metal, um.
198. Targete de ferro de 2", um.
199. Telha de canal, milheiro.
200. Tinta em cores para sapateiro, vidro.
201. Tábua de cedro de 4 x 40 x 0,03, uma.
202. Tábua de cedro de 4 x 0,40 x 1 1/2, uma.
203. Tábua de pinho de 4 x 0,30 x 0,0, uma.
204. Tábua de pinho de 4 x 6,50 x 0,03, uma.
205. Tábua de guarabú de 4 x 0,50 x 0,2 1/2, uma.
206. Tábua de pinho Paraná aparelhada de 4,50 x 0,25 x 0,03, uma.
207. Tábua de pinho Paraná aparelhada de 4,50 x 0,15 x 0,023, uma.
208. Torneira de metal de 1/2", uma.
209. Torneira de metal de 3/4", uma.
210. Tinta Sapolim em cores, lata de 250 gramas.
211. Verde Londres Castelo, ns. 1 e 2, quilo.
212. Vermelho lavado, quilo.
213. Vidro de duas grossuras, para vidraça, metro.
214. Vaqueta cromo preta marrom e cinza, pé.
215. Vaqueta envernizada preta e marrom, pé.
216. Vaqueta estampada em cores, pé.
217. Vaqueta abufalada em cores, pé.
218. Vigas de Jacarandá ou peroba de 5 x 0,15 x 0,12, uma.
219. Zefir Sulista para colchão metro.

Grupo V:

Medicamentos, drogas, séros, vacinas, produtos químicos, ou biológicos, reativos, artigos cirúrgicos, apósitos e material para curativos e outros de uso em medicina, odontologia, farmácia e veterinária.

1. Água oxigenada, garrafa de 600 grs.
2. Agulha de níquel para injeção, uma.
3. Agulha de platina para injeção, uma.
4. Algodão hidrófilo, quilo.
5. Atadura de gaze, rôlo.
6. Atadura de cambraia, larga, rôlo.
7. Atadura de cambraia, estreita, rôlo.
8. Alcool de 40 graus, litro.
9. Bicarbonato de sódio Carlo Erba, caixa
10. Cat-gut ns. 00, 0, 1 e 2, tubo.
11. Cafiaspirina Bayer, tubo.
12. Cloretila Bengué, bisnaga.
13. Drêno de borracha esterilizada, vários calibres, um.
14. Espadrado Johnson, largo, carretel.
15. Empola de óleo canforado 25 %, caixa.
16. Empola de cafeína, caixa.
17. Empola de Iodobismar, caixa com 10 Empolas de 10 cc., para adulto.
18. Empola de Desbi, infantil, caixa.
19. Empola soro fisiológico 250 cc., uma.
20. Empola soro glicosado 280 cc., uma.
21. Empola soro anti-oftídico, uma.
22. Empola de soro anti-crotálico, uma.
23. Empola de soro anti-brotopico, uma.
24. Empola de soro anti-tetânico, uma.
25. Líquido de Dakin, litro.
26. Pomada Reclus, 100 grs.
27. Pasta de Lassar, 100 grs.
28. Tubo de borracha para injeção de soro, metro.
29. Tubo de borracha para irrigador, metro.
30. Erolotropina Shering, tubo.

Grupo VI — Vestuário, fardamentos e roupas de cama e mesa; tecidos, artefatos de tecido e de armarinho; calçados, perneiras, correias e chapéus:

1. Brim kaki "Caçador", legítimo, metro.
2. Brim kaki "Cavador", legítimo, metro.
3. Brim kaki "Floriano", legítimo, metro.
4. Brim mescla azul "Monte Real", legítimo, metro.
5. Brim mescla azul "Alcazar", legítimo, metro.
6. Borzeguins pretos, a ponto, tipo colegial, ns. 36 a 44, par.
7. Cinto para escoteiro, um.
8. Chapéu para escoteiro, um.
9. Chapéu de paina para campo, um.
10. Chuteiras pretas ns. 36 a 44, par.

11. Camisa de meia sem manga, uma.
12. Calção de brim azul fixo para ginastica, uma.
13. Cobertor de lã marron ou cinza de 1,90 x 1,40, um.
14. Emblema para músico, de metal amarelo, um.
15. Emblema para escoteiro, um.
16. Elástico preto de algodão de 1 cm., metro.
17. Fivela para cinto de escoteiro, um.
18. Guardanapos pequenos de algodão, dúzia.
19. Lenços de algodão, dúzia.
20. Lenços para escoteiro, de lona verde fixo, de 0,70 x 0,70, dúzia.
21. Lona verde fixo de 0,70 de largura, metro.
22. Meias para escoteiro, de algodão reforçado, par.
23. Meias para escoteiro, boas, par.
24. Meias cruas para rapaz, par.
25. Número de latão reforçado, pequenos, coleção
26. Sapatos tenis marron ns. 36 a 41, par.
27. Toalha de rosto felpuda, uma.
28. Tinta idelevel para marcar roupa, litro
29. Uniforme de brim mescla "Monte Real", calça, gondola e gorro, (molhado), um.
30. Uniforme de brim mescla "Alcazar", calça, gondola e gorro, (molhado).
31. Uniforme de brim kaki "Cavador" (molhado), calça e camisa, um (para escoteiro).
32. Uniforme de brim kaki "Caçador" (molhado), calça e camisa, um (para escoteiro).
33. Uniforme de brim branco superior, molhado, para banda de música (calça, dolman e gorro, tipo fuzileiro naval), um.

Grupo VII — Iluminação, força motriz e gaz:

1. Lampadas elétricas de 40 watts, uma.
2. Lampadas elétricas de 60 watts, uma.
3. Lampadas elétricas de 100 watts, uma.
4. Lampadas elétricas de 150 watts, uma.
5. Ligação para ferro elétrico, com fio de amianto, de 2 metros uma.
6. Aranha de latão para "abat-jour", uma.
7. Correia para motor de máquina "Singer", uma.
8. Clites de louça, par.
9. Isolador de louça, um.
10. Interruptor rotativo com espelho, de uma secção, um.
11. Interruptor de pera, um.
12. Interruptor rotativo com espelho, com secções, um.
13. Fuzíveis de rolha, renováveis, de 30 ampéres e 220 volts, um.
14. Fio Preto n. 10, metro.
15. Fio flexível verde e amarelo, metro.
16. Tubo condutite de 1/2", metro.
17. Tubo condutite de 1", metro.
18. Roseta de louça, uma.
19. Roldana de louça, uma.
20. Resistência para ferro elétrico, uma.
21. Suporte com chave, um.

Grupo VIII — Agua, asseio e hygiene; artigos para limpeza e desinfecção; taxas de ergoto e lixo:

1. Cruzwaldina, litro.
2. Creolina "Pearson", litro.
3. Cera "Parquetina" para assoalho, lata.
4. Escovão de piassava com cabo, um.
5. Enxugador de borracha com cabo, um.
6. Escova "Colégial" para dentes, cabo de osso, uma.
7. Espanador de penas, grande, um.
8. Espanador de penas, pequeno, um.
9. Filt, galão.
10. Gazolina, litro.
11. Palha de aço para assoalho, paquete.
12. Papel higiénico bom, maço.
13. Potassa cáustica, lata de quilo.
14. Sabão "Macedo Serra", de 1", quilo.
15. Sabonete em barra, perfumado, uma.
16. Vassoura "Gari", uma.
17. Vassoura de cabelo com cabo, uma.
18. Vassoura de piassava com 25 furos, uma.
19. Vassoura de piassava para pia, uma.
20. Vassilhador de cabelo com cabo, um.
21. Querozene, litro.

Grupo IX — Combustíveis, explosivos, lubrificantes e material para lubrificação, limpeza e conservação de máquinas e aparelhos de qualquer natureza, munições de guerra, acessórios e pertences para máquinas e viaturas:

1. Carvão Coek para forja, quilo.
2. Carvão de braúna, quilo.
3. Fósforos "Ipiranga", ou "Pinheiro", maço.
4. Graxa "Patente", quilo.
5. Alcool, 40 gráus, litro.
6. Linha superior, metro cúbico, cortada.

Grupo X — Adubos, corretivos e fungicidas:

1. Arsénico em pó, quilo.
2. Cloreto de potássio, quilo.
3. Carbolíneum, quilo.
4. Esterco de curral, metro cúbico.
5. Enxofre em pedra, quilo.
6. Escória de Tomas, quilo.
7. Nospelit, quilo.
8. Nospasit, quilo.
9. Nitrofosca I. C., A. A. em saco de 60 quilos, um.
10. Nitrofosca I. C., B. em saco de 60 quilos, um.
11. Nitrofosca I. C., C. em saco de 60 quilos, um.
12. Uspulura seco, lata de quilo.
13. Formeida "Polvo", litro.

Grupo XI — Ferragem e forragem para animais:

1. Gravos paulistas, quilo.
2. Ferraduras para muar, par.
3. Fuba grosso, quilo.
4. Farelo de trigo, remolido, quilo.
5. Farinha de esse moído, escura, para alimentação quilo.
6. Gangiquinha de milho, quilo.
7. Milho, quilo.
8. Mistura para aves, quilo.
9. Sal grosso, quilo.
10. Sal inglês, quilo.
11. Taneege, quilo.

Secretaria do Patronato "Wencesláu Braz" — Caxambu, 9 de fevereiro de 1939 — Pelo escrivão, Carlos Cardoso de Oliveira, almoxarife. — Visio. A. M. Pimenta, diretor.

Escola Quinze de Novembro

Ata do recebimento, abertura e leitura das propostas apresentadas na concorrência administrativa número um, de mil novecentos e trinta e nove, realizada aos sete dias do mês de fevereiro de mil novecentos e trinta e nove, de acordo com o edital publicado às páginas números mil novecentos e setenta e quatro e mil novecentos e setenta e cinco, do "Diário Oficial" do dia vinte e quatro de janeiro de mil novecentos e trinta e nove.

Aos sete dias do mês de fevereiro de mil novecentos e trinta e nove, às quatorze horas, na Secretaria da Escola Quinze de Novembro, à rua Clarimundo de Melo número oitocentos e quarenta e sete, em Quintine Bocaiuva, sob a presidência do senhor doutor Francisco de Assis Perdigão Nogueira, diretor da Escola, presentes os senhores Augusto Correia da Silva, secretário da Escola; João Ernesto Claude de Sampaio, almoxarife, e Pedro Moreira da Silva, auxiliar de escrita, compareceram os senhores representantes das firmas: J. C. Mendonça, Ferreira Filho & Comp., Abílio Monteiro & Irmão, Ferreira Passarelli & Comp. Ltda., Alberto de Almeida & Comp., Soares Lavrador & Comp., devidamente inscritos.

As firmas M. Ventura & Comp. e A. Ramada & Comp. Ltda., enviaram suas propostas, mas não se fizeram representar, e a firma Albino Carles & Comp., apesar de inscrita, não compareceu, nem enviou proposta.

Nos termos do edital de concorrência, publicado no "Diário Oficial" de vinte e quatro de janeiro, às páginas mil novecentos e setenta e quatro e mil novecentos e setenta e cinco, o senhor diretor procedeu à abertura das propostas, rubricando-as, passando-as em seguida aos concorrentes presentes para que as rubricassem, de acordo com o Código de Contabilidade.

Feita a leitura das propostas apresentadas, o senhor diretor deixou de tomar em consideração os preços oferecidos pelas firmas: M. Ventura & Comp., J. C. Mendonça, Abílio Monteiro & Irmão e Alberto de Almeida & Comp., para o artigo do item número treze, porque os preços dados são para bisnagas de oitenta gramas e não de cento e cinquenta gramas, denominadas duplas; os preços oferecidos pela firma A. Ramada & Comp. Ltda., para o item oito — espanador de penas, grande, porque também estavam em desacordo com o edital, não foram tomados em consideração e, finalmente, não foi aceito o preço da firma Abílio Monteiro & Irmão, para o artigo do item dezessete, sabão em pó para lavagem de roupa, marca "Pox", por estar em desacordo com o edital.

Organizado o mapa dos preços oferecidos, para ulterior publicação no "Diário Oficial" e nada mais havendo a tratar, o senhor diretor suspendeu os trabalhos, tendo eu, Alvaro Narciso Mendes, escrivão da Escola Quinze de Novembro, lavrado a presente ata, que assino e encerro aos sete dias do mês de fevereiro de mil novecentos e trinta e nove. — Alvaro Narciso Mendes, escrivão. — Francisco de Assis Perdigão Nogueira, diretor. — Augusto Correia da Silva, secretário. — João Ernesto Claude de Sampaio, almoxarife. — Pedro Moreira da Silva, auxiliar de escrita. — Ferreira Passarelli & Comp. Ltda. — J. C. Mendonça. — Alvaro Gomes Monteiro. — Por procuração de Ferreira, Filho & Comp., Fausto Graça. — Por procuração de Soares Lavrador & Comp., Agostinho Moreira.

Mapa comparativo dos preços apresentados na concorrência n. 1 de 1939, realizada em 7 de fevereiro de 1939

Artigos	M. Ventura & Cia.	A. Ramada & Cia. Ltda.	J. C. Mendonça	Ferreira, Filho & Cia.	Abílio Monteiro & Irmão	Ferreira Passarello & Cia. Ltda.	Alberto d'Almeida & Cia.	Albino Barros & Cia.	Soares Lavrador & Cia.	Preço mínimo	Firma proponente
GRUPO 1											
1. Baldes de ferro zincado, chapa 22, de 0,31 x 0,31, um	14\$000	8\$120	6\$900	—	8\$300	7\$530	7\$200	—	x 3\$10.	3\$400	Soares Lavrador & Cia.
2. Bombas de folha para «Filt», uma.	4\$370	4\$160	x 3\$700	—	4\$190	4\$400	4\$400	—	5\$930	3\$700	J. C. Mendonça.
3. Cera em massa marca Royal, lata de 700 gramas, lata	7\$900	x 5\$130	6\$900	6\$300	6\$040	6\$450	6\$500	—	—	5\$330	A. Ramada & Cia. Ltda.
4. Cera em massa, marca Gosch, lata de 700 gramas, lata	6\$400	5\$140	6\$000	7\$400	5\$300	—	x 5\$100	—	—	5\$100	Alberto d'Almeida & Cia.
5. Cruzvaldina, lata	2\$450	2\$320	2\$300	2\$900	3\$190	3\$230	2\$330	—	x 2\$170	2\$570	Soares Lavrador & Cia.
6. Creolênol, lata	3\$600	2\$210	x 1\$350	2\$200	2\$590	3\$500	3\$150	—	—	1\$350	J. C. Mendonça.
7. Escovas de dentes, nacional, de primeira qualidade, uma	1\$300	1\$34	1\$260	3\$300	1\$490	—	x 1\$350	—	—	1\$250	Alberto d'Almeida & Cia.
8. Espanador de penas, grande, um ..	14\$300	—	10\$300	10\$400	11\$300	11\$500	x 7\$200	—	7\$930	7\$290	Alberto d'Almeida & Cia.
9. Filt, galão	32\$5	29\$200	x 27\$500	33\$300	31\$350	31\$490	29\$930	—	29\$430	2\$500	J. C. Mendonça.
10. Caol, litro	5\$300	4\$420	4\$330	4\$300	1\$950	4\$730	5\$400	—	x 4\$190	4\$190	Soares Lavrador & Cia.
11. Papel higiênico, em blocos de 1.000 folhas, pacote	1\$700	1\$170	1\$32	1\$150	1\$700	1\$450	x 1\$300	—	1\$350	1\$300	Alberto d'Almeida & Cia.
12. Poassa calcinada, quilo	1\$300	1\$220	1\$200	1\$300	2\$300	—	1\$250	—	x 1\$40	\$940	Soares Lavrador & Cia.
13. Pasta dentífrica «Colgate», bisnaga dupla, bisnaga	—	4\$720	—	6\$800	—	x 4\$410	—	—	—	4\$410	Ferreira Passarello & Cia. Ltda.
14. Regador de ferro zincado, com bico, de 16 litros, um	27\$000	17\$400	x 16\$200	—	32\$000	—	20\$430	—	—	16\$230	J. C. Mendonça.
15. Sabão comum de primeira qualidade, quilo	1\$980	1\$70	1\$320	x 1\$170	1\$780	1\$490	1\$700	—	1\$190	1\$170	Ferreira, Filho & Cia.
16. Sabão branco, tipo Marselha, quilo ..	2\$300	3\$120	1\$350	1\$750	9\$900	8\$900	1\$300	—	x 1\$600	1\$600	Soares Lavrador & Cia.
17. Sabão em pó, para lavagem de roupa, marca «Pox», quilo ..	5\$400	5\$930	5\$320	x 4\$000	—	4\$790	5\$300	—	—	4\$000	Ferreira, Filho & Cia.
18. Saponáceo Radium, pau	\$340	\$350	x \$130	\$540	\$590	\$500	\$600	—	\$493	\$470	J. C. Mendonça.
19. Saponáceo Asp. Ol, pau	\$130	\$410	\$375	\$310	\$430	\$330	\$330	—	x \$334	\$334	Soares Lavrador & Cia.
20. Saponáceo Limpol, pau	\$420	\$350	\$315	\$318	\$470	\$350	x \$300	—	\$318	\$300	Alberto d'Almeida & Cia.

x - Menor preço.

Secretaria da Escola Quinze de Novembro, em 7 de fevereiro de 1939 — Augusto Corrêa da Silva, secretário.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Universidade do Brasil

ESCOLA NACIONAL DE MÚSICA

Em ordem do Sr. diretor, faço público que a comissão julgadora do concurso para provimento da cadeira de «Folk-lore nacional» desta Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil fica convocada para reunir-se, afim de dar início aos trabalhos do mesmo concurso, no dia 20 de março, às 9 horas, no salão «Henrique Oswald» (Biblioteca) da mesma Escola.

Outrossim, faço público que a comissão julgadora ficou definitivamente constituída com os seguintes professores:

Joanidia Sodré, presidente.

Vogais:

Assuero José Garrilano.

Renato de Almeida.

Mário de Andrade.

Brasílio Itiberê.

Faço público, ainda, que para a mesma data, hora e local, fica convidado o candidato inscrito Luiz Heitor Correia de Azevedo, único que apresentou os 50 exemplares da tese de que trata o decreto-lei n. 491, de 1938, dentro do prazo de seis meses fixado por edital desta Escola publicado no «Diário Oficial» de 28 de julho de 1938, conforme determinação do Sr. reitor da Universidade do Brasil, em ofício-circular n. 38-3.590, tendo sido indeferido, por falta de apresentação da tese dentro daquele prazo o requerimento de inscrição de Otávio Beviláqua.

Secretaria da Escola Nacional de Música, 9 de fevereiro de 1939.
— Luiz de Araujo Padilha, oficial administrativo.

Universidade de São Paulo

FACULDADE DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA

CONCURSO PARA PROVIMENTO EFETIVO DO CARGO DE PROFESSOR CATEDRÁTICO DE HISTOLOGIA

E d i t a l

De ordem do senhor doutor diretor, e de acordo com o § 3º, do art. 1º, da lei n. 444, de 4 de julho de 1937, faço público, para conhecimento dos interessados que a comissão de concurso para provimento efetivo do cargo de professor catedrático de Histologia, segunda cadeira do curso de odontologia, está constituída com professores Drs. João Moreira da Rocha e Saul Linz, eleitos pela Congregação e professores Drs. André Dreyfus, Renato Locchi e Leoncio Pinto, eleitos pelo Conselho Técnico-Administrativo.

Faço público ainda que foi designado o dia 3 de março próximo, para início do processo deste concurso.

Secretaria da Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade de São Paulo, em 27 de janeiro de 1939. — O secretário. — Professor Archimedes Baillet.

Reconheço a firma supra do Dr. Archimedes Baillet.

São Paulo — Tabelionato Veiga, 27 de janeiro de 1939. Em testemunho (estava o sinal público) da verdade. — Ignacio Uchôa da Veiga, tabelião.

Reconheço a firma e sinal público de Inácio Uchôa da Veiga.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1939. Em testemunho (estava o sinal público) da verdade. — Flomyr Roque Pinheiro, escrevente juramentado, no impedimento ocasional do tabelião.

(C 984 — 28-1-1939 — 183\$800 — 3 vozes)

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Departamento de Administração

(DIVISÃO DO MATERIAL)

CONCORRÊNCIA ADMINISTRATIVA

Edital de concorrência

De ordem do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, e, de acordo com o parágrafo 2º, letra d do art. 738, do Regulamento de Contabilidade Pública, faço público para conhecimento dos interessados, que, no dia 2 de março próximo vindouro, às quatorze (14) horas, serão recebidas na Divisão do Material, dependência do Departamento de Administração do Ministério das Relações Exteriores, propostas de pregos para a execução de um bardo para manter os ficus plantados junto ao muro divisorio deste Ministério com a Comp. de Carris e Força do Rio de Janeiro, obedecendo às condições e especificações abaixo discriminadas:

I — Os interessados, no dia e hora acima indicados, apresentarão à comissão de concorrência, na Divisão do Material do Departamento de Administração do Ministério das Relações Exteriores, em um envólucro fechado e lacrado, com a declaração exterior do seu conteúdo, todos os documentos que possam constituir prova de idoneidade da firma, companhia ou sociedade, além dos recibos de pagamento dos impostos federais e municipais a que estiverem sujeitos, quitação do imposto sobre a renda e a certidão da lei dos 2/3.

II — Em outro envólucro fechado e lacrado, com a indicação do nome do concorrente e o conteúdo do mesmo, apresentarão os proponentes as suas propostas, em quatro (4) vias, totalmente feitas à máquina ou manuscritas, datadas e assinadas, sendo a primeira via devidamente selada de acordo com a lei, mencionando sem emendas, rasuras ou entrelinhas, preço em algarismos e por extenso, preço esse que não poderá exceder de três contos oitocentos e sessenta mil réis (3:260\$000), pela obra completa e acabada inclusive os fios de arame, n. 10, que forem necessários.

III — Os documentos de idoneidade serão julgados antes da abertura das propostas, após o que, as propostas serão lidas em voz alta, rubricadas pelo Senhor presidente da comissão de concorrências e pelos proponentes. As propostas dos concorrentes que não forem julgados idôneos não serão tomadas em consideração.

IV — As propostas não poderão conter senão uma fórmula de inteira submissão a todas as cláusulas deste edital e às disposições do Regulamento Geral de Contabilidade Pública.

As propostas que delas se afastarem ou oferecerem redução de preço sobre a proposta mais barata não serão tomadas em consideração.

V — Será escolhida a proposta que oferecer preço mais vantajoso, por mínima que seja a diferença. Caso haja igualdade de preços entre dois ou mais concorrentes, proceder-se-á ao desempate, pela apresentação de novas propostas, obedecendo às condições da cláusula II, dentro de vinte e quatro (24) horas, isto é, às quatorze (14) horas do dia quatro (4) de março próximo vindouro, no mesmo local, pelas firmas que tiverem empatado.

VI — O proponente fica responsável pelo serviço ou serviços que houver executado durante o prazo de um ano, responsabilizando-se, dentro deste prazo, a fazer qualquer concerto que se faça necessário.

VII — O proponente deve declarar que se sujeita à fiscalização que lhe for imposta, como, também, especificar o prazo de entrega do trabalho pronto e acabado, prazo esse que não poderá ser superior a trinta (30) dias.

VIII — Fica reservado ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores o direito de anular esta concorrência, se assim julgar conveniente, e sem que aos proponentes assista direito algum à reclamação ou indenização sobre qualquer título invocado.

IX — Os documentos comprobatórios de idoneidade dos senhores concorrentes lhes serão devolvidos, imediatamente, após o ato da concorrência.

Trabalho a ser executado

Construção de um bardo com o comprimento de quarenta (40) metros de extensão, por seis (6) metros de altura, localizado junto ao muro divisorio deste Ministério com a Comp. de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro. Este bardo se destina à proteção dos ficus existentes ao correr deste muro e será formado de treze (13) colunas de tubo de ferro galvanizado de 2", colocado sobre base de concreto, e terão furação para levarem 12 fios de arame n. 10, para manter os ficus junto ao muro.

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1939. — *Pedro Neves de Paula Leite*, Chefe da Divisão do Material e Presidente da comissão designada pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, para exame, julgamento e demais trâmites nas concorrências, abertas no corrente ano, pelo Ministério das Relações Exteriores.

RETIFICAÇÃO

Edital de concorrência

Concorrência administrativa permanente para o fornecimento de "ardamento ao pessoal da Portaria deste Ministério", durante o exercício de 1939.

No edital de concorrência acima, publicado no "Diário Oficial", de 7 do corrente, à pag. 3.170, onde se lê:

2.º..... dentro do prazo, improrrogável, de 15 dias úteis a contar da data da publicação, isto é, até o dia 25 do corrente.

Leia-se:

2.º..... dentro do prazo, improrrogável, de 15 dias úteis a contar da data da publicação, isto é, até o dia vinte e três (23) do corrente.

Onde se lê:

4.º..... no dia vinte e três (23) do corrente, às quatorze horas, data em que se realizará a abertura das propostas.

Leia-se:

4.º..... no dia vinte e quatro (24) do corrente, às quatorze horas, data em que se realizará a abertura das propostas.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1939. — *Pedro Neves de Paula Leite*, Chefe da Divisão do Material e presidente da Comissão de Concorrências.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Tribunal de Contas

DIRETORIA DE TOMADA DE CONTAS

Processo n. 10.539:

Pelo presente edital ficam intimados os herdeiros do Sr. Júlio Fernandes Rosa, ex-escrivão da Coletoria Federal de "Sorocaba", no Estado de S. Paulo, no período de 8 de março a 31 de dezembro de 1937, para, no prazo de trinta dias, contados da data da publicação deste, alegarem o que fôr a bem de seus direitos, constituir procurador na sede deste Tribunal ou produzirem documentos sobre a importância de 5:406\$275, ou declararem o domicílio, para o efeito de serem nele notificados das decisões proferidas na tomada de contas, sejam elas interlocutórias ou definitivas, sob pena de revelia.

O débito acima provém de percentagens a mais extraídas naquele período.

Diretoria de Tomada de Contas, 21 de janeiro de 1939. — *José de Moraes*, diretor.

Tribunal de Contas

DIRETORIA DE TOMADA DE CONTAS

Processo n. 28.373:

Pelo presente edital fica intimado o cidadão João Pereira de Figueiredo, ex-agente postal em "Teixeiras", no Estado de Minas Gerais, no período de 22 de julho de 1917 a 19 de julho de 1918, para, no prazo de trinta dias, contados da data da publicação deste, alegar o que fôr a bem de seus direitos, constituir procurador na sede deste Tribunal ou produzir documentos sobre a importância de 1:053\$692, ou declarar o domicílio, para o efeito de ser nele notificado das decisões proferidas na tomada de contas, sejam elas interlocutórias ou definitivas, sob pena de revelia.

O débito acima provém de alcapeco verificado (1:014\$200) e de imposto do selo de nomeação não satisfeito (39\$492).

Diretoria de Tomada de Contas, 19 de janeiro de 1939. — *Jose de Moraes*, diretor.

Casa da Moeda

SECRETARIA

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de concorrências desta repartição, publicado a fls. 2.594/5 do *Diário Oficial* de 1 do corrente.

Secretaria da Casa da Moeda, 9 de fevereiro de 1939. — *Joaquim de Souza*, escrivão classe G, secretário da Mesa de Concorrências.

Primeira Comissão Especial Revisora de Títulos de Terras

(Decreto-lei n. 893, de 26 de novembro de 1938)

Pelo presente faz-se público, para conhecimento dos interessados, que ficam intimados os foreiros, arrendatários, possuidores, ocupantes e quantos se julgem com direito a qualquer porção de terras na Fozenda Nacional de Santa Cruz e mais imóveis da União situados no bacia hidrográfica do Iguaçu, a, dentro do prazo de três (3) meses, contados a partir da data deste edital, exhibir a esta Primeira Comissão Especial Revisora de Títulos de Terras, para o competente exame, os títulos em que fundam o seu direito, nos termos do art. 2º, parágrafo único, do decreto-lei número 893, de 26 de novembro de 1938.

Tais documentos deverão ser apresentados por meio de requerimentos, que a eles se refiram, nos quais poderão os interessados prestar os esclarecimentos que desejarem e entregues, das doze às quinze horas, no protocolo da citada Comissão, instalado no terceiro andar do edifício do Ministério da Agricultura, à rua Misericórdia, nesta Capital Federal.

Outrossim, esta Comissão chama a atenção dos interessados para o disposto no art. 4º e seu parágrafo único, do referido decreto-lei número 893, abaixo transcritos:

"Art. 4º. Não apresentados os títulos, ou não reconhecidos como legítimos, a União se investirá "ipso-facto" na posse das terras, ressalvadas as preferências concedidas por esta lei.

Parágrafo único. Não caberá, em consequência do disposto neste artigo, ação judicial para reivindicação de domínio."

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1939.

A comissão: *Luciano Pereira da Silva*. — *Plínio de Freitas Tracassos*. — *Henrique Dietrich*.

Comissão Central de Compras

RETIFICAÇÃO

Na relação das requisições com ofertas de colações para o dia 15 do corrente, publicada no *Diário Oficial* de 10 do corrente, à página 3.430, onde se lê:

671.000 — Impressos

Leia-se:

617.001 — Impressos.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Escola Naval

CONCURSO DE ADMISSÃO

De ordem do Sr. contra-almirante diretor, comunico aos interessados que as provas escritas do concurso de admissão, se realizarão na seguinte ordem:

Dia 13 de fevereiro — Matemática.

Dia 15 de fevereiro — Português.

Dia 17 de fevereiro — Física e Química.

A condução para a Escola será no Cais Pharoux, às 11 horas, nos dias marcados para as provas.

Os candidatos nos dias das provas, deverão comparecer munidos de caneta, pena e lapis.

No dia da prova de Matemática, além dos utensílios acima mencionados, os candidatos deverão trazer táboa de logaritmos, esquadros, estojó de desenho, duplo decímetro, borracha e transferidor.

Nenhum candidato poderá fazer qualquer das provas, munido de caneta tinteiro, pois será motivo de nulidade.

Escola Naval, 7 de fevereiro de 1939. — João Amorim Junior, secretário.

Diretoria de Fazenda

Pelo presente edital, ficam cientificados os interessados que têm papéis dependentes de solução nesta Diretoria, constante da relação anexa, para, no prazo de 30 dias, contados da data da publicação do presente, comparecerem ao Protocolo Geral, para tomarem conhecimento da solução dada aos respectivos processos.

Diretoria de Fazenda da Marinha, 7 de janeiro de 1939. — Raymundo de Mello Braga de Mendonça, contra-almirante, diretor geral.

Reação dos processos que se acham arquivados na Diretoria de Fazenda da Marinha, aguardando a presença dos respectivos interessados, dentro do prazo de 30 dias, a contar da data da publicação do presente:

Fichas — Nomes

- N. 00.697-1938 — Antônio Teixeira das Neves.
- N. 00.488-1939 — Alelaide da Costa Rocha.
- N. 37.896-1938 — Américo Paucheiro.
- N. 33.603-1938 — Américo Gomes Duque Estrada.
- N. 2.982-1939 — Artur Ferreira de Alvarenga.
- N. 2.983-1939 — Antenor José Correia.
- N. 1.154-1939 — Arsênio Marques Pereira Suzart.
- N. 1.514-1939 — Astrogildo Guilherme Weyll.
- N. 1.153-1939 — Augusto Francisco Cipriano.
- N. 00.881-1939 — Brasilina Mexias Viana.
- N. 00.524-1939 — Claudino José Marques.
- N. 28.080-1938 — Casemiro da Silveira Gomes.
- N. 24.737-1938 — Cleudemiro Jerônimo da Silva.
- N. 24.184-1938 — Carlos João da Silva.
- N. 38.735-1938 — Dulce Pereira Guimarães.
- N. 1.519-1939 — Encides José de Oliveira.
- N. 26.391-1938 — Eurides Pereira.
- N. 37.764-1938 — Francisco de Sousa.
- N. 21.100-1938 — Francisca Fausta de Queiroz.
- N. 38.077-1938 — Guilhermina Mandaini.
- N. 31.771-1938 — Hermelindo André Salgado.
- N. 00.525-1939 — Juviano Manuel Afonso.
- N. 00.045-1939 — João Calixto Soares.
- N. 31.091-1938 — José do Nascimento Lima.
- N. 35.889-1939 — José Joaquim Ramos Júnior.
- N. 21.560-1938 — João Felix Duarte.
- N. 1.143-1939 — José Casimiro Lones.
- N. 1.139-1939 — José Alves de Santana.
- N. 1.151-1939 — José Galvão Beliez.
- N. 2.302-1939 — Marta Antônia da Fonseca.
- N. 2.941-1939 — Maria de Melo Pina.
- N. 2.232-1939 — Manuel Batista de Oliveira.
- N. 28.717-1938 — Mário de Freitas Alves.
- N. 1.320-1939 — Manuel Gomes da Silva.
- N. 36.466-1938 — Mercedes Clemente Teixeira.
- N. 1.144-1939 — Manuel Flávio de Sampaio.
- N. 1.516-1939 — Pedro Alves.
- N. 25.337-1938 — Pedro Batista de Sousa.
- N. 25.134-1938 — Ramiro da Silveira Lima.
- N. 26.394-1938 — Zúia Crespo de Castro.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Escola de Saúde do Exército

Concurso de Admissão à Matrícula nos Cursos de Formação da Escola de Saúde do Exército

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de concurso publicado no *Diário Oficial* de 2 do corrente, à página 82.

Fábrica de Pólvora e Explosivos de Piquete

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de concorrência administrativa publicado no *Diário Oficial*, de 2 do corrente, à página 2.664.

Segunda Região Militar

SEGUNDA DIVISÃO DE INFANTARIA

ESTABELECIMENTO REGIONAL DE MATERIAL DE INTENDÊNCIA

O Estabelecimento Regional de Material de Intendência da 2ª Região Militar, com sede em São Paulo, convida o operário selecionado da classe C, Eduardo Rodrigues, a comparecer, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, afim de prestar declarações a respeito de sua ausência ao serviço.

Fundo o prazo estipulado em lei, será organizado o respectivo processo de abandono de emprego, tendo em vista o decreto n. 14.663, § 2º do art. 14.

E. R. M. I. em São Paulo, 7 de fevereiro de 1939 — Guilherme Fernandes dos Santos Filho, major encarregado do inquérito.

Segunda Formação Sanitária Regional

I R. M. — II D. I. — São Paulo

CIRURGIÕES DENTISTAS CIVIS CONTRATADOS

CONCURSO DE TÍTULOS PARA ADMISSÃO

De ordem do Sr. general diretor da Saúde do Exército e de acordo com o decreto n. 3.289 de 22, publicado no *Diário Oficial* de 26, tudo de novembro de 1938, faço público para conhecimento dos interessados que se acha aberta a inscrição, pelo prazo de sessenta dias, para o concurso de títulos, contados do dia 1º de fevereiro próximo vindouro.

I — O requerimento de inscrição deverá ser endereçado ao comandante da 2ª Formação Sanitária Regional, sito à rua Independência n. 94, nesta capital, juntando ao mesmo os títulos e documentos abaixo:

- a) Diploma passado por uma Faculdade de Odontologia oficial ou oficializada pelo Governo Federal, registrado no Departamento Nacional de Saúde;
- b) certidão de nascimento passada pelo Registro Civil, em original, provando ter no máximo 35 anos;
- c) carteira de reservista ou certificado militar, provando estar quite com o serviço militar;
- d) atestado de boa conduta civil, firmado por autoridade competente e folha corrida;
- e) título de naturalização para os estrangeiros e estar no gozo de seus direitos civis e políticos;
- f) carteira de identidade;
- g) atestado de vacina;
- h) atestado de residência há mais de seis meses na localidade em que tiver sede o corpo de tropa ou estabelecimento a que se destina.

Todos os documentos acima, com exceção dos referidos nas alíneas c e f, devem ter as firmas reconhecidas em tabelião.

II — O Concurso de Títulos constará de apresentação de teses e trabalhos publicados sobre odontologia; de títulos provando conhecer radiologia dentária, de títulos científicos conferidos por Academias, Institutos, Associações ou estabelecimentos científicos ou odontológicos oficiais ou de reconhecido valor intelectual; atestados de bons serviços profissionais passados por autoridades competentes; atestado de tempo de serviço exclusivamente profissional; de documentos autenticados de tudo que se relacione com a clínica odontológica.

III — Todos os documentos e títulos serão mencionados no requerimento de inscrição, sendo entregue ao candidato o competente recibo.

IV — Feita a entrega do requerimento de inscrição não será mais permitido ao candidato apresentar novos títulos ou documentos.

V — Ficam dispensados do requisito de idade para o presente concurso os atuais cirurgiões-dentistas civis que, a qualquer título já estavam na data da aprovação do decreto n. 3.289, prestando, há mais de um ano, serviços profissionais nos Gabinetes Odontológicos do Exército.

Quarta da 2ª Formação Sanitária Regional, em São Paulo, 18 de janeiro de 1939. — Dr. Renato Varandas de Azevedo, capitão médico comandante, da 2ª Formação Sanitária Regional.

Costuras na Guerra

I — Na alfaiataria do E.C.M.I., haverá distribuição de costuras na semana entrante, na ordem seguinte:

Quinta-feira, 16 — Costureiras de n. 1.001 a 1.200. — *João Luiz da Costa Lima*, Cap. Enc. da C.A. do E.C.M.I.

Diretoria de Intendência da Guerra**ESTABELECIMENTO CENTRAL DE MATERIAL DE INTENDÊNCIA****CONCORRÊNCIA ADMINISTRATIVA — VENDA DE RESÍDUOS**

De ordem do Sr. tenente-coronel chefe deste Estabelecimento e de acordo com o § 2º do art. 152 do Regulamento n. 3, aprovado pelo decreto n. 3.251, de 9-XI-938, faço público que, a partir da primeira publicação do presente edital até o dia 23 do corrente, acha-se aberta a inscrição para a adjudicação, ao que melhor preço oferecer, na venda de resíduos das oficinas deste Estabelecimento, mediante as condições abaixo:

I — A inscrição será feita, mediante requerimento do interessado ao Sr. chefe deste Estabelecimento.

II — O requerente depois de inscrito, deverá caucionar na Caixa Econômica do Rio de Janeiro a importância de 500\$ (quinhentos mil réis) para garantir a fiel execução dos compromissos que assumir com este Estabelecimento, decorrentes do presente edital, cuja infração implicará em multa e até, mesmo, perda total da caução. Esta deverá ser feita, no máximo, até o dia 23 do corrente, ficando desde já designado o dia imediato (24 de fevereiro), às 10 horas, para apresentação e abertura das propostas.

III — As propostas deverão ser feitas em dupla via, sendo a primeira selada de acordo com a lei, com os preços em algarismos e por extenso, sem rasuras ou emendas, em envelope fechado e lacrado, contendo na sobre-carta o nome do proponente e deverão ser apresentadas ao encarregado das licitações, às 9 1/2 horas do dia 24 do fevereiro, não sendo aceita nenhuma proposta entregue fora deste prazo.

IV — A adjudicação caberá ao proponente que oferecer preço mais vantajoso por unidade, segundo a respectiva espécie, não sendo aceitas ofertas ou outras vantagens não previstas neste edital.

V — O adjudicatário é obrigado a retirar semanalmente, às quintas-feiras, do Depósito de Material Recolhido, os resíduos das oficinas, sob pena de multa de 5 % do valor da compra e por dia de demora até 10 dias, contados da data em que haviam de ser entregues os mesmos por este Estabelecimento; excedendo deste prazo perderá o total da caução. Somente os casos de força maior a juízo do chefe deste Estabelecimento, poderão isentar o comprador de multas.

VI — A inscrição dos interessados na presente concorrência vigorará até o dia 31 de dezembro do corrente ano.

VII — As concorrentes sujeitar-se-ão a todas as exigências do presente edital e as estabelecidas pelo Código de Contabilidade Pública e respectivo regulamento, disto fazendo declaração expressa nas propostas.

Todos os demais esclarecimentos serão prestados, diariamente pelo encarregado das licitações.

Capital Federal, 10 de fevereiro de 1939. — *Argemiro Neves*, 1º ten. enc. das licitações.

Relação dos resíduos

1. Aparas e retalhos de atafado, quilo.
2. Aparas e retalhos de couro, quilo.
3. Aparas e retalhos de couro de porco, quilo.
4. Aparas e retalhos de pele de cabra, quilo.
5. Aparas e retalhos de papel, quilo.
6. Aparas e retalhos de sola, quilo.
7. Aparas e retalhos de vaqueta, quilo.
8. Aparas e retalhos de tecidos de algodão, quilo.
9. Aparas e retalhos de tecidos de lã, quilo.
10. Borra de metal para linotipo, quilo.

Argemiro Neves, 1º ten. enc. das licitações

Primeiro Grupo de Artilharia Automóvel

I — De ordem do Sr. tenente-coronel comandante deste Grupo, faço público que se acham abertas, durante sessenta dias, a contar de 1º do corrente, as inscrições para o concurso de títulos de candidatos a cirurgia-dentista, para a vaga existente nesta unidade.

II — Os interessados deverão orientar-se pelo decreto-lei n. 240, de 1 de fevereiro de 1938 e decreto n. 3.269, de 22 de novembro de 1933, que aprova o Regulamento do Serviço Odontológico do Exército.

Quartel no Curato de Santa Cruz, 9 de fevereiro de 1939. — *Florimar Campello*, 2º tenente-ajudante.

Primeiro Grupo de Artilharia de Dôrso**EDITAL DE CONCORRÊNCIA****Alfaiataria e artigos militares**

De ordem do Sr. agente diretor e para efeito do § 2º do n. 23 do art. 42 do Regulamento de Administração do Exército, comunico aos interessados que se acha aberta, nesta unidade, até o dia 28 do

corrente mês, às 10 horas, a concorrência para venda às praças de artigos militares; recortes de fardamento, etc.

Os interessados poderão apresentar as suas propostas devidamente seladas e lacradas, até o dia e hora supra mencionadas.

Quartel em Campinho, 11 de fevereiro de 1934. — *Jaime Portela de Melo*, 1º ten. ajudante do Grupo.

Primeira Região Militar**PRIMEIRA CIRCUNSCRIÇÃO DO RECRUTAMENTO MILITAR****JUNTA DE ALISTAMENTO MILITAR DO 1º DISTRITO**

Rua São José n. 58, térreo — Candelária

Editais de alistamento

O bacharel Luiz Antônio Nogueira, presidente da Junta de Alistamento Militar deste distrito, faz saber aos que o presente edital lerem ou deles tiverem conhecimento, que foram alistados por esta Junta, no período de 2 a 31 de janeiro próximo findo, os cidadãos constantes da relação seguinte:

Classe de 1920

1. Alcebíades, filho de Iracema de Moraes.
2. Antônio, filho de Eduardo Marques e Arminda Rocha.
3. Itamar, filho de Cristóvão Cesar Ramos e Maria Antônio Ramos.
4. Nilton, filho de Carlos Alves Pereira e Josefina Crino Pereira.
5. Orlando, filho de Avelino José Vieira e Margarida de Jesus Vieira.
6. Paulo Albino Deltzold, filho de Artur Deltzold e Frida Deltzold.
7. Sílvio, filho de Manuel da Costa Reis e Ricardina Pereira da Silva.
8. Vergílio, filho de Vergílio Cláudio da Silva e Ercília Costa Lima da Silva.

Classe de 1918

1. Ettore Basilisco Laurenzi, filho de Sílvio Laurenzi e Itália Basilisco.

Classe de 1916

1. Jacob Freiner, filho de Lebus Freiner e Estera Freiner — Naturalizado.

Classe de 1915

1. Sílvio Basilisco Laurenzi, filho de Sílvio Laurenzi e Itália Basilisco.

Classe de 1914

1. José Mejer, filho de Benjamim A. Mejer e Sofi Grisela Mejer — Naturalizado.
2. Rodolfo Antônio Vinha, filho de Alvaro Lopes Ribeiro Vinha e Matilde de La Casa Vinha — Naturalizado.

Classe de 1911

1. Francisco Ribeiro, filho de Antônio Ribeiro e Isabel Maria — Naturalizado.

Classe de 1909

1. José Geltrind, filho de Aberam Geltrind e Dora Geltrind — Naturalizado.
2. Luiz Fernandes Natário, filho de Belarmina de Jesus — Naturalizado.
3. Pinchas Mitelman, filho de Aron Mitelman e Sosea Mitelman — Naturalizada.

Classe de 1907

1. Antônio Darco, filho de Afonso Darco e Antoneta Francesa Darco — Naturalizada.
2. Artur Braga Rodrigues Peres, filho de Joaquim Rodrigues Peres e Ludovina Braga Rodrigues Peres.

Classe de 1905

1. Oscar Pereira de Carvalho, filho de Antônio Pereira de Carvalho e Constança Pereira de Carvalho — Naturalizado.

Classe de 1903

1. José Gomes Afonso, filho de Antônio Afonso e Maria Gomes — Naturalizado.

Classe de 1902

1. José Lopes, filho de Justino Lopes e Antônio dos Santos — Naturalizado.
2. Walter Paul Seeling, filho de Paul Eduard Seeling — Naturalizado.

Classe de 1898

1. Antônio Abreu, filho de Manuel Gaspar de Abreu e Helena Gí Martins — Naturalizado.
2. Eugênio Rappaport, filho de Henrique Rappaport e Catarina Rappaport — Naturalizado.

Classe de 1896

1. José Borges, filho de João Manuel Borges e Maria da Conceição Rodrigues.

Classe de 1895

1. Wilhelm Friedrich Car Ernest Gatzemeier, filho de August Heinrich Louis Wilhelm Gatzemeier — Naturalizado.

Distrito Federal, 4 de fevereiro de 1939. — *Luiz Antonio Nogueira*, presidente.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Departamento Nacional da Indústria e Comércio

CERTIDÃO

Em cumprimento ao despacho exarado no requerimento da "Sociedade Cooperativa de Consumo dos Empregados da Leopoldina Railway", pelo Senhor diretor deste Departamento, em 8 de fevereiro de 1939, certifico que foram arquivados nesta Repartição, sob o n. 14.188, os seguintes documentos: a) — Ata da Assembléa Geral Extraordinária, realizada em 12 de janeiro de 1939, que aprovou alterações em seus estatutos e elegeu a nova diretoria e suplentes; b) — os novos estatutos; c) — lista dos associados em 25 de janeiro de 1939. — Departamento Nacional da Indústria e Comércio, Primeira Secção. Eu, Luiz Walter Barbosa, escrivão da Classe E, passei a presente certidão.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1939. — Luiz Walter Barbosa, oficial administrativo K, no impedimento do diretor da secção.
(C. — 1.516 — 11-2-939 — 30\$600).

Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Distrito Federal

OBJETOS COM VALOR DECLARADO CAÍDO EM REFUGO DEFINITIVO

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de citação aos interessados publicado no *Diário Oficial* de 13 do corrente, a página 1.150.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Escola Nacional de Veterinária

Pelo presente, faço público para conhecimento dos interessados, que estará aberta de 1 a 15 de fevereiro próximo futuro, de 8 às 17 horas, a inscrição para os candidatos a exame vestibular.

Ao requerimento, que será selado na forma do recomendado no n. 44 da tabela P, do decreto n. 1.131, de 7 de outubro de 1936, e com a firma reconhecida, serão anexados os documentos seguintes:

- a) — certidão de nascimento
- b) — certificado de exame, da 5.ª série ginasial;
- c) — atestado de vacinação anti-variólica;
- d) — atestado médico, com declaração de que o candidato não sofre de moléstia contagiosa ou repugnante, nem tem defeito físico que o impossibilite para a profissão de veterinário.

Todos os documentos com as firmas reconhecidas.

Idade mínima para ingresso na escola: 16 anos.

O dito requerimento pode ser assinado pelo próprio pai, tutor ou procurador legal.

No ato da inscrição o candidato pagará Rs. 60\$000, de taxa.

Nos casos previstos nas leis, os candidatos terão, também, de apresentar carteira de reservista.

Escola Nacional de Veterinária, Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1939. — Dr. Octavio Dupont, diretor.

Escola Nacional de Veterinária

Segunda época.

Pelo presente, científico aos interessados que as inscrições para prestação de exames em 2.ª época, estarão abertas de 1 a 15 de fevereiro, de 8 às 17 horas.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1939. — Dr. Octavio Dupont, diretor.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Serviço de Contabilidade

HOSPITAL DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO

CONCORRÊNCIA

O Conselho Administrativo do Hospital do Funcionário Público, usando das atribuições conferidas pelo decreto n. 21.217, de 9 de maio de 1934 e de acordo com as instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, publicadas no *"Diário Oficial"* de 26 de julho de 1934, solicita a atenção dos interessados para o edital publicado no *"Diário Oficial"* de 2 do corrente mês, à página 2.665, que abre concorrência para a instalação do elevador no referido Hospital, à rua Sacadura Cabral n. 178, de acordo com o projecto aprovado e especificações anexas ao mesmo edital.

Para informações, devem os interessados dirigir-se à Secretaria do Conselho, situada no edifício do Ministério do Trabalho, na sobre-loja, à Avenida Aparício Borges, Esplanada do Castelo, de 12 às 15 horas.

Conselho Administrativo do Hospital do Funcionário Público, 9 de fevereiro de 1939. — João Drumond Camargo secretário do Conselho.

Departamento Nacional da Indústria e Comércio

PRIMEIRA SECÇÃO

De conformidade com o despacho do Sr. Diretor geral deste Departamento, de 30 de janeiro próximo passado, e nos termos do art. 58, do decreto n. 93, de 20 de março de 1935, parágrafo único, foram suspensos das suas funções de tradutores os Srs. Carlos Blank e Edwin Douglas Murray, que se acham em atraso no pagamento do imposto de indústrias e profissões desde 1934, apesar de convidados a regularisarem as suas situações por edital de 21 de junho de 1937. Departamento Nacional da Indústria e Comércio, Primeira Secção, em 8 de fevereiro de 1938. — Ernesto Fencarelli, esct. F. — Visto, Mario Soares Pinto, oficial administrativo K, no impedimento do diretor da secção.

SOCIEDADES ANONIMAS

COMPANHIA DE TECIDOS BOM PASTOR

Sociedade Anônima

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas:

Atendendo ao disposto no art. 147, n. 3, parágrafo 1.º, da Lei das Sociedades Anônimas, vem esta diretoria apresentar a VV. SS. o relatório referente ao sétimo semestre social, encerrado com o balanço geral realizado em 31 de dezembro de 1938.

Movimento geral

No decorrer deste semestre, todos os negócios da companhia prosseguiram normalmente, tanto industrial como comercialmente, sem qualquer ocorrência digna de registro.

Pelo balanço geral, conta de lucros e perdas e documentos anexos, verificarão os senhores acionistas que os esforços despendidos por esta diretoria produziram bons resultados, no que muito cooperou a exata compreensão de deveres e ânimo de trabalho de todos os auxiliares e operários.

A diretoria.

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1938

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS & PERDAS"

Deve

a Despesas gerais	112:441\$200
a Energia elétrica	18:839\$400
a Férias	20:617\$000
a Gratificações	8:200\$000
a Gastos da fábrica	85:822\$973
a Honorários diretoria	30:000\$000
a Impostos	11:458\$600
a Inst. Industriários	24:196\$000
a Juros e descontos	209:474\$300
a Oleo combustível	19:497\$000
a Sêlos de consumo	121:140\$000
a Seguros	2:289\$800
a Salários & ordenados	322:733\$700
a Fundos de reserva	12:015\$102
a Imposto s/renda	6:188\$317
a Dividendos	101:650\$303

4.107:163\$995

Haver

de Fabricação	1.078:500\$027
de Vila operária	16:886\$132
de Diferença de câmbio	11:777\$826

4.107:163\$995

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1938. — Gastão de Carvalho Britto, diretor-presidente. — A. Garcia Pereira, contador.

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1938

Ativo	
Almoxarifado	62:127\$424
Caixa	18:888\$700
C/correntes — Saldos devedores	139:387\$384
Carpintaria	6:059\$880
Depósitos	500\$000
Drogas & corantes	42:136\$051
Imóveis	720:000\$000
Maquinismos & acessórios	645:966\$200
Matéria prima	812:719\$159
Móveis & utensílios	33:774\$600
Oficina mecânica	37:179\$100
Tecidos diversos	928:831\$760
Duplicatas a receber	1.646:017\$200
	<u>5.093:887\$458</u>

Passivo	
Capital	1.800:000\$000
C. correntes — Saldos credores	388:528\$668
Obrigações a pagar	1.005:510\$192
Diversas contas	38:887\$200
Fundo reserva	72:873\$238
Dêste semestre	12:015\$402
	<u>84:888\$640</u>
Imposto s/renda	21:916\$938
Dêste semestre	6:488\$317
	<u>28:405\$255</u>
Títulos desc. e cobrança	1.646:017\$200
Dividendos	101:650\$303
	<u>5.093:887\$458</u>

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1938. — *Gastão de Carvalho Brito*, diretor-presidente. — *A. Garcia Pereira*, contador.

Os abaixo assinados, membros em exercício do conselho fiscal da Companhia de Tecidos Bom Pastor, S. A., com sede nesta Capital, à rua Bom Pastor n. 33, tendo examinado as contas e balanço referentes ao sétimo semestre social encerrado em 31 de dezembro de 1938, são de parecer que o mesmo seja aprovado.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1939. — *Oswaldo Costa*. — *Alcino Continentino*. — *Modesto Gomes Lima*.

(C 1.519 — 11-2-939 — 195\$800)

S. A. FERREIRA GUIMARÃES

BALANÇO GERAL DA SOC. AN. FERREIRA GUIMARÃES, EM 31 DE

DEZEMBRO DE 1938

Ativo	
Propriedades	24:241\$100
Matéria prima, manufaturas, almoxarifado, etc.	7.751:298\$950
Móveis & utensílios	1:000\$000
Apólices	155:875\$000
Ações	41:924\$800
Hipotecas	1.400:000\$000
Comandita	300:000\$000
Títulos a receber	599:774\$020
Cauções	3:160\$000
Caixas (Rio e fábricas)	208:969\$800
Impostos s/vendas & consignações	2:328\$400
Contas correntes	14.411:741\$524
	<u>24.900:313\$594</u>

Passivo	
Capital e reserva	1.000:000\$000
Delcredere	111:535\$227
Descontos e comissões prováveis.	277:000\$000
Lucros & perdas	182:203\$168
	<u>570:738\$395</u>
Contas e salários de dezembro a pagar	368:546\$800
Dividendos a distribuir	100:000\$000
Títulos em cobrança	2.785:615\$100
Contas correntes	20.075:413\$299
	<u>24.300:313\$594</u>

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1938. — A diretoria: *Paulo Macedo*, guarda-livros.

(C 1.514 — 11-2-939 — 73\$400)

COMPANHIA LOPES SA'

RELATÓRIO A SER APRESENTADO À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA EM 16 DE FEVEREIRO CORRENTE

Senhores acionistas: Cumprindo o que determina a lei e os nossos estatutos, vimos dar-vos conta dos negócios da companhia, no decorrer do ano próximo passado.

Infelizmente tivemos de constatar sensível diminuição nos lucros, organizada principalmente pela modificação introduzida pelo Governo, na arrecadação do imposto de consumo sobre cigarros; pelo novo sistema adotado, selagem em taxas progressivas e relativas aos preços de venda no varejo, tanto os fabricantes como os vendedores tiveram os seus lucros bem reduzidos.

De outro lado o encarecimento verificado nas matérias primas, empregadas em nossa indústria, veio agravar a situação não só para o ano que findou como também para o atual.

Tivemos as vendas mantidas no mesmo nível, o que prova o cuidado com que é feita a manipulação dos nossos produtos, que continuam a merecer a preferência do público.

O pessoal da companhia nos prestou a sua coadjuvação com a costumada boa vontade e aqui deixamos expressos os nossos agradecimentos.

Foi com verdadeiro pesar que registramos o falecimento do nosso acionista, suplente do conselho fiscal e velho amigo da companhia, Sr. Jules Blum.

Estão já iniciados os trabalhos da construção do novo edifício para a fábrica, o qual, quando terminado, nos permitirá introduzir melhoramentos e aumentar sensivelmente a nossa capacidade de produção; esperamos que esteja ultimada essa construção ainda este ano. Tivemos sempre a colaboração eficiente do conselho fiscal, ao qual deixamos consignados nossos agradecimentos. Tendo terminado o período para que fomos eleitos, deveréis eleger a nova diretoria para o triênio e o conselho fiscal e suplentes para o ano corrente e deliberar sobre o dividendo. Se desejardes alguns esclarecimentos além dos que constam do balanço e deste relatório, estaremos à vossa inteira disposição.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1939. — *Octavio Lopes Sá Campos*, presidente.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1938

Ativo	
Imóveis	752:333\$000
Maquinismos e utensílios	1.017:734\$700
Material de transporte	367:994\$000
Móveis e instalações	73:675\$000
Fazendas gerais	3.923:469\$100
Caixa	103:179\$500
Filial, agências e depósitos	628:514\$400
Devedores e credores	832:880\$100
Ações caucionadas	300:000\$000
Diversas contas	255:851\$800
	<u>8.255:631\$600</u>

Passivo	
Capital:	
5.000 ações de 1:000\$000	5.000:000\$000
Contas correntes (acionistas)	1.045:868\$600
Devedores e credores	931:575\$700
Filial, agências e depósitos	20:916\$500
Caução da diretoria	300:000\$000
Lucros e perdas	744:582\$300
Diversas contas	212:688\$500
	<u>8.255:631\$600</u>

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1938. — *Ivo Graça Campos*, diretor-tesoureiro. — *Arthur Martins*, guarda-livros.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do conselho fiscal da Companhia Lopes Sá, abaixo assinados, tendo-se reunido durante o ano, diversas vezes, em conjunto com a diretoria, para apreciar o andamento dos negócios da companhia e, examinando agora detalhadamente a escrituração, atos e contas da diretoria e balanço encerrado em 31 de dezembro de 1938, encontraram tudo em perfeita ordem e são de parecer que sejam os mesmos aprovados. Terminando a atual diretoria o seu mandato, aproveitam o ensejo para congratularem-se com os senhores acionistas pelo acerto com que os negócios foram dirigidos, principalmente no último ano decorrido, em que as dificuldades foram extraordinárias.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1939. — *Alvaro Graça Campos*. — *Julio Alves de Carvalho*. — *Afonso Martins*.

(C 1.517 — 11-2-939 — 110\$200)

BANCO HOLANDEZ UNIDO

Cartas patentes ns. 1.519, de 31/5/37 — (Rio) — 1.520, de 31/5/37 — (São Paulo) — 1.521, de 31/5/37 — (Santos)

BALANCETE COMBINADO DAS SUCURSAIS EM RIO DE JANEIRO, SANTOS E SÃO PAULO, EM 31 DE JANEIRO DE 1939

Ativo

Capital a realizar	2.000:000\$000
Letras descontadas	20.720:588\$100
Letras a receber de c/alheia e em cobrança (exterior)	79.500:476\$100
Letras a receber de c/alheia e em cobrança (interior)	36.867:324\$190
Empréstimos em contas correntes	53.178:126\$270
Valores caucionados	32.776:185\$500
Valores depositados	35.329:757\$600
Agências e filiais no exterior	265:684\$000
Agências e filiais no interior	6.436:636\$100
Correspondentes no exterior	4.602:466\$900
Correspondentes no interior	2.011:940\$020
Títulos e fundos pertencentes ao banco	856:638\$800
Prédios de propriedade do banco	4.650:000\$000
Caixa:	
Em moeda corrente	6.433:706\$400
Em depósito no Banco do Brasil	21.771:253\$800
Em depósito em outros bancos	197:148\$300
Em outras espécies	61:705\$800
Diversas contas	141.778:949\$355
Depósito especial p/c cobrança do exterior no Banco do Brasil	30.493:250\$300
	479.943:787\$835

Passivo

Capital	9.000:000\$000
Fundo de reserva	3.000:000\$000
Depósitos em contas correntes com juros	41.510:730\$178
Depósitos sem juros	1.708:007\$300
Depósitos em contas correntes limitadas	3.349:414\$200
Depósitos a prazo fixo	22.595:353\$100
Depósitos em c/cobrança no exterior	79.509:476\$100
Depósitos em c/cobrança no interior	36.867:324\$190
Títulos em caução e em depósitos	68.105:943\$100
Agências e filiais no exterior	450:485\$250
Agências e filiais no interior	3.752:601\$100
Correspondentes no exterior	3.582:555\$380
Correspondentes no interior	1.163:790\$490
Caixa matriz	23.214:887\$400
Diversas contas	141.705:758\$647
Depósito especial sem juros p/c cobrança do exterior	34.427:461\$100
	479.943:787\$835

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1939. — Banco Holandês Unido — Sucursal Rio de Janeiro. — H. W. J. de la Fontaine Verwey, gerente. — R. H. Scholte, contador.

(C 1.455 — 11-2-939 — 124\$400)

COMPANHIA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO IMOBILIÁRIA

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 23 DE JANEIRO DE 1939

Aos vinte e três dias do mês de janeiro de 1939, às 12 horas, na sede da Companhia Brasileira de Administração Imobiliária, à rua das Laranjeiras n. 371, presentes acionistas em número legal, conforme se verificou do livro de presença, foi indicado para presidir a assembléia o acionista Sr. Dr. Manuel Bastos de Oliveira, que convidou para secretário o acionista Sr. Alberto Rodrigues. Constituída assim a mesa, disse o Sr. presidente que esta reunião, conforme os anúncios publicados no *Diário Oficial* nos dias 18, 19 e 20 do mês corrente, tinha por objetivo deliberar sobre o pedido de demissão do diretor-secretário, eleição do seu substituto, fixação dos honorários da diretoria para o exercício de 1939 e interesses gerais da sociedade. Ordenou o Sr. presidente que por mim, secretário, fosse lida a carta de 5 de janeiro andante, na qual o Sr. João Francisco Alves pediu demissão do cargo de diretor-secretário. Ninguém pedindo a palavra e aceito unanimemente esse pedido de demissão, declarou o Sr. presidente que se iria proceder à eleição do cargo de diretor-secretário, em substituição ao demissionário e pelo prazo restante do seu mandato, pelo que convidava os Srs. acionistas a se munirem de cédulas para a votação. Feita a chamada pelo livro de presença e recolhidas as cédulas, verificou-se que, por unanimidade de votos, foi eleito o acionista Morand de Sousa Lima, o qual se absteve de votar. Em seguida, o Sr. presidente submeteu à discussão a proposta da

diretoria, restabelecendo para um conto de réis os honorários mensais do diretor-presidente e mantendo em quinhentos mil réis, também mensais, os do diretor-secretário, para o ano de 1939, e, como ninguém quizesse fazer uso da palavra, foi a mesma submetida a votos e unanimemente aprovada. Esgotada a ordem dos trabalhos, o Sr. presidente declarou eleito e empossado o Sr. Morand de Sousa Lima, no cargo de diretor-secretário, e, não havendo mais quem pedisse a palavra, fez o Sr. presidente lavrar esta ata, no livro próprio, a qual, lida e aprovada, vai por todos assinada, dela se extraindo uma certidão para os fins legais. Eu, *Alberto Rodrigues*, lavrei e assino. — *Walfrido de Souza Lima*. — *Morand de Souza Lima*. — *Dr. Manoel Bastos de Oliveira*. — *José Luiz dos Santos*. — *Vicente Ferreira Barcellos*. — *Newton Fiori Cartolano*.

(C — 1.520 — 11-2-939 — 54\$100.)

COMPANHIA FABRICA DE TECIDOS SÃO PEDRO DE ALCANTARA

Relatório que será apresentado à Assembléia Geral Ordinária dos Srs. acionistas em 15 de fevereiro de 1939

Srs. acionistas:

Cumprindo as disposições legais e dos nossos Estatutos, vimos hoje apresentar-vos as nossas contas referentes ao ano social de 1938.

FÁBRICA

Nos 292 dias de trabalho do ano correram os serviços em todas as seções com a habitual regularidade.

Recebemos e instalamos as máquinas encomendadas para completar a tinturaria mecânica, estando agora toda a nossa produção de fio sendo tratada por esse novo processo, com o qual estamos plenamente satisfeitos.

Na seção de enrolamento montamos uma máquina "Leesona", de tipo moderno, para fazer bobinas de fio.

Adquirimos e montamos, na seção de cascarnifício, mais uma carda e uma fiadeira.

Na fiação estamos experimentando um aparelho para produzir fio de fantasia.

Importou em 339:695\$310 o custo das máquinas adquiridas e a conservação dos edifícios e maquinismos, observada como sempre a rigor, exigiu despesas que se elevaram a 126:713\$360.

CONSELHO FISCAL

Agradecemos aos Srs. membros do Conselho Fiscal o apoio e a colaboração que nos prestaram, competindo-vos, Srs. acionistas, eleger os novos membros efetivos e seus suplentes.

EMPREGADOS

A todos, sem exceção, e nomeadamente ao Sr. William Bickerdike, cuja comprovada competência se acha há tantos anos confiada a gerência da fábrica, os nossos melhores agradecimentos pelos seus esforços e dedicação aos interesses da nossa empresa.

DIRETORIA

Terminando o nosso mandato, cumpre-vos eleger a nova Diretoria.

Somos gratos aos Srs. acionistas pela confiança com que nos honraram e à qual pensamos ter correspondido com o máximo de trabalho e dedicação que nos permitiram as nossas forças.

Para maiores esclarecimentos acerca dos negócios da Companhia, estamos sempre, Srs. acionistas, à vossa inteira disposição.

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1939. — *Edgard Rodrigues Peixoto*. — *José Lourenço Barreira Vianna*.

PARER DO CONSELHO FISCAL

Srs. acionistas:

O Conselho Fiscal da Companhia Fábrica de Tecidos São Pedro de Alcântara, vos apresentando o seu parecer, chama a vossa atenção para o Relatório da digna Diretoria em que ela menciona os grandes melhoramentos introduzidos com o fim de melhorar a produção e outrossim indica as quantias despendidas com a aquisição das máquinas e bem assim com a conservação dos edifícios. Tudo demonstra o zelo e a dedicação da inteligente e diligente Diretoria para manter em nossa Companhia o grau de prosperidade a que já estamos habituados.

Também é preciso salientar a colaboração do competente e oporoso gerente Sr. William Bickerdike.

O Conselho Fiscal, tendo examinado a escrituração feita como sempre, com clareza e nitidez e verificado que conferem com os Balanços que vos são apresentados, é de parecer e propõe que sejam aprovados os atos e as contas da esforçada Diretoria, concernentes ao ano social findo em 31 de dezembro de 1938.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1939. — *João Brasileiro de Toledo Franco*. — *E. Berla*. — *Flavio Novaes*.

BALANÇO EM 30 DE JUNHO DE 1938

Ativo

Fábrica, terrenos e águas	6.105:009\$469
Casas para operários	476:138\$380
Prédio à rua Candelária n. 81	279:391\$500
Móveis e utensílios	38:652\$170
Automóveis de carga	14:525\$300
Apólices do Fundo de reserva (2.400 apólices Federais do valor nominal de conto de réis)	1.812:395\$400
Almoxarifado	932:672\$620
Manufaturas	639:607\$480
Caução da Diretoria	40:000\$000
Seguro contra fogo	15:57\$950
Seguro de acidentes do trabalho	5:621\$406
Juros de apólices a receber	60:000\$000
Contas assinadas a receber	251:770\$800
Devedores	3.080:999\$100
Caixa	921\$230
Caixa da fábrica	1:266\$010

Diversas contas	20:197\$800
	13.777:751\$909

Passivo

Capital	3.300:000\$000
Fundo de reserva	1.872:783\$570
Fundo de reserva especial	1.014:178\$426
Fundo de deterioração	2.971:307\$050
Lucros suspensos	4.128:381\$683
Dividendos a pagar	330:000\$000
Valores depositados	40:000\$000
Férias a pagar (Salários da 2ª quinzena de junho)	52:654\$180
Diversas contas	68:447\$000
	13.777:751\$909

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1938. — *Edgard Rodrigues Peizoto*, presidente. — *Eduardo da Silva Sardinha*, contador.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1938

Ativo

Fábrica, terrenos e águas	6.364:037\$469
Casas para operários	476:138\$380
Prédio à rua Candelária n. 81	279:391\$500
Móveis e utensílios	38:652\$170
Automóveis de carga	13:072\$800
Apólices do Fundo de reserva (2.400 apólices Federais do valor nominal de conto de réis)	1.812:395\$400
Almoxarifado	887:067\$020
Manufaturas	1.585:496\$300
Caução da Diretoria	40:000\$000
Seguro contra fogo	31:474\$100
Seguro de acidentes do trabalho	10:250\$600
Juros de apólices a receber	60:000\$000
Contas assinadas a receber	312:780\$100
Devedores	1.905:536\$200
Caixa	1:726\$100
Caixa da fábrica	2:841\$920
Diversas contas	22:138\$000
	13.845:998\$059

Passivo

Capital	3.300:000\$000
Fundo de reserva	1.899:041\$590
Fundo de reserva especial	1.004:356\$902
Fundo de deterioração	3.023:823\$090
Lucros suspensos	4.132:852\$047
Dividendos a pagar:	
Não reclamados	1:300\$000
93ª a distribuir	330:000\$000
Valores depositados	40:000\$000
Salários a pagar (2ª quinzena de dezembro)	46:499\$230
Diversas contas	68:125\$200
	13.845:998\$059

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1938. — *Edgard Rodrigues Peizoto*, presidente. — *Eduardo da Silva Sardinha*, contador.

(C. 1.515—11-2-1939—276\$100.)

COMPANHIA UNIÃO

RELATÓRIO A APRESENTAR-SE À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DOS SENHORES ACIONISTAS EM 1 DE MARÇO DE 1939

Senhores acionistas:

A Diretoria da Companhia União, vos apresenta o relatório sobre os atos e contas de sua gestão durante o ano próximo passado de 1938, com os anexos que ao mesmo acompanham.

Conforme é do conhecimento de todos, a Companhia União sofreu rude golpe com o falecimento do seu inesquecível diretor-presidente, Dr. Mário Hue, ocorrido em 11 de março de 1938, tendo sido em virtude dessa lamentável ocorrência, convocado pelo diretor-gerente senhor Carlos Hue Júnior, o Conselho Fiscal, que, reunido em 15 de março de 1938, tomou conhecimento desse triste fato, sendo de acordo com os estatutos, designado por unanimidade o Sr. Artur Loureiro Ferreira Chaves, membro do mesmo Conselho, para interinamente exercer o cargo de diretor-presidente, até a primeira assembléia, e, na vaga deste, no Conselho Fiscal, foi convocado o suplente, Sr. Oscar Pereira de Carvalho.

Os negócios da Companhia correram normalmente, notando-se, entretanto, que o 1º semestre teve um movimento maior que o 2º semestre, isto devido aos grandes transatlânticos de turismo, que visitaram essa Capital nos primeiros meses do ano.

A Diretoria cuidou com indispensável zelo da conservação do seu material flutuante, tendo efetuado algumas obras de importância no seu pontão República e em outras barcas, obras essas julgadas necessárias a sua boa conservação.

Na assembléia geral ordinária a se realizar em 1 de março próximo futuro, tereis que eleger, além do Conselho Fiscal e suplentes, a diretoria que também termina o seu mandato.

E' o que nos cumpre informar, permanecendo á inteira disposição dos senhores acionistas para qualquer outro esclarecimento mais, porventura necessário.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1939. — *Arthur Loureiro Ferreira Chaves*, diretor-presidente, interino. — *Carlos Hue Júnior*, diretor-gerente.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Convidado pela digna Diretoria, o Conselho Fiscal examinou detidamente os livros, títulos e documentos da Companhia União, tudo encontrando na mais perfeita ordem e exatidão, conferindo os lançamentos da escrita com os que ora vos são apresentados nos balanços.

Assim termina, sendo de parecer que sejam aprovados os atos e contas da Diretoria referentes ao ano próximo passado de 1938.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1939. — *Joaquim Pinto d'Azevedo*. — *Arlindo Loureiro Ferreira Chaves*. — *Oscar Pereira de Carvalho*.

BALANÇO GERAL EM 30 DE JUNHO DE 1938

Ativo

Móveis do escritório	1:000\$000
Ações em caução	30:000\$000
Reservatório, Ponte e canalização em Niterói	2:000\$000
Prefeitura de Niterói	1:000\$000
Depósito Judicial	2:378\$000
Material flutuante	722:005\$000
Apólices da Dívida Pública Federal	3:740\$000
Caixa	12:605\$100
Imóveis	58:132\$575
Obrigações do Tesouro Nacional	358:982\$000
Contas correntes	256:327\$570
	1.448:170\$545

Passivo

Capital	550.000\$000
Fundo de Reserva	150:000\$000
Caução da Diretoria	30:000\$000
Fundo de Deterioração e Aumento Material	150:000\$000
Seguro conta própria	195:262\$290
Lucros suspensos	60:000\$000
Contas a liquidar	90:485\$700
Dividendos a pagar:	
A distribuir deste semestre	33:000\$000
Saldo anterior	270\$000
Fundo de Previdência	15:612\$000
Quota de Previdência	5:350\$700
Lucros e Perdas	168:189\$355
	1.448:170\$545

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1938. — *Antônio Augusto Teixeira Franco*, guarda-livros.

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1938

Ativo

Móveis do escritório	1:000\$300
Ações em caução	20:000\$000
Reservatório, ponte e canalização em Niterói	2:000\$000
Material fluante	765:912\$170
Prefeitura de Niterói	1:000\$000
Apólices da Dívida Pública Federal	3:740\$000
Irrecíveis	60:382\$175
Obrigações do Tesouro Nacional	558:982\$000
Depósito Judicial	2:378\$000
Caixa	47:714\$000
Contas correntes	210:703\$700

4.443:836\$045

Passivo

Capital	550:000\$000
Fundo de Reserva	150:000\$000
Caução da Diretoria	20:000\$000
Fundo Deterioração e Aumento Material	150:000\$000
Seguro conta própria	195:262\$290
Lucros suspensos	60:000\$000
Contas a liquidar	108:385\$700

Dividendos a pagar:	
A distribuir deste semestre	27:500\$000
Saldo anterior	984\$000

Fundo de Previdência	10:724\$200
Lucros e perdas	168:489\$855
Quota de Previdência	2:790\$300

4.443:836\$045

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1938. — Antonio Augusto Teixeira Franco, guarda-livros.

(C — 1.453 — 11-2-39 — 201\$000)

SOCIEDADES CIVIS

IGREJA PRESBITERIANA DE MADUREIRA

Também denominada Igreja Evangélica Presbiteriana de Madureira

EXTRATO DE ESTATUTOS

Fundada nesta cidade, onde tem sede e foro, por tempo indeterminado, com seu fundo social a constituir-se e ilimitado número de sócios os quais não respondem subsidiariamente pelos compromissos assumidos em nome da Igreja, e tem por fim: Prestar culto a Deus em Espírito e Verdade, segundo as Santas Escrituras, pregar o Evangelho, Batisar, ensinar aos seus fiéis, e realizar obras de beneficência na medida de suas possibilidades. A Igreja será administrada pela assembleia de sócios, mesa administrativa composta de Pastor (que é o seu representante civil), Co-Pastor Presbiterios e Diaconos, quanto a sua parte civil; e, Eclesiasticamente pelo Conselho da Igreja. A sua dissolução só poderá ocorrer, em qualquer hipótese, por ato Eclesiástico expresso do Presbitério próprio, dando-se este caso o seu saldo passará a pertencer a Igreja Cristã Presbiteriana do Brasil. Os presentes estatutos só poderão ser modificados por proposta apresentada ao Conselho e por este encaminhada à assembleia. A Mesa administrativa consta dos estatutos.

(C 1.522—11-2-39—28\$600)

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÕES DA IMPRENSA NACIONAL

RÚMULA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA JUNTA ADMINISTRATIVA, REALIZADA AOS SEIS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE MIL NOVECENTOS E TRINTA E NOVE.

Presentes os membros da Junta Administrativa, senhores Alberto Vieira Nuñez, presidente; José Domingues de Oliveira, secretário; Artur Eugênio de Alcântara Pacheco, Arnando Caldas Sérgio e Aristides Carlos da Costa, membros efetivos, reunidos na sede da Caixa, à rua do Lavradio número cento e setenta e quatro, loja, o senhor presidente declara aberta a sessão, às dezesseis e meia horas, iniciando o senhor secretário a leitura da ata da reunião anterior, a qual, posta em discussão e votação, é unanimemente aprovada e por todos assinada. Passando-se ao expediente, foram lidos os seguintes officios: do Conselho Nacional do Trabalho: officio número mil duzentos e trinta e seis, do senhor delegado do Conselho Nacional do Trabalho, doutor Francisco de Matos Vieira, solicitando informações; officio número cento e sessenta e três, de mil novecentos e trinta e nove,

remetendo o acordão referente ao processo número treze mil quatrocentos e um, de mil novecentos e trinta e seis, aprovando o relatório de inspeção, feita nesta Caixa, dos anos de mil novecentos e trinta e dois a mil novecentos e trinta e cinco, apresentado pelo doutor Francisco de Matos Vieira. Do Instituto dos Comerciantes: officio número dois mil setecentos e dezoito, solicitando informar sobre que base o senhor Nestor Barbosa Guimarães contribue para esta Instituição. Da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços de Mineração em Porto Alegre, solicitando a transferência das contribuições de Jaime Marques Carneiro. A seguir a Junta Administrativa tomou conhecimento dos processos em que os senhores: Euclides Xavier de Gouveia, Antônio Amaral, José da Silva Gama, Cristiano Manuel Schmidt, Ararandí Caldas e Oton Ferreira Bastos, fazem a comunicação nos termos dos artigos quarto e quinto do decreto número oitocentos e dezanove. Deixou a Junta de tomar conhecimento da comunicação do senhor Nestor Barbosa Guimarães, por ter sido a mesma feita fora do prazo da lei. Logo após a Junta Administrativa homologou o despacho do senhor presidente no processo em que Olegário Loreto Baía solicita o pagamento do funeral de sua irmã Maria Amélia Bafa dos Santos Silva, associada desta Caixa, falecida a seis de janeiro findo. Foi lido, a seguir, o parecer do senhor Aristides Carlos da Costa, concedendo a dona Doralice Ananias Ribeiro e seus filhos menores Nadir e Carlos Alberto, uma pensão mensal de cem mil réis, a ser dividida na forma do artigo trinta e três do decreto número vinte mil quatrocento e sessenta e cinco, de primeiro de outubro de mil novecentos e trinta e um, devendo o débito da joia sobre aumento e adiantamento para funeral, tudo em um total de quatrocentos e sessenta mil réis, ser descontado em vinte prestações mensais. Em seguida, foi lido também, o parecer do senhor Amando Caldas Sérgio, indeferindo o pedido de restituição de contribuições feito pelo senhor Emanuel Braga Piragibe. Por proposta do senhor Aristides Carlos da Costa, que é unanimemente aprovada, resolveu a Junta Administrativa endereçar à viúva do ex-associado e funcionário desta Caixa, Domingos Barthem, um telegrama de pezames pelo seu passamento, ocorrido no dia 6 do corrente. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente declara encerrada a sessão, tendo em secretário, mandado lavar a presente, que vai assinada por mim e pelos demais membros. — José Domingues de Oliveira, secretário.

ANÚNCIOS

S. A. Refinaria Magalhães

RUA CONSELHEIRO MAIRINK N. 304

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

São convidados os senhores acionistas a se reunirem em assembleia geral, na sede social, à rua Conselheiro Mayrink n. 304, no dia 28 do corrente mês, às 14 horas, para tomar conhecimento do relatório, balanço, contas, referentes ao período financeiro, terminado em 31 de dezembro de 1938 e parecer do conselho fiscal.

Nessa assembleia, proceder-se-á, também, à eleição da diretoria e conselho fiscal para o novo ano social.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1939. — A diretoria.

(C 1.413 — 9-2-1939 — 30\$600 — 3 vezes)

Fábrica São Luiz Durão, S. A.

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Convidam-se os senhores acionistas a se reunirem em assembleia geral ordinária, às 14 horas do dia 20 de março próximo futuro, na sede desta sociedade anônima, à rua General Câmara n. 19, 2º andar, nesta Capital, para tomarem conhecimento do relatório da diretoria, parecer do conselho fiscal e balanço referente ao exercício de 1938.

Na sede desta sociedade anônima, acham-se à disposição dos senhores acionistas os documentos a que se refere o art. 147 do decreto n. 434, de 4 de julho de 1891.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1939. — A diretoria.

(C 1.383 — 10-2-1939 — 55\$100 — 3 vezes)

Companhia Parque da Varzea do Carmo

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede da companhia, à rua da Candelária n. 24, 1º andar, os documentos de que trata o art. 147 do decreto n. 434, de 4 de julho de 1891.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1939. — A diretoria.

(C 1.414 — 9-2-1939 — 34\$500 — 3 vezes)

Fazendas Reunidas Grataú S. A.**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA****Terceira convocação**

Não tendo comparecido em número legal de acionistas, para a assembléia geral extraordinária do dia 8 do corrente, são, novamente, convidados os acionistas para a reunião do dia 20 próximo vindouro, às 14 horas, na rua Teófilo Otoni n. 113, 1º andar, sala 4, deliberando-se nessa assembléia com qualquer número de sócios presentes.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1939. — *A diretoria.*

(C 1.452 — 9-2-1939 — 43\$900 — 3 vezes)

Castro, Silva, Companhia S. A.

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o art. 147 do decreto n. 434, de 4 de julho de 1891.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1939. — *José Marques de Oliveira Castro, presidente.*

(C 1.441 — 9-2-1939 — 16\$300 — 2 vezes)

Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

São convidados os senhores acionistas desta companhia para se reunirem em assembléia geral ordinária, no dia 24 de fevereiro corrente, às 10 horas, na sede social, à rua Teófilo Otoni n. 24 e 26, afim de tomarem conhecimento do relatório da diretoria, parecer do conselho fiscal e contas do exercício findo em 31 de dezembro de 1938 e procederem à eleição do conselho fiscal e seus suplentes.

Ficarão suspensas as transferências de ações nos quinze dias anteriores à reunião da assembléia.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1939. — *A diretoria.*

(C 1.411 — 4-2-1939 — 40\$800 — 3 vezes)

Aviso

Avisa-se que foram perdidas quatro notas promissórias, do valor de duzentos mil réis, cada uma, emitidas em 16 de janeiro de 1939, por Americo da Silva Guimarães e avalizadas por Alberto de Oliveira Castro, com vencimentos mensais sucessivos a partir de 20 de março de 1939. Esses títulos passam a não ter nenhum valor, já tendo sido notificados da perda o emitente e o avalista, sendo criminosa qualquer transação com os mesmos, bem assim, a apresentação para cobrança.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1939. — *Edward Quadros Marques.*

Reconheço a firma Edward Quadro Marques.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1939. Em testemunho (estava o sinal público) da verdade. — *Julio de Castilhos Penafiel, tabelião substituto.*

(C 1.461 — 11-2-1939 — 18\$400)

Irmadade do Glorioso São João Batista**(QUARTA CONVOCAÇÃO — EXTRAORDINÁRIA)**

A comissão nomeada pela Ryma. Curia Arquidiocesana — Padre Manuel Gomes, comendador José Rainho, Manuel Ferreira e Benedito Trindade — convoca e convida todos os irmãos de assento em mesa da Irmadade do glorioso São João Batista e N. S. do Alívio da Ponta do Cajú, para, de acôrdo com o parágrafo único do art. 32 do Compromisso, eleger a administração da citada irmadade, no dia 14 de fevereiro corrente, às 8 horas da noite, no salão da igreja, à rua Bela de São João.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1939. — *A comissão.*

(C 1.518 — 11-2-1939 — 13\$300)

Companhia de Mineração de Ferro e Carvão S. A.

Não tendo havido número legal para a assembléia marcada para o dia 31 de janeiro, convocam-se novamente os senhores acionistas para assembléia geral ordinária em 28 de fevereiro de 1939, na sede social, à rua Teófilo Otoni n. 96, 3º andar. — *A diretoria.*

(C 1.460 — 11-2-1939 — 24\$500 — 3 vezes)

Sociedade Anônima "Diário de Notícias"

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede da empresa, à rua da Constituição n. 11, para serem examinados, os documentos a que se refere o art. 147 do decreto n. 434, de 4 de julho de 1891.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1939. — *J. Garcia de Moraes, diretor-secretário.*

(C 1.459 — 11-2-1939 — 24\$500 — 3 vezes)

Companhia Melhoramentos "Magdalena" S. A.

Os abaixo assinados, incorporadores da Companhia Melhoramentos "Magdalena" S. A., vêm convocar os subscritores de ações para, no dia 14 do corrente, às 2 horas da tarde, à avenida Mem de Sá n. 301, 1º, sala única, se reunirem em assembléia preparatória de constituição da companhia acima referida, discussão e aprovação dos estatutos da mesma companhia, eleição de louvados que procedam à avaliação do imóvel com que os incorporadores entram para constituição de parte do capital social e conhecimento da lista de subscritores de ações da dita sociedade.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1939. — *Luiz N. Niemeyer.*
— Por procuração de José de Rezende Silva, *Luiz N. Niemeyer.*

Reconheço a firma Luiz N. Niemeyer.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1939. Em testemunho (estava o sinal público) da verdade. — *Hercilio Costa, tabelião interino.*

(C 1.457 — 11-2-1939 — 22\$100)

Associação Protetora dos Homens do Mar**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA****Primeira convocação**

De ordem do senhor contra-almirante diretor-presidente, convido todos os senhores sócios fundadores, benfeitores, beneméritos e efetivos (oficiais) a comparecerem à assembléia geral ordinária, que terá lugar no próximo dia 15 do corrente, às 4 horas da tarde, na sede desta associação, à rua Conselheiro Saraiva n. 18, sobrado, para os fins e efeitos de § 1º do art. 49 dos estatutos. — O 1º secretário, capitão de fragata *João Augusto Pereira do Amorim Junior.*

(C 1.456 — 11-2-1939 — 52\$000 — 3 vezes)

Companhia União**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

São convidados os senhores acionistas a se reunirem em assembléia geral ordinária, no dia 1 de março próximo, às 14 1/2 horas, na sede desta companhia, à rua 1º de Março n. 100, 4º andar, para o julgamento das contas do ano social findo em 31 de dezembro de 1938, eleição da diretoria, conselho fiscal e suplentes.

Os possuidores de ações ao portador deverão depositá-las na sede da companhia, três dias antes da assembléia, para poderem nesta tomar parte, ficando, outrossim, dentro desse período, suspensas as transferências e conversões de ações.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1939. — *Arthur Loureiro Ferreira Chaves, diretor-presidente interino.*

(C 1.454 — 11-2-1939 — 81\$600 — 4 vezes)

Aero Club do Brasil**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA****Segunda convocação**

De acôrdo com o art. 33 dos estatutos ficam por esta forma convocados os sócios do Aero Club do Brasil a comparecerem, no dia 15 do corrente, quarta-feira, às 18 horas, na sede do clube, à avenida Rio Branco n. 62, 1º andar, para a reunião da assembléia geral extraordinária, em que se procederá à eleição para o preenchimento de vagas existentes na diretoria.

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1939. — *Petronio Almeida Magalhães, presidente em exercício.* — *Bento Ribeiro Dantas, 1º secretário.*

(C 1.521 — 11-2-1939 — 16\$300)

Banco do Brasil**CONFERÊNCIA DO "STOCK" DE OURO**

O conselho fiscal, tendo terminado hoje a conferência do stock de ouro existente em 31 de dezembro de 1938, pertencente ao Tesouro Nacional e depositado no Banco do Brasil, certifica haver constado a absoluta exatidão dos valores em depósito, no total de gramas 28.813.395,527 (vinte e oito milhões oitocentas e treze mil trescentas e noventa e cinco gramas quinhentas e vinte e sete miligramas), que confere com os saldos de contabilidade do Banco.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1939. — O conselho fiscal: *Hernani Coelho Duarte.* — *Jorge de Toledo Dodsworth.* — *Pedro Magalhães Corrêa.*

IMPRENSA NACIONAL

OBRAS QUE SE ACHAM A' VENDA

As encomendas de obras que não forem acompanhadas de importancia destinada ás despesas de porte e registo do Correio não serão atendidas, não se podendo aceitar em pagamento de obras ou de exemplares do "Diário Oficial" selos do Correio, estampilhas do selo adesivo, cheque ou ordem de pagamento. Deverão ser remetidas as importancias em vales postais.

As "Leis usuais da República", pelo Dr. Tarquínio de Souza, têm o abatimento de 30 %, quando a aquisição for de três ou mais exemplares, em virtude do officio do Ministério da Justiça n. 1.264, de 8 de agosto de 1904.

A

Ato da Junta Governativa e do Governo Provisório (Índice), 1930 10\$000

Ato do Governo Provisório, organizados por A. D. Ribeiro, 1932 10\$000

Ação Penal (lei n. 628, de 28 de outubro de 1899, que amplia a ação penal por denúncia, e decreto n. 3.475, de 4 de novembro de 1899, que regula a art. 5º da lei n. 628, de 28 de outubro de 1913) 1\$000

Agricultura (Cria o Ministério da) — Decreto n. 1.606, de 20 de dezembro de 1906 1\$000

Água (decreto n. 3.656, de 24 de outubro de 1898) — Regulamento para a concessão d'água dos encanamentos públicos. 1\$000

Água (Concessão d'água no Distrito Federal) — Decreto número 20.951, de 18 de janeiro de 1933 1\$500

Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro:

Volume III 15\$000
Volume IV 15\$000
Volume V 15\$000
Volume VI 10\$000

Arquivo Nacional (Publicações):

Volume I 10\$000
Volume III 5\$000
Volume IV 5\$000
Volume V 5\$000

Volume VI 8\$000

Volume VII 7\$000

Volume VIII 7\$000

Volume IX 5\$000

Volume X 6\$000

Volume XI 6\$000

Volume XII 6\$000

Volume XIII 3\$000

Volume XIV 3\$000

Volume XV 8\$000

Volume XVI 3\$000

Volume XVII 6\$000

Volume XVIII 3\$000

Volume XX 4\$000

Volume XXI 6\$000

Volume XXIII 8\$000

Volume XXIV 6\$000

Volume XXV 7\$000

Volume XXVI 7\$000

Volume XXVII 6\$000

Volume XXVIII (Ilha da Trindade) 10\$000

Volume XXIX 10\$000

Volume XXX 8\$000

Volume XXXI 10\$000

Tiránias que os holandeses usaram com os moradores do Rio Grande — Lopo Garro 2\$000

Cartas sobre a prosopopeia — Bento T. Pinto, o Peregrino da América e Nuno Pinheiro 2\$000

Marcílio Dias — Biografia. 2\$000

Arquivos do Museu Nacional:

Volume XVII 20\$000

Volume XXIII 20\$000

Volume XXV 20\$000

Arquivos Eleitorais (Alistamento e organização dos) 1\$000

Armazéns Gerais (Regulamento para o estabelecimento de) — Decreto n. 1.102, de 21 de novembro de 1903 1\$000

Anuário de Legislações de Fazenda, por Afonso Duarte Ribeiro:

Ano de 1916 6\$000

Ano de 1917 10\$000

Ano de 1918 8\$000

Ano de 1919 8\$000

Ano de 1920 8\$000

Ano de 1921 10\$000

Ano de 1922 12\$000

Ano de 1923 16\$000

Autorais (Leis de direitos) — Leis ns. 496, de 1 de agosto de 1898, e 2.577, de 17 de janeiro de 1912 1\$000

Autorais (Direitos) — Decreto n. 4.790, de 2 de janeiro de 1914 1\$000

Arrojadilla (Novo mineral). por Djalma Guimarães 2\$000

Atlas pluviométrico do Nordeste do Brasil, por Delgado de Carvalho (Gerais), 1923 3\$500

Idem, Idem (Anuais) 3\$500

Automóveis (Regulamento da Circulação Internacional de). 2\$000

Administração e Contabilidade, por Alfredo Correia 15\$000

Anais do Congresso Constituinte da República — 2ª edição, revista — 1º volume (1891) ... 20\$000

Anais da Assembléa Constituinte (1934), 1º volume 15\$000

Idem, 2º volume 15\$000

Acidente no Trabalho (decretos ns. 3.724, de janeiro de 1919; 13.493, de 5 de março de 1919, e 13.498, de 12 de março de 1919) 1\$500

Acidentes no Trabalho (decretos ns. 24.637, de 10 de julho de 1934) 2\$000

Acumulações remuneradas — Decreto n. 19.576, de 8 de janeiro de 1932 1\$000

Alistamento Eleitoral — Lei número 3.139, de 1916 1\$000

Alistamento e organização dos arquivos eleitorais — Decreto n. 21.129, de 1934 1\$000

Aeronauticas Civis (Serviços) — Decreto n. 20.914, de 6 de janeiro de 1932 1\$000

Abono Provisório — Decreto n. 183, de 13 de janeiro de 1936 1\$00

Armas, Munições, Explosivos (Fiscalização) — Decreto n. 1.246, de 11 de dezembro de 1936 3\$000

Acre (Organização Administrativa) — Lei n. 191, de 16 de janeiro de 1936 5\$00

B

Bancários (Aposentadoria e Pensão dos) — Decreto n. 54, de 1934	3\$000	Código de Contabilidade (Praticado), por C. A. Farias	30\$000	Capatacias de Portos — Decreto 16.197, de 1923	3\$000
Bancos e Casas Bancárias — Decreto n. 14.728, de 16 de março de 1931	1\$000	Código de Contabilidade (com os decretos posteriores, até 1933)	15\$000	Capitanias dos Portos — Decreto n. 24.288, de 1934	5\$000
Bancos e Casas Bancárias (Liquidação extrajudicial) — Decreto n. 19.634, de 28 de janeiro de 1931	1\$000	Código de Menores — Decreto n. 17.943 A, de 1927	1\$500	Correios (Nova Organização) — Decreto n. 19.951, de 4 de maio de 1931	1\$000
Brasil em Haia (O), por W. T. Stead e traduzido por Artur Bomilcar, e discursos de Rui Barbosa	12\$000	Código de Menores — Decreto n. 5.083, de 1 de dezembro de 1928 (institue o)	1\$000	Correios e Telégrafos (Cria o Departamento) — Decreto número 20.859, de 1931	2\$000
Banha de porco e vinho (estabelece penalidades para as fraudes da) — Decreto número 4.631, de 4 de janeiro de 1923	1\$000	Código Eleitoral — Decreto número 21.076, de 24 de fevereiro de 1923	1\$000	Cheques — Decreto n. 2.591, de 1912	5\$000
Biologia Vegetal (Arquivo do Instituto de), volume 1°	10\$000	Código Eleitoral (Modifica o) — Lei n. 48 de 4 de maio de 1935	2\$000	Conselhos Consultivos — Decreto n. 20.348	1\$000
C		Código do Agente Fiscal	10\$000	Conselho de Contribuintes (Regimento Interno do) — Decreto n. 5.157, de 1927	1\$000
Caixa de Amortização — Decreto n. 6.711	1\$000	Código de Processo Penal (Índice do)	5\$000	Conselho dos Contribuintes — Decreto n. 20.350	1\$000
Caixa de Amortização — Decreto n. 17.770, de 23 de abril de 1927	1\$500	Coletorias Federais — Decreto n. 24.502, de 1934	4\$000	Custas da Justiça Local — Decreto n. 24.153	2\$000
Carteira profissional — Decreto n. 21.175, de 21 de março de 1932	1\$000	Congresso Brasileiro de Contabilidade (Relatório), 1° volume	20\$000	Custas na Justiça Local — Decreto n. 18.393, de 1928	2\$000
Circulares do Ministério da Fazenda , por Afonso D. Ribeiro:		Contabilidade Pública — Decreto n. 13.746, de 3 de setembro de 1919 (dá instrução para o serviço geral de contabilidade pública, em face da lei número 2.083, de 30 de julho, e decreto n. 7.751, de 23 de dezembro de 1909)	6\$000	Custas na Justiça Federal (Regulamento) — Decreto número 3.422, de 30 de setembro de 1899	1\$000
1° volume — 1889 a 1900.	10\$000	Constituição da República (revista), 1926	2\$000	Comerciários (Instituto dos) — Decretos ns. 183, de 1934, e 22 de maio de 1935	2\$000
2° volume — 1901 a 1918.	12\$000	Constitution of Brazil (edição em inglês), 1891	2\$000	Consignações em folha — Decretos ns. 22.296, de 1933, e 21.576	2\$000
3° volume — 1918 a 1931.	10\$000	Constituinte Republicana (A) — 1891, 2 volumes, Agenor de Roure	30\$000	Caixas de Aposentadorias e Pensões (Legislação) — Decretos ns. 19.770, 20.465 e 21.081.	2\$000
4° volume — 1932 a 1933.	8\$000	Contadores e Guarda-livros (registro) — Decreto n. 21.033, de 8 de fevereiro de 1932 ...	1\$000	Caixa de Estabilização — Decreto n. 5.108, de 1926	1\$000
Código Civil Brasileiro (Trabalhos relativos à sua elaboração):		Contrabando e seu processo , por Alfredo Pinto de Araujo Correia	2\$000	Casamento Religioso — Lei número 379, de 1937	1\$000
1° volume	10\$000	Contrabando (Repressão do) — Decreto n. 10.037, de 6 de fevereiro de 1913	1\$000	Constituição (1934 — Lei n. 38 — Segurança Nacional)	3\$000
2° volume	10\$000	Consumo (Imposto de) — Decreto n. 22.051, de 1932	1\$000	Consumo (Tarifa do Imposto), por L. Camara	25\$000
3° volume	10\$000	Conselho Nacional do Trabalho — Decreto n. 18.674, de 1928.	1\$000	Contratado (Tabela).	6\$000
— Projeto (Trabalho da Comissão da Câmara dos Deputados). 8 volumes ...	20\$000	Contas Assinadas (Comentário ao decreto n. 16.041, de 1923, por Lindolfo Camara)	6\$000	Capitanias de Portos — Decreto n. 220 A de 1936	5\$000
— Projeto (Comissão Especial do Senado), 1 volume		Contrabando (A Repressão do), por J. Rezende Silva	6\$000	Caixa A. P. e Institutos — Formação da Receita — Lei n. 159, de 1937	1\$500
— Parecer do Senador Rui Barbosa	10\$000	Construção de casas para funcionários e operários da União — Decretos ns. 4.061, de 21 de agosto de 1922, e n. 15.846, de 14 de novembro de 1922.	1\$000	D	
— Pareceres, sobre o projeto apresentado ao Senado, de profissionais e interessados	2\$000	Capitanias dos Portos — Decreto n. 17.096, de 28 de outubro de 1922	3\$000	Decretos do Governo Provisório:	
— Projeto do Dr. Antônio Coelho Rodrigues	5\$000			De março de 1890	4\$000
Código Civil e Rui Barbosa (O), por Fernando Nery	25\$000			De maio de 1890	15\$000
Código de Contabilidade (alteração e reforma do recolhimento da receita e pagamento da despesa) — Decreto n. 20.393, de 10 de setembro de 1931.	1\$000			De junho de 1890	5\$000
				De outubro de 1890	15\$000
				De janeiro de 1891	5\$000

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

REVISTA DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Fevereiro 1939

PRIVILÉGIOS DE INVENÇÃO E MARCAS DE INDÚSTRIA E DE COMÉRCIO

Boletim n. 37

CONSELHO DE RECURSOS DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

A próxima reunião do Conselho de Recursos da Propriedade Industrial

Realizar-se-á terça-feira, dia 14 de fevereiro, às 14 horas, a sessão ordinária do Conselho de Recursos da P. Industrial.

Serão julgados nessa reunião os processos arrolados na pauta publicada no "Diário Oficial" de 2 do corrente mês.

A ÚLTIMA REUNIÃO REALIZADA EM 10-2-39

Sob a presidência do Sr. Ernesto Lopes da Fonseca Costa e com a presença dos senhores José Cactano de Oliveira, Godofredo Maciel, Osvaldo Soares e Cícero Monteiro, este substituído do Dr. Francisco Antônio Coelho, realizou-se a habitual sessão ordinária do Conselho de Recursos da Propriedade Industrial.

Lida e aprovada a ata da sessão anterior o presidente informa aos presentes que por deliberação do Governo fôra suspenso o expediente nas repartições públicas, em virtude do falecimento do S. S. o Papa Pio XI.

Em obediência a essa superior determinação S. Excia. encerra a sessão, adiando o julgamento dos processos em pauta para a próxima reunião, a realizar-se 3ª feira, dia 14 do corrente, às 14 horas, e propõe a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo desaparecimento do eminente benemérito pontífice, chefe universal da Igreja Católica.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Atos do Sr. Ministro

Foram concedidas em 2-2-39, patentes de invenção, modelo de utilidade e modelo industrial aos seguintes candidatos:

Privilegio de invenção

N. 26.394 — Dr. Aldo Cordovil da Silveira, para a invenção de "novo aparelho para captar, filtrar e permitir a aspiração direta do sangue". (Dep. 18.651, de 15-5-38).

N. 26.395 — Colgate-Palmolive-Peet Company, por sua procuradora Momen & Harris, para a invenção de "aperfeiçoamentos em alambiques para a destilação de ácidos graxos e respectivo processo". (Dep. 18.837, de 10-6-37).

N. 26.396 — Pan American Airways Corporation, por sua procuradora Momen & Harris, para a invenção de "aperfeiçoamentos em sistemas de antenas". (Dep. 21.012, de 27-6-38).

N. 26.397 — Ernest Sachs, por seu procurador Eduardo Danneemann, para a invenção de "macarico para soldar, com aquecimento elétrico". (Dep. 20.594, de 26-4-38).

N. 26.398 — Máquinas Piratininga Limitada, por seu procurador Dr. Walter Gastão Buttel, para a invenção de "Filtro depurador de gás pobre para uso em instalações de gásogênios". (Dep. 20.671, de 9-5-38).

N. 26.399 — Harel Mechanical Processes Ltd., por sua procuradora Laura Gama Shalders, para a invenção de "Vedamento de emboles". (Dep. 20.749, de 17-5-38).

N. 26.400 — Lincoln de Oliveira Guimarães, para a invenção de "couro preparado para limpeza de vidros, espelhos e cristais". Dep. n. 18.936, de 29-6-37).

N. 26.401 — Kalle & Co., Aktiengesellschaft, por seu procurador Luiz de Ipanema Moreira, para a invenção de "aparelho para a obtenção de cópias heliográficas". (Dep. 20.869, de 4-6-38).

N. 26.402 — Mischa Zolotnitzky, por sua procuradora Momen & Harris, para a invenção de "novo dispositivo para massagens da pele e para melhoramento, simultâneo, da circulação do sangue". — (Dep. 20.506, de 2-4-38).

N. 26.403 — Aktiengesellschaft Oederlin & Co., por sua procuradora Momen & Harris, para a invenção de "processo e dispositivo para a fabricação de material plano para estiragem, de alta qualidade, e de barras metálicas, com lingotes de fundição centrífuga". (Dep. 20.810, de 31-5-38).

N. 26.404 — A. Zacarias & Cia., por sua procuradora Cruzeiro do Sul Patentes e Marcas para a invenção de "aperfeiçoamentos em brunidores de arrós e outros cereais". (Dep. 20.727, de 4-5-38).

N. 26.405 — J. Pape'ti & Cia. Ltda., por sua procuradora Cruzeiro do Sul Patentes e Marcas Ltda., para a invenção de "máquinas para verificação de esforços sofridos por ou transmitidos a materiais diversos". (Dep. 1.626, de 29-4-37). Na 14ª Inspeção Regional no Estado de São Paulo (Termo 18.712).

N. 26.406 — Frederico Ferreira Júnior, por sua procuradora Cruzeiro do Sul Patentes e Marcas, para a invenção de "aperfeiçoamentos em dispositivos movimentadores de escovas desobstruidoras de peneiras de separação e classificação de café e outros produtos". (Dep. 20.698, de 11-5-38).

N. 26.407 — José Barbosa de Oliveira, para a invenção de "novo processo de propulsão marítima ou fluvial". (Dep. 20.564, de 19 de abril de 1938).

N. 26.408 — Sociedade Anônima Erigorífico Anglo, por sua procuradora Momen & Harris, para a invenção de "novo processo para a fabricação de sabão do tipo usual". (Dep. 19.431, de 23-9-37).

N. 26.409 — I. G. Farbenindustrie Aktiengesellschaft, por seu procurador Luiz de Ipanema Moreira, para a invenção de "Processo para a produção de matérias corantes azoicas sobre a fibra". Depósito 20.572, de 20-4-38).

Modelos de utilidade

N. 26.410 — Carlos Spinelli Nastaria, por sua procuradora Empresa "Mercúrio" de Marcas e Patentes Ltda., para patente de invenção, como modelo de utilidade, de "Um dispositivo para coletar e facilitar o troco de moedas". (Dep. 1.955, de 12-3-38). Na 14ª Inspeção Regional no Estado de São Paulo. (Termo 20.621).

N. 26.411 — Comércio e Indústria Sousa Neschese S. A., por seu procurador Dr. Valtér Gastão Buttel, para patente de invenção, como modelo de utilidade, de "Novo modelo de combustor desmontável para fogões e aquecedores a gás". (Dep. 20.874, de 4-6-38).

N. 26.412 — J. Zanetti & Comp., por seu procurador Dr. José Otaviano Inglês de Sousa, para patente de invenção, como modelo de utilidade, de "Um novo tipo de poltrona portátil, de pernas de cruzar, com braços dobráveis, especialmente para terraços, praças e jardins". (Dep. 1.998, de 4-5-38). Na 14ª Inspeção Regional no Estado de São Paulo. (Termo 20.796).

N. 26.413 — Maximiliano Spinella e Mariano Tescari, por seu procurador Dr. José Otaviano Inglês de Sousa, para patente de invenção, como modelo de utilidade, de "Um novo tipo de torneira". (Dep. 1.997, de 4-5-38). Na 14ª Inspeção Regional no Estado de São Paulo. (Termo 22.795).

N. 26.414 — Nicolau Aquilino, para patente de invenção, como modelo de utilidade, de "Um novo sistema de capa de livro de folhas soltas". (Dep. 1.993, de 27-4-38). Na 14ª Inspeção Regional no Estado de São Paulo. (Termo 20.728).

N. 26.415 — Cecília Pascal, por seu procurador Dr. Levino do Amaral, para patente de invenção como modelo de utilidade, de "Um novo aparelho porta-marmitas com recipientes próprios e dispositivo destinado a conservar quente por muito tempo os alimentos conduzidos". (Dep. 20.790, de 25-5-38).

Modelo industrial

N. 177 — A Société Anonyme les Parfums de Chimene, por seu procurador Dr. Rodolfo Fernandes de Macedo, para patente de modelo industrial de "Um novo modelo de recipiente ou frasco para perfumes". (Dep. 20.931, de 15-6-38).

Foram concedidas em 7-2-39 patentes de invenção, modelo de utilidade e modelo industrial aos seguintes candidatos:

Privilegio de invenção

N. 26.416 — Attilio Burattini, por seu procurador Dr. José Otaviano Inglês de Sousa, para a invenção de "Aperfeiçoamentos em assentos, especialmente para veículos". (Dep. 1.752, de 30-8-38). Na 14ª Inspeção Regional no Estado de São Paulo. (Termo 19.103).

N. 26.417 — Eric Berkeley Higgins, por sua procuradora Momen & Harris, para a invenção de "Aperfeiçoamentos relativos à impermeabilização de fibras têxteis, tecido e similares". (Dep. 20.824, de 28-5-38).

N. 26.418 — Bireley's Incorporated, por seu procurador Dr. José Augusto Cesário Alvim, para a invenção de "Um processo e máquina para obtenção de importantes constituintes de frutas cítricas tais como laranjas Grapefruit e similares". (Dep. 20.007, de 31-12-37).

N. 26.419 — Aladar Fehér, por seu procurador Dr. José Otaviano Inglês de Sousa, para a invenção de "Aquecedor elétrico para água". (Dep. 1.809, de 29-10-37). Na 14ª Inspeção Regional no Estado de São Paulo. (Termo 19.758).

N. 26.420 — Pedro Paschoal Soldovieri e Sabino Griesi, por sua procuradora Cruzeiro do Sul Patentes e Marcas, para a invenção de "Um dispositivo de propaganda em veículos com porta-fichas". (Depósito 1.989, de 22-4-38). Na 14ª Inspeção Regional no Estado de São Paulo. (Termo 20.724).

N. 26.421 — Rexair, Inc., por sua procuradora Momsen & Harris, para a invenção de "Aparelho aspirador". (Dep. 20.002, de 31-12-37).

N. 26.422 — The Dorr Company, Inc., por sua procuradora Momsen & Harris, para a invenção de "Aperfeiçoamentos no tratamento de matéria de esgotos". (Dep. 18.952, de 1º-7-37).

N. 26.423 — Walter Arthur Stamm e Arthur Stamm Junior, por seu procurador Lincoln Gastelo Branco, para a invenção de "Um processo aperfeiçoado de impressão transparente sobre papel especialmente envelopado de janela". (Dep. 17.472, de 24-9-36).

N. 26.424 — Associated Electric Laboratories Inc., por sua procuradora Momsen & Harris, para a invenção de "Aperfeiçoamentos em sistemas telefônicos e semelhantes". (Dep. 21.032, de 29-6-38).

N. 26.425 — Rhurchemie Aktiengesellschaft, por sua procuradora Momsen & Harris, para a invenção de "Processo para a obtenção de hidrocarbonetos pela entreação catalítica de monóxido de carbono e hidrogênio". (Dep. 20.505, de 2-4-38).

N. 26.426 — Olympia Oil and Cake Company Limited e Philip Douglas Weston, por sua procuradora Momsen & Harris, para a invenção de "Máquina de operação contínua para a extração de óleo de sementes oleaginosas". (Dep. 19.732, de 18-11-37).

N. 26.427 — N. V. Philips' Gloeilampenfabrieken, por sua procuradora Momsen & Harris, para a invenção de "Aperfeiçoamentos em tubos a gás de descarga elétrica". (Dep. 20.876, de 6-6-38).

N. 26.428 — Maurits Ernest Kronenberg e Lothar Sempell, por sua procuradora Momsen & Harris, para a invenção de "Processo para a fabricação de aglomerantes". (Dep. 18.780, de 1-6-37).

N. 26.429 — N. V. Philips' Gloeilampenfabrieken, por sua procuradora Momsen & Harris, para a invenção de "Disposições de circuitos compreendendo um tubo a gás de descarga elétrica". (Depósito 20.973, de 15-6-38).

N. 26.430 — Boris Dreiding, por seu procurador Eduardo Dannemann, para a invenção de "Processo para a produção local de calor e meios para a sua realização". (Dep. 19.731, de 18-11-37).

N. 26.431 — Tefi-Apparatebau Dr. Daniel K. G., por sua procuradora Laura Gama Shalders, para a invenção de "Aparelho reproduzidor para portadores de sons em forma de fita sem fim". (Dep. 20.713, de 12-5-38).

N. 26.432 — Det Noske Aktieselskab for Elektrobemisk Industri (Elektrobemisk), por seu procurador Lincoln Castelo Branco, para a invenção de "Aperfeiçoamentos na disposição e suspensão de eletrodos contínuos". (Dep. 19.002, de 8-7-37).

N. 26.433 — Eduardo Garcia, por sua procuradora Empresa "Mercúrio" de Marcas e Patentes Ltda., para a invenção de "Uma nova caixa de descarga para privadas". (Dep. 1.598, de 12-4-37). Na 14ª Inspeção Regional no Estado de São Paulo (Termo 18.685).

Patente de modelo de utilidade

N. 26.434 — Newton de Lima Belém, por sua procuradora Empresa "Mercúrio" de Marcas e Patentes Ltda., para patente de invenção, como modelo de utilidade, de "Nova tipo de enceradeira elétrica". (Dep. 20.694, de 11-5-38).

Patente de desenho ou modelo industrial

N. 178 — Roberto Zimmermann, para patente de modelo industrial de "Uma configuração de relevo para solados de calçado". (Dep. 1.754, de 31-8-37). Na 14ª Inspeção Regional no Estado de São Paulo (Termo 19.405).

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Expediente

Expediente do Sr. diretor geral

Dia 10 de fevereiro de 1939

Registros de marcas

Companhia Industrial de Ferro S. A. (termo 55.672). — CÍFER — classe 16. — Registre-se.

Companhia Industrial de Ferro S. A. — CÍFER 9 classe 5 (termo 55.670). — Registre-se.

Carl Leoni — COSTA — classe 44 (termo 57.568). — Indeferido, de acordo com o art. 80, n. 7, do decreto 16.264, de 1923.

Exigências

Sizenando Rodrigues de Almeida (requer cópia fotostática da marca "SANTA CRUZ", de número 772, de Minas Gerais, de 1923). — Preste esclarecimentos.

United States Rubber Company (termo 58.523). — Mantenho a exigência.

Eduardo Casarotti (termo 21.059) e Newton de Lima Belém (termo 22.366). — Satisfazer a exigência da Seção.

João Lopes Ribeiro (termo 19.167). — Tendo sido apresentadas novas relatórios em nome dos cessionários, cumpre-se o despacho de fls. 15 verso.

Israel H. Albert (28.022-38) — junto à marca 9.494), Eastman Kodak Company S. A. (7.570-38 — marca 41.124), (7.574-38 — marca 47.519 — junto à marca 41.124), (7.575-38 — marca 48.835 — junto à marca 41.124), (7.571-38 — marca 42.289 — junto à marca 41.124). — Apresente certificado de registro da marca no Brasil, nos termos do art. 100 do Regulamento em vigor.

Expediente do diretor da Seção de Privilégios de Invenção

Dia 10 de fevereiro de 1939

Exigências

Inland Steel Company S. A. (2.066-39 — termo 22.042). — Junte-se ao processo e publique-se as novas reivindicações.

Eduardo Ferlito (2.639-39 — termo 21.587). — Restitua-se, mediante recibo.

(*) Associated Electric Laboratories Inc. S. A. (termo 21.850). — Satisfazer a exigência do examinador.

NOTICIÁRIO

RESTAURAÇÃO DE PATENTE

Eugênio de Rodenburg (27.159-38 — solicitou a restauração da patente n. 16.564, de 31 de dezembro de 1927, relativa a: "UM NOVO APARELHO DENOMINADO AUTO-LUX")

NOTIFICAÇÕES

(*) É convidado São Paulo Alpargatas a apresentar amostras das alpargatas objeto do pedido reivindicado (termo 18.938).

E' convidado Banco de Córdão a promover a anotação no registro da marca 43.680, da modificação de seu nome, ficando o presente processo aguardando esta providência. (termo 55.937).

São convidados C. O. Kastrup & Companhia (30.588-38 — termo 58.039) a apresentarem a procuração.

E' convidado Nicolino Guimarães Moreira (processo 9.782-38) a apresentar cópia do recurso de fls. 26 *usque*, bem como o catálogo que o acompanhou.

E' convidado S. Alfred Bennett (processo 24.254-38 — patente n. 21.426) a comparecer a este Departamento afim de pagar além da 6ª. anuidade, a taxa de 20\$000 de prorrogação.

São convidados Leclerc & Cia. (termo 15.099) a satisfazerem a exigência da Seção.

E' convidada Usina Nacional Indústrias Químicas Ltda. (termo 48.816) a efetuar o pagamento da taxa para a expedição do certificado.

E' convidado Morita Takesi (termo 16.483) a comparecer a este Departamento afim de efetuar o pagamento da taxa para a expedição da patente; dentro do prazo de 10 dias.

E' convidado International General Electric Company Inc. (termo 17.727) a comparecer a este Departamento afim de efetuar o pagamento da taxa para a expedição do certificado.

RETIFICAÇÕES

O pedido de registro da marca PELLETERIA POLAR publicado no "Diário Oficial", de 7-2-39, depositada por Zimelewies & Orgler, para a classe 35, 36 e 52 — Título — e não como por engano saiu publicado (termo 65.073).

O pedido de registro da marca CASA DAVOL, publicado no "Diário Oficial", de 7-2-39, depositada por Davol & Cia., é *renovação* e não como por engano saiu publicado (termo 65.095).

O pedido de registro da marca CASA PALÇA, publicado no "Diário Oficial", de 6-2-39, depositado por Carlos Davi Cardoso, nas classes 8, 14, 16 e 60 — matérias elétricas — é *Título* e não como saiu publicado por engano (termo 65.107).

O pedido de registro ATHLETA — depositado pela Companhia Cervejaria Brahma, para distinguir bebidas sem álcool gasificadas efervescentes, tónicas, refrigerantes, espumantes, limonadas, sifão, águas carbônicas e de mesa na classe 43, e não como saiu publicado no "Diário Oficial", de 6-2-39 (termo 65.109).

Oposições

A. R. de Brito (2.953-39 — apresentou oposição ao pedido de registro da marca "LUAR", depositada sob o termo 62.689).

Ramos Sobrinho & Cia. (2.956-39 — apresentaram oposição ao pedido de registro da marca "BLONDEX" depositada pela firma R. A. Rangel & Cia., sob o termo 63.819).

Granado & Cia. (2.957-39 — apresentaram oposição ao pedido de registro da marca "ZIMOLACTIL", depositada pela firma R. A. Rangel & Cia., sob o termo 63.573).

Renato Palestino, Mammana & Cia. Ltda. (2.989-39 — apresentaram oposição ao pedido de registro da marca "PULMAN", depositada por Renato Marcos V. Funari, sob o termo 64.150).

(*) Reproduzidos por terem saído com incorreções.

Romeu Rodrigues (3.031-39 — apresentou opposição ao pedido de registro da marca "DEVCLON", depositada por Produtos Dumari Ltda., sob o termo 64.854).

A. G. Martins Abelheira (3.075-39 — apresentou opposição ao pedido de registro da marca "EXPANKO", depositada sob o termo 63.990).

A. G. Martins Abelheira (3.076-39 — apresentou opposição ao pedido de registro da marca "CORTICITE", depositada sob o termo 63.841).

A. G. Martins Abelheira (3.077-39 — apresentou opposição ao pedido de registro da marca "MONTANHEZ", depositada sob o termo 64.991).

A. G. Martins Abelheira (3.078-39 — apresentou opposição ao pedido de registro da marca "CORTICITE", depositada sob o termo 63.840).

RÉPLICA À OPosição

Produtos Virtus do Brasil Ltda. (2.990-39 — apresentou réplica à opposição por Ulderico Montilo ao pedido de registro da marca "FOSFOSOL VIRTUS", depositada sob o termo 61.472).

E. Merck (3.020-39 — apresentou réplica à opposição apresentada por E. A. Vahia de Abreu ao pedido de registro da marca "EVION", depositada sob o termo 59.045).

Otero & Cia. (3.025-39 — apresentaram réplica à opposição apresentada por Syndicat du Commerce des Vins de Champagne ao pedido de registro da marca "MANZANARES", depositada sob o termo 62.842).

RECURSOS

(*) Alexandre Bilincof (2.825-39 — recorreu do despacho que lhe indeferiu o pedido de privilégio de modelo de utilidade para: "Nova disposição em planos brinquedo, de cauda", depositado sob o termo 21.316).

Irmãos Ribeiro Ltda. (2.951-39 — recorreram do despacho que lhe indeferiu o pedido de privilégio referente a: "Novo câmbio para lançadeiras de teares", depositado sob o termo 21.277).

Claud Bonnaire (2.962-39 — recorreu do despacho que lhe indeferiu o pedido de privilégio de invenção para: "Um sistema de disposição para cartas geográficas, plantas de engenharia, cartas de roteiro, cartas topográficas, e similares, de modo a poderem ser encadernadas e dobradas ou dobráveis umas sobre as outras", depositado sob o termo 21.324).

Tecelagem Franceza Limitada (2.996-39 — recorreu do despacho que lhe indeferiu o pedido de registro do título de estabelecimento "TEXTIL MODERNA" depositado sob o termo 57.187).

Laboratórios Lutécia Limitada (2.997-39 — recorreu do despacho que lhe indeferiu o pedido de registro da marca depositada sob o termo 58.503).

C. Cinti (3.003-39 — recorreu do despacho que lhe indeferiu o pedido de registro da marca DATOR, depositada sob o termo 58.893).

Wetzel & Cia. (3.014-39 — recorreram do despacho que concede registro à marca "WETZEL", depositada por Roff Luiz Wetzel sob o termo 58.529).

Indeferiu o pedido de registro da marca "Nervoforgan", depositada sob o termo 59.171).

Paulo Augusto Marcondes (3.020/39) — recorreu do despacho que lhe indeferiu o pedido de registro da marca "Club de Campo", depositada sob o termo 58.174).

Luiz Fossati e Camilo Cristaldi (3.040/39 — recorreram do despacho que lhes indeferiu o pedido de privilégio da invenção para: "Novo processo de fabricação e aproveitamento de cortiça nacional aglomerada", depositado sob o termo 21.121).

Química "Mayer", Ltd. (3.081/39 — recorreu do despacho que lhe indeferiu o pedido de registro da marca "Marva", depositada sob o termo 58.968).

RÉPLICA AO RECURSO

Companhia América S. A. (3.005/39 — apresentou réplica ao recurso interposto contra o despacho que mandou registrar a marca depositada sob o termo 53.720).

(*) — Reproduzido por ter saído com incorreções.

CERTIFICADOS EXPEDIDOS

São convidados a comparecer à Secção de Marcas, afim de receberem os certificados de registros de marcas, de títulos de estabelecidos e de nomes comerciais, os titulares abaixo mencionados.

N. 58.869 — J. R. Kanitz, marca "Mirú", (termo n. 48.969).
N. 58.870 — V. Werneck & Comp., marca "Euccina" (termo n. 49.098).

N. 58.871 — Wollgarntfabrik Titel & Kruger Und Sternwoll Spinnerei A. G., marca emblemática, (termo n. 51.391).

N. 58.872 — Overseas Motor Service Corporation, marca "Overseas Motor Service Corporation", (termo n. 53.375).

N. 58.873 — Schmidt Y Companhia, marca "Energos", (termo n. 54.859).

N. 58.874 — The Manhattan Shirt Co., marca "Manseo", (termo n. 54.859).

N. 58.875 — Burroughs Adding Machine Company, marca "Burroughs", (termo n. 54.898).

N. 58.876 — Byington & Comp., marca "Vulcano", (termo n. 54.918).

N. 58.877 — Elna S. A., marca "Elna", (termo n. 55.408).

N. 58.878 — Georges Moupeurt, marca emblemática, (termo n. 55.409).

N. 58.879 — Minnesota Mining And Manufacturing Company, marca emblemática, (termo n. 55.824).

N. 58.880 — Pye Limited, marca "Pye", (termo n. 56.277).

N. 58.881 — Otis Elevator Company, marca "Otis", (termo n. 56.827).

N. 58.882 — The Knox Company, marca "Diolex", (termo número 56.875).

N. 58.883 — The Knox Company, marca "Mendaco", (termo n. 56.876).

N. 58.884 — Republic Steel Corporation, marca "Berloy", (termo n. 56.878).

N. 58.885 — Mathew Wells And Company, Limited, marca "Wellsaline", (termo n. 59.131).

N. 58.886 — John Dickinson & Co. Limited, marca "Asoka", (termo n. 61.803).

N. 58.887 — W. G. Brikinslaw & Company Limited, marca "Pamax", (termo n. 62.443).

N. 58.888 — The W. H. Gomstock Co. Ltd., marca "Raiz India Del Dr. Morse", (termo n. 63.705).

PRIVILÉGIOS DE INVENÇÃO

Publicação feita de acordo com o art. 41 do Regulamento vigente (decreto n. 16.264, de 1923).

§ 2.º Da data da publicação de que trata o presente artigo, começará a correr o prazo para o deferimento do pedido. Durante 60 dias, poderão apresentar suas opposições no Departamento Nacional de Propriedade Industrial, aquelas que se julgarem prejudicadas com a concessão da patente requerida.

Termo 22.435 de 6-2-39.

The Black & Decker Manufacturing Company, Soc. An. — Estados Unidos.

Pontos característicos da invenção de: "Balança para veículos e similares". Priv. Inv.

Pontos característicos

1 — Uma balança de plataforma, para pesagem de veículos de rodas, que é de uma largura singela de roda e de tamanho e peso que a torna transportável à mão, compreendendo: uma plataforma; um balancim de pesagens suportando a plataforma e tendo um fulcro de suporte próximo de uma das suas extremidades, por baixo da plataforma; um dispositivo para comunicar ao balancim uma força proporcional ao peso que se acha na plataforma, em um ponto distanciado do fulcro na direção do comprimento do balancim, incluindo este dispositivo umas alavancas de redução; um dispositivo elástico que se conjuga com a extremidade do balancim mais afastada do fulcro; um dispositivo que limita o movimento do balancim e o mantém substancialmente em equilíbrio e mantém a plataforma substancialmente estacionária durante os carregamentos e as pesagens; um ponteiro indicador; um dispositivo multiplicador separado e montado separadamente do balancim que se liga a este balancim em um ponto afastado do fulcro, sendo o mesmo ponteiro operado pelo dispositivo multiplicador e sendo assim movido em razões largamente multiplicadas relativamente ao movimento feito pelo balancim, afim de indicar as posições de equilíbrio do mesmo balancim antes e depois de posta a carga na plataforma; um dispositivo atuado por força exterior para aplicar esforços ao dispositivo elástico, refletindo este dispositivo para fazer voltar o balancim à posição equilibrada depois de posta uma carga na plataforma e em opposição a esta carga; e um dispositivo que mede as deflexões do dispositivo elástico logo que o balancim é reposto na posição equilibrada, e que indica as medidas nos termos próprios de carga.

2 — A balança de plataforma para pesagens de veículos de rodas, de uma só largura de roda e tendo tamanho e peso para ser transportado manualmente, compreendendo: a plataforma; o balancim de pesagens que suporta a plataforma, dotado com um fulcro de suporte; o dispositivo que comunica a força existente em proporção com o peso que se acha na plataforma ao balancim, no ponto que se distancia do fulcro na direção do comprimento do mesmo balancim; uma mola equilibrada afastada do fulcro e um dispositivo, operável em opposição ao peso existente na plataforma, que aplica à mola os esforços precisos para equilibrar o balancim em opposição à carga; o dispositivo que limita o movimento do balancim de forma que ele apenas se movimenta numa diminuta extensão, cerca de 0,000793, a partir da sua posição equilibrada; o dispositivo multiplicador separado do balancim, e montado em separado ligado ao balancim em ponto afastado do fulcro do mesmo balancim, afim de ser operado por ele para multiplicar o movimento desse balancim; um indicador, operado pelo dispositivo multiplicador para indicar as posições de equilíbrio do balancim, posições estas que são idênticas antes e depois dos carregamentos; o dispositivo que mede as deflexões da mola, quando o balancim é equilibrado depois do carregamento, afim de determinar a carga, estando uma ponta da mola liga-

da ao balancim, e a outra ligada ao dispositivo aplicador de esforços, para se mover durante o movimento de equilibramento do balancim; um indicador movel, ligado à ponta movel da mola oposta à ponta que se liga ao balancim, que é movido em proporção com o movimento da ponta da mola no equilibramento do balancim; e uma escala de marcação, estacionária, que coopera com o indicador para dar a leitura das deflexões da mola em termos de carga.

3 — A balança de plataforma para pesagem de veículos de rodas, tendo a largura correspondente a uma roda e sendo transportável à mão, compreendendo: a plataforma que recebe e suporta a roda do veículo a pesar; o balancim de pesagens; o suporte de fulcro para o balancim; o dispositivo que transmite o peso existente na plataforma ao balancim de pesagens em proporções reduzidas e um ponto ligeiramente distanciado do fulcro na direção do comprimento do balancim; o dispositivo que indica as posições equilibradas do balancim, incluindo uma alavanca de indicador pivotada adjacentemente ao balancim, num ponto do comprimento deste balancim muito próximo, digo, afastado, do ponto em que se aplica o peso; um pino cursor ou impulsor, com ponta conjugável com o balancim; uma forqueta suportada na extremidade superior do pino, também pivotada; uma faca suportada pela forqueta e que suporta a seu turno a alavanca do indicador, tendo esta alavanca o fulcro num dos lados da faca e um braço, para indicações, no outro lado da mesma faca; uma ponta no indicador com a qual registra a ponta correspondente no braço de indicações quando o balancim está na posição de equilíbrio que e a mesma tanto quando a plataforma está sem carga como com carga; a mola equilibradora, ligada ao balancim adjacentemente ao pino cursor; o dispositivo que limita o movimento do balancim impedindo-o de defletir apreciavelmente da sua posição equilibrada; o dispositivo atuado do exterior para aplicar tensões à mola afim de defletir esta mola para equilibrar o balancim; e o dispositivo indicador, ligado à ponta da mola mais atada do balancim e movendo-se em proporção direta da mesma ponta, durante o equilibramento do balancim, para indicar as deflexões da mola, depois de equilibrado o balancim, em termos de carga.

4 — A balança de plataforma, compreendendo: a plataforma; o balancim; o suporte de fulcro do balancim; o dispositivo que comunica o peso da plataforma ao balancim de pesagens, em proporções reduzidas, num ponto do balancim distanciado do fulcro; o dispositivo que indica as posições do equilíbrio do balancim, incluindo uma alavanca adjacente ao mesmo balancim num ponto afastado do fulcro; o pino cursor ou impulsor, perpendicular ao balancim e tendo uma ponta que se conjuga com o mesmo balancim; a forqueta suportada e pivotando no pino num ponto afastado do balancim; uma faca suportada pela forqueta, sendo a alavanca do indicador suportada na faca e tendo o fulcro num dos lados dessa faca e o braço de indicações, relativamente longo, no outro lado da mesma faca; a ponta, no indicador, com a qual registra a ponta correspondente no braço de indicações, tanto quando o balancim está na posição equilibrada sem carga, como na posição de pesagem; a mola equilibradora conjugada, por uma ponta, com o balancim, adjacente ao pino impulsor; o dispositivo que limita os movimentos do balancim para conservá-lo sempre em posição substancialmente equilibrada; o dispositivo, operável do exterior, que aplica as tensões à mola num ponto, desta mola, distanciado do balancim, defletindo assim a mola para equilibrar o mesmo balancim; e o dispositivo indicador, ligado à mola perto do ponto em que se aplicam as tensões à mesma mola; sendo este dispositivo legível em termos de carga quando o balancim está equilibrado.

5 — A balança de plataforma, compreendendo: a plataforma; o balancim de pesagens com fulcro de suporte; o dispositivo que transmite os pesos da plataforma para o balancim num ponto próximo do fulcro, em proporções reduzidas; a alavanca do indicador pivotada adjacentemente ao balancim num ponto afastado do fulcro, e a grande distância, na direção do comprimento do balancim, ao ponto de aplicação dos pesos; o pino impulsor, perpendicular ao balancim e conjugando-se pivotalmente com ele perto de uma extremidade do mesmo balancim; a forqueta suportada e pivotando no pino em um ponto afastado do balancim; a faca suportada no pino; a alavanca do indicador suportada na faca, tendo o seu fulcro num lado desta faca e o seu braço de indicações, relativamente longo, projetando-se do outro lado da mesma faca; a ponta no indicador com que registra a ponta correspondente no braço de indicações quando o balancim toma a posição equilibrada, sem carga ou durante as pesagens; a mola equilibradora ligada ao balancim perto do pino impulsor; o dispositivo que limita estreitamente os movimentos do balancim para mantê-lo substancialmente em equilíbrio; o dispositivo operável do exterior, que se conjuga com a mola num ponto distanciado do balancim para aplicar esforços a esta mola e defleti-la, assim, para equilibrar o balancim; o dispositivo ligado à mola para move-la em proporção da sua deflexão na ocasião de lhe aplicar o esforço necessário para equilibrar o balancim, sendo o dispositivo indicador acima citado calibrado de modo a indicar as deflexões da mola em termos apropriados à carga existente na plataforma; um dispositivo, suportado pelo dispositivo aplicador de esforços, para leitura das deflexões da mola em unidades pequenas, entre as marcas da escala do primeiro dispositivo indicador; e um dispositivo que ajusta os dispositivos indicadores nas suas correlações com a mola.

6 — Em uma balança de plataforma para pesar só uma roda de um veículo de rodas: uma balancim para a balança; um fulcro de

suporte para o balancim; um dispositivo para aplicar a carga da plataforma ao balancim da balança, em um ponto próximo do fulcro mas ligeiramente distanciado dele na direção do comprimento do balancim, em proporções reduzidas em comparação com a carga real; uma mola para equilibrar o balancim, conjugando-se esta mola com o mesmo balancim em um ponto afastado do fulcro; um dispositivo para limitar o movimento do balancim de fora que apenas se move a extensão-quasi imperceptível a partir da sua posição equilibrada, ficando a plataforma substancialmente estacionária durante os carregamentos e durante as pesagens; um dispositivo multiplicador separado do balancim e ligado a este último em ponto afastado do fulcro, para ser operado por ele, incluindo este dispositivo uma alavanca inclinável com um braço curto ligado ao balancim e um braço relativamente longo destinado a indicar as posições de equilíbrio do mesmo balancim durante a pesagem; um dispositivo para aplicar uma força exterior a mola em oposição à carga, afim de equilibrar esta carga por deflexão da mola; e o dispositivo que dá a leitura das deflexões da mola em termos de carga quando o balancim se acha equilibrado.

7 — Em uma balança transportável à mão, adadada para pesar só uma roda de veículos de rodas ou similares, o balancim da balança; o fulcro de suporte para o balancim; o dispositivo que aplica as cargas ao balancim em um ponto adjacente mas separado do fulcro na direção do comprimento do balancim; a mola que equilibra o balancim, que se conjuga com o mesmo balancim em um ponto afastado do ponto de aplicação das cargas; o dispositivo que aplica força à mola, independentemente da carga e em oposição à mesma carga, sendo a força aplicada à mola em um ponto afastado do ponto em que ela se conjuga com o balancim, podendo assim a mola defletir; e dispositivo que se liga ao dispositivo aplicador da força e que se move com este último para medir as deflexões da mola, durante o equilíbrio do balancim, para determinar uma carga; o dispositivo multiplicador e indicador montado separadamente do balancim mas ligado a ele, multiplicando o movimento do mesmo balancim para indicar as suas posições de equilíbrio tanto com carga como na pesagem, sendo as posições idênticas em ambos os casos; e o dispositivo que limita os movimentos do balancim, de forma a mantê-lo sempre em posição substancialmente equilibrada.

8 — Em uma balança de plataforma portátil, para pesar veículos, nas estradas, tendo: um balancim com fulcro que o suporta; uma combinação de elemento elástico ligado ao balancim para equilibrá-lo sem carga ou com carga; o dispositivo que limita estreitamente o movimento do balancim, de forma que ele fica substancialmente em posição equilibrada; o indicador multiplicador, ligado aos balancins em ponto afastado dos fulcros, que o opera pelo movimento do mesmo balancim para indicar as posições de equilíbrio desse balancim o dispositivo que torce o elemento elástico para equilibrar a balança em oposição à carga, constando esse dispositivo de um parafuso micrométrico e de um mostrador suportado por esse parafuso, sendo o dispositivo calibrado para dar leitura em unidades de peso, havendo um contador ligado ao citado parafuso para interpretar o número de revoluções do parafuso em unidades de peso maiores, e sendo o total do peso das cargas pesadas indicado pelo contador, adicionando-se-lhe os números dados pelo mostrador para se obter a leitura completa.

9 — Uma balança de plataforma para pesar veículos nas estradas e tendo uma plataforma; um balancim com fulcro de suporte; a combinação de elemento elástico ligado ao balancim para equilibrar este último nas condições de sua carga ou de carga; o dispositivo que limita o movimento do balancim de forma que ele fique em posição substancialmente equilibrada; o indicador de equilíbrios, multiplicador, ligado ao balancim em ponto afastado do fulcro, operado pelos movimentos do balancim para indicar as suas posições e equilíbrios; o dispositivo que torce o elemento elástico para equilibrar o balancim em oposição à carga, compreendendo o parafuso micrométrico e o mostrador suportado por este parafuso, sendo o dispositivo calibrado para dar leituras em unidades de peso, havendo um contador ligado ao parafuso para interpretar o número das revoluções do mesmo parafuso em unidades de peso maiores, sendo o valor do peso das cargas grandes indicado pelo mesmo contador, ao qual se adicionam os números dados no mostrador, para se obter a leitura do total; e um dispositivo para ajustar o mostrador e o contador em relação ao parafuso.

10 — Numa balança portátil, transportável à mão, para pesar veículos e tendo uma plataforma com a largura de um simples pneumático, um balancim que suporta a plataforma; o dispositivo que limita os movimentos do balancim a cerca de 0m01587, limitando portanto o movimento da plataforma a cerca de 0m0127; o dispositivo multiplicador que indica as posições de equilíbrio do balancim da balança, compreendendo uma alavanca separada do balancim e montada pivotalmente, e um braço indicador longo, com ponteiro na sua extremidade de inclinação, estando a alavanca situada num ponto adjacente ao balancim mas afastado do fulcro; o dispositivo que liga a alavanca do indicador, perto do seu pivô, a um ponto afastado do balancim; uma marcação de indicações, normalmente estacionária, com a qual o ponteiro registra quando o balancim se acha em equilíbrio; o dispositivo elástico que equilibra o balancim em oposição à carga; o dispositivo que varia a força equilibradora do dispositivo elástico; e um dispositivo para indicar essa variação em termos apropriados à carga.

Termo n. 22.443, de 7 de fevereiro de 1939.

Laviero Buono — São Paulo.

Pontos característicos da invenção de: "Aperfeiçoamento em latas". (Privilégio de invenção.)

1 — Aperfeiçoamento em latas caracterizado por uma dupla curvatura na parte superior das paredes laterais do corpo da lata e também próximo às bordas da tampa e um dobramento junto às respectivas bordas, o que permite, pela compressão, um encaixamento e ajustamento perfeito, assim como a fixação da tampa no corpo da lata, resultando um fechamento hermético da mesma.

2 — Aperfeiçoamento em latas reivindicado até 1, como substancialmente descrito e representado.

Termo 22.444 de 7-2-39.

Edmundo Fontes Soares — Estado do Rio.

Pontos característicos da invenção de: "Um novo frasco de vidro ou metal para líquidos tendo na boca um dispositivo que permite o fechamento inviolável depois de cada operação. Priv. Inv.

Um novo "Frasco de vidro ou metal", para líquidos tendo na boca um dispositivo que permite o fechamento inviolável depois de cada operação", caracterizado por constituir-se do "frasco" de vidro ou metal, para líquidos, tendo na boca uma reentrância, formando uma superfície circular, e na circunferência dessa reentrância existem quatro ou mais orifícios de 2 mm de diâmetro, distribuídos simetricamente, na reentrância será colocada uma vedação maleável e esterelizada e sobre esta uma capuchana cônica de alumínio contendo também pequenos orifícios nos quais passará um arame de ferro galvanizado que após passar também pelos orifícios contidos no frasco, as extremidades serão unidas e presas por um sêlo de chumbo, que garante a inviolabilidade do "frasco", podendo ser fabricado em diversos tamanhos para capacidade de 1½ a 6 litros e ter a quantidade de orifícios necessários, tendo, digo, tudo como substancialmente descrito e de acordo com os desenhos anexos.

TERMOS ANTERIORES

Termo n. 21.418, de 27 de agosto de 1938.

Franz Blanjani — Rio de Janeiro.

"Pontos característicos da invenção de: "Uma bomba especializada para distribuir cêra sólida ou líquida" (patente de modelo de utilidade) (Nova publicação)

Reivindicações

Para distribuir a cêra no chão, seja sólida, seja líquida, serve-se até agora só de meios primitivos como panos de flanela, ou folhas de ferro com panos amarrados, que distribuem a cêra de modo muito desigual e pouco econômico, resultando um serviço muito imperfeito e pouco assado. — Este modelo de Utilidade, evita estes defeitos e tem as vantagens de distribuir a cêra de um modo uniforme, muito uniforme e limpo.

Consiste a inversão de um aparelho na forma de uma bomba de ar comprimido, que tem dois cilindros, um dentro de outro. — O cilindro maior (vide desenho anexo) tem ao alto uma abertura pequena, fechada por uma tarracha para se introduzir água quente. — O cilindro interior e menor, tem numa base, uma abertura grande, fechada também por uma tarracha ou tampa de pressão, ou semelhante, destinada a introdução da cêra sólida ou líquida. — O cilindro exterior, cheio com água quente, quasi um "banho-maria" aquece a cêra e a bomba ao funcionar, pulveriza a cêra. — A cêra assim pulverizada, seca logo. — O solvente da emulsão da cêra se

evaporiza instantaneamente — e o operador pode passar, logo em seguida, a estova por cima, para obter o brilho da cêra.

Em resumo reivindico como ponto característico de: "Uma bomba especializada para distribuir cêra sólida ou líquida":

A "uma bomba especializada para distribuir cêra sólida ou líquida", a qual é construída do corpo da bomba propriamente dito e na qual desliza o pistão e que tem um furo para a saída do ar comprimido e que está disposto no centro do fundo do corpo; na parte de frente tem fixado um recipiente composto de dois cilindros cônicos e concêntricos tendo as respectivas paredes laterais fechadas, e num dos laterais e precisamente o que corresponde aos dois cilindros é constituído de uma peça desatarrachável e que se destina a introdução da cêra no interior do cilindro; na parte superior do cilindro de diâmetro maior, tem uma tampa que se destina a introdução da água quente que circulará no espaço compreendido entre os dois cilindros; um tubo posante entre os dois cilindros e que penetra de um lado no interior do cilindro que contém a cêra e a outra extremidade está em direção com o furo de saída do ar comprimido, de forma que este tubo, servirá para aspirar a cêra que está no recipiente e ficar finamente pulverizada pelo jato de ar comprimido; tudo conforme substancialmente descrito e reivindicado nos desenhos anexos.

Termo n. 22.042, de 30/11/38.

Inland Steel Company, Soc. An. — Estados Unidos da América.

Pontos característicos da invenção de: "Aperfeiçoamentos em, e referentes a aços". (Privilégio de invenção — nova publicação).

1. Um aço de liga da classe contendo metais de liga reforçadores em proporções dentro dos limites de \$,50 até 6,00 por cento, e caracterizado por boas propriedades de adaptabilidade ao tratamento mecânico, dito aço sendo composto essencialmente de ditos metais de liga dentro dos limites especificados, carbono em dosagens efetivas até 1,70 por cento, manganês desde 0,10 até 2,00 por cento, silício desde indícios até 2,50 por cento, fósforo desde indícios até 0,15 por cento, enxofre desde indícios até 0,30 por cento, chumbo dentro dos limites de 0,30 e 1,00 por cento, sendo o restante substancialmente todo de ferro, estando pelo menos a maior parte do chumbo em dispersão uniforme pelo aço todo e servindo para aperfeiçoar a sua adaptabilidade ao tratamento mecânico.

2. Um aço de liga de conformidade com o ponto 1, no qual a percentagem de chumbo é de 0,03 até 0,478 por cento.

3. Um aço de liga de conformidade com os pontos 1 ou 2 no qual a percentagem de enxofre vai de vestígios até 0,06 por cento.

4. Um aço de liga de conformidade com os pontos 1, 2 ou 3 no qual a percentagem de carbono vai desde quantidades efetivas até 0,60 por cento.

5. Um aço de liga de conformidade com qualquer um dos pontos que antecedem, no qual a percentagem de fósforo vai desde indícios até 0,05 por cento.

6. Um aço de liga de conformidade com qualquer um dos pontos que antecedem no qual a percentagem de manganês vai desde 0,20 até 1,00 por cento e a percentagem de silício vai desde indícios até 0,50 por cento.

7. Um aço de liga de conformidade com qualquer um dos pontos que antecedem, no qual os elementos reforçadores de liga compreendem um ou mais dos elementos níquel, crômio, cobre, cobalto, molibdeno, tungstênio, vanádio, zircônio, titânio, nióbio, tântalo e alumínio.

A requerente reivindica de acordo com a Convenção Internacional e o art. 38 do Regulamento a que se refere o Decreto número 10.264, de 19 de dezembro de 1923, a prioridade dos cofres-pedidos depositados na Repartição de Patentes dos Estados Unidos da América em 30 de novembro de 1937, 14 de maio e 15 de agosto de 1938, sob ns. 177.292, 208.069 e 224.963.

MARCAS DEPOSITADAS

Publicação feita de acordo com o art. 91 do Regulamento vigente (Dec. n. 16.264, de 1923)
 Parágrafo único. Da data de publicação começará a correr o prazo de 60 dias para o deferimento do pedido.
 Durante esse prazo poderão apresentar suas oposições ao Departamento Nacional da Propriedade Industrial
 aqueles que se julgarem prejudicados com a concessão do registro requerido.

Termo n. 65.234 de 8-2-39

A. Portela & Cia. — Rio de Janeiro

RADIUM - CIPÓ

Classe 49 — Produto de toucador

Termo n. 65.235 de 8-2-39

Anselmo Bispo dos Reis — Rio de Janeiro

Gittaim

Classe 19 — Produto de toucador

Termo n. 65.237 de 8-2-39

Academia Científica de Beleza Madame Campos Limitada — Rio de Janeiro

ACADEMIA CIENTÍFICA DE BELEZA

Classe 48 — Água de colônia, água de alfazema, água de beleza, água de quina, água de rosas, brilhantinas, bandolinas, cremes, cosméticos, crayons, schampoos, dentifrícios, depilatórios, cold-cream, extratos, essências, esmaltes, loções, óleos, pó de arroz, preparados para unhas rouge, sabonetes, sais para banho, sabões para barba, tônicos para tintura, talcos, tabletes, pastilhas perfumadas ou não, e vinagre para toilette.

Termo n. 65.240 de 8-2-39

Fernando Boettger — Santa Catarina

ALICURA

FERNANDO BOETTGER
 BRUSQUE — STA. CATHARINA

Classe 3 — Preparado farmacêutico

Termo n. 65.241 de 8-2-39

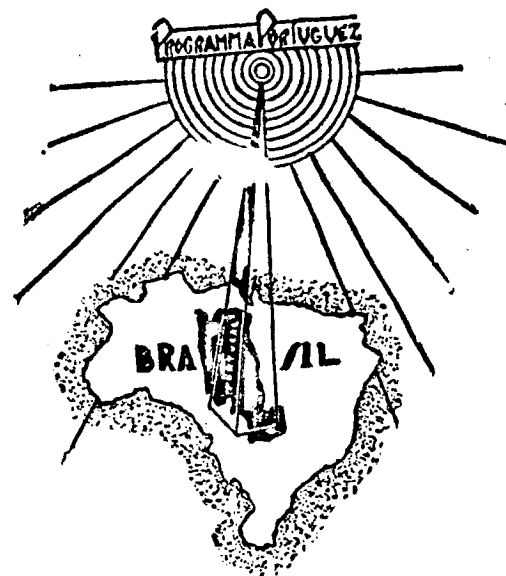
Alfredo Rachid Haddad — Rio de Janeiro



Classe 48 — Produto de toucador destinado ao tratamento e embelezamento da pele

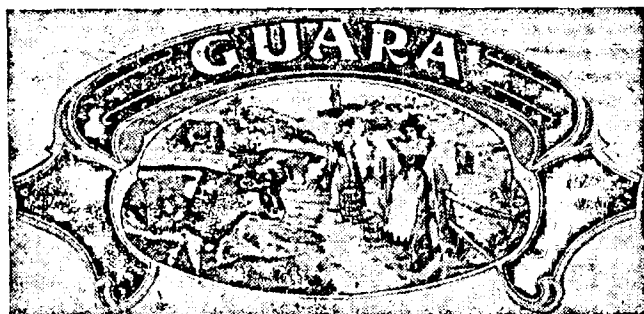
Termo n. 65.242 de 8-2-39

Alfredo Pereira Bastos — Rio de Janeiro



Classe 60 — Propaganda, programa de rádio e propaganda no rádio

Termo n. 65.243 de 8-2-39
Júlio Antunes de Oliveira — Rio de Janeiro



Classe 41 — Manteiga, queijo, requeijão, leite e derivados

Termo n. 65.244, de 9-2-39
Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro — Rio de Janeiro

Revista



DO
RIO DE JANEIRO

Classe 60 — Revista

Termo n. 65.245, de 9-2-39
Laboratório Jumara Ltda. — São Paulo

IODOFORINE
LABORATORIO JUMARA LTDA.
SÃO PAULO

Classe 3 — Preparado farmacêutico

Termo n. 65.246, de 9-2-39
Companhia Refinadora de Óleos Prada — São Paulo

PRADA

Classe 41 — Óleo comestível, szeitonas e azeite

Termo n. 65.247, de 9-2-39
Laboratório Químico e Industrial Bronchiserum Ltda. — São Paulo

Polyvitam
LABORATORIO QUIMICO INDUSTRIAL BRONCHISERUM LTDA.
SÃO PAULO -

Classe 3 — Preparado farmacêutico

Termo n. 65.248, de 9-2-39
Pieri & Belli — Rio de Janeiro



Classe 32 — Fazendas e tecidos de lã ou pele em peças

Termo n. 65.249, de 9-2-39
Aurélio Aucona — São Paulo

Almanack Brasileiro

Classe 60 — Almanaque

Termo n. 65.250, de 9-2-39
André Basile & Comp. — São Paulo

"Vencedor"

Classe 4 — Óleos minerais e vegetais em bruto ou parcialmente preparados e misturados dos mesmos, para serem usados na indústria, especialmente na pintura.

Termo n. 65.251, de 9-2-39
André Basile & Comp. — São Paulo

"ATLAS"

Classe 4 — Óleos minerais e vegetais em bruto ou parcialmente preparados e misturados dos mesmos, para serem usados na indústria, especialmente na pintura.

Termo n. 65.252, de 9-2-39
André Basile & Comp. — São Paulo

"Terebentraz"

Classe 1 — Dissolvente para ser usado na indústria e como dissolvente de tintas para pintura

Termo n. 65.253, de 9-2-39
André Basile & Comp. — São Paulo

"Combate"

Classe 4 — Óleos minerais e vegetais em bruto ou parcialmente preparados e misturados dos mesmos, para serem usados na indústria, especialmente na pintura.

Termo n. 65.254, de 9-2-39
Frederico Brandão Nunan — Rio de Janeiro

PRODUCTOS BIORGAN
FARM. FREDERICO B. NUNAN
TRAVESSA DA LUZ 10 - A

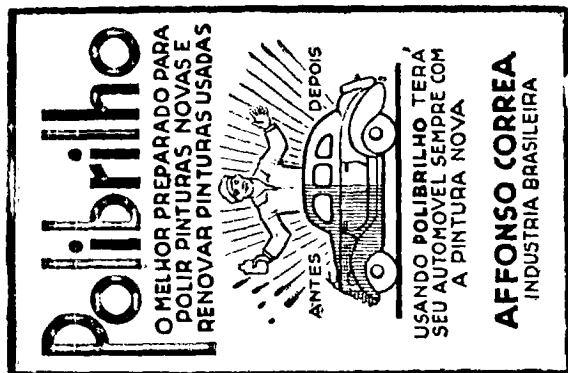
Classe 3 — Produtos farmacêuticos

Termo n. 65.255, de 9-2-39
Michel Tranjan — Rio de Janeiro

ACACIA

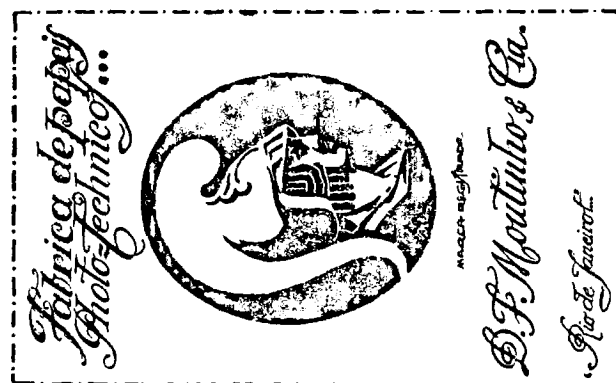
Classe 36 — Meias

Termo n. 65.256, de 9-2-39
Afonso Correia — Rio de Janeiro



Classe 35 — Preparado para polir pinturas e metais

Termo n. 65.257, de 9-2-39
D. F. Montinho & Comp. — Rio de Janeiro



Classe 38 — Papel ferro prussiato, sépia, ferro galato e papéis fotográficos sem geral

Termos ns. 65.258, 65.259 e 65.260, de 9-2-39
Companhia Itatig — Rio de Janeiro



"ITATIG"

Classe 4 — Asfalto e betumes em bruto e parcialmente preparados
Classe 16 — Cimentos para construções e decorações, cal de pedra e gesso de toda espécie
Classe 47 — Óleos para iluminação, aquecimento e lubrificação, óleos combustíveis provenientes de petróleo e outras substâncias, petróleo, gasolina, nafta e querosene.

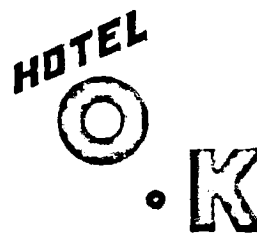
Termo n. 65.261, de 9-2-39
Paulo Godoi Botto — São Paulo



Classe 41 — Fermento

TÍTULO DE ESTABELECIMENTO

Termo n. 65.263, de 9-2-39
J. M. Macedo — Rio de Janeiro



Classe 60 — Título